SISTEMA GERENCIADOR DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FAMURS
É no município que tudo acontece.

Rio Grande do Sul , 24 de Setembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul • ANO XVII | Nº 4169

Expediente:
Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

Diretoria da FAMURS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO 2025/2026

Presidente:
Adriane Perin de Oliveira (PP)
Nonoai – AMNG

Vice-Presidentes:
Ique Vedovatto (MDB)
Imbé – AMLINORTE

Volmar Telles (PP)
Saldanha Marinho – AMAJA

Geverson Zimmermann (PSDB)
Estação – AMAU

Jonas Hauschild (PDT)
Tucunduva – AMUFRON

Marcia Rodrigues (UNIÃO BRASIL)
Novo Barreiro – AMZOP

Luiz Mainardi (PT)
Bagé – ASSUDOESTE

Tiago Manoel Michelon (PL)
Vespasiano Corrêa – AMAT

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

ASSESSORIA TÉCNICA
EXTRATO DE DESPACHO - SUSPENSÃO

EXTRATO DE DESPACHO

Concorrência Eletrônica – Edital Retificado nº 01/2025 – Sistema de Registro de Preços

A Autoridade Competente do Consórcio Granpal decide acolher a impugnação apresentada e suspender o certame para revisão e alterações do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Porto Alegre, 23 de setembro 2025.

RAFAEL PAGANINI
Diretor Executivo -CM Granpal

Publicado por:
César Augusto Morais Ferreira Junior
Código Identificador:B086E23A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL

AUTÁRQUIA
EXTRATO DA PORTARIA Nº 23/2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CENTRO-SUL EXTRATO DA PORTARIA Nº 23/2025 O Consórcio Intermunicipal Centro-Sul torna público que foi aplicada à empresa FDG Medical Ltda, no âmbito do Processo Administrativo Especial instaurado pela Portaria nº 008/2025, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com todos os Municípios consorciados pelo prazo de 03 (três) anos, bem como multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Nota de Empenho correspondente ao objeto não entregue, nos termos do Edital de Registro de Preços nº 005/2024. Nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, da presente decisão cabe recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data desta publicação. Camaquã/RS, 24 de setembro de 2025.

Publicado por:
Lizandra Fraga da Silva
Código Identificador:0704A9CB

AUTÁRQUIA
EXTRATO DE EDITAL – PROCESSO Nº 32/2025 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025

O Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 07.926.117/0001-40, com sede na Rua Coronel Boaventura Soares, nº 89, Bairro Vila Nova, CEP 96.783-026, Camaquã/RS, telefone (51) 3671-4322, torna público, juntamente com os municípios consorciados, a abertura do presente CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS, destinados à prestação de serviços. Prazo de credenciamento, a partir de 24 de setembro de 2025 e seguirá as normas estabelecidas no edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e disposições análogas. O cadastro de credenciamento permanecerá aberto a novos interessados enquanto vigente o certame. O edital completo encontra-se disponível no site: www.consorciocentrosul.com ou poderá ser solicitado pelo e-mail: administracao@consorciocentrosul.com. Camaquã/RS, 24 de setembro de 2025.

ABNER DOS SANTOS DILLMANN.
Presidente

FABIOLA COELHO.
Diretora Executiva

Publicado por:
Lizandra Fraga da Silva
Código Identificador:19D505B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE DO RS

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
ATO Nº 710/2025. QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2024

Certifico que foi realizado no dia 23/09/2025 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

ATO Nº 710/2025. QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2024 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA AREA DA SAÚDE. Contratada: **GIANE LIRA PASCOAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.240.752/0001-59,** firmam o presente ato conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO E INCLUSÃO DE SERVIÇOS

1.1 Fica o presente contrato alterado para incluir, em seu objeto, a prestação de serviços de fisioterapia, na modalidade sessão, a serem prestados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, através da profissional abaixo descrita:

NOME: GIANE LIRA PASCOAL
CARTÃO NACIONAL DO SUS: 702604720911647
CREFITO: 399610-F
CPF SOB O N°: 042.463.550-03

1.2 O valor unitário de cada sessão de fisioterapia será o valor de R$ 33,31.

1.3 A CONTRATADA compromete-se a manter profissional fisioterapeuta devidamente qualificado e registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) para a execução dos serviços, responsabilizando-se por todas as obrigações legais e fiscais decorrentes da prestação destes.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente ato, em três vias de igual teor e forma, que achado conforme e assinado foi entregue às partes.

Sananduva – RS, 23 de setembro de 2025.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:C97722AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO

CISVALE
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO DO PARDO – CISVALE

EXTRATO DO EDITAL N° 10/2025 – NOTAS OFICIAIS DA PROVA DE TÍTULOS
O Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio do Pardo - CISVALE, representado pelo Presidente Prefeito Municipal de Vera Cruz, no uso de suas atribuições legais, em razão do Concurso Público, regido pelo Edital nº 01/2025, de 05 de junho de 2025, torna público o presente Edital para comunicar o que segue: 1. Divulgam-se as notas oficiais da Prova de Títulos. O edital na íntegra pode ser conferido nos sites da Legalle Concursos: *www.legalleconcursos.com.br* e do CISVALE: *www.cisvalerp.com.br*. Santa Cruz do Sul/RS, 23/09/2025. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GILSON ADRIANO BECKER,
Presidente do CISVALE.

Publicado por:
Victor Armani Dos Santos
Código Identificador:840C3A22

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI - CIMAU

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI - CIMAU
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAU, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas em razão do cargo, torna público a **SUSPENSÃO, POR TEMPO INDETERMINADO**, da abertura das propostas do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**, que estava prevista para o dia 24/09/2025, às 08horas. A presente suspensão decorre da necessidade de revisão de termos do edital e seus quantitativos, cujo certame terá nova data de abertura da sessão pública a ser previamente divulgada
Rodeio Bonito – RS, 23 de setembro de 2025.

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Ronaldo João Zini
Código Identificador:96DF790E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 042/2025 - NOMEIA FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 042/2025

"NOMEIA SERVIDORES PARA FISCAL DE CONTRATOS"

Volmir Rodrigues, presidente do Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,
RESOLVE

Art. 1º - DESIGNA a servidora, **ROBERTA PATUZZI BERNARDES** inscrita no CPF de nº 983.968.030-72, e RG sob o nº 1081792283, como Fiscal de Contrato Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução de todos os contratos oriundos do Chamamento Público Credenciamento 02/2023,01/2024 E 02/2024 e **MARIA CRISTINA SCHEIDER,** inscrita no CPF de nº 005.642.170-26, portador do RG nº 3054455302 como Fiscal Substituta do contrato abaixo relacionado.

Estado	Credenciado	Especialidade	Contrato
VIGENTE	CONSEMMA GESTÃO EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	Credenciamento -BIOLOGIA	1.019/2025
VIGENTE	B & M SOLUÇÕES URBANAS LTDA	Credenciamento - Horas Máquina	1.020/2025

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação.
Esteio, 23 de setembro de 2025.

VOLMIR RODRIGUES
Presidente Consórcio PRÓ-SINOS

Publicado por:
Roberta Patuzzi Bernardes
Código Identificador:8BD7F775

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AGUDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO nº 06 ao CONTRATO nº 73/2024 – PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**. Objeto:**

Prestação dos serviços para cobertura de seguro veicular e de passageiros. **Finalidade:** Inclusão de item novo. Cópia do Termo Aditivo no site www.agudo.rs.gov.br.

Agudo/RS, 23 de setembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Magdiel Luiz Dickow
Código Identificador:F1765F3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ATA FINAL

EDITAL nº 39/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO - SRP. Objeto: Aquisição de lâminas, parafusos, dentes, cabos de aço e cerdas, destinados à manutenção preventiva e corretiva das máquinas motoniveladoras, minicarregadeira, retroescavadeiras e escavadeira pertencentes à frota da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços e Trânsito e da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental do Município de Agudo/RS. Cópia da Ata Final nos sites www.agudo.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Agudo/RS, 23 de setembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Lisandra Wilhelm
Código Identificador:12F5E9DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 1547/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

LUÍS HENRIQUE KITTEL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGUDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1.º Nomear a Sra. **FRANCIELI ISA ZIEMBOWICZ,** para exercer, em Estágio Probatório, o Cargo de Professor de Ciências, do Quadro de Cargos da Prefeitura Municipal de Agudo, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua classificação no Concurso Público n.º 001/2022 – Edital de Abertura e Inscrições n.º 001/2022 – Edital de Homologação do Resultado Final n.º 016/2022.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 23 de setembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DANIELA ARGUILAR CAMARGO
Secretária de Administração e Gestão

Publicado por:
Thales Rossdeutscher
Código Identificador:CBDA548D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AMARAL FERRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAL FERRADOR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

RONIVAN FONTOURA BRAGA, Prefeito Municipal de Amaral Ferrador, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e a Lei 949, Art. 8º, Inciso III, torna público a realização da(s) seguinte(s) licitação(ções):

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025: **Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reparo no veículo da marca Mercedes, modelo Sprinter, placa JAQ9G55, utilizado para transporte escolar da rede pública municipal de Amaral Ferrador/RS,** Sessão Pública: dia 10/10/2025, às 09:01h;

A(s) licitação(ções) ocorrerão no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Edital disponível no site: www.amaralferrador.rs.gov.br. Informações pelo fone: (51) 3670-1800 ou pelo e-mail: licitacon@amaralferrador.rs.gov.br

AMARAL FERRADOR, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 23 de setembro de 2025.

RONIVAN FONTOURA BRAGA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Jonathan da Silva Lacerda
Código Identificador:2EC399E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AMETISTA DO SUL

SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

O MUNICÍPIO DE AMETISTA DO SUL torna público para conhecimento dos interessados que será realizado edital de Pregão Eletrônico objetivando a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RETÍFICA PARA MONTAGEM E REPARO DO MOTOR DA AMBULÂNCIA FIAT DUCATO, LOTADA NA SECRETARIA DE SAÚDE,** com Apresentação de Propostas até 10/10/2025, às 8h, e Etapa de Lances: 10/10/2025, às 8h30min, no site www.bllcompras.com, conforme Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.904, de 17 de março de 2023 e Lei Complementar nº 123/2006. Maiores Informações: Secretaria Municipal da Administração, na Av. Bento Gonçalves, nº 1.433, centro, pelo fone nº (55) 3752-1172, ou e-mail: licitacoes@ametistadosul.rs.gov.br ou através do site www.ametistadosul.rs.gov.br.
Ametista do Sul/RS, 23 de setembro de 2025.

GILMAR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Cristina Widmar Barros
Código Identificador:11F0B34B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOSSOROCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOSSOROCA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2025

SÚMULA DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOSSOROCA TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta

licitação, na modalidade de **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a aquisição de 02 (dois) assopradores a combustão para uso da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, nos termos da LEI Nº 14.133, DE 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2025**. A sessão virtual do Pregão Eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.bnc.org.br, no dia **08 de outubro de 2025 às 8 horas**, podendo as propostas serem enviadas até às **7h 30min** do mesmo dia. Cópia do Edital e Informações: endereço www.bossoroca.rs.gov.br, (55) 3356-4000 Ramal: 4017 whatsapp (55) 99631-2603, e-mail licitacao@bossoroca.rs.gov.br. Bossoroca, - RS, 22 de setembro de 2025.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Iria Claudia Gonçalves
Código Identificador:F1DD4E99

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CACEQUI

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025

O Departamento de Compras e Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna público:
Processo Administrativo nº 30.98.2025

Objeto:**Contratação de empresa para formação de REGISTRO DE PREÇO para o fornecimento de medicamentos para atendimento de processos judiciais**, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Cacequi.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO

Sessão Pública:www.portaldecompraspublicas.com.br
Data: 06/10/2025 – 10h00min

Editais à disposição:www.cacequi.rs.gov.br
Informações:licitacao@cacequi.rs.gov.br.

Cacequi, 23 de setembro de 2025.

CARLOS VINICIO P. GONÇALVES
Pregoeiro - Portaria 595/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carlos Vinicio Porto Gonçalves
Código Identificador:CA5B121B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 120/ 2025 NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Sr. Vilmar Motta Schmitt, **NOMEIA** aprovado no Concurso Público, Edital nº 01 de 10 de março de 2023 e homologado em 09 de novembro de 2023, que conforme classificação, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração para providenciar documentação necessária à posse, o qual tem o prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação, conforme Lei complementar 0002/23.

ADVOGADO
01° CLASSIFICADO – MARIA BEATRIZ HUBER PAGEL
02º CLASSIFICADO – SILVIA MARIA CORREA VIEIRA

OPERÁRIO
10º CLASSIFICADO – GILMAR HENRIQUE DA SILVA SOARES

Capão do Leão, 24 de setembro de 2025

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yuliane Naine Felcher Bandeira
Código Identificador:9475F58F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 121/ 2025 NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Sr. Vilmar Motta Schmitt, **NOMEIA** aprovado em Concurso Público realizado em 24 de novembro de 2019, homologado em 23 de dezembro de 2019, que conforme classificação, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração para providenciar documentação necessária à posse, o qual tem o prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação, conforme Lei Complementar 002/2023.

ENGENHEIRO CIVIL
16° CLASSIFICADO – YASMIN COLVARA DE ALMEIDA

Capão do Leão, 24 de setembro de 2025

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yuliane Naine Felcher Bandeira
Código Identificador:E6BD119E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 576/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41

CONTRATADO: CONSTRUTORA FERBETON LTDA CNPJ: 52.299.859/0001-47

OBJETO: Referente a contratação de empresa para execução de projeto executivo de estruturas de concreto armado da obra do espaço multiuso no pavilhão do Parque Municipal de Eventos. Protocolo nº 3233/2025.

VALOR: R$ 4.850,00(quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

Período de Vigência:O prazo de duração é de 30(trinta) dias após a assinatura.

Publicado por:
Otavio Aguiar de Aguiar
Código Identificador:C08FFF22

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 577/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO:LILIANE DALPIAS LTDA CNPJ: 62.185.948/0001-16

OBJETO: Referente a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de Terapia Ocupacional para diagnósticos de Transtorno de Espectro Autista(TEA) encaminhadas pelas Equipes de Estratégia de Saúde da Família e pela equipe multiprofissional. Protocolo 3096/2025

VALOR: R$ 40.963,00(quarenta mil, novecentos e sessenta e três reais)

Período de Vigência:O prazo de duração é de 101(cento e um) dias após a assinatura.

Publicado por:
Otavio Aguiar de Aguiar
Código Identificador:F41EDBF3

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 578-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 578/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para farmácia básica, conforme pregão eletrônico n° 19/2025.
VALOR: R$ 562,80 (Quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:4053CB3E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 579-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 579/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 02.520.829/0001-40
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para farmácia básica, conforme pregão eletrônico n° 19/2025.
VALOR: R$ 3.223,40 (Três mil duzentos e vinte e três reais e quarenta centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:580EF3FF

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 580-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 580/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 12.889.035/0001-02
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para farmácia básica, conforme pregão eletrônico n° 19/2025.
VALOR: R$ 839,92 (Oitocentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:9CAB043F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 581-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 581/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, CNPJ: 02.816.696/0001-54
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para farmácia básica, conforme pregão eletrônico n° 19/2025.
VALOR: R$ 930,00 (Novecentos e trinta reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:AC2CB77D

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 582-2025

SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATO N° 582/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 06.294.126/0001-00
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para farmácia básica, conforme pregão eletrônico n° 19/2025.
VALOR: R$ 580,34 (Quinhentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:DFDE6F21

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 583-2025

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONTRATO N° 585/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: CONSUL EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MNERAIS LTDA, CNPJ: 43.923.409/0001-92
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para aquisição de saibro para manutenção das estradas vicinais conforme pregão eletrônico n° 38/2025;
VALOR: R$ 157.848,60 (Cento e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:DF56FCE5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO 584-2025

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONTRATO N° 586/2025
CONTRATANTE:MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL CNPJ n° 01.610.503/0001-41
CONTRATADO: F. F. P. CHAISE LTDA, CNPJ: 59.321.433/0001-91
OBJETO: Referente a contratação de empresa especializada para locação de escaveira hidráulica e operador, conforme pregão eletrônico n° 41/2025
VALOR: R$ 141.825,00 (Cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais)
Período de Vigência: O prazo de duração é de 12 meses ou 1 ano

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:C35F94EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2025

Designa Comissão de Execução de Processo Seletivo Simplificado.

ALEXANDRE MODEL EVALDT, Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 93, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º - Os servidores abaixo relacionados como membros da Comissão de Execução deProcessoSeletivoSimplificado, destinado à contratação de pessoal por prazo determinado, em razão de excepcional interesse público:

Titulares: Jaime Mattos Bernsts, Yhury Matos Figueiredo Cardoso e Ramon da Silva Cândido;

Suplentes: Filipe Hahn Magnus, Mariane Mengue Webber e Ramon Justo Aguiar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e façam-se as devidas comunicações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, em 23 de setembro de 2025.

ALEXANDRE MODEL EVALDT
Prefeito Municipal

RAQUEL MODEL EVALDT HAHN
Secretária Municipal da Fazenda, Adm. e Planejamento

Publicado por:
Renato Nunes Borges
Código Identificador:4C685C65

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 087/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2025

O Município de Entre-Ijuís, torna público que no dia **19 de setembro de 2025**, às **9h**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, foi realizado processo de **Dispensa DE LICITAÇÃO**, do tipo **menor preço global,** para a **Contratação de empresa especializada com fornecimento de material e mão de obra, para execução/ implantação de projeto de Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Cortez.**

Vencedor: CASA DA PREVENÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 44.359.219/0001-57.

Valor: R$ 15.431,70 (Quinze mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta centavos).

Edital: https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao
Maiores informações:
Prefeitura Municipal: de segunda à sexta-feira
Horário: das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.
Endereço: Rua Francisco Richter, n.º 601
Telefone para contato: (55) 2120-2779.
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br

Entre-Ijuís/RS, 23 de setembro de 2025

BRASIL ANTONIO SARTORI -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Doberstein
Código Identificador:F7923F8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAARA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2069, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

LEI MUNICIPAL N° 2069, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 110.035,98 (cento e dez mil e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) com o objetivo de inclusão de despesas extraordinárias em ações e serviços do SUAS, com recursos oriundos do Governo Federal, nos termos da Portaria MDS nº 886/2023.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 110.035,98 (cento e dez mil e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), para a inclusão de despesas extraordinárias provenientes do Governo Federal, nos termos da Portaria MDS nº 886/2023, conforme especificação abaixo:

Órgão: 09 – Secretaria de Assistência Social
Unidade: Outros Vínculos
Função: 08 – Assistência Social
Sub função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 140 – Incremento Extraordinário - SUAS
Projeto: 1.121 – Incremento Temporário - SIGTV – Port. 886/2023
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo R$ 35.035,98
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica R$ 75.000,00
Fonte de Recurso: 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo 1º, será coberto:

I – Pelo Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor R$ 104.961,87 (cento e quatro mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), na fonte de recurso 660, devendo ser utilizado o nº 2 em substituição ao nº 1, por se tratar de recurso oriundo do superávit financeiro.

II – Pela Arrecadação à Maior, apurada em Balanço Orçamentário do exercício corrente no valor de R$ 5.074,11 (cinco mil e setenta e quatro reais e onze centavos), na Fonte de Recursos 660.

Art. 3º Fica incluído nas Metas e Prioridades para o Exercício de 2025 estabelecido pela Lei Municipal nº 2016 de 11 de novembro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias e na Lei Municipal nº 2023 de 26 de dezembro de 2024, que orça a receita e fixa a despesa

para o exercício de 2025, o seguinte Projeto: 1.121 – Incremento Temporário - SIGTV – Port. 886/2023.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM ____/_____/2025

VANESSA AMARAL DA SILVA CLARO
Secretária de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:9E886289

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2070, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 18.889,10 (dezoito mil oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos) com o objetivo de regulamentar a utilização de recursos extraordinários e emergenciais, nos termos da Portaria MDS nº 1.004/2024 e Medida Provisória nº 1.218/2024.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 18.889,10 (dezoito mil oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos), para a regulamentação da utilização de recursos extraordinários e emergenciais, nos termos da Portaria MDS nº 1.004/2024 e Medida Provisória nº 1.218/2024, conforme especificação abaixo:

Órgão: 09 – Secretaria de Assistência Social
Unidade: Outros Vínculos
Função: 08 – Assistência Social
Sub função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 44 – Plantão Social
Projeto: 1.123 – Repasse Extraordinário e Emergencial RS – MP 1.218/2024 – Port. 1.004 /2024.
Elemento de Despesa: 3.3.90.32 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita R$ 11.000,00
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo R$ 7.889,10
Fonte de Recurso: 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo 1º, será coberto:

I – Pelo Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor R$ 17.739,53 (dezessete mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos), na fonte de recurso 660, devendo ser utilizado o nº 2 em substituição ao nº 1, por se tratar de recurso oriundo do superávit financeiro.

II – Pela Arrecadação à Maior, apurada em Balanço Orçamentário do exercício corrente no valor de R$ 1.149,57 (mil cento e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), na Fonte de Recursos 660.

Art. 3º Fica incluído nas Metas e Prioridades para o Exercício de 2025 estabelecido pela Lei Municipal nº 2016 de 11 de novembro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias e na Lei Municipal nº 2023 de 26 de dezembro de 2024, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2025, o seguinte Projeto: 1.123 – Repasse Extraordinário e Emergencial RS – MP 1.218/2024 – Port. 1.004 /2024.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM ____/_____/2025

VANESSA AMARAL DA SILVA CLARO
Secretária de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:60FD9870

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2071, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 13.920,69 (treze mil novecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos) com o objetivo de inclusão de recursos provenientes do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social – PROCAD-SUAS, nos termos da Portaria MDS nº 871/2023.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 13.920,69 (treze mil novecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos), para a inclusão de recursos provenientes do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social – PROCAD-SUAS, nos termos da Portaria MDS nº 871/2023, conforme especificação abaixo:

Órgão: 09 – Secretaria de Assistência Social
Unidade: Outros Vínculos
Função: 08 – Assistência Social
Sub função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 44 – Plantão Social
Projeto: 1.122 – Financiamento Federal do PROCAD-SUAS – Port. 871/2023
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes R$ 13.920,69
Fonte de Recurso: 2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo 1º, será coberto:

I – Pelo Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor R$ 13.920,69 (treze mil novecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos), na fonte de recurso 660, devendo ser utilizado o nº 2 em substituição ao nº 1, por se tratar de recurso oriundo do superávit financeiro.

Art. 3º Fica incluído nas Metas e Prioridades para o Exercício de 2025 estabelecido pela Lei Municipal nº 2016 de 11 de novembro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias e na Lei Municipal nº 2023 de 26 de dezembro de 2024, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2025, o seguinte Projeto: 1.122 – Financiamento Federal do PROCAD-SUAS – Port. 871/2023 .

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM ____/_____/2025

VANESSA AMARAL DA SILVA CLARO
Secretária de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:B5012F7C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 2072, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação e organização do Conselho Municipal de Segurança Pública - COMSEG - e do Fundo Municipal de Segurança Pública e de Combate à Violência e à Criminalidade no município de Itaara/RS e dá outras providências.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Seção I
DO CONSELHO

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COMSEG do Município de Itaara, órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à segurança dos bens patrimoniais do Município e das pessoas físicas e ao combate à violência e à criminalidade.

Parágrafo único. O conselho fica vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, composto por representantes do Poder Público Estadual, Municipal e da sociedade civil.

Art. 2º Compete ao Conselho:
I - sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Município;
II - fiscalizar e assessorar a execução da Política Municipal de Segurança Pública;
III - acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública e privada, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão;
IV - sugerir e opinar sobre campanhas voltadas a não violência e pela paz;
V - sugerir e assessorar o Poder Executivo nos encontros, estudos, debates e eventos ligados à segurança dos bens públicos e das pessoas físicas e ao combate à violência e à criminalidade;
VI - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;
VII - opinar, previamente, sobre a realização de programas, projetos e ações de segurança pública a serem realizados pelo Poder Executivo;
VIII – opinar, previamente, acerca de instalação de empreendimentos de diversão, bares, salão de bailes, escolas de educação infantil, estabelecimentos bancários e congêneres;
IX - elaborar o seu Regimento Interno;
X - outras atividades correlatas.

Art. 3º O Conselho Municipal de Segurança Pública compor-se-á, paritariamente, de 13 (treze) membros titulares, que serão indicados pelas respectivas entidades, se desejarem participar do conselho, respeitando a seguinte composição:

I - 6 (seis) indicados pelo Poder Executivo, assim representados:
a) 01 membro da Secretaria Municipal de Planejamento;
b) 01 membro da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
c) 01 membro da Secretaria Municipal de Educação;
d) 01 servidor do quadro efetivo afeto à zeladoria municipal;
e) 01 membro do Conselho Tutelar ;
f) 01 membro da Defesa Civil.

II - 07 (sete) representantes da sociedade civil organizada, assim representada:
a) 01 membro da ACIASITA;
b) 03 membros de Associações de Bairros distintas entre si;
c) 01 membro da Representação Comunidade Escolar (CPM);
d) 01 membro da Segurança Privada;
e) 01 membro do CONSEPRO.

§ 1º Para cada titular será indicado o respectivo suplente.
§ 2º Os membros do conselho terão mandato de 2 (dois) anos, possibilitada a recondução uma vez por igual período.
§ 3º O preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário será realizado através de eleição entre os membros do Conselho, conforme dispuser o Regimento Interno.
§ 4º O exercício do mandato será gratuito e considerado como prestação de relevante serviço público ao Município.

Art. 4º O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação, submetendo-o ao Poder Executivo para homologação, por Decreto.

Art. 5º O Conselho Municipal de Segurança Pública se reunirá ordinariamente 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo único. O conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa, perderá o mandato, devendo o Prefeito Municipal nomear o seu sucessor, procedimento que também será adotado nos casos de renúncia.

Seção II
DO FUNDO

Art. 6º É criado o Fundo de segurança pública e de combate à violência e à criminalidade do Município de Itaara, que tem como objetivo proporcionar amparo financeiro aos programas, projetos, convênios, termos de cooperação, contratos e ações de segurança pública e de combate à violência e a criminalidade.

Art. 7º Constituem recursos do Fundo:
I - os aprovados em lei municipal e constantes do orçamento;
II - os auxílios e subvenções específicos, concedidos por órgãos públicos federais, estaduais e por entidades privadas;
III - os auxílios resultantes da celebração de convênio ou termo de cooperação entre o Município e o poder público ou as entidades privadas, nacionais ou internacionais, sob a forma de doação;
IV - os provenientes de financiamentos obtidos em instituições bancárias oficiais ou privadas;
V - os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades.
Parágrafo único. Os recursos do Fundo destinar-se-ão exclusivamente ao financiamento dos objetivos previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 8º O Fundo ficará vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e será por esta administrado.
Parágrafo único. O órgão ao qual estiver vinculado o Fundo fornecerá todos os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo.

Art. 9º Toda liberação de recursos pelo Fundo somente será efetuada após o recebimento de parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança Pública e da Secretaria de Finanças.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Finanças manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo,

obedecido ao previsto na Lei Federal nº 4.320/64, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados.
§ 1º O Departamento de Contabilidade Municipal apresentará, mensalmente, ao Conselho Municipal de Segurança Pública, os balancetes que demonstrem o movimento do Fundo, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitados.
§ 2º Ao final do exercício, o Departamento de Contabilidade prestará contas ao Conselho, com peças contábeis idênticas às que integrarem a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, o qual emitirá o seu parecer sobre a prestação de contas do Fundo, encaminhando-o ao Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 11. Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, no Município.
Parágrafo único. Obedecida à programação financeira, previamente aprovada, o excesso de caixa existente será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial de crédito, vedada a aplicação em bancos privados.

Art. 12. Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio municipal, registrando-se a fonte de aquisição.
§ 1º O serviço de patrimônio municipal apresentará, sempre que solicitado e, obrigatoriamente, ao final de cada exercício, a relação dos bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo ou que lhe venham a ser doados.
§ 2º Os materiais adquiridos pelo Fundo serão controlados e administrados pelo setor de patrimônio municipal e movimentados por solicitação do Conselho Municipal de Segurança Pública - COMSEG.

Art. 13. Após a promulgação da Lei do Orçamento, o Departamento de Contabilidade Municipal apresentará ao Conselho o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, destinados a proporcionar o apoio e o incentivo aos programas de atividade previstos nesta Lei.

Art. 14. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura orçamentária.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM ____/_____/2025

VANESSA AMARAL DA SILVA CLARO
Secretária de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:4A5A479D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7569/25

Revoga Suplementação.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais, REVOGA, **retroativo a 10/09/2025**, **14 (quatorze) horas de suplementação de carga horária** da Professora de Anos Iniciais **Adriana Fátima Felin**, mat.3058-9, concedida pela Portaria n° 7331, de 28 de abril de 2025**, restando 4 (cinco) horas semanais de suplementação de carga horária,** conforme solicitação do Memorando n° 6.627/2025 da Secretaria de Educação e Desporto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:E7C723FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7565/25

Transfere Servidor.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais, TRANSFERE, a partir de 23/09/2025, do Cargo em Comissão de **Diretora Administrativa** para o Cargo em Comissão de **Assessora Superior,** de mesmo provimento e padrão (CCIII), sem pagamento de verbas rescisórias e incorporando o tempo de serviço já prestado ao cargo atual, à servidora **Daniela dos Santos Guedes**, mat. 2864-9, sendo lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:6BA9B92C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7566/25

Transfere Servidor.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais, TRANSFERE, a partir de 23/09/2025, do Cargo em Comissão de **Assessor Superior** para o Cargo em Comissão de **Diretor Administrativo,** de mesmo provimento e padrão (CCIII), sem pagamento de verbas rescisórias e incorporando o tempo de serviço já prestado ao cargo atual, ao servidor **Sr. Lucas Cecco Cavalheiro**, mat. 3091-0, sendo lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:0EF6262D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7567/25

Concede férias.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina a Lei Orgânica, concede férias aos seguintes servidores:

Matrícula – Nome	Período Aquisitivo	Gozo	Qtde Dias
1222-0 Fernando Paiva de Almeida	16/10/2023 a 15/10/2024	15/10/25 a 24/10/2025	10 dias

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:A7D38C3B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7568/25

Exonera Servidor de Cargo Efetivo.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais, **EXONERA**, a pedido, a partir de 22/09/2025, o **Sr. Vitor Ângelo Alberti**, mat. 3033-3, do Cargo

Efetivo de **Operário Especializado**, de que trata a Lei Municipal n° 1964/23.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:B17D3CA7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7570/25

Outorga Competência Formal e Legal para Operação do Sistema de Cadastro - SISCAD do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS).

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais, OUTORGA a competência formal e legal, como **responsável pelas Informações Complementares da Folha de Pagamento** junto ao Sistema de Cadastro - SISCAD, para a servidora **Luiza Teixeira da Silva,** CPF 030.194.800-35, mat. 3093-7, Agente Administrativa.

Art. 1º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação legal, ficando revogada a Portaria nº 7423, de 25 de junho de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 23 dias do mês de setembro de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:9EA7FAA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7571/25

Designa Membros Fiscais para Manutenção Veicular.

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1° DESIGNAR os servidores abaixo como membros fiscais para **Manutenção corretiva no sistema hidráulico do veículo MERCEDEZ BENZ - SPRINTER 311 CDISTREETC, PLACA IVV-0085, ANO/MODELO 2013/2014, COR BRANCA, CHASSI: 8AC906133EE086530, utilizado nas demandas no Setor de Iluminação do Município de Itaara**, conforme processo administrativo 1.856/2025 e conforme solicitado no memorando 6.603/2025, advindos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços:

Titular: José Cristiano Saldanha de Oliveira, mat. 1572-5, Mecânico
Suplente: Anderson dos Santos Sartoni, mat. 3070-8, Mecânico

Art.2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2025.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:40B726A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITATI

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA 002 2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

Processo Adm: Nº 160/2025

Objeto:Edital de Concorrência Eletrônica - abertura de processo licitatório, para contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção de Creche e Escola de Educação Infantil, no Município de Itati/RS padrão FNDE- Creche Tipo 2, no âmbito do Convênio TransfereGov n°. 3.150/2024 FNDE/CAIXA, em conformidade à projetos técnicos, memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas técnicos e demais demonstrativos técnicos para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresas vencedoras valor total: R$ 3.599.000,00(três milhões e quinhentos e noventa e nove mil reais):DAMMANN CONSTRUTORA E URBANIZADORA LTDA(08948608000154) com os lotes: 1 no valor total de R$ 3.599.000,00 (três milhões e quinhentos e noventa e nove mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITATI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Decreto 010/2024, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ITATI (RS), terça-feira, 23 de setembro de 2025

MADALENA TRISCH RAPACK
Autoridade Competente

Publicado por:
Rute Klein Witt
Código Identificador:F04E806F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO CONCORRRENCIA 0022025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2025

CONTRATANTE: Município de Itati/RS, inscrito no CNPJ sob nº 04.158.995/0001-74, representado pela Prefeita Municipal Sra. Madalena Trisch Rapack.
CONTRATADA: Dammann Construtora e Urbanizadora Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 08.948.608/0001-54, com sede em Teutônia/RS, representada pela Sra. Eligia Wink Dammann.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de Creche e Escola de Educação Infantil, padrão FNDE – Creche Tipo 2, no âmbito do Convênio TransfereGov nº 3.150/2024 FNDE/CAIXA, em conformidade com projetos técnicos, memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas técnicos e demais demonstrativos técnicos, destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
VALOR TOTAL: R$ 3.599.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sec. Municipal de Educação e Cultura – Projeto Atividade 1009 – Elemento de Despesa 3.4.4.90.51.99.00.00.00 – Despesa Orçamentária 141009.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 002/2025, Processo Licitatório nº 160/2025 e Processo Administrativo nº 1.835/2025.
DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2025.

ASSINAM: Madalena Trisch Rapack – Prefeita Municipal; e Eligia Wink Dammann – Representante Legal da Contratada.

Publicado por:
Rute Klein Witt
Código Identificador:D8ADC2A6

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO CONCORRENCIA 002 2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025
Processo Adm: Nº 160/2025

Edital de Concorrência Eletrônica - abertura de processo licitatório, para contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção de Creche eEscola de Educação Infantil, no Município de Itati/RS padrão FNDE- Creche Tipo 2, no âmbito do Convênio TransfereGov n°. 3.150/2024 FNDE/CAIXA, em conformidade àprojetos técnicos, memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas técnicos e demais demonstrativos técnicos para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Empresa vencedora valor total: R$ 3.599.000,00
(três milhões e quinhentos e noventa e nove mil reais): DAMMANN CONSTRUTORA E URBANIZADORA LTDA
(08948608000154) com o lote: 1 no valor total de R$ 3.599.000,00 (três milhões e quinhentos e noventa e nove mil reais).

ITATI (RS), terça-feira, 23 de setembro de 2025

RAQUEL SIMONI DOS SANTOS DICKSEN
Condutor de Processos

Publicado por:
Rute Klein Witt
Código Identificador:40A8AB5A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAGOÃO

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA 036/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2025
RATIFICA
O Prefeito Municipal de Lagoão, Estado do Rio Grande do Sul no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA E HOMOLOGA A DISPENSA DE LICITAÇÃO n° **036/2025** com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei de Licitações e suas alterações, para a Aquisição de 165 m² (cento e sessenta e cinco metros quadrados) de grama sintética 20 mm, acompanhada de 08 (oito) baldes de cola de contato 2,8 kg, para reposição da área de brinquedos da Praça Municipal de Lagoão/RS, o valor total da aquisição é de **R$7.654,50 (sete mil seiscentos e cinquenta e quatro reais com cinquenta centavos)**, sendo contratada a empresa **MAURICIO GOULART CORREA**, com sede na Av. Sertório, Bairro Jardim São Pedro, Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.078.441/0001-55 neste ato representada pelo Senhor Mauricio Goulart Correa , portador do CPF nº 449.162.130-68, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS.

Lagoão-RS, 23 de setembro de 2025.

NÉLIO FORNARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiani de Camargo
Código Identificador:BD8996BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARATÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SÚMULA DE CONTRATO N° 089/2025 DA LICITAÇÃO N° 100/2025 INEXIGIBILIDADE N° 019/2025

CONTRATANTE: Município de Maratá. **CONTRATADO:** RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO (TRIBUNAL DE JUSTIÇA). **OBJETO:** Aquisição de área de terras urbana com 11.888,22m² (onze mil, oitocentos e oitenta e oito metros e vinte e dois decímetros quadrados), situada na Avenida Irmãos Ko Freitag, s/n, Centro, no Município de Maratá/RS, de propriedade da empresa Indústria de Laticínios Nutrilat Ltda, compreendendo as matrículas nº 31.169 e nº 36.626, ambas do Registro de Imóveis de Brochier/RS, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.320/2025, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Juízo competente no processo nº 5002903-37.2021.8.21.0159. **VALOR TOTAL:** R$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 31/12/2025. **DATA DO CONTRATO:** 23/09/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08 – SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS
04.122.0010.1227.0000 – AQUISIÇÃO DE IMOVEIS PARA ATEND. DE SERV. PUBLICOS
3.4.4.90.61.99.00.00.00- OUTRAS AQUISIÇÕES DE BENS IMOVEIS – 846001.

GISELE ADRIANA SCHNEIDER -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jéssica Maria Kremer
Código Identificador:2691D411

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 1181, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOEL GHISIO, PREFEITO MUNICIPAL DE MARIANA PIMENTEL, no uso de suas atribuições legais descritas no art.66, inciso III e IV da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Artigo 1º - É aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$37.000,00 (Trinta e sete mil reais) para fazer frente às despesas nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 01 - Departamento de Educação - Apoio Administrativo
Projeto/Atividade: 2.028 - Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo da Educação
Rubrica:3.3.90.30.00.00.00.00.1.500 - 163 - Material de Consumo.....R$10.000,00
Unidade: 02 - Departamento de Educação - Ações Finalísticas
Projeto/Atividade: 2.031 - Fornecimento e Merenda Escolar
Rubrica:3.3.90.30.00.00.00.00.1.500 - 211 - Material de Consumo.....R$25.000,00

Órgão: 18 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 01 - Apoio Administrativo
Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Rural
Rubrica:3.3.90.93.00.00.00.00.1.500 - 74 - Indenizações e Restituições.....R$2.000,00

Artigo 2º - Os Créditos Adicionais Suplementar serão cobertos por recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 01 - Departamento de Educação - Apoio Administrativo
Projeto/Atividade: 2.028 - Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo da Educação
Rubrica:3.3.90.40.00.00.00.00.1.500 - 169 - Serviços de Tecnologia da Informação.....R$10.000,00
Unidade: 02 - Departamento de Educação - Ações Finalísticas
Projeto/Atividade: 1.039 - Contratualização com a Associação dos Estudantes - Ensino Superior
Rubrica:3.3.50.41.00.00.00.00.1.500 - 236 - Contribuições.....R$25.000,00

Órgão: 18 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 01 - Apoio Administrativo
Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Rural
Rubrica:3.3.90.92.00.00.00.00.1.500 - 73 - Despesas de Exercícios Anteriores ....R$2.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariana Pimentel, 22 de setembro de 2025.

JOEL GHISIO,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se:

Publicação:
Período: 30(trinta) dias, a contar da data de 22/09/2025.
Local: site oficial da FAMURS e mural de exposições deste órgão.

Publicado por:
Delci Antonia Wienskowski Dietrich
Código Identificador:0B53C0F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO (CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO) DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEMAIS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DO MUNICÍPIO DE MARIANA PI

DECRETO Nº 2006, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO (CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO) DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEMAIS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DO MUNICÍPIO DE MARIANA PIMENTEL/RS.

JOEL GHISIO, Prefeito Municipal de Mariana Pimentel, no uso de suas atribuições legais descritas no art. 66 e art. 80 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Recadastramento (Censo Cadastral Previdenciário) dos segurados e beneficiários do FMAPSP, Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Mariana Pimentel/RS, que tem por finalidade a criação, atualização e consolidação do cadastro funcional do público-alvo.

Parágrafo único. O Recadastramento é de caráter obrigatório para todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo, ativos, os aposentados e pensionistas de todos os Poderes, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, caso existam.

Art. 2º O Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos - FMAPSP juntamente com a Secretaria Municipal de Administração serão os responsáveis pela organização, implementação e gerenciamento da programação da execução do Recadastramento.

Art. 3º O Recadastramento será realizado nos dias úteis compreendidos no período de **02/10/2025 a 10/10/2025**, conforme cronograma abaixo:

PÚBLICO

APOSENTADOS E PENSIONISTAS – 02 e 03/10/2025

SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS – 06 a 10/10/2025

Art. 4º O recadastramento será precedido de ampla divulgação, conforme os meios disponíveis na Prefeitura Municipal.

Art. 5º Na execução do Recadastramento compete à empresa responsável efetuar a complementação, alteração e a validação dos dados cadastrais dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, ativos, aposentados, pensionistas e demais segurados do RPPS do Município de Mariana Pimentel, Estado do Rio Grande do Sul, em base de dados disponibilizada por meio do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão.

§1° Os servidores públicos titulares de cargo efetivo, ativos, aposentados, pensionistas e demais segurados deverão apresentar a documentação dos seus dependentes, quando houver, durante a execução do Recadastramento.

§2° Para os fins deste Decreto, o cadastramento do dependente indicado pelo servidor ativo ou aposentado não presume a condição de dependência econômica e não dispensa a sua avaliação no momento do requerimento do benefício, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º O Recadastramento será realizado mediante a obrigatória apresentação do seguintes documentos originais:

I – Para o recadastramento dos servidores ativos:
a) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional).
b) Cartão CPF.
c) Cartão do PASEP / PIS/ NIT.
d) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone – pode ser de um dos últimos 3 meses); ou na falta deste uma declaração de residencia (modelo Anexo I).
e) Título de eleitor.
f) Apostila de posse (portaria ou termo de posse), CTPS (Carteira de Trabalho).
g) Contracheque referente ao mês anterior ao início do recadastramento.
h) Comprovante de escolaridade (pode ser diploma do Ensino fundamental, médio ou superior de acordo com o grau que o servidor possui).
i) Certidão de nascimento ou documento de identificação com foto dos dependentes: (filho ou filha se houver) menores de 21 anos ou inválido), (cônjuge, companheiro(a) se houver).
j) Cartão CPF dos dependentes; (cônjuge, companheiro (a), Filho (a), menores de 21 anos ou inválido).
k) Certidão de casamento, ou Nascimento de acordo com a situação ou Declaração Judicial de União Estável se for o caso.
l) O servidor cedido para outro órgão ou entidade do Município deverá apresentar o ato de cessão.

II – Para o recadastramento dos pensionistas:
a) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional).
b) Cartão CPF.
c) Cartão CPF do instituidor da pensão.
d) Certidão de óbito do instituidor do benefício.
e) Certidão de casamento, Declaração Judicial de União Estável e/ou Nascimento.
f) Ato de concessão e/ou publicação da Pensão por Morte (decreto ou portaria).
g) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone – pode ser de um dos últimos 3 meses); ou na falta deste uma declaração de residência(modelo Anexo I).
h) Contracheque referente ao mês anterior ao início do Recadastramento.

III – Para o recadastramento dos servidores aposentados:
a) Documento de identificação com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional).
b) Cartão CPF.
c) Cartão PASEP/PIS/NIT.
d) Título de eleitor.
e) Apostila de posse (portaria ou termo de posse), CTPS (carteira de trabalho).
f) Ato de concessão e/ou publicação da aposentadoria.
g) Certidão de casamento, Declaração Judicial de União Estável e/ou nascimento.
h) Certidão de nascimento ou documento de identificação com foto dos dependentes: filho ou filha menores de 21 anos ou inválido (se houver).
, cônjuge, companheiro(a) (se houver).
i) Cartão CPF dos dependentes; filho ou filha menores de 21 anos ou inválido (se houver), cônjuge, companheiro(a) (se houver).
j) Contracheque referente ao mês anterior ao início do Recadastramento.
k) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone – pode ser de um dos últimos 3 meses); ou na falta deste uma declaração de residência(modelo Anexo I).

IV – Para o recadastramento dos dependentes:
Filho(a):
a) Documento de identificação com foto (se houver), ou Certidão de Nascimento para filho(a), menores de 21 anos e para o filho inválido, Termo de Curatela ou Interdição e Laudo médico atestando incapacidade definitiva.
b) Cartão CPF.

Cônjuge ou Companheiro(a):
a) Documento de identificação com foto.
b) Cartão CPF.
c) Certidão de casamento, Declaração Judicial de União Estável.

Outras declarações:
• Servidor(a) ativo(a) que tenha companheira(o) e não tenha a Declaração Pública de União Estável, deverá preencher e assinar a Declaração de União Estável – Anexo II.
• Servidor ativo seja legalmente casado, mas esteja separado de fato, deverá preencher e assinar a Declaração de Separação de Fato – Anexo III.
• Existência de Declaração Pública de União Estável, mas tenha cessado a união, ou no caso de alteração de dependente na condição de companheira, deverá preencher e assinar a Declaração de Cessação de União Estável – Anexo IV.
Servidores Efetivos ativos e aposentados deverão preencher e assinar a Declaração de Acumulação ou Não Acumulação de Cargo Público – Anexo V.

Art. 7º O Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos - FMAPSP, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração de Mariana Pimentel-RS, elaborarão plano de execução dos serviços com a definição dos locais e horários de realização do Recadastramento, observado o disposto no art. 4º deste Decreto.

Art. 8º O recadastramento é de caráter obrigatório e pessoal, devendo o servidor titular de cargo efetivo, ativo, aposentado, pensionista e demais segurados comparecer no local e horário previamente definidos nos termos do artigo 7º, munido da documentação descripta no artigo 6º.

§ 1º O servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados que não comparecer para realizar o Recadastramento terá o pagamento de sua remuneração, proventos ou pensão suspenso a partir do mês imediatamente posterior a conclusão do recadastramento, ficando seu restabelecimento condicionado ao comparecimento à Unidade Gestora do RPPS para sua regularização.

§ 2º O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento imediatamente posterior a do mês em que houve o efetivo recadastramento, assim como deverá ser incluso nesta folha o pagamento de diferença eventualmente não paga.

§ 3º Após seis meses de suspensão, será cancelado o pagamento da remuneração ou dos proventos da aposentadoria ou pensão, por não realização do Recadastramento, observando o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 4º O servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados a ser recadastrado que se encontrar incapacitado para comparecer ou se locomover até ao local do Recadastramento, deverá apresentar atestado médico, por pessoa da família ou procurador, junto ao atendimento específico do FMAPSP para agendamento de visita in loco, desde que residente e domiciliado na Zona Urbana de Mariana Pimentel - RS, informando o endereço completo com ponto de referência.

§ 5º Nos casos descritos no parágrafo anterior, o servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados a ser recadastrado, não sendo localizado, será notificado por meio de correspondência, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para a realização do recadastramento. Após este prazo, a ausência não justificada acarretará a suspensão do seu pagamento.

Art. 9º A apresentação dos documentos por terceiro para representar o interessado junto ao Recadastramento somente será aceita nas seguintes situações:

I – impossibilidade de o servidor ativo estar em Mariana Pimentel-RS, à vista de documento que comprove essa condição e da necessária autorização para esse afastamento, por meio de procurador com mandado específico para o Recadastramento.
II - comprovação, pelo aposentado ou pensionista, de residência fora da cidade de Mariana Pimentel-RS, por meio de procurador com mandado específico para o Recadastramento.

Parágrafo único – O servidor público titular de cargo efetivo, ativo, aposentado, pensionista e demais segurados que se encontrar no exterior deverá encaminhar à Unidade Gestora do RPPS do Município de Mariana Pimentel-RS, além da documentação constante do art. 6º, declaração de vida emitida por consulado ou embaixada brasileira no país em que se encontrar.

Art.10. O recadastramento será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I – integração de sistemas e bases de dados.
II – inclusão dos dados cadastrais no SIPREV/Gestão de forma progressiva.
III – realização permanente de recadastramento com a utilização do aplicativo SIPREV/Gestão.
IV - validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para o CNIS/RPPS.
V - melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Mariana Pimentel-RS objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão; e
VI - ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 11 O público-alvo a ser recadastrado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art. 12 Fica instituído o Recadastramento Anual dos Aposentados e Pensionistas.

§ 1º Os Aposentados e Pensionistas deverão se recadastrar anualmente, a partir do exercício de 2026, no mês do respectivo aniversário, com a finalidade de promover a atualização de seus dados cadastrais.

§ 2º O recadastramento anual de que trata este Artigo deverá ser feito na sede do Fundo Previdenciário do Município de Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos - FMAPSP, mediante a obrigatória apresentação dos documentos descritos no Artigo 6º.

§ 3º Os Aposentados e Pensionistas que não se recadastrarem no mês do respectivo aniversário terão suspensos seus proventos.

§ 4° O pagamento dos proventos suspensos será restabelecido quando da regularização do recadastramento de que trata este artigo.

Art. 13 Fica a Presidência do FMAPSP autorizada a expedir os atos normativos complementares que venham a ser necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 14 Os casos não especificados neste Decreto serão deliberados pela Presidência do FMAPSP.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARIANA PIMENTEL, 17 de setembro de 2025.

JOEL GHISIO,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se:

Publicação:
Período: 30(trinta) dias, a contar da data de 17/09/2025.
Local: site oficial da FAMURS e mural de exposições deste órgão.

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Eu, _____, servidor(a)/aposentado(a)/pensionista do Município de Mariana Pimentel/RS, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP _____, declaro, sob as penas da lei, que este é meu endereço atual para fins de atualização cadastral junto ao FMAPSP – Regime Próprio de Previdência Social.

Mariana Pimentel/RS, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Eu, _____, servidor(a) público(a) do Município de Mariana Pimentel/RS, declaro, para os devidos fins, que convivo em união estável com _____, desde ____/____/____, conforme dispõe a legislação vigente.

Mariana Pimentel/RS, ____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO

Eu, _____, servidor(a) público(a) do Município de Mariana Pimentel/RS, declaro, para os devidos fins, que apesar de legalmente casado(a) com _____, encontro-me separado(a) de fato desde ____/____/____.

Mariana Pimentel/RS, ____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CESSAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Eu, _____, servidor(a) público(a) do Município de Mariana Pimentel/RS, declaro, para os devidos fins, que a união estável mantida com _____, foi encerrada em ____/____/____, conforme legislação aplicável.

Mariana Pimentel/RS, ____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, servidor(a) aposentado(a)/pensionista do Município de Mariana Pimentel/RS, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) do RG nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP _____,

DECLARO, sob as penas da lei, que:

( ) **NÃO exerço** nenhum cargo, emprego ou função pública em esfera municipal, estadual ou federal.

( ) **EXERÇO** cargo/emprego/função pública junto a _____ (informar órgão ou entidade), no cargo de **_____, matrícula nº _____, desde_____/_____/_____.**

Estou ciente de que a omissão ou a prestação de informação falsa poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

Mariana Pimentel/RS, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Delci Antonia Wienskowski Dietrich
Código Identificador:4B3E91F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA CANDELÁRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PUBLICAÇÕES LEGAIS

SÚMULA DE TERMO ADITIVO

1) Terceiro Termo Aditivo ao ConAsJur 13/2024. PARTES: Município de Nova Candelária e Associação Hospitalar Boa Vista. OBJETO: inclusão do cofinanciamento de cirurgias de porte médio e grande. Processo de Inexigibilidade 02/2024. VALOR: R$2.750,00/cirurgia. DATA DE ASSINATURA/VIGÊNCIA: 23/09/2025.

Publicado por:
Marcio Cristiano Feyh
Código Identificador:4C31208E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PREFEITURA DE PAULO BENTO LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

PREFEITURA DE PAULO BENTO
LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

O MUNICÍPIO DE PAULO BENTO/RS, por meio de seu representante legal, vem através deste extrato, **Rerratificação do EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 001/2025**, publicado no endereço eletrônico e comunicado nos Classificados- Publicações Legais- Jornal Bom dia página 12 no dia 13 de agosto de 2025 e no dia 15 de agosto de 2025, referente a Regularização Fundiária Urbana no núcleo urbano Baccin pela Lei Federal n° 13.465/2017, *objeto da matrícula*

nº 72.636, nº 19.755 e nº 1.169, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Erechim /RS. O edital completo encontra-se publicado no mural de publicações oficiais do Município junto à Prefeitura Municipal e no seguinte meio eletrônico no endereço https://www.paulobento.rs.gov.br

Paulo Bento/RS, 23 de setembro de 2025.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Tederke
Código Identificador:56804467

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 254/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 130/2025

O Município de Paulo Bento/RS, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 130/2025 em favor da empresa ITACIR ORSO(MECÂNICA ORSO), inscrito no CNPJ sob o nº 05.084.938/0001-50. Objeto: Manutenção micro-ônibus IVV8827. Valor total de R$ 1.275,00 (Um mil duzentos e setenta e cinco reais). Período do contrato: 01 mês. Fundamentação legal: Fundamentação legal: Art.75, §7º da Lei nº. 14.133/2021, e suas alterações.

Paulo Bento/RS, 23 de setembro de 2025.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Orso Micheli
Código Identificador:A215456B

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 255/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 131/2025

O Município de Paulo Bento/RS, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 131/2025 em favor da empresa TIAGO GEVINSKI, inscrito no CNPJ sob o nº 21.997.535/0001-59. Objeto: Manutenção sprinter placa JAL2H98. Valor total de R$ 1.864,00 (Um mil oitocentos e sessenta e quatro reais). Período do contrato: 01 mês. Fundamentação legal: Fundamentação legal: Art.75, §7º da Lei nº. 14.133/2021, e suas alterações.

Paulo Bento/RS, 23 de setembro de 2025.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Orso Micheli
Código Identificador:B0711413

PREFEITURA DE PAULO BENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 252/2025 ATA COMPARTILHADA – CIRAU CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 252/2025
ATA COMPARTILHADA – CIRAU
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2025

O Município de Paulo Bento/RS, torna público o Processo Licitatório nº 252/2025 – Ata Compartilhada Cirau – Contrato Administrativo Nº 115/2025, em favor da empresa GRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 14.767.899/0001-87. Objeto: Aquisição de uma Pá Carregadeira para a Secretaria de Obras. Valor total de R$ 419.500,00 (Quatrocentos e dezenove mil e quinhentos reais). Período do contrato: 12 meses. Fundamentação legal: Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

Paulo Bento/RS, 23 de setembro de 2025.

EVANDRO BARATTO
Prefeito Municipal de Paulo Bento/RS.

Publicado por:
Ana Paula Tederke
Código Identificador:90522890

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 378, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA-RS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 807, Regime Jurídico dos Servidores e suas alterações,

RESOLVE:

RATIFICAR a **CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA**, não remunerada, a servidora **PATRICIA ADELINE MICHEL**, matrícula nº 1155, por ausentar-se do serviço no dia 19 de setembro de 2025, conforme protocolo nº 1000, de 22 de setembro de 2025.

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:958D6F04

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 379, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA-RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ANUÊNIO à razão de **1%** (**um por cento**) aos servidores admitidos após a publicação da Lei Municipal nº 807/2012 e que completam o período aquisitivo, por ano de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento de sua classe inicial, a:

MAT.	SERVIDOR	ANUÊNIO	DATA AQUISIÇÃO	MÊS CONCESSÃO
798	MARGARETE HAACKER NECKEL	04	11/08/2025	Setembro/2025

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais que foram atingidos pela suspensão prevista na Lei Complementar Federal nº 173/2020, tiveram a data de aquisição calculada levando-se em consideração o período de suspensão previsto naquela Lei, não mais percebendo o benefício no mês posterior ao aniversário de sua admissão, mas sim, aquele previsto no artigo 1º desta Portaria.
Parágrafo único. Os servidores lotados nas funções eminentemente ligadas à saúde, permaneceram recebendo o benefício no mês imediatamente posterior ao aniversário de sua admissão, nos termos do artigo 87, P.U., da Lei Municipal nº 807/2012 c/c Lei Complementar Federal nº 191/2022.

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:17F070D6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 380, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA-RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER ANUÊNIO à razão de **1%** (**um por cento**) aos servidores admitidos após a publicação da Lei Municipal nº 807/2012 e que completam o período aquisitivo, por ano de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento de sua classe inicial, a:

MAT.	SERVIDOR	ANUÊNIO	DATA AQUISIÇÃO	MÊS CONCESSÃO
911	DIEGO MICHEL MACHADO CAMARGO	03	22/08/2025	Setembro/2025
912	JULIANA LUISA KOCH	03	22/08/2025	Setembro/2025
1101	JEAN CARLOS SCHMITZ	01	01/08/2025	Setembro/2025
1103	MARCIANE ZANG	01	19/08/2025	Setembro/2025

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:FE712B4C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 381, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA-RS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ANUÊNIO, à razão de **2% (dois por cento)** aos servidores efetivos admitidos antes da publicação da Lei 807/2012, que completam o período, por ano de serviço público prestado ao Município, incidente sobre o vencimento de sua classe inicial, a:

MAT.	SERVIDOR	ANUÊNIO	DATA AQUISIÇÃO	MÊS CONCESSÃO
219	DANIEL LEANDRO KARLING	19	09/08/2025	Setembro/2025
171	ALESSANDRA TATIANA MÜLLER	22	22/08/2025	Setembro/2025

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais que foram atingidos pela suspensão prevista na Lei Complementar Federal n° 173/2020, tiveram a data de aquisição calculada levando-se em consideração o período de suspensão previsto naquela Lei, não mais percebendo o benefício no mês posterior ao aniversário de sua admissão, mas sim, aquele previsto no artigo 1º desta Portaria.
Parágrafo único. Os servidores lotados nas funções eminentemente ligadas à saúde, permaneceram recebendo o benefício no mês imediatamente posterior ao aniversário de sua admissão, nos termos do artigo 87, P.U., da Lei Municipal n° 807/2012 c/c Lei Complementar Federal n° 191/2022.

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:7068E59C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 382, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA- RS, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

CONCEDER PRÊMIO ASSIDUIDADE, correspondente ao valor igual ao padrão de referência dos servidores públicos municipais de R$1.181,14, definido em Lei, a servidora pública municipal abaixo relacionada:

MAT.	SERVIDOR	DATA AQUISIÇÃO	MÊS CONCESSÃO
680	ROSANE JANETE KLEIN	10/08/2025	Setembro/2025

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:A22C3567

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 383, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA-RS, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

CONCEDER PRÊMIO ASSIDUIDADE no valor igual a UM MÊS DE VENCIMENTO do seu cargo efetivo, definido em Lei, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

MAT.	NOME	DATA DA AQUISIÇÃO	MÊS CONCESSÃO
102	ELENI SALETE EXNER	05/08/2025	Setembro/2025
89	EVANDRO KUNZ	05/08/2025	Setembro/2025
28	MARCUS JOSE HECK	05/08/2025	Setembro/2025
30	MARIA EVANICE WEBER FREIMUTH	05/08/2025	Setembro/2025
22	SIDOLA MARIA SCHNEIDER BERG	05/08/2025	Setembro/2025

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 23 de setembro de 2025.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucineia Gubert
Código Identificador:BCA4719E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - LICITAÇÕES DISPENSA DE LICITAÇÃO N°016/2025-CONTRATAÇÃO DE QUALITY SEG SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA, PARA REALIZAR FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE OCUPACIONAL E AVALIAÇÃO MÉDICA PERICIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2025

Conforme o que consta no presente processo e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, torna público a justificativa para a DISPENSA DE LICITAÇÃO na contratação de QUALITY SEG SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 41.209.680/0001-35, para realizar futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços especializados em saúde ocupacional e avaliação médica pericial, por meio de Dispensa de Licitação, processada sob o sistema de Registro de Preços, com o objetivo de atender as demandas relacionadas à gestão da saúde e

segurança dos servidores públicos municipais, conforme previsto na legislação trabalhista e nas normativas específicas que regem o serviço público, visando suprir as demandas da Secretaria Municipal de Administração do Município de Protásio Alves-RS.
Justifica-se a presente contratação visando a prestação de serviços especializados em saúde ocupacional e avaliação médica pericial, com o objetivo de atender as demandas relacionadas à gestão da saúde e segurança dos servidores públicos municipais, conforme previsto na legislação trabalhista e nas normativas específicas que regem o serviço público.
A Secretaria Municipal de Administração é responsável por garantir que os servidores estejam aptos física e mentalmente para o exercício de suas funções, além de zelar pela prevenção de riscos à saúde no ambiente de trabalho.
A contratação desses serviços justifica-se pela necessidade de atendimento técnico especializado, que não pode ser executado diretamente pela Administração Municipal por ausência de equipe própria com formação específica, estrutura clínica ou equipamentos adequados. Ademais, o atendimento deverá ser realizado conforme demanda, com agilidade, sigilo profissional e emissão de documentos técnicos válidos juridicamente.
Portanto, a contratação é essencial para o cumprimento da legislação vigente, a promoção da saúde ocupacional dos servidores, a prevenção de afastamentos, a identificação precoce de doenças relacionadas ao trabalho e a garantia de ambientes laborais mais seguros e saudáveis
O valor total da presente contratação é de R$ 27.150,00 (vinte e sete mil, cento e cinquenta reais).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES/RS.

Aos 19 dias do mês de setembro de 2025

ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Costa
Código Identificador:1E012E1D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 045/2025

PREGÃO ELETRÔNICO 045/2025 – Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria técnica e acompanhamento especializado em engenharia de minas/geologia e do meio biótico, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). **Sessão Pública: 09/10/2025, às 8h30min**, através do site https://bnccompras.com. Edital e mais informações: site www.restingaseca.rs.gov.br, fone: (55) 3261-3200, ou à Rua Moisés Cantarelli, 368, CEP 97200-000.

Restinga Sêca, 23 de setembro de 2025.

NORTON SOARES DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabelle da Silva Boligon
Código Identificador:5DF17B56

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA-RS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 049/2025
CONTRATO Nº 095/2025
CONTRATADA: VN BRASIL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO DE PRODUTOS E SOLUÇÕES EM GERAL LTDA
CNPJ Nº 26.490.917/0001-05
OBJETO: Aquisição de material didático-pedagógico para a EMEI Edwaldo Bernardo Hoffmann, turmas de Pré-B, da faixa etária 05 anos, do Tempo Integral, que irá servir como suporte à prática docente ao trabalhar contos infantis, alinhando-se à BNCC, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR: R$ 7.045,00 (sete mil e quarenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
DATA DE ASSINATURA: 23/09/2025.

Restinga Sêca, 24 de setembro de 2025.

NORTON SOARES DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Ivana Kirsch
Código Identificador:E71ADBF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PREGÃO ELETRÔNICO N°017/2025

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n°017/2025
A Câmara Municipal do Rio Grande torna público para conhecimento dos interessados que será realizado **Pregão Eletrônico n°017/2025- Aquisição de Material de Informática (equipamentos e licenças), conforme descrito nesse edital e seus anexos, no dia 06/10/2025, às 15h**. O edital está em: www.camarariogrande.rs.leg.br. Portal para realização do pregão www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

Rio Grande, 23 de setembro de 2025.

ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Publicado por:
Bruno Cotta de Mello Canary
Código Identificador:DDA06D9D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PREGÃO ELETRÔNICO N°018/2025

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n°018/2025
A Câmara Municipal do Rio Grande torna público para conhecimento dos interessados que será realizado **Pregão Eletrônico n°018/2025- Aquisição de equipamentos de informática novos e sem uso, para modernização completa do parque computacional da Câmara Municipal do Rio Grande/RS, conforme descrito nesse edital e seus anexos, no dia 07/10/2025, às 15h**. O edital está em: www.camarariogrande.rs.leg.br. Portal para realização do pregão www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

Rio Grande, 23 de setembro de 2025.

ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Publicado por:
Bruno Cotta de Mello Canary
Código Identificador:CE52793A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 22.042, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ INTERSETORIAL DE POLÍTICAS

INDIGENISTAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS.

O Decreto acima está afixado na íntegra no saguão do prédio da Prefeitura Municipal, na Rua General Neto n° 34.

Rio Grande, 22 de setembro de 2025

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Cristina Matos Amorim
Código Identificador:7433098F

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025 – Contratação de serviços para reforma da UBSF Ivani Maich das Neves – BGV II - SMS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, às 9h, de 08/10/2025. O EDITAL e anexos estão no Portal BLL, Portal da Transparência: https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/ e PNCP.

Publicado por:
Milene da Fontoura Amaral
Código Identificador:CE1D6BB5

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025 – Aquisição de caçambas estacionárias para coleta de entulhos - SMSU, conforme termo de referência. Abertura às 9h, de 07/10/2025. O EDITAL e anexos estão no Portal BLL, Portal da Transparência: https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/ e PNCP.

Publicado por:
Milene da Fontoura Amaral
Código Identificador:7E4831B6

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico Nº 66/2025 - Via SRP - Aquisição de materiais de cama, mesa e banho para as escolas e abrigos municipais – SMEd /SMADH, com fornecimento parcelado, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Abertura 06/10/2025 às 09:00hs. O EDITAL está disponível em https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/, https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Maria Helena Rodrigues Gomes
Código Identificador:8C69A89E

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE REGISTRO PREÇOS

A Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Compras e Licitações, informa que está aberto o prazo de 8 dias úteis, a contar da data desta publicação, para manifestação de interesse das secretarias deste município em participar do Registro de Preço para aquisição de material permanente para equipar o Laboratório da UPA Cassino. Interessados devem enviar solicitação através do e-mail: pregaorg@gmail.com.

Publicado por:
Ingrid Cunha Ferreira
Código Identificador:34B7B283

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2025 –SMASDH -Contratação de empresa para Locação de Containers,marcado para às 09h, de 07/10/2025.O EDITAL está disponível em www.riogrande.rs.gov.br., https://www.gov.br/pncp/pt-br , https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Josiane Avila da Rocha
Código Identificador:7BEC033E

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA 122/2025
OBJETO: Elaboração de estudo e laudo geológicos da área denominada Parque Molhes da Barra - Rio Grande/RS
ABERTURA: 29/09/2025 ÀS 10H15
DISPONÍVEL:
https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura,
https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://bll.org.br/

Publicado por:
Edmilson Vasconcellos da Silva
Código Identificador:D5CE4070

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 3 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 088/2024

EXTRATO DE 3 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 088/2024

Contrato: nº 088/2024
Termo Aditivo nº. 3

Processo Administrativo nº. 18738/2025 – Termo Aditivo 3 ao Contrato 088/2024, assinado em 23/09/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário Municipal Ricardo de Biasi Amaral (SMGA). Contratada: COMPUCOM SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº: 92.225.739/0001-10. Objeto do termo aditivo: Acréscimo de valores e serviços ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 14.133/21.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:5ECE0011

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PE 037/2025

Processo Administrativo nº 24313/2025
Pregão Eletrônico nº 037/2025
Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de material de uso médico veterinário, especificado nos itens 01 ao 03, de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico 037/2025.
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021

Ata de Registro de Preços nº 372/2025 - SMDA
Fornecedor: Evolução Vet Equipamentos Veterinários Ltda
CNPJ: 32.830.196/0001-38
Valor Total: R$ 3.555,98 (três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos)
Itens: 01

Ata de Registro de Preços nº 373/2025 - SMDA
Fornecedor: ABB Importação, Comércio e Intermediação Ltda
CNPJ: 33.742.700/0001-00
Valor Total: R$ 6.867,45 (seis mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)
Itens: 02 e 03

Publicado por:
Érica Lopes Crizel de Biasi
Código Identificador:6CDF7730

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PE 048/2025

Processo Administrativo nº 25502/2025
Pregão Eletrônico nº 048/2025
Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Troféus e Medalhas, com fornecimento parcelado, conforme cronograma de entrega e especificações constantes no Termo de Referência, especificado(s) no(s) item(ns) 01 ao 05, conforme Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 048/2025.
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021

Ata de Registro de Preços nº 374/2025 - SMEL
Fornecedor: Luiz F. Sanvacinski Ltda
CNPJ: 11.438.855/0001-15
Valor Total: R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais)
Itens: 01 ao 05

Publicado por:
Érica Lopes Crizel de Biasi
Código Identificador:6BE1D562

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 343/2025

Processo Administrativo nº. 33879/2025 – Contrato de Locação de Imóvel nº 343/2025, assinado em 08/09/2025. Locatário: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretária Municipal Dianelisa Amaral Peres (SMADH). Locadores: José Antônio Miranda Abrantes; CPF: 208.639.180-34 e Anna Mary Marquetto Abrantes; CPF: 239.504.550-00, neste ato representados por sua Procuradora MLO – Administradora de Imóveis Ltda – Marcos Otero Imóveis – CNPJ: 17.249.895/0001-03. Objeto: Contrato de locação do imóvel localizado no endereço Carlos Gomes nº 619 – Centro, Rio Grande, RS, de acordo com a matrícula nº 89.743 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio Grande/RS. para garantir um espaço adequado e acolhedor para os protegidos do dispositivo Laço de Amor – SMADH. Vigência: 12/09/2025 até 12/09/2026. Valor total: R$ 98.177,64 (noventa e oito mil cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Fundamentação Legal: Inexigibilidade nº 056/2025, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Érica Lopes Crizel de Biasi
Código Identificador:EB1DF501

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 378/2025

Processo Administrativo nº. 36879/2025 – Contrato nº 378/2025, assinado em 19/09/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário Municipal Miguel de Oliveira Satt (SMC). Contratado: Patrícia Costa Brião; CNPJ: 48.711.059/0001-14. Representante Legal, Srª. Patrícia Costa Brião. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço para a locação de palco, som e iluminação para a Semana Farroupilha no Cassino de Rio Grande/RS, conforme especificações constantes no Termo de Referência (SMC). Vigência: 25/09/2025 até 29/09/2025. Valor total: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Fundamentação Legal: Dispensa Eletrônica nº 108/2025, com base na Lei nº 14.133/2021.

Publicado por:
Érica Lopes Crizel de Biasi
Código Identificador:5AC6D813

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

O Município do Rio Grande, por intermédio da Secretaria de Município de Compras e Licitações, torna pública a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 002/2025 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO DE OBRAS DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELA AFD – GPPE – Os documentos devem ser enviados até o dia 01/10/2025, às 14h.

LEANDRO PEREIRA CARDOZO.
Secretário de Município de Compras e Licitações.

Publicado por:
Ingrid Cunha Ferreira
Código Identificador:C26A90EF

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
REABERTURA DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

O Município do Rio Grande, através da Secretaria de Compras e Licitações – SMCLIC, torna público para fins de conhecimento dos interessados, que o processo de Concorrência Eletrônica nº 09/2025 - SMSU: Contratação de serviços para coleta de resíduos sólidos urbanos públicos, comerciais e domiciliares, terá nova abertura no dia 09/10/2025, às 09h. O edital está disponível no portal https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/, BLL Compras e PNCP.

Publicado por:
Milene da Fontoura Amaral
Código Identificador:5F0FA1E4

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE FOMENTO Nº 387/2025

Processo Administrativo nº 38848/2025 – Termo de Fomento nº 387/2025, assinado em 22/09/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatária: Utalis Peres Estabel, Secretária de Município do Esporte e Lazer. Contratada: Liga Riograndina de Futebol de 7 ; CNPJ: 34.988.932/0001-06. Objeto: Transferência de recurso para a organização do campeonato Municipal de Futebol Amador. Valor: R$ 82.600,00 (Oitenta e dois mil e seiscentos e reais). Fundamentação legal: Processo de Inexigibilidade nº **65/2025** com base na Lei nº 13.019/2014 e 14.133/21.

Publicado por:
Chimene da Rosa Dutra
Código Identificador:8E90C1A8

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 17/2025

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PAD

PUBLICAÇÃO Nº 17/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 090/2013-GAB/EX, de 23/10/2013, determina abertura dos Processos Administrativos Especiais (PAE) abaixo relacionados:

PORTARIA Nº 104/2025 – PROCESSO Nº 28.217/2025

Rio Grande, 25 de agosto de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa

Publicado por:
Patricia Santos do Pinho
Código Identificador:71E6A020

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 18/2025

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PAD

PUBLICAÇÃO Nº 18/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 090/2013-GAB/EX, de 23/10/2013, determina abertura dos Processos Administrativos Especiais (PAE) abaixo relacionados:

PORTARIA Nº 114/2025 – PROCESSO Nº 8900/2016

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 03 de setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

Publicado por:
Patricia Santos do Pinho
Código Identificador:F6307A33

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 19/2025

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PAD

PUBLICAÇÃO Nº 19/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 090/2013-GAB/EX, de 23/10/2013, determina abertura dos Processos Administrativos Especiais (PAE) abaixo relacionados:

PORTARIA Nº 115/2025 – PROCESSO Nº 34.900/2016

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 03 de setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

Publicado por:
Patricia Santos do Pinho
Código Identificador:33F02CC3

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 20/2025

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PAD

PUBLICAÇÃO Nº 20/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 090/2013-GAB/EX, de 23/10/2013, determina a prorrogação do Processos Administrativos Especiais (PAE) abaixo relacionados:

PORTARIA Nº 127/2025 – PROCESSO Nº 5505/2025

Rio Grande, 08 de setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa

Publicado por:
Patricia Santos do Pinho
Código Identificador:16EAFD62

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 21/2025

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PAD

PUBLICAÇÃO Nº 21/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações, usando das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 090/2013-GAB/EX, de 23/10/2013, determina arquivamento dos Processos Administrativos Especiais (PAE) abaixo relacionados:

PORTARIA Nº 132/2025 – PROCESSO Nº 8900/2016

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 17 de setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

Publicado por:
Patricia Santos do Pinho
Código Identificador:99D8E2B8

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 228/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 009/2013-GABEX, de 23/01/2013, publica **O TORNA NULO E A CONVOCAÇÃO** para o cargo de Assistente Social dos aprovados no Concurso Público nº 01/2020, homologado em 30/09/2021 através do Edital 03/2021 e prorrogado através dos Decretos Municipais 20.232 de 21/09/2023 e 20.825 de 20/05/2024, para assinatura de contrato emergencial para atuar no projeto Convivência junto a Coordenação de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Secretaria de Município de Assistência Social e Direitos Humanos, tendo em vista a desistência e não manifestação dos convocados na publicação nº 213/2025, conforme Lei Municipal nº 9.327 de 26 de Agosto de 2025.

TORNA NULO
02- Assistente Social
Nº Nome Média Classificação
01 Jéssica Caroline Machado Alves 61,20 27º
02 Melaine Costa Mazon 61,00 28º

CONVOCAÇÃO
02- Assistente Social
Nº Nome Média Classificação
01 Viviane de Souza Vieira 60,20 29º
02 Olga Avila Costa 60,20 30º

Outrossim, informamos que o convocado deve antes ir na Secretária Município de Assistência Social e Direitos Humanos e conversar com a Sra. **Daiane Pereira de Freitas,** para verificar a **compatibilidade de horários,** a mesma **autorizará ou não** a assinatura do contrato.
O candidato tem o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinatura do contrato, a manifestação de interesse será através do endereço nstsmga@gmail.com, se necessário, **PEDIR PRORROGAÇÃO** por igual período via e-mail, constando seu nome, CPF e cargo convocado, para o endereço protocolo.smga@riogrande.rs.gov.br. A não manifestação de interesse dentro do período citado acima, será considerado como desistência.
Prefeitura Municipal do Rio Grande, 23 de Setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa

Publicado por:
Patricia Alves Lopes
Código Identificador:31C0E39F

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 229/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 009/2013-GABEX, de 23/01/2013, publica **O TORNA NULO** tendo em vista suas desistências ou não manifestação para assumir os cargos de Professor NI e NII, conforme item 11 do referido edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004 de 06 de Junho de 2025.

TORNA NULO
01- Professor NI – Anos Iniciais
Nº Nome Classificação
01 Cristiane Coutinho da Rosa 24º

01- Professor NII – Anos Iniciais
Nº Nome Classificação
01 Denise Amorin de Freitas 20º

02- Professor NII – Educação Infantil
Nº Nome Classificação
01 Larissa Silveira dos Santos 29º
02 Yanka Centena Maciel 30º

01- Professor NII – Língua Inglesa
Nº Nome Classificação
01 Laryssa da Silva Parula 4º

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 23 de Setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa

Publicado por:
Patricia Alves Lopes
Código Identificador:E51F20A2

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 231/2025

O Secretário de Município de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 009/2013-GABEX, de 23/01/2013, divulga a **CONVOCAÇÃO,** para o cargo de Motorista, conforme item 10 do edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002 de 05 de Maio de 2025.

TORNA NULO
01-Motorista
Nº Nome Classificação
01 Rodrigo Miranda da Silva 23º

CONVOCAÇÃO
01-Motorista
Nº Nome Classificação
01 Marcelo Cardoso da Silva 24º

Outrossim, informamos que o convocado deve antes ir na Secretária da Saúde e conversar com o Sr. Douglas Ferreira**,** para verificar a **compatibilidade de horários, o** mesmo **autorizará ou não** a assinatura do contrato.
O candidato tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, para manifestar seu interesse será através do endereço nstsmga@gmail.com, se necessário, **PEDIR PRORROGAÇÃO** por igual período via e-mail, constando seu nome, CPF e cargo convocado, para o endereço protocolo.smga@riogrande.rs.gov.br. Todo e qualquer atendimento deve ser previamente agendado por e-mail através do endereço nstsmga@gmail.com. A não manifestação de interesse dentro do período citado acima, será considerado como desistência.

Prefeitura Municipal do Rio Grande, 23 de Setembro de 2025.

RICARDO DE BIASI AMARAL
Secretário de Município de Gestão Administrativa

Publicado por:
Patricia Alves Lopes
Código Identificador:DA281978

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROLANTE

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 9/2025

Processo nº: 4540/2025
Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Transportes
Modalidade: Concorrência
Critério de julgamento: Menor preço global
Forma: Eletrônica / **Modo de Disputa:** Aberto
Licitação Ampla Concorrência
Data e Hora da abertura da sessão: 08 de outubro de 2025, às 09h.
Limite para envio das propostas: 08h59min da mesma data.
Site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Referência de tempo: Horário de Brasília.

O objeto da presente licitação é a EMPREITADA GLOBAL, com fornecimento de material e mão de obra, para **EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS COM BLOCOS DE CONCRETO** intertravados no bairro Contestado, em Rolante/RS, totalizando uma área de 5.899,70m² (cinco mil oitocentos e noventa e nove metros quadrados e setenta centímetros quadrados), tudo de acordo com o Termo de Referência e demais documentos, o qual constam em anexo do presente edital.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município de Rolante/RS, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, PNCP e, posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão.

Rolante/RS, 23 de setembro de 2025.

ALCEU TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Berwanger
Código Identificador:E5A800CC

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO 129/2025

CONTRATO Nº: 129/2025
PROCESSO Nº: 4177/2025
LICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 012/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLANTE/RS
CONTRATADO: CLAUDIA S. T. KORPALSKI – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 14.709.827/0001-83
OBJETO: Contratação para compra de vagas na Educação Infantil no Município de Rolante/RS, visando garantir o acesso a vagas de qualidade para todas as crianças do Município, mediante pagamento de 100% (cem por cento) do valor do custo de uma vaga em escolar particular, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR: O valor TOTAL mensal da contratação é de R$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) para 28 (vinte e oito) alunos, perfazendo o valor total de R$ 436.800,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos reais) ao ano. O valor estipulado por aluno é de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais.
ASSINATURAS:
ALCEU TREVIZANI DA ROSA
CLAUDIA S. T. KORPALSKI

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 19/09/2025

Publicado por:
Danieli Daiana Tadler
Código Identificador:F07CDED0

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO - CONTRATO Nº 033/2022

TERMO DE RESCISÃO

Processo número: 11/2022
Contrato n° 033/2022
Contratada: Claudia S. T. Korpalski
Assunto: Contratação de empresa para atendimento de vagas da Educação Infantil
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade nº 2/2022

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ROLANTE**, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 90.936.956/0001-92, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, 110, Centro, Rolante/RS, representado por seu Prefeito Municipal Sr. ALCEU TREVIZANI DA ROSA.
CONTRATADA: CLAUDIA S. T. KORPALSKI ME - "Escola de Educação Infantil Brincar e Ser Feliz", inscrita no CNPJ nº 14.709.827/0001-83, com sede na Rua Elida Peixoto Korpalski, 90, bairro Centro – CEP: 95.690-000 – Rolante/RS, representada pela Sra. CLAUDIA S. T. KORPALSKI.
Considerando que foi celebrado entre as partes o Contrato nº 129/2025, firmado nesta data, para compra de vagas da Educação Infantil do Município de Rolante/RS.
Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, ao Contrato nº 033/2022, referente à contratação de empresa para atendimento de vagas da Educação Infantil, na presente data.
Rolante, 19 de setembro de 2025.

ALCEU TREVIZANI DA ROSA.
Claudia S. T. Korpalski.

Publicado por:
Rodrigo da Silva
Código Identificador:C5A8FF76

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORÇAMENTO

Olá!

A Secretaria Municipal de Educação de Rolante esta fazendo cotação para orçamento de Computadores, Cromebok's e Gabinetes.

Solicitações podem ser feitas pelo e.mail financeirosmee@rolante.rs.gov.br até o dia 25/09/2025.

Rolante, 22 de setembro de 2025.

LÍSIA C PETRY
Diretora Departamento Financeiro
SME/Rolante-RS

Publicado por:
Lisia Cristiana Petry
Código Identificador:D5C8AE1A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.034, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a reparcelar débitos fiscais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reparcelar, em caráter especial, débitos de contribuintes que já tenham contratado parcelamento anterior dos mesmos débitos, limitados a uma única utilização do benefício.

Art. 2° O reparcelamento previsto no artigo 1º desta Lei Complementar poderá ser concedido mediante as seguintes condições:
I – em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;
II – o valor da primeira parcela, a ser recolhida na mesma data de adesão ao reparcelamento previsto nesta Lei Complementar, será correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total dos débitos consolidadados, devendo o valor mínimo das parcelas respeitar o limite estabelecido no inciso I do art. 187 da LC nº 887/2022 – CTM, que é de 30% (trinta por cento) da UPM.

Art. 3º A concessão e o gozo do benefício previsto nesta Lei Complementar ficam condicionados:
I – à apresentação de requerimento junto a Secretaria Municipal de Fazenda, dentro do prazo de vigência da presente Lei;
II – quanto aos créditos objeto de litígio administrativo ou judicial, a que haja em relação a cada débito fiscal objeto do benefício, expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, formalizados nos autos dos respectivos processos;
III – quanto aos créditos objeto de litígio judicial, a que seja realizado o pagamento dos honorários advocatícios e custas a reembolsar devidas ao Município.
Parágrafo único. Os honorários advocatícios poderão ser parcelados na forma de Lei específica.

Art. 4° Para os efeitos desta Lei Complementar, não se aplica o previsto no caput do art. 261, bem como a proibição de novo parcelamento, prevista no art. 262, in fine, ambos da LC nº 887/2022 – CTM.

Art. 5º O não pagamento de 03 (três) parcelas nas datas fixadas no acordo importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito.

Art. 6º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da LC nº 887/2022 – Código Tributário Municipal, e alterações em vigor, no que não forem incompatíveis com esta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor no dia 03 de novembro de 2025.

Art. 8º Esta Lei Complementar terá vigência até o dia 02 de novembro de 2027.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:EC5D5356

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.107, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de parte de imóvel à Associação dos Guardas Municipais de Santa Cruz do Sul – AGMSCS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso, a título gratuito, à Associação dos Guardas Municipais de Santa Cruz do Sul – AGMSCS, CNPJ n° 06.188.277/0001-76, com sede na Rua Júlio de Castilhos, n° 726, Bairro Centro, Santa Cruz do Sul/RS, de um lote do "Parque de Rodeios", estabelecido no Parque de Eventos, nos seguintes termos:
I – Lote 63: tendo como medida de frente de 58,00 m (cinquenta e oito metros), confrontando-se com a Rua Willy Moraes; profundidade de 77,10 m (setenta e sete metros e dez centímetros), confrontando-se na lateral direita com a Entrada Campeira e na lateral esquerda com o Lote 33.
Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo destina-se ao desenvolvimento de atividades do folclore e tradição gaúcha, sociais, culturais, esportivas, recreativas e de lazer.

Art. 2º O cessionário somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização prévia expressa do Município, observadas as normas da legislação vigente, bem como, seguindo o padrão arquitetônico estabelecido nos modelos constantes do Anexo I desta Lei.
§1º Todo projeto de construção, reforma ou adequação deverá ser previamente submetido à análise técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Mobilidade Urbana, e aprovado pela Secretaria Municipal de Turismo.
§2º Mediante visita de fiscalização, será emitida notificação à entidade sobre alterações necessárias para adequação das construções já existentes, ficando ao seu encargo as referidas despesas.
§3º No caso de interesse da entidade em permanecer como titular da cedência do referido imóvel, as construções existentes que não estejam em conformidade com os modelos previstos no Anexo I deverão ser reformadas, adaptadas ou readequadas, no prazo fixado pela Administração Pública.
§4º Na falta de condições quanto à reformas e readaptações necessárias, a entidade poderá solicitar a rescisão da cedência, com a comunicação expressa à Secretaria Municipal de Turismo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação.
§5º A inobservância às disposições deste artigo poderá ensejar a revogação da cessão e a retomada do imóvel pelo Município, mediante processo administrativo.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do referido termo, podendo ser prorrogada por iguais períodos, até o limite de 96 (noventa e seis) meses.
§1º Em caso de interesse público justificado, a entidade deverá retornar de imediato o uso do imóvel ao Município.
§2º Caso o imóvel não seja utilizado para o fim estabelecido na presente Lei, a concessão fica automaticamente revogada.
§3º Finda ou revogada a cessão, o imóvel retornará ao Município com todas as suas benfeitorias, não tendo o cessionário direito a qualquer indenização.

Art. 4º Para receber a cessão de uso do imóvel, a Cessionária deverá apresentar:
a) Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Município;
b) Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Estado;
c) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
d) Certificado de Regularidade do FGTS;
e) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

Art. 5º Fica expressamente vedado ao cessionário:
I – transferir, ceder, locar, sublocar o imóvel objeto da cessão ou autorizar seu uso por terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município;
II – utilizar o imóvel como moradia própria ou de terceiros;
III – usar o imóvel para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas;
IV – colocar no imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação amoral, político-partidária ou religiosa;
V – mudar a destinação do imóvel, salvo com autorização escrita do Cedente.

Art. 6º O cessionário será responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente, na área de sua responsabilidade.

Art. 7º Durante a vigência da cessão, correrão por conta exclusiva do cessionário as despesas decorrentes da manutenção e limpeza da área física do imóvel.
§1º O cessionário deverá manter a área cedida permanentemente limpa, conservada e em condições adequadas de uso, responsabilizando-se integralmente pela sua manutenção durante todo o período da cessão.
§2º O descumprimento das obrigações de manutenção e limpeza implicará, após notificação e prazo de 15 (quinze) dias para regularização, na aplicação de multa equivalente a 01 (uma) UPM por infração, podendo a reincidência ensejar a revogação da cessão e a retomada imediata da posse do imóvel pelo Município.

Art. 8º Constatada a situação de abandono, inatividade prolongada ou utilização em desconformidade com a legislação vigente, e, consequente revogação da cessão, o Município poderá determinar, mediante processo administrativo prévio, a demolição da edificação existente e o restabelecimento do uso público do espaço.
Parágrafo único. No caso de revogação do referido termo, o Município pode optar pela disponibilização do lote para outra entidade que assuma o compromisso de readequação, para futura utilização, conforme o disposto no Anexo I, cumpridos os requisitos legais dispostos no Artigo 4º desta lei.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:0DF28D84

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.108, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de parte de imóvel ao Piquete de Tradições Gaúchas Recuerdos e Relinchos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso, a título gratuito, ao Piquete de Tradições Gaúchas Recuerdos e Relinchos, CNPJ 44.194.582/0001-60, com sede na localidade de Capão da Cruz, Santa Cruz do Sul/RS, de um lote do "Parque de Rodeios", estabelecido no Parque de Eventos, nos seguintes termos:
I – Lote 66: tendo como medida de frente e fundos 18,20 m (dezoito metros e vinte centímetros) confrontando-se na frente com a Rua Ênio dos Santos e nos fundos com parte do Lote 55; medida de 36,00 m (trinta e seis metros) no lado direito, confrontando-se com o Lote 54; e medida de 36,00 m (trinta e seis metros) no lado esquerdo, com o Lote 53.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo destina-se exclusivamente ao desenvolvimento de atividades do folclore e tradição gaúcha.

Art. 2º O cessionário somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização prévia expressa do Município, observadas as normas da legislação vigente, bem como, seguindo o padrão arquitetônico estabelecido nos modelos constantes do Anexo I desta Lei.
§1º Todo projeto de construção, reforma ou adequação deverá ser previamente submetido à análise técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Mobilidade Urbana, e aprovado pela Secretaria Municipal de Turismo.
§2º Mediante visita de fiscalização, será emitida notificação à entidade sobre alterações necessárias para adequação das construções já existentes, ficando ao seu encargo as referidas despesas.
§3º No caso de interesse da entidade em permanecer como titular da cedência do referido imóvel, as construções existentes que não estejam em conformidade com os modelos previstos no Anexo I deverão ser reformadas, adaptadas ou readequadas, no prazo fixado pela Administração Pública.
§4º Na falta de condições quanto à reformas e readaptações necessárias, a entidade poderá solicitar a rescisão da cedência, com a comunicação expressa à Secretaria Municipal de Turismo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação.
§5º A inobservância às disposições deste artigo poderá ensejar a revogação da cessão e a retomada do imóvel pelo Município, mediante processo administrativo.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do referido termo, podendo ser prorrogada por iguais períodos, até o limite de 96 (noventa e seis) meses.
§1º Em caso de interesse público justificado, a entidade deverá retornar de imediato o uso do imóvel ao Município.
§2º Caso o imóvel não seja utilizado para o fim estabelecido na presente Lei, a concessão fica automaticamente revogada.
§3º Finda ou revogada a cessão, o imóvel retornará ao Município com todas as suas benfeitorias, não tendo o cessionário direito a qualquer indenização.

Art. 4º Para receber a cessão de uso do imóvel, a Cessionária deverá apresentar:
a) Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Município;
b) Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Estado;
c) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
d) Certificado de Regularidade do FGTS;
e) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

Art. 5º Fica expressamente vedado ao cessionário:
I – transferir, ceder, locar, sublocar o imóvel objeto da cessão ou autorizar seu uso por terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município;
II – utilizar o imóvel como moradia própria ou de terceiros;
III – usar o imóvel para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas;
IV – colocar no imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação amoral, político-partidária ou religiosa;
V – mudar a destinação do imóvel, salvo com autorização escrita do Cedente.

Art. 6º O cessionário será responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente, na área de sua responsabilidade.

Art. 7º Durante a vigência da cessão, correrão por conta exclusiva do cessionário as despesas decorrentes da manutenção e limpeza da área física do imóvel.
§1º O cessionário deverá manter a área cedida permanentemente limpa, conservada e em condições adequadas de uso, responsabilizando-se integralmente pela sua manutenção durante todo o período da cessão.
§2º O descumprimento das obrigações de manutenção e limpeza implicará, após notificação e prazo de 15 (quinze) dias para regularização, na aplicação de multa equivalente a 01 (uma) UPM por infração, podendo a reincidência ensejar a revogação da cessão e a retomada imediata da posse do imóvel pelo Município.

Art. 8º Constatada a situação de abandono, inatividade prolongada ou utilização em desconformidade com a legislação vigente, e, consequente revogação da cessão, o Município poderá determinar, mediante processo administrativo prévio, a demolição da edificação existente e o restabelecimento do uso público do espaço.
Parágrafo único. No caso de revogação do referido termo, o Município pode optar pela disponibilização do lote para outra entidade que assuma o compromisso de readequação, para futura utilização, conforme o disposto no Anexo I, cumpridos os requisitos legais dispostos no Artigo 4º desta lei.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:97646BE8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.109, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar contratações temporárias de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, por prazo determinado, para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Educação:
I – 02 (dois) Eletricistas, Padrão 5, Classe A, 40 (quarenta) horas semanais.
§1º As contratações autorizadas pela presente Lei terão a vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação ou, ainda, da data da homologação do respectivo Processo Seletivo, podendo ser prorrogadas por até igual período.
§2º Os quantitativos, requisitos e atribuições dos cargos estão presentes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº 737/2019.

Art. 2° O recrutamento para as contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.
§1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal, para tal fim.
§2º As condições, as exigências e os critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para as funções, constarão no Edital de Convocação.

Art. 3º Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados os direitos pertinentes às contratações temporárias de excepcional interesse público, previstos na Lei Complementar nº 738, de 04 de abril de 2019 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 4º Qualquer das partes poderá rescindir o contrato autorizado pela presente Lei, antes de seu término, avisando com antecedência

mínima de 30 dias, devendo o aviso prévio ser indenizado no caso da não prestação de serviço.

Art. 5º Os contratos autorizados pela presente Lei serão sumariamente rescindidos pelo contratante, sem que ao contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o contratado incidir em qualquer das faltas arroladas nos Artigos 140, 141 e 154 da Lei Complementar nº 738/2019.

Art. 6º A falta não justificada do contratado, ao serviço, é motivo de rescisão contratual, nos termos do Artigo anterior.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
I – 10.02.12.122.0002.2377 – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado;
II – 10.02.12.122.0002.2377 – 3.1.90.94 – Indenizações Trabalhistas.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:0DBCF71F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.110, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria, mediante Termo de Colaboração, com a Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz Ltda – COOPERSANTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Parceria, mediante Termo de Colaboração, com a Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz Ltda – COOPERSANTA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 11.185.973/0001-69, estabelecida na Rua Professor Henrique Carlos Elsenbruch, nº 260, neste Município de Santa Cruz do Sul/RS, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º Para a execução do Projeto previsto na Parceria, a Administração Pública Municipal transferirá, à Organização da Sociedade Civil, o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em parcela única.
Parágrafo único. O valor a ser repassado será depositado em conta bancária específica informada pela Organização da Sociedade Civil, sendo que toda a movimentação será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto na presente Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:
I – 14.02.20.605.0037.0052 – 2809 – 4.4.50.42.00.00.00.00.

Art. 4º O prazo de vigência da parceria será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo devidamente justificado e aprovado pela Secretaria Gestora.

Art. 5º Para firmar o Termo de Colaboração autorizado pela presente Lei, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar:
I – Certificado de Regularidade do FGTS;
II – Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Município;
III – Certidão de regularidade emitida pela Fazenda do Estado;
IV – Certidão de regularidade relativa a tributos federais e previdenciários;
V – Certidão negativa de débitos trabalhistas.
VI – Declarações devidamente preenchidas pelo representante legal (Anexos I ao XIII) que se encontram publicados no sítio eletrônico oficial do Município: https://www.santacruz.rs.gov.br/conteudo/chamamentos-publicos .

Art. 6º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Minuta do Termo de Colaboração anexa.

Art. 7º As demais obrigações das partes são estabelecidas no Termo de Colaboração, conforme minuta anexa.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:1C7B04B4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.111, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Acresce incisos ao artigo 5º da Lei nº 9.682, de 04 de junho de 2024, que consolida e altera a Lei nº. 6.226, de 07 de junho de 2011, que consolidou, alterou e acresceu dispositivos a Lei n° 3.284, de 21 de dezembro de 1998, que instituiu o Fundo Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos VIII, IX, X e XI, ao artigo 5º da Lei nº 9.682, de 04 de junho de 2024, que passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 5º …
[…]
VIII – projetos relacionados à política de saneamento básico;
IX – aquisição de equipamentos, material permanente, material de consumo, serviços, estudos, consultorias e outros insumos necessários ao desenvolvimento e execução de projetos de saneamento básico;
X – desenvolvimento de programas de capacitação, educação e/ou aperfeiçoamento de recursos humanos na área do saneamento básico;
XI – no planejamento e execução de obras e serviços relacionados ao saneamento básico.**”**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:9E5DD3DB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.112, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a prorrogar contratação temporária de excepcional interesse público, de servidora gestante, autorizada pela Lei Municipal nº 9.326, de 03 de julho de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, por prazo determinado, o contrato de trabalho celebrado com a servidora Rafaela de Lurdes Mariano Watte, matrícula nº 19.353, autorizado pela Lei Municipal nº 9.326, de 03 de julho de 2023.

Art. 2º A data de início da prorrogação será em 04 de julho de 2025.

Art. 3º A prorrogação do contrato de trabalho terá como data de término 5 (cinco) meses após a data do parto.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 10.03.12.361.0016.2040 – 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado e 10.03.12.361.0016.2040 – 3.1.90.94 – Indenizações Trabalhistas.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:B71B920E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.113, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar contratações temporárias de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, por prazo determinado, para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde:
I – 01 (um) Médico de Saúde da Família, Padrão 12, Classe A, 40 (quarenta) horas semanais.
§1º As contratações autorizadas pela presente Lei terão a vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação ou, ainda, da data da homologação do respectivo Processo Seletivo, podendo ser prorrogadas por até igual período.
§2º Os quantitativos, requisitos e atribuições dos cargos estão presentes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº 737/2019.

Art. 2° O recrutamento para as contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.
§1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal, para tal fim.
§2º As condições, as exigências e os critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para as funções, constarão no Edital de Convocação.

Art. 3º Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados os direitos pertinentes às contratações temporárias de excepcional interesse público, previstos na Lei Complementar nº 738, de 04 de abril de 2019 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 4º Qualquer das partes poderá rescindir o contrato autorizado pela presente Lei, antes de seu término, avisando com antecedência mínima de 30 dias, devendo o aviso prévio ser indenizado no caso da não prestação de serviço.

Art. 5º Os contratos autorizados pela presente Lei serão sumariamente rescindidos pelo contratante, sem que ao contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o contratado incidir em qualquer das faltas arroladas nos Artigos 140, 141 e 154 da Lei Complementar nº 738/2019.

Art. 6º A falta não justificada do contratado, ao serviço, é motivo de rescisão contratual, nos termos do Artigo anterior.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
I – 12.01.10.301.0022.2421 – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado;
II – 12.01.10.301.0022.2421 – 3.1.90.94 – Indenizações Trabalhistas.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:6B9AF5A5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.114, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar contratações temporárias de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, por prazo determinado, para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde:
I – 01 (um) Servente, Padrão 2A, Classe A, 40 (quarenta) horas semanais.
§1º As contratações autorizadas pela presente Lei terão a vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação ou, ainda, da data da homologação do respectivo Processo Seletivo, podendo ser prorrogadas por até igual período.
§2º Os quantitativos, requisitos e atribuições dos cargos estão presentes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº 737/2019.

Art. 2° O recrutamento para as contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.
§1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal, para tal fim.
§2º As condições, as exigências e os critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para as funções, constarão no Edital de Convocação.

Art. 3º Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados os direitos pertinentes às contratações temporárias de excepcional interesse público, previstos na Lei Complementar nº 738, de 04 de abril de 2019 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 4º Qualquer das partes poderá rescindir o contrato autorizado pela presente Lei, antes de seu término, avisando com antecedência mínima de 30 dias, devendo o aviso prévio ser indenizado no caso da não prestação de serviço.

Art. 5º Os contratos autorizados pela presente Lei serão sumariamente rescindidos pelo contratante, sem que ao contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o contratado incidir em qualquer das faltas arroladas nos Artigos 140, 141 e 154 da Lei Complementar nº 738/2019.

Art. 6º A falta não justificada do contratado, ao serviço, é motivo de rescisão contratual, nos termos do Artigo anterior.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
I – 12.01.10.122.0026.2450 – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado;
II – 12.01.10.122.0026.2450 – 3.1.90.94 – Indenizações Trabalhistas.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:EE0F33AD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.115, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar contratações temporárias de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, por prazo determinado, para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde:
I – 03 (três) Técnicos em Enfermagem, Padrão 7, Classe A, 40 (quarenta) horas semanais.
§1º As contratações autorizadas pela presente Lei terão a vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação ou, ainda, da data da homologação do respectivo Processo Seletivo, podendo ser prorrogadas por até igual período.
§2º Os quantitativos, requisitos e atribuições dos cargos estão presentes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº 737/2019.

Art. 2° O recrutamento para as contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.
§1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal, para tal fim.
§2º As condições, as exigências e os critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para as funções, constarão no Edital de Convocação.

Art. 3º Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados os direitos pertinentes às contratações temporárias de excepcional interesse público, previstos na Lei Complementar nº 738, de 04 de abril de 2019 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 4º Qualquer das partes poderá rescindir o contrato autorizado pela presente Lei, antes de seu término, avisando com antecedência mínima de 30 dias, devendo o aviso prévio ser indenizado no caso da não prestação de serviço.

Art. 5º Os contratos autorizados pela presente Lei serão sumariamente rescindidos pelo contratante, sem que ao contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o contratado incidir em qualquer das faltas arroladas nos Artigos 140, 141 e 154 da Lei Complementar nº 738/2019.

Art. 6º A falta não justificada do contratado, ao serviço, é motivo de rescisão contratual, nos termos do Artigo anterior.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
I – 12.01.10.301.0022.2421 – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado;
II – 12.01.10.301.0022.2421 – 3.1.90.94 – Indenizações Trabalhistas.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:1D8D2DBB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.116, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no montante de R$ 2.987.489,43 (dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 89,43 (oitenta e nove reais com quarenta e três centavos) através da Atividade 10.01.12.363.0017.2594 – PROGRAMA PASSE LIVRE ESTUDANTIL, FR 1571, CO RV 0000470 – na Secretaria Municipal de Educação, à conta 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, o excesso de arrecadação referente rendimentos auferidos no recurso conforme Relatório – Razão da Receita, em

anexo, no montante de R$ 89,43 (oitenta e nove reais com quarenta e três centavos).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 1.980.000,00 (um milhão e novecentos e oitenta mil reais) através do Projeto 10.03.12.365.0018.1034 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FR 1543, CO RV 0000033 – na Secretaria Municipal de Educação, à conta 4.4.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, a redução da dotação orçamentária 10.03.12.365.0018.1034 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FR 1543 CO RV 0000033, na Secretaria Municipal da Educação, a conta 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações, código reduzido 2726, no valor de R$ 1.980.000,00 (um milhão e novecentos e oitenta mil reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais) através da Atividade 10.03.12.365.0018.2053 – MANUTENÇÃO DA EDUC. INFANTIL – CRECHE – FUNDEB 70%, FR 1543, CO RV 0000033 – na Secretaria Municipal de Educação, à conta 3.3.90.46.00.00.00.00 – AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo redução da dotação orçamentária 10.03.12.365.0018.1034 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FR 1543 CO RV 0000033, na Secretaria Municipal da Educação, a conta 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações, código reduzido 2726, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais) através do Projeto 10.03.12.361.0016.1037 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, FR 1543, CO RV 0000033 – na Secretaria Municipal de Educação, à conta 4.4.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo redução da dotação orçamentária 10.03.12.361.0016.1037 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, FR 1543 CO RV 0000033, na Secretaria Municipal da Educação, a conta 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações, código reduzido 2725, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) através da Atividade 10.03.12.361.0016.2040 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 70%, FR 1543, CO RV 0000033 – na Secretaria Municipal de Educação, à conta 3.3.90.46.00.00.00.00 – AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo redução da dotação orçamentária 10.03.12.361.0016.1037 – AMPLIAÇÃO, MELHORIA E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, FR 1543 CO RV 0000033, na Secretaria Municipal da Educação, a conta 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações, código reduzido 2725, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), através da Atividade 12.01.10.301.0022.2473 – MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, FR 2621, CO RV 0000506 – 4011 ATENÇÃO BÁSICA, na Secretaria Municipal de Saúde, às contas:
I – 3.3.90.36.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA, no montante de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
II – 3.3.90.47.00.00.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS, no montante de R$ 900,00 (novecentos reais).
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, a redução da dotação 12.01.10.301.0022.2473 – MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, FR 2621, CO RV 0000506 – 4011 ATENÇÃO BÁSICA, na Secretaria Municipal de Saúde, às contas:
I – 3.1.90.16.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL, código reduzido 2539, no montante de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);
II – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, código reduzido 2541, no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:5297B73F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.117, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no montante de R$ 2.000.0000,00 (dois milhões de reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), através da Operação Especial 13.04.08.245.0055.0016 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES, FR 1662 CO RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES, código reduzido 1984, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 104.099,36 (Cento e quatro mil, noventa e nove reais e trinta e seis centavos), através da Atividade 13.04.08.244.0008.2549 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, FR 1662 CO RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.90.32.00.00.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, código reduzido 1931, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 104.099,36 (Cento e quatro mil, noventa e nove reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 58.948,48 (cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), através da Atividade 13.04.08.122.0002.2546 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FR 1662 CO

RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, código reduzido 1859, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 58.948,48 (cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 136.558,44 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), através da Atividade 13.04.08.245.0055.2550 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, FR 1662 CO RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, código reduzido 2027, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 136.558,44 (cento e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrativo em anexo

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 126.360,20 (cento e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e vinte centavos), através da Atividade 13.01.08.244.0012.2146 – MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR, na FR 1501 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (DEMAIS RECURSOS LIVRES), conta 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, código reduzido 1791, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 126.360,20 (cento e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e vinte centavos), conforme demonstrativo em anexo

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 72.144,96 (setenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), através da Atividade 13.04.08.245.0008.2548 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, na FR 1662 CO RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, código reduzido 1959, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 72.144,96 (setenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo em anexo

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 35.531,02 (trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dois centavos), através da Atividade 13.04.08.245.0055.2550 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, FR 1662 CO RV 0000212 – 1380-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conta 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, código reduzido 2016, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 35.531,02 (trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dois centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), através da Operação Especial 09.01.26.452.0043.0018 – SUBSÍDIO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.60.45.00.00.00.00 –SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, código reduzido 335, na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 65.810,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais), através da Operação Especial 21.01.18.541.0030.0047 – APOIO A ENTIDADES DE PROTEÇÃO A CAUSA ANIMAL, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES, código reduzido 2419, na Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 65.810,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 67.346,69 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos), através da Atividade 08.01.26.122.0002.2014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, código reduzido 219, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 67.346,69 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), através da Atividade 17.01.04.122.0002.2466 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, código reduzido 2247, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais), através da Atividade 15.01.15.452.0031.2166 – LIMPEZA PÚBLICA – LIXO DESTINAÇÃO FINAL, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, código reduzido 2093, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E

TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 57.399,85 (cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), através da Atividade 15.01.15.452.0031.2166 – LIMPEZA PÚBLICA – LIXO DESTINAÇÃO FINAL, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES, código reduzido 2092, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 57.399,85 (cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no montante de R$ 18.801,00 (dezoito mil e oitocentos e um reais), através da Atividade 15.01.15.452.0031.2168 – LIMPEZA PÚBLICA – COLETA SELETIVA, FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUICOES, código reduzido 2098, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte da tendência de arrecadação a maior, na FR 1500 CO RV 0000001 – 0001-RECURSO LIVRE (IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS), no montante de R$ 18.801,00 (dezoito mil e oitocentos e um reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:5251E8A8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.118, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Denomina vias públicas da zona urbana de Santa Cruz do Sul, localizadas no Loteamento Parque Jardine, no Bairro Linha Santa Cruz.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 11 do Loteamento Parque Jardine, Bairro Linha Santa Cruz, que inicia na Rua Juiz Mário Alvisius Assmann e segue no sentido Oeste até um cul-de-sac junto à divisa daquele empreendimento, conforme mapa em anexo, passa a denominar-se Rua Rosalina Sehnem.

Art. 2º A Rua 12 do Loteamento Parque Jardine, Bairro Linha Santa Cruz, que inicia na Rua Juiz Mário Alvisius Assmann e segue no sentido Oeste até um cul-de-sac junto à divisa daquele empreendimento, conforme mapa em anexo, passa a denominar-se Rua Gertrude Alzira Eidt.

Art. 3º A Rua 13 do Loteamento Parque Jardine, Bairro Linha Santa Cruz, que inicia na Rua Juiz Mário Alvisius Assmann e segue no sentido Oeste até um cul-de-sac junto à divisa daquele empreendimento, conforme mapa em anexo, passa a denominar-se Rua Florentina Otilia Melz.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:FAB16C50

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.119, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Denomina via pública da zona urbana de Santa Cruz do Sul de Rua Lauro Müller.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 03 do Loteamento La Sierra, Bairro Linha Santa Cruz, que inicia na divisa Norte do empreendimento e segue no sentido Sul até a Rua 02, bem como sua projeção, conforme mapa em anexo, passa a denominar-se Rua Lauro Müller.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2025.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:606C5293

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DE APOSTILAMENTOS

Empresa: ESFERA COMÉRCIO LTDA. (1°). Objeto: Cancela o item 54 da Ata de Registro de Preços, em consonância com o subitem 8.2, do item 8, da referida Ata. Pregão Eletrônico n° 035/2025. Processo Administrativo n° 022/CELIC/SEFAZ/2025. Data: 23/09/2025.

Empresa: RICARDO FERREIRA DE CARVALHO. (1°). Objeto: Substitui-se a marca do item 61 da Ata de Registro de Preços, em consonância com o item 8, da referida Ata. Pregão Eletrônico n° 035/2025. Processo Administrativo n° 022/CELIC/SEFAZ/2025. Data: 23/09/2025.

Publicado por:
Matheus Henrique Custódio
Código Identificador:E907CD63

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PROJETOS
PCE Nº 50/2025

Tipo: menor preço global. Modo de disputa: aberto. Objeto: Registro de preços para a aquisição de cargas de oxigênio medicinal destinados aos pacientes usuários do SUS assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Data da sessão: 08/10/2025, às 08h30min. Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações, bem como cópia do Edital, poderão ser obtidas através dos e-mails licita@saoborja.rs.gov.br e licitacoes.saoborja@gmail.com e no site: www.saoborja.rs.gov.br, fone (55) 3431-9428.

São Borja, RS 23/09/2025.

JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO
Prefeito de São Borja.

Publicado por:
Evellyn Bar Noremberg
Código Identificador:55999820

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025
CONTRATO Nº 059/2025
CONTRATADO: BANRISUL SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO - CNPJ nº 92.934.215/0001-06.
OBJETO: Contratação de entidade especializada no fornecimento e gestão de cartões magnéticos destinados ao repasse do benefício do Programa Bolsa Auxílio Transporte Estudantil, instituído pela Lei Municipal nº 1.796/2022.
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0,00%;
DATA DA DISPENSA: 23/09/2025.

Publicado por:
Daniel Augusto Fuhr
Código Identificador:FA2B59CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE E TERMO DE FOMENTO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2025
TERMO DE FOMENTO 007/2025
BASE LEGAL: Art. 31, caput, da Lei nº 13.019/2014.
OSC: Centro de Tradições Gaúchas Estância do Hortêncio – CNPJ n° 92.123.090/0001-26.
OBJETO: Estabelecer cooperação mútua para reforma da sede da entidade, conforme Plano de Trabalho, no âmbito do município de São José do Hortêncio/RS.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
VIGÊNCIA: 23/09/2025 à 30/04/2026.

Publicado por:
Daniel Augusto Fuhr
Código Identificador:03C590CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SINIMBU

SECRETARIA FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Município de Sinimbu-RS. CONTRATADA: JBF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Reequilíbrio de Preços, Gêneros alimentícios para alimentação escolar. PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 045/2024. TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 004/2025. ASSINATURA: 19.09.2025.

Publicado por:
Rômulo Reckziegel
Código Identificador:47FF7434

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE UNISTALDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTRATO DE RESCISÃO

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO nº 41/2022
A Prefeitura Municipal de Unistalda/RS, por intermédio de seu Prefeito, Sr. José Gilnei Manara Manzoni, **RESCINDE UNILATERALMENTE** o Contrato nº 41/2022, firmado com a empresa **FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA**, inscrita sob CNPJ nº: 21.935.659/0001-00, com fulcro nas normas disciplinares da Lei nº14.133/2021, por **inexecução total do contrato**, cujo objeto é a prestação dos serviços relativos ao fornecimento, administração e gerenciamento de cartão vale alimentação na modalidade de cartões eletronico com chip, tarja magnética e/ou eletrônico para os servidores públicos do poder executivo e do poder legislativo de Unistalda/RS, oriundo do Processo de Administrativo no 371/2022 – Modalidade Pregão Eletrônico 13/2022.
Unistalda/RS, 24 de setembro de 2025.

Publicado por:
Francieli de Melo Strazzabosco
Código Identificador:D8954D12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 457, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

INTERROMPE GOZO DE FÉRIAS DE SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO o que preconiza o art. 86, § 2º da Lei Municipal Nº 550/2022,

CONSIDERANDO o Memo. Adm. nº 53/2025, da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E

Art. 1° INTERROMPER, por motivo de superior interesse público, o gozo de férias concedido, através da Portaria nº 406/2025, ao Senhor **THIAGO HENRIQUE WAISS SCALCON,** Engenheiro Civil, matrícula nº 1053, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a contar desta data.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

UNISTALDA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:050C2B7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VACARIA

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 443/2025

Súmula do Contrato nº 237/2025.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei 14.133/2021, torna público que foi formalizado o seguinte Contrato nº 237/2025:

CONTRATANTE:
Município de Vacaria/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.866.745/0001-16, com sede administrativa na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, Vacaria/RS, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luiz Rokoski.

CONTRATADA: ANDRE GOMES ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 19.556.837/0001-40

OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a elaboração de projeto elétrico, a serem executados em regime de empreitada por preço global, conforme proposta anexa ao Processo Administrativo n° 892/2025.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n° 14.133/21 Art.29

VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 10 meses

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 23 de setembro de 2025.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:06F70A41

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 13/2025

MODALIDADE	OBJETO	DATA	HORÁRIO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2025	Contratação de uma empresa de audiovisual que disponibilize a captação de vídeos, imagens estáticas, edição de VT's de 30" e 60" (segundos) com ANCINE, com o objetivo de divulgar as ações oficiais da Câmara Municipal de Alegrete, audiências públicas, campanhas institucionais, programas e informativos, visando a comunicação à sociedade, conforme as condições e especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Refe-rência e seus anexos. – Pregão Eletrônico nº 013/2025, Processo Administrativo nº 062/2025.	**09/10/2025**	**09 horas**
Cópias dos Editais e informações podem ser obtidas junto ao Setor de Compras, Licitações e Contratos, no horário das 07:30h às 13:30hs, na Rua Vasco Alves, n.º 125, Alegrete-RS ou pelo site www.alegrete.rs.leg.br, ou ainda, pelo Telefone/Whatsapp: (55) 3427-1323.			
Alegrete, RS, 23 de setembro de 2025.	***CLÉO SEVERO TRINDADE***		
	Presidente da Câmara Municipal		

Publicado por:
João Candido Graça Araujo
Código Identificador:CEF0C65E

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

MODALIDADE	OBJETO
I TERMO ADITIVO **.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2025**	I TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINIS-TRATIVO Nº 009/2024, PROCESSO ADMINISTRA-TIVO Nº 082/2025, QUE CE-LEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICI-PAL ALEGRETE E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS, VENCEDORA DO PROCESSO DE DISPEN-SA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024 – PROCESSO AD-MINISTRATIVO Nº 052/2024, CONFORME AS CONDIÇÕES ES-PECÍFICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, OB-JETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO TOTAL DE VEÍ-CULO, COM COBERTURA CONTRA DANOS MA-TERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROU-BO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, ATOS DANOSOS PRATICADOS POR TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PARA VEÍCULO MODELO S-10 LTZ 2.5, FLEX 4X2, PLACA IXM7704, ANO 2017, PER-TENCENTE À FROTA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE.
Alegrete, RS, 23 de setembro de 2025.	***CLÉO SEVERO TRINDADE***
	Presidente da Câmara Municipal de Alegrete

Publicado por:
João Candido Graça Araujo
Código Identificador:04A2D3E0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

ADMINISTRAÇÃO
"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº 2.248/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI, Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, I, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com as respectivas diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, que integram esta lei.
Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por:
I - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
II - Programa Finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;
III - Programa de Gestão e Manutenção de Serviços: é único para todos os órgãos e entidades da administração municipal reunindo as ações de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle das políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos;
IV - Encargos Especiais do Município: programa de cunho orçamentário, que engloba ações de natureza financeira, não associáveis aos programas finalísticos ou ao programa de gestão e manutenção de serviço, não figurando na programação do PPA 2026-2029, sendo apenas considerado para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas;
IV - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
VI - Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.
Art. 3º A programação constante do PPA será financiada pelos recursos da arrecadação própria dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, das operações de crédito, dos convênios, contratos ou instrumentos congêneres celebrados com a União, Estado ou outros Municípios, das transferências legais obrigatórias e, subsidiariamente, recursos de parcerias com a iniciativa privada.
Parágrafo único. Os valores financeiros constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação e o cenário econômico em vigor à época.
Art. 4º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2026-2029 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.
Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.
Art.6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.
Art.7º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, ou, na falta destes, com base na realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.
Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, a quem compete:
I - definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;
II - definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;
III - auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e
IV - elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Art.8º Acompanham o Plano Plurianual, as seguintes tabelas, de caráter meramente informativo:
Tabela 01 – Estimativas de Receitas para o período de 2026 a 2029;
Tabela 02 – Estimativas da Receita Corrente Líquida;
Tabela 03 – Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2029;
Anexo 01 – Ações por órgão e unidade Orçamentária;
Anexo 02 - Demonstrativos dos programas de governo para o período;

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRIA-RS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

DÉBORA DA VEIGA FREDERICHESKI
Secretária de Administração

Publicado por:
Débora da Veiga Fredericheski
Código Identificador:EFB958A8

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.247/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

LEI Nº 2.247/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

"Declara o Centro de Tradições Gaúchas — CTG Querência Alegre, Patrimônio Cultural Imaterial do município e dá outras providências."

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI, Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarado como Patrimônio Cultural Imaterial do Municipio de Alegria o Centro de Tradições Gaúchas- CTG Querência Alegre, em reconhecimento à sua significativa contribuição para a preservação, valorização e promoção da cultura, história e tradições gaúchas no município.

Art. 2º A presente declaração tem por finalidade reconhecer o valor cultural do CTG Querência Alegre e fomentar políticas públicas de apoio, proteção e valorização de suas manifestações culturais, nos termos da legislação vigente de preservação do patrimônio imaterial.

Art° 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRIA-RS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

FÁBIO LUCIANO SCHAKOFSKI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

DÉBORA DA VEIGA FREDERICHESKI
Secretária de Administração

Publicado por:
Débora da Veiga Fredericheski
Código Identificador:A0255E11

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025
O Poder Executivo Municipal torna público a abertura de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 04/2025** – tipo menor preço por item, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos (lixo doméstico e comercial). **Recebimento das propostas:** no período de **25 de setembro de 2025 a 09 de outubro de 2025, até as 8h29min.** A sessão de lances e julgamento de habilitação será no dia **09 de outubro de 2025, às 08h30min**. Edital disponível em almirantetamandaredosul.rs.gov.br e em portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas/informações podem ser enviadas para licitacao@tamandaredosul.com.br ou pelo fone (54) 3196-9980. Almirante Tamandaré do Sul, 24 de setembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:6D254DFF

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2025
A Prefeita Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, acolhendo o parecer exarado no processo nº 176.07.10/2025, reconhece ser dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e ratifica a contratação, nos termos do art. 72 do mesmo diploma legal, da empresa 40.236.791 ROBERTO DA CRUZ, inscrita no CNPJ nº 40.236.791/0001-78 no valor global de R$24.180,00 (vinte e quatro mil, cento e oitenta reais).
Almirante Tamandaré do Sul, 22 de setembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:DEB9D73E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2025
A Prefeita Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, acolhendo o parecer exarado no processo nº 185.07.05/2025, reconhece ser dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e ratifica a contratação, nos termos do art. 72 do mesmo diploma legal, da empresa GABRIEL LUIZ BERWIAN TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.557.501/0001-98 no valor global de R$7.138,04 (sete mil, cento e trinta e oito reais e quatro centavos).

Almirante Tamandaré do Sul, 22 de setembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:833E5B52

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO CONTRATO Nº 112/2025

Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. **Contratada:** ***40.236.791 ROBERTO DA CRUZ*** inscrita sob o CNPJ nº. 40.236.791/0001-78**. Objeto:** O presente contrato destina-se a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria cultural, com o objetivo de oferecer suporte técnico e estratégico à gestão cultural municipal pelo período de 06 (seis) meses, será realizado também o acompanhamento intensivo por parte da contratada, incluindo sessões de consultoria presenciais (in loco) com frequência de 01 (uma) vez por semana, cada uma com duração mínima de 06 (seis) horas. **Pagamento:** Pela prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATADA receberá o **valor global** de R$22.680,00 (Vinte e dois mil seiscentos e oitenta reais), sendo o valor de R$3.780,00 (Três mil, setecentos e oitenta reais) mensais pelo período de 06 (seis) meses.
Parágrafo Primeiro: Os respectivos pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de documento fiscal correspondente ao serviço prestado, atestado por servidor responsável da Secretaria.
Parágrafo Segundo: A nota fiscal/fatura emitida pelo prestador de serviços deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e contrato, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

Almirante Tamandaré do Sul, 22 de setembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:D39EC19B

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO CONTRATO Nº 113/2025

Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. **Contratada:** ***40.236.791 ROBERTO DA CRUZ*** inscrita sob o CNPJ nº. 40.236.791/0001-78**. Objeto:** O presente contrato destina-se a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria em turismo, com o objetivo de oferecer suporte técnico e estratégico à gestão cultural municipal pelo período de 06 (seis) meses, será realizado também o acompanhamento intensivo por parte da contratada, incluindo sessões de consultoria presenciais (in loco) com frequência de 01 (uma) vez por semana, cada uma com duração mínima de 06 (seis) horas, conforme ANEXO ÚNICO. **Pagamento:** Pela aquisição de bens ora contratados, a CONTRATADA receberá o **valor global** de R$24.180,00 (Vinte e quatro mil, cento e oitenta reais), sendo o valor de R$4.030,00 (Quatro mil e trinta reais) mensais pelo período de 06 (seis) meses.
Parágrafo Primeiro: Os respectivos pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de documento fiscal correspondente ao serviço prestado, atestado por servidor responsável da Secretaria.
Parágrafo Segundo: A nota fiscal/fatura emitida pelo prestador de serviços deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e contrato, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

Almirante Tamandaré do Sul, 22 de setembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paola Reisdorfer
Código Identificador:3D8B271B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMFPO Nº 001-2025

Republica-se a presente **Instrução Normativa**, por ter sido publicada no Diário Oficial FAMURS em **23/09/2025**, sem a devida indicação da data.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMFPO Nº 001/2025

Dispõe sobre a normatização e procedimentos necessários para o processamento da Liquidação da Despesa e da priorização de pagamentos, no âmbito do Executivo o Municipal.

A Secretaria Municipal da Fazenda Planejamento e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, Lei Municipal 4.084/2025 Art. 10, tendo em vista a necessidade de normatizar os processos de pagamento, resolve:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º A presente instrução normativa tem por finalidade orientar e disciplinar as rotinas, deveres e responsabilidades para a adequada instrução dos processos de pagamento e o recebimento dos mesmos pelo Setor de Liquidação da Despesa, bem como informar a mudança dos processos digitais.

CAPÍTULO II
DA RESPONSABILIDADE DA ENTREGA DAS NOTAS FISCAIS

Art. 2º Os fornecedores são responsáveis pela entrega da nota fiscal, fatura e/ou recibo na secretaria demandante, nos prazos estabelecidos em contrato e acompanhado dos demais documentos constantes na cláusula "Do Pagamento", necessários para correta liquidação.

Parágrafo Único: Todas as notas fiscais devem ser emitidas tendo como destinatário a Prefeitura Municipal de Alvorada ou Município de Alvorada, CNPJ 88.000.906/0001-57. Não serão aceitas notas fiscais em nome das Secretarias ou com rasuras.

CAPÍTULO III
DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA NOTA FISCAL E NOTA DE EMPENHO

Art. 3º As secretarias ordenadoras da despesa são responsáveis pela apresentação do documento fiscal apto para o processamento da liquidação da despesa.

§ 1º A Secretaria, no recebimento da nota fiscal, fatura e/ou recibo, deverá proceder à abertura de processo de pagamento com o assunto "Notas a Liquidar", código interno nº 1024, devendo incluir o subassunto conforme a categoria/natureza do pagamento, conforme anexo I desta Instrução Normativa.

§ 2º Os processos devem ter como Titular/Requerente, sempre, o credor a que se refere o documento fiscal.

§ 3° No termo de liquidação, o campo "Responsável" deve ser preenchido com o nome do ordenador de despesas do órgão. (Secretário).

§ 4° O requerente adicional deve ser preenchido com o nome da Secretaria de origem da despesa.

§ 5º O campo "Observação/Histórico", na abertura do processo, deverá conter:

a) o número da nota fiscal na forma integral, ou seja, igual ao número constante no documento fiscal;
b) o número dos empenhos e os valores a serem liquidados em cada um, quando for o caso;
c) a competência do serviço prestado; e
d) o valor.

§ 6º Para processos abertos no sub assunto "nota fiscal de serviço com INSS", é necessário preencher em dados adicionais o mês da emissão da nota fiscal.

I - O processo de Pagamento deverá ser encaminhado digitalmente contendo:
a) Nota fiscal;
b) Termo de Recebimentos dos Serviços/Materiais datado e assinado por quem os recebeu;
c) Relatórios de fiscalização, datados e assinados pelo fiscal do contrato, devidamente designado através de portaria municipal;
d) Relatório emitido pela Contratada, quando for o caso;
e) Termo de Liquidação, que consiste no ateste de que o processo está apto para a fase da "Liquidação da Despesa" contendo toda documentação necessária, devendo ser assinado pelo responsável (fiscal administrativo e Gestor de Contratos) e pelo ordenador da despesa (Secretário), no momento da assinatura este será datado, então somente nesta etapa (última assinatura) se inicia a contagem do prazo de 30 dias para o pagamento.
f) Certificado de Registro Cadastral atualizado.
g) Em casos de contratos financiados, anexar o ofício de solicitação de desbloqueio (OGU CAIXA) fornecido pelo DECRI.
h) LTCAT ou declaração de dispensa do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho.
i) Declaração para fins de incidência ou não de alíquota especial dos funcionários alocados para a prestação dos serviços contratados para o município (Art.131 e 132 da IN RFB nº 2110/2022).
j) Demais documentos conforme exigidos na cláusula do pagamento.

II - Os documentos referidos no inciso I, assim como os demais documentos comprobatórios, deverão ser nomeados de forma a identificar o documento a que se refere.

§ 1º As notas fiscais devem conter:
a) assinatura do ordenador da despesa,
b) assinatura do fiscal de serviços/ técnico quando for o caso;
c) pelo Gestor de Contratos.

§ 2º Deverá ser aberto um processo digital para cada nota fiscal, com exceção dos casos de compras em que houver mais de uma nota, desde que pertençam ao mesmo empenho e mesmo vencimento, poderão ser organizadas em número máximo de 5 (cinco) notas por processo.

§ 3º A fase da despesa denominada "Em Liquidação" a contar de 01 de maio de 2024, constituiu etapa obrigatória do processo de pagamento, instruídos na forma desta Instrução, devendo ser registrados nesta etapa cada um dos empenhos que serão utilizados para a posterior liquidação e pagamento das notas fiscais já incluídas no processo.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E ATAS

Art. 4º Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato a conferência da documentação apresentada para a comprovação dele, tais como: Relatório SEFIP/ DCTF-Web, folha de pagamento, folha ponto, Relatório apresentado pela contratada, bem como demais documentos inerentes à fiscalização administrativa. E ao Fiscal de Serviços compete atestar a efetiva prestação dos serviços, bem como atestar a efetividade dos terceirizados e planilha com demonstrativo de faltas, se for o caso, para os devidos descontos, bem como relatório completo (horas trabalhadas, quilometragem e locais da prestação dos serviços) quanto se referir a locação de equipamentos.

Parágrafo 1º - As atribuições do Gestor e do Fiscal Administrativo e dos Fiscais de Serviços estão discriminadas nos artigos 12, 13 e 14 do Decreto nº 101/2025 de 31/07/2025, que DISPÕE SOBRE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO E FIXA METODOLOGIA DE FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo 2º - Os processos de aquisição de material com entrega em até 30 dias e de pequenos valores, e contratos sem a cessão de mão de obra ficam dispensados da indicação do Fiscal Administrativo e Fiscal Serviços, ficando a comprovação através da conferência e assinatura na Nota Fiscal do produto recebido, excetuando-se a aquisição de bens especiais (computadores e equipamentos de informática) cujas características e configurações deverão ser confirmadas por servidor capacitado para tanto.

Parágrafo 3º - Para os cursos de capacitação será exigida a comprovação através da entrega do Certificação com no mínimo 75% de presença e a elaboração de relatório das atividades desenvolvidas.

Para cursos de participação será comprovado através do Certificado de participação com 75% de presença.

Parágrafo 3º - A documentação SEFIP/DCTF-Web bem como suas guias e comprovantes de pagamentos deverão ser encaminhados referente a competência do serviço /ou quando a declaração não esteja vencida na emissão da nota fiscal a competência anterior a prestação do serviço.

CAPÍTULO V
DAS OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O PROCESSAMENTO DA DESPESA

Art. 5º Para que as despesas sejam processadas corretamente, em atendimento aos demais dispositivos e normas legais vigentes, deverão ser observadas as situações nos parágrafos seguintes.

§ 1º A identificação do fornecedor e a descrição das mercadorias/serviços constantes na nota fiscal deve ser a mesma do empenho e a mais completa possível.

§ 2º Somente serão aceitas cartas de correção para a regularização de erros na emissão de documentos fiscais cujos erros não estejam relacionados com as variáveis que determinarem o valor do imposto, tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação, ou para correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário, em conformidade com o Manual Aduaneiro/RFB.

§ 3º Os descontos sobre mercadorias ou serviços deverão ser concedidos mediante cartas de desconto, em documento formal, timbrado e assinado pelo responsável legal da empresa.

§ 4º Em atenção às orientações recebidas do Setor de Fiscalização da SMFPO, de acordo com o Código Tributário Municipal e a Lei Federal nº 116/2003, os serviços de transportes realizados dentro do município devem ser pagos com Nota Fiscal de Serviço. Quanto aos transportes intermunicipais, o documento hábil para o pagamento é a nota fiscal de ICM modelo 67, denominada Nota Fiscal de Serviços de Transporte ou Conhecimento de transporte. Quando as viagens realizadas forem para regiões que não fazem parte da grande Porto Alegre, anexar lista de passageiros entregue ao DAER, contendo o itinerário.

§ 5º As notas fiscais deverão ser precedidas de empenho prévio, em conformidade com o disposto no art. 60 da Lei Federal nº 4320/64, excepcionalmente, em ocorrendo a emissão da nota fiscal anterior à data de emissão do empenho, esta deverá estar acompanhada de justificativa, devidamente assinada pelo ordenador da despesa (secretário).

§ 6º Deverá ser observado, para as obras de construção civil, o CNO – Cadastro Nacional de Obras, instituído pela IN RFB nº 1.845/ 2018 em substituição ao Cadastro Específico do INSS – CEI, na forma da lei.

§ 7º As notas fiscais oriundas da contratação de serviços de natureza continuada, que se utilizam de mão de obra, deverão ser encaminhadas juntamente com a SEFIP e DCTFWeb, os comprovantes de recolhimento das Contribuições Previdenciárias e do Fundo de Garantia, ainda que sem previsão contratual.

§ 8º As notas fiscais encaminhadas à Liquidação não deverão ser canceladas ou substituídas sem anterior notificação formal ao setor de liquidação.

§ 9º Para as demais notas, quando houver a necessidade do cancelamento, o novo documento fiscal deve ser acompanhado da comprovação da nota cancelada.

CAPÍTULO VI
DO CONTROLE DOS SERVIÇOS SUJEITOS A RETENÇÃO NA FONTE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DA RETENÇÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Art. 6º O Município de Alvorada adotará integralmente as retenções para o Imposto de Renda conforme decisão proferida pelo TRF 4 5008835-44.2017.4.4.0000 mantida pelo STF desde 08/10/2021, para tanto a aplicação das alíquotas seguirão o anexo I da Lei Federal nº 1.234/2012.

§ 1º A simples ausência da retenção ou com alíquotas diferentes das previstas no Anexo I da referida IN, não impedirá a correta retenção no ato do pagamento.

§ 2º Os fornecedores que gozem de isenção ou imunidade, deverão apresentar declaração junto de cada nota fiscal/fatura, nos moldes das declarações anexos II, III e IV da referida IN.

Art. 7º As notas fiscais de serviços de mão de obra ou cessão de mão de obra estão sujeitas à retenção na fonte da Contribuição Social destinada à Previdência, atribuída ao tomador por força da IN 2110/2022 e Lei complementar nº 123/2006.

§ 1º Os valores retidos deverão ser declarados à Receita Federal do Brasil, via DCTFWEB, até o dia 15 do mês subsequente ao da competência.

§ 2º As notas fiscais de serviços sujeitos a retenção previdenciária, deverão conter discriminação dos valores referentes aos funcionários sujeitos a aposentadoria especial que trata a seção XXIII da Instrução Normativa RFB nº 2110/2022, para a correta aplicação da retenção previdenciária.
§ 3º Quando os serviços prestados não forem considerados nocivos e, portanto, sujeitos a alíquota normal (11%) as notas fiscais deverão ser acompanhadas de declaração de não incidência que trata os artigos 131 e 132 da IN RFB nº 2110/2022.

§ 4º Se a empresa contratante não discriminar em documento fiscal nem declara a inexistência de agentes nocivos, ficará sujeita ao adicional de 2% sobre a alíquota normal, conforme previsão contida no § 4º do artigo 131 da referida IN.

§ 5º A multa e os juros sobre o recolhimento em atraso, incidentes sobre as notas entregues fora dos prazos estabelecidos nesta instrução, serão de responsabilidade da secretaria que originar a inadimplência ou do fornecedor, quando este der causa, sem prejuízo da apuração das responsabilidades.

Art. 8º Para o atendimento do art. 7º, os processos das notas fiscais sujeitas à retenção INSS deverão ser abertos e terem suas notas fiscais anexadas, para fins de registro no sistema até o 5º dia após a emissão da Nota Fiscal.

Parágrafo Único: O não cumprimento desse artigo, poderá incidir multa ou juros para a Secretaria responsável, tendo em vista que as declarações contábeis não serão entregues com a devida informação e consequentemente causará danos ao erário.

Art. 9º Os serviços realizados por RPA e os serviços realizados por MEI, este prestado na forma do §1º do art. 201 da IN RFB nº 2110/2022, deverão ser encaminhados até o 5º dia após a emissão do recibo, para inclusão no e-social.

Art. 10º Os processos de pagamento cujos fornecedores sejam sediados no município e os de prestação de serviços, independentemente da sede, serão remetidos ao Setor de Fiscalização do ISS, para apuração da alíquota de retenção.

CAPÍTULO VII
DO PROCESSAMENTO DA DESPESA PELO SETOR DE LIQUIDAÇÃO E DA CONTAGEM DO PRAZO PARA PAGAMENTO

Art. 11º Os processos de pagamento que não estiverem instruídos na forma desta instrução normativa serão devolvidos à secretaria demandante para suas devidas correções.

Parágrafo único: Os processos abertos com subassunto incorreto serão devolvidos à secretaria de origem devendo ser arquivados. A secretaria deverá proceder com uma nova abertura do processo contendo o subassunto adequado.

Art. 12º Os processos de pagamento, ainda que recebidos pelo Setor de Liquidação da Despesa, que, no processo de verificação de pagamento, não atenderem às disposições em contrato, restando incompletos ou insuficientes para o processamento da liquidação, serão devolvidos à Secretaria de origem para implementar condição de pagamento.

§ 1º Os processos de contribuintes que se encontrarem em débito com a Fazenda Municipal na data da liquidação, por força do artigo 314 da lei Municipal 2586/2012, não serão liquidados e serão devolvidos à secretaria de origem, devendo retornar ao Setor de Liquidação somente após a quitação destes.

§ 2º As notas fiscais devolvidas à secretaria terão a contagem do prazo de pagamento suspensos. Somente será reestabelecido o prazo após regularização das condições necessárias para o processamento da despesa, a contar da entrada do processo no Setor de Liquidação.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.14º Esta instrução normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem, a fim de verificar a sua adequação e manutenção no processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art.15º Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada, a contar desta data, a IN SMFPO nº 001/2024.

Alvorada/RS, 22 de setembro de 2025.

MAURÍCIO FARIAS CARDOSO
Secretário Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:40F1795C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA Nº 22/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2025

O Município de Alvorada comunica aos interessados que se encontra aberta a **COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA – DISPENSA DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para impressão de livro físico.
Início do recebimento das propostas: dia 24 de setembro de 2025, às 10 horas. Limite de entrega das propostas: dia 30 de setembro de 2025, às 08 horas e 59 minutos. Início da fase de lances: dia 30 de setembro de 2025, às 09 horas. Encerramento da fase de lances: 30 de setembro de 2025, às 14 horas e 59 minutos. Encerramento da sessão: dia 30 de setembro de 2025, às 15 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
O termo de cotação encontra-se à disposição no site alvorada.atende.net e www.portaldecompraspublicas.com.br, também podendo ser solicitado pelo e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br.
Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 23 de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thierri Rech
Código Identificador:850BF518

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA Nº 26/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2025

O Município de Alvorada comunica aos interessados que se encontra aberta a **COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA - DISPENSA DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é a contratação de Empresa Especializada para serviços de Gastronomia (Coffee Break) e Decoração na realização do XI Encontro do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Alvorada - FUNSEMA que acontecerá nos dias 22, 23, 24 de Outubro de 2025 conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento. A presente cotação de preços eletrônica obedecerá às disposições do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.**Início do recebimento das propostas: dia 24 de setembro de 2025, às 10 horas. Limite de entrega das propostas: dia 30 de setembro de 2025, às 8 horas e 59 minutos. Início da fase de lances: dia 30 de setembro de 2025, às 9 horas. Encerramento da fase de lances: 30 de setembro de 2025, às 14 horas e 59 minutos. Encerramento da sessão: dia 30 de setembro de 2025, às 15 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.**
O termo de cotação encontra-se à disposição no site alvorada.atende.net e www.portaldecompraspublicas.com.br, também podendo ser solicitado pelo e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br.
Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 23 de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Elidiane Martins Costa da Silva
Código Identificador:FD62E023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 111/2025

Objeto: Inscrições das servidoras Viviane Mota de Vargas da Silva (matrícula nº 2021110248) e Maglianne Severo Rampinini (matrícula nº 2022111145) para participação no curso de formação sobre " Credenciamento como instrumento auxiliar na Lei Federal nº 14.133/2021".

Item	Descrição (Detalhamento do objeto)	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CURSO Credenciamento como instrumento auxiliar na Lei Federal nº 14.133/2021. 29 de setembro de 2025: das 09h às 12h e das 13h às 17h. Auditório da DPM Educação, sito na Av. Pernambuco, nº 1001, Térreo, Bairro Navegantes, em Porto Alegre-RS.	SERV.	02	R$503,00	R$1.006,00

Contratada: DPM EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **13.021.017/0001-77.**

Valor Total: R$1.006,00 (um mil e seis reais).

Alvorada, 23 de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thierri Rech
Código Identificador:387EE893

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4198/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 33167/2025;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Vanderlan de Souza Caetano**, Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula n.º 1999100846, de 30 (trinta) dias, de **18/09/2025 a 17/10/2025**, correspondente ao período aquisitivo *01/03/2015 a 28/02/2020*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:2310EA30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4209/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 49367/2025;

RESOLVE:

1.Conceder licença-prêmio de forma indenizada, à **Fatima Cristina de Oliveira Feijo**, Professor Anos Iniciais, matrícula n.º 1992001203, de 180 (cento e oitenta) dias, correspondente aos períodos aquisitivos *25/12/2012 a 24/12/2017 e* ***25/12/2017 a 24/12/2022***, este último alterado, em razão da prorrogação de 583 dias determinada pelo art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar n.º 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2/Covid-19), que **proibiu a concessão de vantagens a qualquer título de 28/05/2020 a 31/12/2021**. Dessa forma, o período aquisitivo foi dividido em duas partes, ficando da seguinte forma: 25/12/2017 a 27/05/2020 (1ª parte) e 01/01/2022 a 29/05/2024 (2ª parte), sendo implementado, efetivamente, em 29/05/2024.

2.Conceder a licença prêmio em pecúnia, de acordo com o previsto no art. 138 § 2º, da Lei Municipal nº 3.670/2022, em face de seu indeferimento e consequente impossibilidade do gozo quando da implementação do período aquisitivo.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:DB958E69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4210/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 43248/2025, da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes da Dispensa de Licitação nº 40/2025, referente ao Processo Administrativo nº 33863/2025, cujo objeto é a manutenção corretiva da balança rodoviária.

• Fiscal administrativo titular:Marciele Fernandes de Oliveira – matrícula nº 2018109274;
• Fiscal administrativo suplente: Rogério Sampaio Bandeira – matrícula nº 2025112251;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 18 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência
Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:394CC35E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4212/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 55436/2025;
RESOLVE:

Conceder licença-prêmio de forma indenizada, ao **Ernani Soares Lopes**, Médico Pediatra, matrícula n.º 2015107846, de 90 (noventa) dias, correspondente ao período aquisitivo *29/05/2020 a 28/05/2025*, de acordo com o previsto no art. 138 § 2º, da Lei Municipal n.º 3.670/2022, em face de seu indeferimento e consequente impossibilidade do gozo quando da implementação do período aquisitivo.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:393E8764

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4213/2025

Douglas Martello De Souza Silveira, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao que consta no processo protocolizado sob n° 57767/2025,

Resolve:

Exonerar a servidora CAROLINA LORENZI BONALUME, a pedido, do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra Infanto-Juvenil, matrícula funcional n.º 2022110881, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 17 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se:

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Keisse Gabriele Paulino Alexandrino Silva
Código Identificador:F7F2E4C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4225/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 58096/2025, do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Alvorada, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes da Inexigibilidade de Licitação nº 99/2025, referente ao Processo Administrativo nº 44641/2025, cujo objeto é inscrições para 3° congresso brasileiro de mulheres de rpps, realizado por abipem, nos dias 03 e 04 de setembro de 2025, em Brasília-DF.

• Fiscal administrativo titular:Juliana Magnus Otto de Barros – matrícula nº 2018109176;
• Fiscal administrativo suplente: Tatiana Silva Guterres Schander – matrícula nº 2006103017;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 19 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:E07D9261

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4228/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 31217/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes do Pregão Eletrônico nº 003/2025, referente ao Processo Administrativo nº 57459/2024, cujo objeto é a aquisição de armadilhas de uso no combate à dengue (OVITRAMPAS).

• Fiscal administrativo titular:Clairton Alves – matrícula nº 2000101344;
• Fiscal administrativo suplente: Bibiana Della Pasqua Ferreira – matrícula nº 2007103516;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 19 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:B89F1B73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4230/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 57853/2025;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, à servidora **Mara Fernanda Weber Roth**, Auxiliar Administrativo, matrícula n.º 2002101868, de 30 (trinta) dias, de **22/09/2025 a 21/10/2025**, correspondente ao período aquisitivo *29/05/2007 a 28/05/2012*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:3FA39083

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4231/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 24769/2025, da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes do Pregão Eletrônico nº 091/2024, referente ao Processo Administrativo nº 48017/2024, cujo objeto é a aquisição de veículo tipo pick-up, para uso da Defesa Civil do município de Alvorada.

• Fiscal administrativo titular:José Vicente de Souza Alves – matrícula nº 2025112341;
• Fiscal administrativo suplente: Adriano Strada da Fonseca – matrícula nº 2024111897;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 19 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:33D59AAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4232/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a C.I. nº 177/2025 e o Processo nº 58465/2025 da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade;

Resolve:

Dispensar o servidor João Lopes Pires, matrícula nº 2000101323, da Função Gratificada de Assessor Administrativo, Nível VII da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade, a contar de 15 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 19 dias do mês de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gabrielle Texeira Monteiro
Código Identificador:5C8BB744

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4234/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 48855/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes do Pregão Eletrônico nº 40/2025, referente ao Processo Administrativo nº 22074/2025, cujo objeto é a aquisição de placas de identificação e totem para a Secretaria Municipal de Saúde.

• Fiscal administrativo titular:Thiago dos Santos Henriques – matrícula nº 2021110133;
• Fiscal administrativo suplente: Rodrigo da Silva Niquele – matrícula nº 2025112275;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 22 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:BE9104DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4235/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 49682/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes do Pregão Eletrônico nº 29/2025, referente ao Processo Administrativo nº 23047/2025, cujo objeto é contratação de empresa especializada no fornecimento de auxiliares de manutenção predial.

• Fiscal administrativo titular:Rodrigo da Silva Niquele – matrícula nº 2025112275;
• Fiscal administrativo suplente: Thiago dos Santos Henriques – matrícula nº 2021110133;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 22 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:6CF2FE86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4236/2025

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo Eletrônico nº 57899/2025, da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 141, de 24 de setembro de 2024,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes da Concorrência nº 004/2023, referente ao Processo Administrativo nº 36071/2023, cujo objeto é manutenção viária em vias públicas não pavimentadas do Município de Alvorada - RS.

• Fiscal técnico titular:Eduardo Filgueiras de Melo – matrícula nº 2025112721;
• Fiscal técnico suplente:José Carlos Barcelos Fraga – matrícula nº 2010104889;

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 22 dias do mês de setembro de 2025.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:E37FCFE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4238/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 56409/2025 da Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Transparência;

Resolve:

Conceder ao servidor Daniel de Apolinario Machado, Técnico em Informática, Matrícula nº 2025112731, Gratificação de Assessoramento da Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Transparência, conforme art. 15 da Lei Municipal nº 3671/2022, a contar de 11 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 22 dias do mês de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Gabrielle Texeira Monteiro
Código Identificador:8646F634

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4239/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 58941/2025 da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano;

Resolve:

Designar Márcio Flores Rocha, matrícula nº 2000101170, como Diretor do Plano Diretor no período de 22/09/2025 a 30/09/2025 em substituição ao titular Mauricio Henrique Castro de Oliveira em gozo de férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 22 dias do mês de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Gabrielle Texeira Monteiro
Código Identificador:6B01553F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4248/2025

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo nº 58507/2025 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Resolve:

Autorizar Letícia Dal Fiume Leal, Matrícula nº 2025112327, ocupante do cargo em comissão de Diretor, Nível V, a conduzir veículos oficiais, bem como os veículos à disposição do Município em virtude de locação, em caráter excepcional, com base na Lei Municipal nº 3314/2019, alterada pela Lei Municipal nº 4123/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada, aos 23 dias do mês de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publicado por:
Eduarda Fernanda da Silva da Costa
Código Identificador:C0D886D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 1346/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, **CONCEDE PENSÃO** ao dependente do servidor **HENRIQUE WERNER PRESA**, matrícula 2024111893, identidade funcional 28941-01, cargo de Engenheiro Civil, padrão Ref. A, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecido em 30/01/2025, sendo que 100% desta pensão corresponde a **R$ 5.840,51**, distribuídos da seguinte forma: **ARIADINE BARROS**

SCHERER, companheiro(a), a contar de 30/01/2025, até a data-limite de 29/05/2025, à razão de 100%, no valor de R$ 5.840,51. A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.
ALVORADA, 18/03/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM de Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:EAA4784B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 1363/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, **CONCEDE PENSÃO aos dependentes da servidora SIMONE HILARIO COSTA DOS SANTOS,** matrícula 2012106279, identidade funcional 9680-01, cargo de Farmacêutico Bioquímico, padrão Ref. A, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecida em 23/02/2025, sendo a pensão composta pelo teto salarial do Regime Geral de Previdência Social vigente na data do óbito, correspondente a R$ 8.157,41, acrescido de 70% (setenta porcento) da parcela excedente a esse limite, correspondente a R$ 155,80, **totalizando R$ 8.313,21,** distribuídos da seguinte forma: **ARTUR HILARIO COSTA DOS SANTOS**, filho(a), a contar de 23/02/2025, até a data-limite de 21 anos, completados em 29/12/2035, à razão de 33,33%, no valor de R$ 2.771,07; **DAVI HILARIO COSTA DOS SANTOS,** filho(a), a contar de 23/02/2025, até a data-limite de 21 anos, completados em 25/08/2032, à razão de 33,33%, no valor de R$ 2.771,07; **JOÃO BATISTA DOS SANTOS,** cônjuge, a contar de 23/02/2025, à razão de 33,33%, no valor de R$ 2.771,07. A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.

ALVORADA, 18/03/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM De Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:B8A5460E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 2369/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, **CONCEDE PENSÃO** ao dependente do servidor inativo **OSMAR ANTONIO JACINTO DA SILVA,** matrícula 1998100283, identidade funcional 3164, cargo de Professor, padrão Ref. C, nível III, classe C, regime jurídico estatutário, 20 horas semanais, falecido em 26/04/2025, inativado conforme Portaria nº 2775/2017, sendo que a totalidade da remuneração desta pensão corresponde a **R$ 1.398,40,** complementados até o valor do salário mínimo nos termos da Constituição Federal, distribuídos da seguinte forma: **ELISABETE PEREIRA DA SILVA,** cônjuge, a contar de 26/04/2025, à razão de 100%, no valor de R$ 1.398,40. A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.

ALVORADA, 19/05/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM De Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:32D6ED15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 3637/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, **CONCEDE PENSÃO ao dependente do servidor inativo NERI DE OLIVEIRA**, matrícula 2015107974, identidade funcional 11364-02, cargo de Operário, padrão Ref. C, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecido em 02/04/2021, inativado conforme Portaria nº 2016/2015, retificado por Portaria nº 1999/2016, Portaria nº 697/2017, sendo que a totalidade da remuneração desta pensão corresponde a **R$ 3.779,78,** distribuídos da seguinte forma: **SONIA TERESINHA DA SILVA**, companheiro(a), a contar de 05/08/2025 conforme decisão judicial, processo nº 5024687- 53.2021.8.21.0003/ RS, à razão de 100%, no valor de R$ 3.779,78.
A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.

ALVORADA, 05/08/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM De Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:35209FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 3708/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, CONCEDE PENSÃO ao dependente do servidor inativo **FAVORINO AQUINO**, matrícula 2003101982, identidade funcional 5187, cargo de Contador, padrão Ref. A, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecido em 31/07/2025, inativado conforme Portaria nº 854/2014, sendo que 100% desta pensão corresponde a **R$ 8.010,24,** distribuídos da seguinte forma: **ANA LUCIA BAIRROS DA SILVA**, companheiro(a), a contar de 31/07/2025, à razão de 100%, no valor de R$ 8.010,24. A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.
ALVORADA, 11/08/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM De Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:7C7FE041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA Nº 4208/2025

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA, Prefeito Municipal de PM DE ALVORADA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 3250 de 2018, **CONCEDE PENSÃO** ao dependente da servidora inativa **ILSE GREGIS LORENSI**, matrícula 2000101225, identidade funcional 4069, cargo de Servente de Merendeira, padrão Ref. D, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecida em 08/09/2025, inativada conforme Portaria nº 0881/2014, sendo que a totalidade da remuneração desta pensão corresponde a R$ 961,21, complementados até o valor do salário mínimo nos termos da Constituição Federal, distribuídos da seguinte forma: **SELMAR JOSE LORENSI**, cônjuge, a contar de 08/09/2025, à razão de 100%, no valor de R$ 961,21. A pensão será custeada por FUNSEMA, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real.

ALVORADA, 18/09/2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal de PM De Alvorada

OBS.: Ato sujeito a exame para fins de registro.

Publicado por:
Aline Lima Soares
Código Identificador:B17150AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – COTAÇÃO ELETRÔNICA 24/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 51/2025

Objeto: COTAÇÃO DE PREÇOS ELETRÔNICA, pelo Critério de Julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a Aquisição de microchips, aplicadores a fim de atender a demanda de atividades realizadas pelo Departamento de Bem-Estar Animal, cuja finalidade é a implantação de dispositivo subcutâneo de identificação nos cães e gatos do município de Alvorada e cadastrar em Registro Geral Animal do Município os animais identificados. Empresa arrematante e seus preços unitários propostos, resultando adjudicados e homologados:

TRIPUI SERVICOS E COMERCIO LTDA – CNPJ 05.086.623/0001-42				
	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
01	KIT MICROCHIP + AGULHA + APLICADOR PARA USO VETERINÁRIO. Marca: Própria	Kit	1000	**R$ 5,45**

Conforme Propostas Financeiras e documentos de habilitação anexados aos autos referentes ao Processo Licitatório em questão, ADJUDICO e HOMOLOGO a licitação em referência, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, em 19 de setembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

Alvorada, 24 de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Jonko Carrazzoni Tamiozzo
Código Identificador:99BBEE8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMBARÉ

LICITAÇÕES
PROCESSO DE DISPENSA POR LIMITE Nº: 81/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GARRAFINHAS DE ÁGUA TÉRMICAS, ACOMPANHADAS DEV SACOS PARA ACONDICIONAMENTO, SEREM UTILIZADAS COMO LEMBRANCINHAS NAS FORMASTURAS DE FINAL DE ANO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIIPAL DE ENSINO. MEMORANDO 498/2025, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
EXECUTOR: LIVRARIA CENTER PAPER LTDA. CNPJ: 04.673.074./0001-40
VALOR: R$ 4.626,60 (quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24 PAR. II
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2034
1500
Recursos não Vinculados de Impostos
Arambaré, 18 de setembro de 2025.

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito).

Publicado por:
Silvana da Silva Silva
Código Identificador:C64D4CA3

LICITAÇÕES
PROCESSO DE DISPENSA POR LIMITE Nº: 84/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA CONSERTO E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SPIN, PLACAS JBR0A56 , MEMORAMDO 999/2025, SECRETARIA DE SAÚDE.
EXECUTOR: ANDRE AMARANTE DE CASTRO. CNPJ: 13.211.282/0001-18
VALOR: R$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24 PAR. II
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3471
1500
Recursos não Vinculados de Impostos
3492
1500
Recursos não Vinculados de Impostos
Arambaré, 23 de setembro de 2025.

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito).

Publicado por:
Silvana da Silva Silva
Código Identificador:0814908C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 007/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 007/2025

O Município de Arroio dos Ratos/RS torna público que encontra-se aberta a Licitação em epígrafe. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS.** O recebimento de propostas se inicia no dia **24/09/2025**, às **08h** consecutivamente. O edital estará disponível nos sites: www.arroiodosratos.rs.gov.br www.banrisul.com.br, ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul. Informações nos fones (51) 3656-2553.

Arroio dos Ratos, 23 de setembro de 2025.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovani da Silva Moraes
Código Identificador:DF0CB32D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

Contrato de Concessão de Uso de forma não onerosa de bem imóvel municipal, destinado ao MOTO CLUBE PESTANENSE.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de 2025, nas dependências da Prefeitura Municipal, situada na Rua da República, nº 96, nesta cidade, entre as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE AUGUSTO PESTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob nº 87613246/0001-17, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. SERGIO LUIS NEUBERGER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Edwino Schoer, Centro, nesta cidade e, de outro lado, o MOTO TOCLUBE PESTANENSE, inscrito do CGC/MF sob nº 05.605.833/0001-08, com sede no Parque Municipal de Exposições Alfredo Schmidt, na cidade de Augusto Pestana-RS, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rafael Germano Selle, brasileiro, inscrito no CPF sob n.º 028466758069, residente e domiciliado nesta cidade, na forma de seu estatuto social, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 1809/2015, celebrou-se o presente *CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE FORMA NÃO ONEROSA* da parte ideal de imóvel, o qual se rege pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
O presente instrumento tem por objeto a concessão de uso de imóvel de propriedade do CONCEDENTE, descrito na cláusula seguinte, à CONCESSIONÁRIA, para ali instalar sua sede Social.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Constitui objeto deste contrato a outorga, pelo MUNICÍPIO ao CONCESSIONÁRIO da concessão de uso, da parte ideal do imóvel abaixo descrito, que se denomina Parque de Exposições Alfredo Schmidt, do seguinte bem municipal:
Descrição detalhada do bem (móvel e/ou imóvel)
Um lote com área de 30.000m2, confrontando ao Norte na extensão de 167,50m, com área da AFUMAP, ao Sul com área do CTG Porteira do Cadeado, ao Leste na extensão de 125,28m com o Rio Conceição, e a Suduoste na extensão de 148,50m com a área de exposições do Parque e duas edificações em alvenaria, sendo um banheiro com 21m2 e a sede com 130m2, localizado no Levantamento Planialtimétrico Topográfico sob nº 01 e 02 respectivamente.

CLÁUSULA TERCEIRA:
A presente concessão será a título gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme (art. 5º da Lei nº 1.809 de 04 de agosto de 2015).

CLÁUSULA QUARTA:
A CONCESSIONÁRIA fica ciente que o uso concedido se destina à implantação de suas atividades fins, conforme seu Estatuto Social.
PARÁGRAFO ÚNICO: O imóvel a ser cedido e os prédios a serem construídos reverterão ao patrimônio do Município se em qualquer tempo cessar sua utilização no fim especificado no art. 3º da Lei Municipal n.º 1.809/2015.

CLÁUSULA QUINTA:
Para a realização de benfeitorias, bem como, de construções sobre o imóvel, a CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia licença por escrito do CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA:
Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do imóvel concedido, bem como os tributos incidentes, serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO: É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA ainda, arcar com as despesas de consumo de água, energia elétrica e telefone.

CLÁUSULA SÉTIMA:
As benfeitorias que eventualmente forem erigidas no imóvel, pela CONCESSIONÁRIA, reverterão ao patrimônio do CONCEDENTE finda a concessão, sem qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA OITAVA:
O CONCEDENTE tem o direito de ocupar os imóveis e benfeitorias, sempre que requisitado, para promover exposições, feiras, atividades esportivas e atividades afins, quando a entidade CONCESSIONÁRIA não o utilizar.

CLÁUSULA NONA:
A CONCESSIONÁRIA obriga-se a conservar o imóvel objeto deste contrato, devolvendo-o, ao final do prazo estipulado na Cláusula Terceira, no mesmo estado em que o recebeu e conforme dispõe a Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA:
A CONCESSIONÁRIA compromete-se a observar, durante o período da concessão, as normas sanitárias e de higiene bem como, a manter em operação procedimentos que impeçam ou reduzam os índices de poluição ou degradação do meio ambiente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:
A fiscalização do cumprimento das cláusulas ora avençadas será efetuada pelo CONCEDENTE, através da Secretária Municipal da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
O CONCEDENTE não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da CONCESSIONÁRIA durante o prazo da concessão do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:
O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, no caso de descumprimento das obrigações aqui assumidas, bem como, nas hipóteses previstas nos artigos 77-80 da Lei nº 8.666/93.
PARÁGRAFO ÚNICO: Da decisão que determinar a rescisão do presente contrato, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação administrativa, em primeira e única instância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:
São assegurados ao CONCEDENTE as prerrogativas constantes dos incisos I a IV do art. 58 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:
Ao final da concessão ou de seu período de prorrogação, terá a CONCESSIONÁRIA o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar o imóvel, podendo ser prorrogado, à critério do CONCEDENTE, mediante requerimento formal e fundamentado da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:
A CONCESSIONÁRIA compromete-se a manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:
O presente contrato é regido em todos os seus termos pela Lei nº 8.666/93, inclusive nos casos em que for omisso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:
As partes elegem o Foro da Comarca de Augusto Pestana-RS, para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

O presente instrumento possuí efeito retroativo à data de 04/08/2025.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas, a tudo presentes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Augusto Pestana/RS, 19 de setembro de 2023.

SERGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal
Concedente

Moto Clube Pestanense
Concessionário
RAFAEL GERMANO SELLE
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:5CAC1AF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

Contrato de Concessão de Uso de forma não onerosa de bem imóvel municipal, destinado ao Lions Clube de Augusto Pestana.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de 2025, nas dependências da Prefeitura Municipal, situada na Rua da República, nº 96, nesta cidade, entre as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE AUGUSTO PESTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob nº 87613246/0001-17, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. SERGIO LUIS NEUBERGER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Edwino Shoer, Centro, nesta cidade e, de outro lado, o Lions Clube de Augusto Pestana, inscrito do CGC/MF sob nº 90.163.742/000120, com sede na cidade de Augusto Pestana-RS, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JANIO FERNANDO GRAUNKE, brasileiro, inscrito no CPF sob n.º 008.724.130-71, residente e domiciliado na Rua Felipe Bauer, 774, centro desta cidade, na forma de seu estatuto social, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 1809/2015, celebrou-se o presente *CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE FORMA NÃO ONEROSA* da parte ideal de imóvel, o qual se rege pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
O presente instrumento tem por objeto a concessão de uso de imóvel de propriedade do CONCEDENTE, descrito na cláusula seguinte, à CONCESSIONÁRIA, para ali instalar sua sede Social.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Constitui objeto deste contrato a outorga, pelo MUNICÍPIO ao CONCESSIONÁRIO da concessão de uso, da parte ideal do imóvel abaixo descrito, que se denomina Parque de Exposições Alfredo Schmidt, do seguinte bem municipal:
Descrição detalhada do bem (móvel e/ou imóvel)
Um lote medindo 714m2, com uma edificação em alvenaria, medindo 240,35m2, localizado no Levantamento Planimétrico Topográfico sob nº 13 (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 3.750, de 07.05.2024)

CLÁUSULA TERCEIRA:
A presente concessão será a título gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme (art. 5º da Lei nº 1.809 de 04 de agosto de 2015).

CLÁUSULA QUARTA:
A CONCESSIONÁRIA fica ciente que o uso concedido se destina à implantação de suas atividades fins, conforme seu Estatuto Social.
PARÁGRAFO ÚNICO: O imóvel a ser cedido e os prédios a serem construídos reverterão ao patrimônio do Município se em qualquer tempo cessar sua utilização no fim especificado no art. 3º da Lei Municipal n.º 1.809/2015.

CLÁUSULA QUINTA:
Para a realização de benfeitorias, bem como, de construções sobre o imóvel, a CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia licença por escrito do CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA:
Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do imóvel concedido, bem como os tributos incidentes, serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
PARÁGRAFO ÚNICO: É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA ainda, arcar com as despesas de consumo de água, energia elétrica e telefone.

CLÁUSULA SÉTIMA:
As benfeitorias que eventualmente forem erigidas no imóvel, pela CONCESSIONÁRIA, reverterão ao patrimônio do CONCEDENTE finda a concessão, sem qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA OITAVA:
O CONCEDENTE tem o direito de ocupar os imóveis e benfeitorias, sempre que requisitado, para promover exposições, feiras, atividades esportivas e atividades afins, quando a entidade CONCESSIONÁRIA não o utilizar.

CLÁUSULA NONA:
A CONCESSIONÁRIA obriga-se a conservar o imóvel objeto deste contrato, devolvendo-o, ao final do prazo estipulado na Cláusula Terceira, no mesmo estado em que o recebeu e conforme dispõe a Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA:
A CONCESSIONÁRIA compromete-se a observar, durante o período da concessão, as normas sanitárias e de higiene bem como, a manter em operação procedimentos que impeçam ou reduzam os índices de poluição ou degradação do meio ambiente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:
A fiscalização do cumprimento das cláusulas ora avençadas será efetuada pelo CONCEDENTE, através da Secretária Municipal da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
O CONCEDENTE não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da CONCESSIONÁRIA durante o prazo da concessão do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:
O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, no caso de descumprimento das obrigações aqui assumidas, bem como, nas hipóteses previstas nos artigos 77-80 da Lei nº 8.666/93.
PARÁGRAFO ÚNICO: Da decisão que determinar a rescisão do presente contrato, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação administrativa, em primeira e única instância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:
São assegurados ao CONCEDENTE as prerrogativas constantes dos incisos I a IV do art. 58 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:
Ao final da concessão ou de seu período de prorrogação, terá a CONCESSIONÁRIA o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar o imóvel, podendo ser prorrogado, à critério do CONCEDENTE, mediante requerimento formal e fundamentado da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:
A CONCESSIONÁRIA compromete-se a manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:
O presente contrato é regido em todos os seus termos pela Lei nº 8.666/93, inclusive nos casos em que for omisso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:
As partes elegem o Foro da Comarca de Augusto Pestana-RS, para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

O presente instrumento possuí efeito retroativo à data de 04/08/2025.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas, a tudo presentes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Augusto Pestana/RS, 19 de setembro de 2025.

SERGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal
Concedente

Lions Clube De Augusto Pestana
Concessionário
JANIO FERNANDO GRAUNKE
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:6F6FF8A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA-RS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50 da Lei Orgânica do Município, artigos 53,54, 55, 56, 129 e 130 da Lei Municipal nº 777 de 09 de dezembro de 2003,

DETERMINA que:

1 – Os Secretários Municipais, Diretores, Coordenadores, Chefes de Núcleos e Chefes de Setores, ficam incumbidos de fiscalizar e fazer cumprir o horário normal de expediente, estabelecido em cada Secretaria ou Departamento por todos os Servidores Municipais.

2 – Quando houver necessidade de horário extraordinário que supere a carga horária normal de trabalho, deverá ser expressamente acordado entre o Servidor e o Secretário responsável pela Secretaria onde o Servidor estiver lotado, em formulário fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, onde deverão estar expressos os motivos para a convocação e a vontade de compensação futura das horas extraordinárias trabalhadas.
3 - O descumprimento desta Ordem de Serviço poderá acarretar medidas disciplinares cabíveis.

CUMPRA-SE:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

SERGIO LUIS NEUBERGER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:2B24837B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PINHAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 0157/2025
DISPENSA N° 0032/2025

LUIZ CEZAR DANELLI FURINI, Prefeito de Balneário Pinhal/RS, **TORNA PÚBLICO** que autorizou a contratação da Empresa **MPEX ASSESSORIA EM FÍSICA MÉDICA E RADIOPROTEÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.719.910/0001-39, para prestação de serviços de levantamento radiométrico, pelo valor total de R$ 790,00 (setecentos e noventa reais), com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.Balneário Pinhal/RS, 19 de setembro de 2025.

LUIZ CEZAR DANELLI FURINI
Prefeito

Publicado por:
Neuza Araujo Dos Santos
Código Identificador:1C4A12D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 0161/2025
INEXIGIBILIDADE N° 0085/2025

LUIZ CEZAR DANELLI FURINI, Prefeito de Balneário Pinhal/RS, **TORNA PÚBLICO** que autorizou a contratação da Empresa **INOVVE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 32.049.941/0001-06, para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, por pessoa jurídica de notória especialização, com foco na recuperação de valores pagos indevidamente a maior nas faturas de energia elétrica de titularidade do Município de Balneário Pinhal/RS.com base no artigo Art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021. Balneário Pinhal/RS, 23 de setembro de 2025.

LUIZ CEZAR DANELLI FURINI
Prefeito

Publicado por:
Neuza Araujo Dos Santos
Código Identificador:C77CB55E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS LOTADAS NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS/PACIENTES DESTE MUNICÍPIO

O Município de Barão de Cotegipe, torna público aos interessados que encontra-se aberto, a partir do dia **24 de Setembro de 2025 às 09:00 horas**, o Edital de Chamamento para Credenciamento nº 002/2025 - **Processo Licitatório nº 403/2025** para **Credenciamento de empresas lotadas no Município de Barão de Cotegipe**

especializadas em serviços de fisioterapia para atendimento aos usuários/pacientes deste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e anexos. Maiores informações pelo Fone/Whats (54) 99632-3244 e a integra do poderá ser obtida no site oficial: www.baraodecotegipe.rs.gov.br.

Barão de Cotegipe, 23 de Setembro de 2025

LAURI SPEROTTO,
Prefeito Municipal em Exercício de Barão de Cotegipe.

Publicado por:
Fabricio Roberto Martins
Código Identificador:0A9C4589

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 413, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Nomeia Comissão de Seleção para contratação administrativa temporária de caráter emergencial para o cargo de Assistente Social

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que no uso das atribuições que lhe são conferidas Lei Municipal nº 3.747, de 06 de agosto de 2025, e, de acordo com o Art. 6º do Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado 04-2025, resolve:

Art. 1° Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão de Seleção dos candidatos aptos para contratação administrativa temporária em caráter emergencial para o cargo de Assistente Social.
a) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
- Horacílio José Machado;
b) Representante da Secretaria Municipal de Saúde
- Jussara de Fátima Gobet de Souza;
c) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Angelica Marostica Vanz.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 23 de setembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:87EA1E78

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 414, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede prêmio assiduidade a servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL nos termos previstos no Art. 92 da Lei Municipal 2616, de 26 dezembro de 2006, e no uso de suas atribuições,
Considerando o fim da vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que proibia a concessão, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

Considerando que as servidoras abaixo descritas tiveram seu direito a percepção adquirido,

RESOLVE

Art. 1° Conceder prêmio assiduidade aos servidores municipais abaixo relacionados, sendo:

Servidor (a)	Matrícula	Cargo	Direito no mês
Susi Aparecida Deggerone Rodrigues	87.715.14-05	Professora de Educação Infantil	09/2025

Parágrafo único. O Prêmio Assiduidade é do valor igual ao vencimento básico do servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO,
em 23 de setembro de 2025.

LUÍZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Data Supra.

Publicado por:
Camila Dallagnol Ramos da Silva
Código Identificador:C370ED10

SECRETARIA DA FAZENDA
EXTRATO DE DISPENSA Nº 114/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2025

O Prefeito Municipal de Barracão/RS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a contratação via dispensa de licitação com base no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO, DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS E ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme especificações do termo de referência. Contratada: **RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA., CNPJ:** 03.825.006/0001-96. **VALOR:** R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) ao mês. **PRAZO:** 12 meses. Maiores informações no Departamento de Licitações e Contratos Administrativos pelo e-mail: barracao@pbarracao.com.br

Barracão/RS, 23 de setembro de 2025.

LUIZ CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrick Ferrão Custódio
Código Identificador:BD64E5C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS. SECRETARIA DE OBRAS.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 352/2025

Contratada: VOLNEI BORGES ALVES CNPJ: 17.127.843/0001-56

Objeto: Aquisição de peças para as máquinas da Secretaria de Obras. Secretaria de Obras.

Autorização da Autoridade Competente: 23/09/2025

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 83

Valor: R$ 1.336,00

Barra do Guarita, 23/09/2025

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:017DD9EB

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO ONIX DE PLACA ICP0B72, E SPIN DE PLACA JCP8B19, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 349/2025

Contratada: ELISANDRO MORAIS DA SILVA CNPJ: 17.595.491/0001-63

Objeto: Aquisição de peças para o veículo ONIX de placa ICP0B72, e SPIN de placa JCP8B19, da Secretaria de Saúde.

Autorização da Autoridade Competente: 23/09/2025

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 222

Valor: R$ 1.664,00

Barra do Guarita, 23/09/2025

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:1DB240B8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 24-2025

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, torna público que, de acordo com as disposições da Lei nº 14.133-2021, realizará a licitação a seguir caracterizada:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT HIDRÁULICO FRONTAL COMPATÍVEL EM TRATOR AGRÍCOLA MF 7316 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SESSÃO DE PREGÃO: 09/10/2025
HORÁRIO: 08:30:00
Informações complementares e o Edital completo poderão ser obtidos pelos interessados no Setor de Licitações do Município de Barra do Guarita, na Rua Sobradinho, 09, de Segunda à Sexta-feira no horário das 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00, pelo telefone (55) 3616-1010 ramal 212, ou ainda pelo site barradoguarita.atende.net.
Barra do Guarita, RS, 23/09/2025.

VALCIER BALESTRIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaque Selis Bettio
Código Identificador:F47AF305

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROS CASSAL

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DEVOLUÇÃO

EXTRATO DE DEVOLUÇÃO DE RECURSO CONVÊNIO FPE 843/2023

Extrato de devolução de recursos pela não execução do objeto do Convênio FPE 843/2023, firmado entre o Município de Barros Cassal e Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação e Desenvolvimento Rural.

Valor Devolução Saldo Recursos do Convênio **R$ 78.571,43**
Valor Devolução Rendimentos Aplicação Financeira **R$ 8.774,05**
Total Valor Devolução **R$ 87.345,48**

Barros Cassal, 23 de setembro de 2025.

JOVIANO ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Corte
Código Identificador:E6814DE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2025

O Município de Boa Vista do Sul/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 012/2025, cujo objeto é a contratação de empresa(s) para locação de mesas e cadeiras de PVC. O credenciamento, entrega dos envelopes e a sessão pública será realizada na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal, sita à Rua Emancipação, nº 2.470, Centro, Boa Vista do Sul/RS, no dia 08 de outubro de 2025, às 9 horas. O Edital poderá ser retirado no site www.boavistadosul.rs.gov.br. Mais informações pelo telefone (54) 9 9968-7458 ou pelo e-mail licitacao@boavistadosul.rs.gov.br.

Boa Vista do Sul, 23 de setembro de 2025.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:CB64A352

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2025

O Município de Boa Vista do Sul/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 013/2025, cujo objeto é a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de segurança desarmada e de limpeza para evento municipal. O credenciamento, entrega dos envelopes e a sessão pública será realizada na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal, sita à Rua Emancipação, nº 2.470, Centro, Boa Vista do Sul/RS, no dia 09 de outubro de 2025, às 9 horas. O Edital poderá ser retirado no site www.boavistadosul.rs.gov.br. Mais informações pelo telefone (54) 9 9968-7458 ou pelo e-mail licitacao@boavistadosul.rs.gov.br.

Boa Vista do Sul, 23 de setembro de 2025.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:BF3D4C16

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica pelo regime de empreitada por preço unitário com julgamento pelo menor preço global para prestação dos serviços de reconstrução da encosta com blocos de concreto e de construção de duas pontes. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**10 de outubro de 2025. **HORÁRIO:** 09h. **LOCAL:** https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital e demais informações complementares no site www.bomprincipio.rs.gov.br ou e-mail compras@bomprincipio.rs.gov.br Bom Princípio, 24 de setembro de 2025.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:8066DBDD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE ALTERAÇÃO - CONTRATO 43/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, CNPJ 90.873.787/0001-99
CONTRATADO: FRANCISCO JUNGES LTDA, CNPJ 91.115.345/0001-46

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR
- ACRÉSCIMO DE 6,5KM/DIA AO PERCURSO 06, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025/4186.

VALOR GLOBAL: R$ 7.292,61 (SETE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/09/2025 A 31/10/2025

FISCAL DA EXECUÇÃO: ÂNGELO DE FREITAS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 001/2024

BOM PRINCÍPIO, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:E91962BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 049/2025

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, CNPJ 90.873.787/0001-99
CONVENIADO: MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, CNPJ Nº 87.862.397/0001-09
INTERVENIENTE: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MANOEL FRANCISCO GUERREIRO, CNPJ N° 03.184.906/0001-00

OBJETO: CONVÊNIO CELEBRADO PARA RECEBIMENTO E REPASSE DE VALORES À ASSOCIAÇÃO HOSPITALARMANOEL FRANCISCO GUERREIRO, DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS),ATRAVÉS DO PROGRAMA ASSISTIR, INSTITUÍDO PELOS DECRETOS ESTADUAIS 56.015/2021-RS E56.016/2021-RS, NA LEI MUNICIPAL DE GUAPORÉ Nº 4572/2024, NAS ESPECIALIDADES CLÍNICA E CIRÚRGICADE OTORRINOLARINGOLOGIA, CONFORME PORTARIA SES Nº 284/2024

VALOR UNITÁRIO: R$ 2.300,00 (DOIS MIL E TREZENTOS REAIS) POR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO COMPLETO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E FORMA DE CONTRATAÇÃO: LEI 14.133, ART. 74, IV

BOM PRINCÍPIO, 23 DE SETEMBRO DE 2025

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:6F2735E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0680/2025

PORTARIA Nº 0680/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa a Servidora Thais Rosa Nunespara atuar como Fiscal De Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1o-Fica designada a servidora **Thais Rosa Nunes**, Matrícula n° 9902350, como Fiscal do Contrato nº 372/2025, decorrente da Dispensa por Limite nº 163/2025.

Art. 2o- O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o- As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o- Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o- Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o- O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único. O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:6380E9DC

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0681/2025

PORTARIA Nº 0681/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula nº707767,como Fiscal do Contrato nº 377/2025decorrente da Dispensa por Justificativa nº 167/2025.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:5D9BD113

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0683/2025

PORTARIA Nº 0683/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula nº707767,como Fiscal do Contrato nº 304/2025decorrente da Dispensa por Limite nº 120/2025.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:1642AF1B

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0684/2025

PORTARIA Nº 0684/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa o Servidor Tiago Ávila de Souza para atuar como Fiscal De Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º-Fica designado o servidor Tiago Ávila de Souza, Matrícula nº9903569, como Fiscal do Contrato nº375/2025, decorrente da Dispensa por Limite n° 165/2025

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências

necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:5953E515

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0687/2025

PORTARIA Nº 0687/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no363/2025, decorrente do Pregãon° 04/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:1A615C5E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0688/2025

PORTARIA Nº 0688/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1o-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula no707767,como Fiscal do Contrato nº 384/2025decorrente do Pregão nº 28/2024.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:CD1C375F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0690/2025

PORTARIA Nº 0690/2025
Em 12 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula nº707767,como Fiscal do Contrato nº 385/2025decorrente do Pregão nº 18/2024.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 12 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:8C5A035B

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0691/2025

PORTARIA Nº 0691/2025
Em 13 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula nº707767,como Fiscal do Contrato nº 386/2025decorrente do Pregão nº 18/2024.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 13 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:240102DF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0692/2025

PORTARIA Nº 0692/2025
Em 13 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula nº707767,como Fiscal do Contrato nº 387/2025decorrente do Pregão nº 18/2024.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 13 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:D2A1E3CD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0693/2025

PORTARIA Nº 0693/2025
Em 13 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1o-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula no707767,como Fiscal do Contrato nº 388/2025decorrente do Pregão nº 18/2024.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 13 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:42EECDE0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0694/2025

PORTARIA Nº 0694/2025
Em 13 de junho de 2025

NOMEIA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, DE ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

NomeiaComissão para Organização e Execução do Processo Seletivo Simplificado, para Contratação Temporária de Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem e Assistente Social, no âmbito da administração direta do Município, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, ficando assim constituída:

-Ederson Pizio Lopes;
- Natalia Rocha Peltz;
- Grace Petrixeli Duarte

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 13 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 13 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:63C011D0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0695/2025

PORTARIA Nº 0695/2025
Em 16 de junho de 2025

CONCEDE LICENÇA GESTANTE PARA SERVIDOR MUNICIPAL.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de Licença Gestante, à servidora **Liliane Santos de Almeida,**Dirigente de Núcleo, da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Ação Solidária, conforme o disposto no Art. 87, item XI, da Lei Municipal n°329 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), a partir de 09 de junho de 2025, conforme Processo Digital nº 0002497-22-2025-3-00-0000-00.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09 de junho de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 16 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 16 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:4575F5FF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0696/2025

PORTARIA Nº 0696/2025
Em 16 de junho de 2025

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA MUNICIPAL.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de Licença Maternidade, à servidora **Joziane Silva de Souza,** Professora Municipal, conforme o disposto no inciso II, do § 4º, do art. 32, da Lei nº 2566/2010 (Plano de Carreira do Magistério), a contar de 09 de junho de 2025, conforme Processo Digital: 0002511-64-2025-3-00-0000-00.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de maio de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 16 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 16 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:813D5D17

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0699/2025

PORTARIA Nº 0699/2025
Em 16 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1o-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula no707767,como Fiscal do Contrato nº 389/2025decorrente do Pregão nº 18/2024.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 16 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:C89A7A9C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0700/2025

PORTARIA Nº 0700/2025
Em 17 de junho de 2025

CONCEDE FG DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede função gratificadade Coordenação Pedagógica Escolar, FG/3, para a Professora Municipal **Graziela Correa dos Santos**, para atuar no Centro de Inclusão, conforme Art. 71, da Lei Municipal n.º 2566/2010, a contar de 09 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 17 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 17 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:6557D978

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0701/2025

PORTARIA Nº 0701/2025
Em 17 de junho de 2025

CONCEDE FG DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede função gratificadade Coordenação Pedagógica Escolar, FG/3, para a Professora Municipal **Carla Judite Flores de Freitas**, conforme Art. 71, da Lei Municipal n.º 2566/2010, a contar de 09 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 17 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 17 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:C3F508C8

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0702/2025

PORTARIA Nº 0702/2025
Em 17 de junho de 2025

EXONERA DIRIGENTE DE NÚCLEO.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, o servidor **Marcelo Felipe Lopes Castro**, do Cargo em Comissão de Dirigente de Núcleo, do Núcleo Administrativo, CC/2, da Secretaria Municipal de Educação, a partir desta data.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 17 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 17 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:0FF6858C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0703/2025

PORTARIA Nº 0703/2025
Em 17 de junho de 2025

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

NOMEAR em caráter efetivo, "para cumprir Estágio Probatório", o candidato relacionado abaixo por ter obtido habilitação no concurso público, conforme Edital nº 007/2023, que homologou a classificação e de acordo com a Lei nº 2.566/2010:

PROFESSOR -GEOGRAFIA(22h)			
Nome:	**Classificação:**	**Nível**	**Classe**
LEANDRO RODRIGUES FLOR	3°	2	A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 17 de junho de 2025.

JEFFERSON SALATIEL DA SILVA VIEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 17 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:50904769

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0704/2025

PORTARIA Nº 0704/2025
Em 18 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no393/2025, decorrente da Dispensa por Limite n° 172/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências

necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 18 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:F65EDF79

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0705/2025

PORTARIA Nº 0705/2025
Em 23 de junho de 2025

Designa o Servidor Tiago Ávila de Souza para atuar como Fiscal De Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º-Fica designado o servidor Tiago Ávila de Souza, Matrícula nº9903569, como Fiscal do Contrato nº399/2025, decorrente do Pregão nº 31/2024.

Art. 2º-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 23 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:A7431A70

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0708/2025

PORTARIA Nº 0708/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa a Servidora Thais Rosa Nunespara atuar como Fiscal De Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º-Fica designada a servidora **Thais Rosa Nunes**, Matrícula n° 9902350, como Fiscal do Contrato nº 397/2025, decorrente da Inexigibilidade nº 13/2025.

Art. 2º- O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1º- As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º- Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3º- Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal nº14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4º- O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único. O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:1E2A8D7E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0709/2025

PORTARIA Nº 0709/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no394/2025, decorrente da Inexigibilidade n° 12/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:4CB2FB46

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0710/2025

PORTARIA Nº 0710/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no401/2025, decorrente da Dispensa por Limite n° 174/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:9C1AC0BC

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0715/2025

PORTARIA Nº 0715/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no381/2025, decorrente da Dispensa por Limite n° 170/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:66433A97

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0716/2025

PORTARIA Nº 0716/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa a servidora Rita de Cássia Kechinski Limapara atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1o- Fica designado a servidora **Rita de Cássia Kechinski Lima**, Matrícula n° 114804, como Fiscal do Contrato no380/2025, decorrente da Dispensa por Limite n° 170/2025.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133/2021, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:DBC345B4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0717/2025

PORTARIA Nº 0717/2025
Em 25 de junho de 2025

Designa o Servidor Marcos Lindenmayer Guimarães para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, pela portaria nº 0476/2025, de 28 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1o-Fica designado o servidor**Marcos Lindenmayer Guimarães,** Matrícula no707767,como Fiscal do Contrato nº 332/2025,decorrente do Pregão nº 26/2024.

Art. 2o-O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
§ 1o-As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal, inclusive o aditamento do contrato, deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

§ 2o-Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá informar imediatamente a autoridade superior, para a adoção das providências necessárias, inclusive a abertura de processo administrativo especial para a aplicação de sanções e rescisão contratual, se for o caso.

Art. 3o-Compete ao fiscal realizar o recebimento provisório do objeto, conforme o caso, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, na forma e no prazo previstos no contrato e em conformidade com o art.117 da Lei Federal no14.133, ou ainda realizar o acompanhamento de cumprimento dos serviços de características continuadas.

Art. 4o-O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único.O fiscal também poderá realizar diligências, bem como solicitar parecer técnicos ou jurídicos, que forem necessários para o regular desempenho das suas atribuições.

Art. 5o-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 25 de junho de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Rita de Cássia Kechinski Lima
Código Identificador:09C85C1B

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 615/2025 E DISPENSA 278/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 615/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 278/2025
Fiscal Marcos
Objeto do contrato
Aquisição de material radiológico- odontológico para as ESF municipais.
Dados financeiros
Valor total: R$ 990,00 (novecentos e noventa reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: DENTAL MULLER - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no
CNPJ sob o nº 04.195.668/0001-92, com sede à RUA GENERAL VITORINO , 240 - CENTRO - PORTO
ALEGRE/RS, Cep. 90020-170
Informações adicionais
Data da assinatura: 11/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 11 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:9EDBE517

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 616/2025 E DISPENSA 278/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 616/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 278/2025
Fiscal Marcos
Objeto do contrato
Aquisição de material radiológico- odontológico para as ESF municipais.
Dados financeiros
Valor total: R$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: J.P.GOLLEM IND. E COM.LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.634.429/0001-01.
Informações adicionais
Data da assinatura: 11/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 11 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:CC069EB1

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 617/2025 E DISPENSA 279/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 617/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Educação
Modalidade
Dispensa por Limite nº 279/2025
Fiscal thais
Objeto do contrato
Contratação de serviço de manutenção e fornecimento de material para o veículo micro - ônibus placa
IUN 8278 Para Secretaria Municipal De Educação .
Dados financeiros
Valor total: R$ 1.480,00 (mil quatrocentos e oitenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: MOLAS MIORANDO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 45.600.471/0001-79, com sede à R
ALIPIO ROSA, 20 - CHARRUA - Butia/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 11/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 11 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:F59021F6

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 619/2025 E DISPENSA 280/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 619/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 280/2025
Fiscal Marcos
Objeto do contrato
Aquisição de materiais odontológicos para a Unidade Móvel Odontológica.
Dados financeiros
Valor total: R$ 508,99 (quinhentos e oito reais e noventa e nove centavos)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: DENTAL MULLER - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no
CNPJ sob o nº 04.195.668/0001-92, com sede à RUA GENERAL VITORINO , 240 - CENTRO - PORTO
ALEGRE/RS, Cep. 90020-170
Informações adicionais
Data da assinatura: 11/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 11 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:065907DA

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 620/2025 E DISPENSA 280/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 620/2025

Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 280/2025
fiscal Marcos
Objeto do contrato
Aquisição de materiais odontológicos para a Unidade Móvel Odontológica.
Dados financeiros
Valor total: R$ 502,14 (quinhentos e dois reais e quatorze centavos)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: J.P.GOLLEM IND. E COM.LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.634.429/0001-01, com sede
à RUA GENERAL VITORINO , 41 - CENTRO - /OU, Cep. 90020-171
Informações adicionais
Data da assinatura: 11/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 11 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:A8FDC16E

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 622/2025 E DISPENSA 281/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 622/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Educação
Modalidade
Dispensa por Limite nº 281/2025
Objeto do contrato
Decoração para o compensado de madeira (camarim) de 4,45mx5,58m dos artistas que farão shows
durante a Semana Farroupilha, a contar de 13/09 até 20/09. Decoração deve conter: encapamento de
malhas por dentro e por fora do compensado nas cores da Bandeira do Rio Grande do Sul, tapete rústico
de 2x2 e painel decorativo da Semana Farroupilha para o lado interno.
Dados financeiros
Valor total: R$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: ODINEI RODRIGUES SOARES - NP PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº
08.649.249/0001-34, com sede à AV. LEANDRO DE ALMEIDA , 908 - CENTRO - Butia/RS, Cep. 96750-
000
Informações adicionais
Data da assinatura: 12/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 12 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:AC44461D

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 627/2025 E INEXIGIBILIDADDE 38/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 627/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Educação
Modalidade
Inexigibilidade nº 38/2025
Fiscal Thais
Objeto do contrato
Aquisição de 60 unidades de 02 livros escritos por Delalves Costa e publicados pela Editora Coralina.
Dos 60 exemplares, 30 serão de "Onde mora o bicho papão" e os outros 30 de "Óculos de princesa".
Dados financeiros
Valor total: R$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: P. P. GRACZCKI & CIA LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 02.891.137/0001-09, com sede à
Rua Dona Neila, 45 - Vila Neila - GRAVATAI/RS, Cep. 94198-040
Informações adicionais
Data da assinatura: 22/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 22 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:9C3635F4

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 628/2025 E DISPENSA 283/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 628/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Educação
Modalidade
Dispensa por Limite nº 283/2025
Fiscal Thais
Objeto do contrato
Contratação de serviço de instalação de vidro lateral e aquisição do vidro para o veículo micro onibus
placa IUN 8278, Para uso do transporte escolar da secretaria Municipal de educação .
Dados financeiros
Valor total: R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 51.180.348 DEIVID LEONARDO DOS SANTOS RIBEIRO , inscrita no CNPJ sob o nº
51.180.348/0001-49, com sede à EST BR 290 , 175 - VILA JULIETA - BUTIA/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 22/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 22 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:780F586B

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 629/2025 E DISPENSA 284

EXTRATO DO CONTRATO Nº 629/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante

Secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 284/2025
Fiscal Marcos
Objeto do contrato
Contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção em veículo VW/NOVO GOL TL MCV
Placas IYO0413 , pertencente a Secretaria de Saúde
Dados financeiros
Valor total: R$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 32.814.939 ADRIANE TOLOTTI RAFAELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.814.939/0001-86,
com sede à R OLIVIO ROCHA, 322 - CENTRO - BUTIÁ/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 22/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 22 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:8E3C6FBE

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 630/2025 E DISPENSA 285

EXTRATO DO CONTRATO Nº 630/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Saúde
Modalidade
Dispensa por Limite nº 285/2025
Fiscal marcos
Objeto do contrato
Contratação de empresa para Serviços de Manutenção no veículo GM/ONIX TURBO LT 2023 PLACAS
JBZ5F57 , pertencente a Secretaria de Saúde
Dados financeiros
Valor total: R$ 3.508,00 (três mil quinhentos e oito reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 32.814.939 ADRIANE TOLOTTI RAFAELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.814.939/0001-86,
com sede à R OLIVIO ROCHA, 322 - CENTRO - BUTIÁ/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 22/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 22 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:84E3C1B6

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 631/2025 E DISPENSA 286/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 631/2025
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Educação
Modalidade
Dispensa por Limite nº 286/2025
Fiscal thais
Objeto do contrato
Contratação de empresa para prestação de serviços de Substituição da janela existente na cozinha da
escola Nicácio Machado, com dimensões de 2,00 m x 0,90 m, por uma nova janela de 2,00 m x 0,60 m,
em alumínio, tipo basculante. O espaço restante do vão deverá ser fechado em alvenaria. Com material
incluso.
Dados financeiros
Valor total: R$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 52.278.700 DIONATAN NOGUEIRA ALMEIDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.278.700/0001-
46, com sede à R ASSIS CHATEAUBRIAND, 133 - VILA JULIETA - BUTIÁ/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 22/09/2025
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 22 de setembro de 2025.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:8986C4FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AUTO DE INFRAÇÃO.

Sujeito Passivo: SUZANA VON BERGER
CPF: 94.xxx.xxx-78
Endereço: RUA LIMA E SILVA 123 – CAMPO BOM/RS

Aos 22 de setembro de 2025, às 15:29 horas, no uso das atribuições legais previstas nos artigos 17 da Lei Municipal n.º 1.604, de 14/09/1994, constatamos que o contribuinte acima identificado não cumpriu a notificação, não realizando a pavimentação do passeio público do imóvel, identificado abaixo, de sua responsabilidade, em desacordo com o artigo 110 da Lei Municipal 1.606/1994.

Inscrição Municipal do imóvel: 4995001		**Matrícula:**	
Endereço: PADRE JULIO, 522			
CEP: 93700-000	**Bairro:** CENTRO		**Cidade:** Campo Bom/RS
Setor:	**Zona:** 2	**Quadra:** 012	**Lote:** 007
Proprietários: **1.** CELSO DELMAR STREB - 003.xxx.xxx-34			

BASE LEGAL DA PENALIDADE: Art. 110 e 111, § 1º da Lei Municipal 1606 de 14 de setembro de 1994.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

(A) Referência	(B) URM	(C) Descrição	(D) Multa (R$)	(E) Agravante/Atenuante	(G) Valor a pagar (R$)
Agosto/2025	URM (7,1319)		1.051,60		1.051,60

NOTIFICAÇÃO

Notifico o responsável para que, no prazo de 30 (TRINTA) dias, contados da data do recebimento deste Auto de Infração, realize a quitação da multa lavrada, ou, querendo, a apresentar, no mesmo prazo, defesa administrativa escrita, acompanhada das respectivas provas, que deverá ser entregue no setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Campo Bom, regular horário da Prefeitura Municipal.

OBSERVAÇÕES

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA: não pago o valor objeto do presente lançamento no prazo fixado, incidirão sobre ela a atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, na forma do Art,(s) 8º e 9º, com seus §§, da Lei Municipal n. 2.397, de 30/12/2002.

Campo Bom, 22 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 15:29 horas

MARCOS EDUARDO GEISER
Fiscal Responsável
Mat: 4781

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:A3A1095D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2025.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS torna público aos interessados que às09h30min do dia 29 de outubro de 2025, realizará o processo licitatório na modalidade Concorrência para **contratação de empresa com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica nos serviços de reforma do Largo Irmãos Vetter e impermeabilização do chafariz** O edital estará disponível em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.campobom.rs.gov.br, na Aba COMPRAS E LICITAÇÕES, e diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Independência, 800, 1° andar, Centro, Campo Bom/RS.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:6FD24636

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL Nº 139/2025.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA que serão nomeados, a partir de 24 de setembro de 2025, os concursados abaixo relacionados, com seus respectivos cargos e Portarias, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2023, de 1º/03/2023:

Portaria	Nome	Cargo	Classificação
65.298	LUCAS WAGNER SPERB	Engenheiro Civil	10
65.299	NOEMI DA ROCHA	Serviços de Cozinha	96

Ficam os nomeados cientes de que têm o prazo de 15 (quinze) dias para tomarem posse, sob pena de revogação da presente Portaria, com consequente perda de todos os direitos decorrentes da nomeação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 19 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:5A527678

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL Nº 141/2025

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA que serão convocadas, a partir de 24 de setembro de 2025, as pessoas abaixo relacionadas, conforme Processo Seletivo Público nº 01/2025, de 11.02.2025.

• **ANDRESA DOS SANTOS LIMA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 170ª classificação, 2º chamada;
• **JOSEPH JESUS PEREIRA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 171ª classificação, 2º chamada;
• **GABRIELLY GOMES BARBOSA DE OLIVEIRA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 172ª classificação, 2º chamada;
• **DIOGO LIMA PEREIRA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 174ª classificação, 2º chamada;
• **ANDRIELI CAROLINE DE MEDEIROS** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 176ª classificação, 2º chamada;
• **RUÃ PADILHA DE MORAES DIAS** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 177ª classificação, 2º chamada;
• **ELEN CAROLINA DA ROSA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 178ª classificação, 2º chamada;
• **NICOLY GUEDES** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 179ª classificação, 2º chamada;
• **YASMIN VITÓRIA STEFFEN DO NASCIMENTO** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 180ª classificação, 2º chamada;
• **PAOLA SABRINA DA SILVA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 181ª classificação, 2º chamada;
• **LETÍCIA DE FREITAS SILVA** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 182ª classificação, 2º chamada;
• **NICOLE ELOIZA MACULAN** para o cargo de Auxiliar de Ensino – 183ª classificação, 2º chamada.

Ficam os convocados ciente de que têm o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data da publicação deste Edital, para a assinatura do Contrato, sob pena de cancelamento da convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 19 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:42AC55FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL Nº 142/2025

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA que será convocada, a partir de 24 de setembro de 2025, a pessoa abaixo relacionada, conforme Processo Seletivo Público nº 11/2025, de 11.06.2025.

• **FLÁVIA SANTOS XAVIER** para o cargo de Professor Ensino Fundamental - Anos Finais - Ciências – 8ª classificação.

Fica a convocada cientes de que tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data da publicação deste Edital, para a assinatura do Contrato, sob pena de cancelamento da convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 19 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:A8825AA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.298, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025.

NOMEIA TITULAR PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação de **LUCAS WAGNER SPERB,** portador do CPF nº 039.xxx.xxx-36, no

Concurso Público realizado conforme Edital de Abertura nº 01/2023, de 1º.03.2023, no qual obteve a 10ª classificação,

RESOLVE:

Nomeá-lo para o cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, integrante do Quadro Funcional Efetivo da Municipalidade, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 24 de setembro de 2025, conforme os termos da Lei Municipal nº 4.125/2014, de 18.03.2014 (Estatuto Funcional) e suas alterações subsequentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 19 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:6CFBA1FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 65.299, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025.

NOMEIA TITULAR PARA O CARGO DE SERVIÇOS DE COZINHA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação de **NOEMI DA ROCHA**, portadora do CPF nº 357.xxx.xxx-87, no Concurso Público realizado conforme Edital de Abertura nº 01/2023, de 1º.03.2023, no qual obteve a 96ª classificação,

R E S O L V E:

Nomeá-la para o cargo de **SERVIÇOS DE COZINHA,** integrante do Quadro Funcional Efetivo da Municipalidade, com carga horária de 44 horas semanais, a partir de 24 de setembro de 2025, conforme os termos da Lei Municipal nº 4.125/2014, de 18.03.2014 (Estatuto Funcional) e suas alterações subsequentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 19 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:409C6C6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 093/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 093/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Limpeza interna e externa das sujidades causadas pelos pombos no ginásio da EMEF Dom Pedro II.
FORNECEDOR: 62.546.900 LINILSON VIANA, CNPJ 62.546.900/0001-96
VALOR TOTAL: R$ 2.860,00 (dois mil e oitocentos e sessenta reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom,22 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:7D00726D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 076/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, CPAUT, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 076/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Contratação de Anderson Chachá através da empresa ANDERSON AMARAL GORGA para prestação de serviços de direção de palco no Festival da Primavera de Campo Bom/RS.
FORNECEDOR: 34.573.513 ANDERSON AMARAL GORGA, CNPJ 34.573.513/0001-03.

VALOR TOTAL: R$ 3.323,00 (três mil e trezentos e vinte e três reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom,22 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:A7EC09D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 079/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 079/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Contratação da empresa "52.726.140 CARLOS ALBERTO KOLLING FILHO", para apresentação musical do "Pagode do Madre" no evento "Festival da Primavera de Campo Bom - 2025", a ser realizado no Largo Irmãos Vetter, no dia 28/09/2025,
FORNECEDOR: 52.726.140 CARLOS ALBERTO KOLLING FILHO, CNPJ 52.726.140/0001-45.
VALOR TOTAL: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom,22 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:C22E24A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 080/2025

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação nº 080/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
OBJETO: Contratação da empresa MARCIO FULBER 02015995030, para apresentação circense da "CIA Circo Nós" no evento "Festival da Primavera de Campo Bom - 2025", a ser realizado no Largo Irmãos Vetter, em Campo Bom, no dia 27/09/2025.
FORNECEDOR: MARCIO FULBER 02015995030, CNPJ 24.697.141/0001-73
VALOR TOTAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Publique-se no prazo legal.
Campo Bom,23 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:1CE8A2E0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO GODÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 624/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 624/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

REVOGA A PORTARIA Nº 210/2025 QUE FAZ CONVOCAÇÃO**.**

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 210/2025, de 13 de fevereiro de 2025, que convoca do dia **10 de fevereiro de 2025 até o dia 19 de dezembro de 2025,** a Professora **KELI LETÍCIA LEICHTWEIS, matrícula 1894-5/1**, para cumprir regime suplementar de trabalho de 2 (duas) horas semanais, conforme previsto na alínea "c", do Art. 26 da Lei nº 2.781/2020, de 25 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 09 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 23 de setembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:3320B34A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 625/2025, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 625/2025, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais, conforme Protocolo 1.644/2025, RESOLVE:

CONCEDER **30 dias** de gozo de FÉRIAS REGULAMENTARES, no período de 24/09/2025 a 23/10/2025, referente ao período aquisitivo de02/05/2024 a 01/05/2025, ao servidor **ARNO HANATZKI**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 23 de setembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:E556A188

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 626/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 626/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais, e conforme requerimento protocolado sob nº 1.549/2025, RESOLVE:

CONCEDER **30 (trinta)** dias de gozo de Licença-Prêmio ao servidor **SENO EDGAR EICH**, de 01 de outubro de 2025 até o dia 30 de outubro de 2025, conforme observado pelo Setor de Pessoal, referente ao **quinquênio do período** relacionado abaixo, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1.120/95:

- período aquisitivo do quinquênio de 28/12/2015 a 28/05/2020 e de 01/01/2022 a 01/08/2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 23 de setembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:5CFFF867

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 627/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 627/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

REVOGA A PORTARIA Nº 166/2025 QUE FAZ CONVOCAÇÃO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 166/2025, de 10 de fevereiro de 2025, que convoca do dia **10 de fevereiro de 2025até o dia 19 de dezembro de 2025,** a Professora **KELI LETÍCIA LEICHTWEIS, matrícula 1511-3/1**, para cumprir regime suplementar de trabalho de 2 (duas)

horas semanais, conforme previsto na alínea "c", do Art. 26 da Lei nº 2.781/2020, de 25 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 09 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 23 de setembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:E0A9BB90

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Inexigibilidade de Chamamento Público para Celebração de Parceria com o Município

O Município de Capão da Canoa/RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, representada pelo Secretário Municipal Sandro Fabiano Carvalho Guedes, em conformidade com o art. 29, c/c 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a inexigibilidade de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de fomento, a ser celebrado com a entidade PIQUETE LAÇADORES RANCHO DOS XUCROS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.286.497/0001-00, no valor de R$ 25.000,00, de modo que se torna público a justificativa de inexigibilidade que está disponível no sítio www.capaodacanoa.rs.gov.br/licitacao.
Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, sito na Av. Paraguassú, nº 1881, Centro, Capão da Canoa/RS e posteriormente ser enviada à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer.

Capão da Canoa, 22 de setembro de 2025.

SANDRO FABIANO CARVALHO GUEDES
Secretário de Cultura, Desporto e Lazer

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:E7D8C991

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de contraceptivo subdérmico destinado ao Programa Saúde da Mulher da Secretaria da Saúde.
.

Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário
01	Implante Contraceptivo Subdérmico. Aplicador contendo implante subdérmico; 68 mg de substância ativa etonogestrel. Registro Anvisa.	Implanon Organon	Unidade	1.000	R$ 500,08

Detentora: GENÉSIO A MENDES CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.873.068/0005-73.
Validade: 1 ano.
Capão da Canoa, 23 de setembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:4F2238C5

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10.654/2025

Número do contrato: 403/2025.
Objeto: Contratação de empresa para Locação de pirâmides para evento Evangélicoem frente à Igreja Encontros de Fé no dia 29 de setembro do presente ano, na Cidade de Capão da Canoa, para uso da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Contratada: **PR INDÚSTRIA INDUSRIA E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS LTDA.**
CNPJ: 90.705.922/0001-97.
Valor: R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Capão da Canoa, 23 de setembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:2E6CD59D

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA/RS ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O **MUNICÍPIO DE** DA CANOA/RS, CNPJ 90.836.639/0001-40, neste ato representado pelo seu Prefeito, VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI, CPF nº 289.951.120-34, tendo em vista o disposto no inciso IV do art.100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:
Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,
resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:
DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.
DAS CONDIÇÕES
O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.
DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.
Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.
DA PUBLICAÇÃO
A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

CAPÃO DA CANOA, 22 de SETEMBRO de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito do Município de Capão da Canoa/RS

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:30F529FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

Concorrência eletrônica nº 02/2025. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção e fornecimento de materiais para prédios da Secretaria de Agricultura e Obras. Data de abertura dia 20/10/2025 às 09:00 horas através do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Edital em www.capaodocipo.rs.gov.br.

ADAIR FRACARO CARDOSO-
Prefeito de Capão do Cipó.

Publicado por:
Deolinda Luciane da Silva Machado
Código Identificador:C11A73D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO CONTRTAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Republicação Dispensa de Licitação nº 25/2025 - O **MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS** estará recebendo propostas e documentos para **Contratação de Casa de Festas,** até às **08h00min** do dia **30 de setembro de 2.025.** Edital em www.capitao.rs.gov.br, informações pelo WhatsApp (51) 3840-0257.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:A59A2A32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUMULA DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 01/2025 AO CONTRATO Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 267/2025
CHAMADA PÚBLICA – PNAE Nº 01/2025

O **Município de Capitão/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 20 de Março, 109, inscrita no CNPJ sob nº 94.706.132/0001-87, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Márcio André da Costa, CPF 556.845.050-15 doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o **Sr. Elton Luís Pedralli**, domiciliado em Linha Alto Palmas, s/n, Interior, Capitão/RS, CEP 95.935-000, inscrito no CPF 379.138.320-53, doravante denominado(a) CONTRATADO(a), com base nos despachos do Processo Administrativo nº 882/2025, formalizam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2025 – Chamada Pública PNAE nº 01/2025, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
É objeto do presente instrumento, aditivo de quantidade de item ao Contrato nº 34/2025, conforme descrito abaixo:

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	**BERGAMOTA NOVA** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem machucados internos e externos, apresentando boas condições de consumo.	Und.	62	R$ 5,28	R$ 327,36

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº 34/2025.

2.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Meio para dirimir quaisquer dúvidas, no que couber, referente ao presente instrumento.

Capitão/RS, 23 de setembro de 2.025.	
Município de Capitão	
SR. MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA	***SR. ELTON LUIS PEDRALLI***
Contratante	Contratado
LEANDRO TOSON CASER –	
OAB/RS 45.706	
Caser & Magagnin Advogados Associados	

Testemunhas:

_____
_____

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:1C24FAE3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO PE CBS 032-202

Prefeitura Municipal de Charqueadas
O **MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS**, através do Departamento de Licitações e Contratos da Procuradoria Geral do Município, torna pública o RESULTADO do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4139/2025**, para a aquisição de pracinha para EMEF Thietro Antônio Pires, com recursos do Programa Escola em Tempo Integral, conforme descrito e especificado no Termo de Referência (TR), integrante do Edital. Item 0001- Fracassado. Motivo: Preço excessivo. Charqueadas, 23 de Setembro de 2025.

SILVIA DE AVILA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Gabriel Borges Silveira
Código Identificador:3E4ECECC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARRUA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 75/2025

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO Nº 75/2025.

O Prefeito de Charrua, no uso de suas atribuições legais, conforme a autorização da Lei Municipal n° 2.279, de 09 de janeiro de 2025, **CONVOCA** os aprovados em **Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025**, com Edital nº 01, Homologado através do Edital nº 05 - Resultado Final de 22 de setembro de 2025, para assumir os referidos cargos através de Contrato Emergencial Temporário, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar desta data.
Para a contratação do cargo será obedecido rigorosamente o item 11, condições para a contratação temporária do Edital n° 01 - do Processo Seletivo Simplificado n° 08/2025.
Não havendo interesse do referido cargo, a candidata perderá automaticamente a vaga.
A convocada deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
1º Lugar	Servente Auxiliar De Serviços Gerais	Ivane Dalastra Baranzelli
2º Lugar	Servente Auxiliar De Serviços Gerais	Marileide Galafasssi Mezadri

Fica desde já advertida a candidata de que, a não apresentação da documentação exigida no momento da contratação, implica na abdicação da vaga.

Charrua-RS, 24 de setembro de 2025.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Daronch
Código Identificador:19B7DBDB

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA LRF

EDITAL Nº 04/2025

GERSO JOSÉ RONCAGLIO, Prefeito do Município de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no Parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, convocada a Comunidade de Charrua para a **Audiência Pública** objetivando a demonstração e avaliação das metas fiscais do **2º quadrimestre de 2025**, que será se realizada às **08:30 horas dia 30 de Maio de 2025** na Câmara de Vereadores de Charrua, na Rua João Laurindo Caldatto nº 83 cidade alta de Charrua. Mais informações poderão ser obtidas pelo site www.charrua.rs.gov.br ou pelo telefone (54) 33981065. Charrua 23 de Setembro de 2025.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Saccon
Código Identificador:C1D19DEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO

SECRETARIA DA FAZENDA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 67/2025 – AQUISIÇÃO DE FRALDAS E MATERIAIS DE HIGIENE

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 67/2025 – AQUISIÇÃO DE FRALDAS E MATERIAIS DE HIGIENE
Aquisição de fraldas e materiais de higiene para secretarias do Município de Coronel Bicaco/RS. Realizar-se-á dia 06 de outubro de 2025 às 08h30min, no portal de compras https://www.gov.br/compras/pt-br/. A íntegra do edital encontra-se disponível no site www.coronelbicaco.rs.gov.br.
Coronel Bicaco/RS, 23 de setembro de 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO -
Prefeito

Publicado por:
Evelise Borges de Souza
Código Identificador:F4BFC3BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5082/2025

LEI Nº 5082/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a gratificação de direção no âmbito da Secretaria de Educação, altera dispositivos da lei 1538/2002 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BICACO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais.
FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e EU, no uso de atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art.1º - Ficam alterados os dispositivos previstos nos arts. 30 e 37, da lei municipal 1538/2002, de 27 de agosto de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 30 São criadas as seguintes Funções Gratificadas, específicas do Magistério Municipal:

Denominação	Quantidade	Código
Diretor de Escola	8	FG - Diretor
Vice Diretor	3	FG – Vice Diretor
Coordenador Pedagógico	3	FG - Coordenador
Total	14	

§ 1º - O provimento das funções de diretor de escola será definido em lei específica.
§ 2º - O exercício das funções gratificadas é privativo de professor e/ou pedagogo do Município ou posto à disposição, com a devida habilitação.
§ 3º - O professor designado para direção em duas escolas receberá apenas uma função gratificada.
§ 4º - O valor da gratificação prevista neste artigo deverá ser atualizado na mesma data e pelo mesmo índice da revisão geral anual dos servidores municipais.

[...]

Art. 37 Ao professor municipal designado para exercer a função de diretor de escola é atribuída uma gratificação mensal de acordo com os valores previstos na tabela de vencimento do quadro de CC/FG lei Municipal 4.299/2017, nos termos a seguir expressos:
I - Escola Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho

Denominação	Quantidade	Código	Valor
Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 02
Vice-diretor	01	FG – Vice-diretor	FG 01
Coordenador Pedagógico	01	FG - Coordenador	FG 01

II - Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Manoel Diniz

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 01

III - Escola Municipal de Ensino Fundamental Rosalina Diniz de Souza

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 02
Vice-diretor	01	FG – Vice-diretor	FG 01
Coordenador Pedagógico	01	FG - Coordenador	FG 01

IV - Escola Municipal Cívico Militar de Ensino Fundamental Rui Barbosa

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 02
Vice-diretor	01	FG – Vice-diretor	FG 01
Coordenador Pedagógico	01	FG - Coordenador	FG 01

V - Escola Municipal de Ensino Fundamental João Rodrigues de Almeida

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 02

VI - Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Ferreira Bueno

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 01

VII - Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristóvão Colombo

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 01

VIII - Escola Municipal de Ensino Fundamental Esquina Aparecida

Diretor de Escola	01	FG - Diretor	FG 01

§ 1º - Nas escolas com funcionamento em apenas um turno o valor da gratificação prevista será pago na proporção de 50%.
§ 2º - Na escola que funcionar em dois turnos poderá ser ampliada a carga horária do professor que desempenhar a função a função de

Diretor, Vice-Diretor ou Coordenador Pedagógico, cabendo o pagamento da ampliação e da gratificação integral.

Art. 2º Revoga-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 1.702, de 26 de abril de 2005.
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2025.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO - RS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

EDI WEBER DO AMARAL
Secretária da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:C4A1A727

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2025

DENER ZANELLA, Prefeito Municipal de Cotiporã/RS em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal n.º14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 4.192/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de Cotiporã, sita na Rua Silveira Martins, nº 163, encontra-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2025 que objetiva a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais metálicos, compreendendo barras e tubos de ferro, destinadas a Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento. Sessão do Pregão no dia **15 DE OUTUBRO DE 2025 ÀS 09H00MIN**. Maiores informações pelo telefone (54) 3446 2800 / 3446 2830 ou pelo endereço eletrônico: licitacao@cotipora.rs.gov.br. O Edital, na íntegra, encontra-se a disposição dos interessados no site da Prefeitura: www.cotipora.rs.gov.br.

Cotiporã, 24 de setembro de 2025

DENER ZANELLA
Prefeito De Cotiporã Em Exercício

Publicado por:
Letícia Frizon
Código Identificador:88FA067B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 01/2025 AO INSTRUMENTO N° 108/2024

ESPÉCIE:ADITIVO 01/2025 AO INSTRUMENTO N° 108/2024 CREDENCIAMENTO Nº 08/2024
CONTRATADA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR OFTAMOLÓGICA FUNIVERSITÁRIA LIONS
OBJETIVO: PRORROGAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CREDENCIAMENTO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO, DESTINADA AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXILHA/RS
ADITIVO: 23/09/2025 VIGÊNCIA: 23/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: JANESCA MARIA MARTINS PINTO

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:9FB9C3C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 138/2025

ESPÉCIE:CONTRATO Nº 138/2025
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE COXILHA
CONTRATADA: EF TURISMO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS EM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM MOTORISTA, PARA ATENDER AO GRUPO DE 3ª IDADE DO MUNICIPIO DE COXILHA
VALOR: R$ 89.184,00 (OITENTA E NOVE MIL, CENTO E OITENTA E QUATRO REAIS)
INICIO: 19/09/2025 **VIGÊNCIA:** 19/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOAO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL, PELA EMPRESA: ELITON DA SILVEIRA FALCÃO

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:2265E89E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 140/2025

ESPÉCIE:CONTRATO Nº 140/2025
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE COXILHA
CONTRATADA: MARTINS DAS CHAGAS & CIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, CALÇADAS PARA PRÉDIOS PÚBLICOS E PISOS DE CONCRETO EM GERAL COM COLOCAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA, MURETA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIROS, DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COXILHA (ITEM 04)
VALOR R$ 179.100,00 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL E CEM REAIS)
INICIO: 23/09/2025 **VIGÊNCIA:** 23/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOAO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL, PELA EMPRESA: MAS ALISSON MATE CHAGAS

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:2683EAC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 141/2025

ESPÉCIE:CONTRATO Nº 141/2025
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE COXILHA
CONTRATADA: BASALTO BRAGAGNOLLO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, CALÇADAS PARA PRÉDIOS PÚBLICOS E PISOS DE CONCRETO EM GERAL COM COLOCAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA, MURETA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIROS, DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COXILHA (ITEM 03)
VALOR R$ 8.905,00 (OITO MIL E NOVECENTOS E CINCO REAIS)
INICIO: 23/09/2025 **VIGÊNCIA:** 23/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOAO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL, PELA EMPRESA: JACO BRAGAGNOLLO

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:ED0B00B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 142/2025

ESPÉCIE:CONTRATO Nº 142/2025
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE COXILHA
CONTRATADA: TRANSPORTE SANTA GEMA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, CALÇADAS PARA PRÉDIOS PÚBLICOS E PISOS DE CONCRETO EM GERAL COM COLOCAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA, MURETA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIROS, DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COXILHA (ITEM 02)
VALOR R$ 38.550,00 (TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS),
INICIO: 23/09/2025 **VIGÊNCIA:** 23/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOAO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL, PELA EMPRESA: EDOALDO CANTON MOREIRA

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:89416A63

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de Derrubadas/RS comunica que, em despacho proferido no Processo de **Dispensa de Licitação nº 01/2025**, o Senhor Adriano Jardel Habitzreiter, Presidente da Câmara Municipal reconheceu ser dispensável a licitação para **Aquisição de 02 (duas) linhas telefônicas, telefonia móvel celular, com planos pós pagos de 5GB.**

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
Fornecedor(a): MEGA NET PROVEDOR INTERNET LTDA, inscrito(a) sob o nº CNPJ nº 03.481.973/0001-88.
Valor Total: R$1.110,00 (um mil, cento e dez reais).
Derrubadas/RS, 23 de Setembro de 2025.

ADRIANO JARDEL HABITZREITER
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edio Reimar Kuntz
Código Identificador:C8CD8024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 361, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Concede férias a servidor municipal e dá outras providências.

CRISTIANO CARVALHO, Prefeito em Exercício do Município de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, em especial ao art. 88 do Estatuto do Servidor Público do Município de Derrubadas,

C O N C E D E

Ao servidor municipal, **EDEMAR CORREA DA ROSA,** Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, **07 (sete) dias de férias,** a contar de 23/09/2025 a 29/09/2025, sendo 03 (três) dias referente ao período aquisitivo de 02/02/2024 a 01/02/2025 e 04 (quatro) dias referente ao período aquisitivo de 02/02/2025 a 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 22 de setembro de 2025.

CRISTIANO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Aos 22 de setembro de 2025.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:DC4DD21B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES

SECRETARIA MUN DA FAZENDA
EXTRATO CONTRATO

Processo Administrativo nº 59/2025
Pregão Presencial nº 31/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA DESTINADAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULO INTEGRANTE DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES/RS.**

CONTRATO Nº 50/2025- FERNANDO GARBIN LTDA, inscrito no CNPJ n° 14.642.603/0001-00.

Vigência: 23/09/2025 até 60 dias.

MAURO PROCÓPIO FORTES DE QUADROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana da Silva Dallabrida
Código Identificador:FCD9A4AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

PROCURADORIA JURÍDICA
"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.957, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2025."

LEI MUNICIPAL N° 6.106, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Altera a Lei Municipal nº 5.957, de 17 de dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, referente a inclusão de crédito adicional especial na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, **JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e que, no uso das

atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica acrescentada à Lei Municipal n. º 5.957, de 17 de dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2025 – Lei Orçamentária Anual 2025, a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), como segue:
Órgão: 20 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
Unidade: 01 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
Função: 27 – Desporto e Lazer
Subfunção: 812 – Desporto e Lazer
Programa de Governo: 0105 – Desporto e Lazer
Ação (Projeto): 1.265 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Desporto
Rubrica: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Recurso: 1700 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.
Detalhamento: 26 – academia ao ar livre
Valor: R$ 360.000,00

Art. 2º Servirá de recurso para a cobertura do crédito adicional especial acima o excesso de arrecadação referente ao Recurso: 1700 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, receita 637, no valor de R$ 360.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Eldorado do Sul, 16 de setembro de 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:49756CEA

PROCURADORIA JURÍDICA
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARROIO DOS RATOS, VISANDO O ATENDIMENTO DOS DISTRITOS DO PARQUE ELDORADO E DO BOM RETIRO".

LEI MUNICIPAL N° 6.109, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parceria com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio dos Ratos, visando o atendimento dos Distritos do Parque Eldorado e do Bom Retiro".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, **JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.900.001/0001-48, com sede na Travessa Manoel Lague, nº 26, com sede em Arroio dos Ratos/RS, para pagamento de até 50 (cinquenta) vagas para atendimento no contraturno escolar de crianças e adolescentes não inseridas no ensino regular.
Parágrafo único. A transferência dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo tem o objetivo de custear as atividades destinadas à melhoria da qualidade de vida, com atendimento multidisciplinar das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, residentes nos distritos do Parque Eldorado e do Bom Retiro.

Art. 2º Os valores repassados serão realizados da seguinte forma:
I - A Secretaria Municipal de Saúde repassará o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, para cada vaga disponibilizada, correspondente a sua responsabilidade.
II - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho repassará o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, para cada vaga disponibilizada, correspondente a sua responsabilidade.
Parágrafo único. O valor a ser repassado é proporcional ao número de pessoas atendidas, com comprovação mensal, junto a cada Secretaria.

Art. 3º A prestação de contas deverá ser mensal, mediante sistema eletrônico formalmente indicado pela Comissão de Parcerias, sendo a primeira após 60 (sessenta dias) do início das atividades, e consistirá:
I - Apresentação das adesões dos usuários, devidamente assinadas por seus responsáveis, acompanhadas do documento de comunicação da adesão às secretarias competentes;
II - Comprovante dos atendimentos;
III - Relatório trimestral, referente ao aproveitamento e atendimentos;
IV - Certidões Negativas da Fazenda Municipal, Estadual, Conjunta Federal, CNDT e FGTS, atualizadas.
Art. 4º Ambas as Secretarias poderão realizar visitas a entidade para avaliação das atividades, independente de aviso prévio.

Art. 5º A celebração da parceria tratada nesta lei prescindirá do Chamamento Público, nos termos do previsto no inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, podendo ser prorrogado, até 03 (três) anos.

Art. 6º O instrumento jurídico competente estabelecerá as especificidades, características e obrigações entre os partícipes, de acordo com o que dispõe a Lei Federal 13.019/2014, dentro dos limites financeiros desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
I - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta: 5446 - Desdobramento da Despesa - Despesa Principal: 5444; Órgão: 07 - SECRETARIA DE DESENVOL SOCIAL E TRABALHO; Unidade Orçamentária: 07.03 FUNDO
MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL - FMAS; Funcional: 082440136 - Assistência Social; Projeto/Atividade: 2074000 - APOIO A ENTIDADES SOCIAIS; Natureza da Despesa: 3.3.50.43.01.00.00 - INSTITUICOES DE CARATER ASSIS., CULTURAL E EDUCACI, Fonte de Recursos: 1500 Recursos não Vinculados de Impostos.
II - Conta: 7817 - Crédito Orçamentário; Órgão: 06 - Secretaria da Saúde; Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Saúde - FMS; funcional 103010109 - Saúde; Projeto/Atividade: 2047000 - Assistência Médica, Odontol. e Sanitária; Natureza da Despesas: 3.3.50.43.01.00.00 – Instituições de Caráter Assist. Cultural e Educacional; Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de setembro de 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:267EB398

PROCURADORIA JURÍDICA
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ELDORADO DO SUL".

LEI MUNICIPAL N° 6.108, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parceria com a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, **JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte:

LEI
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar termo de fomento com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul, inscrita no CNPJ nº 94.068.509/0001-10, com endereço na Rua 8 de Junho, nº 861, centro, na cidade de Eldorado do Sul/RS.
Parágrafo único. O Termo de Fomento é para atendimento de um mínimo de 45 (quarenta e cinco) pessoas com necessidades especiais, formalmente cadastradas e atendidas no estabelecimento da APAE.

Art. 2º O valor do presente Termo de Fomento fica estipulado em R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a partir da data da assinatura do Termo de Fomento.

Art. 3º Os valores repassados serão realizados da seguinte forma:
I - A Secretaria Municipal da Saúde repassará o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor mensal, estabelecido na cláusula anterior, correspondente a sua responsabilidade;
II - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor mensal, estabelecido na cláusula anterior, correspondente a sua responsabilidade.

Art. 4º Os valores do Termo de Parceria devem ser utilizados da seguinte forma:
I - Os valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde devem ser utilizados para os pagamentos das despesas com:
a) Atendimentos aos usuários com profissionais de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicólogo, cuja prestação de serviços seja realizada diretamente para os usuários da APAE;
II - Os valores pagos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho devem ser utilizados para os pagamentos das despesas com:
a) Atendimentos aos usuários com profissionais de Educador Físico, Assistente Social e psicopedagogo, cuja prestação de serviços seja realizada diretamente aos usuários da APAE;
b) Coordenador Geral, correspondente à 180 (cento e oitenta) horas mensais;
c) Auxiliar de serviços gerais e cozinheiro, correspondente à 220 (duzentos e vinte) horas mensais;
d) Escritório Contábil;
e) Encargos sociais referentes aos profissionais contratados.

§ 1º Os profissionais referidos nos incisos I e II deste artigo devem ter registro em seus respectivos conselhos.
§ 2º A APAE deve utilizar o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) dos valores recebidos com profissionais que prestam atendimento aos usuários.
§ 3º A instituição deve comprovar o pagamento por RPA dos profissionais liberais autônomos, bem como os recolhimentos legais e a assinatura da CTPS, pagamentos e recolhimentos pertinentes aos contratos de trabalho, quando for o caso.
§ 4º A responsabilidade e reflexos da contratação e pagamento dos profissionais, fica a encargo total da APAE, isentando assim o Município pelos encargos assumidos pela instituição.

Art. 5º A prestação de contas deverá ser mensal, mediante protocolo, sendo a primeira após 60 (sessenta dias) do início das atividades, e consistirá:
I - Apresentar matrículas, com indicação do responsável, no início de cada semestre;
II - Comprovante dos atendimentos;
III - Relatório trimestral, referente ao aproveitamento e atendimentos;
IV - Certidões Negativas da Fazenda Municipal, Estadual, Conjunta Federal, CNDT e FGTS, atualizadas.

Art. 6º Durante a vigência do Termo de Fomento a entidade estará sujeita à fiscalização para avaliação e validação do PLANO DE TRABALHO apresentado, pela respectiva Secretaria, independente de aviso prévio, podendo fazer solicitações de informações e documentos diretamente na Entidade.

Art. 7º A celebração da parceria tratada nesta lei prescindirá do Chamamento Público, nos termos do previsto no inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações podendo ser prorrogado por até 03 (três) anos.
Parágrafo único. O Plano de Trabalho poderá ser alterado, desde que justificado e com a aprovação das Secretarias, assim como dos respectivos Conselhos Municipais.

Art. 8º A entidade encaminhará os dias e os horários em que serão disponibilizados os atendimentos e agendamentos, bem como o horário de funcionamento da Entidade, a fim de dar publicidade aos usuários pela mídia institucional, ficando a APAE obrigada a informar prévia e formalmente, qualquer alteração.

Art. 9º A inobservância das disposições constantes nesta Lei, acarreta na suspensão dos repasses e na devolução dos valores aplicados em desacordo com o estabelecido.

Art. 10 As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
I – Conta: 5446 – Desdobramento da Despesa; Despesa Principal: 5444; Órgão: 07 SECRETARIA DE DESENVOL SOCIAL E TRABALHO – Unidade Orçamentária: 07.03; FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL – FMAS; Funcional: 082440136 Assistência Social; Projeto/Atividade: 2074000 APOIO A ENTIDADES SOCIAIS; Natureza da Despesa: 3.3.50.43.01.00.00 – INSTITUICOES DE CARATER ASSIS., CULTURAL E EDUCACI; Fonte de
Recursos: 1500 – Recursos não Vinculados de Imposto;
II – Conta: 7817 – Crédito Orçamentário; Órgão: 06 – Secretaria da Saúde; Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde – FMS; funcional 103010109 – Saúde; Projeto/Atividade: 2047000 – Assistência Médica, Odontol. e Sanitária; Natureza da Despesas: 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais; Recurso: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de setembro de 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:D57EDE3E

PROCURADORIA JURÍDICA
"CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA ANA PAULA PEREIRA FAUSTINO."

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.350, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA ANA PAULA PEREIRA FAUSTINO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.045, de 25 de Março de 2009 e de acordo com o Processo nº 3.402/25, **CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL** à servidora **ANA PAULA PEREIRA FAUSTINO**, detentor do cargo de PROFESSORA, matrículas 7203-6 e 6960-4, no período de 22 de agosto de 2025 até 22/08/2030.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:DF7DE3E2

PROCURADORIA JURÍDICA
"CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA LIANE CASTRO DA SILVA"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.352, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA LIANE CASTRO DA SILVA"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.045, de 25 de Março de 2009 e de acordo com o Processo nº 3.402/25, **CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL** à servidora **LIANE CASTRO DA SILVA**, detentor do cargo de ATENDENTE DE CRECHE, matrícula 1792-2, no período de 22 de agosto de 2025 até 22/08/2030.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:6DA47C03

PROCURADORIA JURÍDICA
"DESIGNA SERVIDORA PARA TRABALHAR EM REGIME SUPLEMENTAR DE MAIS 10(DEZ) HORAS SEMANAIS (DESDOBRAMENTO)".

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.364, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"DESIGNA SERVIDORA PARA TRABALHAR EM REGIME SUPLEMENTAR DE MAIS 10(DEZ) HORAS SEMANAIS (DESDOBRAMENTO)".

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que consta na Lei Municipal nº 4.342/16 e no Memorando 1Doc nº 20.991/25, **DESIGNA** servidora para **TRABALHAR EM REGIME SUPLEMENTAR DE MAIS 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS (DESDOBRAMENTO)**, percebendo para tanto a remuneração na mesma base de seu regime normal, no período de 01 de outubro de 2025 a 31 e dezembro de 2025, conforme abaixo especificado:

MAT.	SERVIDOR
6572-2	VITÓRIA CHAMORRO DE OLIVEIRA

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:617F6269

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.353, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** da servidora abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
MARIANA BOM LEOTE LOPES	Bibliotecário	6842-0	setembro/2022 a setembro/2025	janeiro/2023 a junho/2025	Aprovada

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:299F6ED9

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.354, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
LUCIANO ALVES DA SILVA JÚNIOR	Odontólogo	6846-2	setembro/2022 a setembro/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:CDAD28C9

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.355, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** da servidora abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
VANESSA NUNES DA SILVA	Enfermeiro	6813-6	agosto/2022 a agosto/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovada

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:53832F92

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.356, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
CLAITON RODRIGUES DE MELO	Auxiliar Administrativo	6849-7	setembro/2022 a setembro/2025	janeiro/2023 a junho/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:E31C721A

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.357, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"**HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"**

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
Arlen Saraiva Reisdorfer	Enfermeiro	6843-8	setembro/2022 a setembro/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:96FDB76D

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.358, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** da servidora abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
PRISCILA DOS SANTOS	Médico Pediatra	6818-7	agosto/2022 a agosto/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovada

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:08FCDCCD

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.359, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS PIRES	Motorista	6814-4	agosto/2022 a agosto/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:D0A3B52B

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.360, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
KARLO BITTENCOURT JOHNSTON	Médico Pediatra	6835-7	agosto/2022 a agosto/2025	dezembro/2022 a maio/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:E65A2611

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.361, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
JULIO CÉSAR DE LIMA MELLO	Motorista	6794-6	julho/2022 a julho/2025	novembro/2022 a abril/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:28BA547C

PROCURADORIA JURÍDICA
"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.362, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

"HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 19/98, **HOMOLOGA**, em 12/09/2025, a **CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Período de Estágio	Período de Avaliação	Conclusão
ALAN GARCIA DOS SANTOS	Motorista	6786-5	junho/2022 a junho/2025	outubro/2022 a março/2025	Aprovado

O servidor que obtiver aprovação fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:9A01D208

PROCURADORIA JURÍDICA
"INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA, DE CONDUTA E DE INTEGRIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL."

DECRETO Nº 10.665, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025.

"Institui o Código de Ética, de Conduta e de Integridade dos Agentes Públicos e da Alta Administração do Município de Eldorado do Sul."

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Institui o Código de Ética, de Conduta e de Integridade dos Agentes Públicos e da Alta Administração do Município de Eldorado do Sul, compreendendo normas de conduta funcional, ética e prevenção à corrupção, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal 12.846, de 01 de agosto de 2013.

Art. 2º O Código de Ética, de Conduta e de Integridade dos Servidores Públicos e da Alta Administração é instrumento de normatização e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público municipal com o cidadão e com o patrimônio público, tendo como objetivos:

I – estabelecer normas específicas de conduta funcional;

II – propagar princípios éticos;

III – manter e aprimorar ambiente de trabalho ético que estimule o respeito mútuo entre os servidores e a qualidade dos serviços públicos;

IV – clareza das normas de conduta, de modo que a sociedade possa exercer sobre elas o controle social inerente ao regime democrático;

V – suporte aos órgãos internos de *Compliance* e comissões processantes na apuração das condutas em desacordo com as disposições deste Decreto.

§1º As políticas de prevenção e combate aos assédios moral e sexual serão implementadas nos termos definidos pela Lei Municipal nº 5.946, de 06 de dezembro de 2024.

§2º O(a) servidor(a), vítima de assédio moral e/ou sexual, poderá solicitar à Ouvidoria o encaminhamento para o serviço especializado de atendimento médico e/ou psicológico, prioritariamente.

§3º As políticas de identificação, tratamento e punição de pessoas jurídicas por transgressão a Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão realizadas nos termos da Lei Municipal nº 5.947, de 06 de dezembro de 2024.

Art. 3º Para fins deste Código considera-se servidor público todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, parceria, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º As condutas elencadas neste Código, ainda que tenham descrição idêntica à de outros estatutos, com eles não concorrem nem se confundem.

Art. 5º As atividades de orientação sobre este Código são de competência da Procuradoria-Geral do Município, podendo valer-se de serviços de *compliance officer* externo.

§ 1º As atividades em *Compliance*, instituídas de forma interna ou contratadas externamente ao quadro, ficam vinculadas a Procuradoria-Geral do Município;

§ 2º As recomendações, sugestões e/ou orientações emitidas pelo *Compliance* serão chanceladas pela Procuradoria-Geral do Município para posterior cumprimento.

§ 3º As Recomendações chanceladas pela Procuradoria-Geral e homologadas pela Prefeita tem efeito *erga omnes.*

§ 4º Compete a Procuradoria-Geral:

•
Expedir recomendação acerca de infrações ao Código de Ética;

•
Promover capacitação acerca das normativas do Código de Ética;

•
Propor à Prefeita melhorias na legislação relativamente a mecanismos de Integridade;

•
Receber e tratar as denúncias quanto a possível transgressão ao Código de Ética;

•
Deflagrar Procedimento Administrativo para promover averiguação de indícios, colher provas, realizar oitivas, realizar interrogatórios e emissão de Recomendação;

•
Requisitar documentos perante as repartições públicas do Município, as quais deverão ser respondidas no prazo de até 10 dias, sob pena de responsabilização do titular da Secretaria.

•
Os procedimentos administrativos tramitarão sob sigilo, até que seja expedida decisão por pronunciamento da Prefeita.

•
Após recebimento de representação ou denúncia, a Procuradoria-Geral terá até 180 (cento e oitenta) dias para emissão de recomendação ou propor arquivamento, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez.

Art. 6º A conduta do(a) servidor(a) público integrante da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deve, sem prejuízo de outros aplicáveis, reger-se pelos seguintes princípios:

I - ética;
II - integridade;
III - transparência;
IV - impessoalidade e legalidade;
V - dignidade e decoro no exercício de suas funções;
VI - boa-fé e a consciência dos princípios morais;
VII - lealdade às instituições;
VIII - respeito à hierarquia administrativa;
IX - compromisso com o interesse público;
X - iniciativa, presteza, eficiência e tempestividade;
XI - cortesia e honestidade;
XII - assiduidade e pontualidade;
XIII - respeito ao meio ambiente e à dignidade da pessoa humana;
XIV - cuidado e respeito no trato com as pessoas, subordinados e colegas;
XV - boa vontade e a harmonia com a estrutura organizacional e
XVI - produtividade e aperfeiçoamento.

Art. 7º O(a) servidor(a) público, incluído o da alta administração, sem prejuízo dos deveres previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Eldorado, deve:

I - exercer suas atribuições com eficiência, com otimização dos recursos disponibilizados pela Administração, buscando prestar os serviços de maneira ágil e sem atrasos;

II - dar celeridade a qualquer prestação de contas para otimização dos recursos, direitos e serviços da coletividade sob o seu encargo;

III - tratar com respeito e prontidão os usuários dos serviços públicos, buscando, quando possível, aperfeiçoar processos de comunicação e o contato com o público;

IV - respeitar todos os usuários, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de sexo, cor, idade, nacionalidade, religião, orientação sexual, opinião e/ou filiação político- ideológica e posição social;

V - respeitar a hierarquia e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais e antiéticas, dando ciência às autoridades competentes;

VI - resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas, denunciando-as às autoridades competentes;

VII - manter sob sigilo informações sensíveis ou que atentem contra a privacidade, às quais tenha acesso em decorrência do exercício profissional ou convívio social;

VIII - assegurar o direito fundamental de acesso à informação, considerando a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, em conformidade com as demais diretrizes e princípios básicos da Administração Pública;

IX - assegurar, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, a gestão transparente da informação;

X - proteger informações sob sigilo, na forma da Lei e da Constituição Federal;

XI - zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida, da segurança coletiva e da prestação dos serviços essenciais;

XII - ser assíduo e pontual no trabalho, levando em conta os potenciais danos diretos e indiretos à Administração Pública;

XIII - manter organizado o local de trabalho;

XIV - compartilhar com os colegas o conhecimento obtido em cursos, congressos e outras modalidades de treinamento realizados em função de seu trabalho;

XV - facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, na forma da Lei;

XVI - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais;

XVII - zelar pelo meio ambiente, evitando desperdício e estimulando atitudes sustentáveis;

XVIII - ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

XIX - comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, ilícito ou potencialmente causador de dano ao erário;

XX - observar as normas regulares e regulamentos, exercendo com estrita moderação às prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

XXI - relatar imediatamente ao seu superior, ou se afastar da função nos casos em que seus interesses pessoais possam conflitar com os interesses do Município ou de terceiros perante a Administração;

XXII - atender os requisitos de segurança para acesso aos sistemas informatizados municipais;

XXIII - não se ausentar injustificadamente de seu local de trabalho e sem autorização de sua chefia imediata;

XXIV - zelar para que a publicação de opinião pessoal nas redes sociais e em mídias não resultem em prejuízos à imagem institucional do Município, bem como a dos servidores públicos, estando vedada a utilização de símbolos oficiais do Município para quaisquer fins que não os institucionais;

XXV - manter registro organizado de toda a execução do instrumento de ajuste, em especial, da formalização dos contatos, comunicações, registros das reuniões e, sobretudo, dos atos e das informações que eventualmente afetam o equilíbrio contratual, em ordem e zelo;

XXVI - divulgar o conteúdo deste Código, estimulando o seu integral cumprimento.

Art. 8º O(a) servidor(a) público, incluído o da alta administração, sem prejuízo das vedações estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Eldorado do Sul, não pode:

I - ser conivente com erro ou infração a este Código de Ética, de Conduta e de Integridade ou legislação correlata à Administração Pública Municipal;

II - usar de artifícios para dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano;

III - deixar, sem justa causa, de observar prazos legais administrativos ou judiciais;

IV - usar o cargo, função ou emprego para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; bem como em situações que configurem abuso de poder ou práticas autoritárias;

V - apresentar acusação infundada contra qualquer servidor(a) público ou da alta administração, atribuindo infração de que o sabe inocente;

VI - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

VII - iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

VIII - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio ou de outrem, salvo em caso do exercício da sua própria defesa;

IX - apresentar-se sob efeito de substâncias alcoólicas e/ou entorpecentes no serviço ou em situações que comprometam a imagem institucional do Poder Executivo Municipal;

X - exigir os motivos da solicitação de informações de interesse público, salvo nas hipóteses legais;

XI - recusar-se, sem justificativa, a fornecer informação requerida, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

XII - prejudicar deliberadamente a reputação de outros(as) servidor(a)s públicos ou de cidadãos que deles dependem, por meio de atitudes ou condutas, tais como:

a) marcar tarefas ou atividades com prazos comprovadamente exíguos, sem justificativa plausível;

b) cometer, de forma injustificada, ao servidor(a), atribuições de menor complexidade do que as estabelecidas para seu cargo público;

c) tomar para si o crédito de ideias de outros;

d) ignorar ou excluir servidor(a), dirigindo-se a ele por meio de terceiros, de forma acintosa;

e) sonegar reiteradamente informações necessárias à elaboração de trabalhos pelo servidor(a) público;

f) espalhar rumores notoriamente maliciosos;

g) efetuar críticas reiteradas e persistentes, sem justificação.

XIII - permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

XIV - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação, brinde ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua função ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

XV - engajar-se em negociações, qualquer tipo de comércio ou similar dentro das instalações de trabalho;

XVI - cooperar de qualquer forma com instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

XVII - manter cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta ou indireta, observada a Súmula

Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal e respectiva jurisprudência em relação aos cargos de agentes políticos;

XVIII - exercer atividade profissional antiética ou ligar o seu nome a empreendimento de cunho duvidoso;

XIX - permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público;

XX - submeter servidor(a) ou subordinado a procedimentos que impliquem em violação de sua dignidade ou, por qualquer forma, que o sujeite a condições de trabalho humilhante ou degradante, exemplificadamente:

a) segregar fisicamente o funcionário, confinando-o em local comprovadamente inadequado, isolado ou insalubre;

b) subestimar esforços para a realização de atividades notoriamente complexas;

c) causar constrangimento a servidor público com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, valendo-se de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Art. 9º Os(as) servidor(a)s púbicos têm o dever de proteger e conservar os recursos públicos e não poderão usar esses recursos, nem permitir o seu uso, a não ser para os fins autorizados em lei ou regulamento e qualquer ato administrativo em prol do Município.

Art. 10. São considerados recursos públicos, para efeito deste Código:

I - recursos financeiros;

II - qualquer forma de bens móveis ou imóveis dos quais o Município seja proprietário, locatário, arrendador ou tenha outro tipo de participação proprietária;

III - qualquer direito ou outro interesse intangível que seja comprado com recursos do Município, incluindo os serviços de pessoal contratado;

IV - suprimentos de escritório, telefones e outros equipamentos e serviços de telecomunicações, capacidades automatizadas de processamento de dados, instalações de impressão e reprodução, e veículos oficiais;

V - tempo oficial, que é o tempo compreendido dentro do horário de expediente que o servidor está obrigado a cumprir.

Art. 11. A utilização de recursos públicos para atividades sociais, culturais, reuniões de servidores e outras, deve limitar-se àquela autorizada em lei.

Art. 12. Ocorre conflito de interesse quando o interesse particular, seja financeiro ou pessoal, entra em conflito com os deveres e atribuições do servidor(a) público em seu cargo, emprego ou função.

§1º Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio ou em consequência das atividades desempenhadas pelo servidor(a) público em seu cargo, emprego ou função, em benefício:

I - do próprio servidor(a);

II - de parente até o segundo grau civil;

III - de terceiros com os quais o servidor(a) mantenha relação de sociedade;

IV - de organização da qual seja sócio, diretor, quotista, acionista, administrador, preposto ou responsável técnico.

§2º O(s) servidor(a)s públicos têm o dever de declarar qualquer interesse privado relacionado com suas funções públicas e de tomar as medidas necessárias para resolver quaisquer conflitos, de forma a proteger o interesse público no exercício de atividades, tais como:

I - a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica ou manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva do Município, em matéria que se relacione com a finalidade da unidade ou serviço em que esteja lotado;

II - o uso de influência, de forma direta ou indireta, cujo servidor(a) tenha acesso em razão do cargo, para benefício privado próprio ou de outrem;

III - o uso ou vazamento seletivo de informação sigilosa, em proveito próprio ou de outrem, à qual o servidor(a) tenha acesso em razão do cargo.

§ 3º Aplica-se a Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013, subsidiariamente.

Art. 13. Os servidores públicos, incluídos os da alta administração, não poderão perceber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada em desacordo com a lei, nem receber transporte, hospedagem, alimentação, brindes ou quaisquer favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade.

§1º É permitida a participação em seminários, congressos e eventos semelhantes, na condição de titular do cargo ocupado, desde que informada eventual remuneração à Procuradoria-Geral do Município, bem como o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, que não poderá ter interesse em decisão a ser tomada pela autoridade pública municipal.

§2º Não constitui infração ética ou administrativa de qualquer servidor municipal, o recebimento de brindes, de caráter estritamente institucional, desde que o brinde não ultrapasse o valor financeiro/comercial de até 1% do teto remuneratório previsto no inciso XI, do artigo 37, da Constituição Federal.

§3º Sob pena de responder, o servidor municipal que for instado a aceitar qualquer tipo de oferta ilícita, deverá recusá-la imediatamente e comunicar à Procuradoria-Geral os fatos juntando as provas, que analisará o caso concreto e proporá medidas, se necessário, inclusive, reportar os fatos às autoridades com competência para investigação.

Art. 14. Os servidores públicos, incluídos os da alta administração, poderão prevenir a ocorrência de conflito de interesses ao adotar, conforme o caso, uma ou mais das seguintes providências:

I - encerrar a atividade externa ou licenciar-se do cargo público ou função pública, enquanto perdurar a situação passível de suscitar conflito de interesses;

II - alienar bens e direitos que integram o seu patrimônio e cuja manutenção possa suscitar conflito de interesses;

III - na hipótese de conflito de interesses específicos e transitórios, comunicar por escrito sua ocorrência ao superior hierárquico ou aos demais membros de órgão colegiado de que faça parte, em se tratando de decisão coletiva, abstendo-se de votar ou participar da discussão do assunto.

IV - o servidor(a) instado a se manifestar em processo administrativo, de qualquer natureza, em que haja ou possa haver conflito de interesses deverá declarar a seu impedindo restituindo o feito ao superior, requerendo seja a demanda redistribuída a outro(a) servidor(a) para análise, parecer e/ou decisão.

Art. 15. No trabalho voluntário em organizações do terceiro setor, sem finalidade de lucro, também deverá ser observado o disposto neste capítulo.

Art. 16. Pelo prazo de 3 (três) meses após o término do vínculo com o Município, os servidores da Alta Gestão que ocupar o cargo de Prefeita, vice-prefeito e secretários não poderão:

I - atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, em razão do cargo ou função que ocupava;

II - prestar consultoria à pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, valendo-se de informações não divulgadas publicamente a respeito de programas ou políticas do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

III - aceitar cargo de administrador, conselheiro ou estabelecer vínculo contratual ou empregatício com pessoa física ou jurídica com a qual tenha mantido relacionamento institucional.

Art. 17. As normas fundamentais de conduta de integridade visam, especialmente, às seguintes finalidades:

I - tornar claras as regras éticas de conduta da alta administração, possibilitando à sociedade aferir a lisura do processo decisório governamental;

II - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior;

III - preservar a imagem e a reputação do administrador público cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código;

IV - estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais posteriores ao exercício de cargo público;

V - reduzir a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever funcional das autoridades públicas da Administração Pública; e

VI - criar mecanismo de consulta destinado a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do administrador.

Art. 18. No exercício de suas funções, as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, submetendo-se especialmente aos deveres de integridade, honestidade, boa-fé, transparência, impessoalidade, decoro e submissão ao interesse público.

Art. 19. As alterações relevantes no patrimônio dos servidores públicos deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Administração pelo próprio servidor(a), na forma estabelecida em regulamento.

§1° As informações pertinentes à situação patrimonial solicitadas ou fornecidas pelo(s) servidor(a)s públicos serão protegidas pelo sigilo constitucional.

§2° Os servidores públicos são obrigados a apresentar anualmente, virtual ou fisicamente, a declaração de bens e rendas ao setor de Recursos Humanos do Município, no prazo de até 30 (trinta) dias decorridos do prazo final de entrega da Declaração de Imposto de Renda Física à União, conforme modelo/formulário validado pelo Município.

§3° O titular dos Recursos Humanos deverá adotar providências de notificação do(s) servidores públicos municipais que se omitirem do cumprimento do art. 21 deste Decreto, devendo emitir alerta aos servidores públicos municipais que se omitirem do cumprimento do art. 21 deste Decreto, devendo ainda emitir alerta à Procuradoria-Geral para instauração de apuração preliminar.

§4º Após escoado o prazo e estando devidamente notificado, caso permaneça em descumprimento, poderá haver a suspensão do pagamento da remuneração do servidor até que este regularize a situação funcional, sem prejuízo da responsabilização ética.

§5° O titular da Secretaria de Administração enviará, anualmente, relatório para análise da Unidade Central de Controle Interno, em caso de eventual discrepância e/ou incompatibilidade entre patrimônio e renda do(s) servidores municipais e sua remuneração.

§6º O(a) servidor(a) que tiver outras fontes de renda, pública ou privada, deverá imediatamente informar, inclusive, para fins de análise quanto a compatibilidade patrimonial e/ou conflito de interesses.

Art. 20. É permitido às autoridades públicas da alta administração o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique prática de atividade empresarial ou quaisquer outras que sejam incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função, nos termos da Lei.

Art. 21. A inobservância das normas estipuladas neste Código acarretará para o servidor público, sem prejuízo de outras sanções legais, as seguintes consequências:

I - Termo de Ajustamento de Conduta;

II - Censura ética, quando for o caso;

III - Recomendação de exoneração do cargo em comissão, dispensa da função de confiança/gratificada;

IV - Recomendação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar com ou sem sugestão de adoção de medida cautelar de afastamento das funções públicas por período certo e determinado;

V - O assentamento de sanção ética na ficha funcional acarretará exclusão das listas de promoção por mérito por 2 (dois) anos após o trânsito em julgado.

§1º Caso a Procuradoria-Geral tomar conhecimento de fato ou conduta do(a) servidor(a) público que tenha possível desdobramento e transgressão à norma legal específica, a matéria será encaminhada à entidade ou ao órgão público com responsabilidade pela sua apuração, sem prejuízo do seu exame e deliberação.

§2º A sanção ética será aplicada pela Procuradoria-Geral, que poderá formalizar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como medida alternativa, se entender adequada para a circunstância apresentada.

§3º Quando não houver reincidência e nos casos em que admitida a retratação e antes da aplicação da sanção, o(a) servidor(a) público poderá se retratar das possíveis infrações éticas, desde que cumprida todas as condicionantes imposta pela comissão processante, o que constituirá atenuante ou extinção da punibilidade, se cabível ao caso concreto.

Art. 22. O procedimento de apuração de prática de ato contrário ao disposto neste Código será instaurado mediante ato da Procuradoria-Geral, de ofício ou mediante representação, desde que os indícios sejam considerados suficientes.

§1º Será nomeada Comissão Processante transitória, composta por, pelo menos 3 membros, sendo 1 deles da Procuradoria-Geral do Município e das demais secretarias e/ou setores envolvidos diretamente na demanda em apuração.

§2º O(a) servidor(a) público será notificado para defender-se no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

§3º A Comissão Processante poderá promover as diligências que considerar necessárias, oitivas bem como solicitar parecer de especialista em *compliance.*

§4º Realizadas as diligências mencionadas no §3º deste artigo, será o(a) servidor(a) público intimado para que se manifeste novamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§5º A Comissão Processante, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, emitirá relatório conclusivo, podendo sugerir o arquivamento ou sanções pertinentes ao caso em concreto.

§6º A Procuradoria-Geral analisará o caso concreto e proferirá decisão fundamentada, podendo adotar ou não as recomendações da Comissão.

§7º Da decisão caberá recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dirigido à Prefeita de Eldorado do Sul.

§8º Transcorrido o prazo recursal ou após decisão definitiva, a sanção aplicada será publicada no Diário Oficial utilizado pelo Município e encaminhada ao setor de Recursos Humanos para averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a).

Art. 23. O exercício de apuração de falta ética prescreve em até 5 (cinco) anos, contados da data do conhecimento do fato pela Administração.

Parágrafo único. A prescrição observará os prazos e causas interruptivas previstos no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 24. O(a) servidor(a) público que fizer denúncia manifestamente infundada, se sujeitará às sanções deste Código de Ética, de Conduta e de Integridade, bem como poderá responder criminalmente por denunciação caluniosa.

Art. 25. Os servidores públicos, além das disposições deste Código de Ética, de Conduta e de Integridade, ficam sujeitos também às sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Municipais, aplicável aos Servidores Públicos e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aplicável aos Empregados Públicos.

§1º As denúncias, subscritas ou anônimas, poderão ser encaminhadas através dos seguintes canais: Ouvidoria, Canal de Denúncia do Município ou Protocolo (presencial ou virtual) da Prefeitura.

§2º Recebida a denúncia esta será imediatamente encaminhada à Procuradoria-Geral para análise, podendo instaurar procedimento administrativo ou arquivamento sumário, em caso de flagrante improcedência.

Art. 26. Os servidores públicos poderão formular à Procuradoria-Geral, a qualquer tempo, em conformidade ao estabelecido neste Decreto, consultas sobre a aplicação das normas deste Código de Ética, de Conduta e de Integridade às situações específicas relacionadas com sua conduta individual, desde que não haja procedimento de averiguação em curso sobre o objeto da indagação.

§1º As consultas deverão ser respondidas, de forma conclusiva, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis.

§2º Em caso de discordância com a resposta, é assegurado o direito de pedido de reconsideração.

§3º O cumprimento da orientação exonera o servidor público de eventual censura ética em relação à matéria objeto da conduta, não o eximindo de responsabilidade pelo descumprimento de dispositivo legal.

§4º A Procuradoria- Geral comunicará à autoridade competente, titular da repartição ou superior hierárquico sobre a deliberação da consulta formulada pelo servidor público.

Art. 27. A Procuradoria-Geral não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do servidor público alegando a falta de previsão neste Código, cabendo-lhe recorrer à analogia, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões.

Art. 28. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal implementarão as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, de Conduta e de Integridade.

Art. 29. Compete a Procuradoria-Geral, em estreita colaboração e integração com a UCCI, efetuar ações de divulgação e promoção da ética, no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como promover e disponibilizar capacitações e treinamentos sobre o tema, periodicamente e sistematicamente, sempre que necessário, inclusive na modalidade de Ensino à Distância (EAD/WEB), presencial, virtual ou telepresencial.

Parágrafo único. Será realizada, anualmente, a semana de capacitação em *compliance*, que se realizará conjuntamente com a semana de prevenção e combate aos assédios moral e sexual prevista na Lei Municipal nº 5.589, de 15 de março de 2023.

Art. 30. O disposto neste Código de Ética, de Conduta e de Integridade deverá ser observado também durante o período de cumprimento do estágio probatório.

Art. 31. Ao tomar posse ou entrar em exercício de cargo, emprego ou função, o servidor público deverá prestar compromisso solene, conforme Anexo I deste Decreto de acatamento e observância das regras previstas neste Código de Ética, de Conduta e de Integridade.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto no caput dar-se-á pela área competente de ingresso e seleção de servidores públicos, devendo o referido termo ser acostado nos respectivos assentamentos funcionais do ingressante.

Art. 32. O Termo de Adesão e Compromisso ao Código de Ética, de Conduta e de Integridade, Anexo I, deve ser firmado por todos os servidores públicos ativos do Município de Eldorado do Sul, em documento físico ou virtual, o que deve ser providenciado pelo titular dos Recursos Humanos do Município.

§1º O titular da Secretaria de Administração terá prazo de até 3 (três) meses, a contar da vigência deste Decreto para colher as assinaturas dos servidores públicos.

§2º A recusa de servidor na adesão ao Termo constante no Anexo I deverá ser formalmente comunicada à Procuradoria-Geral, que adotará as providências pertinentes ao caso.

Art. 33. Fica estabelecida a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privada com a Administração Pública Municipal, cujos limites globais anuais em valores, sejam iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para obras e serviços de engenharia, e iguais ou superiores aos limites globais e anuais a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para compras e serviços.

§1º Os valores previstos no *caput* poderão ser atualizados por Decreto Municipal, conforme art. 182 da Lei Federal 14.133/21.

§2º Constará nos editais, minutas de contratos e termos de referências das licitações do Município, a obrigatoriedade de mecanismos de *compliance* do futuro contratado, conforme critérios e prazos do presente Decreto.

§3º A existência de mecanismos de *compliance* deverá ser adotada como critério de desempate ou de pontuação nas licitações.

§4º Em contratos de menor vulto, aos parâmetros estabelecidos no *caput* do art. 33, no entanto, poderão ser incluídos na obrigatoriedade de estabelecer mecanismos de *compliance,* se constatado haver inconformidades no histórico de execução dos últimos 5 (cinco) anos e/ou riscos elevados, que assim justifiquem a intervenção do *compliance.*

§5º Em todo e qualquer Termo de Referência - TR e/ou Estudo Técnico Preliminar - ETP deverá ser analisado, se é caso obrigatório ou não, de exigência de mecanismos em *compliance.* Nos casos de

contratos de menor vulto, que são facultativos, deverá ser analisada a hipótese de implementação em *compliance* e, nos casos em que for estabelecida a exigência, esta deverá ser incluída no respectivo Edital.

Art. 34. O Programa de Integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, os quais serão verificados e atestados pela Procuradoria-Geral.

Parágrafo único. O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando a garantir a sua efetividade.

Art. 35. A implantação do Programa de Integridade, no âmbito da pessoa jurídica, correrá às suas expensas e dar-se-á no prazo de 180 (cento de oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato.

Art. 36. Pelo descumprimento da exigência prevista no art. 35 deste Decreto, a Administração Pública Estadual aplicará à Empresa contratada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do contrato.

§1º O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

§2º O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação da multa.

Art. 37. O Município adotará a forma de julgamento por Comissão Processante Transitória, que será designada incidentalmente para cada caso concreto, levando-se em conta a complexidade e a gravidade da infração.

Parágrafo único. Os serviços de *compliance officer*, como treinamentos, seminários, pareceres prévios e assessoramento técnico especializado serão realizados por empresa especializada em *compliance*, externa aos quadros de servidores municipais.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, 15 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:1F85CF48

PROCURADORIA JURÍDICA
"NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.344 de 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita do município de Eldorado Do Sul, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei complementar nº 123/2006 no seu art. 85-A, e a Lei Municipal da Micro e Pequena Empresa nº 3938/13 RESOLVE, nomear a Sra. Cátia Conzatti Costa como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Eldorado Do Sul, com amparo legal conforme anteriormente mencionado.

Art. 1º - O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA e LEI MUNICIPAL 3938/13, art. **15 § 1º** A função de agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei e na Lei Complementar123/2006 e que preencham os requisitos estipulados pelo Art. 85-A, § 2º, do diploma legal. A Sala do Empreendedor, a qual será coordenada pelo Agente de Desenvolvimento, tem como objetivo facilitar os processos de abertura, regularização e funcionamento de empresas, promovendo o desenvolvimento econômico local por meio do apoio, orientação e atendimento aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais – MEIs. A promoção da regulamentação e implementação da Lei geral das Micro e Pequenas Empresas – Lei complementar n.º 123-06, em parceria com a Confederação Nacional dos municípios – CNM o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Frente Nacional de Prefeitos – FNP.

•
Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei geral das Micro e Pequenas Empresas e Sala do Empreendedor no município;

•
Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

•
Montar grupos de trabalho com principais representantes de instituições públicas, privadas e dar essa atividade um caráter oficial;

•
Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;

•
Manter registro organizado de todas as suas atividades;

•
Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:573DC4C4

PROCURADORIA JURÍDICA
"NOMEIA MARA REGINA YEGGLI ELIAS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE ESPECIAL"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.334, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

"NOMEIA MARA REGINA YEGGLI ELIAS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE ESPECIAL"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **NOMEIA**, a partir de 10 de setembro de 2025, **MARA REGINA YEGGLI ELIAS** para exercer o Cargo em Comissão de **ASSISTENTE ESPECIAL**, percebendo, para tanto, o vencimento mensal correspondente ao Cargo em Comissão Padrão "CC4", enquanto durar o pleno exercício deste comissionamento.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 10 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:E4E42340

PROCURADORIA JURÍDICA
"NOMEIA VINICIUS BICA VIANA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO."

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.330, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025

"NOMEIA VINICIUS BICA VIANA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **NOMEIA**, a partir de 09 de setembro de 2025, **VINICIUS BICA VIANA** para exercer o Cargo em Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, percebendo, para tanto, o vencimento mensal correspondente ao Cargo em Comissão Padrão "CC4", enquanto durar o pleno exercício deste comissionamento.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:52BC3681

PROCURADORIA JURÍDICA
"REGULAMENTA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS/2025"

DECRETO Nº 10.658, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"REGULAMENTA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS/2025"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Para ingressar no Programa de Recuperação Fiscal de Eldorado do Sul, doravante denominado de REFIS/2025, instituído pela Lei n° 6.094, de 26 de agosto de 2025, o contribuinte deverá formalizar sua opção, até o dia 01 de dezembro de 2025,mediante formulário próprio, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura, acompanhado de declaração do valor dos débitos a parcelar.

§ 1º - A declaração de opção será assinada pelo contribuinte ou pelo seu representante legal, preenchida conforme o anexo deste Decreto, podendo o contribuinte se fazer representar por procurador mediante procuração com expressos poderes para tanto.

§ 2º - O cálculo das parcelas caberá à Prefeitura.

§ 3º - Quanto aos processos administrativos, a opção pelo REFIS/2025 implica na automática desistência das impugnações ou recursos em andamento.

§ 4º - O contribuinte, apresentará no ato da opção, a relação de débitos, através do Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívidas, conforme formulário padronizado.

§ 5º - O contribuinte deverá protocolar processo administrativo instruído, obrigatoriamente dos seguintes documentos, conforme o caso:

I – Requerimento para adesão ao REFIS/2025 (anexo 1);

II – Cópia do CPF e do RG do requerente e/ou procurador;

III – Cópia do comprovante de residência atualizado do requerente e/ou procurador;

IV – Cópia da matrícula do imóvel (para IPTU e Taxa de Coleta de Lixo) ou, quando for o caso, os contratos particulares de compra e venda, tantos quantos forem necessários para se chegar ao nome do proprietário registral;

V – Para pessoas jurídicas: cópia do cartão do CNPJ atualizado e um dos seguintes documentos: Cópia do contrato social, estatuto ou ata de posse da diretoria, que legitime o solicitante;

VI – Procuração original com firma reconhecida quando o requerente não for o contribuinte;

VII – Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívidas (anexos 2, 3, 4 ou 5conforme o caso);

Art. 2º - Os pagamentos das parcelas do REFIS/2025 serão efetuados através de guias de arrecadação emitidas pela Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, após deferimento do processo administrativo, sendo a primeira ou a parcela única paga no ato da assinatura do Termo de Adesão ao REFIS, a segunda no dia 10 (dez) do mês subsequente ao

vencimento da primeira e as demais, no dia 10 dos meses subsequentes.

Parágrafo Único - Quando a assinatura do Termo de Adesão ao Refis for após o dia 20 (vinte), o vencimento da segunda parcela será no dia 10 (dez) do segundo mês subsequente.

Art. 3º - Não serão incluídos no REFIS/2025 os créditos tributários com data de vencimento posterior a 31 de dezembro de 2024.

Art. 4º - A exclusão do contribuinte do REFIS/2025, em quaisquer hipóteses previstas na Lei n° 6.094 de agosto de 2025, implicará na imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos previstos na legislação municipal aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, tornando sem efeito todos os benefícios concedidos.

Art. 5º - Na hipótese de o Município verificar qualquer erro a menor na confissão dos débitos, deverá efetuar o lançamento suplementar do tributo, sendo este o objeto de notificação e execução conforme legislação pertinente, não se aplicando os benefícios do REFIS/2025.

Art. 6º - Fica o Secretário da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio autorizado a estabelecer, mediante instrução normativa, condições e normas de procedimentos complementares tendentes a implementar a plena executoriedade do REFIS/2025.

Art. 7° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:6A7C8485

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA A PORTARIA Nº1.037/25 QUE DETERMINA A SUSPENSÃO PREVENTIVA DOS SERVIDORES"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.348, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA A PORTARIA Nº1.037/25 QUE DETERMINA A SUSPENSÃO PREVENTIVA DOS SERVIDORES"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao que consta no Memorando nº 20.952/25, **REVOGA** a **SUSPENSÃO PREVENTIVA** dos servidores citados no PAD Nº004/25, **conforme decisão da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, que propôs o imediato retorno dos referidos servidores ao serviço.**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:BF1810E2

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA A PORTARIA Nº 648/25 E DESIGNA FISCAIS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DESASSOREAR, CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.345, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA A PORTARIA Nº 648/25 E DESIGNA FISCAIS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DESASSOREAR, CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Memorando 1Doc nº 20.920/25, resolve:

Art. 1º – Designar **FISCAIS MUNICIPAIS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DESASSOREAR, CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, conforme indicação abaixo:

COMISSÃO
Titular: JEVERSOM LOPES DOS SANTOS - matrícula 7462-4
Suplente: CAROLINA CAPOANI - matrícula 5667-7

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:CB6E5EA4

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA A PORTARIA Nº 691/25 E DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.346, DE 1 1 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA A PORTARIA Nº 691/25 E DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE

FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE”

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do que é estabelecido no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, e de acordo com o Decreto nº 9.533/23 e Memorando 1Doc nº 18.814/25, **REVOGA** a Portaria nº 691/25, e **DESIGNA** servidora para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,** a partir de 14 de agosto de 2025, **SEM PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO MENSAL**.

CONTRATO	FISCAL
Nº 051/24 - RODRIGO SALLES DA SILVA CANIL E TRANSPORTE DE ANIMAIS	CACIANE GOMEZ MACIEL ROCHA
Nº 001/24 - EMPRESA LÓGICA GESTÃO AMBIENTAL INTELIGENTE LTDA - ME	CACIANE GOMEZ MACIEL ROCHA
Nº 046/21 - EMPRESA RENOVARE BR ASSESSORIA SERVIÇOS	CACIANE GOMEZ MACIEL ROCHA

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:6BEFE493

PROCURADORIA JURÍDICA
“REVOGA A PORTARIA Nº 831/25 E DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE FISCAIS DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO”

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.363, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

“REVOGA A PORTARIA Nº 831/25 E DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE FISCAIS DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO”

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do que é estabelecido no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, e de acordo com o Decreto Municipal nº 9.533/23 e Memorando 1Doc 20.980/25, **REVOGA** a Portaria nº 831/25 e **DESIGNA** servidores para exercerem a função de **FISCAIS DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO ,** a partir de 12 de setembro de 2025. De acordo com a Lei Municipal nº 4.597/17 e suas alterações, os servidores responsáveis pela fiscalização dos contratos de prestação de serviços, compras e fornecimento decorrentes de processo licitatório, perceberão gratificação no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

CONTRATO	EMPRESA	FISCAL	SUPLENTE
064/2024	BringhenttiIndústria e Comércio LTDA	MarinaMendonça Marçal	Hector Duarte Gomes
108/2023	Associação Beneficente Pella Bethânia	MarinaMendonça Marçal	Hector Duarte Gomes
030/2024	Fruturas Comércio de Alimentos LTDA	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonça Marçal
275/2023	JM Serviços de Limpeza e Portaria LTDA	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonça Marçal
308/2023	AgilEireli	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
042/2024	Alexandre Medeiros da Silva ME	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
047/2020	CGL Prestadora de Serviços	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
126/2021	Green Card SA	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
034/2022	Funerária PR	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
049/2022	Fundação La Salle	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
174/2022	Associação Beneficente Projeto Restaurar	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
139/2024	Associação Cristã Lar Colméia	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
078/2024	Associação Beneficente Projeto Restaurar	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
101/2024	Veiga Prestadora de Serviços LTDA	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
104/2024	JM Serviços de Limpeza e Portaria	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
110/2024	Kollet Serviços de Imunização, Limpeza e Controle de Pragas LTDA/ME	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
007/2025	Residencial Geriátrico Tarumã Ltda - Doce Lar Senior	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
062/2024	SINOSCAR SA	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
040/2025	José Hermes Martins	Hector Duarte Gomes	MarinaMendonçaMarçal
105/2025	União Serviços	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes
031/2025	Asociação Beneficente Evangélica Floresta Imperial de Novo Hamburgo	MarinaMendonçaMarçal	Hector Duarte Gomes

* Os servidores não perceberão a gratificação prevista nesta Portaria.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 12 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:046029EC

PROCURADORIA JURÍDICA
“REVOGA A PORTARIA Nº844/25 QUE CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA HELOISA MULLER KREBS”

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.351, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

“REVOGA A PORTARIA Nº844/25 QUE CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA HELOISA MULLER KREBS”

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.045, de 25 de Março de 2009 e de acordo com o Processo nº 3.402/25, **REVOGA A LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL** à servidora **HELOISA MULLER KREBS**, detentora do cargo de PROFESSORA, matrícula 6084-4, a partir de 21/08/2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:FDA6BB5A

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA A PORTARIA Nº 950/19, E AUTORIZA DIEGO E SILVA MESQUITA A MOVIMENTAR A CONTA ADIANTAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.343, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA A PORTARIA Nº 950/19, E AUTORIZA DIEGO E SILVA MESQUITA A MOVIMENTAR A CONTA ADIANTAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº. 0029/89, de 05 de junho de 1989, em seu artigo 9º, **REVOGA** a Portaria nº 950/19, e **AUTORIZA**, a partir de 11 de setembro de 2025, o servidor **DIEGO E SILVA MESQUITA**, Administrador, matrícula 6122-0 , lotado na Secretaria de Educação, a movimentar junto a **BANRISUL, AGÊNCIA 0878, a conta nº. 04.003101.0-6, com título de CONTA PEQUENAS DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, podendo para tanto, requisitar talões de cheque, endossar e assinar cheques da referida conta corrente, estando o servidor sujeito às penalidades, caso não seja obedecido o disposto na LEI MUNICIPAL Nº. 0029/89.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:32E396D4

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA A PORTARIA Nº956/25 QUE CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA LIANE CASTRO DA SILVA"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.349, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA A PORTARIA Nº956/25 QUE CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL À SERVIDORA LIANE CASTRO DA SILVA"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.045, de 25 de Março de 2009 e de acordo com o Processo nº 3.402/25, **REVOGA A LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO NO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELDORADO DO SUL** à servidora **LIANE CASTRO DA SILVA** , detentora do cargo de ATENDENTE DE CRECHE, matrícula 1792-2, a partir de 21/08/2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:8883A67B

PROCURADORIA JURÍDICA
"REVOGA O DECRETO Nº 5.646 E INSTITUI A COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES."

DECRETO Nº 10.648 DE 04 DE SETEMBRO DE 2025.

"REVOGA O DECRETO Nº5.646 E INSTITUI A COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES."

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere na Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Memorando 1 Doc nº 13.608, de 04 de setembro de 2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho,

DECRETA:
Art. 1º – Fica instituída a COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, com finalidade de assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações e políticas voltadas à mulher.

Art. 2º – A COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, instituída pelo artigo anterior, compete:
I – dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida da mulher e ao combate aos mecanismos de subordinação e exclusão, que sustentam a sociedade discriminatória, visando buscar a promoção da cidadania feminina e da igualdade entre os gêneros;
II – fomentar o diálogo e a discussão com a sociedade e movimentos sociais no Município constituindo fórum municipal para articulação de ações e recursos em políticas de gênero e ainda, participar de fóruns, encontros, reuniões, seminários e outros que abordem questões relativas à mulher;
III – prestar assessoramento e assistência ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDM;
IV – dar assessoramento e articular com diferentes órgãos do governo programas dirigidos à mulher em assuntos do seu interesse que envolvam saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação, participação política e outros;
V – prestar assistência aos programas de capacitação, formação e de conscientização da comunidade, especialmente do funcionamento municipal;
VI – prestar assessoramento ao Prefeito do Município em questão que digam respeito aos direitos da Mulher;
VII – promover a realização de estudos, de pesquisas ou de debates sobre a situação da mulher e sobre as políticas públicas de gênero;
VIII – efetuar intercâmbio com as instituições públicas, privadas, nacionais e estrangeiras envolvidas com o assunto mulher, visando a busca de informações para qualificar as políticas públicas a serem implantadas;
IX – executar outras atividades correlatadas ou que venham a ser designadas pela autoridade superior .

Art. 3º – A COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES ficará ligada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, na pessoa da servidora municipal ocupante do cargo de Assistente Especial, RAQUEL DEBONI FRANCO.

Art. 4º – Fica revogado o Decreto nº 5.646, de 27 de agosto de 2013.
Art. 5º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, 04 DE SETEMBRO DE 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:D9612A3C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE CANDIDATO

A Secretaria Municipal de Administração TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO do candidato abaixo relacionado,tendo em vista que o mesmo desistiu da vaga, não tomando posse no cargo nos dez dias contados da data de publicação do ato de nomeação, conforme dispõe o Parágrafo Primeiro, do Art. 13º, da Lei Municipal nº 1.108/99 – Estatuto do Servidor Público Municipal.

Nome	Cargo	Classificação	Concurso Púbico
Luís Fernando Alves Heinle	Auxiliar Administrativo	228º Lugar	01/2018

Eldorado do Sul, 23 de setembro de 2025.

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Bianca Luz Dos Santos
Código Identificador:D8BEEE13

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGA PREGÃO ELETRÔNICO 53/2025

OBJETO: Contratação empresa especializada para construçao de poço tubular no Assentamento da Quinta
O Prefeito Municipal de Encruzilhada do sul, Sr. BENITO FONSECA PASCHOAL no uso de suas atribuições legais HOMOLOGA, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica, o resultado final sobre o Processo Licitatorio nº 2116/2025 como vencedor(es) da presente Licitação a(s) empresa(s) :
MARCOS A. MAKOSKI - POCOS ARTESIANOS - R$ 72.000,00

GABINETE DO PREFEITO, em 23 de setembro de 2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosi Mara Henrique Machado
Código Identificador:8913960E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGA PREGÃO ELETRÔNICO 57/2025

OBJETO: Eventual aquisição de salgadinhos, sanduíches e doces para eventos oficiais do Município de Encruzilhada do Sul.
O Prefeito Municipal de Encruzilhada do sul, Sr. BENITO FONSECA PASCHOAL no uso de suas atribuições legais HOMOLOGA, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica, o resultado final sobre o Processo Licitatorio nº 2238/2025 como vencedor(es) da presente Licitação a(s) empresa(s) :
MINIMERCADO AURORA LTDA - R$ 291.320,00

GABINETE DO PREFEITO, em 23 de setembro de 2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosi Mara Henrique Machado
Código Identificador:0759AC37

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 047, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direito a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:6D3AD8A1

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 048, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.405, de 21 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:59BF54DA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores efetivos do Município de Encruzilhada do Sul – RS e dá outras providências.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:E9EEE045

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 050, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Disciplina o sistema tributário do Município, consolida leis e dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:89D01DB3

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº4.433, DE 22 SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Encruzilhada do Sul – RS.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:B4ADA07E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº4.434, DE 22 SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos aos ovinocultores do Município.

BENITO FONSECA PASCHOAL,
Prefeito.

Publicado por:
Lucas Raenck da Silva
Código Identificador:74AD3F34

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 2194/2025 INEXIGIBILIDADE 31/2025

PROCESSO Nº 2194/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2025
O Município de Encruzilhada do Sul - RS torna público a locação do imóvel, sito à **Rua Gastão Gonçalves Lopes, nº 46, Bairro Centro; destinado ao armazenamento dos alimentos da merenda escolar do município. Locador: NFS Imóveis LTDA – Casa Certa (CNPJ: 27.111.071/0001-18).** Fundamentação legal: Art. 74, V, § 5º, da Lei Federal 14.133/2021. Encruzilhada do Sul, 23-09-2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mirian Pereira Froming
Código Identificador:51BE0D5E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 2310/2025 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 2243/2025

PROCESSO Nº 2310/2025
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 2243/2025
A Administração Municipal de Encruzilhada do Sul/RS torna público a contratação da empresa: **FABIANE VENZKE GUIMARÃES (CNPJ: 42.226.835/0001-65),** visando **a aquisição de 60M³ de concreto usinado 30Mpa, através da Secretaria Municipal de D. e Mobilidade Rural.** Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21. Encruzilhada do Sul, 23-09-2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mirian Pereira Froming
Código Identificador:49A203FF

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 2320/2025 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 2253/2025

PROCESSO Nº 2320/2025
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 2253/2025
A Administração Municipal de Encruzilhada do Sul/RS torna público a contratação da **empresa MINERAÇÃO BUTIÁ LTDA (CNPJ: 25.358.451/0001-26),** visando **a aquisição de rachão britado e brita graduada, através da Secretaria de D. e Mobilidade Rural.** Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21. Encruzilhada do Sul, 23-09-2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mirian Pereira Froming
Código Identificador:27AB7FB9

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO 2340/2025 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 2273/2025

PROCESSO Nº 2340/2025
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 2273/2025
A Administração Municipal de Encruzilhada do Sul/RS torna público a contratação da empresa **LINDOBERTO DOS SANTOS LEAL NUNES & CIA LTDA (CNPJ: 06.118.910/0001-50)** visando executar a **recolocação do telhado (mão de obra e materiais) na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito.** Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21. Encruzilhada do Sul, 23-09-2025.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mirian Pereira Froming
Código Identificador:404F2F24

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ERECHIM – AGER
RESOLUÇÃO AGER 045 2025

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ERECHIM, no uso de suas atribuições legais, aprova e manda à publicação a presente RESOLUÇÃO: Resolução AGER n° 045/2025 que dispõe sobre a nova redação do Manual de Fiscalização dos Prestadores de Serviços no âmbito da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Municipais de Erechim (AGER). A íntegra do documento está no site https://www.agererechim.rs.gov.br/

Publicado por:
Greice Daniele Thomaz
Código Identificador:3A73221C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 168/2025 Objeto: Aquisição de material gráfico, por Sistema de Registro de Preços (SRP), através de Diversas Secretarias com Recursos não Vinculados de Impostos e Transf Fundo a Fundo Recursos SUS Governo Estadual. **Abertura: 15/10/2025 às 08:30 horas** através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 23 de Setembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:CDB94FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico (Lei 14.133)Nº 172/2025 Objeto: Aquisição de veículo utilitário tipo Pick-Up, conforme Convênio TRANSFEREGOV.BR Nº 972313/2024, através da Secretaria Municipal de Assistência Social com recurso Transf de Convênios Vinculados à Assistência Social **Abertura: 14/10/2025 às 08:30 horas** através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 23 de setembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:0D51A5ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA 242/2025 - PROCESSO SELETIVO 048/2025

EDITAL Nº. 242/2025
EDITAL DE CHAMADA DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, torna público, para conhecimento dos Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 048/2025, a convocação para Contrato Temporário, para o preenchimento de vagas no Cargo de:

EDUCADOR(A) ASSISTENTE	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
1 – Rubia Carla Bez	57º Lugar

O candidato chamado deverá comparecer na Diretoria de Gestão e Aperfeiçoamento de Pessoas, Rua Marechal Deodoro, nº 71 – Centro, no prazo de 03 (três) dias, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, a contar da publicação do presente Edital, nos sites: https://www.diariomunicipal.com.br/famurs e https://www.pmerechim.rs.gov.br/concursos.
No caso de aceitação, para a avaliação do Laudo Admissional, conforme Decreto nº 5.591/2023, é necessário os seguintes exames, por responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a): Avaliação psicológica de aptidão mental, Eletrocardiograma de repouso, Hemograma Completo, Hepatibe B – Anti HBS, Hepatibe B – HBSAG, Hepatite C – Anti HCV, Raio X de Coluna Lombo Sacra AP+P com laudo, Raio X de Coluna Cervical AP+P com laudo, Ultrassonografia de Ombros Direito e Esquerdo. Estes exames deverão ser entregues dentro do prazo especificado, conforme declaração em anexo.
O não comparecimento ou a falta de pronunciamento do interessado implicará na Exclusão Automática do Processo.

Registre-se e Publique-se.
Erechim, 23 de Setembro de 2025.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:02F91ABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOMEAÇÃO 243/2025

EDITAL Nº. 243/2025
EDITAL DE CHAMADA DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, torna público, para conhecimento dos Candidatos Aprovados em Concurso Público, que está sendo chamado para o preenchimento de vaga no Cargo de:

ANALISTA PROJETISTA	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
1 – Daniela Javornik Barroso	7º Lugar

O candidato chamado deverá comparecer na Diretoria de Gestão e Aperfeiçoamento de Pessoas, Rua Marechal Deodoro, nº 71 – Centro, no prazo de 10 (dez) dias, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, a contar da publicação do presente Edital, nos sites: https://www.diariomunicipal.com.br/famurs e https://www.pmerechim.rs.gov.br/concursos.
No caso de aceitação, para a avaliação do Laudo Admissional, conforme Decreto nº 5.591/2023, é necessário os seguintes exames, por responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a): Acuidade Visual, Avaliação psicológica de aptidão mental, Eletrocardiograma de repouso, Hemograma Completo, Raio X - Tórax PA + P com laudo, Ultrassonografia de Ombros Direito e Esquerdo.
O não comparecimento ou a falta de pronunciamento do interessado implicará na Exclusão Automática do Processo.

Registre-se e Publique-se.

Erechim, 23 de Setembro de 2025.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:3E848C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ADITIVO Nº 01/2025 DA ARP Nº 40/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2024 PARA REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas-máquina, por Sistema de Registro de Preços, através da Secretaria Municipal de Gestão e Governança, com Recursos Não Vinculados de Impostos**.** A Prefeitura Municipal de Erechim, através do aditivo nº 01/2025, após a concordância das empresas arrematantes, resolve **PRORROGAR A ATA REGISTRO DE PREÇOS 40/2024, por mais 12 meses**, a contar do dia 24 de setembro de 2025, e que foi celebrada com as seguintes empresas: **CASTAGNARA TERRAPLANAGEM LTDA, i**nscrita no CNPJ sob o nº 43.290.068/0001-65, no valor total estimado de R$ 39.000,00, **L. A. FERRARI & CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.887.732/0001-07, no valor total estimado de R$ 224.100,00 e **ROMPESUL TERRAPLENAGEM E DETONAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 24.362.800/0001-10, no valor total estimado de R$ 148.500,00 A cópia integral do Aditivo da Ata de Registro de Preços, encontra-se à disposição dos interessados no endereço www.pmerechim.rs.gov.br. Erechim, 23 de setembro de 2025.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:4C018432

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N.º 075, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Processo Administrativo n.º 23719/2025. Inexigibilidade n.º 063/2025. Termo de Fomento n.º 075, de 22 de setembro de 2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ERECHIM e a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, CULTURAL E INDUSTRIAL DE ERECHIM – ACCIE, visando à execução do projeto "EreTech Summit". O Município de Erechim repassará o valor de R$ 326.000,00 (trezentos e vinte e seis mil reais), por meio da dotação orçamentária: 06.01.23.691.0006.2019.3.3.90.39.96.00.00. O presente Termo de Fomento vigorará, a contar da data do recebimento do recurso por 03 (três) meses. A íntegra do Termo de Fomento n.º 075/2025 poderá ser obtida no seguinte endereço eletrônico: www.pmerechim.rs.gov.br. Erechim/RS, 22 de setembro de 2025.

EMERSON RICARDO SCHELSKI –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo.

Publicado por:
Jean Rodrigo Nervis
Código Identificador:EEB1628A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 229/2025 - EDITAL 003/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 229/2025

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E CADASTRO TEMPORÁRIO
- 01 (UM) PROFESSOR(A) DE ARTES CÊNICAS 20H
- 01 (UM) PROFESSOR(A) DE ARTES PLÁSTICAS 20H

EDITAL Nº 003/2025 – RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 5111/2021, torna público para conhecimento dos interessados o **RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO,** com base nas definições da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, devidamente constituída pela Portaria n.º 3592/2025, com os seguintes resultados:

PROFESSOR(A) DE ARTES PLÁSTICAS 20H

N.º DE INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO INICIAL	RESULTADO	PONTUAÇÃO FINAL
001	MÁRCIA EDITE COSEL FIEBIG	02 PONTOS	INDEFERIDO	MANTÉM A PONTUAÇÃO INICIAL

O parecer do recurso, na íntegra, encontra-se arquivado junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
Erechim, 23 de Setembro de 2025.
Registre-se e Publique-se

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:5CCC919C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 236/2025 - EDITAL 002/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 236/2025
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E CADASTRO TEMPORÁRIO
- ATÉ 02 (DOIS) MÉDICOS(AS) CLÍNICOS GERAL 20H

EDITAL 002/2025 - AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 5.111/2021, torna público para conhecimento dos interessados a **AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

MÉDICO(A) CLÍNICO GERAL 20H

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	MARIA ELISA FRANCISCATTO	05 PONTOS
02	AMANDA DEZORDI DALL'AGNOL	05 PONTOS
03	EVELYN FABIANE NAZZARI	05 PONTOS
04	LARA GOMES SOARES	05 PONTOS
05	ANNA BÁRBARA LEAL MARCOLIN	05 PONTOS
06	GABRIELA DA SILVA	05 PONTOS
07	GEORGIA BAGGIO	05 PONTOS
08	ISAURA MARANGON	05 PONTOS
09	EDUARDO LUIS HOFMANN	05 PONTOS
10	LIANA LAURA BRESOLIN SOARES	05 PONTOS
11	RODRIGO VILLALBA	07 PONTOS
12	MILENA PAOLA ARPINI	05 PONTOS
13	IRIS ANDRADE BERNARDES	05 PONTOS
14	LOUISE ZANARDO SARTORI	05 PONTOS
15	GUSTAVO DE GASPERI	05 PONTOS
16	GABRIELE LONGO PANDOLFI	02 PONTOS
17	VANESSA CATTO GRITTI	06 PONTOS
18	RAPHAEL MINCARONE DEXHEIMER	05 PONTOS
19	NATHÁLIA SANTIN SIRENA	05 PONTOS
20	VITORIA CAMPOS BOSCHETTI	05 PONTOS
21	KELEN MARQUES SAN MARTINS	08 PONTOS
22	ANNA LAURA CARNIEL BIESDORF	05 PONTOS
23	JULIANA VARGAS FRANCO	05 PONTOS
24	GABRIELA ZOTI DORNELLES	05 PONTOS
25	HELOISA HELENA SOBOTA BONVIN	05 PONTOS

Erechim, 23 de Setembro de 2025.
Registre-se e Publique-se

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:96B2D5E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 237/2025 - EDITAL 002/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 237/2025
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E CADASTRO TEMPORÁRIO
- 01(UM) MÉDICO(A) PSIQUIATRA 12H

EDITAL 002/2025 - AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 5.111/2021, torna público para conhecimento dos interessados a **AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS POR ORDEM DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

MÉDICO(A) PSIQUIATRA 12H

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	CRISTIAN MIGLIORINI	00 PONTO

Erechim, 23 de Setembro de 2025.
Registre-se e Publique-se

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daiana Carla Bresolin
Código Identificador:D7673737

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SUMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA – RS.

SÚMULA DE CONTRATO

Partes: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA/RS, CNPJ nº 92.406.180/0001-24.

CONTRATADO: **Ata nº 06/2025**: Empresa: ACS PRÉ-MOLDADOS, CNPJ: 37.868.172/0001-91, valor **R$ 58.890,00** (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa reais).

CONTRATADO: **Ata nº 06/2025**: Empresa: CONCREMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ: 00.736.489/0001-64, valor **R$ 4.000,00** (quatro mil reais).

CONTRATADO: **Ata nº 06/2025**: Empresa: DIONISIO ARI WEBER & CIA LTDA, CNPJ: 02.897.852/0001-59, valor **R$ 51.710,00** (cinquenta e um mil, setecentos e dez reais).

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para eventuais aquisições de tubos de concreto, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos,

Obras e Viação e Agricultura do Município de Ernestina/RS, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº 13/2025 e anexos.

Ernestina, 22 de setembro de 2025.

ODIR JOÃO BOEHM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lisete Giaretta da Silva
Código Identificador:B0A34E51

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 72/2025

A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio comunica aos interessados, que realizará Pregão Eletrônico, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 452/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO (VARIADO).

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br), até o dia **13 de Outubro de 2025** às 09h15min.
Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através do Portal de Compras da FSPSCE.
LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br) no dia **13 de Outubro de 2025** a partir das 09h30min.
EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do edital, no portal de Compras da FSPSCE/Licitações em: http://www.portaldecompraspublicas.com.br
Informações: Fone: 51 2126-8374 Email: licitacao.hospital@esteio.rs.gov.br
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Luciana Polly
Código Identificador:B186D29C

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 75/2025

A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio comunica aos interessados, que realizará Pregão Eletrônico, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 325/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR TREINAMENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL E DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS.

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br), até o dia **15 de Outubro de 2025** às 09h15min.
Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através do Portal de Compras da FSPSCE.
LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da FSPSCE (http://www.portaldecompraspublicas.com.br) no dia **15 de Outubro de 2025** a partir das 09h30min.
EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do edital, no portal de Compras da FSPSCE/Licitações em: http://www.portaldecompraspublicas.com.br
Informações: Fone: 51 2126-8374 Email: licitacao.hospital@esteio.rs.gov.br
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Luciana Polly
Código Identificador:3DCD0FD8

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 107/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 778/2025

OBJETO: COMPRA EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS QUE ESTÃO AGUARDANDO ABERTURAS DE ATAS.

CONTRATADA:SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:06.294.126/0001-00
VALOR:R$ 5.726,00 (Cinco mil setecentos e vinte e seis reais) conforme Ordem de Compra nº 30068/2025.

CONTRATADA:DIPROHL COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA
CNPJ:94.811.510/0001-92
VALOR:R$ 7.440,00 (Sete mil quatrocentos e quarenta reais) conforme Ordem de Compra nº 30069/2025.

CONTRATADA: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:15.068.089/0001-03
VALOR:R$ 1.455,00 (Mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais) conforme Ordem de Compra nº 30070/2025.

FUNDAMENTO: Artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Paola Eduarda de Oliveira
Código Identificador:68B7729A

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 110/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 766/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (VARIADOS) PARA UM PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

CONTRATADA:DELF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:05.922.826/0001-21
VALOR:R$ 5.340,00 (Cinco mil trezentos e quarenta reais) conforme Ordem de Compra nº 30071/2025.

CONTRATADA:ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ:00.802.002/0001-02
VALOR:R$ 7.199,40 (Sete mil cento e noventa e nove reais e quarenta centavos)
conforme Ordem de Compra nº 30072/2025.

CONTRATADA: SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:06.294.126/0001-00
VALOR:R$ 6.502,00 (Seis mil quinhentos e dois reais)
conforme Ordem de Compra nº 30073/2025.

CONTRATADA: GERALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:11.891.664/0001-04
VALOR:R$ 10.416,00 (Dez mil quatrocentos e dezesseis reais)
conforme Ordem de Compra nº 30074/2025.

FUNDAMENTO: Artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Paola Eduarda de Oliveira
Código Identificador:C424F566

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
EXTRATO DE CONTRATO PE 27-2025

EXTRATO DE CONTRATO 50161/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL (CATSER: 1627), CORRETIVA E PREVENTIVA COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA SENDO: (1 ENCANADOR- CBO-724110, 1 PEDREIRO-CBO-7152-10, 2 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-CBO 7170-20 E 1 PINTOR-CBO 716610).
CONTRATO Nº 50161/2025.
CONTRATA: Solution Soluções Integradas Ltda.
CNPJ: 47.207.561/0001-20.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 274.035,00 (duzentos e setenta e quatro mil e trinta e cinco reais).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 17/09/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Patricia Viskow de Borba
Código Identificador:1FCA1175

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
EXTRATO DE CONTRATO PE 33-2025

EXTRATO DE CONTRATO 50154/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 966/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (Nutricionista Coordenador de Nutrição Diurno , Nutricionista para produção diurno, Nutricionista clínico , Cozinheiro , Auxiliar de Cozinha, Técnico de Nutrição Noturno (regime de 12x36), Técnico de Nutrição para produção diurno) por um período de 12meses.
CONTRATO Nº 50154/2025.
CONTRATA: Besser Segurança e Serviços Ltda.
CNPJ: 29.147.777/0001-65.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 1.829.999,52 (um milhão oitocentos e vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).
Vigência: DOZE (12) meses
Data da assinatura: 11/08/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
FSPSCE

Publicado por:
Patricia Viskow de Borba
Código Identificador:8D10E7BF

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 331/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE CONCEDER para ROSANGELA DUARTE SCHLLER, Aux. de Enfermagem, matrícula n.º 1934, celetista 30 (trinta) dias de Licença Prêmio convertida em gozo, no período de 27/05/2025 à 25/06/2025, concedida pela Portaria n.° 656/217, com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 04 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:4CC5BFDA

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 332/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de MARCUS VINICIUS CERESER PEZZELLA, Médico Cirurg. Ger. Plantonista, matrícula n.º 1711, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 08/01/2020 a 07/01/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 04 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:CBDE45CE

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 333/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de SANDRA REGINA PELISSER, Téc. De Enfermagem, matrícula n.º 2793, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 10/03/2019 a 16/03/2024 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 04 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:C606519C

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 334/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de SIMONE LENTINO GOMES, Enfermeira, matrícula n.º 3179, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 05/02/2018 a 30/05/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 04 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:375EC77F

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 335/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de LAURA QUEVEDO DE OLIVEIRA, Aux. De Administração, matrícula n.º 3381, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 13/07/2020 a 16/07/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 04 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:2B12323C

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 336/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de ALVIDIA BOROWSKI BUENO, Aux. De Enfermagem, matrícula n.º 1293, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 22/05/2020 a 26/05/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 05 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:E83A5582

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 337/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de MARINES HOFFSCHNEDER, Aux. De Serv. Gerais, matrícula n.º 593, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 24/06/2020 a 23/06/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 05 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:5EC77B53

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 338/2025

Jonata Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de MARCIO ROBERTO ROCHA LOPES, Téc. De Enfermagem, matrícula n.º 1183, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 22/11/2019 a 07/02/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 05 de setembro de 2025.

JONATA CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:CC10239B

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 341/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio – FSPSCE, no uso de suas atribuições:RESOLVE A pedido da Direção Geral, a servidora Sra. Claudia de Cássia Xavier Blos, por motivos do setor, será substituída pela Sra. Kátia Silva Kowalski Kasper, a fim de garantir que não haja prejuízos no andamento do Processo Administrativo a partir do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 09 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:CD536582

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 342/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010,RESOLVEArt. 1º EXONERAR a servidora REGINA TERESINHA DE FRAGA JESUS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 1767 da Função Gratificada Padrão 5 – Coordenador de Gestão da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, a partir de 10/09/2025. Memorando: 2025021925. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 17 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:CF55CEC0

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
PORTARIA 343/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010,RESOLVEArt. 1º NOMEAR o servidor MARISTANE TRAPP MANFIO DE ALMEIDA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 1597, na Função Gratificada Padrão 5 – Coordenador de gestão, da Fundação de Saúde Pública de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, a partir de 11/09/2025. Memorando: 2025021925. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 17 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:76D0DE47

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 344/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010,RESOLVE Art. 1º NOMEAR o servidora MARJORIE FIGUEIRA DE VARGAS, AUXILAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 3114, para substituir sem prejuízo de suas funções do servidor CLEONICE TERESINHA DA SIVA NUNES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 1530 na Função Gratificada Padrão 2 Assessor Especial II da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, nos termos da Lei n.º 8.310 de 21/12/2022, no seu período de férias de 20/10/2025 a 08/11/2025, com percepção proporcional de Função Gratificada. Memorando: 2025021631. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 18 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:6218D612

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 345/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretora Geral Interino da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio – FSPSCE, no uso de suas atribuições: RESOLVE TORNAR SEM EFEITO a Portaria n.º 309/2025, que NOMEIA o servidor CLEONICE TERESINHA DA SILVA NUNES, AUXILIAR DE ADMINISTRACAO, matrícula n.º 1530, na Função Gratificada Padrão 3 – ASSESSOR ESPECIAL II conforme memorando 2025020464, com base na Lei Municipal n.° 945/76, Resolução n.° 022/2011. Registre-se e publique-se.

Esteio, 22 de Setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretora Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:8898197E

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 346/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010,RESOLVEArt. 1º NOMEAR a servidora CLEONICE TERESINHA DA SILVA NUNES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 1530, na Função Gratificada Padrão 2 – ASSESSOR ESPECIAL II, da Fundação de Saúde Pública de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, a partir de 20/08/2025. Memorando: 2025020464. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 22 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:06D9A908

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 347/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretora Geral Interino da Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio – FSPSCE, no uso de suas atribuições: RESOLVE TORNAR SEM EFEITO a Portaria n.º 311/2025, que NOMEIA o servidor RAFAEL CASTRO BANDEIRA, AUXILIAR DE ADMINISTRACAO, matrícula n.º 2827, na Função Gratificada Padrão 3 – ASSESSOR ESPECIAL II conforme memorando 2025018931, com base na Lei Municipal n.° 945/76, Resolução n.° 022/2011. Registre-se e publique-se.

Esteio, 22 de Setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretora Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:A3C8067F

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 348/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010,RESOLVEArt. 1º NOMEAR o servidor RAFAEL CASTRO BANDEIRA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula n.º 2827, na Função Gratificada Padrão 2 – ASSESSOR ESPECIAL II, da Fundação de Saúde Pública de Esteio, nos termos da Lei Municipal n.º 8.310 de 21/12/2022, a partir de 01/07/2025. Memorando: 2025018931. Art. 2º Registre-se e publique-se.

Esteio, 22 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:5B5B4E79

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO PORTARIA 349/2025

Jonatã Carvalho da Silva, Diretor Geral Interino, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 5.115/2010 e Art. 24, II, do Decreto Municipal n.º 4.293/2010 (Estatuto), RESOLVE RECONHECER o direito de SIMONE MACHADO SANTOS MOITOSO, Enfermeira, matrícula n.º 3350, celetista, 3 (três) meses de Licença Prêmio por quinquênio, referente ao período de 16/06/2020 a 18/06/2025 com base no art. 40 do Decreto Municipal n.º 4.293/2010. Registre e Publique-se.

Esteio, 22 de setembro de 2025.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral Interino
Portaria n.º 6.913/2025

Publicado por:
Mayssa Simonni Xavier Souza
Código Identificador:E4F8BD37

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DECRETO Nº 8.704 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Abre crédito suplementar no Orçamento da Administração Direta do Município de Esteio.

Prefeitura Municipal de Esteio, 23 de setembro de 2025.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal de Esteio

Publicado por:
Raquel Marques Nunes
Código Identificador:E68A391B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 128/2025

O Município de Esteio torna público, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 128/2025. Processo Administrativo: **4852/2025.** Objeto: **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR - SMS.** Valor total estimado: **R$ 82.824,00 (oitenta e dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais).** Exclusividade ME/EPP/Equiparadas: **NÃO.** Modo de disputa: **ABERTO**. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO.** Forma de adjudicação: **ITEM.** Tipo de Objeto: **BEM COMUM.** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2025, ÀS 10:00 HORAS.** Edital e certame: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Fernandes Rodrigues
Código Identificador:CB6C6BB4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
OFÍCIO Nº 352/2025

À Empresa:
CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI
CNPJ: 92.962.869/0018-83

Em atenção a Dispensa de Chamamento Público n° 115/2025, Termo de Fomento n° 004/2025, informamos que no dia 3 de setembro de 2025, recebemos o pedido de revogação do termo de fomento, através do e-mail, Os autos do processo administrativo eletrônico n° 4199/2025, foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município, que, através do Despacho n° 974145/2025 exarou o seguinte parecer:

"Ante a justificativa da SMCDH, o parecer é pela revogação do processo."

Desta forma, comunicamos que, mediante concordância das partes fca revogado o Termo de Fomento n° 004/2025.

Esteio, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO EDUARDO GEIB
Diretor Interino de Compras

Publicado por:
Valdez Francisco Chaves Anunciação
Código Identificador:B69E67CB

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
OFÍCIO Nº 354/2025

À Empresa:
CAFE COLISEU LTDA
CNPJ: 42.619.993/0001-24

Em atenção ao PREGÃO ELETRÔNICO 41/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ E MATERIAL DE EXPEDIENTE - SMGG E PREV-ESTEIO. - ATA 102/2024, informamos que, mediante a ausência de apresentação de recurso à Notificação Extrajudicial 261/2025, que aplicou a penalidade de multa e a manifestação da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SMCDH), através do memorando nº 2025024494 devidamente acostado ao Processo Administrativo nº 4729/2023, os autos do processo eletrônico foram submetidos à apreciação da Procuradoria-Geral do Município – PGM, que emitiu o seguinte parecer, contido no Despacho nº 972137/2025:
"[...]Ausente recurso a sanção está consolidada."
Desta forma, encaminhamos o DARM (Documento de Arrecadação de Receitas Municipais) no valor de R$ 88,32 (Oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), com vencimento em 23/10/2025, para pagamento de multa referente à Notificação supracitada.
Esteio, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO EDUARDO GEIB
Diretor Interino de Compras

Publicado por:
Valdez Francisco Chaves Anunciação
Código Identificador:3653C31E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
OFÍCIO Nº 355/2025

À Empresa:
LUMA DE OLIVEIRA RAMBO LTDA
CNPJ: 44.922.093/0001-87

Em atenção ao PREGÃO ELETRÔNICO 37/2023 - REGISTRO DE PREÇOS DE UTENSÍLIOS DE COZINHA - SMGG E PREV-ESTEIO - ATA 92/2024, informamos que, mediante a ausência de apresentação de recurso à Notificação Extrajudicial 315/2025, que aplicou a penalidade de multa e a manifestação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (SMOSU), através do memorando nº 2025016755 devidamente acostado ao Processo Administrativo nº 4626/2023, os autos do processo eletrônico foram submetidos à apreciação da Procuradoria-Geral do Município – PGM, que emitiu o seguinte parecer, contido no Despacho nº 972140/2025:
"[...]Ausente recurso a sanção está consolidada."
Desta forma, encaminhamos o DARM (Documento de Arrecadação de Receitas Municipais) no valor de R$ 30,28 (Trinta reais e vinte e oito centavos), com vencimento em 23/10/2025, para pagamento de multa referente à Notificação supracitada.
Esteio, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO EDUARDO GEIB
Diretor Interino de Compras

Publicado por:
Valdez Francisco Chaves Anunciação
Código Identificador:8D426140

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7755/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CANCELAR, por necessidade de serviço, para Clarice dos Santos, Contínuo, Estatutário, matrícula n° 3297, o período de férias, a partir de 22/09/2025, ficando 09 dias pendentes a serem gozados oportunamente, em conformidade com a Lei Municipal 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:32059F7A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7756/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, DESIGNAR, o (a) servidor (a) Rodrigo Adam, matrícula 8679, como Fiscal de Contratos Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, e designar o (a) servidor (a) Gabriel Brasil Barbosa, matrícula 31881, como Fiscal Substituto, do contrato da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SMOSU, abaixo relacionado:

- Contrato nº 117/2020, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ESTEIO e a contratada ONZEURB TRANSPORTES EIRELI, que tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de coleta e transporte com destinação final de resíduos sólidos domésticos - SMOSU, vinculado à Concorrência nº 003/2019, oriundo do processo administrativo nº 7796/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:DEBFE7B4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7757/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RELOTAR Michele Figueiredo Borges, Assistente Social, Estatutário, matrícula nº 30540, da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - SMCDH para a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, a partir de 26/08/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:AC34C0E7

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7758/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, DESIGNAR a servidor (a) Émerson Eduardo Davila Machado, matrícula 8716, como Fiscal de Atas Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução de Atas, e designar o servidor (a) Ritchélly Cezar Fritch, matrícula 8714, como Fiscal de Atas Substituto, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SMOSU - abaixo relacionadas:

Ata nº 194/2025 - FERMONT MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
Ata nº 195/2025 - RB DOSSIN COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
Ata nº 196/2025 - ALMADA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
Ata nº 197/2025 - FERROS CASTRO LTDA.
Ata nº 198/2025 - MINERACAO VERA CRUZ LTDA.
Ata nº 199/2025 - NEUMANN MADEIREIRA LTDA.
Ata nº 200/2025 - KMV DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.
Ata nº 201/2025 - ELETRICLINE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA.
Ata nº 202/2025 - DOUGLAS COMERCIO DE MADEIRAS TRATADAS LTDA.
Ata nº 203/2025 - ARMACOES NORTE COMERCIO DE FERRAGENS LTDA.
Ata nº 204/2025 - ARTESUL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
Ata nº 205/2025 - BASALTO MILIAVACA LTDA.
Ata nº 206/2025 - COMTELAS SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA.

Celebrado com o MUNICÍPIO DE ESTEIO, que tem por objeto registro de preços para aquisição de material de construção - SMOSU, vinculadas ao Pregão Eletrônico nº 089/2025, oriundas do Processo Administrativo nº 3904/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E7150BF4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7759/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 22/09/2025, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 4596/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:89602EFA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7760/2025

Felipe Costella, Prefeito Municipal de Esteio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar Ordinário para que sejam averiguadas, pela Comissão Permanente (Portaria n° 1981/2022), as situações constantes no GRP Protocolo nº 2025-27, em conformidade com a Lei Municipal nº 5231/2011. O prazo para entrega dos trabalhos é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:26782C40

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7761/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Janaína Rodrigues Martins, Técnico Enfermagem, Estatutário, matrícula nº 31528, Licença Prêmio, referente ao período de 12/03/2019 a 12/03/2024, com base no art. 120 da Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:8BE1E852

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7762/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Lisandre Beatris de Barros Chaves, Técnico Enfermagem, matrícula nº 30999, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, na Lei Complementar nº 5231/20211 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7625AE13

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7763/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Sheila Cristine Meyer Conceição, Assistente Social, Estatutário, matrícula nº 30532, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9CCAF6B2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7764/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Luis Carlos da Silva Belíssimo, Técnico em Informática, Estatutário, matrícula nº 5072, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 15/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:D60D4225

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7765/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Patrícia de Andrade de Oliveira Vicente, Gestor Pedagógico, matrícula 47718, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 16/09/2025 até 21/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:4947F3EF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7766/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Claudia Patricia Varela Dias, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 49081, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 17/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:563F641A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7767/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiana da Costa Silva, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 30548, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:91531E7C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7768/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Rodrigo Adonis Barbieri, Arquiteto, Estatutário, matrícula nº 31726, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 19/09/2025 até 25/09/2025, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:38BBD2F7

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7769/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Lauara dos Santos Oliveira, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 47264, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:4105375C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7770/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Luciana Bueno Pedroso, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 7744, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 18/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B694A622

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7771/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cláudio César Forgiarini, Pintor, Estatutário, matrícula nº 30515, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E7A01811

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7772/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para José Widson da Silva, Professor de Português, Estatutário, matrícula n° 47901, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:F7F1C21B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7773/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Elga Jaqueline Rodrigues, Agente Comunitário PSF-UT-13, Estatutário, matrícula nº 50703, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1C109523

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7774/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Paula Regina de Lima Madeira, Servente, Estatutário, matrícula n° 3835, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:DA465CB2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7775/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Nair da Siqueira, Técnico Enfermagem, Estatutário, matrícula nº 31337, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 19/09/2025 até 21/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:259A2328

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7776/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Jeanine Rodrigues Rosa Martins, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 30676, 02 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 11/09/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:642ADED5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7777/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Greisiane de Aguiar Gonçalves, Professor de Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41086, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:D5D3BCA8

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7778/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carlos Alexandre Fernandes dos Santos, Técnico em Biblioteconomia, Estatutário, matrícula nº 47154, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:FC68EA22

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7779/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Nara Teresinha Souza Muniz, Servente Escolar, Estatutário, matrícula nº 50599, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E7C0A120

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7780/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Josiane da Silva Soares, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41105, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:221D7FC6

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7781/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Dionysius Dias de Mattos, Professor de História, Estatutário, matrícula n° 47076, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 18/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:33E6309D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7782/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Isabel Cristina Schmidt Buske, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41274, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 19/09/2025 até 26/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:6F760DBD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7783/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carla Aparecida de Moura Sparremberger Martins, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 47171, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:46DAB098

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7784/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Claudia Jemaitis, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrículas nº 41911/41241, licença por incapacidade temporária para o trabalho, com remuneração, no dia 19/09/2025, com base no art. 140, § 2° da Lei Complementar nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:A684C7B2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7785/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Darlaine Ramires Schauer, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 47187, licença por incapacidade temporária para o trabalho, dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:B278E417

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7786/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de

07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Sabrina Augusta Graeff, Professor Séries Iniciais, Estatutário, matrícula nº 40392, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:578626C4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7787/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Edilaine Eugenio, Professor de Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 47109, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 18/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:37150A71

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7788/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Fabio Meyr, Vigia, Estatutário, matrícula n° 50249, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:FB8A1DAD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7789/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Claudia Giane Rodrigues Lamm, Gestor Pedagógico, Estatutário, matrícula nº 47935, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 21/09/2025 até 24/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:4BCB1B4D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7790/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Camila Liara da Silva, Enfermeiro Assistencial, Estatutário, matrícula nº 31853, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025 e no período de 22/09/2025 a 23/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:4750AFDA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7791/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Janaina Belmonte Rocha, Professor de Séries Iniciais, Estatutário, matrícula nº 46922, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:07DA040A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7792/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ana Karina Lopes Pereira , Enfermeiro Assistencial, Estatutário, matrícula nº 31846, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 30/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1F000F87

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7793/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Taina de Oliveira, Professor de Educação Infantil, 36h, Estatutário, matrícula 49067, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 26/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:48B78292

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7794/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cláudio César

Forgiarini, Pintor, Estatutário, matrícula nº 30515, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 26/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3F5FAA65

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7795/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cláudio César Forgiarini, Pintor, Estatutário, matrícula nº 30515, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9B736C61

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7796/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Amanda Franciele Garcia, Professor de Educação Infantil 36h, Estatutário, matrícula 49070, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E482A184

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7797/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Matheus Nogueira Martino, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula n°31720, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 24/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C5FCA628

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7798/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Luciana Heisler, Orientador Educacional 40h, Estatutário, matrícula nº 46547, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:F4D40194

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7799/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daniel Blum de Souza, Agente de Combate as Endemias, Estatutário, matrícula nº 31632, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 19/09/2025 até 21/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:60B5D384

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7800/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Janaina da Silva Santos, Servente, matrícula nº 50244, Estatutário, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 10/09/2025, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:ABF1055D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7801/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para a servidora Jaqueline de Aguiar Gonçalves, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 4589, Abono de Permanência, a partir de 12/09/2025, com base na Lei Municipal nº 7661/2020 e Parecer Jurídico Prev Esteio nº 36/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C285A935

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7802/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Angelita Aparecida Nunes Rodrigues, Servente Escolar, Estatutário, matrícula

nº 7125, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 18/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:69847ED6

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7803/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, DESIGNAR Daniel Heitor Gaiewski, Fiscal Tributário de Edificações, Estatutário, matrícula nº 3580, para exercício da Função Gratificada FG-04 Assessor Especial II, vinculada à Diretoria de Arrecadação, da Secretaria Municipal da Fazenda - SMF, a partir de 01/09/2025, com base na Lei Municipal n. 7.662, de 23 de dezembro de 2020 e no Decreto Municipal n° 8.424, de 13 de janeiro de 2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:97555396

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7804/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Carla Motta Dutra, Professor Ciências, Estatutário, matrícula nº 46683, Licença Prêmio, referente ao período de 02/08/2014 a 22/09/2019, com prorrogação, com base no art. 120 da Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:CB7F54DA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7805/2025

Felipe Costella, Prefeito Municipal de Esteio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, HOMOLOGAR, em 22 de setembro de 2025, a conclusão do estágio probatório do(s) seguinte(s) servidor(es) com base na Lei Complementar nº 5222/2011, com redação conferida pela Lei Complementar nº 7870/2021:

- Ana Paula Duarte da Trindade - Matrícula nº 31698 - Técnico em Enfermagem - Período 07/06/2022 a 26/07/2025 - Aprovado.
- Bruna Bissolotti Disegna - Matrícula n° 47496 - Professor Educação Infantil 36h - Período 01/02/2022 a 11/07/2025 - Aprovado.
- Danielly Achterberg Fraga - Matrícula n° 31710 - Técnico em Enfermagem - Período 19/07/2022 a 18/07/2025 - Aprovado.
- Douglas Lemes da Silva - Matrícula n° 31668 - Agente Comunitário de Saúde - Período 17/01/2022 a 20/04/2025 - Aprovado.
- Eduardo Dewes - Matrícula n° 31699 - Assistente Administrativo - Período 22/06/2022 a 21/06/2025 - Aprovado.
- Gabriela Pinto Mendes de Moraes - Matrícula n° 31717 - Fonoaudiólogo - Período 01/08/2022 a 31/07/2025 - Aprovado.
- Jeane Louise da Veiga Cardoso da Costa - Matrícula n° 31688 - Agente Comunitário de Saúde - 16/05/2022 a 15/05/2025 - Aprovado.
- Marcelo Ohlweiler - Matrícula n° 46571 - Orientador Educacional 40h - 01/01/2022 a 10/03/2025 - Aprovado.
- Marco Antonio Machado Martins - Matrícula n° 46212 - Professor Educação Física - 01/01/2022 a 16/07/2025 - Aprovado.
- Pedro Alberto Gomes de Menezes - Matrícula n° 31714 - Médico Pediatra - 18/07/2022 a 17/07/2025 - Aprovado.
- Silvia Leticia Carvalho - Matrícula n° 47498 - Professor Educação Infantil 36h - 01/02/2022 a 07/07/2025 - Aprovado.

FELIPE COSTELLA
Prefeito Municipal

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:EF6C04AC

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7806/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, DESIGNAR o(a) servidor(a) Gislaine Lemos Leal, matrícula 8689, como Fiscal de Contratos Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução de Contrato, e designar o(a) servidor(a) Rafael de Souza, matrícula 50443, como Fiscal Substituto, do Contrato da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, abaixo relacionado:

- Contrato nº 094/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ESTEIO e a contratada DIAMANTE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA., que tem por objeto locação de imóvel localizado na Rua dos Ferroviários nº 83, Centro, Esteio/RS, para instalação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ) - SMS, vinculado a Inexigibilidade 007/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 4730/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:5F9CE2F8

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7807/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Pedro Alberto Gomes de Menezes, Médico Pediatra, Estatutário, matrícula n° 30350, 5º avanço trienal, no percentual de 10%, a partir de 25/08/2025, em conformidade com o artigo 103 da Lei Municipal nº 5231 de 26/01/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:9BDC9352

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7808/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 24/09/2025, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 4717/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:690B2A73

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7809/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Joao Ricardo Duarte de Matos, Guarda Municipal, Estatutário, matrícula nº 30087, Gratificação Adicional de Tempo de Serviço de 6%, a partir de 07/07/2025, com base no art. 106 da Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3BA7A6CA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7810/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Joao Ricardo Duarte de Matos, Guarda Municipal, Estatutário, matrícula nº 30087, Licença Prêmio, referente ao período de 21/10/2019 a 01/01/2025, com prorrogação, com base no art. 120 da Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E85CC8FA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7811/2025

VDaniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RELOTAR Valtoni Rodrigues Castilho, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, Matrícula n° 31836, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SMOSU, a partir de 21/08/2025.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:78AF5545

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7812/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, DESIGNAR Camila Liara da Silva, Enfermeiro Assistencial, Estatutário, matrícula nº 31853, para substituir, sem prejuízo de suas funções, Cesar Alexandre Pareira da Rosa, Enfermeiro Assistencial, Estatutário, matrícula nº 31542, durante seu afastamento por motivo de férias, com percepção proporcional de FG, no período de 20/10/2025 a 31/10/2025, em conformidade com o art. 40 da Lei Municipal n°5.231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:4C7F053B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7813/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Helena Kruse de Castro Oliveira, Professor de Inglês, Estatutário, matrícula nº 47895, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 15/08/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:EBB454ED

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7814/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ieda Maria Vargas Dornelles, Agente Comunitário PSF 2, matrícula nº 3907, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:11B00831

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7815/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Suélen Fiuza de Barros, Professor Educação Infantil 36h, Estatutário, matrícula nº 47818, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 28/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7355805D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7816/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Claudia Correa da Costa, Assistente Administrativo, Estatutário, matrículas nº 40357/40132, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:C7FD9AC7

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7817/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para José Carlos Santos da Luz, Agente Comunitário PSF - UT 1, Estatutário, matrícula nº 31378, licença por incapacidade temporária para o trabalho com remuneração, no dia 22/09/2025, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:2A84B4D2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7818/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Elisabete Garcia, Professor Português, Estatutário, matrícula nº 45128, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 11/08/2025 até 15/08/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:910FE288

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7819/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Renato Daniel Greis Donini, Regente de Coral, Estatutário, matrícula nº 30581, licença por incapacidade temporária para o trabalho, nos períodos de 25/08/2025 até 30/08/2025 e de 15/09/2025 até 26/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:12FDDEC5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7820/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Cassius Mohler Jaques, Engenheiro Civil, matrícula nº 31868, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho no período de 04/08/2025 até 08/08/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:7F8649C5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7821/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Vanessa Daniele Mizevski, Enfermeiro, Estatutário, matrícula nº 50723, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 02/08/2025 até 15/08/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:E4156153

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7822/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Fabricio Aires Fagundes, Professor Filosofia, Estatutário, matrícula n° 46725, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/08/2025 até 22/08/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:835BD8DF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7823/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Silvia Maria Arbelo Comaru, Auxiliar de Enfermagem, Estatutário, matrícula nº 3670, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 19/08/2025 até 18/10/2025 , com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:64E970DD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7824/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Adriano Ribeiro Vinkoski, Professor de Espanhol, Estatutário, matrícula n° 47903, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 01/09/2025 até 15/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:97D063AF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7825/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Claudionei Freitas Machado, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 30830, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:BD22CEA9

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7826/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Maristela de Medeiros, Professor de Anos Iniciais, matrícula nº 4664, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/09/2025 até 23/09/2025 , com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:30FB7109

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7827/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Carine Araujo Nunes de Freitas, Professor Séries Iniciais, Estatutário, matrícula n° 41295, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 18/09/2025 até 19/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:5AB53CDD

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7828/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Roberta da Silva Martins, Técnico de Enfermagem, Estatutário, matrícula nº 31875, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 19/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:76153F17

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7829/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Liliane Iguariaca Pinto, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 41449, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 23/09/2025, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:47BF900E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7830/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCECER para Roberta Fernandes Garcia, Professor de Anos Iniciais, Estatutário, matrículas n° 46909/40124, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1A42238E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7831/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Leonardo Vigolo Monllor, Professor de História, Estatutário, matrícula nº 47000, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 23/09/2025 até 27/09/2025, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:1F61342B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7832/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Anajara Iraci de Brites, Servente Merendeira, Estatutário, matrícula nº 7251, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 22/09/2025, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:3237295D

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7833/2025

Daniel Jair Grassmann, Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marcia Mueller Danieli, Terapeuta Ocupacional, Estatutário, matrícula nº 3531, 01 (um) mês da remuneração do servidor de Licença Prêmio, convertida em dinheiro, concedida pela Portaria nº 9076/2022, sendo o pagamento na rescisão, por motivo de aposentadoria, com base no art. 125 da Lei Municipal nº 5231/2011.

DANIEL JAIR GRASSMANN
Secretário Municipal de Governança e Gestão Interino

Publicado por:
Jaqueline de Rosso
Código Identificador:A8477F16

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DECRETO Nº 2.565, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2.565, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

ABRE PRAZO PARA MATRÍCULA E REMATRÍCULA E REGULAMENTA O INGRESSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA PARA O ANO LETIVO DE 2026.

NELTON CARLOS CONTE, Prefeito Municipal de Fagundes Varela, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 200 da Constituição Estadual e Lei Federal nº 9.394/96, com a redação dada pela Lei nº 11.114/2005,

DECRETA:

Art. 1º O período para matrícula e rematrícula da Educação Infantil (creche e pré-escola) e do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Fagundes Varela, será de 01/10/2025 a 14/10/2025.

Art. 2º Horários de atendimento:
As matrículas ou rematrículas deverão ser realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminhos do Aprender, localizada na Avenida Antônio Ferronato, 225, nos seguintes dias e horários:
Segundas-feiras, terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras: das 8h às 11h30min e das 12h30min às 16h e 45min;
Quarta-feira: das 8h às 11h30min e das 12h30min às 18h.

Art. 3º Os documentos exigidos são:
I – Para matrículas (alunos que ainda não frequentam a escola):
Xerox da Certidão de Nascimento;
Atestado de vacinação emitido pelo posto de saúde;
Comprovante de endereço;
Documento de Identidade dos pais ou responsáveis.
Para matrícula na creche, além dos documentos citados anteriormente, os pais ou responsáveis devem apresentar a Carteira de Trabalho ou atestado de trabalho.

II – Para transferências:
Histórico escolar ou atestado provisório da escola de origem;

III – Para rematrículas:
Os pais ou responsáveis deverão comparecer à escola para confirmar a matrícula para 2026;
Preencher a ficha de requisição do transporte escolar para quem fizer uso do mesmo;
Atestado de vacinação emitido pelo posto de saúde;
Trazer o comprovante atualizado de endereço;
Definir se a rematrícula é parcial ou integral.
§1º Para rematrícula na creche, é necessário também que os pais ou responsáveis apresentem a Carteira de Trabalho ou atestado de trabalho.
§2º O transporte escolar é oferecido para os alunos a partir da turma do Maternal.

DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Art. 4º Na Educação Infantil (creche e pré-escola) são ofertados os seguintes níveis:
I – Educação Infantil - Creche em Tempo Integral, na faixa etária de 04 meses a 03 anos - O ingresso será assegurado para crianças que completarão as idades acima especificadas durante o ano de 2026;
II – Educação Infantil Nível A, em Tempo Integral - O ingresso na Educação Infantil Nível A será assegurado para crianças que completarão quatro anos de idade até 31/03/2026, sendo obrigatório o ingresso na escola a partir dos 4 anos, conforme Lei Federal nº 12.796 de 04/04/2013;
III – Educação Infantil Nível B, em Tempo Integral - O ingresso na Educação Infantil Nível B será assegurado para crianças que completarão cinco anos de idade até 31/03/2026, sendo obrigatório o ingresso na escola a partir dos 4 anos, conforme Lei Federal nº 12.796 de 04/04/2013;

Art. 5º Após o período de inscrição de candidatos para atendimento na creche, far-se-á a seleção priorizando:
Crianças cujos pais trabalham fora do lar. A comprovação é feita mediante apresentação da Carteira Profissional ou Atestado emitido pela empresa.
Crianças cuja família apresenta maior grau de carência. Considera-se carente a família que apresenta renda per capita de até um salário mínimo vigente.

DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Art. 6º O 1º, 2°, 3°, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental é ofertado em Tempo Integral.

Art. 7º O 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano do Ensino Fundamental, poderão ser ofertados em tempo parcial desde que haja um quantitativo mínimo de alunos, salas de aula disponíveis, possibilidade de organização curricular e disponibilidade de recursos humanos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fagundes Varela, 23 de setembro de 2025.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:41F87D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 621/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 523/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **CONSTRUAGRO BELA VISTA FERRAGENS LTDA**, CNPJ nº 87.873.568/0001-03: **Objeto**: A presente requisição tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção do prédio da EMEF. Caminhos do Aprender. O prazo de entrega dos materiais é de 05 dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento. **Valor:** R$ 1.208,75 Prazo: 05 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 620/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 522/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **GRÁFICA AGETRA LTDA**, CNPJ nº 72.330.772/0001-

00: **Objeto**: Impressão de Cartões Postais, desenhados por crianças que participam da oficina de desenho realista ofertado pela Secretaria da Saúde, para promover as famílias do município um resgate da troca de postais no período de natal, no mês de dezembro de 2025. **Valor:** R$ 1.320,00 Prazo: 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 619/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 521/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação das empresas **GREGOL SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA**, CNPJ nº 30.480.028/0001-34 e **GRÁFICA AGETRA LTDA**, CNPJ nº 72.330.772/0001-00: **Objeto**: Aquisição de pulseiras de festa e convites para o evento de Aniversário de 38 anos do Município de Fagundes Varela que se realizará no dia 06 de dezembro de 2025, as 23 horas. **Valor total:** R$ 1.480,00 Prazo: 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 618/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 520/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **ESTANTE MAGICA LTDA**, CNPJ nº 20.430.253/0001-02: **Objeto**: A presente requisição tem por objeto a aquisição de livros confeccionados pelos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da EMEF Caminhos do Aprender para acervo da biblioteca do educandário. **Valor:** R$ 1.430,00 Prazo: 15 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 617/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 519/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **UNIÃO MANUTENÇÃO E USINAGEM LTDA**, CNPJ nº 29.633.565/0001-98: **Objeto**: Contratação de empresa especializada para realização do conserto do pistão hidráulico do Caminhão IVR 2512, pertencente à Secretaria Municipal da Agropecuária e Meio Ambiente. **Valor:** R$ 660,00 Prazo: 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 616/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 518/2025
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **BOS & BOS FABRICA DE TINTAS LTDA**, CNPJ nº 12.021.401/0001-07: **Objeto**: Aquisição de tinta viária nas cores amarela e branca, acondicionada em baldes de 18 (dezoito) litros, destinada à realização de serviços de pintura e sinalização viária no âmbito do Município. **Valor:** R$ 6.000,00 Prazo: 10 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 23 de setembro de 2025.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:5BDEE647

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 623/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 525/2025
O Presidente da Câmara Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **AMIGA.COM COMERCIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ nº 10.682.948/0001-28: **Objeto**: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de manutenção corretiva na impressora Brother com substituição de peça e prestação de serviço de mão de obra ténica. **Valor:** R$ 500,00 O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 622/2025 – DISPENSA POR LIMITE Nº 524/2025
O Presidente da Câmara Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **KELI LETICIA BIGUELINI LTDA**, CNPJ nº 59.003/0001-11: **Objeto**: Contratação de empresa para ministrar curso presencial "Captação de Recursos e Gestão Avançada: Excelência no Atendimento ao Público", para o vereador Marcio Antonio Moreschi, a ser realizado nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2025, com carga horária de 15 horas. **Valor:** R$ 1.190,00 O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

Fagundes Varela, 23 de setembro de 2025.

VOLNEI CATTIVELLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Aline Sangali Giaretta Ghidin
Código Identificador:1630D001

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 1130/2025 – Processo nº 1253/2025.
Contratada: VENTURINI E CIA LTDA, CNPJ: 04.092.041/0001-06, Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de laudo de inspeção veicular semestral e laudo de inspeção DAER para os veículos do transporte escolar do município. Valor: **R$ 9.500,00** (nove mil e quinhentos reais)**.** Os editais estão à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos.
GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 23 de setembro de 2025.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taise Cardoso Dos Santos
Código Identificador:DE96A06D

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA - N° 10/2025
O Prefeito Municipal de Faxinal do Soturno/RS comunica aos interessados que se encontra disponível o Edital de Concorrência n° 10/2025, cujo objeto é a contratação de empresas especializadas para fornecimento de material e mão de obra para construção de 04 (quatro) pontes em concreto armado no interior do município de Faxinal do Soturno/RS. A data de abertura das propostas será no dia 28/10/2025, às 08h31min. Os editais se encontram à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos.
GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 23 de setembro de 2025.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Bock Cardoso
Código Identificador:48C667B1

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA - N° 11/2025
O Prefeito Municipal de Faxinal do Soturno/RS comunica aos interessados que se encontra disponível o Edital de Concorrência n° 11/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção de duas salas de aula na escola de ensino fundamental Paulo Freire. A data de abertura das propostas será no dia 09/10/2025, às 08h31min. Os editais se encontram à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos.
GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 23 de setembro de 2025.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Bock Cardoso
Código Identificador:8ED61019

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 137/2025
O Município de Flores da Cunha, RS torna público a realização da licitação em destaque, que objetiva o Registro de preços visando futuras aquisições de microesfera de vidro refletiva, destinada a utilização em serviços de sinalização viária horizontal. Data/Hora limite para recebimento de propostas: 07/10/2025, às 8h30. Data/Hora da Abertura das Propostas: 07/10/2025, às 8h31. Data/Hora da Disputa: 07/10/2025, às 9h. Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível nas páginas: www.floresdacunha.rs.gov.br; www.pregaobanrisul.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações fone (54) 3279-3600.

CÉSAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Caroline Zeiser Kovaleski
Código Identificador:DD36F47E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
INEXIGIBILIDADE Nº15.2025

Inexigibilidade nº 15.2025
Processo nº 540/2025
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Artigo 31 e 32, da Lei 13.019 de 31/07/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015 – Regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 4.333 16/05/2017

Referência – Inexigibilidade de Chamamento Público – Termo de Fomento.
Base Legal – Artigo 31 e 32 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal nº.4.333 -16/05/2017
Organização da Sociedade Civil/ Proponente – Associação de Paes e Amigos dos
Excepcionais de Formigueiro -RS – ACEF(Associação da Cultura e Educação de Formigueiro).
CNPJ – 07.979.053/0001-45
Endereço: Avenida Sete de setembro, nº343,Sala 1, Centro – Formigueiro- RS

OBJETO PROPOSTO: Estabelecer as condições para que a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF de Formigueiro, possa proporcionar Incentivo ao Ensino Técnico e Superior e auxílio aos estudantes através do Transporte Técnico Universitário, nos termos definidos do Plano de Trabalho que segue anexo.

VALOR TOTAL DO REPASSE: A Administração Pública repassará a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF, por Emenda Impositiva o valor de R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), sendo pagos conforme plano de trabalho, em uma única parcela, sendo no mês de setembro de 2025, com contrapartida dos estudantes no valor de R$111.170,00,(cento e onze mil cento e setenta reais), totalizando o valor de R$134.200,00 (cento e trinta e quatro mil e duzentos reais), no total anual.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E EVENTOS
Ação: 0.014 ATENDIMENTO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS
Natureza: 3.3.50.43.06.00.00
Recurso: 1500
Despesa: 3800

PERÍODO: 25 de setembro de 2025 à 31 de dezembro de 2025
TIPO DA PARCERIA: TERMO DE FOMENTO

JUSTIFICATIVA: Pelo presente, esclarecemos que a inexigibilidade do chamamento público, no ajuste a ser firmado com a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF de Formigueiro a se justifica em função de que o objeto pactuado, inviabiliza a competição entre as organizações da sociedade civil, ou seja, é de natureza singular, em razão de que em nosso município as metas somente podem ser atingidas por essa entidade parceira, sendo a única a ofertar na região de Formigueiro o serviço de proteção social especial para pessoa com deficiência. Sendo de grande relevância os serviços ofertados.
Nesse contexto, mediante a inegável natureza pública dos serviços ofertados pela Proponente na área supramencionadas, o repasse de recursos é medido que se impõe, eis que são prerrogativas/direitos constitucionalmente reconhecidos aos cidadãos, em caráter público de prestação, sendo facultado ao gestor, na Administração Pública, a celebração de parcerias com entidades civis para a execução dos mesmos.
Pelo exposto, face a inegável relevância social da Proponente e considerando ser a ÚNICA na região: Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF do município de Formigueiro, fica nos termos do Art. 31 e 32 da Lei 13.019/14, inexigível o **Chamamento Público** por inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto da parceria.

Formigueiro,24 de setembro de 2025.

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE FOMENTO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
15/2025
TERMO DE FOMENTO Nº03/2025, celebrado entre o Município de Formigueiro, inscrito no CNPJ sob o nº: 97.228.126/0001-50, situado a AV. João Isidoro, nº222 e Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF de Formigueiro -RS, CNPJ: nº 07.979.053/0001-45 , situado a Rua Sete de Setembro, nº 343, Sala 1, Centro, Formigueiro -RS.
Objeto: Estabelecer as condições para que a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF de Formigueiro, possa proporcionar Incentivo ao Ensino Técnico e Superior e auxílio aos estudantes através do Transporte Técnico Universitário.
Total de Recursos: R$22.500,00(vinte e dois mil e quinhentos reais), sendo pagos conforme plano de trabalho, em uma única parcela, sendo no mês de setembro de 2025, com contrapartida dos estudantes no valor de R$111.170,00,(cento e onze mil cento e setenta reais), totalizando o valor de R$134.200,00 (cento e trinta e quatro mil e duzentos reais), no total anual.

Fundamento legal: Artigo 31, e 32 da Lei 13.019 de 31/07/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015 – Regulamentada pelo Decreto Municipal n.4.333/2017.
Justificativa: Singularidade do Objeto
Declaração de Inexigibilidade: em 24/09/2025
DATA DA ASSINATURA: 24/09/2025

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:F67FC07F

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TERMO DE FOMENTO 03.2025-ACEF

TERMO DE FOMENTO 03/2025–ASSOCIAÇÃO DA CULTURA E EDUCAÇÃO DE FORMIGUEIRO-RS

O Município de FORMIGUEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 97.228.126/0001-50, situado a Av. João Isidoro, nº 222, Bairro Centro CEP 97.210-000, Rio Grande do Sul/RS, neste ato devidamente representada pelo Sr. Prefeito Cristiano Cezar Cassol Rubert, brasileiro, casado, portador do RG n° 4100131384 SJP/ II RS, inscrito no CPF sob o n° 017.350.670-40, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a ASSOCIAÇÃO DA CULTURA E EDUCAÇÃO DE FORMIGUEIRO-RS,ACEF, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.979.053/0001-45, situada a Rua Sete de Setembro, nº 343, Sala 01,Bairro Centro, CEP 97.210-000, neste ato devidamente representada pela sua Presidente, Juli Figueiredo da Costa, brasileira, portador do RG n° 03679974019, inscrita no CPF sob o n° 036.799.740-19, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 343,, nesse Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 4.333, de 16 de maio de 2017, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Fomento tem por objetivo estabelecer as condições para que a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, possa proporcionar Incentivo ao Ensino Técnico e Superior e auxílio aos estudantes através do Transporte Técnico Universitário, nos termos definidos do Plano de Trabalho que segue anexo.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA
2.1. A Administração Pública repassará a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -ACEF, o valor de R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), sendo pagos conforme plano de trabalho, em uma única parcela, no mês de setembro de 2025,com contrapartida dos estudantes no valor de R$111.170,00,(cento e onze mil cento e setenta reais), totalizando o valor de R$134.200,00 (cento e trinta e quatro mil e duzentos reais), no total anual.
2.2. Para o exercício financeiro de 2025, fica estimado o repasse de R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), conforme plano de trabalho, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária 06.01.364.0205.0014, ATENDIMENTO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS, 3.3.50.43.01.00.00 Fonte de Recurso 1500, Despesa 3800.
2.3. Em caso de celebração de novos termos, deverão ser indicados nos mesmos, os valores mensais a serem repassados, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.
2.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3. DA CONTRAPARTIDA:
3.1. A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, ACEF, contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida dos estudantes no valor de R$111.170,00,(cento e onze mil cento e setenta reais), totalizando o valor de R$134.200,00 (cento e trinta e quatro mil e duzentos reais), no total anual.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
4.1. Compete à Administração Pública:
I - Transferir os recursos à A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;
II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
III – Realizar o monitoramento e avaliação da execução do presente Termo, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos previstos no Decreto Municipal;
IV - Comunicar formalmente à Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -ACEF, qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
V - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro – RS -ACEF, para as devidas regularizações;
VI - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS - ACEF, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
VII - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
VIII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS;
IX - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
X – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.
4.2. Compete à A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS-ACEF:
I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo aos estudantes de modo gratuito, universal e igualitário;
VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
VII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
VIII- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
IX – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente

aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
X – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
XI – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS-ACEF, poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
XII– a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:
I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
II – modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
VI - realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados na **conta corrente 62894-6, Agência 0434 do Sicredi.**
5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, excedo se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
6.1. A prestação de contas deverá ser efetuada na sua totalidade, em até 90 (noventa) dias, após o término do cronograma do projeto.
6.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:
I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando- se documentos de comprovação da realização das ações;
II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
III - Original ou copias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da A Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS- ACEF;
VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;
VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS- ACEF, no exercício e das metas alcançadas.
6.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.1 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de 24 de setembro de 2025 de 2025, até 31 de dezembro de 2025.

8. DAS ALTERAÇÕES
8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.
9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de seu gestor Jerri Krugel, ocupante do cargo de contador, que tem por obrigações:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
9.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.
9.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -RS.
9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:
I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Associação da Cultura e Educação de Formigueiro -

RS- ACEF, na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.
VI - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias
9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.
9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.
9.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

10. DA RESCISÃO
10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.
10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:
I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES
11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS
12.1. O foro da Comarca de São Sepé/RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.
12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo.
E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Formigueiro, 24 de setembro de 2025

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

JULI FIGUEIREDO DA COSTA
Presidente da ACEF

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:98285AC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 098/2025

AVISO DE LICITAÇÃO:

Pregão Eletrônico Nº 098/2025. Objeto: Contratação de empresa para transporte escolar roteiro 05 no Município de Giruá – RS. **Abertura em 09 de outubro de 2025, às 09 horas**, no endereço eletrônico **www.pregaoonlinebanrisul.com.br**

Informações pelo telefone (55) 3361-2000 em horário de expediente, ou pelo site www.girua.rs.gov.br

Giruá-RS, 23 de setembro de 2025.

DARI PAULO PRESTES TABORDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Raquel de Lima de Matos
Código Identificador:FA93CBA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 083/2025

AVISO DE LICITAÇÃO:

Pregão Eletrônico Nº 083/2025-RP. Objeto: Aquisição de monitores para computador, visando atender a demanda das diversas secretarias. **Abertura em 07 de outubro de 2025, às 09 horas**, no endereço eletrônico **www.pregaoonlinebanrisul.com.br**

Informações pelo telefone (55) 3361-2000 em horário de expediente, ou pelo site www.girua.rs.gov.br

Giruá-RS, 23 de setembro de 2025.

DARI PAULO PRESTES TABORDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Raquel de Lima de Matos
Código Identificador:19289D18

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 132

I – EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025 - LIARA SCHNEIDER, empresa inscrita no CNPJ sob Nº 33.114.392/0001-79. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis para o município de Giruá/RS, no valor total de R$ 23.547,00. Lei nº 14.133/2021.
Informações pelo telefone (55) 3361-2000 em horário de expediente, ou pelo site www.girua.rs.gov.br

Giruá-RS, 23 de setembro de 2025.

DARI PAULO PRESTES TABORDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Raquel de Lima de Matos
Código Identificador:295CF817

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.318/2025

Abre crédito suplementar no valor de R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 1.440,00
02.01.04.128.0004.2.007	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 600,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
02.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.49.00.00.00	AUXÍLIO - TRANSPORTE	R$ 2.040,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 22 de Setembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente
Interino

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:546701D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.319/2025

Abre crédito suplementar no valor de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 980,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
03.02.18.541.0055.2.089	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 980,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 22 de Setembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente
Interino

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:6E2A829D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.009/2025

retifica a portaria n.º 852/2025

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

1 – **Retificar a Portaria n.º 852, de 22 de julho de 2025**, que passa a viger com a seguinte redação:
"CONCEDE, a partir de 01 de agosto de 2025, à servidora **Fernanda Carvalho dos Santos** – Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos, **a Mudança do Nível 1 para o Nível 2**, conforme requerido no Protocolo n° 1.608/2025."

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 22 de setembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente
Interino

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:1BF2F6A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA 1.010/2025

prorroga o prazo para conclusão de processo de sindicância investigatória.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

resolve:

Prorrogar, até o dia **18 de outubro de 2025**, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo de Sindicância Investigatória, instaurado através da Portaria n° 553/2025, composta pelos seguintes membros:
- VIVIANE BOSQUEROLLI DE MELLO – Agente Administrativo, matrícula nº 474-0;
- AMILTON GNOATTO SILVEIRA – Eletricista, matrícula n° 153-8;
- LUCIANE DA SILVA GUIMARÃES – Agente Administrativo, matrícula nº 261-5.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, 22 de setembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal Administração e Meio Ambiente
Interino

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:77644F37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
SÚMULA DO CONTRATO 108

PROCESSO N° 1.284/2025
OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NAS EMEIS ISDRA A. ISDRA E MARIA CELMA M. PERALTA

CONTRATADA:
RAFAEL DUARTE DA SILVA

MODALIDADE:
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 319/2025

VALOR:
R$ 47.734,52

FIRMADO EM:
23/09/2025

Glorinha, 23 de setembro de 2025.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:D6C237EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS

SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 134/2025

ARTUR CEREZA, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação acostada nos autos do Processo Administrativo nº 181/2025, Dispensa 134/2025, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa **GRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM NEGOCIOS INTERNACIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.767.899/0001-87, com sede na Rod RSC 453, 5150, Sala B, KM 0,2, Bairro Industrial, Venâncio Aires/RS, CEP 95.800-000, pelo valor total **de R$ 12.096,80 (Doze mil e noventa e seis reais e oitenta centavos)**, para prestação de serviços de revisão de 50m horas da Escavadeira Hidráulica Modelo XE150BRI, com fundamento no art. 75, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021. Gramado dos Loureiros/RS. 23/09/2025.

ARTUR CEREZA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jaísa Batista
Código Identificador:889E9A55

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

O Município de Guaíba/RS comunica que está aberto o **Edital de Licitação nº 005/2025, na modalidade Chamamento Público** – Objetivando Chamamento Público para contratação dos sediados no Município de Guaíba interessados em prestar **Serviços Ambulatoriais de Diagnóstico em Laboratório Clínico,** aos usuários do Sistema Único de Saúde, residentes no Município de Guaíba, segundo os critérios estabelecidos no presente Termo de Referência;**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, para oportunizar uma maior universalização de possíveis credenciados. O recebimento das solicitações de credenciamento, proposta e da documentação ocorrerá a partir **10:00 horas do dia 26/09/2025, horário de Brasília-DF permanecera aberto pelo período de 12 meses**. O Edital estará disponível no site **https://guaiba.atende.net.** Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem proposta e documentação através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

MAGDA CARBONI
Secretária Municipal de Licitações e Contratos

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:9BD2BCA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 110/2025

A Prefeitura Municipal de Guaíba/RS comunica que está aberta a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, cujas especificações constam no edital. Recebimento de propostas até às 09h50min do dia 09/10/2025. Abertura da sessão: às 10h00min do dia 09/10/2025, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e guaiba.atende.net. Maiores informações pelo e-mail edital.smast@guaiba.rs.gov.br.

MAGDA CARBONI
Secretária de Licitações e Contratos

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:B2E8F500

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 133/2025

A Prefeitura Municipal de Guaíba/RS comunica que está aberta a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objeto: **AQUISIÇÃO DE 1.000 COLARES DE GIRASSOL,**

DESTINADOS À IDENTIFICAÇÃO NÃO ESTIGMATIZANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS OCULTAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAÍBA, PROMOVENDO SUA INCLUSÃO E SEGURANÇA EM ESPAÇOS ESCOLARES E PÚBLICOS, cujas especificações constam no edital. Recebimento de propostas até às **08h50min do dia 10/10/2025.** Abertura da sessão: às **09 horas do dia 10/10/2025, através do portal** www.portaldecompraspublicas.com.br**.** O Edital está disponível nos **sites** www.portaldecompraspublicas.com.br e **guaiba.atende.net**. Maiores informações pelos fones **(51) 3480-7020, ramal 3359** ou pelo **e-mail** fernanda.gil@guaiba.rs.gov.br.

MAGDA CARBONI
Secretário de Licitações e Contratos

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:9BDCA47D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 063/2025

O Prefeito Municipal de Guaíba-RS, **nos termos do art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna pública a** DISPENSADE LICITAÇÃO **para Contratação de Robô Totêmico, por dispensa de licitação, para a Semana da Educação. O evento será realizado entre os dias 30/09 e 04/10, no Parque São Geraldo. Horários do Robô: 30/09: 9h às 11h/ 14h às 16h, 01/10: 9h às 11h/ 14h às 16h/ 18h às 20h, 02/10: 9h às 11h/ 14h às 16h, 03/10: 9h às 11h/ 14h às 16h**,**conforme processo administrativo n 54261/2025e contrato nº. 686/2025, sendo a contratada** –**PRISCILA FONSECA DA SILVA**– CNPJ: 32.208.646/0001-55– Valor total da aquisição: R$ 17.000,00(Dezessete mil reais).

MARCELO MARANATA SOARES REINALDO
Prefeito Municipal de Guaíba

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:40891D7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 130/2025

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº130/2025

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 031/2024

CONTRATADO: **Y. L. DE O. FERREIRA LTDA**
CNPJ: 24.166.089/0001-29

OBJETO: **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato por igual período, 90 (noventa) dias, contemplando-se, nesta ocasião, o período de a 01/07/2025 a 31/10/2025.

PROCESSO DIGITAL: 37895/2025
DATA DA ASSINATURA:17/09/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:34C3B8C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 438/2024

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 438/2024
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

CONTRATADO: **ESTRATÉGIA IT LTDA**
CNPJ: 15.813.403/0001-27

OBJETO: **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 22/2022, por **12 (doze) meses**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 10/09/2025. a 09/09/2026, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
REAJUSTAR o valor do contrato em 5,299319%, que corresponde ao indexador IPCA-15 acumulado no período de 08/2024 a 07/2025.

PROCESSO: 33407/2025
DATA DA ASSINATURA: 09/09/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:3FB4A213

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 47/2021

INSTRUMENTO: Quinto Termo Aditivo do contrato 47/2021
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 023/2021

CONTRATADO: **RÚSTICA IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o 88.056.080/0001-48

OBJETO: **REAJUSTAR** o valor do contrato em 5,529730%, que corresponde ao indexador IPCA / IBGE acumulado no período de 05/2024 a 04/2025.

VALOR: **R$ 72.023,64** (setenta e dois mil e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2025
PROCESSO DIGITAL: 24362/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:0CD010B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021

INSTRUMENTO: QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2021

CONTRATADO: **VILMAR SILVEIRA DA SILVA**
CNPJ: 01.681.119/0001-30

OBJETO: **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 112/2021, por**60 (sessenta) dias**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 19/08/2025 a 18/10/2025, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993.

PROCESSO DIGITAL: 49457/2025
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:EEBA3C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 235/2025

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo do contrato 235/2025
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 023/2025

CONTRATADO: **HOPE CUIDADOS DOMICILIARES** , inscrita no CNPJ sob o nº 57.238.598/0001-79

OBJETO: **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 235/2025, por **6 (seis) meses**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 02/11/2025 a 02/05/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do Art. 75, VIII da
Lei nº 14133/2021.

VALOR: **R$ 328.842,00** (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais)

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2025
PROCESSO DIGITAL: 45057/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:3D7C607B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 130/2025

INSTRUMENTO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 130/2025
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 031/2024

CONTRATADO:**Y. L. DE O. FERREIRA LTDA**
CNPJ: 24.166.089/0001-29

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto contratado para fins de **ACRÉSCIMO** de **R$ 4.794,70** (quatro mil, setecentos e noventa e quatroreais e setenta centavos), correspondente 9,02% (nove virgula zero dois porcento) do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinaturadeste instrumento, nos moldes nos moldes do art. 125 da Lei n.º14.133/2021.

PROCESSO DIGITAL: 37895/2025
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:BB22E40D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 652/2023

INSTRUMENTO: Terceiro Termo Aditivo do contrato 652/2023
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 148/2023

CONTRATADO: **KOLLET SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO, LIMPEZA E CONTROLE DEPRAGAS LTDA**., inscrita no CNPJ sob o º 07.363.891/0001-90

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a alteração quantitativa do objeto contratado para fins de **ACRÉSCIMO** de 4.400m² no Item 1 E 2 – Desratização e Desinsetização, correspondente a **7,60%** do valor mensal inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalendo a **R$ 2.133,77** (dois mil, cento e trinta e três reais e setenta e sete centavos) mensais, nos moldes do art. 65, inciso I, alínea "b", § 1º, da Lei n.º8.666/1993.

VALOR: **R$56.071,42** (cinquenta e seis mil e setenta e um reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29/08/2025
PROCESSO DIGITAL: 26825/2025

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:23A7C4FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO
EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025

O Prefeito Municipal de Guarani das Missões/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, comunica aos interessados que fará licitação, modalidade Concorrência Eletrônica, objetivando a contratação de empresa especializada para perfuração/construção de um poço tubular junto a Linha Jacú Norte, interior do Município, composto por motobomba d'água submersa e acessórios, com como a outorga e/ou tamponamento (SEMA/DRHS/SIOUT), de acordo com o Plano de Trabalho e o Manual Operativo do Programa Avançar - Poços, em regime de empreitada por preço global. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.guaranidasmissoes.rs.gov.br, e junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, à Rua Boa Vista, 265.

LEANDRO INÁCIO WASTOWSKI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Rycerz
Código Identificador:EC36DA91

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025

O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, nº 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu prefeito municipal**,** informa a celebração do seguinte aditivo de contrato administrativo: Aditivo nº 01 ao Contrato Administrativo n.º 024/2025; Contratada: **Gisele Vendramin**; Cargo: Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais; Prazo: prorrogado até 24/03/2026.

Ibiraiaras/RS, em 24 de setembro de 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leoni de Fatima de Oliveira Freitas
Código Identificador:18BD9A45

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2025

O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, nº 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu prefeito municipal**,** informa a celebração do seguinte aditivo de contrato administrativo: Aditivo nº 01 ao Contrato Administrativo n.º 025/2025; Contratada: **Saiury Francescatto**; Cargo: Professor de Inglês; Prazo: prorrogado até 24/03/2026.

Ibiraiaras/RS, em 24 de setembro de 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leoni de Fatima de Oliveira Freitas
Código Identificador:724BBC78

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2.774/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

ALTERA O ART. 17, DA LEI MUNICIPAL Nº 717/1992 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faço Saber, em cumprimento ao disposto no artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação do cargo em comissão de Chefe de Direção Escolar, criado pela legislação municipal vigente, para Chefe de Secretaria Escolar, passando a ser exercido exclusivamente sob a forma de Função Gratificada – FG, mantido o padrão FG-02.

Art. 2º Fica alterada as atribuições e requisitos para provimento do cargo de Chefe de Secretaria Escolar estabelecidas no ANEXO I da Lei 717 de 11.03.1992, passando estas, com as devidas alterações, serem as constantes do anexo I desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraiaras, 23 de setembro de 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publique-se.
Em 23 de setembro de 2025

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária de Administração e Planejam**ento**

ANEXO I

Cargo: Chefe de Secretaria Escolar
Padrão de Vencimento: FG 02
Vinculação Hierárquica: Subordinado à Direção de Escola e à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
Atribuições:
Prestar apoio direto à Direção Escolar na organização administrativa e no acompanhamento das rotinas da unidade de ensino, atuando no suporte aos processos internos, com a comunidade escolar e na execução de atividades administrativas. Entre suas funções, destacam-se o controle de documentos, apoio na elaboração de relatórios e organização de registros escolares. Compete também ao ocupante do cargo prestar suporte técnico-operacional nos sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, auxiliando nos trabalhos conforme demanda e o porte da unidade escolar. É de responsabilidade do cargo garantir a correta alimentação dos dados, observar prazos legais e colaborar com a gestão escolar no uso eficaz dessas ferramentas. O exercício do cargo poderá exigir atuação fora do horário regular de expediente escolar, especialmente em eventos, reuniões, formações ou demandas da Secretaria de Educação.
Carga Horária: À disposição da Direção Escolar, respeitada a jornada legal.
Idade mínima: 18 anos.
Escolaridade: Ensino Médio completo.

Publicado por:
Edson Telles da Silva
Código Identificador:5CB7294A

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 552/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidores Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, aos servidores municipais a seguir relacionados:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
3569-6	Eloimir Maria Ribeiro Borges	22/09/2025	14	Giliane Pecini CRM 58.810
3894-6	Lenizete Barbieri	15/09/2025	01	Marcos I. A. da Luz CRM 17.633
4064-9	Silvano Bonatto	22/09/2025	04	Patricia R. de Lara CRM 33.851

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 15/09/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 23 de setembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Leoni de Fatima de Oliveira Freitas
Código Identificador:173C3A6B

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 553/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede Licença Gestante a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-H da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. Conceder Licença Gestante, de acordo com o Laudo Médico fornecido pelo Dra. Gelvani Inês Fritzen, CRM nº 19.311, a Servidora Municipal a seguir relacionada:

Matrícula	Nome	Início	Prazo
3460-6	Marta Canci	20/09/2025	120 Dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 20/09/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 23 de setembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Leoni de Fatima de Oliveira Freitas
Código Identificador:AC2A1F86

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 554/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, a servidora municipal a seguir relacionada:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
3656-0	Soeni Pimentel da Silva	09/09/2025	1,5	Patricia R.de Lara CRM 33.851

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 09/09/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 23 de setembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Leoni de Fatima de Oliveira Freitas
Código Identificador:C10F9BA4

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 555/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidores Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, aos servidores municipais a seguir relacionados:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
3596-3	Edson Cecchin	17/09/2025	3	David P. Lopez CRM 52.811
681-5	Silmar Luiz Bolzan	15/09/2025	1	Kosma – Passo Fundo/RS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 15/09/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 23 de setembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:C5BF4EB1

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 556/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Concede férias a Servidor Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Servidor Municipal abaixo relacionado:

Matrí.	Nome	Dias Férias	Dias de abono	Período Aquisitivo	Data Início
56-6	Darci Penning	30	-	01/05/2024 a 30/04/2025	24/09/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 23 DE SETEMBRO DE 2025.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 23 de setembro de 2025.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:73AD7DC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

GABINETE DA PREFEITA
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 241
DECORRENTE DE EMENDA IMPOSITIVA 2024

O Município de Ibirubá/RS divulga a celebração do Termo de Fomento abaixo relacionado, por meio de Dispensa de Chamamento Público, a ser firmado com Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, a partir de recurso oriundo de Emenda Impositiva Municipal:

Emenda parlamentar do ano de 2024 para execução em no ano de 2025, destinada à OSC CONSELHO COMUNITARIO PRO SEGURANÇA PUBLICA, CNPJ 90.322.041/0001-97, no valor de R$ 75.669,50 (setenta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais), para execução do projeto "REFORMA DAS DEPENDÊNCIAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE IBIRUBÁ". A formalização de parceria com a OSC se dará sem chamamento público, conforme disposto no artigo 29 da lei federal 13.019/14.

Processo administrativo nº: 4852-25-IBR-PAR

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:AB4FAA1C

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 105/2025 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Edital de convocação de candidatos aprovados em Concurso Público instituído pelo Edital de Abertura nº 006/2023 e o Edital nº 022/2023 para Contrato Temporário conforme Lei Municipal nº 3.210/2025.

O MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ-RS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Tiradentes, nº 700, inscrito no CNPJ do MF sob o n.º 87.564.381/0001-10, neste ato representado por **JAQUELINE BRIGNONI WINSCH**, Prefeita Municipal, torna público a CONVOCAÇÃO de candidatos aprovados no Concurso Público, de acordo com Edital de Abertura n.º 006/2023 e Edital n.º 022/2023, que homologa o Resultado Final, para preencher 1 (uma) vaga de Contrato Temporário conforme Lei Municipal nº 3.210/2025, devendo apresentar-se no Setor de Pessoal, sito a Rua Tiradentes, nº 700, no prazo de **2 (dois) dias úteis**. O não comparecimento será

entendido como desistência dos candidatos à nomeação nas vagas em que foram aprovados. A desistência desta vaga de Contrato Temporário NÃO muda a sequência de convocação para nomeação de vaga do Concurso Público.

Nº INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFI-CAÇÃO
013748	VANESSA THOMAS BECKER	PROCURADOR(A)	10º

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS,
em 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se.
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:F4C22A91

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 068/2025 PROCESSO Nº. 4245-25-IBR-PAR

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agropecuário e Ambiental , em conformidade com o art. 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a formalização de parceria, com Inexigibilidade de Chamamento Público, mediante Termo de Fomento, a ser celebrado com a entidade ACISA IBIRUBÁ, para a execução de projeto "15ª EXPOIBI", de modo que se torna pública a justificativa de inexigibilidade que está disponível para consulta na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, no site www.ibirubá.rs.gov.br e no site do Diário Oficial dos Municípios.
Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ibirubá, sito à Rua Tiradentes, nº 700, Centro, Ibirubá-RS.

Ibirubá-RS, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:96C0E579

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 242-2025 – Processo 369-2025, com fulcro no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa H2O ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE POÇOS LTDA – CNPJ 04.960.438/0001-72, para aquisição de 01 bomba submersa monofásica, 1.5 hp 13 estágio, 01 quadro comando , 35 metros de cabo 3x 2.5 e deslocamento e serviço junto ao poço artesiano comunitário da localidade de Vila Seca, pelo valor total de R$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais), conforme documentos e solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Pecuário e Ambiental e em conformidade com o Parecer Jurídico n.º 451-2025.

Ibirubá - RS, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:1718DAFE

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 243-2025 – Processo 370-2025, com fulcro no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa CKMAQUINAS LTDA – CNPJ 58.757.395/0001-51, para aquisição de 01 conjunto plataforma reservatório 5.000 litros com bomba de água 02 polegadas a gasolina, pelo valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme documentos e solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Pecuário e Ambiental e em conformidade com o Parecer Jurídico n.º 450-2025.

Ibirubá - RS, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:EFE714F1

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 17.174/2025

NOMEIA O(A) GESTOR(A) E MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) CONSELHO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA DE IBIRUBÁ – CONSEPRO, PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO. PROJETO "REFORMA DAS DEPENDÊNCIAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE IBIRUBÁ" REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS VIA EMENDA IMPOSITIVA MUNICIPAL.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e com fundamento no art. 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 4.185/17,

R E S O L V E
Art. 1º Designar, para as funções de **Gestor e Comissão de Monitoramento** da parceria celebrada com a **OSC CONSELHO PRÓ-SEGURANÇA PUBLICA DE IBIRUBÁ**, Processo Eletrônico nº. 4852-25-IBR-PAR, Dispensa de Chamamento Público nº 241-2025 os seguintes servidores:
Marcio Gilvano Neves – Secretário de Obras e Viação – Gestor da Parceria;
Elias Portella Ponsoni- Auxiliar Administrativo– que presidirá a Comissão;
Tiago Luis Ceolin – Auxiliar Administrativo
Volmir Christ - Motorista

Art. 2º A presente nomeação tem por objeto a execução de projeto**, "REFORMA DAS DEPENDÊNCIAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE IBIRUBÁ"** a partir de recurso oriundo de Emenda Impositiva Municipal.

Art. 3º São atribuições do gestor:
I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei nº 13.019/2014.
Art. 4º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar a parceria celebrada entre o Município de Ibirubá e a OSC, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, o Plano de Trabalho e o Termo Fomento.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ - RS, em 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:A4FF3CDF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 17.179/2025

NOMEIA O GESTOR E MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA DE IBIRUBÁ – ACISA PARA PROJETO "15ª EXPOIBI".

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações e com fundamento no art. 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 4.185/17,

R E S O L V E

Art. 1º Designar, para as funções de **Gestor** e membros da **Comissão de Monitoramento** da parceria celebrada com a OSC **Associação Comercial, Industrial, Prestação de Serviços e Agropecuária de Ibirubá – ACISA**, Processo nº 4245-25 IBR-PAR, Inexigibilidade de Chamamento Público nº 068-2025 os seguintes servidores:
Liberto Leomar Franken (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agropecuária e Ambiental) – Gestor da Parceria;
Ercio Ernani Greff (Coordenador do Departamento da Industria e Comércio) – Presidente da Comissão de Monitoramento;
Marçal de Souza Jacobi (Coordenador de Departamento de Empreendimento) - Membro da Comissão de Monitoramento e
Edson Antoniazzi (Assistente Administrativo) Membro da Comissão de Monitoramento.

Art. 2º A presente nomeação tem por objeto a execução do projeto **"15ª EXPOIBI".**

Art. 3º São atribuições do gestor:
I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei nº 13.019/2014.
Art. 4º São atribuições da Comissão de Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar a parceria celebrada entre o Município de Ibirubá e a OSC, conforme Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, o Plano de Trabalho e o Termo Fomento.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ - RS, em 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:D528FB0D

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de empresas para prestação de serviços de sonorização de eventos, compreendendo o fornecimento de equipamentos de áudio, transporte, montagem, operação técnica, manutenção durante o evento e desmontagem, conforme demanda, utilizada, mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 013-2025 e seus anexos, habilitando a empresa: **27.206.430 IZAQUIEL RODRIGUES RUSCHEL** – CNPJ: **27.206.430/0001-10**, para os itens 1 e 2 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Ibirubá-RS, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Lucas Piccinin Pegoraro
Código Identificador:2757E3F0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

Torno público abertura do **Processo Licitatório n° 368/2025**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025**, para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa que forneça o trabalho de segurança privada não armada, de forma parcelada, que atue com autorização prévia da Polícia Federal, para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto. **Início das Propostas: 14:00h do dia 24/09/2025 até às 07:59h do dia 09/10/2025. Início da sessão Pública: às 08hs do dia 09/10/2025**, todos via portal www.bll.org.br, no horário de Brasília – DF. Os interessados deverão acessar os endereços eletrônicos: www.bll.org.br / www.Ibirubá.rs.gov.br / Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br e baixar de forma gratuita o edital e seus anexos.

Ibirubá - RS, 24 de setembro de 2025.

VANIA TERESINHA RODRIGUES LÖSER
Agente de Contratação / Pregoeira

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:497870A7

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 136-2025 RS PROI9 ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: prestação de serviços de engenharia através de licitação compartilhada do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA BOTUCARAÍ/RS – COMAJA - CNPJ 03.656.200/0001-95, através do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023, TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2024, visando elaboração de projeto elétrico destinado à ampliação da infraestrutura elétrica da Praça General Osório, conforme solicitado pela Secretaria da Administração e Planejamento.
Contratada: RS PROI9 ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
CNPJ Nº 38.367.373/0001-57
Item: 1
Valor total: R$ 6.360,00

Publicado por:
Lucia Fernanda Wohlenberg
Código Identificador:CCB4FF0B

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 137-2025 – EDITAL COMAJA 01/2023 - MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: prestação de serviços de engenharia através de licitação compartilhada do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA BOTUCARAÍ/RS – COMAJA - CNPJ 03.656.200/0001-95, através do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023, TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 61/2025 e proposta apresentada para prestação de serviços de elaboração de projeto de rede de energia elétrica do Loteamento Renascer, conforme solicitado pela Secretaria da Administração e Planejamento.
Contratada: MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ Nº 33.567.094/0001-34
Item: 1
Valor total: R$ 5.500,00

Publicado por:
Lucia Fernanda Wohlenberg
Código Identificador:9A2F5E4B

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO PP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Contratada: PP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 72.473.275/0001-53
Vinculado a Concorrência Eletrônica 017-2024
Objeto: Altera a Cláusula Segunda do Contrato para execução em regime de empreitada integral, (material e mão de obra) destinados a construção de Centro de acolhimento para menores, com área de 434,34 m², na Rua Carlos Pranke, Bairro Hermany, Ibirubá/RS, ficando prorrogado o prazo de vigência, pelo período de seis meses, de 07 de outubro de 2025 a 06 de abril de 2026, visando a conclusão da obra.
Lote: 01

Publicado por:
Lucia Fernanda Wohlenberg
Código Identificador:3F4CB085

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0098/2025 – FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS

Pregão Eletrônico nº 0098/2025 – Abertura

Objeto: Registro de preços de tecidos e aviamentos para atender a Rede Municipal de Ensino.

Abertura: 14/10/2025, às 08:31 horas no portal de compras públicas https://pregaobanrisul.com.br/ plataforma usada pela Prefeitura Municipal de Imbé/RS.

Maiores informações e Edital para retirada no e-mail **licitacao@imbe.rs.gov.br (colocar os dados da empresa razão social, nº do CNPJ, endereço e telefone),** ou nos sites www.imbe.rs.gov.br/ https://pregaobanrisul.com.br/, horário de expediente seg. à sex. das 08hs às 12hs e das13:30hs às 17:30hs, fone (51) 3627-8201 ramais 307 e 308.

Imbé, 23 de Setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal de Imbé

Publicado por:
Tiago Cardoso Marques
Código Identificador:4CD5E9E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0099/2025 – FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS

Pregão Eletrônico nº 0099/2025 – Abertura

Objeto: registro de preços para edição e impressão de livros e agendas para registro de atividades dos alunos e servidores da Rede Municipal de Ensino.

Abertura: 14/10/2025, às 08:31 horas no portal de compras públicas https://pregaobanrisul.com.br/ plataforma usada pela Prefeitura Municipal de Imbé/RS.

Maiores informações e Edital para retirada no e-mail **licitacao@imbe.rs.gov.br (colocar os dados da empresa razão social, nº do CNPJ, endereço e telefone),** ou nos sites www.imbe.rs.gov.br/ https://pregaobanrisul.com.br/, horário de expediente seg. à sex. das 08hs às 12hs e das13:30hs às 17:30hs, fone (51) 3627-8201 ramais 307 e 308.

Imbé, 23 de Setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal de Imbé

Publicado por:
Tiago Cardoso Marques
Código Identificador:0684DA82

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2025 – FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS

Pregão Eletrônico nº 0100/2025 – Abertura
Objeto: Registro de Preço, para futura e eventual aquisição de Tubos de Concreto e Artefatos de Cimento.
Abertura: 15/10/2025, às 08:31 horas no portal de compras públicas https://pregaobanrisul.com.br/ plataforma usada pela Prefeitura Municipal de Imbé/RS.
Maiores informações e Edital para retirada no e-mail **licitacao@imbe.rs.gov.br (colocar os dados da empresa razão social, nº do CNPJ, endereço e telefone),** ou nos sites www.imbe.rs.gov.br/ https://pregaobanrisul.com.br/, horário de expediente seg. à sex. das 08hs às 12hs e das13:30hs às 17:30hs, fone (51) 3627-8201 ramais 307 e 308.

Imbé, 23 de Setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal de Imbé

Publicado por:
Tiago Cardoso Marques
Código Identificador:9C01E75A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA N° 001/2025

O Município de Imbé/RS, representado pelo seu Prefeito, o Sr. Luis Henrique Vedovato, no exercício de suas atribuições, faz saber por este Extrato, que realizará Concurso Público, através de provas de caráter competitivo. O Concurso Público terá coordenação técnico-administrativa da **Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC**.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
Cargos (vagas): Advogado (CR), Analista de Tecnologia da Informação (CR), Arquiteto (01+CR), Assistente Social (CR), Auditor Fiscal da Receita Municipal (CR), Biólogo (01+CR), Contador (CR), Educador Físico (CR), Enfermeiro (01+CR), Engenheiro Civil (01+CR), Engenheiro Eletricista (CR), Engenheiro Mecânico (CR), Farmacêutico (01+CR), Fisioterapeuta (CR), Fonoaudiólogo (CR), Médico Clínico Geral - Plantão 24 (CR), Médico Dermatologista (CR), Médico Ecografista (CR), Médico Gastroenterologista (CR), Médico Ginecologista (CR), Médico Neurologista (CR), Médico Neuropediatra (CR), Médico Oftalmologista (CR), Médico Otorrinolaringologista (CR), Médico Pediatra (CR), Médico Pneumologista (CR), Médico Psiquiatra (CR), Médico Psiquiatra Infantil (CR), Médico Radiologista (CR), Médico Traumatologista(CR), Médico Urologista (CR), Médico Veterinário (CR), Nutricionista (CR), Orientador Educacional (CR), Psicólogo (CR), Psicopedagogo (CR), Supervisor Escolar (01+CR) e Terapeuta Ocupacional (CR).

NÍVEL TÉCNICO COMPLETO
Cargos (vagas): Eletricista (CR), Fiscal Ambiental (CR), Técnico Agrimensor (CR), Técnico em Contabilidade (01+CR), Técnico em Educação Infantil (10+CR), Técnico em Enfermagem (01+CR), Técnico em Informática (CR) e Técnico em Radiologia (CR).

NÍVEL MÉDIO COMPLETO
Cargos (vagas): Agente Administrativo (10+CR), Assistente de Execução Fiscal (CR), Assistente de Fiscalização Ambiental (CR), Assistente de Licenciamento Ambiental (CR), Auxiliar de Veterinário (CR), Cadastrador Imobiliário (CR), Fiscal de Obras (CR), Secretário de Escola (02+CR), Vigilante Patrimonial (CR), Vigilante Sanitário (CR) e Orientador Social (CR).

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
Cargos (vagas): Agente Pulverizador (CR), Atendente de Biblioteca (CR), Auxiliar de Disciplina (05+CR), Auxiliar de Saúde Bucal (01+CR), Coveiro (CR), Mecânico Máquina Leve (CR), Mecânico Máquina Pesada (CR), Operador de Máquina (CR), Recepcionista (CR), Recepcionista dos Serviços de Saúde (01+CR).

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Cargos (vagas): Cozinheiro (CR), Marceneiro (CR) e Motorista (CR).
NÍVEL ALFABETIZADO

Cargos (vagas): Auxiliar de Cozinheiro (CR), Oficial Geral de Manutenção (10+CR) e Pedreiro (CR).

INFORMAÇÕES GERAIS

Total de Vagas: 47 + CR.
Carga Horária Semanal: de 8h a 40h.
Salário: de R$ 1.603,10 até R$ 6.467,71.
Inscrições: de 24/09 a 24/10/2025 pelo site www.fundatec.org.br.
Valor das Inscrições: de R$ 70,00 a R$ 125,00.
Data provável de realização da prova: 20/12/2025 e 21/12/2025.

EDITAL COMPLETO: Disponível a partir desta data, no sitewww.fundatec.org.br. Dúvidas entrar em contato através do Linkcontato.fundatec.org.brou pelos telefones (51) 3320-1043, para Porto Alegre e DDD 51 ou 0800 035 2000, para interior e outros Estados.

Imbé/RS, 24 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:DECD7B6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1701/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1701/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** à servidora **Delvina Gorete Cappelin,** Vigia (readaptada), Padrão 2, matrícula nº 3.613, correspondente ao 4º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 8.385/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:B6F058D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1702/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1702/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** à servidora **Esther Mazocatto de Medeiros,** Auxiliar Administrativo, Padrão 3, matrícula nº 6.570, correspondente ao 3º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 8.395/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:1FA46B2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1703/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1703/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** ao servidor **Giovani Fernandes de Souza Porfiro,** Fiscal Ambiental, Padrão 7, matrícula nº 14.324, correspondente ao 1º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 7.840/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:1F729492

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1704/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1704/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** ao servidor **Josiel dos Santos Machado,** Motorista, Padrão 5, matrícula nº 13.059, correspondente ao 1º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 8.770/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:7CB2DE41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1705/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1705/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** ao servidor **Marcos Pivatto de Andrade,** Fiscal de Obras, Padrão 7, matrícula nº 10, correspondente ao 7º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 7.406/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:881CE08D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1706/2025 "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

PORTARIA Nº 1706/2025

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 86, da Lei Municipal nº 64/90, **CONCEDE 03 (três) meses de Licença Prêmio** ao servidor **Rudi Carlos da Rocha,** Técnico Tributário, Padrão 7, matrícula nº 15, correspondente ao 7º período de efetividade (05 anos), cujo gozo ou conversão em pecúnia ficam condicionados ao interesse da Administração Pública, de acordo com o Processo Eletrônico nº 7.560/2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:C890E8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1707/2025 "CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

PORTARIA Nº 1707/2025

"CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os Artigos 22 e 23, da Lei Municipal nº 840/03, que estabelece o Plano de Carreira do quadro do Magistério, atendendo ao Memorando nº 692/2025 - SMED, **CONVOCA**, a contar de 1º de setembro de 2025, a servidora **Lidiane David de Lima,** matrícula nº 18.613, nomeado(a) por meio de Concurso Público no cargo de Professor Área I, para cumprir regime suplementar de trabalho de **30 (trinta)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:18DEAFA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1708/2025 "REVOGA A PORTARIA Nº 1598/2025 E CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

PORTARIA Nº 1708/2025

"REVOGA A PORTARIA Nº 1598/2025 E CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os Artigos 22 e 23, da Lei Municipal nº 840/03, que estabelece o Plano de Carreira do quadro do Magistério, atendendo ao Memorando nº 693/2025 – SMED, REVOGA a Portaria nº 1598/2025 e **CONVOCA**, a contar de 13 de agosto de 2025, a servidora **Daiana Lima,** matrícula nº 18.256, nomeado(a) por meio de Concurso Público, no cargo de Professor Área I, para cumprir regime suplementar de trabalho de **30 (trinta)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:A2FF43E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1709/2025 "CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

PORTARIA Nº 1709/2025

"CONVOCA MEMBRO DO MAGISTÉRIO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os Artigos 22 e 23, da Lei Municipal nº 840/03, que estabelece o Plano de Carreira do quadro do Magistério, atendendo ao Memorando nº 694/2025 - SMED, **CONVOCA**, a contar de 07 de julho de 2025, a servidora **Silvane Kalicki,** matrícula nº 14.502, nomeado(a) por meio de Concurso Público no cargo de Professor Área II - Biologia, para cumprir regime suplementar de trabalho de **04 (quatro)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:2F4AF109

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1710/2025 "CONCEDE ESTABILIDADE A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS"

PORTARIA Nº 1710/2025

"CONCEDE ESTABILIDADE A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o Parecer emitido pela "Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório – Quadro da Educação", nomeada por meio da Portaria nº 040/2025, em conformidade com as Leis Municipais nº 613/00 e nº 629/01, **CONCEDE estabilidade no Serviço Público Municipal**, aos servidores abaixo relacionados, aprovados em seus respectivos Estágios Probatórios:

Servidor	Admissão	Cargo	A partir de
Andreia Karina Vargas	29/8/2022	Professor Área I	29/8/2025
Cauane Aparecida Comely	06/6/2022	Professor Área I	17/9/2025
Jamile Maciel	18/7/2022	Secretário de Escola	17/9/2025

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:4F8C8FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1711/2025 "DESIGNA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1711/2025

"DESIGNA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar a contar de **16/09/2025**, conforme abaixo, o Gestor de Contrato (Titular e Suplente) e os Fiscais de Contrato da Ata de Registro de Preços n° 059/2025, que tem como objeto a eventual e futura aquisição de Fraldas descartáveis, geriátricas e infantis, para distribuição no município de Imbé e também para atendimento de pacientes pontuais nas Unidades de Saúde, Pronto Atendimento e EMAD.

Secretaria Municipal de Saúde			
Designação	**Nome**	**Matrícula**	**Cargo**
Gestor de Contrato Titular	Milene Pinheiro Machado	13650	Técnico em Contabilidade - Assessor IV
Gestor de Contrato Suplente	Bárbara de Oliveira Fernandes	16062	Agente Administrativo

Recebimento Provisório			
Fiscal de Contrato	Jordana Groth Mingurre	15108	Assessor II
Fiscal de Contrato	Jailson Rocha	14819	Assessor III
Fiscal de Contrato	Márcia Silvestre de Oliveira	16941	Auxiliar Administrativo
Fiscal de Contrato	Edison Kulmann	17819	Estoquista
Fiscal de Contrato	Carla Adriana Teixeira de Oliveira	17541	Recepcionista dos Serviços da Saúde
Recebimento Definitivo			
Fiscal de Contrato	Adriana de Oliveira Nunes Pereira Dias	6131	Técnico em Enfermagem
Fiscal de Contrato	Elisandra Brulinger Valim	12108	Agente Comunitário de Saúde - Diretor Técnico UBS
Fiscal de Contrato	Marcio Denis Correa	16966	Farmacêutico
Fiscal de Contrato	Mauricio Machado Ferreira	13606	Farmacêutico
Fiscal de Contrato	Ceres Gonçalves de Vargas	17479	Diretor Técnico Unidade Básica de Saúde

Art. 2º Compete ao Gestor de Contrato/Fiscais de Contrato designados no Art. 1º a gestão/fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços n° 059/2025, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ
GABINETE DO PREFEITO

Folha nº 02, Portaria nº 1711/2025

Art. 3º O Gestor de Contrato Suplente atuará nas ausências e impedimentos legais do Titular.

Parágrafo único Cumpre ao Gestor de Contrato Titular informar ao Suplente as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:8CED40F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1712/2025 "REVOGA A PORTARIA Nº 897/2023 E DESIGNA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1712/2025

"REVOGA A PORTARIA Nº 897/2023 E DESIGNA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, conforme Decreto Estadual nº 56.939, de 20 de março de 2023, que institui o Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos, resolve REVOGAR a Portaria nº 897/2023 e:

Art. 1º DESIGNAR as servidoras **Mônica da Silva**, Bióloga, matrícula nº 12.814 e **Pâmela Taís Antoni**, Bióloga, matrícula nº 18.748, como titular e suplente, respectivamente, para atuarem como responsáveis pela gestão, operação e procedimentos para regularização dos poços do município de Imbé, no âmbito do Programa Estadual de Regularização de Poços - Poço Legal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de setembro de 2025.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 19 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Dos Santos da Rosa
Código Identificador:BF22A220

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO/ CREDENCIAMENTO Nº 05/2025 PROCESSO Nº 175/2025 EDITAL Nº 22/2025

O Município de Independência realiza o chamamento público para fins de CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para realização de ecografia obstétrica. O credenciamento inicial será realizado considerando a documentação entregue, a partir do dia 13 de outubro de 2025. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do Município, pelo fone: (55) 3539-4224, e o edital completo no site www.independencia.rs.gov.br.
Independência, 23 de setembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:0DCF83EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.° 76, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025. ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO MARASCA, PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal N.° 3.279, de 13 de novembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento para o exercício de 2025 no valor de **R$ 24.788,00** conforme discriminado no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único Servirá de recurso para o crédito aberto no *caput* a redução de dotações orçamentárias no valor de **R$ 24.788,00** conforme discriminado no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária alcança 32,11**%** com este Decreto.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, 15 de setembro de 2025.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

DILSON JOSÉ WELTER
Secretário da Fazenda

Registre–se, publique–se e cumpra-se.

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 76/2025

Crédito Suplementar em (0698) 08.01 2.101 3.3.90.93 500.00 1002..... R$ 10,00
Por redução da dotação orçamentária (0529) 08.01 2.084 3.3.90.39 500.00 1002;

Crédito Suplementar em (0112) 03.01 2.067 4.4.90.52 500.00 ..... R$ 30,00
Por redução da dotação orçamentária (0124) 03.01 2.068 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0121) 03.01 2.068 3.3.90.30 500.00 ..... R$ 90,00
Por redução da dotação orçamentária (0124) 03.01 2.068 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0074) 02.03 2.081 3.3.90.14 500.00 ..... R$ 415,00
Por redução da dotação orçamentária (0079) 02.03 2.081 3.3.90.40 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0902) 10.02 2.054 3.3.90.39 500.00 ..... R$ 500,00
Por redução da dotação orçamentária (1030) 10.02 2.054 4.4.90.51 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0888) 10.01 2.050 3.3.90.39 500.00 ..... R$ 500,00
Por redução da dotação orçamentária (0906) 10.02 2.056 3.3.90.30 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0698) 08.01 2.101 3.3.90.93 500.00 1002..... R$ 500,00
Por redução da dotação orçamentária (0711) 08.01 2.103 3.3.90.30 500.00 1002;

Crédito Suplementar em (0045) 02.01 2.078 3.3.90.14 500.00 ..... R$ 450,00
Por redução da dotação orçamentária (0064) 02.01 2.079 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0045) 02.01 2.078 3.3.90.14 500.00 ..... R$ 150,00
Por redução da dotação orçamentária (0125) 03.01 2.068 3.3.90.40 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0947) 13.01 2.132 3.3.90.30 500.00 ..... R$ 645,00
Por redução da dotação orçamentária (0949) 13.01 2.132 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0629) 08.01 2.105 3.3.90.30 500.00 1002..... R$ 499,00
Por redução da dotação orçamentária (0643) 08.01 2.109 3.3.90.14 500.00 1002;

Crédito Suplementar em (0629) 08.01 2.105 3.3.90.30 500.00 1002..... R$ 499,00
Por redução da dotação orçamentária (0651) 08.01 2.109 4.4.90.40 500.00 1002;

Crédito Suplementar em (0869) 09.04 2.107 3.3.90.30 500.00 ..... R$ 1.500,00
Por redução da dotação orçamentária (0783) 09.02 2.014 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0869) 09.04 2.107 3.3.90.30 500.00 ..... R$ 2.000,00
Por redução da dotação orçamentária (0783) 09.02 2.014 3.3.90.39 500.00 ;

Crédito Suplementar em (0277) 05.02 2.031 4.4.90.52 500.00 1001..... R$ 7.000,00
Por redução da dotação orçamentária (0267) 05.02 2.031 3.3.90.30 500.00 1001;

Crédito Suplementar em (0270) 05.02 2.031 3.3.90.39 500.00 1001..... R$ 10.000,00
Por redução da dotação orçamentária (0267) 05.02 2.031 3.3.90.30 500.00 1001.

Publicado por:
Camila Signorini
Código Identificador:FDDF3730

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 81/2025
PROCESSO Nº 610/2025.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **REGULARIZAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO A PRESTAÇÃO, EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO,** sendo a empresa contratada COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, inscrita no CNPJ nº 92.802.784/0001-90, no valor estimado de R$ 145.652,89 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais com oitenta e nove centavos).

Independência, 23 de setembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:F2426919

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025
PROCESSO Nº 563/2025 EDITAL Nº 61/2025 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

OBJETO – CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LC 123/06 PARA FORNECIMENTO DE LÂMPADAS, sendo as empresas vencedoras DFER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 23.143.410/0001-97, no valor estimado de R$ 2.396,50 (dois mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos); ELETRICA POSITIVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.393.935/0001-07, no valor estimado de R$ 2.790,20 (dois mil, setecentos e noventa reais, e vinte centavos); ELETRICA ZEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.914.445/0001-03, no valor estimado de R$ 1.323,00 (hum mil, trezentos e vinte e três reais) e a empresa EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.278.673/0001-18, no valor estimado de R$ 470,80 (quatrocentos e setenta reais e oitenta centavos).
Independência, 23 de setembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Felipe Vogt
Código Identificador:7EABBC2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 65/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826/0001-90.

CONTRATADA: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, CNPJ nº 92.802.784/0001-90.

OBJETO: Termo aditivo para adequação do contrato de programa nº 006 ao regime de concessão de serviço público e outras avenças e respectiva consolidação.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é a partir de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2062.

Data de assinatura: GABINETE DO PREFEITO DE INDEPENDÊNCIA – RS, 23 de setembro de 2025.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:6E5AB7F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

SEC. ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL PARA CHAMAMENTO DE SELEÇÃO DE ENTIDADE ORGANIZADORA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO DE SELEÇÃO DE ENTIDADE
ORGANIZADORA (EO) PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA PROGRAMAE ENTIDADE ORGANIZADORA (EO) PARA
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES (PMCMV-E)

RETIFICAÇÃO DE AVISO

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO DE SELEÇÃO DE ENTIDADE ORGANIZADORA (EO) PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES (PMCMV-E)
AVISO DE CHAMAMENTO DE SELEÇÃO DE ENTIDADE ORGANIZADORA (EO) PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES (PMCMV-E)
O Município de Inhacorá/RS, por intermédio do Conselho Municipal de Habitação (CMH), aprovado pela Lei Municipal nº 662, de 03 de julho de 2013, torna público o Chamamento para Seleção de Entidade Organizadora (EO), tais como cooperativa habitacional ou mista, associação ou entidade privada sem fins lucrativos.
A Entidade Organizadora (EO) deverá estar apta a se habilitar junto ao Ministério das Cidades, a fim de apresentar proposta para produção de unidades habitacionais no Município de Inhacorá/RS, na zona urbana, por meio de Edital de Seleção de propostas do Programa Minha Casa Minha - Entidades (PMCMV-E).
As Entidades Organizadoras interessadas deverão comparecer em Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), que ocorrerá no dia 02 de outubro de 2025, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Inhacorá/RS, localizada na Rua Elsa Florinda Stolbrg da Rosa, nº 205, Centro, com primeira chamada às 9h15 e segunda chamada às 9h30.
O Edital de Chamamento de seleção estará disponível no site do Município https://inhacora.atende.net/cidadao, ou então poderá ser solicitado através do e-mail: planejamento@inhacora.rs.gov.br.

Att.,

CLENI PADILHA DA SILVA DE MATTOS
Secretária de Cidadania e Direitos Humanos

Publicado por:
Rafael Gorgen
Código Identificador:EEE14919

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AVISOS DE PREGÃO ELETRONICO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025.
O Município de IRAI - RS, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do Pregão Eletrônico nº30/ 2025 PARA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS. Através do Compras Publicas no dia 07 de outubro de 2025. As 08 horas.
Irai, 23 de setembro de 2025.

VOLMIR JOSE BIELSKI
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025.
O Município de IRAI - RS, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do Pregão Eletrônico nº31/ 2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PARA SUPRIMENTO DA CRECHE PRO INFANCIA EMEI CRIANÇA FELIZ ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº202300046/ MEC/ FNDE/.Através do Compras Publicas no dia 08 de outubro de 2025. As 08 horas.
Irai, 23 de setembro de 2025.

VOLMIR JOSE BIELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Bonatti Stasiak
Código Identificador:00925A8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

SEC.DA FAZENDA
RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2025

MUNICIPIO DE ITACURUBI

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2025

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITACURUBI-ITACURUBI-RS, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 0025/2025, Processo Administrativo nº 0000148 finalizado segunda-feira, 22 de setembro de 2025 às 09:49, objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos para iluminação pública com tecnologia LED, para atendimento ao Termo de Cooperação Técnica Nº 027/2023-PROCEL-ENBPar, firmado no âmbito do Procel Reluz para implementação de ações de eficiência energética no Parque de Iluminação Pública do município de Itacurubi RS.. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas:BL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA(41855652000195) com o lote 2 no valor de R$ 21.982,08 (vinte e um mil e novecentos e oitenta e dois reais e oito centavos) e lote 18 no valor de R$ 24.634,50 (vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) eSATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA(48936631000143) com o lote 19 no valor de R$ 9.860,00 (nove mil e oitocentos e sessenta reais), lote 21 no valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e lote 22 no valor de R$ 2.786,00 (dois mil e setecentos e oitenta e seis reais) eTRIUNFO ILUMINACAO LTDA(56004897000186) com o lote 1 no valor de R$ 12.475,32 (doze mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos), lote 6 no valor de R$ 126,14 (cento e vinte e seis reais e quatorze centavos), lote 7 no valor de R$ 508,96 (quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos), lote 8 no valor de R$ 390,00

(trezentos e noventa reais), lote 9 no valor de R$ 1.207,44 (um mil e duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), lote 10 no valor de R$ 1.373,60 (um mil e trezentos e setenta e três reais e sessenta centavos), lote 11 no valor de R$ 5.003,44 (cinco mil e três reais e quarenta e quatro centavos), lote 12 no valor de R$ 907,08 (novecentos e sete reais e oito centavos), lote 13 no valor de R$ 322,68 (trezentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), lote 14 no valor de R$ 438,48 (quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), lote 16 no valor de R$ 3.505,44 (três mil e quinhentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos), lote 17 no valor de R$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e lote 20 no valor de R$ 69.377,00 (sessenta e nove mil e trezentos e setenta e sete reais) eFICAPOÇOS FIOS E CABOS LTDA(10376365000179) com o lote 5 no valor de R$ 5.891,80 (cinco mil e oitocentos e noventa e um reais e oitenta centavos) eTW2K ELETROELETRONICA LTDA(31840475000110) com o lote 3 no valor de R$ 4.710,40 (quatro mil e setecentos e dez reais e quarenta centavos) eDFER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS EIRELI(23143410000197) com o lote 4 no valor de R$ 5.233,40 (cinco mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos) e lote 15 no valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais),

ITACURUBI (RS), terça-feira, 23 de setembro de 2025

LUBIA ANDRADE DE LOURENÇO
Condutor de Processos

Publicado por:
Lubia Andrade de Lourenço
Código Identificador:2908A7E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DISTRATO

DISTRATO Nº 004/2025

NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇÃO CORRELATOS PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 46.381.269/0001- 66
Objeto: ITEM 43 DA ARP 019/2025
Pregão Eletrônico Nº009/2025
Ata de Registros de Preços Nº 019/2025
Datado: 18/09/2025.

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:B6178F37

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 216/2025

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM12591/2025;
OBJETO: Serviço Gráfico;
CONTRATADA: Subli Arte Gráfica Ltda.;
CNPJ: 03.071.816/0001-02;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.200,00;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Global;
DATA: 15/09/2025;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:1D8A56DF

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 217/2025

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM17474/2025;
OBJETO: Serviço de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Urbanos;
CONTRATADA: Eco Verde Prestação de Serviços de Coleta de Lixo Ltda.;
CNPJ: 06.136.424/0001-64;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 20.000,00;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Global;
DATA: 15/092025;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:7E47BD1C

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DO EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico:
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE LEITOS/VAGAS EM COMUNIDADE TERAPÊUTICA.
O prazo para apresentação da documentação se encontrará aberto após a publicação do presente extrato. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no site oficial do Município de Itaqui: www.itaqui.rs.gov.br.
Forma de envio: Os documentos deverão ser encaminhados através de Processo Eletrônico endereçado ao Setor de Licitações, no Protocolo Web disponível no site oficial do Município.
Informações: Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br) ou entrar em contato pelo telefone (55) 3432-1100 ramais 230 e 231.

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:915759EB

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DO EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico:
CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CASTRAÇÃO DE CADELAS E GATAS.
O prazo para apresentação da documentação se encontrará aberto após a publicação do presente extrato. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no site oficial do Município de Itaqui: www.itaqui.rs.gov.br.
Forma de envio: Os documentos deverão ser encaminhados através de Processo Eletrônico endereçado ao Setor de Licitações, no Protocolo Web disponível no site oficial do Município.

Informações: Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br) ou entrar em contato pelo telefone (55) 3432-1100 ramais 230 e 231.

Publicado por:
Sahemy Siqueira de Souza
Código Identificador:703F9FE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 359 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SECRETARIO ESCOLAR

EDITAL N° 359/2025.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO10320/2025, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 1975 de 15 de Abril de 2025, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Secretário de Escola	Elisandra Dickmann	2066/2025	15º

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2025.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO10320/2025, **CONVOCA** a candidata **ELISANDRA DICKMANN** aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, inscrição n° 2066/2025 para a função de Secretário de Escola, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 1975 de 15 de Abril de 2025 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2025.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:1547695F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025

Pregão Eletrônico 036/2025
Processo Administrativo PRO12181/2025 e PRO12951/2025

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné/RS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a ***Lei Federal 14.133/2021***, torna pública o presente **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025,** que se realizará através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

O objeto do presente edital é a seleção de propostas para a ***AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR.,*** conforme justificado e descrito neste edital e seus anexos, bem como, nos termos da ***Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 4.165/2023 e n.º 4.171/2023 e Portaria Municipal n.º 603/2025.***

A disputa por lances ocorrerá a partir das **10horas do dia 09 de Outubro de 2025**.

Maiores informações poderão ser prestadas, **EXCLUSIVAMENTE** no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus Anexos, encontram-se disponíveis no Portal de Transparência (https://transparencia.maquine.rs.gov.br/licitacoes), no LicitaCon (https://portal.tce.rs.gov.br/licitacon) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), além da publicação no **MURAL** oficial do Município de Maquiné/RS.

Declaro para os fins da ***Lei Federal 14133/2021***, bem como ***Art. 90 da Lei Orgânica do Município de Maquiné/RS (2015) e Lei Municipal 1302/2017***, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição.

Maquiné/RS, 19 de Setembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Maquiné/RS
CNPJ 94.436.342/0001-00
LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidinei Eberhardt
Código Identificador:34628D8D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO CASTELHANO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 64, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro, Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATO CASTELHANO/RS**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições da legislação em vigor, e conforme autorização contida na Lei Municipal nº 1.119, de 18 de dezembro de 2024,

D E C R E T A

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal abre crédito Especial Suplementar por Superávit financeiro dos valores depositados em conta corrente no final do exercício de 2024 sem comprometimento no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), valores recebidos do Fundo a Fundo do Governo Estadual e do Bloco da Atenção Básica do Governo Federal.

CRÉDITO POR SUPERÁTIV				
Órgão	Rubrica	Projeto ou Atividade	RECURSO	Valor R$
07.01	33.90.39.00.00.00	2032	2621	30.000,00
07.01	33.90.30.00.00.00	2033	2621	70.000,00
TOTAL				100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Mato Castelhano/RS, 18 de setembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

CLAUDETE DE FÁTIMA DA ROSA NASCIMENTO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Josué Andrei Graboski
Código Identificador:AA9ED2F9

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO – LICITAÇÕES EXTRATO DE ADITIVO 56/2025

ESPÉCIE: ADITIVO Nº 01/2025 AO CONTRATO Nº 18/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO.

CONTRATADA: M2HL CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: O prazo previsto no item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato originário fica prorrogado por 30 (trinta) dias, com efeitos retroativos a 19 de setembro de 2025.

DATA DO ADITIVO: 23/09/2025.

ASSINAM:

PELO MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO: Senhor Prefeito ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA.

PELA EMPRESA: Lucas Casagrande.

Mato Castelhano, 23 de setembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Prado Dos Santos
Código Identificador:FD5A3ECC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REUTER

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO 032/2025 - SAIBRO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Pregão 032/2025

Objeto: Aquisição de Saibro Peneirado Fino

A Prefeitura Municipal de Morro Reuter/RS, torna público que retifica o Edital de Pregão 032/2025, o qual tem por objeto a aquisição de Saibro Peneirado Fino, conforme segue:

Onde se lê:

"[...] **1.4 Tendo em vista a localização geográfica do Município e com o objetivo de atender ao principio da economicidade, a(s) empresas deverão apresentar declaração de que o local para retirada do(s) materia(is), encontram-se a uma distância igual ou inferior a 18 quilômetros da sede do Município de Morro Reuter.**[...]".

Leia-se:
[...]". **Tendo em vista a localização geográfica do Município e com o objetivo de atender ao principio da economicidade, a(s) empresas deverão apresentar declaração de que o local para retirada do(s) materia(is), encontram-se a uma distância igual ou inferior a 40 quilômetros da sede do Município de Morro Reuter**;[...]".

Onde se lê:

7.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:
a) Autorização de Extração do Departamento de Produtos Minerais (DNPM) vigente;
b) Licença de Operação da FEPAM;
c) Registro ou Inscrição do CREA/RS, com menção do responsável;

Leia-se:

7.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:
a) Autorização de Extração do Departamento de Produtos Minerais (DNPM) vigente;
b) Licença de Operação da Saibreira;
c) Registro ou Inscrição do CREA/RS, com menção do responsável;
d) - Laudo técnico comprovando que o saibro a ser licitado deverá obedecer aos seguintes padrões:
1) ISC ou CBR maior ou igual a 40%;
2) Índice de plasticidade deverá estar contido entre 7% e 16%, incluindo próprios limites;
3) Equivalência de areia entre 30% e 50%;
4) Argila e silte maior ou igual a 8%.

A data de abertura fica mantida para o dia 02/10/2025 às 14h, as demais disposições do Edital permanecem inalteradas, maiores informações podem ser obtidos junto à Comissão de Licitações, no endereço acima referido, no Horário das 8h às 11h30min e das 13h às 16h45min de segunda-feira a quinta- feira e das 8h às 13h em sextas-feiras

Morro Reuter, RS, 23 de Setembro 2025.

AIRTON BOHN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Ariel Deimling
Código Identificador:128601C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE INTENÇÃO DE AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA PRÉDIO ANEXO DO CENTRO COMUNITÁRIO, COM INSTALAÇÃO

Contratante: Município de Mostardas.
Objeto: aquisição de vidros para prédio anexo do centro comunitário, com instalação, conforme termo de referencia.

*Arquivos disponíveis no ícone Licitações e Dispensas, link de acesso: https://www.mostardas.rs.gov.br/licitacao

*Aberto para recebimento de proposta no período de 24/09/2025 até o dia 24/09/2025.

*A proposta deverá ser enviada para o e-mail: comprasmostardas2018@gmail.com
Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 240)
www.mostardas.rs.gov.br

Mostardas, 23 de setembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:4F16AFE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAR MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV DO MUNICÍPIO

Contratante: Município de Mostardas.

Objeto: contratação de serviço para realizar manutenção do equipamento de transmissão de sinal de TV do município, conforme termo de referencia.

*Arquivos disponíveis no ícone Licitações e Dispensas, link de acesso: https://www.mostardas.rs.gov.br/licitacao

*Aberto para recebimento de proposta no período de 24/09/2025 até o dia 24/09/2025.

*A proposta deverá ser enviada para o e-mail: comprasmostardas2018@gmail.com
Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 240)
www.mostardas.rs.gov.br

Mostardas, 23 de setembro de 2025.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordano Pires Lopes
Código Identificador:45F407E7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA

MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2025

EXTRATO DO EDITAL Nº 13/2025 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO – CARGOS SEM 2ª ETAPA

O Sr. Edilson Antonio Romanini, Prefeito Municipal de Nova Alvorada/RS, torna público, por este Extrato, a Homologação do Resultado Final para os cargos sem 2º etapa do Concurso Público nº 1/2025, em conformidade com o respectivo Edital de Abertura e suas alterações.

O Edital de Homologação do Resultado Final, contendo as classificações dos candidatos, está disponibilizado, na íntegra, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.

Nova Alvorada, 24 de setembro de 2025.

EDILSON ANTONIO ROMANINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Padova
Código Identificador:34CE4014

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGAO ELETRONICO 16.2025

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2025

O **MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ – RS** torna público, que o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2025**, Processo Licitatório N.º 3385/2025, Parecer Jurídico n.º 360/2025, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS COLETA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS VEGETAIS, E MATERIAIS VOLUMOSOS, COM TRANSPORTE, TRIAGEM, E DESTINO FINAL DOS REJEITOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO V DO EDITAL),** a licitação foi declarada **FRACASSADA**. Nova Hartz, 22 de setembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simoni Rejane da Costa Luft
Código Identificador:AF40FC0E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGAO ELETRONICO 17.2025

RETIFICAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2025
O **MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ–RS,** torna público, para o conhecimento dos interessados, que está retificado a **PLANILHA DE CUSTOS, TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR NO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2025,** do processo licitatório suspenso na data de 22 de setembro de 2025 no Portal do Pregão online, no site www.pregaobanrisul.com.br do Processo Licitatório n.º 4029/2025, Pregão Eletrônico n.º 17/2025, Registro de Preços n.º 14/2025 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO V DO EDITAL.** Ambos documentos estão publicados e estão disponíveis no site do Município www.novahartz.rs.gov.br. e no Portal do Pregão Online www.pregaobanrisul.com.br, **O HORÁRIO DE ABERTURA PASSARÁ A SER NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2025 AS 14 HORAS.** Nova Hartz, 23 de setembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simoni Rejane da Costa Luft
Código Identificador:2815CFF5

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 30/2025

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 4394/2025 e no parecer jurídico n.º 354/2025, reconhece ser inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa **BANDA OBRA DE DEUS – OPUS DEI**, com participação do cantor Nani Azevedo, bem como o fornecimento, montagem, operação, supervisão e desmontagem de estrutura completa de palco, sonorização, iluminação e painéis de LED para a realização da Noite Gospel Aviva Nova Hartz, que ocorrerá no dia 28 de novembro de 2025.
O valor total da contratação é de R$50.000,00 (cinquenta mil reais).
Nova Hartz, 23 de setembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Studt
Código Identificador:D4E4F17F

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DISPENSÁVEL N.º 166/2025

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 4180/2025 e no parecer jurídico n.º 358/2025, reconhece ser dispensa, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a dispensa para a contratação da empresa **SOCIEDADE BENEFICIENTE SAPIRANGUENSE** para a aquisição de exame clínico de Ressonância Magnética de crânio sem contraste e com sedação, oriundo de parecer social, para garantir a integralidade nos cuidados de saúde e qualidade de vida do usuário: Raynara Emanuelly Silveira.
O valor total da contratação é de R$2.075,00 (dois mil e setenta e cinco reais).
Nova Hartz, 22 de setembro de 2025.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Studt
Código Identificador:7EFF88CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Aviso de Edital de Retificação n° 163/2025 referente a Licitação n.º 896/2025 - Pregão Eletrônico n.º 43/2025 – Edital n.º 139/2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA/RS. **Credenciamento até as 08h55min e início da sessão as 09h do dia 06/10/2025**. Editais disponíveis no endereço eletrônico: www.novaprata.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pncp.gov.br. Informações complementares pelo telefone (54)3242-8262. Nova Prata, 24 de setembro de 2025.

UMBERTO LUIZ CARNEVALLI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Priscila Catia Mendes
Código Identificador:50FDF991

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025 - EDITAL Nº 167/2025 - PROCESSO Nº 1.125/2025

Aviso de Licitação n.º 1.125/2025 - Edital n.º 167/2025 – Concorrência Eletrônica n.º 011/2025. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LINHA XV DE NOVEMBRO – PAVIMENTA 2, NO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA/RS. Credenciamento até as 08h55min e início da sessão as 09h do dia 10/10/2025**. Editais disponíveis no endereço eletrônico: www.novaprata.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pncp.gov.br. Informações complementares pelo telefone (54)3242-8208. Nova Prata, 24 de setembro de 2025.

ALTIR JOSÉ FERRO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Camile Klaus Berlatto
Código Identificador:C6F63CD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.853, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e conforme Processo 15.749/2025, resolve:

Art. 1º CONCEDER 1 (uma) diária, sem pernoite, para dentro do Estado, no valor de R$ 125,61 (Cento e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos), para o servidor citado abaixo, para participar de "CAPACITAÇÃO EM PRIMEIRA INFÂNCIA REFUGIADA E MIGRANTE", na cidade de Esteio/RS.

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	CARGO	PERÍODO
FÁBIO RAMOS CANNAS	16999-1	SMDS	ASSISTENTE SOCIAL	19/09/2025

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor a partir da presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco. (19/09/2025)

ANTÔNIO DIONÍSIO FRAGA PFEIL
Prefeito Municipal Em Exercício

Registre-se e publique-se
Data supra

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. Pela Secretaria Municipal De Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:78864C41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.856, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº 13502/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR a candidata abaixo indicada, para o cargo de Assistente Social, aprovada no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

ADRIANA JAQUELINE CASAGRANDE GUGLIERI – 11º LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor a partir da presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (19/09/2025).

ANTÔNIO DIONÍSIO FRAGA PFEIL
Prefeito Municipal Em Exercício

Registre-se e publique-se
Data supra

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. P/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:E6A1F12A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.857, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo 16.475/2025, resolve:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o servidor GABRIEL BASTOS SANDLER, da matrícula 16851-1, Cargo Agente Administrativo, com lotação no Gabinete do Prefeito - GP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de setembro de 2025 (22/09/2025).

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (19/09/2025).

ANTÔNIO DIONÍSIO FRAGA PFEIL
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se
Data supra

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:F933B8D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.858, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e considerando o Memorando nº 23/2025/SME e o Processo nº 15.929/25, resolve:

Art. 1º DESIGNA a servidora, SIMONE MENESTRINO PRESTES, Matrícula 7285-1, cargo de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, como Vice-Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Homero Fraga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de setembro de 2025 (15/09/2025).

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (19/09/2025).

ANTÔNIO DIONÍSIO FRAGA PFEIL
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se
Data supra

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:FE452894

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.862 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº 11879/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR o(a) candidato (a) abaixo indicado (a) para o cargo de Professora de Anos Iniciais, aprovado (a) no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

ANA PAULA GOULART CAMARGO, 121° LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. P/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:367E54D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.863 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº 9279/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR o(a) candidato (a) abaixo indicado (a) para o cargo de Professora de Anos Iniciais, aprovado (a) no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

LOUISE DE QUADROS DA SILVA, 122° LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. P/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:FA9FDE2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.864 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº 15794/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR o(a) candidato (a) abaixo indicado (a) para o cargo de Professora de Anos Iniciais, aprovado (a) no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

MÔNICA RATTIS GOULART, 123° LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:FD7E7962

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.865 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº 16111/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR o(a) candidato (a) abaixo indicado (a) para o cargo de Professora de Anos Iniciais, aprovado (a) no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

FRANCISCA ROSELAINE GONÇALVES SOUZA, 124° LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. P/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:05F87EE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.866, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando que o Processo nº 15844/2025, resolve:

Art. 1º NOMEAR a candidata abaixo indicada, para o cargo de Cozinheiro (**Conforme Lei Ordinária 2104/2025**), aprovada no Concurso Público de Edital nº. 01/2023, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação:

JÉSSICA FABICH DE VARGAS, 32° LUGAR

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. P/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:318179BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.867, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Processo nº. 8.714/25, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação da Sra. FRANCINE SILVA PEDRO nomeada pela Portaria nº. 1.548 de 2025, onde obteve a classificação de 30º Lugar, no Concurso Público de Edital nº. 01 de 2023 para o cargo de Merendeira, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, considerando o previsto no artigo 62 § 1º da Lei Municipal nº 088/93, uma vez que a candidata assinou o termo de reclassificação, em caráter irreversível, cedendo a vaga ao candidato de classificação seguinte e passando para último colocado.

Art. 2º Esta Portaria e seus efeitos entram em vigor na presente data.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. P/ Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:41C0B9C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.868, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e considerando a Ata 08/2025 e Ata 09/2025, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o Senhor ANTÔNIO DIONÍSIO FRAGA PFEIL, Vice-Prefeito Municipal, para substituir o Senhor RODRIGO AMADEO BATTISTELLA, Prefeito Municipal, do dia 17/09/2025 até o dia 19/09/2025.

Art. 2º O substituto fará jus ao recebimento do subsídio do titular pelo período da substituição.

Art. 3 º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 17 de setembro de 2025 (17/09/2025).

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita, ao vigésimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (22/09/2025).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Data supra

THAIS FERREIRA DO AMARAL
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Thais Amaral Bruck da Silveira
Código Identificador:58488BE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025

O Município de Nova Santa Rita, Torna Público que encontra-se aberta a licitação pública, Modalidade Pregão na forma Eletrônica, objetivando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES FISCAIS. A data de abertura da presente será dia 09/10/2025 a partir das 09:01hs. O edital e seus anexos estão disponíveis no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e www.novasantarita.rs.gov.br.
Nova Santa Rita/RS, 24 de setembro de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Publicado por:
Leila Maria de Souza
Código Identificador:E2EFDBE2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5134/2025, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transferência de dotações entre categorias de despesas orçamentárias, na forma que especifica.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 167, VI, da Constituição Federal e o disposto no **art. 29**, da **Lei Municipal nº 2695/2024**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025:

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam transferidos, mediante acréscimos e redução entre despesas correntes e/ou despesas de capital alocadas dentro do mesmo programa de trabalho alocado no orçamento da Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, recursos no montante total de R$ 15.000,00(quinze mil reais), conforme os seguintes detalhamentos:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçament.: 01 – SECRET. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚBL.
Classif: 26.782.0150 – MALHA VIÁRIA

Acréscimo		**Redução**	
Ação	2.057	Ação	2.057
Natureza da Despesa	3.3.90.30	Natureza da Despesa	4.4.90.30
Despesa	250	Despesa	4016
Valor	15.000,00	Valor	15.000,00
Fonte de Recursos	1501	Fonte de Recursos	1501
Detalhamento	0000	Detalhamento	0000

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 22 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:CC228FE8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5136/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Abre crédito suplementar por redução no orçamento vigente, autorizado pela Lei Nº 2704/2024, de 20 de dezembro de 2024.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o **a Lei Municipal nº 2704/2024, de 20 de dezembro de 2024.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar por redução no valor de R$ 12.272,24 (doze mil duzentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 – SMMA – SEC. DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Classif: 04.122.0110.2.028 – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente
Fonte…: 1500 – Recurso não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 779
Elem. Desp: 3.3.90.33.00.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$ 800,00
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.2.006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 - sem detalhamento
Cód. da despesa: 35
Elem. Desp: 3.3.90.40.00 - SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ.....R$ 2.200,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.1.003 Reaparelhamento do Gabinete do Prefeito
Fonte Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 22
Elem. Desp: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 8.200,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 01 – GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.1.003000 REAPARELHAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO
Fonte....: 2500 Recursos não vinculados de Impostos
Desdobram: 0000
Conta: 3743
Elem. Desp: 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 1.072,24

Art. 2º Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 – SMMA – SEC. DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Classif: 04.122.0110.2.028 – Manutenção das Atividades do Meio Ambiente
Fonte…: 1500 – Recurso não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 778
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 800,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA
Classif: 13.392.0410.1.022000 Construção Parque de Eventos
Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 3616
Elem. Desp: 4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 2.200,00
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO
Classif: 13.391.0240.1.045 Aquisição de Acervo para a Biblioteca Municipal
Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Cód. da despesa: 76
Elem. Desp: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 1.500,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA
Classif: 13.392.0110.2.042000 Manutenção das Atividades da Biblioteca
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Cód. da despesa: 83
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 1.000,00
Cód. da despesa: 84
Elem. Desp: 3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DA INFORMAÇÃO E. C.....R$ 700,00
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 03 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA
Classif: 13.392.0240.2.075000 Manutenção do Calendário de Eventos
Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 87
Elem. Desp: 3.3.90.01.00.00.00 PREMIAÇÕES CLT, ART. C. DESP. E OUTRAS.....R$ 2.000,00
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.2.006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 - sem detalhamento

Cód. da despesa: 29
Elem. Desp: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 2.000,00
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçament.: 02.01 GABINETE DO PREFEITO
Classif: 08.243.0370.1.016 Reaparelhamento do Conselho Tutelar
Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 63
Elem. Desp: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMENENTE.....R$ 1.000,00
Órgão – 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.03 – DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA;
Classificação: 133920240.2.075000 – Manutenção do calendário de Eventos;
Fonte de Recursos: 2500 – Recursos não vinculados a Impostos;
Detalhamento da Fonte: sem detalhamento
Conta: 3711
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SER. TERC. PESSOA JURIDICA.....R$ 1.072,24
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Novo Cabrais, 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:D67CBB15

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2804/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza abertura de crédito suplementar por redução e por excesso de arrecadação.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores de Novo Cabrais aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por redução no valor de R$ 125.864,50 (cento e vinte e cinco mil com oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 – SME – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Classif: 12.122.0110.2.035 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0020 – MDE
Despesa: 275
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.....R$ 70.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.782.0220.2.103 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
Fonte: 1571 – Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento: 1023 – Transporte Escolar Educação Básica - Estado
Despesa: 466
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.363.0220.0.004 Apoio ao Transporte de Estudantes do Ensino Médio/Profissionalizantes
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 458
Elem. Desp: 3.3.90.18.00.00.00 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES.....R$ 12.800,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.364.0220.0.014 Apoio a Estudantes Universitários
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 461
Elem. Desp: 3.3.90.18.00.00.00 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES.....R$ 33.064,50
Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar autorizado no Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçament.: 01 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BASICA
Classif: 12.361.0210.2.08000 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento da Fonte: 0020 - MDE
Conta: 312
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.....R$ 70.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.782.0220.2.103 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
Fonte: 1571 – Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento: 1023 – Transporte Escolar Educação Básica - Estado
Despesa: 468
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.363.0220.0.004 Apoio a Transporte de Estudantes do Ensino Médio/Profissionalizantes
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Conta: 459
Elem. Desp: 3 3.3.90.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO..... R$ 10.194,00
Conta: 460
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R$ 2.606,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.364.0230.0.014 Apoio a Estudantes Universitários
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 462
Elem. Desp: 3.3.93.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$ 23.064,50
Despesa: 463
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00
Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 163.666,44 (cento e sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO

Classif: 12.363.0220.2.211 Manutenção do Ensino Técnico Profissionalizante
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Conta: 4302
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 33.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.126 Manutenção das Atividades da Atenção Primaria a Saúde
Fonte de Recursos: 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Detalhamento da Fonte: 4500 CUSTEIO - Atenção Básica
Conta: 4144
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 40.000,00
Conta: 4295
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 30.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.126 Manutenção das Atividades da Atenção Primaria a Saúde
Fonte de Recursos: 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Detalhamento da Fonte: 4500 CUSTEIO - Atenção Básica
Conta: 4296
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 20.000,00
Conta: 4297
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.117 – Despesa com Pessoal e Encargos Socias da ESF
Fonte de Recursos: 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Detalhamento da Fonte: 4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....
Conta: 4298
Elem. Desp: 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 15.024,87
Conta: 4299
Elem. Desp: 3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL.....R$ 8.660,82
Conta: 4300
Elem. Desp: 3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R$ 5.019,95
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.130 – Manutenção dos Veículos da Atenção Primária á Saúde
Fonte de Recursos: 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Detalhamento da Fonte: 4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....
Conta: 4301
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 1.960,80

Art. 4º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar autorizado no artigo anterior, o excesso de arrecadação apurado no exercício, nas seguintes fontes de recursos:

ITEM	Fonte	Detalhamento DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS	Valor
01	1500 – Recursos não Vinculados de impostos	0000 – sem detalhamento	R$ 33.000,00
02	1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	4500 CUSTEIO - Atenção Básica	R$ 100.000,00
03	1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....	R$ 30.666,44
TOTAL GERAL			**R$ 163.666,44**

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:095887E1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2806/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo a Conceder Regime Suplementar para Professor Contratado em Caráter Emergencial e dá Outras Providências.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e com base do disposto no artigo 57, Inciso IV, da Lei Orgânica do Municí-pio de Novo Cabrais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Regime Suplementar de até 6h40m (seis horas e quarenta minutos) mensais, para 1 (um) Professor de Ensino Fundamental Séries Finais, disciplina de Português e para 1 (um) Professor de Ensino Fundamental Séries Finais, disciplina de Educação Física, os quais foram autorizados contratar pela Lei nº 2703/2024, de 17 de Janeiro de 2024 e Lei nº 2707/2025, de 23 de janeiro de 2025, respectivamente, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com fulcro no Art. 57, Inciso X, da Lei Orgânica Municipal e Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal**.**
Art. 2º - O regime suplementar será concedido até o final do presente ano letivo.
Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, ocorrerão pelas dotações orçamentárias próprias.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 19 de Março de 2025.
Novo Cabrais,23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:94C45B58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5135/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza abertura de crédito suplementar por redução e por excesso de arrecadação, autorizado pela Lei Municipal nº 2804/2025, de 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2804/2025, de 23 de setembro de 20525,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar por redução no valor de R$ 125.864,50 (cento e vinte e cinco mil com oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 – SME – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Classif: 12.122.0110.2.035 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0020 – MDE
Despesa: 275
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.....R$ 70.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.782.0220.2.103 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
Fonte: 1571 – Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento: 1023 – Transporte Escolar Educação Básica - Estado
Despesa: 466
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.363.0220.0.004 Apoio ao Transporte de Estudantes do Ensino Médio/Profissionalizantes
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 458
Elem. Desp: 3.3.90.18.00.00.00 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES.....R$ 12.800,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.364.0220.0.014 Apoio a Estudantes Universitários
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 461
Elem. Desp: 3.3.90.18.00.00.00 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES.....R$ 33.064,50

Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçament.: 01 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BASICA
Classif: 12.361.0210.2.08000 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento da Fonte: 0020 - MDE
Conta: 312
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.....R$ 70.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.782.0220.2.103 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
Fonte: 1571 – Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento: 1023 – Transporte Escolar Educação Básica - Estado
Despesa: 468
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.363.0220.0.004 Apoio a Transporte de Estudantes do Ensino Médio/Profissionalizantes
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Conta: 459
Elem. Desp: 3 3.3.90.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO.....R$ 10.194,00
Conta: 460
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R$ 2.606,00
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.364.0230.0.014 Apoio a Estudantes Universitários
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Despesa: 462
Elem. Desp: 3.3.93.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$ 23.064,50
Despesa: 463
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 163.666,44 (cento e sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2025, nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.363.0220.2.211 Manutenção do Ensino Técnico Profissionalizante
Fonte: 1500 Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Conta: 4302
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 33.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.126 Manutenção das Atividades da Atenção Primaria a Saúde
Fonte de Recursos: 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Detalhamento da Fonte: 4500 CUSTEIO - Atenção Básica
Conta: 4144
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 40.000,00
Conta: 4295
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 30.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.126 Manutenção das Atividades da Atenção Primaria a Saúde
Fonte de Recursos: 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
Detalhamento da Fonte: 4500 CUSTEIO - Atenção Básica
Conta: 4296
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 20.000,00
Conta: 4297
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 10.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.117 – Despesa com Pessoal e Encargos Socias da ESF
Fonte de Recursos: 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Detalhamento da Fonte: 4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....
Conta: 4298
Elem. Desp: 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL.....R$ 15.024,87
Conta: 4299
Elem. Desp: 3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL.....R$ 8.660,82
Conta: 4300
Elem. Desp: 3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R$ 5.019,95

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.301.0280.2.130 – Manutenção dos Veículos da Atenção Primária á Saúde
Fonte de Recursos: 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Detalhamento da Fonte: 4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....
Conta: 4301
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 1.960,80
Art. 4º - Servirá de suporte para abertura do crédito do artigo anterior, o excesso de arrecadação apurado no exercício, nas seguintes fontes de recursos:

ITEM	Fonte	Detalhamento DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS	Valor
01	1500 – Recursos não Vinculados de impostos	0000 – sem detalhamento	R$ 33.000,00
02	1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	4500 CUSTEIO - Atenção Básica	R$ 100.000,00
03	1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	4090 PSF/Nasf/ESF QUILOMBOLA/.....	R$ 30.666,44
TOTAL GERAL			**R$ 163.666,44**

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Novo Cabrais, 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:F693EF3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 758 - 2025 - TORNA SEM EFEITO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA SÉRIES INICIAIS

PORTARIA N.º 758/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

TORNA SEM EFEITO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA SÉRIES INICIAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS, no Estado do Rio Grande do Sul, fazendo uso de suas atribuições legais e,
Considerando, que o candidato manifestou expressamente a desistência em assumir o contrato, através da Tramitação n.° 1 do Ofício n.° 1.513/2025.
Resolve:
Art. 1º - Tornar sem efeito a contratação do senhor **Cristofer Moraes de Azevedo**, contratado pela Portaria n.º 750/2025 para a função de professor de educação física séries iniciais.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Novo Cabrais, 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Everton Bessow Alves
Código Identificador:D29D168C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 759 - 2025 - CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA SÉRIES INICIAIS

PORTARIA N.º 759/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA SÉRIES INICIAIS, CONFORME A LEI MUNICIPAL N.º 2.703/2024, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024**.**

Leodegar Rodrigues, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
Art. 1º - Contrata-se, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88), e a teor do disposto na Lei Municipal n.º 2.703/2024, de 17 de dezembro de 2024, para exercer a função de Professor de Educação Física Séries Iniciais, o Sr. Pedro Henrique Nagildo Gembastiani - classificado em 18º lugar, no Concurso Público Edital n.º 01/2023, de 19 de abril de 2023, homologado através do Edital de Homologação de Resultado Final n.º 07/2023, de 24 de agosto de 2023 - até o final do ano letivo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo a remuneração mensal por esse período, equivalente aos valores fixados para os cargos efetivos com base na titulação apresentada pelo contratado, pagos em moeda corrente nacional, de acordo com o estipulado pela Lei Municipal n.º 2.703/2024, de 17 de dezembro de 2024, tendo sido designado para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Novo Cabrais, 23 de setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Everton Bessow Alves
Código Identificador:7687A985

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO Nº 36/2025 – TIPO ELETRÔNICO - RETIFICAÇÃO

PREGÃO Nº 36/2025 – TIPO ELETRÔNICO - RETIFICAÇÃO
O Município de Novo Cabrais, Torna Público, que realizará a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão nº 36/2025 – Tipo Eletrônico.
Tipo: Menor Preço por Item.
Objeto: Contratação de empresa para prestar os serviços técnicos completos para obtenção e atualização da LO e o Monitoramento Operacional da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 horas e 30 minutos do dia 08/10/2025.
Plataforma: www.bnc.org.br.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Jucela Ellwanger
Código Identificador:2CCEFAEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO Nº 42/2025 – TIPO ELETRÔNICO - RP

PREGÃO Nº 42/2025 – TIPO ELETRÔNICO - RP
O Município de Novo Cabrais, Torna Público, que realizará a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão nº 42/2025 – Tipo Eletrônico.
Tipo: Menor Preço por Item.
Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de tubos e galerias de concreto, sob o sistema de registro de preços.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 horas e 30 minutos do dia 06/10/2025.
Plataforma: www.bnc.org.br.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Jucela Ellwanger
Código Identificador:ED11CC7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO Nº 43/2025 – TIPO ELETRÔNICO

PREGÃO Nº 43/2025 – TIPO ELETRÔNICO
O Município de Novo Cabrais, Torna Público, que realizará a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão nº 43/2025 – Tipo Eletrônico.
Tipo: Menor Preço por Item.
Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de transporte escolar para Município de Novo Cabrais/RS.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 horas e 30 minutos do dia 09/10/2025.
Plataforma: www.bnc.org.br.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Jucela Ellwanger
Código Identificador:E27A12B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MACHADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

O **MUNICÍPIO DE NOVO MACHADO RS**, sediado na Rua Tuparendi n° 111, Centro, comunica que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025** para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO.** A abertura da licitação será às **08:00hs do dia 08 de OUTUBRO de 2025**. O edital e maiores informações poderão ser obtidos através do telefone 55-2211-0042, no site www.novomachado.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Novo Machado RS, 23 de setembro de 2025

VALDECI NATALINO DALLENOGARE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Kittlaus
Código Identificador:7E5D9F25

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 157/2025

DECRETO Nº 157/2025

Dispõe sobre a aprovação do condomínio por unidades autônomas – condomínio de terrenos – denominado Condomínio Residencial Vivendas da Marina.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Federal nº 4.591/1964, a Lei Estadual nº 10.116/94, a Lei Municipal nº 3.902/2006, o Decreto Municipal nº 159/2021 e de acordo com os processos nº 32.315/2022 e nº 27.996/2025.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o "Condomínio por Unidades Autônomas" – condomínio de terrenos – com as seguintes características:
I – Denominação: VIVENDAS DA MARINA
II – Proprietário: VIVENDAS DA MARINA CONSTRUTORA LTDA
III – Localização: RODOVIA ERS-389, Km 17, s/nº, Latitude: 6 694 921 m S; Longitude: 585 698 m E, na localidade do Passo da Lagoa, ou Caieira/Rincão da Caieira, Osório/RS.
IV – Documento de propriedade: Matrículas nº 120.303 e 120.304
V – Área total da gleba: 406.327,79 m² (100%)
VI – Área total dos lotes: 161.356,04 m² (39,71%)
VII – Área institucional: Não se aplica (condomínio por unidades autônomas – condomínio de terrenos – são isentos de área institucional, mas devem doar área fora do empreendimento, conforme inc. X).
VIII – Área de Uso Comum: 244.971,75 m² (60,29%)
IX – Área Verde (incluída no inc. VIII): 80.643,12m² (19,85%)
X – Área de doação: compensação na forma do Processo nº 28.198/2023, em atendimento ao artigo 81 da Lei nº 3.902/2006, a ser definida em até 60 (sessenta dias) a partir da aprovação deste Decreto, e com sua entrega e/ou execução completa como condicionante para obtenção da Licença de Operação do empreendimento.

Art. 2º. O Condomínio deverá ser implantado conforme desenho técnico do Projeto Urbanístico anexo a este Decreto e obedecer ao disposto na Licença de Instalação nº 3/2025 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Territorial.

Art. 3º. O Condomínio deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis conforme prescrito neste Decreto, na Leis Federais nº 4.591/1964 e nº 6.766/79, no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal – Lei nº 3.902/2006 e demais regulamentações pertinentes.
Parágrafo único. O prazo para o condomínio ser submetido ao registro imobiliário é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua aprovação, sob pena de caducidade.

Art. 4º. Mediante Termo de Compromisso firmado pelo Empreendedor para com o Município – documento anexo a este Decreto –, fica o Empreendedor obrigado a:
I – Executar, às suas expensas, no prazo fixado pelo Município, todas as obras e infraestruturas constantes no projeto aprovado.
II – Executar e colocar os marcos de alinhamento e nivelamento, que deverão ser de pedra ou concreto, conforme modelo aprovado pelo Município.
III – Realizar a compensação citada no inciso X do artigo 1º.

Art. 5º. As edificações a serem construídas nos lotes unifamiliares resultantes deste condomínio só terão seus projetos analisados pelo Município a partir da expedição da Licença de Operação / Termo de Vistoria de Obras - TVO.

Art. 6º. São elementos anexos a este Decreto:
I – Projeto Urbanístico aprovado pelo Município (Processo nº 32.315/2022)
II – Licença de Instalação da SMAGT nº 3/2025
III – Termo de Compromisso
IV – Matrícula nº 120.303 – Registro de Imóveis de Osório
Parágrafo único. Os Projetos Arquitetônicos das Edificações Condominiais deverão ser aprovados junto à Municipalidade, e sua execução somente poderá ser realizada mediante emissão do "Alvará de Licença para Construção" junto à Secretaria de Obras e Saneamento.

Art. 7º. Todos os procedimentos e normativas constantes neste Decreto, bem como aqueles que forem julgados necessários, deverão obedecer à legislação referente a condomínios de terrenos e de parcelamento do solo vigente, no que couber.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

LOURDES HELENA GULARTE
Secretaria do Meio Ambiente e Gestão Territorial

GILBERTO DE SOUZA
Secretaria de Obras e Saneamento

VIVENDAS DA MARINA CONSTRUTORA LTDA
Empreendedor-
Representante Legal

TERMO DE COMPROMISSO

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL POR UNIDADE AUTÔNOMA
CONDOMÍNIO VIVENDAS DA MARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM CONDOMÍNIO POR UNIDADES AUTÔNOMAS – CONDOMÍNIO DE TERRENOS, QUE PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO/RS, SE OBRIGA VIVENDAS DA MARINA CONSTRUTORA LTDA.

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

•
Partes: De um lado, o Município de Osório/RS, neste termo simplesmente nomeado Prefeitura, representada por seu Prefeito Municipal, Romildo Bolzan Júnior, e por outro lado, VIVENDAS DA MARINA CONSTRUTORA LTDA, doravante designado Empreendedor, proprietário e/ou responsável pelo Condomínio "VIVENDAS DA MARINA" constante dos processos administrativos nº 32.315/2022 e nº 27.996/2025.

•
Fundamento Legal: Este Termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 184 da Lei Municipal nº 3.902/2006 – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.

•
Local e Data: Lavrado e assinado aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2025 na Prefeitura Municipal de Osório – Av. Jorge Dariva, 1251, Centro, Osório, RS.

II - Finalidade e Objeto

•
Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o Empreendedor de executar, sem quaisquer ônus para o Município, as obras de infraestrutura em condomínio de terrenos por ele aprovado, bem como a concretização da compensação citada no inciso X, artigo 1º do Decreto de Aprovação do qual faz parte desse termo.

•
Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das obras de infraestrutura do Condomínio Residencial VIVENDAS DA MARINA, requerido pelo Processo Administrativo nº 32.315/2022 e aprovado pelo Decreto do qual faz parte este termo, bem como a concretização da compensação citada no inciso X do artigo 1º, do referido Decreto.

III - Obrigações e Prazos

•
Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o Empreendedor, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo estabelecido de 48 (quarenta e oito) meses, os seguintes serviços:
a.1) abertura das vias e áreas verdes, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento conforme modelo fornecido pelo Município;
a.2) rede de abastecimento de água potável na forma da Viabilidade da Corsan PC. 000032/2022 – OSÓRIO.
a.3) rede de abastecimento e distribuição de energia elétrica na forma da Solicitação de Serviço ATA N°052/2024/09 – CTPIPS.
a.4) sistema de drenagem pluvial na forma da ATA N°052/2024/09 – CTPIPS,
a.5) terraplenagem e pavimentação na forma da ATA nº ATA N°052/2024/09 – CTPIPS,
a.6) esgoto sanitário na forma dos projetos aprovados junto à Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito na forma da ATA N°052/2024/09 – CTPIPS,
a.7) Sinalização viária na forma da ATA N°052/2024/09 – CTPIPS.
a.8) construção das edificações condominiais aprovadas pela municipalidade após a emissão do "Alvará de Licença para Construção".

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços.

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de unidades a condição de que estas só poderão receber construções depois da liberação da Licença de Operação do empreendimento, consignando inclusive as responsabilidades solidárias dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de suas respectivas unidades.

d) Requerer, contando da data do Decreto de Aprovação, a inscrição do condomínio no Cartório de Registro de Imóveis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mediante ampla justificativa que, não sendo aceita pela Municipalidade, sujeitá-lo-á a multa no valor de 200 URM (duzentas Unidades de Referência Municipais) por dia útil de atraso.

f) Cumprir na íntegra o disposto na Licença de Instalação.

g) Cumprir na íntegra o disposto no artigo 81 do Plano Diretor, citado no artigo 1º, inciso X do Decreto de Aprovação, ANTES da emissão da Licença de Operação do Condomínio, considerando a manifestação do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, em sua Ata nº 2025/07, item 5.

IV - Eficácia, Validade e Revogação

•
Eficácia e validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura e terá seu encerramento depois de verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

•
Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer uma de suas cláusulas, importando, em consequência, na revogação da Licença de Instalação para a execução das obras constantes do seu projeto.

V - Foro

•
Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Osório, Rio Grande do Sul.

E por estarem de acordo, assinam este termo de compromisso os representantes das partes, e assinam, também, para ciência do conteúdo, os secretários dos órgãos municipais de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

LOURDES HELENA GULARTE
Secretaria do Meio Ambiente e Gestão Territorial

GILBERTO DE SOUZA
Secretaria de Obras e Saneamento

VIVENDAS DA MARINA CONSTRUTORA LTDA
Empreendedor- Representante Legal

Publicado por:
Ana Cristina Dutra Cordeiro
Código Identificador:9D332CDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO N.º 030/2025
AUTORIZADA: ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE OSÓRIO/RS - AACORS
OBJETO: O presente Termo de Autorização de Uso de Uso tem por objeto o empréstimo gratuito à Autorizada, do prédio junto ao Parque de Rodeios, na RS-030, Km 81, n.º 2944, Casa 01, no Município de Osório/RS.
VIGÊNCIA: O prazo de duração do presente Termo de Autorização de Uso é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, renováveis por iguais períodos até o limite legal, podendo ser revogado a qualquer momento, por interesse da Administração.
EXPEDIENTE: 1482/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte Sandini
Código Identificador:AD92BB25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO N.º 008/2025
OSC: CÍRCULO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MIRKO LAUFFER
PROJETO: Projeto Gol de Letra
CHAMAMENTO PÚBLICO: CMDCA 02/2025
EIXO: Eixo 1
VALOR: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
EXPEDIENTE: 13339/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte Sandini
Código Identificador:AFE2FA3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO N.º 009/2025
OSC: CÍRCULO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MIRKO LAUFFER
PROJETO: Círculo do Bem-Estar
CHAMAMENTO PÚBLICO: CMDCA 02/2025
EIXO: Eixo 2
VALOR: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
EXPEDIENTE: 13342/2025

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Keilah Pinto Gularte Sandini
Código Identificador:38F3EC93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1758/2025

PORTARIA Nº 1758/2025

Aplica Pena de Advertência ao servidor LUCIANO SANTHELENA INNOCENTE**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 158, inciso I, da Lei Municipal nº 2.351/1991 e do Processo Administrativo Disciplinar Instaurado pela Portaria nº 230/2024, **APLICA PENA DE ADVERTÊNCIA** na ficha funcional do servidor **LUCIANO SANTHELENA INNOCENTE**, matrícula 2859-01, do cargo de Operário, porém nos termos do artigo 175, da Lei Municipal nº 2351/1991 a mesma encontra-se prescrita, ficando assim declarada extinta a penalidade pela prescrição, conforme processo nº 23938/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 19 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:3C16D549

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1761/2025

PORTARIA Nº 1761/2025

Concede Licença Prêmio a uma servidora.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 111 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, alterado pela Lei nº 2.537, de 15 de julho de 1993, **CONCEDE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **ANGELA MARIA ROLETTO DAVILA,** do cargo de Auxiliar de Administração, matrícula 3250-01, correspondente ao 3º período de efetividade, compreendido entre 10 de dezembro de 2018 a 15 de julho de 2025, cujo gozo fica condicionado à conveniência do serviço, de acordo com o processo nº 29486/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:E1C2E870

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1762/2025

PORTARIA Nº 1762/2025

Concede adicional de insalubridade ao servidor RENATO DE LIMA VILELA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a sentença proferida nos autos da ação judicial n° 5000924-78.2023.8.21.0059, **CONCEDE O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO CORRESPONDENTE A 40% (QUARENTA POR CENTO)** do valor do vencimento básico do cargo do servidor **RENATO DE LIMA VILELA**, do cargo de Fiscal, matrícula 3555-01, a contar de 22 de setembro de 2025, conforme processo nº 30441/2025, devendo os valores pretéritos serem pagos nos autos do processo judicial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:8F2F6A35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1763/2025

PORTARIA Nº 1763/2025

Revoga a portaria nº 1420/2025 que "Concede gratificação especial à servidora MERIDIANI ROSSONI PAGANI".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e conforme processo nº 29129/2025, Revoga a portaria nº 1420/2025 que "**CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO)** do vencimento básico do cargo da servidora **MERIDIANI ROSSONI PAGANI**, matrícula 6314-02, do cargo de Motorista, padrão 04, por exercer suas funções no transporte escolar do Município, a contar de 28 de fevereiro de 2025, conforme processo nº 9887/2025", a partir de 01 de setembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:79DB6A9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1764/2025

PORTARIA Nº 1764/2025

Convoca para o trabalho em Regime Suplementar a servidora JOSIANE BALBINOT**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, inciso 1º e 2º e artigo 14 da Lei Municipal nº 5.873/2017, convoca a servidora **JOSIANE BALBINOT**, matrícula 3606-01, do cargo de Nutricionista, padrão 08, para o trabalho em Regime Suplementar de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 11 de outubro de 2025, de acordo com o processo nº 29666/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:3B9D2BED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1765/2025

PORTARIA Nº 1765/2025

Concede Promoção por Merecimento ao servidor EVERSON DOS REIS HILARIO**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO AO SERVIDOR EVERSON DOS REIS HILARIO,** matrícula nº 3092-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo do servidor, passando da Classe C para Classe D, a contar de 08 de setembro de 2025, de acordo com o processo nº 29003/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:A1133251

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1767/2025

PORTARIA Nº 1767/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora SILVANA DIAS PEIXOTO**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA SILVANA DIAS PEIXOTO,** matrícula nº 1948-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe D para Classe E, a contar de 23 de julho de 2025, de acordo com o processo nº 23786/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:09FD6758

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1769/2025

PORTARIA Nº 1769/2025

OBJETO: Instaura Sindicância Investigativa e Designa Comissão Sindicante.

MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE: JOSIANE FIRME DOS SANTOS, do cargo de auxiliar de administração, matrícula n° 3490-01, MARINA ROSA NUNES, do cargo de agente administrativo, matrícula n° 3252-01 e LIDIANE SIQUEIRA DA SILVA, do cargo de auxiliar de administração, matrícula n° 6558-01.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 3.765, de 22 de dezembro de 2005, Lei n° 3.766, de 22 de dezembro de 2005 e Decreto n° 77/2025, de 09 de maio de 2025, e artigo 5°, inciso LV, da Constituição Federal.

PRAZO: 10 (dez) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:227AE09F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1770/2025

PORTARIA Nº 1770/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora SHEILA CARDOSO DE OLIVEIRA**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA SHEILA CARDOSO DE OLIVEIRA,** matrícula nº 3159-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe C para Classe D, a contar de 01 de agosto de 2025, de acordo com o processo nº 24625/2025.
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:112FEC74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1771/2025

PORTARIA Nº 1771/2025

Concede Licença Prêmio a um servidor.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 111 da Lei nº 2.351, de 23 de maio de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, alterado pela Lei nº 2.537, de 15 de julho de 1993, **CONCEDE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO** ao servidor **EDUARDO BALDUINO FELISBERTO,** do cargo de Motorista, matrícula 4988-01, correspondente ao 2º período de efetividade, compreendido entre 27 de agosto de 2019 a 26 de agosto de 2024, cujo gozo fica condicionado à conveniência do serviço, de acordo com o processo nº 120557/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:94AD1998

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1772/2025

PORTARIA Nº 1772/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 063/2022.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 063/2022, entre o Município de Osório e a empresa **FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 25.453.934/0001-00, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **JULIANA GONCALVES OLIVEIRA**, matrícula 4845-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:DDFB5F54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1773/2025

PORTARIA Nº 1773/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 002/2025, entre o Município de Osório e a empresa **MEDICAL PRIME DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 39.332.097/0001-75, devendo ser observando as

atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 4998/2023:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **JULIANA GONCALVES OLIVEIRA**, matrícula 4845-02

E, fica revogada a portaria nº 329 de 13 de fevereiro de 2025, conforme processo nº 26406/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:62F14CE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1774/2025

PORTARIA Nº 1774/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2022.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 006/2022, entre o Município de Osório e a empresa **ABRILINO DE SOUZA FOGAÇA**, inscrita no CNPJ sob nº 26.305.254/0001-01, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **ANGELA KUNZLER MOREIRA**, matrícula 539-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:3BC23B64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1775/2025

PORTARIA Nº 1775/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 045/2022.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 045/2022, entre o Município de Osório e a empresa **RESIDENCIAL TERAPÊUTICO VIVER LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 44.171.631/0001-49, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **ANGELA KUNZLER MOREIRA**, matrícula 539-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:9A958628

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1776/2025

PORTARIA Nº 1776/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 184/2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 184/2024, entre o Município de Osório e a empresa **RESIDENCIAL TERAPÊUTICO FÁTIMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 54.828.540/0001-97, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **ANGELA KUNZLER MOREIRA**, matrícula 539-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:E63A1D3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1777/2025

PORTARIA Nº 1777/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 071/2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do Termo de Credenciamento nº 071/2024, entre o Município de Osório e a empresa **RESIDENCIAL TERAPÊUTICO BENEVOLÊNCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 51.685.390/0001-11, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01
Suplente: **ANGELA KUNZLER MOREIRA**, matrícula 539-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:DE7FE896

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1778/2025

PORTARIA Nº 1778/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização da CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE Nº 120/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais da **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE Nº 120/2025,** entre o Município de Osório e a empresa **MILLIONS CONSTRUTORA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 20.587.828/0001-03, devendo ser observado as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 12935/2025:

Titular: **FERNANDA DE OLIVEIRA LUZ**, matrícula 4827-02
Suplente: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01

E, fica revogada a portaria nº 1128 de 23 de maio de 2025, conforme processo nº 26406/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:6C7A40FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1779/2025

PORTARIA Nº 1779/2025

Designa servidores para exercerem a fiscalização do CONTRATO Nº 060/2020.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e Decreto Municipal nº 88/2024, **DESIGNA** os servidores relacionados abaixo para atuarem como fiscais do **CONTRATO Nº 060/2020,** entre o Município de Osório e a pessoa física **ISALON MEDEIROS DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº 411.981.580-34, devendo ser observando as atribuições previstas no Decreto nº 88/2024, conforme processo nº 26406/2025:

Titular: **FERNANDA DE OLIVEIRA LUZ**, matrícula 4827-02
Suplente: **JULIANA ROCHA RUFINO**, matrícula 7488-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:76C3BB7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1780/2025

PORTARIA Nº 1780/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora JANETE CURTINOVI AGLIARDI.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA JANETE CURTINOVI AGLIARDI,** matrícula nº 5860-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe B para Classe C, a contar de 05 de setembro de 2025, de acordo com o processo nº 28920/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:56B3FBD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1781/2025

PORTARIA Nº 1781/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora EVANILDA MILANEZI.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA EVANILDA MILANEZI,** matrícula nº 2417-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe D para Classe E, a contar de 28 de agosto de 2025, de acordo com o processo nº 27784/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:03CD09F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1782/2025

PORTARIA Nº 1782/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora MARIA DE LOURDES OLIVEIRA DA SILVA**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO,** no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 12 e 16 Lei nº 3.853, de 07 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE PROMOÇÃO POR**

MERECIMENTO À SERVIDORA MARIA DE LOURDES OLIVEIRA DA SILVA matrícula nº 3763-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe C para Classe D, a contar de 11 de agosto de 2025, de acordo com o processo nº 25523/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:2222D4AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1783/2025

PORTARIA Nº 1783/2025

Concede Promoção por Merecimento à servidora ANGELICA NEUBERT BOBSIN NUNES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE OSÓRIO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 8 a 18 da Lei nº 3.839, de 10 de maio de 2006 e decreto nº 076/2022, **CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO À SERVIDORA ANGELICA NEUBERT BOBSIN NUNES,** matrícula nº 3574-01, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo da servidora, passando da Classe E para Classe F, a contar de 03 de setembro de 2025, conforme processo nº 28465/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, em 22 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Kelen Cristian Silva
Código Identificador:DCCDDDF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 80.2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA: AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de tinta acrílica premium para piso, conforme especificações técnicas, visando atender a demanda das unidades educacionais municipais pertencentes a prefeitura municipal de Osório, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital. Data de abertura para as propostas: 30/09/2025 às 09h. Data de encerramento das propostas 30/09/2025 as 08h59min. Pela plataforma do BANRISUL. Mais informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com

Osório, 24 de setembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Raoni Santos de Oliveira
Código Identificador:4B05D2E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA POR LIMITE 82/2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE OSÓRIO INFORMA: EXTRATO DE DISPENSA

Protocolo: 30194/2025 e 30343/2025.
Valor: R$ 3.421,61
Credor: SLC MAQUINAS LTDA
Objeto: Serviço de revisão e peças de 4.000 horas do Trator John Deer 5078E, chassi 1BM5078EAH4015276, ano 2019/2019, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, conforme art. 75, inciso IV, alínea a, da lei 14133/21. Mais informações pelo e-mail pmo.compras2022@gmail.com

Osório/RS, 24 de setembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Izabela Cristina Pisoni Braga
Código Identificador:5335ADBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 32/2025

O SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES INFORMA:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025: Informamos o deferimento parcial do recurso apresentado pela empresa ESB IND E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA. Nada mais.
Mais informações pelo e-mail pregaoosorio@gmail.com

Osório, 23 de Setembro de 2025.

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Carolina Grassi Anflor
Código Identificador:BF8CBAC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - EQUIPE DE PESSOAL
EDITAL N° 212/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS EM PSS N° 031/2025, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, convoca os candidatos abaixo relacionados, selecionados e classificados através do PSS N°031/2025, **HOMOLOGADO** através do Edital n°084/2025, de 14 de Abril de 2025 conforme dispõe seus itens, para que compareça na Equipe de Pessoal da Prefeitura Municipal de Osório e apresente a documentação necessária para **CONTRATAÇÃO DE 25 A 26 DE SETEMBRO DE 2025,** conforme autorizado através do expediente nº 26008/2025 e Lei autorizativa nº 5569/2015.

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	*CLASSIFICAÇÃO*
PATRICIA RODRIGUES FAGUNDES	*25°*

I – Os documentos deverão ser encaminhados a Equipe de Pessoal para realização de contrato administrativo, no que dispõe o Decreto nº 205/2024, em seu Art. 15º.
II – O Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) deverá ser entregue no dia da perícia médica.
III - A data da avaliação psicológica e perícia médica serão comunicadas ao candidato pela Equipe de Pessoal, após análise da documentação, obedecendo aos prazos legais.
IV - Revogadas as disposições em contrário, este Edital entra em vigor na data de sua Publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, 24 de Setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

REGISTRE - SE E PUBLIQUE - SE

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Cristiele Maiara Dos Santos Sedrez
Código Identificador:EE5DA67A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - EQUIPE DE PESSOAL
EDITAL N° 213/2025

PRORROGA O PRAZO DO EDITAL N°148/2025 QUE DISPÕE SOBRE A INSTRUÇÃO AO RECADASTRAMENTO ANUAL EM ATENDIMENTO AO DECRETO N° 89, DE 23 DE MAIO DE 2023.

ROMILDO BOLZAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Osório, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em virtude ao disposto no item 2.7 do Edital nº 148/2025, bem como o artigo 3º do decreto 89/2023, **PRORROGA O PRAZO PARA OS SERVIDORES QUE NÃO REALIZARAM O RECADASTRAMENTO OU TIVERAM SEU RECADASTRAMENTO INDEFERIDO** ficando estipulado o prazo a contar de **24/09/2025 a 09/10/2025,** para regularização, tendo a notificação encaminhada via e-mail pelo Departamento Pessoal, e ainda tendo cada secretaria um designado para orientar quanto aos servidores que estão com o recadastramento pendente.

Findado o prazo estipulado, conforme previsão no §1º e no §2º do art.3º do decreto nº089/2023 será encaminhada a relação dos servidores para suspensão do pagamento até a regularização do recadastramento, e, abertura de processo administrativo para apurar as responsabilidades de quem deu causa ao descumprimento do recadastramento anual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO, 24 de setembro de 2025.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

REGISTRE - SE E PUBLIQUE – SE

CLAITON LUIZ DOS SANTOS DA ROSA
Secretário de Administração

Publicado por:
Cristiele Maiara Dos Santos Sedrez
Código Identificador:3E27A27F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PRD 118-2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 118/2025
Homologo o resultado da Dispensa de Licitação nº 118/2025, que visa à Aquisição de peças para manutenção do caminhão marca **FORD CARGO**, modelo 2428E, placa IQW 7087, conforme documentação constante no processo nº 5508/2025 e adjudico o objeto descrito no Termo de Referência à empresa **VE3 PEÇAS MECÂNICA DIESEL LTDA** – CNPJ nº 10.349.400/0001-60, pelo valor total de **R$ 6.322,55 (seis mil e trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos).** A decisão está fundamentada no Parecer Jurídico nº 386/2025 e embasadano artigo 75, inciso I, §7, da Lei nº 14.133/2021.
Parobé/RS, 23 de setembro de 2025.

GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR
Prefeito Municipal de Parobé

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:1DBD44C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO DE ADITIVO

1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2025

Processo nº: 4239/2025
Modalidade: Chamamento Público nº 003/2025.
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.
Assunto: Organização, Produção e Realização do Acampamento Farroupilha 2025.

Pelo presente instrumento particular de aditivo ao contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE PAROBÉ/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida João Mosmann Filho, nº 143, inscrita no CNPJ/MF nº 88.372.883/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR, matrícula nº 12.945-1, e a Organização da Sociedade Civil, CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA AZALEIA, inscrita no CNPJ sob nº 29.363.424/0001-00, com sede na Rua Venezuela, nº 420, Bairro Planasa, Parobé/RS, ajustam entre si o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho aprovado, conforme autorização do Gestor da Parceria registrada no Memorando nº 168/2025, com vistas à adequação das metas e atividades necessárias para a plena execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da alteração do Plano de Trabalho, devidamente aprovada pelo Gestor da Parceria por meio do Memorando nº 168/2025, fica alterada a Cláusula Segunda – Dos Recursos Financeiros do Termo de Colaboração nº 004/2025, passando o valor inicialmente pactuado de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para o montante total de R$ 199.990,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Parobé/RS, 17 de setembro de 2025.
ASSINATURAS:
FABIO JULIANO DO AMARAL
GILBERTO MIGUEL GOMES JUNIOR

Publicado por:
José Pedro Pineiro Holderbaum
Código Identificador:18D8F16F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VISO PRI 62-2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 062/2025
Adjudico e Homologo o resultado da Inexigibilidade de Licitação nº 062/2025, cujo objeto é a contratação direta daempresa **RS ARQUITETURA, PLANEJAMENTO URBANO E CONSULTORIA DE TRÂNSITO LTDA** - CNPJ 10.587.712/0001-02, para prestação de serviços de assessoria na área de engenharia de tráfego, planejamento do sistema viário e mobilidade urbana, conforme documentação constante no processo nº 5269/2025 e acolhendo o Parecer Jurídico nº 361/2025, com base no artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo valor

mensal de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), totalizando **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).** Período: 12 (doze) meses.

Parobé/RS, 23 de setembro de 2025.

GILBERTO MIGUEL GOMES JÚNIOR
Prefeito Municipal de Parobé

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:6FF18038

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 2.903/2025

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação

A Prefeita Municipal de Pedras Altas no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei n° 1.816/2024;

DECRETO:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar por redução no Orçamento em vigor no valor de **R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais),** nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição Categoria	Valor
08.01.10.301.1003.2.046	3.3.90.39.00.00.00	1600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Gabinete da Prefeita,
Em 23 de setembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Hemelin Lucas Gomes Rodrigues
Código Identificador:3AC5064A

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTGRATO ADITIVO 05 CONTRATO 79/2022

Contratante: Prefeitura de Pedras Altas
Contratado: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA
Contrato: 79/2022
ADITIVO 05
Modalidade: inexigibilidade 43/2022.
Objeto: Aditivo de 15%
prestação dos serviços de incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer em aterro sanitário licenciado.

Valor: R$ 3.661,63
Dotação: 339039991800.
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025.

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jane Centena Pereira
Código Identificador:FA00815D

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DI 178-2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: FAMURS- Federação das Assoc.s de Município - RGS
Objeto: Pagamento de curso da defesa civil em Porto Alegre, Famurs, de 22 a 23 de setembro.
Valor: R$ 586,00 (quinhentos oitenta e seis reais)
Modalidade: Inexigibilidade 178/2025
Amparo Legal: art. 72 e inciso III letra f do art. 74 da Lei nº 14.133/2021
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:24B19A13

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 425-2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Adriano Rodrigues Nepomuceno
Objeto: Compra de peças veículo eco sport placa ipp3816 ano 2009 chassi 98fzesspo98524135 motor 1.6
Valor: R$ 465,00 (quatrocentos sessenta e cinco reais)
Modalidade: Dispensa por Limite 425/2025
Amparo Legal: art. 75, §7º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:5B164824

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 426-2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Centermedi Comércio de Prod. Hospt. Ltda
Objeto: Aquisição de material farmacológico
Valor: R$ 389,00 (trezentos oitenta nove reais)
Modalidade: Dispensa por Limite 426/2025
Amparo Legal: art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:F54B4468

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 426-2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Centermedi Comércio de Prod. Hospt. Ltda
Objeto: Aquisição de material farmacológico
Valor: R$ 389,00 (trezentos oitenta nove reais)
Modalidade: Dispensa por Limite 426/2025
Amparo Legal: art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:22B6B8B6

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 427/2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Biomax Produtos Odontológicos e Hospitalares
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar através da portaria SES 1098/2023 e portaria SES 510/2025.
Valor: R$ 17.064,20 (dezessete mil sessenta e quatro reais, vinte centavos)
Modalidade: Dispensa por Limite 427/2025
Amparo Legal: art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:96693F32

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DL 429/2025

Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Fapa Topografia c/s LTDA
Objeto: Contratação de empresa para realizar levantamento de georreferenciamento para desapropriação de 0,42 ha para construção de
unidades habitacionais.
Valor: R$ 4.500,00 (quatro mil quinhentos reais)
Modalidade: Dispensa por Limite 429/2025
Amparo Legal: art. 75, II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:0D1F5913

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL PROCESSO 631

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Concorrência - nº 02/2025

O PREFEITO DE PEDRAS ALTAS torna público, que no dia **14 de outubro de 2025**, **às 10h00min**, procederá a abertura da licitação na modalidade **Concorrência nº 02/2025,** tipo Menor Preço Global por Lote, **para CONSTRUÇÃO DE CASAS HABITACIONAIS.** O Edital completo está disponível nos sites: **www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.pedrasaltas.rs.gov.br**. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (53) 991454093 ou pelo e-mail: compras@pedrasaltas.rs.gov.br
Pedras Altas, 23 de setembro de 2025.

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita de Pedras Altas.

Publicado por:
Jorge Vilmar da Silva
Código Identificador:8F0239F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Intenção de Contratação por Dispensa de Licitação 72/2025. **Tipo**: Menor Preço. **Objeto**: Aquisição de:
- 140 Bombonas de 20L de água mineral;
- 10 Bombonas (casco), para reposição de estoque.

Eventuais interessados poderão apresentar propostas no prazo de 03 dias, conforme Art. 75, parágrafo 3º, da Lei 14.133, para o Setor de Compras, pelo e-mail patrimonio@camarapel.rs.gov.br.

Pelotas, 19 de setembro de 2025.

CARLOS JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas

Publicado por:
Letícia Silva Moreira
Código Identificador:B186C924

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Intenção de Contratação por Dispensa de Licitação 73/2025 . **Tipo**: Menor Preço. **Objeto**: contratação de Empresa para ministrar curso sobre "Emendas impositivas individuais e de bancadas conforme art. 166 da Constituição Federal e art. 108 sobre a Lei Orgânica de Pelotas", a realizar-se no período de 2 a 3/10/2025, das 9h às 14h, no Plenário desta Casa Legislativa, para aproximadamente 70 servidores e assessores.
Eventuais interessados poderão apresentar propostas no prazo de 03 dias, conforme Art. 75, parágrafo 3, da Lei 14.133, para o Setor de Compras, pelo e-mail patrimonio@camarapel.rs.gov.br.

Pelotas, 22 de setembro de 2025.

CARLOS JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas

Publicado por:
Letícia Silva Moreira
Código Identificador:69275820

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
LEI Nº 7.470/2025

Câmara Municipal de Pelotas
LEI Nº 7.470, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar política pública de inclusão e democratização do acesso à Fenadoce, por meio de convênio ou termo de cooperação com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas – CDL, e dá outras providências.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que de acordo com o §4º do art. 86, da Lei Orgânica, promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio ou termo de cooperação com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas – CDL, para a implementação do programa de política pública de inclusão e democratização do acesso denominado "Vem pra Fenadoce".

Art. 2º O programa consistirá em:

I - Benefício de 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso para moradores de Pelotas inscritos no Cadastro Único (CadÚnico).

II - Benefício de 50% (cinquenta por cento) do valor da meia entrada para crianças de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), o que equivalerá a um quarto do valor integral.

III - O benefício aplica-se exclusivamente aos dias de segunda a quarta-feira, durante o período oficial de realização da FENADOCE, no seu horário de funcionamento, sem direito a doce cortesia.

Art. 3º Fica autorizada a renovação automática do programa a cada edição da Fenadoce, se houver interesse das partes conveniadas.

Parágrafo Único - A operacionalização e a promoção do programa ficarão a cargo da CDL e do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unidade de Apoio Legislativo, 23 de setembro de 2025.

CARLOS RENATO BENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAULO CÉSAR COITINHO DOS SANTOS
1ª Secretário

Publicado por:
Leonardo Gonçalves Amaral
Código Identificador:DE989ADE

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
LEI Nº 7.471/2025

Câmara Municipal de Pelotas

LEI Nº 7.471, DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar política pública de inclusão e democratização do acesso à Fenadoce, por meio de convênio ou termo de cooperação com o Consórcio do Transporte Coletivo de Pelotas – CTCP, e dá outras providências.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber que de acordo com o §4º do art. 86, da Lei Orgânica, promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir política pública de inclusão social e democratização do acesso à Feira Nacional do Doce – Fenadoce, através da concessão de desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da tarifa de transporte coletivo urbano para cidadãos moradores de Pelotas, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com cadastro atualizado, para fins de deslocamento de ida e volta à Fenadoce.

§1º O benefício previsto no caput será válido para o deslocamento de ida e volta ao local da feira no período de segunda-feira a quarta-feira, durante os dias oficiais de realização da Fenadoce.

§2º A operacionalização da política pública se dará por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), mediante celebração de convênio ou termo de cooperação com o Consórcio do Transporte Coletivo de Pelotas – CTCP.

§3º A Secretaria Municipal de Assistência Social e o Consórcio do Transporte Coletivo de Pelotas – CTCP, definirão os critérios operacionais e logísticos de acesso ao benefício, inclusive as linhas dedicadas, ponto de saída e chegada e o formato de comprovação do cadastro ativo.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 3º As despesas decorrentes das linhas exclusivas à Fenadoce se darão única e exclusivamente pelo custeio através das passagens e contrapartida do Consórcio do Transporte Coletivo de Pelotas – CTCP, sem qualquer ônus ao Poder Executivo Municipal. Eventuais despesas da execução, caso hajam desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unidade de Apoio Legislativo, 23 de setembro de 2025.

CARLOS RENATO BENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAULO CÉSAR COITINHO DOS SANTOS
1ª Secretário

Publicado por:
Leonardo Gonçalves Amaral
Código Identificador:69AF33CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que realizará dispensa de licitação eletrônica para a Secretaria abaixo descrita:

DE Nº 095/2025 – SMOP, contratação de empresa prestação de serviço de telefonia fixa e internet. Abertura: 9h do dia 29/09/2025.
DE Nº 079/2025 – GAB. PREFEITO, contratação de empresa prestação de serviço de telefonia fixa e internet. Abertura: 9h do dia 30/09/2025.
DE Nº 109/2025 – SMF, contratação de empresa prestação de serviço de internet banda larga para atender ao CEBM Pelotas. Abertura: 9h do dia 1/10/2025.
DE Nº 131/2025 – GAB. PREFEITO, contratação de serviço de reforma de cadeiras. Abertura: 9h do dia 1/10/2025.

Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:3D47855F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público que realizará licitação na modalidade de pregão eletrônico:

RP PE Nº 088/2025 – SME – SMS - SAS, aquisição de gêneros de alimentação - carnes. Abertura: 9h do dia 07/10/2025.

Outras informações poderão ser obtidas no D.C.G., e-mail: licitacaopmpelotas@gmail.com ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:6EB7DE4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5120/2025 – GPM

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº5120/2025**, promovida pelo **Gabinete do Prefeito**, para contratação de renovação de certificado digital, em favor da seguinte empresa:

PRATICA CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA (CNPJ:14.911.562/0001-00). No valor total de R$199,00 (cento e noventa e nove reais), através do Empenho nºE023129/2025.

Em conformidade com o DFD nº057/2025 - GPM, SC005120/2025, processo nº 200.086516/2025, anexo ao Memorando CCGOF:003445/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:892DD27E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5121/2025 – GPM

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº5121/2025**, promovida pelo **Gabinete do Prefeito**, para contratação de emissão de certificado digital, em favor da seguinte empresa:

ACADEMICA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA (CNPJ:90.489.196/0001-12). No valor total de R$275,74 (duzentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), através do Empenho nºE023130/2025.

Em conformidade com o DFD nº058/2025 - GPM, SC005121/2025, processo nº 200.086525/2025, anexo ao Memorando CCGOF:003460/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:C547C1EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5173/2025 – SMS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº5173/2025**, promovida pela **Secretaria Municipal de Saúde**, para contratação de renovação de seguro veicular placas JBJ7G21; JBJ7G24 e IYZ4H01, em favor da seguinte empresa:

GENTE SEGURADORA SA (CNPJ:90.180.605/0001-02). No valor total de R$12.070,88 (doze mil setenta reais e oitenta e oito centavos), através do Empenho nºE023077/2025.

Em conformidade com o DFD nº641/2025 - SMS, SC005173/2025, processo nº 200.085986/2025, anexo ao Memorando:011102/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ANGELA MOREIRA VITORIA
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:C9A4A1F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5285/2025 – GPM

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº5285/2025**, promovida pelo **Gabinete do Prefeito**, para Aquisição de carimbo, em favor da seguinte empresa:

GLAUCIO FERNANDO MARINS GONÇALVES & CIA LTDA (CNPJ:01.559.052/0001-65). No valor total de R$28,00 (vinte e oito reais), através do Empenho nºE023132/2025.

Em conformidade com o DFD nº062/2025 - GPM, SC005285/2025, processo nº 200.086572/2025, anexo ao Memorando CCGOF:003646/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:9D710C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – RPE 060/2024 SME - SMS - SAS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público o resultado da licitação via **REGISTRO DE PREÇOS - RPE Nº 060/2024 – SME - SMS - SAS**, para aquisição de **PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO**.

Empresas vencedoras:
Item 01: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 23,76.
Item 02: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 23,76.
Item 03: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 23,76.
Item 04: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 23,76.
Item 05: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, no valor unitário de R$ 0,18.
Item 06: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 1,52.
Item 07: fracassado.
Item 08: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 0,76.
Item 09: HIGIVITAL COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA, no valor unitário de R$ 1,76.
Item 10: DINAMO EXPRESS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, no valor unitário de R$ 290,00.
Item 11: DINAMO EXPRESS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, no valor unitário de R$ 290,00.

Outras Informações poderão ser obtidas no D.C.G., localizado na Rua Santos Dumont nº 149, ou através do e-mail licitacaopmpelotas@gmail.com. No site ww.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:87653D6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – RP PE 017/2025 SME

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público o resultado da licitação via **REGISTRO DE PREÇOS - RPE Nº 017/2025 – SME**, para aquisição de **MEDALHAS E TROFÉUS**.

Empresas vencedoras:

Item 01: ROGER ANDRE BRAUN ME, no valor unitário de R$ 35,23.
Item 02: ROGER ANDRE BRAUN ME, no valor unitário de R$ 22,99.
Item 03: ROGER ANDRE BRAUN ME, no valor unitário de R$ 4,75.
Item 04: ROGER ANDRE BRAUN ME, no valor unitário de R$ 2,97.

Outras Informações poderão ser obtidas no D.C.G., localizado na Rua Santos Dumont nº 149, ou através do e-mail licitacaopmpelotas@gmail.com. No site ww.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:0E7AE1C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL N° 04/2025 DE SELEÇÃO E CADASTRO RESERVA DE FORMADORES MUNICIPAIS PROLEEI 2025/2026

O Município de PELOTAS, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público o **EDITAL N° 04/2025 DE SELEÇÃO E CADASTRO RESERVA DE FORMADORES MUNICIPAIS PROLEEI 2025/2026**, que se encontra disponível em: https://transparencia.pelotas.com.br/informacoespublicas/publicacoes/publicacao.php?id_publicacao=365&ano=2025 .

NAILÊ PINTO IUNES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Juliana de Freitas da Silva
Código Identificador:F7E57353

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP comunica a ABERTURA do Pregão Eletrônico abaixo relacionado, conforme segue:

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2025: Contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços de coleta domiciliar urbana e rural, coleta conteinerizada, coleta seletiva de resíduos recicláveis, coleta de óleo saturado de cozinha e respectivos transportes até o destino final.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Menor Preço

LOCAL, DATA E HORÁRIO: Às 09h00 do dia 29/09/25 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

GEORGE ALEXANDER BUCHNVEITZ SALYBI
Pregoeiro do SANEP

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente Do SANEP

Publicado por:
Vanessa Cavalheiro Farias
Código Identificador:0AB42C48

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1017/2025

DFD 35/2025 – DLA

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material Permanente, em favor da seguinte empresa:

- TECNAL IND. COM. IMP. E EXP. DE EQUIP. P/ LABORATÓRIOS: (CNPJ: 47.010.566/0001-68). No valor total de R$ 9.793,00 (Nove mil e setecentos e noventa e três reais), através do Empenho N S003527/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1017/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:13EBFEF4

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1019/2025

DFD 05/2025 – DCM

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material Permanente, em favor da seguinte empresa:

- BOREAL BRASIL TECNOLOGIA EIRELI - ME: (CNPJ: 24.111.167/0001-98). No valor total de R$ 48.950,00 (Quarenta e oito mil e novecentos e cinquenta reais), através do Empenho N S003528/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1019/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:3047EC31

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1037/2025

DFD 32/2025 – DEPA

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- DANIEL SILVA SOARES: (CNPJ: 32.527.463/0001-00). No valor total de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) através do Empenho N S003514/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1037/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:C65C3F32

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1038/2025

DFD 135/2025 – DCL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- NELIA MARIA CYRINO LEAL INDÚSTRIA DE MATERIAIS: (CNPJ: 11.109.083/0001-78). No valor total de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), através do Empenho N S003535/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1038/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:A1386073

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1039/2025

DFD 136/2025 – DAL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- EMETEC COMERCIAL E INSTALADORA LTDA: (CNPJ: 91.243.790/0001-91). No valor total de R$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais), através do Empenho N S003536/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1039/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:E6C8A83B

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1040/2025

DFD 136/2025 – DCL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- ALPHA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA: (CNPJ: 45.249.664/0001-27). No valor total de R$ 3.161,60 (Três mil e cento e sessenta e um reais e sessenta centavos), através do Empenho N S003529/2025.

- COMERCIAL GUIGO LTDA: (CNPJ: 03.068.955/0001-79). No valor total de R$ 937,50 (Novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), através do Empenho N S003530/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1040/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:88006B8D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1042/2025

DFD 137/2025 – DAL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- LOJAS QUERO-QUERO S.A.: (CNPJ: 96.418.264/0408-66). No valor total de R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais), através do Empenho N S003538/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1042/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:3E8B33CD

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1043/2025

DFD 141/2025 – DCL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA PORTO: (CNPJ: 41.613.690/0001-31). No valor total de R$ 1.200,00 (Mil e duzentos reais) através do Empenho N S003540/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1043/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:61FEB4B9

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 1049/2025

DFD 116/2025 – DAL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- LAURA PALHARES KIRST DE ALMEIDA: (CNPJ: 18.408.870/0001-60). No valor total de R$ 3.850,00 (Três mil e oitocentos e cinquenta reais), através do Empenho N S003543/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 1049/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:28030686

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 734/2025

DFD 53/2025 – DEL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- EDERSON GUILHERME DA COSTA BARROS LTDA: (CNPJ: 01.304.891/0001-32). No valor total de R$ 720,00 (Setecentos e vinte reais) através do Empenho N S002800/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 734/2025.

Pelotas, 22 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:901C558D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 839.1/2025

DFD 21/2025 – SUPIN

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- TECHWALL LTDA: (CNPJ: 48.891.585/0001-03). No valor total de R$ 5.920,00 (Cinco mil e novecentos e vinte reais), através do Empenho N S003185/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 839/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:A17243F9

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 839.2/2025

DFD 21/2025 – SUPIN

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- WALLTECH OBRAS DE ACABAMENTO EIRELI: (CNPJ: 33.861.015/0001-01). No valor total de R$ 1.770,00 (Mil e setecentos e setenta reais) através do Empenho N S003190/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 839/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:1786847D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 840.1/2025

DFD 22/2025 – SUPIN

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- TECHWALL LTDA: (CNPJ: 48.891.585/0001-03). No valor total de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), através do Empenho N S003006/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 840/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:BC3531FE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 840.2/2025

DFD 22/2025 – SUPIN

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- WALLTECH OBRAS DE ACABAMENTO EIRELI: (CNPJ: 33.861.015/0001-01). No valor total de R$ 1.036,00 (Mil e trinta e seis reais) através do Empenho N S003186/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 840/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:379E7D2E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 861/2025

DFD 34/2025 – DLA

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- G GOTUZZO E CIA LTDA: (CNPJ: 87.651.345/0001-93). No valor de R$ 54,00 (Cinquenta e quatro reais), através do Empenho N S003041/2025 e R$ 81,20 (Oitenta e um reais e vinte centavos), através do Empenho N S003498.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 861/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:B54BBE82

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 864/2025

DFD 24/2025 – DELO

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Contratação de Serviços de Terceiros, em favor da seguinte empresa:

- DIEGO DIAS DOMINGUES: (CNPJ: 24.921.759/0001-75). No valor total de R$ 800,00 (Oitocentos reais) através do Empenho N S003044/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 864/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:D4D37304

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 865/2025

DFD 12/2025 – DME

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo e Permanente, em favor da seguinte empresa:

- LAURA PALHARES KIRST DE ALMEIDA: (CNPJ: 18.408.870/0001-60). No valor total de R$ 60,00 (Sessenta reais), através do Empenho N S003114/2025.

- GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA: (CNPJ: 89.237.911/0001-40). No valor total de R$ 10.015,86 (Dez mil e quinze reais e oitenta e seis centavos), através do Empenho N S003167/2025.

- DISCAL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA: (CNPJ: 12.707.005/0001-38). No valor total de R$ 11.775,80 (Onze mil e setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), através do Empenho N S003399/2025.

- FERRAGEM LORENZET LTDA: (CNPJ: 88.318.456/0001-45). No valor total de R$ 2.068,42 (Dois mil e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), através do Empenho N S003400/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 865/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:980A7217

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 974/2025

DFD 99/2025 – DAL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- LAURA PALHARES KIRST DE ALMEIDA: (CNPJ: 18.408.870/0001-60). No valor total de R$ 3.140,00 (Três mil e cento e quarenta reais), através do Empenho N S003526/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 974/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:0900A6B2

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 975/2025

DFD 13/2025 – DON

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- BHATEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA: (CNPJ: 82.150.483/0001-75). No valor total de R$ 19.892,75 (Dezenove mil e oitocentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), através do Empenho N S003533/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 975/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:216EBD10

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 977/2025

DFD 121/2025 – DEL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- RAFAEL FORTUNA DE FREITAS: (CNPJ: 35.402.157/0001-28). No valor total de R$ 457,50 (Quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), através do Empenho N S003397/2025.

- MAX MATERIAL ELÉTRICO LTDA: (CNPJ: 01.793.315/0001-04). No valor total de R$ 132,44 (Cento e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), através do Empenho N S003398/2025.

- MARCANT COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA: (CNPJ: 00.715.765/0001-08). No valor total de R$ 1.055,28 (Mil e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), através do Empenho N S003476/2025.

- CRP MATERIAIS ELÉTRICOS: (CNPJ: 23.238.674/0001-24). No valor total de R$ 5.880,00 (Cinco mil e oitocentos e oitenta reais), através do Empenho N S003515/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 977/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:64927CD3

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PD Nº 999.2/2025

DFD 120/2025 – DEL

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP, através do Departamento de Materiais - DEMT, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, torna pública a dispensa de licitação, objetivando a Aquisição de Material de Consumo, em favor da seguinte empresa:

- GC2 MATERIAIS ELETRICOS LTDA: (CNPJ: 18.530.175/0001-76). No valor total de R$ 70,00 (Setenta reais), através do Empenho N S003534/2025.

Em conformidade com o processo e Dispensa de Licitação Nº 999/2025.

Pelotas, 23 de setembro de 2025.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Gabriel Chaves Gomes
Código Identificador:6F79F035

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
RESOLUÇÃO Nº 03/2025 DENOMINA A SALA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL, COMO "DR AIRTON ESPÍNDOLA CORRAL".

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do
Rio Grande do Sul.
FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.
Art. 1º- Passa a denominar a sala da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, como "DR
AIRTON ESPÍNDOLA CORRAL".
Parágrafo Único – uma placa com o nome será colocada na sala da Assessoria Jurídica da
Câmara para denominá-la.
Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação.
Gabinete da Presidência, 22 de Setembro de 2025.

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

Publicado por:
Leonardo Oliveira de Oliveira
Código Identificador:4D884BD4

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
RESOLUÇÃO Nº 04/2025 DENOMINA A TRIBUNA DA CÂMARA MUNICIPAL, COMO "TRIBUNA VEREADOR MAURO CASTRO".

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.
FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.
Art. 1º- Passa a denominar a Tribuna da Câmara Municipal, como "Tribuna Vereador Mauro Castro".
Parágrafo Único – uma placa com o nome será colocada na Tribuna da Câmara para denominá-la.
Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Gabinete da Presidência, 22 de Setembro de 2025.

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

Publicado por:
Leonardo Oliveira de Oliveira
Código Identificador:12BAE9BB

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
RESOLUÇÃO Nº 06/2025 CRIA O AUDITORIO DA CÂMARA MUNICPAL COMO "CEZALTINO FARIAS DE MATOS"

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.
FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.
Art. 1º- Passa a denominar o Auditório da Câmara Municipal, como "Cezaltino Farias De Matos".
Parágrafo Único – uma placa com o nome será colocada no Auditório da Câmara para denomina-lo.
Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Gabinete da Presidência, 22 de Setembro de 2025.

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

Publicado por:
Leonardo Oliveira de Oliveira
Código Identificador:AD2FB32D

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
RESOLUÇÃO Nº 07/2025 DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PIRATINI.

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.
Art.1º Fica autorizada a concessão de estágio não curricular, no âmbito da Câmara Municipal de Piratini, a estudantes do ensino médio, da educação profissional, de classes especiais e da educação superior.
Art.2º O estágio observará o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, na Lei nº 9.394/1996 e as seguintes condições:
I – não gerará vínculo empregatício;
II – não poderá exceder 2 (dois) anos, salvo no caso de estagiário com deficiência;
III – será formalizado por termo de compromisso entre a Administração, o estudante, a instituição de ensino e, se houver, o agente de integração;
IV – o estudante deverá comprovar matrícula e frequência regulares;
Art.3º A Câmara Municipal poderá firmar acordo de cooperação com instituições de ensino ou contratar agentes de integração.
Art.4º A quantidade de vagas ofertada será definida pela Mesa Diretora, mediante Resolução de Mesa, respeitando os seguintes limites:
I – de 1 (um) a 5 (cinco) servidores: 1 (um) estagiário;
II – de 6 (seis) a 10 (dez) servidores: até 2 (dois) estagiários;
III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) servidores: até 5 (cinco) estagiários;
IV – acima de 25 (vinte e cinco) servidores: até 20% (vinte por cento) de estagiários.
§ 1º Considera-se quadro de pessoal o total de servidores do Legislativo.
§ 2º Fica reservada a cota de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com deficiência.
Art.5º A oferta e o preenchimento das vagas serão efetivados por edital público, que especificará os critérios de participação e seleção.
Parágrafo único. A escolha do estagiário, quando se tratar de estágio não curricular obrigatório, será feita por meio de processo seletivo ou prova de conhecimento mínimo, de acordo com as exigências técnicas de cada caso, observada a proporcionalidade do grau de escolaridade.
Art.6º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:
I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
Art.7º Será paga bolsa-auxílio no valor de:
a) R$ 702,00 (setecentos e dois reais) para estudantes da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;
b) R$ 1.002,77 (mil e dois reais e setenta e sete centavos) para estudantes do ensino superior.
§ 1º Os valores da bolsa-auxílio serão reajustados anualmente, no mesmo índice e na mesma data da revisão geral da remuneração dos servidores da Câmara Municipal.
§ 2º Serão descontados do valor da bolsa-auxílio os dias de falta, bem como parcelas proporcionais aos atrasos e saídas antecipadas.
Art.8º Será devido auxílio-transporte, quando necessário, exceto no período de recesso.
Art.9º Nos estágios de duração igual ou superior a 1 (um) ano, será concedido recesso remunerado de 30 (trinta) dias, preferencialmente durante as férias escolares.
Parágrafo único. O recesso poderá ser concedido de forma contínua ou fracionada, conforme o termo de compromisso, observada a proporcionalidade com o período de estágio transcorrido.
Art.10º Os estagiários deverão possuir um supervisor, indicado pelo Presidente da Câmara, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, observando-se o limite máximo de 5 (cinco) estagiários por supervisor.
Art.11º Compete aos Supervisores de Estágio:
I – orientar o estagiário na iniciação do trabalho, propiciando a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos ou escolares;
II – designar atividades compatíveis com a área de formação do estagiário;
III – proceder à avaliação de desempenho do estagiário, a cada 6 (seis) meses, em formulário próprio fornecido pelo agente de integração;
IV – visar o Relatório de Atividades elaborado pelo estagiário e remetido à instituição de ensino.
Art. 12º Compete aos estagiários:
I – cumprir a programação do estágio, comunicando à Câmara Municipal, ao agente de integração e à instituição de ensino qualquer fato que impossibilite a continuidade de suas atividades;
II – observar as normas internas do Poder Legislativo, exercendo as atividades com zelo, urbanidade e assiduidade;
III – atender às orientações da chefia e/ou do supervisor de estágio;
IV – cumprir o horário estabelecido;
V – manter sigilo sobre informações de que tiver conhecimento no exercício das atividades;
VI – comprovar, no início de cada semestre, a rematrícula e, se for o caso, o aproveitamento acadêmico ou escolar;
VII – comunicar imediatamente à unidade responsável por estágios qualquer mudança de instituição de ensino ou curso, bem como o trancamento ou conclusão do mesmo.
Art.13º O estágio será encerrado nas seguintes hipóteses:
I – automaticamente, ao término do prazo estabelecido;
II – a qualquer tempo, por conveniência e interesse da Câmara Municipal, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;
III – a pedido do estagiário;
IV – pela suspensão, interrupção ou conclusão do curso na instituição de ensino.
Art.14º Em caso de encerramento da relação de estágio antes do prazo previsto no termo de compromisso, fica assegurada a indenização correspondente ao período de recesso a que o estagiário faria jus.
Art.15º À Câmara Municipal incumbe a contratação de seguro contra acidentes pessoais para o estágio não curricular, conforme estabelecido no termo de compromisso.
Parágrafo único. Quando o estágio se efetivar por meio de agentes de integração, será deste a obrigação de contratar o seguro de acidentes pessoais.
Art.16º Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.
Parágrafo único. Para aceitação do estagiário, é requisito a apresentação de atestado médico que comprove aptidão física e mental.
Art.17º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art.18º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, 22 de Setembro de 2025.

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

Publicado por:
Leonardo Oliveira de Oliveira
Código Identificador:947E4EF8

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
RESOLUÇÃO Nº 2025 08/ ALTERA O CAPUT DO ART. 2º, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI.

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.
FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.
Art. 1º - O caput do Art. 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º - A Câmara realizará as suas reuniões em sua sede oficial, à Rua Bento Gonçalves, nº 6."
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, de 2025. 22 de Setembro

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

Publicado por:
Leonardo Oliveira de Oliveira
Código Identificador:2BEA776F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 043/2025

Marcio Manetti Porto, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a pessoa abaixo relacionada para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Governança de Piratini, na Rua Comendador Freitas nº 255 ou pelo telefone (53) 991707849, a fim de assumir Contrato Temporário, conforme Lei n° 2.575/2025. **O não comparecimento no prazo de 05 dias a contar desta data será entendido que o candidato desistiu do contrato.**
Motorista
38° - Alex Silveira Pereira
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DE PIRATINI, EM 24 DE SETEMBRO DE 2025.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

CARLOS MORAES GARCIA
Secretário Municipal de Governança

Publicado por:
Michele Alves Cruz
Código Identificador:7EF56FF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSITÊNCIA SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28 E 29/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE POUSO NOVO, com endereço na Rua Domingos Bonacina, 125 - centro, Pouso Novo/RS, torna público, que estará recebendo documentação de habilitação e proposta para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO NOVO-RS,** no dia 06 de outubro de 2025, ás 09:00 h. Mais informações sobre o edital no endereço supra e/ou pelo telefone (51) 3775-1100 ou pelo e-mail: compras@pousonovo.rs.gov.br ou pelo site: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e http://www.pousonovo.rs.gov.br/.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2025
A Prefeitura Municipal de Pouso Novo/RS, TORNA PÚBLICO que no dia 08 de outubro de 2025, às 09:00 horas, estará recebendo a documentação de habilitação e propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VOLTADAS A DANÇAS PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POUSO NOVO**. Mais informações sobre o edital no endereço supra e/ou pelo telefone (51) 3775-1100 ou pelo e-mail: compras@pousonovo.rs.gov.br ou pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br e http://www.pousonovo.rs.gov.br/. Pouso Novo, 24 de setembro de 2025.

CARLOS ALBERTO BONACINA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derly Henrique Ferla
Código Identificador:2BC85491

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 023/2021. **Data de Abertura:** 06/05/2021. **Tipo**: Menor preço por item. **Objeto:** ADITIVO nº 07 ao qual foi contratada a inclusão de nova dotação orçamentária, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de passageiros. **Data do aditivo:** 23/09/2025.
Quaraí, 23 de setembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:D1AD177D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 028/2021. **Data de Abertura:** 27/05/2021. **Tipo**: Menor preço por item. **Objeto:** ADITIVO nº 08 ao qual foi contratada a inclusão de nova dotação orçamentária, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de passageiros. **Data do aditivo:** 23/09/2025.
Quaraí, 23 de setembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:11D1C521

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE AUMENTO DE QUANTIDADES
Modalidade: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 069/2024. **Data do aditivo:** 16/09/2025. **Objeto:** ADITIVO 1**, Termo Aditivo de alteração por acréscimo quantitativo,** dentro do limite legal permitido de 25% (vinte e cinco por cento), ao contrato nº. 494/2024, referente ao item 01, para que seja acrescido ao contrato original 1.250 (mil, duzentos e cinquenta) litros para a Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania – SMASC e 150 (cento e cinquenta litros para a Secretaria Municipal do Desporto e Lazer – SEDEL, que tem como OBJETO o Registro de Preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E

DIESEL S10), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, conforme discriminados no Anexo I do edital. **Empresa Contratada:** M.M Vieira Calixto. **Valor Total Estimado do Contrato:** R$ 732.775,68 (setecentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). **Valor do Acréscimo:** R$ 8.408,32 (oito mil quatrocentos e oito reais e trinta e dois centavos). **Valor Total Estimado com o Acréscimo:** 741.184,00 (setecentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais). As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
Quaraí/RS, 23 de setembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:E0990DC8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
O Município de Quaraí, através do Setor de Licitações, torna público para amplo conhecimento dos interessados, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea *d)* da Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, que ratificou o seguinte aditivo contratual: **Origem:** Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 031/2025. **Data do Aditivo:** 22/09/2025. **Objeto**: **ADITIVO Nº 1** para o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços do item 74, constante no contrato original nº 114/2025, firmando entre as partes na data de 27/05/2025, cujo objeto é o registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento futuro e fracionado, conforme demanda, de Gêneros Alimentícios, que serão utilizados na alimentação escolar dos alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Empresa Contratada:** ABF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-ME. **Valor Contratado:** item 74-R$ 6,69 (seis reais e sessenta e nove centavos). **Valor com o Reequilíbrio**: item 74-R$ 7,42 (sete reais e quarenta e dois centavos).
Quaraí, 23 de setembro de 2025.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:7A7A0598

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENTORA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.957/2025

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS, Prefeito Municipal em Exercício de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **ELE** sanciona e promulga a seguinte:
L E I

Art. 1º- Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, I, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo os programas com as respectivas diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º- Para efeitos desta Lei, entende-se por:
I - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
II - Programa Finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;
III – Programa de Gestão e Manutenção de Serviços: é único para todos os órgãos e entidades da administração municipal reunindo as ações de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle das políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos;
IV – Encargos Especiais do Município: programa de natureza apenas orçamentária, que engloba ações não associáveis aos programas finalísticos ou ao programa de gestão e manutenção de serviço, não figurando na programação do PPA 2026-2029;
IV - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;
V - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
VI - Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 3º- Os valores constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, seus créditos adicionais e respectiva execução, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação em vigor à época.

Art. 4º- As metas físicas das ações estabelecidas para o período de vigência desta lei se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 5º- A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.

Art.6º- A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 7º- Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, republicar e divulgar as alterações ocorridas nos anexos I, II e II desta lei para:
I - conciliá-los com as alterações ocorridas em função dos arts. 5º e 6º;
II - readequar adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;
III - incluir, excluir ou alterar o órgão ou unidade responsável pelo programa e/ou ação;
IV - incluir, excluir ou alterar os indicadores de desempenho dos programas.

Parágrafo único. As atualizações de que trata este artigo serão informadas à Câmara de Vereadores e divulgadas em sítio eletrônico oficial.

Art.8º- O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, ou, na falta destes, com base na realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas será feito sob a coordenação da Secretaria de Administração, a quem compete:
I – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;
II - definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;
III - auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e
IV – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 9º- Acompanham o Plano Plurianual, as seguintes tabelas, de caráter meramente informativo:
I – Tabela 01 – Memória de Cálculo das Estimativas de Receitas para o período de 2026 a 2029;
II – Tabela 02 – Estimativas da Receita Corrente Líquida;
III – Tabela 03 – Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2029;
IV – Tabela 04 – Estimativa de Valores Máximos Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas do Poder Legislativo;
V – Tabela 05 – Estimativa de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem Financiados com Recursos vinculados à Educação;
VI – Tabela 06 – Estimativa de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem Financiados com Recursos vinculados à Saúde;
VII – Tabela 07 – Estimativa de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem Financiados com Recursos vinculados à Assistência Social;
VIII – Tabela 08 - Estimativa de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem Financiados com Recursos do RPPS;
IX – Tabela 09 Avaliação Global / Consolidação de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas do PPA

Art. 10º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA-RS, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

NOELI DE OLIVEIRA PEREIRA
Secretaria Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se
Em 23 de Setembro de 2025

Publicado por:
Andressa Mainardi Dos Santos
Código Identificador:9E35E312

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 1186/2025 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025
JOÃO CARLOS ANGELI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo nº 1186/2025, dispensa de licitação nº 004/2025, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação direta da empresa **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO CALÇADO DE ROLANTE,** inscrita no CNPJ n.º 91.110.569/0001-65, para prestação de serviços de publicação mensal de matérias institucionais e informativas em jornal de circulação mensal, com espaço de ¼ (um quarto) de página, no periódico Folha do Sapateiro, visando à divulgação de atos, ações e informações de interesse público da Câmara de Vereadores de Riozinho. O valor total da contratação é de R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais), nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Riozinho, 23 de setembro de 2025.

JOÃO CARLOS ANGELI
Presidente da Câmara de Vereadores De Riozinho/RS

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:BE638DAA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1186/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2025.
FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO: ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL 14.133/2021.
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE RIOZINHO/RS.
CONTRATADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO CALÇADO DE ROLANTE, inscrita no CNPJ n.º 91.110.569/0001-65.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação para prestação de serviços de publicação mensal de matérias institucionais e informativas em jornal de circulação mensal, com espaço de ¼ (um quarto) de página, no periódico Folha do Sapateiro, visando à divulgação de atos, ações e informações de interesse público da Câmara de Vereadores de Riozinho.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA ASSINATURA: 23/09/2025.
Riozinho/RS, 23 de setembro de 2025.

JOÃO CARLOS ANGELI
Presidente da Câmara de Vereadores de Riozinho/RS

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:72954FAF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 1167/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2025
AIRTON TREVIZANI DA ROSA, Prefeito Municipal, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo nº 1167/2025, dispensa de licitação nº 104/2025, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação direta da empresa **MOACIR CASAGRANDE –** inscrita no CNPJ n.º 04.175.420/0001-60, para aquisição de cestas básicas, conforme Processo nº 59051.042706/2025-52 da Defesa Civil, para atendimento à população rural do Município de Riozinho/RS, cuja subsistência provém da agricultura, agravada pela estiagem reconhecida pelo Decreto Municipal nº 019, de 02 de abril de 2025, que declarou Situação de Emergência na área rural do município afetada por estiagem – COBRADE 14.110, conforme legislação aplicável, com recursos autorizados para liberação pela Portaria nº 1.644, de 26 de maio de 2025, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. O valor total

da contratação é de R$ 22.915,36 (Vinte e dois mil, novecentos e quinze reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021. Riozinho, 23 de setembro de 2025.

AIRTON TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:8F193D19

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1167/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2025.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2025.
FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO: ART. 75, INCISO VIII DA LEI FEDERAL 14.133/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIOZINHO/RS.
CONTRATADO: MOACIR CASAGRANDE – inscrita no CNPJ n.º 04.175.420/0001-60
OBJETO: Aquisição de cestas básicas, conforme Processo nº 59051.042706/2025-52 da Defesa Civil, para atendimento à população rural do Município de Riozinho/RS, cuja subsistência provém da agricultura, agravada pela estiagem reconhecida pelo Decreto Municipal nº 019, de 02 de abril de 2025, que declarou Situação de Emergência na área rural do município afetada por estiagem – COBRADE 14.110, conforme legislação aplicável, com recursos autorizados para liberação pela Portaria nº 1.644, de 26 de maio de 2025, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 22.915,36 (Vinte e dois mil, novecentos e quinze reais e trinta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 30 (Trinta) Dias.
DATA ASSINATURA: 23/09/2025.
Riozinho/RS, 23 de setembro de 2025.

AIRTON TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:5961D452

SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A MAIOR N° 001/2025

Ata de Registro de Preços nº 013/2025
Pregão Eletrônico nº 003/2025
Processo nº 1079/2025

O **MUNICÍPIO DE RIOZINHO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Guerino Pandolfo, n° 580, com inscrição no CNPJ sob n° 92.401.553/0001-74, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **AIRTON TREVIZANI DA ROSA**, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa **A. G. KIENEN E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.497/0001-65, com sede na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 87, Bairro: Fraron, Pato Branco/PR – Cep: 85.503-350, neste ato representado pelo Sr. **ADEMIR GERALDO KIENEN,** portador do CPF sob nº 329.***.**-15, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente Termo Aditivo na forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Mediante o presente instrumento, e de comum acordo entre as partes, fica estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro do Item 110, NITROFURANTOINA - 100MG, da Ata de Registro de Preços nº 013/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 003/2025, Processo nº 1079/2025. Nos termos da Cláusula Quinta – Alteração ou Atualização dos Preços Registrado**s**, o valor unitário originalmente fixado em R$ 0,022 passa a ser atualizado para R$ 0,2534.

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E por estarem plenamente acordes, as partes firmam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, elegendo o foro da Comarca de Taquara/RS como competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele.
Riozinho, 23 de setembro de 2025.

AIRTON TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

ADEMIR GERALDO KIENEN
A. G. Kienen e CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:4D26D4E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
PORTARIA N.º 754/2025 DESIGNA COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB

LEANDRO CARAFFINI VENERAL, Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Sul, RS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com a Lei Federal n.º 11.445/2007 e de conforme Memorando Interno SAMA n.º 077/2025.
RESOLVE:
Art. 1º. Instituir a Comissão de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.
I – **Rosana Donato** – Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
II – **Hesley Limberger** – Representante do Setor Técnico;
III – **Zósimo Edelmiro Ribas** – Representante da Secretaria de Saúde;
IV – **Valdir Augusto Scheid** – Representante da Secretaria da Fazenda;
V – **João Guilherme Corvalão** – Representante da Assessoria de Planejamento;
VI – **Luís Fernando Moraes da Silva Hauenstein** – Representante da Secretaria de Obras, Habitação, Viação e Serviços Públicos.
Art. 2º. Dentre os membros designados para compor a Comissão de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, fica designada a Servidora **Rosana Donato**, matrícula funcional n.º 3927, como Coordenadora da Comissão de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor nesta data.

Santa Bárbara do Sul, RS, 22 de setembro de 2025.

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARRI LEONEL BAZZANELLA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eroni Teresinha Barbosa
Código Identificador:4229CDBD

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
PORTARIA N.º 755/2025 DESIGNA GESTOR E FISCAL

LEANDRO CARAFFINI VENERAL, Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para atuarem como gestor e fiscal, referente à solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, para fiscalização de contratos expedidos com base no Pregão Eletrônico nº 041/2025, Registro de Preços nº 033/2025, cujo objeto é aaquisição de gêneros alimentícios.
Gestor:
Andrea Bóllico Saratti
Fiscal:
Laura Gabriela de Oliveira e Flávia Fernanda Froz Ferreira
Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Santa Bárbara do Sul, RS, 22 de setembro de 2025.

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARRI LEONEL BAZZANELLA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eroni Teresinha Barbosa
Código Identificador:AD102C46

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
PORTARIA N.º 756/2025 DESIGNA GESTOR E FISCAL

LEANDRO CARAFFINI VENERAL, Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para atuarem como gestor e fiscal, referente à solicitação da Secretaria de Assistência Social, para fiscalização de contratos expedidos com base no Pregão Eletrônico nº 039/2025,Ata de Registro de Preços nº 032/2025, cujo objeto é a aquisição de EPI'S.
Gestor:
Valéria Lorena Dahmer Rodrigues
Fiscal:
Leonardo Guilherme
Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Santa Bárbara do Sul, RS, 22 de setembro de 2025.

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARRI LEONEL BAZZANELLA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eroni Teresinha Barbosa
Código Identificador:8D06E55E

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 027/2025
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 043/2024. REAJUSTE IPCA. FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL E A EMPRESA GAIA MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.774.921/0001-62.
Objeto: 1. 1 O objeto do presente termo de apostilamento consiste no reajuste do valor contratual, calculado de acordo com o índice IPCA-IBGE de setembro/2024 a agosto/2025 no importe de 5,130500%, conforme autoriza a Cláusula Sétima do termo originário.CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR 2.1 O valor global após o reajuste passa de R$ 6.095,00 (seis mil e noventa e cinco reais) para R$ 6.407,70 (seis mil, quatrocentos e sete reais e setenta centavos), passando os itens da Cláusula Primeira, item 1.2, do contrato originário, a ter a seguinte redação, a partir do mês de outubro de 2025(...)".

Observação: O inteiro teor das leis e decretos está disponível junto ao site do Município, no link CESPRO. Os contratos e aditivos estão disponíveis no sistema Licitacon/TCE/RS.

Publicado por:
Henrique Rocha Schwantes
Código Identificador:F7EEDFCF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.933 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ARRECADAÇÃO À MAIOR

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com autorização contida na **Lei Municipal nº. 3.665 de 23/09/2025**, fixa o seguinte **DECRETO:**

Art. 1º - Abre **CRÉDITO SUPLEMENTAR** com a seguinte Classificação Orçamentária:
06.01.26.782.0600.**2.018 – Manutenção da Secretaria de Obras e Equipamentos Rodoviários**
3.3.90.39.00.00.00 **(905) –** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 300.000,00
RECURSO: 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos
Congêneres dos Estados

TOTAL DO ARTIGO PRIMEIRO..... R$ 300.000,00

Art. 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, a Arrecadação à Maior do Recurso 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, conforme conta contábil (9858) – Banrisul C/Convênio Recuperação de Estradas – conta corrente 40233730-7, no valor de R$ 300.000,00.

TOTAL DO ARTIGO SEGUNDO..... R$ 300.000,00

Art. 3º – Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,
EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

JANICE DA SILVA KAIZER
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:20A0B89C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 093/2025

PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal

TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM AVALIAÇÃO CURRICULAR PARA O CARGO DE PROCURADOR JURIDICO – Lei nº 3.663 de 18 de setembro de 2025.

Período de inscrição:
De 24/09/2025 a 02/10/2025
Horário:
Das 8 às 13 hrs. e 30 min.

Local:
Secretaria Municipal de Administração e Desporto.

Número de Vagas:
Procurador Jurídico.....01 vaga.

Vencimentos:
Procurador Jurídico..... R$ 2.283,51mensais.

Carga Horária: 20 horas semanais

Requisitos para inscrição Procurador Jurídico

Ser brasileiro (nato ou naturalizado) e estar em dia com as obrigações eleitorais e para os candidatos do sexo masculino deverão estar em dia com as obrigações militares;
Ter idade mínima de 18 anos;
Apresentar habilitação legal para o exercício do cargo (Diploma)
Comprovante de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Apresentar carteira de identidade civil;
Preencher ficha de inscrição;
Apresentar currículo com comprovantes.

Exigências para o preenchimento do cargo:
O candidato deverá ter disponibilidade de atender as atribuições do cargo nos dias e horários indicados pela Secretaria.
O currículo deverá ser entregue no ato da inscrição, juntamente com todos os comprovantes;
A avaliação curricular compreenderá a análise de especializações e cursos realizados com contagem de pontos, obedecendo-se os seguintes critérios:

FATORES PREFERENCIAIS	COMPROVANTES	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso em área relacionada ao cargo de especialização latu sensu	Diploma ou Certificado de Conclusão	5,0 pontos	20,0 pontos
Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão	30,0 pontos	30,0 pontos
Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão	40,0 pontos	40,0 pontos
Outros cursos relacionados à área de atuação.	Diploma ou Certificado de Conclusão	Cursos de 16 hrs até 49 horas – 0,5 pontos Cursos de 50 hrs a 99 horas – 1,0 pontos Cursos de 100 hrs a 200 horas ou mais – 1,5 pontos	10,0 pontos

d) Caso ocorra empate de pontos na avaliação curricular será utilizado o seguinte critério para desempate.
1º – Maior tempo de experiência na área, contados em dias através dos comprovantes apresentados;
2º - O candidato com maior idade;
3º - Sorteio Público.

10. Divulgação dos resultados:
Dia 07/10/2025 a partir das 08:00 hrs.

11. Recursos:
Os recursos fundamentados deverão ser protocolados até às 13h30min do dia 08.10.2025 e endereçados à Banca Examinadora.

12. Resultados da avaliação dos recursos (se houverem)
Dia 09.10.2025 às 8:00 hrs.

13. Homologação Final
Dia 10.10.2025 a partir das 8:00 hrs.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:60A6777E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 094/2025

PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **DIVULGA** o resultado preliminar da avaliação curricular do processo seletivo simplificado para o CARGO DE ODONTÓLOGO– LEI Nº 3.661 DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

ODONTÓLOGO

Nº INSC.	CANDIDATO (A)	PONTOS
01	JORDANA OLIVEIRA DE FIGUEIREDO	**10,0**
02	LARISSA WULFF OLIVEIRA	**1,5**
03	NATHÁLIA HOFFMANN ADAMES	**38,0**

Fica aberto o prazo até às 13h30 min do dia 25/09/2025, para interposição de recursos fundamentados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:E5DE26B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 095/2025

PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **DIVULGA** o resultado preliminar da avaliação curricular do processo seletivo simplificado para o CARGO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – LEI Nº 3.658 DE 03 DE SETEMBRO DE 2025.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Nº INSC.	CANDIDATO (A)	PONTOS
01	INDIARA LOPES DE OLIVEIRA	1,5

Fica aberto o prazo até às 13h30 min do dia 25/09/2025, para interposição de recursos fundamentados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:DACDCAAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 238/2025

Contrato: nº 238/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA - RS
Contratada: J2 DI ENGENHARIA LTDA
CNPJ/CPF: 32.697.425/0001-98
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra e serviços de engenharia para reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Geni de Oliveira, localizada na Rua Zaida Pinto, nº 331, no município de Santana da Boa Vista –RS.
Vinculação: Dispensa de Licitação n° 69/2025.
Valor total do contrato: R$ 238.562,69 (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado por igual período se necessário, de acordo com Artigo 111, caput, Lei 14.133/2021.
Data da Assinatura: 23/09/2025.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 23 de setembro de 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:474699B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 239/2025

Contrato: nº 239/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA - RS
Contratada: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A
CNPJ/CPF: 02.255.187/0001-08
Objeto: Contratação tem por objeto a prestação de serviços de provedor de internet, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico permanente de links de internet em fibra óptica, com alta disponibilidade e estabilidade, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista – RS.
Vinculação: Pregão Eletrônico 41/2025.
Valor total do contrato: valor mensal de R$ 5.078,30 (cinco mil, setenta e oito reais e trinta centavos).
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar de 25/09/2025 a 24/09/2026, podendo ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Municipal, em acordo com os termos da Lei 14.133/2021.
Data da Assinatura: 23/09/2025.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 23 de setembro de 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:7EBFAEAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 019/2025

Processo 019/2025
INEXIGIBILIDADE de Licitação 019/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Contratada: ANTONIO OLVEDO RODRIGUES NEVES

Valor: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Objeto: O objeto da presente inexigibilidade é a contratação de empresa especializada em Curso sobre Dificuldades, Problemas, Transtornos, Distúrbios de Aprendizagem e Abordagens Neurocognição para capacitação dos professores municipais.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:86C683B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 3.664 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER**, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 77 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2026, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração municipal;

II - a organização e estrutura do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I - **Anexo I**, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1o, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2024;

c) das metas fiscais previstas para 2026, 2027 e 2028, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;

d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II - **Anexo II**, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III - **Anexo III**, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstos no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV - **Anexo IV**, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário consolidado, de R$ -1.840.601,18 (hum milhão, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e um reais e dezoito centavos) conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, em caso de não atingimento da meta de resultado primário estabelecida para 2026, admite-se, como limite de tolerância, o valor equivalente à frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada ao final de cada quadrimestre entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.
§ 5º para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada em cada quadrimestre será comparada com a meta prevista para o mesmo período ajustada, quando for o caso, ao limite de tolerância previsto no § 3º deste artigo.

Art. 3º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029 - Lei nº 3.644, de 01 de julho de 2025 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º - Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria SOF/SETO/ME n.º 42/1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º - Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 78 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem (2º nível de detalhamento) e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 05/2024, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2025 e a previsão para o exercício de 2026;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º - Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 62 desta Lei.

Art.10 - A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 1 % (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização da reserva de contingência referida no caput, considera- se evento fiscal imprevisto a necessidade de atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, mediante abertura de créditos adicionais.

§ 2º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, até 10 de outubro de 2025,

suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III - ao fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - ao Fundo Municipal do Idoso - FMI;

V - ao Fundo Municipal de Cultura;

VI - ao Fundo Municipal de Turismo;

VII - ao Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social;

VIII - ao Fundo Municipal da Defesa Civil;

IX - ao Fundo Municipal de Apoio as Estradas Rurais;

X - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

XI - ao Fundo Municipal do Meio Ambiente;

XII - ao Conselho Tutelar;

XIII - ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

Art. 12 - A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 3º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2026.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 05/2024 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14 - Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2026, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a 5 (cinco) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16 - No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como de caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta Lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - se for obrigatória de caráter continuado, atender ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou

b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

§1º ficam dispensadas das medidas de compensação as hipóteses de aumento permanente de despesas previstas no § 1º do art. 24 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º No caso de criação ou aumento de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17 - O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverão ser orientados para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá a Secretaria de Administração organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

§ 3º As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos, cuja totalidade de recursos contemplados no respectivo orçamento seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser objeto de capítulo específico no relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;

III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo;

IV - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III - Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III - aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde ;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21 - Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder

Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput este artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2026.

Art. 22 - As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2026 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24 - Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às regras definidas na Instrução Normativa nº 05/2024, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25 - As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

§ 2º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2025, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2026;

III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores.

Art. 28 - Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações

orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I - Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II - Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio da criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta ou de órgãos da administração indireta.

III - Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos não poderão resultar na criação de novas categorias de programação nem alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30 - Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31 - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2025, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2025, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Subseção I - Disposições Gerais

Art. 32 - Toda e qualquer e emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 3.644 de 01 de julho de 2025 - Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais e voluntárias da União e/ou do Estado.

IV - as emendas que reduzirem em mais de 5 % (cinco por cento) do montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 33 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação 60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa 45 - Subvenções Econômicas.

Art. 34 - No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação 90 - Aplicações Diretas e no elemento de despesa 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 35 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 37 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6o, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 38 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial ou extraordinário, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI – se destinam a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII – que desenvolvam atividades de coleta e processamento de material reciclável, e sejam constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, hipótese em que caberá ao Poder Executivo aprovar as condições para aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

Parágrafo único. No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 39 - Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1o, inciso I, da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá ao gestor da parceria verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais,

com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§1º Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ da entidade;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI - valores transferidos e respectivas datas.

§2º Sem prejuízo do parágrafo anterior, no caso das parcerias celebradas com base nas disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, deverão ser observadas, no que couber, as disposições dos arts. 10, 11 e 12 da referida Lei.

Art. 42 - A notas de empenho das transferências de recursos de que trata esta Seção deverá serão emitidas até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, nos termos do art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43 - Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44 - Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45 - Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12 % (doze por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico; II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

II - formalização de contrato;

III - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderão ser concedidos subsídios para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo, bem como autorizadas prorrogações e parcelamentos de saldos devedores.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 46 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 48 - No exercício de 2026, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2025, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 49 - Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 05/2024 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os contratos, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que contenham elementos indicativos de contratação de mão de obra empregada em atividade-fim da do órgão contratante ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do seu quadro de pessoal deverão identificar, em planilha de custos específica, integrante dos respectivos instrumentos, o valor que se refere ao custo da remuneração de pessoal e encargos sociais, diretamente relacionado com o objeto do ajuste.

Art. 50 - Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará

os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 3 (três) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal.

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º As disposições do § 2º do art. 56 desta Lei não se aplicam aos atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 52 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I - as situações de emergência ou de calamidade pública;

II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 53 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2026, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 54 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo

providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do § 1º:

I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;
II - a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,5 % (meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2026.

III - os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 56 - Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 57 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União, do Estado ou de outros Municípios, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar, defesa civil ou ainda a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 58 - Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 79 § 2º da Lei Orgânica do Município, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60 - Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 61 - Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 62 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,

23 DE SETEMBRO DE 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

JANICE DA SILVA KAIZER
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:D5C02D69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 3.665 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ARRECADAÇÃO À MAIOR

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER**, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre **CRÉDITO SUPLEMENTAR** com a seguinte Classificação Orçamentária:
06.01.26.782.0600.**2.018 – Manutenção da Secretaria de Obras e Equipamentos Rodoviários**
3.3.90.39.00.00.00 **(905) –** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 300.000,00
RECURSO: 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos
Congêneres dos Estados

TOTAL DO ARTIGO PRIMEIRO..... R$ 300.000,00

Art. 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, a Arrecadação à Maior do Recurso 1701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos

Estados, conforme conta contábil (9858) – Banrisul C/Convênio Recuperação de Estradas – conta corrente 40233730-7, no valor de R$ 300.000,00.
TOTAL DO ARTIGO SEGUNDO..... R$ 300.000,00

Art. 3º – Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação**.**
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,

EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

JANICE DA SILVA KAIZER
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:CAF103A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 648/2025

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **HOMOLOGA** nesta data, a conclusão do Estágio Probatório dos Servidores abaixo relacionados, consoante artigo 22 da Lei Municipal n° 514/92.

Nome	*Mat.*	*Cargo*	*Data*	*Pontos*	*Conceito*
Celina A. Oliveira Nunes	*3946-2*	*Professor*	*22.08.2022*	*3.560*	*Aprovado*
Eliane da Silva Consul	*3944-6*	*Operário*	*03.08.2022*	*3.570*	*Aprovado*
Sergio Borba Jacobsen	*3943-8*	*Operário*	*01.08.2025*	*3.560*	*Aprovado*

Ficam os servidores por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO,** nos termos do art. 41, § 4º, da Constituição Federal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:6A05C589

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 649/2025

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** nos dia de **22.09.2025 e 23.09.2025** o Servidor **FABRICIO FIGUEIREDO DA SILVA,** Matrícula **2337-0**, Motorista, que se encontra em Férias, para atender necessidades da Administração Pública, ficando este dia para ser gozado posteriormente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,

EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:60D9BA27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 650/2025

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** nos dia de **22.09.2025 e 23.09.2025** o Servidor **ANGELO JUNIOR MACHADO SIMÕES,** Matrícula **3852-0**, Motorista, que se encontra em Férias, para atender necessidades da Administração Pública, ficando este dia para ser gozado posteriormente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA,

EM 23 DE SETEMBRO DE 2025

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:C8D15375

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2025

A Câmara Municipal de Sant´Ana do Livramento, torna público, para conhecimento dos interessados, que houve a alteração do edital, que tem por objeto a contratação de empresa especializada, do ramo de Tecnologia da Informação, para fornecimento de Sistema de Gestão Pública, compatível com ambiente Nuvem, no tocante a pesquisa de preços do Termo de Referência, cujos valores não refletiam os valores de mercado e por isso foram atualizados.
Assim sendo, a sessão de abertura das propostas fica agendada para as **08:30 h** do dia **09/10/2025**.
Os interessados poderão obter informações e cópia do edital, no horário de expediente, das 7h30min às 13h30min, em dias úteis, ou através do site: http://www.santanadolivramento.rs.leg.br/ ou através do portal www.gov.br/compras.

EMERSON DAVI ESCOBAR VIEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Carolina Allende Torres da Cunha
Código Identificador:68774BB0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 01/2021.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021
CONTRATO N.º 06/2021
ADITIVO Nº 08

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contrato de fornecimento de mão de obra, visando à prestação de serviços de copeiragem nas dependências da Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento.

EMPRESA CONTRATADA: PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ/MF: 06.059.231/0001-57.

VALOR ANUAL: R$ 103.740,71 (cento e três mil, setecentos e quarenta reais e setenta e um centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta do Código de Despesas: 0101.01031.0001.2.005 3.3.90.37.05.00.00 – Serviços de Copa e Cozinha.

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2025.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO: Altera-se a Cláusula Sétima do contrato cujo prazo de vigência iniciou-se em 04/10/2021, ficando prorrogado por mais 365 dias, até 03/10/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e demais Legislações vigentes aplicáveis.

Sant'Ana do Livramento, 23 de setembro de 2025.

FILIPE O. CARDOSO
Gestor do Contrato

Publicado por:
Carolina Allende Torres da Cunha
Código Identificador:CE056763

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO Nº 33/2025 COM O LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1435/2025
ENTIDADE: LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ

OBJETO: O presente projeto tem como objetivo principal promover na instituição o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social assistidas pela instituição, oferecendo apoio psicológico, médico e pedagógico, provendo as funções sociais básicas voltadas às crianças e adolescentes.

Inclusive, a proposição visa custear a aquisição e a restauração de itens essenciais para o Lar, tais como a compra de eletrodomésticos, móveis e utensílios, garantindo o bom funcionamento da instituição para a realização das atividades diárias, oferecendo suporte adequado às 20 vagas disponíveis e promovendo a manutenção da estrutura física e humana da organização, tendo em vista que a conservação desses espaços é essencial para assegurar um atendimento digno, seguro e eficiente às crianças atendidas.

VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até dois meses após o recebimento;
INÍCIO: A contar da data do recebimento do recurso;
TÉRMINO: Até dois meses após o recebimento do recurso;
VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A Lei Federal nº 13.019/2014, chamada de "Marco Regulatório das Parcerias com o Terceiro Setor", estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Referida lei passou a ser aplicada aos Municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017, e estabelece uma série de critérios para a formalização de ajustes, dentre eles a regra da realização de chamamento público.

Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se tratam de recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual e o paragrafo único do artigo 13 prevê que não haverá o chamamento na presente situação, vejamos:

Art. 13. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[…]

Paragrafo Único. – Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, 2014, e neste Decreto.

A parceria, ora proposta, contemplará a execução da LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ, com a finalidade de garantir um ambiente mais seguro, agradável e propício ao desenvolvimento das atividades recreativas das crianças e adolescentes assistidas.
A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sendo seus dirigentes não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios da Lei 13.019/2014.

Assim, a demanda foi submetida ao crivo da Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social que emitiu parecer de análise da viabilidade técnica do plano de trabalho, manifestando-se pela viabilidade (página n° 146), uma vez que presentes os requisitos do artigo 22 da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021. Na sequência, foi solicitada a manifestação desta Procuradoria Jurídica, que se pronunciou favoravelmente à formalização do Termo de Fomento (Parecer nº 722/2025-PGM).

Ainda, convém mencionar que foi apresentado pela instituição o plano de trabalho, CNPJ, Certidões Negativas de débitos da União, estadual, municipal, FGTS, qualificação dos dirigentes e comprovante de endereço.

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para celebração do Termo de Fomento. Portanto, entendo que as justificativas acima mencionadas atendem o interesse público e obedecem aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que está de acordo a realização do Termo de Fomento. Essa justificativa deverá ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, como forma de atender o artigo 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato do Termo de Fomento, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:4F79A8A4

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO Nº 34/2025 COM A SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURAL ILÉ AXÉ OYA NIQUE – PAI MARCOS QUINTANA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1457/2025

ENTIDADE: A SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURAL ILÉ AXÉ OYA NIQUE – PAI MARCOS QUINTANA

OBJETO: O presente projeto tem como objetivo principal apoiar o desenvolvimento das atividades de caráter inter-religioso, promovidas pela entidade, com foco na oferta de educação cultural e musical gratuita, as quais se encontram centradas na percussão, no canto e na valorização das tradições ancestrais de matriz africana, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades sociais e para a inclusão de populações historicamente marginalizadas, promovendo disciplina, trabalho em equipe, expressão emocional e fortalecimento da autoestima.
Além disso, os recursos serão destinados à aquisição dos equipamentos necessários para a execução eficiente das atividades propostas, incluindo encargos sociais, trabalhistas e demais tributos aplicáveis, bem como à manutenção da estrutura física e da equipe responsável pelo projeto, envolvendo o custeio do aluguel do espaço onde ocorrerão as reuniões e aulas, além das despesas mensais do local, garantindo suporte adequado às 100 vagas ofertadas e promovendo o bem-estar das pessoas que frequentam ou habitam os espaços da instituição.

VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até 12 meses após o recebimento;
INÍCIO: A contar da data do recebimento do recurso;
TÉRMINO: Até 12 meses após o recebimento do recurso;
VALOR GLOBAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A Lei Federal nº 13.019/2014, chamada de "Marco Regulatório das Parcerias com o Terceiro Setor", estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Referida lei passou a ser aplicada aos Municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017, e estabelece uma série de critérios para a formalização de ajustes, dentre eles a regra da realização de chamamento público.

Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se tratam de recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual e o paragrafo único do artigo 13 prevê que não haverá o chamamento na presente situação, vejamos:

Art. 13. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[…]

Paragrafo Único. – Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, 2014, e neste Decreto.

A parceria, ora proposta, contemplará a execução da A SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURAL ILÉ AXÉ OYA NIQUE – PAI MARCOS QUINTANA, com a finalidade de promover o bem-estar das pessoas que frequentam ou habitam os espaços da instituição, oferecendo aos jovens a oportunidade de desenvolvimento pessoal e social, tendo em vista que a música e a prática percussiva promovem disciplina, trabalho em equipe, expressão emocional e fortalecimento da autoestima.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sendo seus dirigentes não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios da Lei 13.019/2014.

Assim, a demanda foi submetida ao crivo da Secretária Municipal de Cultura Esporte e Lazer que emitiu parecer de análise da viabilidade técnica do plano de trabalho, manifestando-se pela viabilidade (páginas n° 48 a 50), uma vez que presentes os requisitos do artigo 22 da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021. Na sequência, foi solicitada a manifestação desta Procuradoria Jurídica, que se pronunciou favoravelmente à formalização do Termo de Fomento (Parecer nº 731/2025-PGM).

Ainda, convém mencionar que foi apresentado pela instituição o plano de trabalho, CNPJ, Certidões Negativas de débitos da União, estadual, municipal, FGTS, qualificação dos dirigentes e comprovante de endereço.

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para celebração do Termo de Fomento. Portanto, entendo que as justificativas acima mencionadas atendem o interesse público e obedecem aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que está de acordo a realização do Termo de Fomento. Essa justificativa deverá ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, como forma de atender o artigo 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato do Termo de Fomento, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:1DADFE48

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO Nº 35/2025 COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6453/2025
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

OBJETO: Tal projeto tem como objetivo principal garantir um ambiente acolhedor na sede da APAE, com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento aos pacientes assistidos, sendo o recurso destinado para a aquisição de prensas térmicas, insumos e equipamentos eletrônicos (notebook e impressora) para a realização de atividades de sublimação, além de utensílios e eletrodomésticos para a cozinha, visando melhor atender os usuários.

Salienta-se que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais desempenha um papel indispensável na promoção do desenvolvimento integral de pessoas com deficiência mental e/ou múltipla, oferecendo apoio educacional, social e terapêutico, visando à continuidade e à qualidade da prestação dos serviços oferecidos aos seus beneficiários, a compra dos produtos tem como finalidade a manutenção adequada das salas da entidade, garantindo ambientes seguros e equipados para a realização das atividades diárias, sendo a conservação desses espaços essencial para assegurar um atendimento digno, seguro e eficiente às crianças atendidas.

VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até 12 meses após o recebimento;
INÍCIO: A contar da data do recebimento do recurso;
TÉRMINO: Até 12 meses após o recebimento do recurso;
VALOR GLOBAL: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

A Lei Federal nº 13.019/2014, chamada de "Marco Regulatório das Parcerias com o Terceiro Setor", estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as Organizações da

Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Referida lei passou a ser aplicada aos Municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017, e estabelece uma série de critérios para a formalização de ajustes, dentre eles a regra da realização de chamamento público.

Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se tratam de recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual e o paragrafo único do artigo 13 prevê que não haverá o chamamento na presente situação, vejamos:

Art. 13. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[…]

Paragrafo Único. – Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, 2014, e neste Decreto.

A parceria, ora proposta, contemplará a execução da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com a finalidade de promover o bem-estar dos beneficiados, fortalecendo seu desenvolvimento integral, melhorando sua qualidade de vida e garantindo que a APAE possa contribuir de forma efetiva, oferecendo suporte integral, humanizado e contínuo, alinhado aos princípios da inclusão, dignidade e autonomia da pessoa com deficiência.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sendo seus dirigentes não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios da Lei 13.019/2014.

Assim, a demanda foi submetida ao crivo da Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social que emitiu parecer de análise da viabilidade técnica do plano de trabalho, manifestando-se pela viabilidade (página n° 69), uma vez que presentes os requisitos do artigo 22 da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021. Na sequência, foi solicitada a manifestação desta Procuradoria Jurídica, que se pronunciou favoravelmente à formalização do Termo de Fomento (Parecer nº 738/2025-PGM).

Ainda, convém mencionar que foi apresentado pela instituição o plano de trabalho, CNPJ, Certidões Negativas de débitos da União, estadual, municipal, FGTS, qualificação dos dirigentes e comprovante de endereço.

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para celebração do Termo de Fomento. Portanto, entendo que as justificativas acima mencionadas atendem o interesse público e obedecem aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que está de acordo a realização do Termo de Fomento. Essa justificativa deverá ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, como forma de atender o artigo 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato do Termo de Fomento, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:6AD4210F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1525/2025

Retifica a Portaria nº 1355/2025, que designa servidores para o Programa de Integração Tributária – PIT.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as Leis Municipais nº 8.365/2005 e nº 11.671/2025, bem como o disposto no Memorando nº 534/2025 da Secretaria Municipal da Fazenda,

RESOLVE:

Art. 1º– Retificar a Portaria nº 1355/2025, para constar corretamente as atribuições dos servidores designados ao Programa de Integração Tributária – PIT, conforme segue:

Viviane Areva Rodrigues, matrícula nº 230312, cargo de Funcionária Inspetora Tributária, para exercer as funções de **Coordenadora do Programa Municipal de Incentivo à Emissão de Documentos Fiscais**, conforme Lei Municipal nº 8.365/2005.
Tisha Cristina Bordon, matrícula nº 226511, cargo de Funcionária Fiscal de Comércio e Posturas, para exercer as funções de **Coordenadora-Geral do Programa de Integração Tributária (PIT)**, bem como a atribuição de **Responsável pela Prestação de Contas do PIT**, conforme Decreto Municipal nº 11.671/2025.
Leandro Severo Remedi, matrícula nº 233212, cargo de Funcionário Inspetor Tributário, para exercer as funções de **Responsável pela Emissão e Entrega das Comunicações de Verificação de Indícios (CVIs)** e prestação de contas junto à Receita Estadual via protocolo eletrônico, respeitando prazos previstos na legislação municipal vigente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Sant'Ana do Livramento, 1º de setembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

Registre-se e Publique-se:

FABRICIO NUNES DUARTE
Secretário Municipal de Administração Em Exercício

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:DD0FBAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N° 33/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E O LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1435/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. ANA LUIZA MOURA TAROUCO, portadora do RG nº 8071484471, CPF nº 990.629.250-49, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado o Lar da Infância Daniel Albornoz, inscrita no CNPJ nº 89.422.653/0001-72, estabelecida na rua Moisés Viana, nº 300, bairro Hidráulica, nesta cidade, neste ato representada por sua Representante Legal, Angela de David Nunes, brasileira, portador do CPF nº 602.382.320-34, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 9.708/2021,

bem como nos Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este instrumento tem por objeto a execução do Projeto **"Aconchego 2025"**, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo, tem a sua fundamentação legal na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021, bem como as demais normas regulamentadoras da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

3.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;

3.2. O valor total dos recursos públicos destinados à parceria é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3.3. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

120208.244.0252.4139 REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS P
3335043000000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 1669 – 0000 90033-8

120208.244.0252.4139 REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS P
3445042000000 AUXÍLIOS 1669 – 0000 92708-2

3.4. Os recursos serão liberados na seguinte conta-corrente: **Banco do Brasil, agência 0035-3 e Conta-Corrente 62204-7**, sendo que os referidos valores serão liberados quando da entrega e apresentação da íntegra da documentação da Entidade, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA
4.1. Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até 2 meses após o recebimento.

4.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes da data final deste instrumento;

4.2.1. O período de prorrogação não deverá ser superior a quarenta e oito meses;

4.3.No caso de prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

4.3.1. A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

4.4. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da parceria;

5.2. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria;

5.3. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – CONTRAPARTIDA

6.1. O detalhamento da forma de cumprimento da contrapartida está contido no Plano de Trabalho;

6.1.2. Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento da contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;
7.1.2. Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

7.1.2.1. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, condicionar a liberação das parcelas à apresentação da prestação de contas anual;

7.1.3. Apreciar as solicitações apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no curso da execução da parceria;

7.1.4. orientar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à prestação de constas; e

7.1.5. analisar e julgar as contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

7.2. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.2.1. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.2.1.1.com exceção dos compromissos assumidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste instrumento, responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação execução do objeto da parceria;

7.2.2. cumprir a contrapartida;

7.2.3. apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o comprovante de abertura da conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos provenientes deste termo;

7.2.4. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

7.2.5. na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

7.2.6. realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

7.2.6.1. demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado pela organização da sociedadecivilno plano de trabalho;

7.2.7. solicitar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caso seja de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;
7.2.8. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

7.2.9. prestar contas;

7.2.10. realizar devolução de recursos quando receber notificação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com essa determinação;

7.2.11. Devolver à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros não utilizados existentes após o término da parceria, inclusive os provenientes de rendimentos obtidos com aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.2.11.1. Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das ações previstas no plano de trabalho, desde que a parceria tenha sido regularmente executada e tais valores estejam devidamente registrados e justificados na prestação de contas, em conjunto com os demais recursos transferidos.

7.2.12. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

7.2.13. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

7.2.14. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como, a relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo;

7.2.15. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

7.2.16. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos aos recursos recebidos;

7.2.17. Ressarcir à CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste termo, quando se comprovar a sua inadequação em relação à utilização;

7.2.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

7.2.19. Submeter-se a supervisão e orientação técnica promovida pelo CONCEDENTE, fornecendo as informações necessárias a sua execução.

7.2.20. Arcar com o pagamento de toda despesa excedente aos recursos transferidos pelo CONCEDENTE;

7.2.21. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, danos causados e terceiros e pagamento de seguro em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS

8.1. Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;

8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria o exija;

8.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

8.1.4. bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

8.1.5. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme o disposto no Plano de Trabalho aprovado;

8.1.5.1. como serviços de adequação de espaço físico, a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

8.1.6. contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica;

8.1.7. outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto;
8.2. O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:

8.2.1. correspondem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

8.2.2. são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

8.2.4. não estão sendo utilizados para remunerar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

– administrador, dirigente ou associado com poder de direção da Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;

– agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou

– agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

8.3. Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.3.1. despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

8.3.2. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;

8.3.3. pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;

8.3.4. despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

8.3.5. pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;

8.3.6. pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

9.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

9.2. Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.

9.2.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato dos termos no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento.

9.2.2. Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trintas dias do término da vigência deste instrumento.
9.3. Será editado termo de apostilamento pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quando necessária a indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros e quando a Organização da Sociedade Civil solicitar remanejamento de recursos ou alteração de itens do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTOR DA PARCERIA

10.1. Designa-se como o agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, **a Fernanda Monteiro Martins, Matrícula 231361 (Portaria n° 159/2025)**, designada por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

10.1. Compete ao Gestor da parceria durante o período de execução deste instrumento:

10.1.1. Acompanhar a execução do Plano de Trabalho da parceria, devendo ser realizada visita no local de execução da parceria, preferencialmente, de acordo com os marcos executores indicados no Plano de Trabalho;

10.1.2. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para homologação.

10.1.2.1. O relatório técnico de Monitoramento e Avaliação deverá conter os requisitos previstos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

10.2. Compete ao Gestor da parceria durante a fase de prestação de contas deste instrumento:

10.2.1. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração a análise dos relatórios previstos no artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014, contendo:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

IV – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

V – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

10.2.2. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I. os resultados já alcançados e seus benefícios;

II. os impactos econômicos ou sociais;

III. o grau de satisfação do público-alvo;

IV. a passibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. Designa-se como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, as servidoras: Camila Vieira Vázquez – Mat. 820923, Kelen Guimarães Siqueira – Mat.224281 e Marta Sigrid Martins Schneider – Mat. 233271 (PORTARIA N° 1623/2025), constituídas por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Edição 4165.

11.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

11.3. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação

elaborado pela gestora da parceria, observadas as disposições constantes no plano de trabalho, o qual deverá conter:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUAÇÃO EM REDE

12.1. Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 9.708/2021.

13.2. A prestação de contas dos recursos financeiros de que tratam as cláusulas terceira e quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE até 30 dias contados do término da vigência, para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano, ficando condicionada a aprovação, com a apresentação dos seguintes documentos:

I. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedadecivil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, conforme modelo anexo a este Instrumento;

II. na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

III. comprovante ou demonstração de execução financeira, assinada pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

IV. cópia das notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, todos datados, valorados, específicos à organização da sociedadecivile à parceria a que se referem;

V. extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

VI. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

VII. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VIII. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
IX. lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

X. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

13.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

II – comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III – comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver essa exigência; e

IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.

13.3. O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

– concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou

– concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

13.3.1. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado dano ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar, em até 90 (noventa) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

– relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

– comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– extrato da conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço;e

– memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

13.3.2. Com fins de diagnóstico, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA conheça a realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico abordará o cumprimento das metas, os impactos econômicos ou sociais das ações, o grau de satisfação do público - alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações.

13.4. Caso tenha havido notificação para apresentação de relatório de execução financeira, sua análise será realizada mediante parecer técnico que examinará a conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no Plano de Trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e verificará a

conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos na conta.

13.5. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de apresentação:

– do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

– do relatório de execução financeira, quando houver.

13.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

13.6. O julgamento final das contas, realizado pela autoridade que celebrou a parceria ou agente público a ela diretamente subordinado, considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO E DENÚNCIA

14.1. O presente termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante comunicado formal com 30 (trinta) dias de prazo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou fortemente inexequível.

14.2. Constituem particularmente motivos de rescisão a constatação de descumprimento de quaisquer exigências fixadas nas normas técnicas e diretrizes, constante deste termo e seus anexos, bem como a legislação que rege o presente ajuste.

14.3. Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigora este instrumento, creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos nos mesmos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO

15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a PROPONENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, podendo ser por meio de ações compensatórias de interesse público, ou quando for o caso pela restituição integral dos recursos, conforme dispõe o parágrafo 5º do Artigo 51 do Decreto Municipal nº 9.708/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

16. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PROPONENTE ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes.

16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

17.1. Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na cláusula primeira deste termo, bem como a confecção de *folders*, cartazes, faixas e *banners*, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Sant´Ana do Livramento, com os respectivos logos e marcas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

18. Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se trata de recurso decorrente de emenda parlamentar à Lei orçamentária anual e o parágrafo único do artigo 13 do Decreto Municipal nº 9.708/2021 prevê que não haverá o chamamento na presente situação.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Fomento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes a execução do presente termo.

Sant'Ana do Livramento-RS, 18 de Setembro de 2025.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil;

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ
Angela de David Nunes

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

MARIA UMBELINA DREKENER
Secretária Municipal de Administração

LAURA F. JARDIM MORAES
Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:8D4C1531

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N° 34/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURAL ILE AXÉ OYA NIQUE - PAI MARCOS QUINTANA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1457/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. ANA LUIZA MOURA TAROUCO, portadora do RG nº 8071484471, CPF nº 990.629.250-49, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado a SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURAL ILE AXÉ OYA NIQUE - PAI MARCOS QUINTANA, inscrita no CNPJ nº 48.483.944/0001-93, estabelecida na Av. Júlio de Castilhos, nº 544, bairro Centro, nesta cidade, neste ato representada por seu Representante Legal, Antonio Marcos Quintana Fernandez, brasileiro, portador do CPF nº 869.982.500-53, doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 9.708/2021, bem como nos

Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este instrumento tem por objeto a execução do Projeto **"Ilú Axé – Escola de Percussão, Canto e Democratização da Cultura Afro-Brasileira"**, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo, tem a sua fundamentação legal na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021, bem como as demais normas regulamentadoras da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

3.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;

3.2. O valor total dos recursos públicos destinados à parceria é de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

3.3. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: RUBRICA 13.01.13.392.0251.4667 ELEMENTO 3.33.50.41 CONTRIBUIÇÕES CÓD.RED 92096-7 RECURSO 1500.

3.4. Os recursos serão liberados na seguinte conta-corrente: **Banco Caixa Econômica Federal, agência 0505 e Conta-Corrente 577156073-8**, sendo que os referidos valores serão liberados quando da entrega e apresentação da íntegra da documentação da Entidade, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

4.1. Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até 12 meses após o recebimento.

4.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes da data final deste instrumento;

4.2.1. O período de prorrogação não deverá ser superior a quarenta e oito meses;

4.3.No caso de prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

4.3.1. A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

4.4. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da parceria;

5.2. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria;

5.3. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – CONTRAPARTIDA

6.1. O detalhamento da forma de cumprimento da contrapartida está contido no Plano de Trabalho;

6.1.2. Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento da contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;
7.1.2. Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

7.1.2.1. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, condicionar a liberação das parcelas à apresentação da prestação de contas anual;

7.1.3. Apreciar as solicitações apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no curso da execução da parceria;

7.1.4. orientar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à prestação de constas; e

7.1.5. analisar e julgar as contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

7.2. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.2.1. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.2.1.1.com exceção dos compromissos assumidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste instrumento, responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação execução do objeto da parceria;

7.2.2. cumprir a contrapartida;

7.2.3. apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o comprovante de abertura da conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos provenientes deste termo;

7.2.4. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

7.2.5. na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

7.2.6. realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

7.2.6.1. demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado pela organização da sociedadecivilno plano de trabalho;

7.2.7. solicitar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caso seja de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;
7.2.8. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

7.2.9. prestar contas;

7.2.10. realizar devolução de recursos quando receber notificação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com essa determinação;

7.2.11. Devolver à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros não utilizados existentes após o término da parceria, inclusive os provenientes de rendimentos obtidos com aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.2.11.1. Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das ações previstas no plano de trabalho, desde que a parceria tenha sido regularmente executada e tais valores estejam devidamente registrados e justificados na prestação de contas, em conjunto com os demais recursos transferidos.

7.2.12. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

7.2.13. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

7.2.14. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como, a relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo;

7.2.15. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

7.2.16. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos aos recursos recebidos;

7.2.17. Ressarcir à CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste termo, quando se comprovar a sua inadequação em relação à utilização;

7.2.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

7.2.19. Submeter-se a supervisão e orientação técnica promovida pelo CONCEDENTE, fornecendo as informações necessárias a sua execução.

7.2.20. Arcar com o pagamento de toda despesa excedente aos recursos transferidos pelo CONCEDENTE;

7.2.21. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, danos causados e terceiros e pagamento de seguro em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS

8.1. Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;

8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria o exija;

8.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

8.1.4. bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

8.1.5. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme o disposto no Plano de Trabalho aprovado;

8.1.5.1. como serviços de adequação de espaço físico, a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

8.1.6. contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica;

8.1.7. outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto;
8.2. O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:

8.2.1. correspondem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

8.2.2. são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

8.2.4. não estão sendo utilizados para remunerar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

– administrador, dirigente ou associado com poder de direção da Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;

– agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou

– agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

8.3. Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.3.1. despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

8.3.2. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;

8.3.3. pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;

8.3.4. despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

8.3.5. pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;

8.3.6. pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

9.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

9.2. Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.

9.2.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato dos termos no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento.

9.2.2. Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trintas dias do término da vigência deste instrumento.
9.3. Será editado termo de apostilamento pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quando necessária a indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros e quando a Organização da Sociedade Civil solicitar remanejamento de recursos ou alteração de itens do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTOR DA PARCERIA

10.1. Designa-se como o agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, **a Fernanda Monteiro Martins, Matrícula 231361 (Portaria n° 159/2025)**, designada por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

10.1. Compete ao Gestor da parceria durante o período de execução deste instrumento:

10.1.1. Acompanhar a execução do Plano de Trabalho da parceria, devendo ser realizada visita no local de execução da parceria, preferencialmente, de acordo com os marcos executores indicados no Plano de Trabalho;

10.1.2. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para homologação.

10.1.2.1. O relatório técnico de Monitoramento e Avaliação deverá conter os requisitos previstos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

10.2. Compete ao Gestor da parceria durante a fase de prestação de contas deste instrumento:

10.2.1. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração a análise dos relatórios previstos no artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014, contendo:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

IV – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

V – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

10.2.2. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I. os resultados já alcançados e seus benefícios;

II. os impactos econômicos ou sociais;

III. o grau de satisfação do público-alvo;

IV. a passibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. Designa-se como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, as servidoras: Camila Vieira Vázquez – Mat. 820923, Kelen Guimarães Siqueira – Mat.224281 e Marta Sigrid Martins Schneider – Mat. 233271 (PORTARIA N° 1623/2025), constituídas por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Edição 4165.

11.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

11.3. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pela gestora da parceria, observadas as disposições constantes no plano de trabalho, o qual deverá conter:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUAÇÃO EM REDE

12.1. Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 9.708/2021.

13.2. A prestação de contas dos recursos financeiros de que tratam as cláusulas terceira e quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE até 30 dias contados do término da vigência, para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano, ficando condicionada a aprovação, com a apresentação dos seguintes documentos:

I. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedadecivil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, conforme modelo anexo a este Instrumento;

II. na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

III. comprovante ou demonstração de execução financeira, assinada pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

IV. cópia das notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, todos datados, valorados, específicos à organização da sociedadecivile à parceria a que se referem;

V. extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

VI. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

VII. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VIII. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
IX. lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

X. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

13.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

II – comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III – comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver essa exigência; e

IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.

13.3. O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

– concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou

– concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

13.3.1. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado dano ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar, em até 90 (noventa) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

– relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

– comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– extrato da conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço;e

– memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

13.3.2. Com fins de diagnóstico, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA conheça a realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico abordará o cumprimento das metas, os impactos econômicos ou sociais das ações, o grau de satisfação do público - alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações.

13.4. Caso tenha havido notificação para apresentação de relatório de execução financeira, sua análise será realizada mediante parecer técnico que examinará a conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no Plano de Trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e verificará a conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos na conta.

13.5. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de apresentação:

– do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

– do relatório de execução financeira, quando houver.

13.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

13.6. O julgamento final das contas, realizado pela autoridade que celebrou a parceria ou agente público a ela diretamente subordinado, considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO E DENÚNCIA

14.1. O presente termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante comunicado formal com 30 (trinta) dias de prazo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou fortemente inexequível.

14.2. Constituem particularmente motivos de rescisão a constatação de descumprimento de quaisquer exigências fixadas nas normas técnicas e diretrizes, constante deste termo e seus anexos, bem como a legislação que rege o presente ajuste.

14.3. Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigora este instrumento, creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos nos mesmos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO

15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a PROPONENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, podendo ser por meio de ações compensatórias de interesse público, ou quando for o caso pela restituição integral dos recursos, conforme dispõe o parágrafo 5º do Artigo 51 do Decreto Municipal nº 9.708/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

16. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PROPONENTE ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes.

16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

17.1. Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na cláusula primeira deste termo, bem como a confecção de *folders*, cartazes, faixas e *banners*, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Sant´Ana do Livramento, com os respectivos logos e marcas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

18. Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se trata de recurso decorrente de emenda parlamentar à Lei orçamentária anual e o parágrafo único do artigo 13 do Decreto Municipal nº 9.708/2021 prevê que não haverá o chamamento na presente situação.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Fomento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes a execução do presente termo.

Sant'Ana do Livramento-RS, 18 de Setembro de 2025.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil;

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

Sociedade Beneficente e Cultural Ile Axé Oya Nique – Pai Marcos Quintana
ANTONIO MARCOS QUINTANA FERNANDEZ

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

MARIA UMBELINA DREKENER
Secretária Municipal de Administração

SANDRA PONTES
Secretária Municipal de Cultura Esporte e Lazer

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:92CCD8B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N° 35/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6453/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. ANA LUIZA MOURA TAROUCO, portadora do RG nº 8071484471, CPF nº 990.629.250-49, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, inscrita no CNPJ nº 96.041.439/0001-31, estabelecida na Rua Vasco Alves, nº 434, nesta cidade, neste ato representado por seu Representante Legal, Carlos Nilo Coelho Pintos, brasileiro, portador do CPF nº 696.738.960-20, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 9.708/2021, bem como nos Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este instrumento tem por objeto a execução do Projeto **"Equipagem da Lavanderia e cozinha, gerando novas perspectivas de recursos"**, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo, tem a sua fundamentação legal na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021, bem como as demais normas regulamentadoras da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

3.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;

3.2. O valor total dos recursos públicos destinados à parceria é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais);

3.3. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

120208.244.0252.4139 REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS P 3445042000000 AUXÍLIOS 1669 – 0000 92708-2

120208.244.0252.4139 REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS P
3335043000000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 1669-0000 90033-8

3.4. Os recursos serão liberados na seguinte conta-corrente: **Banco 041, agência 0280 e Conta-Corrente 06.119681.0-1**, sendo que os referidos valores serão liberados quando da entrega e apresentação da íntegra da documentação da Entidade, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

4.1. Este instrumento terá vigência a contar da data de liberação do recurso até 12 meses após o recebimento.

4.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes da data final deste instrumento;

4.2.1. O período de prorrogação não deverá ser superior a quarenta e oito meses;

4.3.No caso de prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

4.3.1. A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

4.4. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da parceria;

5.2. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria;

5.3. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – CONTRAPARTIDA

6.1. O detalhamento da forma de cumprimento da contrapartida está contido no Plano de Trabalho;

6.1.2. Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento da contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.1.2. Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

7.1.2.1. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, condicionar a liberação das parcelas à apresentação da prestação de contas anual;

7.1.3. Apreciar as solicitações apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no curso da execução da parceria;

7.1.4. orientar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à prestação de constas; e

7.1.5. analisar e julgar as contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

7.2. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.2.1. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.2.1.1.com exceção dos compromissos assumidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste instrumento, responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação execução do objeto da parceria;

7.2.2. cumprir a contrapartida;

7.2.3. apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o comprovante de abertura da conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos provenientes deste termo;

7.2.4. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

7.2.5. na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

7.2.6. realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

7.2.6.1. demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado pela organização da sociedadecivilno plano de trabalho;

7.2.7. solicitar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caso seja de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;

7.2.8. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

7.2.9. prestar contas;

7.2.10. realizar devolução de recursos quando receber notificação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com essa determinação;

7.2.11. Devolver à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros não utilizados existentes após o término da parceria, inclusive os provenientes de rendimentos obtidos com aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.2.11.1. Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das ações previstas no plano de trabalho, desde que a parceria tenha sido regularmente executada e tais valores estejam devidamente registrados e justificados na prestação de contas, em conjunto com os demais recursos transferidos.

7.2.12. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

7.2.13. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

7.2.14. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como, a relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo;

7.2.15. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

7.2.16. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos aos recursos recebidos;

7.2.17. Ressarcir à CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste termo, quando se comprovar a sua inadequação em relação à utilização;

7.2.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

7.2.19. Submeter-se a supervisão e orientação técnica promovida pelo CONCEDENTE, fornecendo as informações necessárias a sua execução.

7.2.20. Arcar com o pagamento de toda despesa excedente aos recursos transferidos pelo CONCEDENTE;

7.2.21. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, danos causados e terceiros e pagamento de seguro em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS

8.1. Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;

8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria o exija;

8.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

8.1.4. bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

8.1.5. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme o disposto no Plano de Trabalho aprovado;

8.1.5.1. como serviços de adequação de espaço físico, a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

8.1.6. contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica;

8.1.7. outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto;

8.2. O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:

8.2.1. correspondem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

8.2.2. são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

8.2.4. não estão sendo utilizados para remunerar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

– administrador, dirigente ou associado com poder de direção da Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;

– agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou

– agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

8.3. Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.3.1. despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

8.3.2. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;

8.3.3. pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;

8.3.4. despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

8.3.5. pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;

8.3.6. pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

9.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

9.2. Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.

9.2.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato dos termos no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento.

9.2.2. Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trintas dias do término da vigência deste instrumento.
9.3. Será editado termo de apostilamento pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quando necessária a indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros e quando a Organização da Sociedade Civil solicitar remanejamento de recursos ou alteração de itens do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTOR DA PARCERIA

10.1. Designa-se como o agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, **a Fernanda Monteiro Martins, Matrícula 231361 (Portaria n° 159/2025)**, designada por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

10.1. Compete ao Gestor da parceria durante o período de execução deste instrumento:

10.1.1. Acompanhar a execução do Plano de Trabalho da parceria, devendo ser realizada visita no local de execução da parceria, preferencialmente, de acordo com os marcos executores indicados no Plano de Trabalho;

10.1.2. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para homologação.

10.1.2.1. O relatório técnico de Monitoramento e Avaliação deverá conter os requisitos previstos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

10.2. Compete ao Gestor da parceria durante a fase de prestação de contas deste instrumento:

10.2.1. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração a análise dos relatórios previstos no artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014, contendo:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

IV – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

V – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

10.2.2. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I. os resultados já alcançados e seus benefícios;

II. os impactos econômicos ou sociais;

III. o grau de satisfação do público-alvo;

IV. a passibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. Designa-se como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, as servidoras: Camila Vieira Vázquez – Mat. 820923, Kelen Guimarães Siqueira – Mat.224281 e Marta Sigrid Martins Schneider – Mat. 233271 (PORTARIA N° 1623/2025), constituídas por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Edição 4165.

11.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

11.3. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pela gestora da parceria, observadas as disposições constantes no plano de trabalho, o qual deverá conter:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUAÇÃO EM REDE

12.1. Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 9.708/2021.

13.2. A prestação de contas dos recursos financeiros de que tratam as cláusulas terceira e quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE até 30 dias contados do término da vigência, para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano, ficando condicionada a aprovação, com a apresentação dos seguintes documentos:

I. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedadecivil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, conforme modelo anexo a este Instrumento;

II. na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

III. comprovante ou demonstração de execução financeira, assinada pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

IV. cópia das notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, todos datados, valorados, específicos à organização da sociedadecivile à parceria a que se referem;

V. extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

VI. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

VII. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VIII. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
IX. lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

X. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

13.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

II – comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III – comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver essa exigência; e

IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.

13.3. O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

– concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou

– concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

13.3.1. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado dano ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar, em até 90 (noventa) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

– relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

– comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– extrato da conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço;e

– memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

13.3.2. Com fins de diagnóstico, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA conheça a realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico abordará o cumprimento das metas, os impactos econômicos ou sociais das ações, o grau de satisfação do público - alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações.

13.4. Caso tenha havido notificação para apresentação de relatório de execução financeira, sua análise será realizada mediante parecer técnico que examinará a conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no Plano de Trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e verificará a conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos na conta.

13.5. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de apresentação:

– do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

– do relatório de execução financeira, quando houver.

13.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

13.6. O julgamento final das contas, realizado pela autoridade que celebrou a parceria ou agente público a ela diretamente subordinado, considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO E DENÚNCIA

14.1. O presente termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante comunicado formal com 30 (trinta) dias de prazo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou fortemente inexequível.

14.2. Constituem particularmente motivos de rescisão a constatação de descumprimento de quaisquer exigências fixadas nas normas técnicas e diretrizes, constante deste termo e seus anexos, bem como a legislação que rege o presente ajuste.

14.3. Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigora este instrumento, creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos nos mesmos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO

15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a PROPONENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, podendo ser por meio de ações compensatórias de interesse público, ou quando for o caso pela restituição integral dos recursos, conforme dispõe o parágrafo 5º do Artigo 51 do Decreto Municipal nº 9.708/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

16. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PROPONENTE ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes.

16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

17.1. Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na cláusula primeira deste termo, bem como a confecção de *folders*, cartazes, faixas e *banners*, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Sant´Ana do Livramento, com os respectivos logos e marcas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

18. Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se trata de recurso decorrente de emenda parlamentar à Lei orçamentária anual e o parágrafo único do artigo 13 do Decreto Municipal nº 9.708/2021 prevê que não haverá o chamamento na presente situação.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Fomento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes a execução do presente termo.

Sant'Ana do Livramento-RS, 18 de Setembro de 2025.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil;

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita

Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais- APAE
CARLOS NILO COELHO PINTOS

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

MARIA UMBELINA DREKENER
Secretária Municipal de Administração

LAURA F. JARDIM MORAES
Secretária Municipal de Assistência e Inclusão Social

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:E4E471AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO

GESTÃO - CELIC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2025

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2025. Processo Administrativo nº 127165/2025. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS, em conformidade com o art. 75, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público que realizará contratação direta, através do processo de Dispensa de Licitação para "AQUISIÇÃO DE CAPAS CARTEIRA E PELÍCULAS DE PROTEÇÃO PARA TABLET - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.". Eventuais interessados poderão apresentar Proposta de Preço através do e-mail: licitacaostg@gmail.com, até as 08:00 horas do dia 01/10/2025, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.
MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 23/09/2025.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:ECD6A10D

GESTÃO - CELIC
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, com vistas à prestação de serviços de Shows artísticos musicais, roda de Capoeira, Espetáculo teatral adulto, Espetáculo teatral infantil, Contação de histórias, Oficina de desenho e Oficina de produções, Oficina de dança para atender as necessidades

da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e da Secretaria Municipal de Educação em eventos diversos. Os interessados em participar do presente credenciamento poderão protocolar o requerimento, juntamente com a documentação exigida neste Edital, no setor de protocolos, localizado no Hall de entrada do prédio central do município de Santiago, durante o período previsto no preâmbulo deste edital, ou por meio do endereço eletrônico licitacaostg@gmail.com. Durante o período de 25/09/2025 a 25/09/2026. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.
MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 23/09/2025.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:AC6F49A4

GESTÃO - CELIC
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2025

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2025. Processo administrativo nº 13233/2025. Objeto: Curso de formação "Aspectos didáticos pedagógicos da ERER". Contratado: Zelo Consultoria em Educação e Desenvolvimento Infantil LTDA. Valor: R$ 8.400,00. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.
MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 23/09/2025.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:E2D2B191

GESTÃO - CELIC
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2025

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2025. Processo Administrativo nº 127205/2025. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos necessários para manutenção das atividades de assistência farmacêutica municipal. Valor: R$ 6.264,55. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.
MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 23/09/2025.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:334E4A77

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO 17° ADITIVO DO CONTRATO 09/2017 DA DISPENSA 17/2017

Extrato do 17° Aditivo do Contrato 09/2017 da Dispensa 17/2017 que tem como objeto acomodar a família de Vanessa Lauriane dos Santos Pereira e outros, tendo como locadora Mariza Siepalsky Marciano, fica ajustada a prorrogação é pelo período de 03 meses a contar de 26 de setembro de 2025 a 26 de dezembro de 2025, o valor do contrato será reajustado em 3,03% conforme o índice do IGP-M do período dos últimos 12 meses, passando dos atuais R$ 348,86 (trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos) para R$ 359,43 (trezentos e cinqüenta e nove reais e quarenta e três centavos) mensais.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:6B2CC931

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO 26/2025 DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2025

Extrato do 1° Aditivo do Contrato 26/2025 da Concorrência Eletrônica 002/2025 que tem como objeto a contratação de empresa pelo regime de empreiteira global para execução de obra da construção do campo de futebol do bairro Maria Ritter – com recursos de transferência especial do deputado Sanderson, emenda parlamentar N° 202540730001, programa 09032024-2, plano de ação N° 09032024-2-069690/2024, tendo como contratado FABIO JARDIM – ME, fica ajustado o acréscimo de R$ 11.644,86 (onze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) o que equivale a 4,70% do valor original do contrato.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:3D0CC49A

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DO CONTRATO 074/2025 DA INEXIGIBILIDADE 137/2025

Extrato do Contrato 074/2025 da Inexigibilidade 137/2025 que tem como objeto acomodar o grupo familiar de Maria Eli Teixeira Pavão, tendo como locadora ROSEMERI DE FATIMA MOREIRA PAVÃO, a locação é pelo prazo de 06 (seis) meses, com início em 17/09/2025 a 17/03/2026, elo valor de R$ 500,00.

NIVIO BOELTER BRAZ
Prefeito

Publicado por:
Eduarda Pietczak de Lima
Código Identificador:E96A0821

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO M P COELHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 047/2025
MODALIDADE: DISPENSA Nº 040/2025
CONTRATADA: M. P. Coelho - Tintas (CNPJ 08.273.123/0001-08)
OBJETO: aquisição de materiais de pintura para o administrativo da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha
VALOR TOTAL: R$ 10.260,90
PRAZO: 12/09/2026 OU ATÉ A ENTREGA TOTAL DOS PRODUTOS

Publicado por:
Rossano Policarpo Braga
Código Identificador:55F38530

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025.

Comunicamos aos interessados que o Pregão Eletrônico nº. 104/2025 do tipo menor preço por item para aquisição de uma picape zero quilômetro para atendimento da demanda do Departamento de Meio Ambiente, está aberto. O credenciamento e a sessão pública serão

realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 10/10/2025, às 09h01min. As propostas das empresas interessadas deverão ser anexadas até às 09h do mesmo dia. Santo Antônio da Patrulha, 23 de Setembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jerônimo da Silveira Borba
Código Identificador:3EF91FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE ABERTURA DE PE 107/2025

Comunicamos aos interessados que o Pregão Eletrônico nº. 107/2025, do tipo menor preço por item para REGISTRO DE PREÇOS destinado à aquisição de medicamentos e materiais ambulatoriais e médicohospitalares para atendimento das demandas da Secretaria Municipal da Saúde, está aberto. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 07/10/2025, às 09h01min. As propostas das empresas interessadas deverão ser anexadas até às 09h do mesmo dia.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:D19BC23D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 103/2025

Comunicamos aos interessados que está aberto o Pregão Eletrônico nº.103/2025 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS playground grande com 12 brinquedos em atendimento às demandas desta Secretaria para atendimento à Municipalidade e cumprimento de emendas impositivas em execução em 2025. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 08/10/2025 às 10:01hs, devendo as propostas serem apresentadas no referido site até às 10hs do mesmo dia.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de setembro de 2025.
]

RODRIGO GOMES MASSULO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariana Castilhos de Souza
Código Identificador:1524DE04

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PRIMEIRA ATUALIZAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 064/2025

EXTRATO DA PRIMEIRA ATUALIZAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 064/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 060/2025.
VALIDADE: 21/08/2025 A 21/08/2026

O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito, Rodrigo Gomes Massulo, expressa a publicação da Primeira Atualização da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.060/2025 para REGISTRO DE PREÇOS objetivando aquisição de ELETRODOS ZOLL Adulto e Pediátricos, destinados às unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde, SAMU e Corpo de Bombeiros Militar de Santo Antônio da Patrulha/RS, conforme segue:

ITEM	QUANT TOTAL	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	10	Unid/par	Eletrodo Adulto com Real CPR Help Marca ZOLLREF:8900-0400-24 Compatível com Equipamento AED+PLUS marca ZOLL patrimônio 24010. Deve Apresentar Registro na Anvisa	R$ 1.980,00
02	08	Unid/par	Eletrodo Infantil com Real CPR Help Marca ZOLLREF:8900-0810 Compatível com Equipamento AED+PLUS marca ZOLL patrimônio 24010. Deve Apresentar Registro na Anvisa	R$ 2.040,00

A ata na íntegra estará disponível no Mural desta Prefeitura Municipal e no site www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza de Freitas Muller
Código Identificador:AA0E73AF

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA SEGUNDA ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2025

EXTRATO DA SEGUNDA ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 023/2025.
VALIDADE: 27/05/2025 A 27/05/2026 (12 MESES)

O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito, Rodrigo Gomes Massulo, expressa a publicação da Segunda Atualização Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.023/2025 para REGISTRO DE PREÇOS objetivando aquisição de passagens escolares de transporte coletivo da empresa TRANSPORTE BARROCADAS para deslocamento dos estudantes, conforme especificação abaixo:

ITEM	QUANT TOTAL	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (LOCALIDADE)	VALOR UNITÁRIO
01	39.404	Un	Passagens Sede/ Cantagalo (Até a divisa com o Município de Riozinho)	R$ 15,72
02	28.904	Un	Passagens Sede/Cafundó-Lombas	R$ 18,05

A ata na íntegra estará disponível no Mural desta Prefeitura Municipal e no site www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza de Freitas Muller
Código Identificador:B775FA38

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 03/2025

O Conselho Municipal da Assistência Social, em plenária extraordinária realizada em 15 de setembro de 2025, no uso de suas atribuições, tendo sido as determinações aprovadas por unanimidade, resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício de 2026 da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, elaborada conforme as metas estabelecidas no Plano Plurianual. Aprovação ocorreu na reunião realizada na data de hoje.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 15 de setembro de 2025.

MÁRNEI CONSUL
Secretário- Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:04CF819C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE INGRESSO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL N.° 066/2025

Edital de convocação de candidatos classificados no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, Edital n.° 004/2024.

RODRIGO GOMES MASSULO, Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, convoca o candidato abaixo relacionado, classificado no processo seletivo simplificado de ingresso de estagiários, homologado em 1.° de novembro de 2024, referente ao Edital n.° 004/2024, conforme disposto no item 11.2, para que compareça na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para apresentar a documentação necessária e exercer o direito de ingressar na vaga destinada, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a convocação:

CURSO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
Ensino Médio	Erick Berzagui dos Santos	26º

Santo Antônio da Patrulha, 23 de setembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretário da Administração e Finanças

Publicado por:
Camila Buhler Machado
Código Identificador:00E65CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE 17.º ADITIVO AO CONTRATO N.º 310/2022

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica n.º 034/2022
CONTRATO: 17.º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 310/2022.
OBJETO: Contratação de entidade beneficente sem fins lucrativos para atuar no Hospital de Santo Antônio da Patrulha.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, CNPJ n.º 88.814.199/0001-32;
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA, CNPJ n.º 04.994.418/0008-99.
ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica alterada a Cláusula Primeira do Contrato para ampliação das horas médicas de Pediatria, a partir de 15/09/2025, de forma a garantir o atendimento pediátrico hospitalar em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, no período de 15/09/2025 até 30/11/2025, substituindo a escala atualmente vigente de 12 horas diurnas, nos termos do Memorando 957/2025-SEMSA, de 02/09/2025. CLÁUSULA SEGUNDA - Altera-se a cláusula quarta do contrato original, para INCLUSÃO do valor R$ 229.295,04 (Duzentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), que serão pagos em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas sendo a primeira parcela no dia 30/09/2025, no valor de R$ 45.959,00 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais), a segunda parcela no dia 30/10/2025 no valor de R$ 91.718,02 (Noventa e um mil, setecentos e dezoito reais e dois centavos) e a terceira parcela no dia 30/11/2025, no valor de R$ 91.718,02 (Noventa e um mil, setecentos e dezoito reais e dois centavos), nos termos solicitados pelo Memorando 977/2025-SEMSA, de 16/09/2025 e Termo Pedido de Compra nº 2025/2918, de 09/09/2025. CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação: 2025/1025- Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha Prog. Trabalho: 07.01.10.301.0002.2097 – Manut. e Fortal. Pronto Atendimento – ASPS – cta. 67 Elem. Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos /Rubrica Item: 3.3.90.39.50.00.00.00 – Serv. Médico Hospitalar, Odont. e Laboratorial/ As demais Cláusulas e condições do contrato originário permanecem inalteradas, bem como de seus aditivos e alterações posteriores, incorporando-se este aditivo ao mesmo.

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:0470B758

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE 7.º ADITIVO AO CONTRATO N.º 105/2024

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica n.º 006/2024
CONTRATO: 7.º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais n.º 105/2024
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e prestação de serviços para pavimentação em blocos de concreto intertravado, meios-fios de concreto, drenagem pluvial, passeio público e sinalização na rua de acesso a EMEF Nossa Senhora Medianeira, na localidade de Boa Vista, no município de Santo Antônio da Patrulha/RS, com extensão de 172,00 (cento e setenta e dois) metros de comprimento e largura de rolamento de 7,00 (sete) metros, totalizando aproximadamente 1.300,40 (um mil e trezentos e quarenta) metros quadrados, com recursos oriundos da CORSAN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, CNPJ n.º 88.814.199/0001-32;
CONTRATADA: NELSON OSVALDO DE SOUZA LTDA. ME., CNPJ n.º 17.273.348/0001-55.
ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato Original para inclusão do valor de R$ 11.162,73 (onze mil, cento e sessenta e dois reais, setenta e três centavos) a título de REAJUSTE ao contrato, no percentual de 5,20466%, pelo índice IPCA-IBGE, conforme solicitação contida no memorando nº 517/2025 – SEMOT de 26/08/2025, memorando nº 175/2025 - DEF de 22/08/2025 e termo de pedido de compra nº 2025/2737 de 26/08/2025. CLÁUSULA SEGUNDA- As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação: 2025/832 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha Programa de Trabalho: 06.03.15.451.0002.2039 – Manut. e Conserv. de Ruas e Av Urbanas Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES Fonte de Recurso: 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos Rubrica Item: 4.4.90.51.91.00.00.00 - OBRAS EM ANDAMENTO As demais cláusulas não atingidas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:713EA279

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CREDENCIAMENTO

O Município de Santo Augusto - RS, inscrito no CNPJ nº 87.613.105/0001-02, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **Lilian Fontoura Depiere**, no uso de suas atribuições legais, torna público o 2º Aditivo ao Termo de Credenciamento da Empresa **LABORATÓRIO BIONALISES ASSUNÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 28.754.508/0001-02, ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 (Processo Administrativo nº 280/2023) para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas para o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS, conforme valores ambulatoriais constantes da Tabela de

Procedimentos do Ministério da Saúde-MS e Tabela de Valores Complementar Municipal (ANEXO III) e demais especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I), que passam a fazer parte do presente Termo de Credenciamento para todos os efeitos legais. Santo Augusto – RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:D7BBD20B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação Presencial n° 55/2025 (Processo Administrativo nº 201/2025). **Objeto:** Contratação de empresa para veiculação de 15 (quinze) inserções de videoclipes (VTs) de 30 segundos cada, na programação da emissora de televisão aberta RBSTV, no período de 24 de setembro a 03 de outubro de 2025. **EMPRESA:** RBS TV SANTA ROSA LTDA, (CNPJ nº 93.088.367/0001-90): Item: 1. **Valor Total:** R$ 10.122,00. **Base Legal:** Art. 55, II alínea a, da Lei Federal 14.133/2021; Artigo 75; Dispositivo II; para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras..

Santo Augusto-RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Claudia Helena Maas
Código Identificador:3A5D1718

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2025.

Extrato do Contrato Nº: 096/2025. Contratante..: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO Contratada...: HM COMÉRCIO DE PEÇAS, MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS LTDA. Valor.....: R$ 17.380,00 (dezessete mil, trezentos e oitenta reais). Vigência.....: Início: 24/09/2025. Término: 31/12/2025. Licitação...: Pregão Eletrônico n° 030/2025 (Processo Licitatório nº 136/2025). Dotações orçamentárias: 3390/31-209. Objeto.....: Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços elétricos e mecânicos especializados para conserto de veículos de passeio, utilitários de pequeno, médio e grande porte, minibus, furgão, vans, ambulância, kombi, micro-ônibus, ônibus, caminhões, camionetas, máquinas pesadas, tratores agrícolas, equipamentos e assemelhados, utilizados nas diversas secretarias do Município, conforme especificações que seguem e as constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I) e proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos. Santo Augusto – RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:4AD04241

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2025.

Extrato do Contrato Nº 097/2025. Contratante..: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO. Contratada...: RBS TV SANTA ROSA LTDA. Valor.....: R$ 10.122,00 (dez mil cento e vinte e dois reais). Vigência.....: Início: 24/09/2025. Término: 24/11/2025. Licitação.....: Dispensa de Licitação n° 55/2025 (Processo Administrativo nº 201/2025). Dotação Orçamentária: 3390-22/98. Objeto.....: Contratação de empresa para inserções de vídeos em programação da televisão aberta, pela emissora RBSTV, no período compreendido entre os dias 24 de setembro de 2025 a 03 de outubro de 2025. O objetivo da veiculação é a veiculação de 15 (quinze) inserções de videoclipes (VTS) de 30 segundos cada, visando promover a 15ª edição da 26ª Expofeira Agro – EXPOFESA. Santo Augusto – RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:45CE2E6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2025.

Extrato do Contrato Nº: 098/2025. Contratante..: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO Contratada...: MARLENE FILIPIN PIRES. Valor.....: R$ 28.100,00 (vinte e oito mil e cem reais). Vigência.....: Início: 24/09/2025. Término: 31/12/2025. Licitação...: Pregão Eletrônico n° 030/2025 (Processo Licitatório nº 136/2025). Dotações orçamentárias: 3390/31-209. Objeto.....: Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços elétricos e mecânicos especializados para conserto de veículos de passeio, utilitários de pequeno, médio e grande porte, minibus, furgão, vans, ambulância, kombi, micro-ônibus, ônibus, caminhões, camionetas, máquinas pesadas, tratores agrícolas, equipamentos e assemelhados, utilizados nas diversas secretarias do Município, conforme especificações que seguem e as constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I) e proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos. Santo Augusto – RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:A2E4764D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2025.

Extrato do Contrato Nº: 099/2025. Contratante..: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO Contratada...: AUTO ELETRICA MB LTDA. Valor.....: R$ 13.625,00 (treze mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Vigência.....: Início: 24/09/2025. Término: 31/12/2025. Licitação...: Pregão Eletrônico n° 030/2025 (Processo Licitatório nº 136/2025). Dotação orçamentária: 3390/31-209. Objeto.....: Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços elétricos e mecânicos especializados para conserto de veículos de passeio, utilitários de pequeno, médio e grande porte, minibus, furgão, vans, ambulância, kombi, micro-ônibus, ônibus, caminhões, camionetas, máquinas pesadas, tratores agrícolas, equipamentos e assemelhados, utilizados nas diversas secretarias do Município, conforme especificações que seguem e as constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I) e proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos. Santo Augusto – RS, 23 de setembro de 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:DA776D63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO

A Prefeita de Santo Augusto/RS, torna pública a nomeação do (a) aprovado (a) abaixo para o provimento de cargo público efetivo, referente ao Concurso Público instaurado pelo Edital nº 01/2023 de 19 de dezembro de 2023, homologado pelo Edital nº 10/2024, publicado em 26 de março de 2024:

NOMEIA JULIA LARISSA FRANCISCONI, para exercer o cargo de MONITOR DE ESCOLA, classificado em 57º lugar;

A Portaria de Nomeação será publicada no mural de Publicações Oficiais do Poder Executivo, junto ao hall de entrada do Centro Administrativo, a partir de 24 de setembro de 2025

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, 24 DE SETEMBRO DE 2025.

LILIAN FONTOURA DEPIERE
Prefeita Municipal
Matrícula 2285-2

Publicado por:
Priscila Schüler Mosmann Cavalheiro
Código Identificador:23CC98C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE ADITIVO

TERMO ADITIVO nº 004/2025 AO CONTRATO nº 065/2023 – PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2023 – alteração de valor do contrato n° 065/2023, passando o valor do quilômetro rodado da linha Maria Manoela, de **R$ 9,92 (nove reais e noventa e dois centavos)** para **R$ 8,05 (oito reais e cinco centavos),** em razão de ter diminuído a capacidade do veículo escolar – **Rubem dos Santos Freitas - ME.**

São Gabriel, 23 de setembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:96849479

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO nº 226/2025 – DISPENSA POR LIMITE nº 970/2025 – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para transporte rodoviário de passageiros para viagem de ida e volta de São Gabriel às cidades de Gramado e Canela/RS, a ser realizada no dia 26 de setembro, destinada aos usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com City Tour guiado pelos principais pontos turísticos de Gramado e Canela, inclusão de almoço e café da tarde (tipo colonial) para todos os participantes em restaurante previamente reservado, acompanhamento de guia turístico credenciado durante todo o percurso e atividades, para 84 pessoas, com saída da Rua Coronel Soares - Centro - São Gabriel (Fundos da Prefeitura Municipal de São Gabriel), à 01h do dia 26 de setembro de 2025 – **R$ 25.200,00 (total)** – **Transportes Reckur Ltda**.

São Gabriel, 23 de setembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:E419A9AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÕES
SÚMULA DE CONTRATO

CONTRATO nº 224/2025 – DISPENSA POR JUSTIFICATIVA nº 938/2025 – O presente contrato tem por objetivo a contratação de instituição de longa permanência para idosos (ILPI) para acolhimento da Sra. Maria das Chagas Maciel, conforme despacho/decisão no âmbito do Processo n° 5005644-07.2025.8.21.0031/RS, do Juizado Especial Cível Adjunto da Comarca de São Gabriel-RS - **R$ 4.700,00** (mensal) – **Sociedade Gabrielense de Auxílio aos Necessitados**.

São Gabriel, 23 de setembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:15EB1491

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS estará recebendo através da plataforma **https://bll.org.br**, propostas financeiras e documentos de habilitação dos interessados em participar do **Concorrência Eletrônica 07/2025**, **Processo nº 442/2025**, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada na execução de reconstrução de Obras de Artes Especiais (OAE) - 03 Pontes, com estrutura de concreto armado/pré-moldado, no interior do Município de São João do Polêsine – RS conforme Processo nº 59053.017491/2024-31, Protocolo S2iD: REC-RS-4318432-20240612-02, Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra*, com os seguintes horários: cadastro das propostas até às 08h do dia 08 de outubro de 2025 e início dos lances a partir das 09h do dia 08 de outubro de 2025**.** Edital, Anexos poderão ser obtidas pelo site **https://bll.org.br** ou pelo site https://saojoaodopolesine.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais**.**

São João do Polêsine, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita

Publicado por:
João Gabriel Vizzotto
Código Identificador:19059FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO CONTRATO Nº 76/2025

Contrato n° 76/2025 – Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de consultoria tributária, com foco no ICMS, Guias Modelo A e B, e Programa de Integração Tributária (PIT) para o município de São João do Polêsine. **Processo Administrativo** nº 437/2025, **Inexigibilidade de Licitação** nº 55/2025 – **Contratada:** BUSCAR ASSESSORIA LTDA. , inscrita no CNPJ 23.890.638/0001-40, com sede na Rua Ijuí, nº 361, Bairro Centro, Derrubadas/RS CEP 98.528-000. **Valor mensal:** R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais). **Valor total:** R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais). **Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados do mês de setembro de 2025.

São João do Polêsine, RS, 23 de setembro de 2025.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Julia Dalllanora
Código Identificador:66366BEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 165/2025

O Prefeito Municipal de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul, ***DECLARA DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO*** referente à contratação da empresa **BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA** CNPJ nº 87.296.026/0134-38, cujo objeto é a aquisição de uma máquina de lavar roupas automática, com capacidade mínima de 12kg, destinada à Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa, se faz necessária em razão do defeito e inutilização do equipamento anteriormente existente, comprometendo a rotina de limpeza e organização da instituição., conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, pelo valor total de R$ 1.970,00 e de acordo com o processo nº 1311/2025 e com base no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, uma vez que, o valor da aquisição não atinge o teto necessário para realizar a licitação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Inhacorá, 22 de setembro de 2025.

ADEMIR JOSÉ SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:88896526

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 060/2025

O Prefeito Municipal de São José do Inhacorá e a Presidente do Regime Próprio de Previdência Social, Estado do Rio Grande do Sul, ***DECLARA INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO*** referente à contratação da empresa **REFERENCIA EDUCAÇÃO LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 54.347.170/0001-76, cujo objeto é a prestação de serviços para realização de palestra em comemoração ao Dia do Servidor Público, com a temática "Gestão do RPPS, Governança e Investimentos", a ser ministrada no dia 30 de outubro de 2025, pelo valor de R$ 1.200,00 nos termos do processo nº 1355/2025 e com base no art. 74 inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, tendo em vista se tratar da contratação de profissionais de notória especialização.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

ADEMIR JOSÉ SCHNEIDER
Prefeito Municipal

LOVANI MARIA RAMBO MEYRER
Presidente Do RPPS

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:0B416195

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 061/2025

O Prefeito Municipal de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul, ***DECLARA INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO*** referente à contratação da empresa **CONTINENTAL EVENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 28.761.536/0001-49, cujo objeto é a prestação de serviços para realização e animação da Novemberfest 2025 constitui-se em um evento tradicional do Município de São José do Inhacorá/RS, com relevante importância cultural e social, por valorizar e divulgar a cultura alemã, além de promover momentos de lazer, integração da comunidade e fortalecimento do turismo local, pelo valor de R$ 20.000,00 nos termos do processo nº 1232/2025, e com base no inciso II do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, tendo em vista se tratar da contratação de profissionais do setor artístico.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

ADEMIR JOSÉ SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:8728AD61

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2025

Contratado: O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC**
Objeto: Prestação de serviços de realizar, organizar, coordenar, em conjunto com o **Município**, o Campeonato de Futebol sete na Localidade de Mato Queimado município de São José do Inhacorá, e no campo do esporte Clube Beija- Flor da Localidade Linha Ilha interior do município, início do campeonato será dia 10 de outubro de 2025
Prazo de vigência: 3 meses
Licitação: Declaração de Dispensa de Licitação Nº 161/2025
Preço: R$ **10.182,23 (dez mil, cento e oitenta e dois reais, e vinte e três centavos)**
Assinatura: 23/09/2025

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:653E551F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2025

Contratada: Green Card S/A Refeicoes Comercio e Servicos
Objeto: Serviços de gerenciamento e administração de vale-alimentação
Licitação: Pregão Presencial nº 006/2024
Pagamento: Até 02 (dois) dias anteriores a liberação do crédito na conta do servidor, com o desconto da taxa negativa de 03% (três por cento)
Vigência: 12 meses
Assinatura: 23/09/2025

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:D89426F4

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2025

Contratada: BRPREV Auditoria e Consultoria Atuarial Ltda
Objeto: Elaborar a Avaliação Atuarial 2025/2026 dos servidores ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao RPPS
Licitação: Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 059/2025
Pagamento: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), em 02 (duas) parcelas
Vigência: 12 meses, podendo ser prorrogado
Assinatura: 23/09/2025

Publicado por:
Renato Gräf
Código Identificador:9D0E24AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de São Leopoldo convida a comunidade para a A**UDIÊNCIA PÚBLICA** da **"Comissão Especial instaurada pela Portaria 006/2025"**, para debater o **Expediente 2301, Projeto de Lei n.º082/2025** que **"ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS Nº 9.133 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, Nº 8.693, DE 25 E OUTUBRO DE 2017, Nº 8.954, DE 1º DE ABRIL DE 2019, Nº 8.739, DE 02 DE JANEIRO DE 2018 E Nº 9.051, DE 23 DE AGOSTO DE 2019"** com realização prevista para a **quarta-feira, dia 08/10/2025, às**

10:00hs, no Plenário da Câmara Municipal de São Leopoldo (Rua Independência, 66, centro de São Leopoldo).

Informamos que este evento será presencial com transmissão através da TV Câmara, canal do *Youtube.*

VEREADOR DANIEL DAUDT SCHAEFER (PL),
Presidente da Comissão Especial.

VEREADORA IARA TERESA CARDOSO (PDT),
Presidente da Câmara Municipal de São Leopoldo.

Publicado por:
Thais Dias Gregis
Código Identificador:04CBDDB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.433 - REPUBLICAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e em face do que consta no Memorando nº 0415/2025, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária,

D E S I G N A

no período de 02 a 15 de outubro de 2025 (14 dias), o servidor **ALISSON ANDRÉ VAZ GRAF,** matrícula nº 83823, para responder pela Função Gratificada de Chefe-Geral da Guarda Civil Municipal, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária, percebendo o valor da Função Gratificada correspondente, símbolo FG-1, em substituição ao titular NILTON DE OLIVEIRA DI PIETRO, matrícula nº 81641, em gozo de férias, na forma do que dispõe a Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006. O servidor opta pelos vencimentos do Cargo em Comissão correspondente, Símbolo CC-1, conforme a Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 05 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:61EB7B2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.472

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município, e em face do que consta no Memorando nº 381/2025, da Secretaria Geral de Governo,

R E S O L V E

Nomear os membros para compor a **COMISSÃO DE SELEÇÃO DAS OSC's,** sob a Coordenação da Secretaria Geral de Governo, na forma do que dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto nº 9.163/2018, na forma abaixo relacionada:

SGG – Janaína Nunes de Oliveira – matrícula 80623
SECOL – Marlise Juliana Stephanini – matrícula 87634
SEMFA – Letícia Nunes Michels – matrícula 85503
SECRETARIA MUNICIPAL GETORA – SAS – Lisiane Wachholz – matrícula 86294 e Marcos Vinícius Bucco Fagundes – matrícula 87779

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 10 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:742C233C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.549

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.150 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

Ao servidor **FABIANA VARGAS SENGER, matrícula** n° 83443, ocupante do cargo de Odontólogo, Nível **"XI"**, Padrão **"G"**, nomeado através da Portaria nº 49.061 de 02 de junho de 2006, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **10 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:14DC6AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.550

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.140 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **INDIANARA TATIANE SELAU TESCHE, matrícula n° 84961,** ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/25 horas, Nível **"II"**, Padrão **"C"**, nomeada através da Portaria nº 69.202 de 26 de abril de 2011 e **matrícula n° 86149,** ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/25 horas, Nível **"II"**, Padrão **"C"**, nomeada através da Portaria nº 101.416 de 17 de julho de 2017, **dois (02) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo aos dias **11 de setembro e 12 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:C91E5E45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.551

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.217 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **DAIANE SILVEIRA DA SILVA CARDOSO, matrícula n° 83661**, ocupante do cargo de Professora, Nível **"IV"**, Padrão **"F"**, nomeada através da Portaria nº 50.141 de 30 de agosto de 2006, **três (03) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao período de **08 setembro a**

10 de setembro de 2025, na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:6EEE1BDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.552

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.182 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

Ao servidor **ANDERSON ZANATO, matrícula** n° 87868, ocupante do cargo de Arquiteto, Nível **"XI"**, Padrão **"A"**, nomeado através da Portaria nº 128.502 de 17 de outubro de 2023, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **22 de agosto de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:4798C524

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.553

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.208 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **VANESSA SCHMIDT**, **matrícula** n° 85478, ocupante do cargo de Secretário Escolar, Nível **"IX"**, Padrão **"D"**, nomeada através da Portaria nº 79.037 de 04 de março de 2013, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **03 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:C53D7037

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.554

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.218 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **ROSANGELA PINHEIRO GARCIA, matrícula n° 87994**, ocupante do cargo de Professora Língua Portuguesa,,Nível **"IV"**, Padrão **"A"**, nomeada através da Portaria nº 130.693 de 22 de março de 2024, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **08 setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:E53F7204

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.555

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.227 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **FABIANA SOARES SANTOS, matrícula n° 82386**, ocupante do cargo de Professora, Nível **"V"**, Padrão **"I"**, nomeada através da Portaria nº 34.045 de 22 de outubro de 1999, **três (03) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao período de **10 setembro a 12 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo,16 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:BF5D7C7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.560

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 225/2025, do Gabinete do Prefeito,

E X O N E R A

com vigência a partir de 11 de setembro de 2025, GILMAR BECKER, matrícula nº 55735, do Cargo em Comissão de Diretor de Revitalização Urbana, Símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos, nomeado através da Portaria nº 135.057, de 19 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:0FE5DD05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.562

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município

e, em face do que consta no Memorando nº 223/2025, do Gabinete do Prefeito,

E X O N E R A

com vigência a partir de 15 de setembro de 2025, PÂMELA MELO DA LUZ, matrícula nº 55874, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade Básica de Saúde – UBS Santo André, Símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da Portaria nº 135.536, de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:94073942

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.563

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município, e, em face do que consta no Memorando nº 223/2025, do Gabinete do Prefeito,

N O M E I A

com vigência a partir de 15 de setembro de 2025, PÂMELA MELO DA LUZ, matrícula nº 55874, para o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Projetos de Infraestrutura, Símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Obras e Viação, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013. alterada pela Lei nº 8.278, de 11 de maio de 2015 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:3217D171

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.564

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município, e, em face do que consta no Memorando nº 226/2025, do Gabinete do Prefeito,

N O M E I A

com vigência a partir de 15 de setembro de 2025, ANDERSON SILVA MACHADO, matrícula nº 55920, para o Cargo em Comissão de Chefe da Unidade Básica de Saúde – UBS Santo André, Símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 16 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:51454B9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.565

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.353 de 16 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **SABRINA RIBEIRO FARIAS LAZZARI SOUZA**, **matrícula** n° 87544, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/25 horas, Nível **"II"**, Padrão **"A"**, nomeada através da Portaria nº 124.504 de 10 de fevereiro de 2023, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao **dia 15 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:5133F071

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.566

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.299 de 165 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **BRUNA SOARES KLEIN DA SILVA**, **matrícula** n° 87118, ocupante do cargo de Professora, Nível **"IV"**, Padrão **"A"**, nomeada através da Portaria nº 120.164 de 28 de abril de 2022, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **22 de agosto de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:A4F1371D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.567

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.360 de 16 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **JOSIANE MAIESKI, matrícula n° 88265**, ocupante do cargo de Assistente Social, Nível **"XI"**, Padrão **"A"**, nomeada através da Portaria nº 136.917 de 18 de julho de 2025, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **15 setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:DCAF6F78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.570

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910, de 30 de julho 2013 e em face do que consta do protocolo nº 23.238 de 15 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **INES NOGUEIRA CORREA DIAS**, **matrícula n° 85312,** ocupante do cargo de Arquiteta, Nível **"XI"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 74.183 de 23 de março de 2012, **SEIS MESES DE LICENÇA-PRÊMIO**, relativo ao decênio compreendido entre as datas **26 de março de 2012 a 28 de outubro de 2023**, na forma que dispõem os art. 127 ao 130, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:BA17CA2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.571

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 227/2025, do Gabinete do Prefeito,

E X O N E R A

com vigência a partir de 11 de setembro de 2025, FÁBIO MORAES DE ÁVILA, matrícula nº 55789, do Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Manutenção de Áreas Públicas, Símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos, nomeado através da Portaria nº 134.685, de 16 de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:66D97A46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.572

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município, e, em face do que consta no Memorando nº 227/2025, do Gabinete do Prefeito,

N O M E I A

com vigência a partir de 11 de setembro de 2025, CLAUDIO JOSÉ DE ALVARENGA, matrícula nº 55921, para o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Manutenção de Áreas Públicas, Símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:E783D399

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.575

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 229/2025, do Gabinete do Prefeito,

E X O N E R A

com vigência a partir de 16 de setembro de 2025, ROGÉRIO LOPES MACHADO, matrícula nº 55696, do Cargo em Comissão de Assessor de Estratégia Comunitária 1, Símbolo CC-3, da Secretaria Municipal do Orçamento Participativo, nomeado através da Portaria nº 134.539, de 10 de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:69661EC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.576

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município, e, em face do que consta no Memorando nº 229/2025, do Gabinete do Prefeito,

N O M E I A

com vigência a partir de 16 de setembro de 2025, RODRIGO BARBOSA DOS SANTOS, matrícula nº 55924, para o Cargo em Comissão de Assessor de Estratégia Comunitária 1, Símbolo CC-3, da Secretaria Municipal do Orçamento Participativo, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 9.614, de 15 de julho de 2022 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:E8B1A962

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.577

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 231/2025, do Gabinete do Prefeito,

E X O N E R A

com vigência a partir de 15 de setembro de 2025, FELIPE SARMENTO PFEIL, matrícula nº 55887, do Cargo em Comissão de Coordenador do Apoio a Microempresas e Empreendedores, Símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico, nomeado através da Portaria nº 136.079, de 06 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:929A6F97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.578

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município, e, em face do que consta no Memorando nº 231/2025, do Gabinete do Prefeito,

N O M E I A

com vigência a partir de 15 de setembro de 2025, GILSON NATALÍCIO DA SILVA, matrícula nº 55922, para o Cargo em Comissão de Coordenador do Apoio a Microempresas e Empreendedores, Símbolo CC-2, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 9322, de 26 de março de 2021 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:49709D23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.579

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 079/2025, da Secretaria Municipal da Fazenda,

D E S I G N A

com vigência a partir de 13 de agosto de 2025, RAFAEL LOUREIRO, matrícula nº 87558, para a Função Gratificada de Chefe do Núcleo de Pagamentos e Relações Bancárias , Símbolo FG-4, da Secretaria Municipal da Fazenda, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:71608376

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.581

Determina o Arquivamento de Sindicância Administrativa Disciplinar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA o **ARQUIVAMENTO** da Sindicância Administrativa Disciplinar instaurada pela Portaria nº 135.367, de 19 de março de 2025, com o intuito de apurar o pedido formulado pelo Secretário Municipal de Saúde, onde noticia o caso envolvendo um bebê de seis meses que desenvolveu uma infecção grave, após a aplicação de vacina em Unidade de Saúde do Município, conforme artigo 184, inciso III, da Lei Municipal nº 6.055/2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 17 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:FB1F2EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.585

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 1181/2025, da Secretaria Municipal de Educação,

C O N C E D E

com vigência a partir de 1º de setembro de 2025, à servidora MARCIA HELENA DE OLIVEIRA, matrícula nº 86308, a Gratificação de Supervisão de Unidade Escolar, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dilza Flores Albrecht, Símbolo GSE-1B, da Secretaria Municipal de Educação, na forma do que dispõe as Leis nº 6.573, de 24 de março de 2008, Lei n.º 9.670, de 17 de outubro de 2022 e Lei nº 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 18 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:43A4569E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.586

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e, em face do que consta no processo protocolado sob nº 23.302, de 16 de setembro de 2025, da Diretoria Geral de Recursos Humanos,

R E S O L V E

conceder o benefício de Salário Maternidade à servidora PALOMA QUEIROZ DOS SANTOS, matrícula nº 86174, ocupante do cargo de Professor, Nível 4, Classe C e matrícula nº 86970, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, Nível III, Classe B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 12 de setembro de 2025 a 10 de março de 2026 (180 dias), na forma do que dispõe a Lei Municipal nº 9.245, de 30 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 18 de setembro de 2025.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:AE2822F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.587

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta em processo protocolado sob nº 23.339, de 16 de setembro de 2025,

E X O N E R A

com vigência a partir de 1º de setembro de 2025, EDUARDA CAROLINE NEGRI DA SILVA, matrícula nº 55792, do Cargo em Comissão de Chefe do Núcleo de Articulação Intersetorial, símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Internacionais, nomeada através da Portaria nº 134.692, de 16 de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 18 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:BB959021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.588

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 152, da Lei Orgânica do Município e, em face do que consta no Memorando nº 1217/2025, da Secretaria Municipal de Compras e Licitações,

D E S I G N A

com vigência a partir de 21 de agosto de 2025, VERIDIANA FABÍOLA DA ROSA, matrícula nº 85495, para a Gratificação de Função de Pregoeiro (agente de contratação), GF-2, da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, na forma do que dispõe as Leis nº 7.910, de 30 de julho de 2013, alterada pela Lei nº 10.018, de 19 de dezembro de 2023 e 10.269, de 22 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 18 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:80BACB38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.591

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152, da Lei Orgânica do Município e em face de informação da Folha de Pagamento,

R E S O L V E

Retificar a Portaria nº 136.806, de 10 de julho de 2025, que passa a viger com a seguinte redação:

"DESIGNA, no período de 30 de junho a 13 de julho de 2025 (14 dias), o servidor GIOVANE PORTINHO FERREIRA, matrícula nº 83712, para responder pela Função Gratificada de Coordenador de Compras e Licitações, da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, percebendo o valor da Função Gratificada correspondente, símbolo FG-2, em substituição a titular FERNANDA TERRA DE FREITAS, matrícula nº 85605, em gozo de licença saúde, na forma do que dispõe a Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006."

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 18 de setembro de 2025.

HELIOMAR ATHAYDES FRANCO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:BC4BA21F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.596

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.455 de 17 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **TAMARA NASCENTE DE BRUM, matrícula n° 86033,** ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/30 horas, Nível **"IV"**, Padrão **"C"**, nomeada através da Portaria nº 100.059 de 03 de maio de 2017, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao **dia 08 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:F253121C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.597

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.419 de 17 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **KELEN CRISTINA PROVIN matrícula** n° 84647, ocupante do cargo de Professora, Nível **"IV"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 62.985 de 10 de março de 2010, **dois (02) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo aos **dias 04 de setembro e 05 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:B4F096E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.598

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.553 de 18 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **DEBORA CRISTINA DA SILVA, matrícula n° 81306**, ocupante do cargo de Professora, Nível **"IV"**, Padrão **"I"**, nomeada através da Portaria nº 28.282 de 08 de março de 1996 e **matrícula n° 83114**, ocupante do cargo de Professora, Nível **"IV"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 43.628 de 19 de outubro de 2004, **dois (02) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo aos dias **11 setembro e 12 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:E59DBF36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.599

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.572 de 18 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **KELLEN RODRIGUES DA SILVA, matrícula n° 84361**, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/30 horas, Nível **"III"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 59.190 de 06 de março de 2009 e **matrícula n° 85037**, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/25 horas, Nível **"II"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 70.217 de 06 de junho de 2011, **dois (02) dias** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo aos dias **09 de setembro e 10 setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:89C35F7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.600

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910 de 30 de julho de 2013 e em face do que consta do Protocolo sob nº 23.574 de 18 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **KELLEN RODRIGUES DA SILVA, matrícula n° 84361**, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/30 horas, Nível **"III"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 59.190 de 06 de março de 2009 e **matrícula n° 85037**, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil/25 horas, Nível **"II"**, Padrão **"E"**, nomeada através da Portaria nº 70.217 de 06 de junho de 2011, **um (01) dia** de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, relativo ao dia **16 de setembro de 2025,** na forma que dispõem os art. 121, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:2B63A8B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137.601

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910, de 30 de julho 2013 e em face do que consta do protocolo nº 23.608 de 19 de setembro de 2025,

C O N C E D E

A servidora **LEILA SILVANA DA SILVA**, **matrícula n° 85578,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo IIII**, Nível **"VIII"**, Padrão **"D"**, nomeada através da Portaria nº 83.012 de 09 de janeiro de 2014, **SEIS MESES DE LICENÇA-PRÊMIO**, relativo ao decênio compreendido entre as datas de **13 de janeiro de 2014 a 16 de agosto de 2025,** na forma que dispõem os art. 127 ao 130, da Lei Municipal nº 6.055, de 14 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

EVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:03A809BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.628

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e em face do que consta no memorando nº 1.152, de 22 de setembro de 2025,

C O N C E D E

Com vigência a partir de **03 de maio de 2025**, a **ANTONIO BACELAR DA SILVA COELHO**, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo de **Motorista**, matrícula nº 83067, nomeado através da Portaria nº 42.393, de 26 de abril de 2004, a Progressão Horizontal do Padrão **"F"** para o Padrão **"G"**, conforme avaliação de desempenho apurada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional designada pela Portaria nº 132.473, de 23 de Agosto de 2024, com fundamentos da Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 22 de setembro de 2025.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:A92BC155

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.629

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e em face do que consta no memorando Nº 1.152, de 22 de setembro de 2025,

C O N C E D E

Com vigência a partir de **13 de fevereiro de 2025**, a **FABIANO DE MARI**, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo de **Engenheiro Ambiental**, matrícula nº 84968, nomeado através da Portaria nº 69.239, de 29 de abril de 2011, a Progressão Horizontal do Padrão **"D"** para o Padrão **"E"**, conforme avaliação de desempenho apurada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional designada pela Portaria nº 132.473, de 23 de Agosto de 2024, com fundamentos da Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 22 de setembro de 2025.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:76AA90CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137.630

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 7.910, de 30 de julho de 2013 e em face do que consta no memorando Nº 1.152, de 22 de setembro de 2025,

C O N C E D E

Com vigência a partir de **05 de maio de 2025**, a **MARCIA INES HORN**, Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo de **Agente Administrativo III**, matrícula nº 80541, nomeada através da Portaria nº 25.370, de 09 de agosto de 1994, a Progressão Horizontal do Padrão **"J"** para o Padrão **"K"**, conforme avaliação de desempenho apurada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional

designada pela Portaria nº 132.473, de 23 de Agosto de 2024, com fundamentos da Lei Municipal nº 6.570, de 24 de março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 22 de setembro de 2025.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:361BB39E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO CONTRATO Nº 77/2025

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 69/2025
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº. 92.959.006/0008-85.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviço de Inteligência para Prefeitura Municipal de São Leopoldo, relativo ao mapeamento de objetivos estratégicos, metas e indicadores para áreas municipais de Desenvolvimento Econômico e Educação, conforme especificações constantes neste instrumento contratual e no seu anexo.
VALOR: R$16.400,00.
PRAZO: O prazo de vigência do contrato é da data de assinatura do contrato até 28 de fevereiro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2025.
RUBRICA: Os recursos para o pagamento dos serviços solicitados estãoprevistos no Órgão 13 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento EconômicoTurístico Tecnológico, Unidade 03 - Diretoria de Apoio a Microempresas e Empreendedores, 1020 – Desenvolvimento Empresarial no Município, Dotação – 1021, Rubrica – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recurso – 1500.0000000.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Vitória Rafaela Nunes
Código Identificador:7467CE35

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2024

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº. 52/2023
CONTRATADA: RURAL RENTAL SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 93.969.707/0001-91.
SUPRESSÃO DE VALOR: Suprime-se do valor do contrato de R$539.273,26, o percentual de redução de 8,4504291%, correspondente ao montante de redução de R$36.471,66, em virtude de substituição de um veículo executivo do tipo sedan por um do tipo SUV para atendimento da demanda do Gabinete do Prefeito, passando o valor global atualizado a ser de R$502.801,60, conforme Informação Contábil nº 172/2025.
ACRÉSCIMO DE VALOR: Acresce-se ao valor do contrato de R$502.801,60, o percentual de 9,0362417%, correspondente ao montante de R$39.000,00, para os 5 meses restantes do contrato, renovável, em virtude de substituição de um veículo executivo do tipo sedan por um do tipo SUV para atendimento da demanda do Gabinete do Prefeito, passando o valor global atualizado a ser de R$541.801,60, conforme Informação Contábil nº 172/2025.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Inclui-se no item 3.2 da cláusula terceira do contrato, o seguinte recurso orçamentário: 02 – GABINETE DO PREFEITO; 01 – Administração Central do Gabinete; 1723 – Deslocamento Institucionais; 3.3.9.0.33.00.00.00.00 - Passagens e Despesas com locomoção; Recurso 1500 Recursos não vinculados de impostos.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Quilmair Milman de Oliveira
Código Identificador:93670033

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2024

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 19/2024
CONTRATADA: SM DA SILVEIRA TORNEARIA, inscrita no CNPJ: 23.122.587/0001-07
DO FISCAL: Altera-se o item 9.1 da Cláusula Nona do contrato supra a designação do servidor **G.C.M Daniel Francisco dos Santos,** matrícula **nº 80.990**, como fiscal, para acompanhar a execução do objeto contratado e prestar as informações cabíveis, a contar de 05 de setembro de 2025.
DO GESTOR: Altera-se o item 10.1 da Cláusula Décima do contrato supra, para fazer constar que passa a ser gestora a servidora **Inês Nogueira Corrêa Dias,** matrícula **nº 85.312**, para acompanhar a execução do objeto contratado e prestar as informações cabíveis, a contar de 05 de setembro de 2025.

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Silvana Epifânio de Camargo
Código Identificador:6385F4AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO Nº 103/2025

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 49/2025
CONTRATADA: **EDITORA JORNALISTICA RS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.016/0001-20.
OBJETO: Contratação de assinatura anual do Jornal RS, compreendendo a disponibilização de 10 (dez) exemplares em formato impresso com acesso irrestrito à versão digital
VALOR: O preço global para execução do serviço contratado é de **R$ 4.900,00** (Quatro mil e novecentos reais), a ser pago pela **CONTRATANTE** de acordo com a previsão da cláusula quarta infra.
PRAZO: O preço para 10 (dez) assinaturas anuais impressa + digital do jornal é de R4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para prestação dos serviços, a ser pago pela CONTRATANTE de acordo com a previsão da cláusula quarta infra.
RUBRICA: Os recursos para o pagamento dos serviços solicitados estão previstos no Gabinete do Prefeito, 02.01.04.122.0207.2008 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO; 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA; 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos; 3.3.90.39.01.00.00.00 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES.
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2025

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Rochele Steffen
Código Identificador:D6B75CC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°49/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22714/2025

OBJETO: Contratação de assinatura anual do Jornal RS, compreendendo a disponibilização de 10 (dez) exemplares em formato impresso com acesso irrestrito à versão digital.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A Superintendência de Comunicação do Gabinete do Prefeito detém a responsabilidade fundamental de monitorar e analisar o panorama informacional que impacta a gestão municipal, subsidiando o Chefe do Executivo e sua equipe com dados estratégicos para a tomada de decisões. Nesse contexto, a assinatura do Jornal RS, em suas versões impressa e digital, configura-se como ferramenta essencial e indispensável para o desempenho das atribuições desta superintendência.3.2 A versão impressa assegura o acesso ágil e direto a notícias e análises aprofundadas, fundamental para o acompanhamento diário dos acontecimentos. Concomitantemente, o acesso à versão digital garante a flexibilidade e a mobilidade necessárias para a consulta remota e a pesquisa de conteúdo histórico, otimizando o fluxo de trabalho e a disseminação interna de informações. 3.3 A relevância do Jornal RS reside em sua cobertura abrangente e consolidada sobre os assuntos de interesse da região, incluindo políticas públicas, legislação, economia e questões sociais, que invariavelmente repercutem no âmbito municipal. A ausência deste recurso comprometeria a capacidade da Superintendência de Comunicação em manter o Gabinete do Prefeito devidamente informado, impactando a qualidade das análises e a celeridade das respostas governamentais. 3.4 Dessa forma, a contratação do Jornal RS visa suprir uma necessidade contínua e estratégica, assegurando o acesso a informações qualificadas que são vitais para a eficiência e eficácia da gestão pública municipal.
DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:
A contratação, com base no artigo 74, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, se dá por inviabilidade de competição, uma vez que o SINDIJORE – SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETARIAS DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL atesta, que a empresa **EDITORA JORNALISTICA RS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.016/0001-20, detém exclusividade pela edição, distribuição e venda de assinaturas do Jornal do Comércio, com exclusividade em todo o Estado do Rio Grande do Sul.
DO FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE: A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, no case em epígrafe, expomos adiante: *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;".*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: no Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO02.01.04.122.0207.2008 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA, 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos, 3.3.90.39.01.00.00.00 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES
VALOR: O preço global para a 10 assinatura durante 12 meses, em formato impresso com acesso incluso à versão digital é de R$4.200,00 (quatro mil reais).

RAFAEL DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Rochele Steffen
Código Identificador:72B3D34F

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2025

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS – SEMAE torna pública a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2025 –** Menor Preço Global **– OBJETO**: Compra de dois inversores de frequência 380V IP 20 20CV, para que seja possível dar partida em motores de 20CV. **FORNECEDOR:** CARLOS ALBERTO CAMPOS JUNIOR. **CNPJ N°:** 09.493.809/0001-77.

CLADIS MAGNANI
Diretora Geral

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Claudio Eduardo Dos Santos Laurindo
Código Identificador:88979E60

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
EDITAL Nº015/2025

EDITAL Nº015/2025
EDITAL DE SELEÇÃO INTERNA SIMPLIFICADA PARA SELEÇÃO DE FORMADOR MUNICIPAL DO PROLEEI- Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Martinho/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo de seleção interna simplificado para a seleção de Formador(a) Municipal no âmbito do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil-ProLEEI, conforme os critérios definidos pela coordenação nacional, visando garantir a transparência e a escolha de profissionais com reconhecida competência.

1-OBJETIVO
Selecionar Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino para atuarem como Formadores Municipais para o Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil- ProLEEI, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pela Portaria MEC nº 85/2025, conforme critérios definidos pela coordenação nacional do programa.

2- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2.1. O presente Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições constantes deste Edital e será executado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
2.2. As contratações decorrentes deste Processo Seletivo serão feitas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, órgão responsável pelo pagamento das bolsas que serão concedidas, no valor de R$1.200,00 (mil e duzentos reais), mensais conforme previsto no Programa ProLEEI 2025/2026.
2.3 O presente Processo Seletivo Simplificado será válido até o término da execução do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil
3-INSCRIÇÃO
3.1 São requisitos para participação no Programa:
Ter 18 anos completos;
Ser brasileiro;
Ser graduado(a) em Pedagogia;
Ser profissional do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino do Município de São Martinho/RS.
3.2 As inscrições deverão ser realizadas presencialmente no período 25/09/2025 a 03/10/2025, nos horários 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h de segunda a quinta-feira e na sexta das 7h às 13h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura localizada na Av. Osvaldo de Souza 124 São Martinho
3.2 Para inscrição deverão ser apresentados os seguintes documentos:
Ficha de Inscrição preenchida (ANEXO I e III);
Copia do RG e CPF;
Copia do diploma de Graduação de Pedagogia;
Comprovante de experiência profissional de, no mínimo 3 (três anos), na Educação Infantil como docente ou como pedagoga, supervisora pedagógica, coordenadora pedagógica em escolas de Educação Infantil ou atuar na gestão pública como profissional efetivo e ter

experiência em ações ou projetos de formação de professoras da Educação Infantil, por meio de declaração do empregador, cópia de CTPS ou portaria de nomeação e comprovante do tempo de exercício da função.
Comprovação de avaliação de desempenho positiva na respectiva rede pública municipal de ensino nos últimos 5 anos,

A inscrição do Processo Seletivo será de forma gratuita.
3.4 A seleção será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta por no mínimo 3(três) membros, nomeados através da Portaria Municipal nº826/2025 de 23 de setembro de 2025, e ocorrerá através da análise documental dos documentos comprobatórios para fins de inscrição e atribuição de pontuação, conforme adiante previsto.

4- VAGAS
4.1 Serão disponibilizados 01(uma) vaga de Formadora do ProLEEI.

5- DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
A avaliação será realizada unicamente com base na análise documental/ curricular, atribuindo-se pontuação aos candidatos conforme os critérios abaixo:

Critérios	Pontuação Atribuída	Pontuação Máxima
Termo de Experiência comprovada em docência ou acompanhamento pedagógico na Educação Infantil ou Gestão. *Obs: Serão considerados apenas os anos de experiência que excedem aos 03 anos mínimos exigidos para fins de participação no Programa.*	Cada ano trabalhado equivale 2 pontos	28 pontos
Atuação comprovada como instrutor/palestrante em cursos de formação de professores ou oficinas pedagógica	Cursos de até 20h: 2pontos Cursos de até 40h -3 pontos Cursos acima de 40h 4 pontos	12 pontos
Pós Graduação na Educação Infantil ou área afim	20pontos	20 pontos
Participação em Curso de Formação Continuada na área da Educação Infantil	Cursos de até 20h: 2pontos Cursos de até 40h-3 pontos Cursos de acima de 40h-5 pontos	30 pontos
Atuação como Formador(a)municipal no CNCA letramento e Educação Infantil no ano de 2024	Comprovação por meio de declaração emitido pelo coordenador estadual	10 pontos
		Total 100 pontos

6- APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS
6.1 Os títulos serão apresentados pelo próprio candidato, mediante as fotocópias e originais e o preenchimento do formulário específico.
6.2 No que tange a comprovação de experiência profissional está poderá ser comprovada por meio de declarações de empregador, cópia da CTPS ou portaria de nomeação e comprovante de exercício do cargo.

7- CRITÉRIOS DESEMPATE
Em caso de empate na pontuação final entre os candidatos(as), serão adotado sorteio público.

8- DA APROVAÇÃO E CONVOCAÇÃO
O resultado da pontuação dos candidatos será disponibilizado no site **www.saomartinho.rs.gov.br** e quadro mural, após a apuração dos mesmos.

9- DOS RECURSOS
Os candidatos poderão interpor recurso administrativo, no prazo de um dia útil, contado após a publicação oficial do resultado preliminar. Os recursos deverão ser entregues no protocolo, através de requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, apresentação em formato livre, em duas vias, sendo uma destinada ao protocolo para comprovação de interposição do mesmo.

10- DAS ATRIBUIÇÕES DAS FORMADORES MUNICIPAIS
É fundamental que os formadores municipais selecionados os tenham ciência de suas funções e competência durante a participação no ProLEEI/RS 2025/2026, quais sejam:
Realizar a formação dos cursistas, planejando, organizando e desenvolvendo, no mínimo, sete encontros presenciais de 8 horas ou 14 encontros de 4h,
Ter disponibilidade de 12h mensal.
Participar dos encontros formativos e demais reuniões com a formadora estadual,
Realizar interlocução com articuladores municipais (RENALFA);
Desenvolver atividades de estudo e de planejamento;
Produzir planilha de notas e carga horária relativas às atividades dos cursistas para fins de certificação dessas atividades;
Realizar registros de frequência das cursistas nas atividades presenciais e remotas de acordo com orientação dadas pela coordenação da formação;
Elaborar relatórios parciais afins das atividades desenvolvidas;
11-REMUNERAÇÃO
11.1 A Formador/a Municipal será cadastrado/a junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgão responsável pelo pagamento das bolsas;
11.2-.A bolsa será no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais, pagos exclusivamente via FNDE;
11.3-Pagamento está sujeito a atrasos decorrentes da disponibilidade orçamentária e conferência de relatórios;
11.4-Os Demais fluxos quanto ao cadastro e pagamentos serão informados posteriormente;
11.5 A participação no Programa não gera nenhum vínculo de natureza trabalhista com o Município de São Martinho/RS sendo os valores despendidos para a execução oriundos exclusivamente de recursos federais.

12- DA HOMOLOGAÇÃO E DO RESULTADO FINAL
O resultado final será homologado através de edital de homologação, firmado pelo Prefeito e publicado no **site www.saomartinho.rs.gov.br** e no quadro mural da Prefeitura Municipal, após a conclusão de todas as etapas do processo.

13- DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

ATIVIDADE	**DATA**
Publicação do edital	23/09/225
Período de inscrição presencial	25/09/2025 a 03/10/2025
Divulgação das inscrições homologadas	06/10/2025
Prazo para recurso contra homologação	07/10/2025
Resultado definitivo das inscrições	08/10/2025
Resultado preliminar da classificação	09/10/2025
Prazo para interposição de recurso	10/10/2025
Caso de empate sorteio público	13/10/2025
Divulgação do resultado final	13/10/2025

14- DAS DISPOSIÇÃO FINAIS
14.1.O presente processo tem caráter simplificado e interno, exclusivo para servidores da rede pública municipal de ensino.
14.2.Os formadores receberão uma bolsa pelo FNDE.
14.3.A participação no processo implica a aceitação plena dos termos deste edital.
14.4.É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados.
14.5. Poderá ser convocado, eventualmente, para capacitação técnico-profissional, o candidato selecionado, ficando a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quanto entender-se necessário.

São Martinho 23 de setembro de 2025.

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:5ACD9AEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 0965/2025, 22 DE SETEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 0965/2025, 22 DE SETEMBRO DE 2025

DÁ O EXERCÍCIO E LOTA SERVIDORa

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

LOTAÇÃO E EXERCÍCIO

LOTA na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **IARA MARIA EBLING**, cargo efetivo de Auxiliar de Agente Administrativo com carga horária de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria DP nº 0932 de 04.09.2025, com posse na data de 19.09.2025 conforme Termo de Posse nº 19/2025, tendo entrado no **EXERCÍCIO** de suas funções na data de **22.09.2025**, conforme ofício em anexo.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Jenniffer Pereira Pinheiro
Código Identificador:9D0800DB

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 0966/2025, 23 DE SETEMBRO DE 2025

PORTARIA DP Nº 0966/2025, 23 DE SETEMBRO DE 2025

CONCEDE LICENÇA NOJO

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 § 4º da Lei Orgânica do Município.

CONCEDE, para ao servidor **HIELDERSON ALVES PANCIERA,** matrícula 1976, detentor do cargo efetivo de Agente fiscal de vigilância sanitária e ambiental, **LICENÇA NOJO,** por 05 (cinco) dias, por motivo de falecimento de seu pai, conforme certidão de óbito em anexo, nos termos do Artigo n.º 142, inciso III, b, da Lei Municipal n.º 313/1990.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos a contar de **17.09.2025.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

BRUNA DE PAULA VAZ
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Jenniffer Pereira Pinheiro
Código Identificador:DC9F75B5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.486, DE 19 DE SETEMBRO DE 2025.

PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO PARA A SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA INSTAURADA PELA PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.297, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025 E DÁ PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às disposições constantes do Regime Jurídico Único dos Servidores, em especial ao art. 189, inciso I, da Lei Municipal nº 313, de 17 de outubro de 1990.

Considerando o memorando nº 03/2025 assinado pela Secretária da Comissão da Sindicância Investigatória instaurada pela Portaria Municipal nº 4.297 de 28 de fevereiro de 2025.

D E T E R M I N A

Art. 1° A prorrogação do prazo de conclusão da Portaria Municipal nº 4.297 de 28 de fevereiro de 2025, por mais 60 (sessenta) dias, retroagindo seus efeitos a 28 de agosto de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Pedro do Sul, aos 19 (**dezessete**) dias do mês de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário da Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:A611BA3F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.487 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

DESIGNA FISCAIS MUNICIPAIS DO PROGRAMA "PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS" ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL E O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CONFORME CONVÊNIO FPE Nº 584/2025 E DÁ PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Ofício nº 015/2025/SEPLAN datado de 17 de setembro de 2025.

DESIGNA

Art. 1º O servidor VONIBALDO SCHALEMBERGER BRAGA, matrícula nº 4571, para atuar como fiscal titular do "PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS" entre o Município de São Pedro do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul, conforme Convênio FPE nº 584/2025, o qual tem por objeto viabilizar ações de melhorias em estradas vicinais atingidas pelos eventos climáticos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O servidor JOSÉ CLAUDIO MOURA ALVES, matrícula nº 4631, para atuar como fiscal suplente do "PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS" entre o Município de São Pedro do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul, conforme Convênio FPE nº 584/2025, o qual tem por objeto viabilizar ações de melhorias em estradas vicinais atingidas pelos eventos climáticos

ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Os fiscais têm a responsabilidade de acompanhar, registrar e fiscalizar o andamento das atividades constantes no convênio, bem como cientificarem órgãos superiores a respeito de eventuais descumprimentos do convênio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Dê-se ciência às servidoras designadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:F722A5A8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.488 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL E VERIFICAÇÃO DE VALORES DE MERCADO PARA FUTURA LOCAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO PILAR CÉZAR, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando nº 354/2025 da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, datado de 17 de setembro de 2025.

DESIGNA

Art. 1º Designa servidores para compor a comissão responsável pela avaliação de imóveis e verificação de valores de mercado para futura locação pelo Município de São Pedro do Sul, com o objetivo de extração de mineral de saibro de duas saibreiras.

Art. 2º Os servidores designados para compor a comissão são:

I – Patrícia Stein, Arquiteta, matrícula nº 4665;

II - Sergio Amilton Druzian, Engenheiro Civil, matricula nº 2210;

III – Júlia Piovesan Somavilla, Fiscal Ambiental, matrícula nº 4422.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Dê-se ciência aos servidores designados.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

FERNANDO PILAR CÉZAR
Prefeito Municipal

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:00F6A2C2

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 010.2025

Fernando Pilar Cezar, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, RS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que ratifica a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, cujo objeto é a **contratação para contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) e prestação de serviço público de energia elétrica para instalações de Iluminação Pública (IP). Tendo como contratada a empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62**, com sede à Av São Borja, nº 2801, Fazenda São Borja, CEP: 93.032-525, na cidade de São Leopoldo, RS. Pela prestação dos serviços a concessionária cobrará o imposto sobre o consumo de energia, bem como taxa administrativa do serviço de arrecadação da CIP, desses valores serão deduzidos o total de créditos da Contribuição de Iluminação Pública (CIP). O prazo de contratação será indeterminado, a contar da assinatura do contrato, renovando-se de forma automática a cada 12 (doze) meses.

São Pedro do Sul, RS, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO PILAR CEZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:7608539C

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 061.2025

Fernando Pilar Cezar, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul/RS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que **DISPENSA LICITAÇÃO**, com base no Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal 14.133/2021, para a **aquisição de medicamentos para atender a demanda dos usuários da Farmácia Básica Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde.** Tendo como fornecedor a empresa **DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.520.829/0001-40, com sede à Rod. BR 480, nº 180, Centro, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão do Cotegipe, RS. **O fornecedor receberá o valor total previsto de R$ 11.225,00 (onze mil, duzentos e vinte e cinco reais) referente aos medicamentos a serem adquiridos**. O prazo de entrega dos itens será de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da nota de empenho.

São Pedro do Sul, RS, 16 de setembro de 2025.

FERNANDO PILAR CEZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:F5D5A7D9

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 062.2025

Fernando Pilar Cezar, Prefeito Municipal de São Pedro do Sul/RS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que **DISPENSA LICITAÇÃO**, com base no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, para **aquisição de refletores de alta potência, para áreas externas, com exigência de proteção IP66, eficiência luminosa de 50.000 lúmens, 300 LEDs, com dissipador de calor e garantia de 1(um) ano.** Tendo como fornecedor a empresa **THAIS LINHATTI DE OLIVEIRA**, **inscrita no CNPJ sob nº 37.985.048/0001-06**, com sede à Rua Rosa Branca, nº 30, CEP: 97.035-690, bairro Juscelino Kubitschek, na cidade de Santa Maria, RS. **O fornecedor receberá o valor de R$ 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais) por unidade, totalizando o montante de R$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais) para 50 (cinquenta) unidades de refletores a serem adquiridos.** O prazo para entrega dos itens se deu no dia 17 de setembro de 2025.

São Pedro do Sul, RS, 23 de setembro de 2025.

FERNANDO PILAR CEZAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:AEC13C28

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO

O **Município de São Pedro do Sul - RS**, torna público para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO** do**Termo de Referência** do **PREGÃO ELETRÔNICO 040/2025**, conforme abaixo:

Onde lê-se: Altura Mínima do Solo (mm): 164

Leia-se: Altura Mínima do Solo (mm) 150

Fica mantida a data de 09.10.2025, às 9h, para a realização da sessão do Pregão Eletrônico nº 040/2025.

São Pedro do Sul, 23 de setembro de 2025.

LUCIANA ESSY BRUTTI
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:F2BB63A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

Considerando o que contém o expediente, homologo o julgamento final para adjudicar o objeto do Pregão Eletrônico nº 31/2025, para a Contratação de empresa especializada para locação de equipamento tipo APPLIANCE FIREWALL**,** conforme condições descritas no Termo de Referência e demais anexos ao edital. A empresa ESTRATEGIA IT LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/CPF 15.813.403/0001-27, foi vencedora do lote.

São Sebastião do Caí, 23 de setembro de 2025.

JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriele Seidel Hentges
Código Identificador:02CD0391

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e alterações, torna público a retificação do edital de Pregão Eletrônico nº 32/2025, para contratação de serviços de serventes de limpeza, merendeiras, vigias e porteiro para o Município de São Sebastião do Caí, conforme condições descritas no termo de referência do edital. As propostas serão abertas às 8h30min do dia 09 de outubro de 2025, no site www.pregaobanrisul.com.br. O edital na íntegra e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.saosebastiaodocai.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br. Informações pelo telefone (51) 3635-2500, ramal 4004.

São Sebastião do Caí, 24 de setembro de 2025.

JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Juliane Trein
Código Identificador:0237EF34

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico nº 44/2025

O Prefeito Municipal de São Sepé comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de preço de projetos de engenharia e seus complementares. Menor preço global, sendo a data de abertura das propostas no dia 10/10/2025, às 9 horas. O Edital se encontra à disposição no endereço eletrônico www.saosepe.atende.net e www.bllcompras.org.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sepé, em 23 de setembro de 2025.

MARCELO FARIA ELLWANGER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Jacob Haddad
Código Identificador:4F25922B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL
EXTRATO CONTRATO

Contrato n° 075/2025. Período 2025. Contratante: Município de São Valentim do Sul/RS, CNPJ sob n.º 92.902.055/0001-05. Contratada. GAMBATTO SUL VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.234.505/0001-09, com sede administrativa na RSC 470, KM 213, Acesso Norte, no Município de Bento Gonçalves, RS Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2025 Objetivo: Aquisição de 03(três) veículos automotores FIAT MOBI novos, tipo Hatch Valor total de: R$ 168.612,32 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e trinta e dois centavos) Vigência: 25.09.2025 a 25.10.2025 Fundamento legal: Lei 14.133/21 e suas alterações. Fiscais: Jucileia Marcolin e Natan Vidal dos Santos designados através da Portaria nº 731/2024.

Publicado por:
Maierle Bombassaro
Código Identificador:27D41E33

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DE CONTRATO Nº 361/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2025

Pregão Eletrônico n.º 15/2025

Contrato N.º 361/2025 – Fornecimento de EPIs e Uniformes.

Valor: R$ 4.347,00 (quatro mil e trezentos e quarenta e sete reais).

Vigência: Entrega total ou 23/09/2026

Partes: Município de São Valério do Sul/B J de Quadros Confecção de Uniformes EIRELI CNPJ n. 27.423.588/0001-42

São Valério do Sul/RS, 23 de setembro de 2025.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Adalberto Kirch Leonarski
Código Identificador:8BDCC5A1

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 259/2025. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025.

Pregão Eletrônico n.º 05/2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 259/2025 – Aquisição de Materiais Elétricos.

Partes: Município de São Valério do Sul/Blattcon Materiais de Construção Ltda., CNPJ n.º 00.579.283/0001-78.

Valor: R$ 8.997,25 (oito mil e novecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).

São Valério do Sul/RS, 23 de setembro de 2025.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Adalberto Kirch Leonarski
Código Identificador:C381A7A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 24.722, DE 23 DE SETEMBRO DO ANO DE 2025.

Nomeia ANA FLAVIA DE OLIVEIRA BUENO para exercer o cargo Efetivo de Professor de Inglês.

CLOVIS TABORDA PADILHA, Prefeito Municipal de São Valério do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

D E T E R M I N O:

PELA NOMEAÇÃO, a contar do dia 24 de setembro de 2025, de acordo com a Lei Complementar 01, de 13 de setembro de 2023, art. 11, inciso II, de ANA FLAVIA DE OLIVEIRA BUENO, em virtude de aprovação em 1º lugar no Concurso Público, Edital n.º 01, de 12 de março de 2024, para exercer o cargo Efetivo de Professor de Inglês, Classe A, Nível 1, 22:00 horas semanais, Regime Jurídico Estatutário, com contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social, pertencente ao Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município, conforme Lei Municipal nº 1.372, de 10 de agosto de 2022 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Valério do Sul - RS, aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2025.

CLOVIS TABORDA PADILHA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kelly Blass
Código Identificador:512B2227

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL
ADITIVO Nº 009/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2023 CONTRATO Nº 012/2023 EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 503/2023

Contratante: Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul Contratada: Banrisul Soluções em Pagamento S.A
Data de vigência do contrato: de 04/10/2024 à 05/10/2025
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato, de 06/10/2025 à 06/10/2026; Fundamento: art. 57, II, da Lei 8.666/93, e cláusula 03.01 do contrato nº 012/2023.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL, poder institucional
municipal, inscrito no CNPJ nº 92.009.026/0001-19, com sede na avenida Assis Brasil, nº 51, neste ato representado por sua Presidente, Vereadora Veridiana Fernandes Pacheco Ferreira, doravante denominado apenas de Câmara Municipal

CONTRATADA: BANRISUL SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ sob n° 92.934.215/0001-06, com sede na Rua Siqueira Campos, nº 832, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu representante legal, Sra. Vanessa Peixoto Guerreiro, gerente executiva, doravante denominada de Contratada

Pelo presente termo aditivo, as partes supra qualificadas ajustam, no termos dos art. 57, II, da Lei 8.666/93 e cláusula 03.01 do contrato nº 012/2023, o presente aditamento no termo das cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam prorrogados os efeitos do contrato nº 012/2023, estipulando – se como novo termo inicial a data de 06 de Outubro de 2025 e termo final de vigência a data de 06 de Outubro de 2026;

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais condições do contrato.

Sapucaia do Sul, 18 de Setembro de 2025.

VER. VERIDIANA FERNANDES PACHECO FERREIRA
Presidente Câmara de Vereadores

Publicado por:
Cassio Pedro Francisco
Código Identificador:AD25D696

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

O Município de Sapucaia do Sul TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a abertura do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 07/2025, Credenciamento de empreendedores e pessoas físicas para a venda de água em garrafas plásticas para consumo, e flores, arranjos, velas, vasos e materiais alusivos à data de Finados nos Cemitérios Pio XII (Bairro Lomba da Palmeira) e Cemitério João XXIII (Bairro Capão da Cruz) na Feira de Flores – Finados 2025, que ocorrerá nos dias 31 de Outubro a 02 de

novembro de 2025. **Inscrições de 06/10/2025 à 10/10/2025.** O Edital estará à disposição dos interessados, no seguinte endereço eletrônico: http://www.sapucaiadosul.rs.gov.br

VOLMIR RODRIGUES
Prefeito Municipal

MARINDIA CARVALHO DA SILVEIRA
Diretora de Compras e Licitações

Publicado por:
Aline Jacques
Código Identificador:622DBB4A

FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS
AVISO DE AGENDAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 293029/2025 – PERP nº 0147/2025 **– AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (CREMES, SOLUÇÕES E POMADAS) PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETÚLIO VARGAS**, tipo menor preço por lote. DATA DA DISPUTA: 06/10/2025 às 09:00 horas.

Edital no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br Portal PNCP https://pncp.gov.br/app/editais?q=fundacao%20de%20saude%20sapucaia%20do%20sul&status=todos&pagina=1 ou solicitado pelo e-mail: licitacao@fhgv.com.br

Sapucaia do Sul, 24 de setembro de 2025.

GRAZIELE RAMOS AMARAL
– Diretor Administrativa Financeira

Publicado por:
Daiane Branco de Moura
Código Identificador:86AEB8FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DECISÃO DINAL

Decisão Final Processo Administrativo Sanitário

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei federal nº 6.437 de 20/08/77, a **Coordenação de Vigilância em Saúde**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sapucaia do Sul, torna pública a seguinte **DECISÃO FINAL** em **Processo Administrativo Sanitário**, registrado na data de 04/06/2025.
Autuado: Arthur Leandro Sanabria Ajarda (EEI Tesourinhos Fortuna)
Data da Autuação: 04/06/2025
Processo nº: 16088/2025
Localidade: Sapucaia do Sul.
Tipificação da Infração: Lei Federal nº 6.437 de 20/08/77, art.10, inciso II e XXIX.
Decisão Final: fica mantida a penalidade aplicada pela Coordenação de Vigilância em Saúde.
Penalidade: **Advertência.**

MILENA WEIDE
Diretora da Vigilância Sanitária

Publicado por:
Renata Lima Waszak Coin
Código Identificador:95939A24

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 4379/2025 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 referente a manutenção de elevadores e plataformas dos prédios públicos do município de Tapera/RS, com a empresa **ENGIPRO.**
Tapera, em 23 de Setembro de 2025.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:CC86EA59

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 4374/2025 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 referente a contratação de serviço de sonorização (sistema de som, microfones, equipamento de áudio e técnico de som) na praça central de Tapera, para o evento Festival da Primavera, dias 27 e 28 de setembro de 2025, com a empresa **LIKMAYER PRESSER PUTTOV.** Tapera, em 22 de Setembro de 2025.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:CB18C8CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 033/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 033/2025
Processo nº: 2025/9368
Interessado: SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Critério de julgamento: Menor preço global / Modo de disputa: Aberto
Data e Hora da abertura da sessão: 10 de outubro de 2025, às 08h30min.
Limite para envio das propostas: 08h29min da mesma data.
Licitação Ampla Concorrência
Contratação de empresa especializada para execução de Cercamento e substituição do telhado da cozinha e refeitório da EMEF 25 de Julho da Localidade de Entrepelado, conforme Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- financeiro, RRT/ART e Declaração de BDI, fornecido pela Secretaria de Planejamento, que seguem em anexo a este instrumento convocatório.
A sessão será realizada no seguinte endereço: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo do Edital, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.
O Edital encontra-se disponível no site do Município de Taquara/RS (aba Empresas/Consulta Licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br e posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão e PNCP.
Taquara, 23 de setembro de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal de Taquara

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:97F34BB6

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2025
PROCESSO Nº: 2025/8120
DESTINAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde
TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por ITEM
MODO DE DISPUTA: Aberto
DATA/HORA:10 de outubro 2025, às 10h30min.
Licitação Exclusiva para beneficiárias da Lei Complementar 123/06.
A presente licitação tem por finalidade a aquisição de materiais ambulatoriais, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Taquara, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que seguem anexos a este instrumento convocatório.
A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo do Edital, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.
O Edital encontra-se disponível no site do Município de Taquara/RS (aba Empresas/Consulta Licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br e posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão e PNCP.
Taquara, 18 de setembro de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal de Taquara

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:63AEEF14

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2025
PROCESSO Nº: 2025/7581
DESTINAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
Modo de disputa: ABERTO
DATA/HORA: 07 de outubro 2025, às 10h30min.
Licitação Exclusiva para beneficiárias da Lei Complementar 123/06 para os itens com valores inferiores a R$ 80.000,00 e Licitação Ampla Concorrência para os itens com valores acima de R$ 80.000,00.
OBJETO DA LICITAÇÃO:
A presente licitação tem por finalidade o Registro de Preço para aquisição, de forma parcelada, MATERIAIS AMBULATORIAIS, para atender as demandas das Unidades de Saúde, Complexo Municipal de Saúde e SAMU, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, que seguem em anexo a este instrumento convocatório.
A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo do Edital, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.
O Edital encontra-se disponível no site do Município de Taquara/RS (aba Empresas/Consulta Licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br e posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão e PNCP.
Taquara, 23 de setembro de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal de Taquara

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:45544C4F

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2025
PROCESSO Nº: 2025/8730
DESTINAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por ITEM
Modo de disputa: Aberto
DATA/HORA:10 de outubro 2025, às 08h30min.
Licitação Exclusiva para beneficiárias da Lei Complementar 123/06.
OBJETO DA LICITAÇÃO:
A presente licitação tem por finalidade a contratação de empresa para confecção e instalação de toldo na Escola Municipal de Ensino Fundamental LuisBöes, localizada na RS 020, Parada 123, Santa Cruz da Concórdia, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, bem como nos demais documentos que seguem anexos a este instrumento convocatório.
A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo do Edital, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.
O Edital encontra-se disponível no site do Município de Taquara/RS (aba Empresas/Consulta Licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br e posteriormente, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão e PNCP.
Taquara, 19 de setembro de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal de Taquara

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:1015972D

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
REGISTRO DE PREÇOS RESULTADO FINAL – PREGÃO N° 127/2025

O Município de Taquara/RS torna público o resultado final da licitação supramencionada, referente ao Registro de Preço para aquisição, de forma parcelada, de BOMBONA DE ÁGUA (vale – para reposição de água mineral sem gás, com garrafão de 20 litros em comodato), conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, **a contar de 24 de setembro de 2025**, cujos preços unitários serão divulgados na internet, tendo sido firmada a **Ata de Registro de Preços nº 070/2025**, com a empresa:
CONFIANCA COMERCIO DE GAS LTDA - Inscrita no CNPJ: 93.942.357/0002-50;

Taquara, 23 de setembro de 2025

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Octávio Henrique Abbady
Código Identificador:4C73394E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
AVISO DE COTAÇÃO - PEDIDO Nº 2025/4925

Considerando a necessidade de AQUISIÇÃO DE PEÇAS para manutenção e conserto do ar-condicionado do ônibus MICRO-ÔNIBUS M. BENZ/MASCA GRANMICRO, placa IYG6804, da frota de veículos SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE e com a intencionalidade da obtenção de proposta mais vantajosa ao Município, SOLICITAMOS a publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM) pelo prazo de 04 (quatro) dias úteis. Sendo assim, os interessados podem enviar cotações até as 23h59mim do dia 29/09/2025.
Deverá acompanhar a proposta, os seguintes documentos:
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica.
- Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
O formulário poderá ser solicitado através do e-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br ou de forma presencial. Da mesma forma, as propostas poderão ser enviadas para o respectivo e-mail, ou ainda, presencialmente, em envelope lacrado com a identificação da empresa proponente.
As propostas que não estiverem acompanhadas da documentação solicitada serão desclassificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
E-mail: educacao22@taquara.rs.gov.br.
Telefone: (51) 3541- 9205, 3541-3035 e 3541-4665.

Publicado por:
Edson Passos da Silva
Código Identificador:0C653D06

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA

AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO
Processo de Contratação 146/2025por Dispensa de Licitação 060/2025

Nos termos do art. 72 da Lei no 14.133/2021, acolho o parecer exarado no processo n°**146/2025**e ratifico a dispensa de licitação nº**060/2025**, para a contratação da empresaa Delta Soluções em Informática- CNPJ 03.703.992/0001-01para **fornecimento de software para gestão pública, licença de uso e locação de sistema informatizado de Gestão Pública, para a Prefeitura Municipal de Tenente Portela**, no valor de R$ 286.101,96 (duzentos e oitenta e seis mil, cento e um reias e noventa e seis centavos), com inicio imediato dos serviços contratados.

Tenente Portela , 19de setembrode 2025.

ROSEMAR ANTONIO SALA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leana Raquel Ribeiro
Código Identificador:3F870158

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

A Prefeitura de Terra de Areia, por meio do Prefeito Municipal, comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 044/2025, tendo como objeto a Abertura de licitação para o Registro de preços para o fornecimento, de acordo com a demanda, de materiais escolares e de expediente, para a secretarias municipais. As propostas comerciais devem ser enviadas até as 8 horas do dia 07/10/2025, com início da sessão na mesma data às 09h30min. O certame será realizado na plataforma www.bllcompras.org.br. Maiores informações e o edital completo estão disponíveis nos sites oficiais.

OSVALDO DE MATTOS SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Espindula Reis
Código Identificador:47A35708

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia/RS
Contratado: Torrescar Transportes e Turismo Ltda
CNPJ/CPF: 87.381.257/0001-19
Objeto: Compra de 40.000 (quarenta mil) vales transporte da empresa Torrescar, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino, que excedem a possibilidade de transporte pelos veículos escolares do município.
Valor: R$ 248.400,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos reais).
Vigência: 98 (noventa e oito dias), com início na data de 23 de setembro de 2025 e com data fim no dia 30 de dezembro de 2025.
Data de Emissão: 23 de setembro de 2025

JOSIELI OLIVEIRA DA SILVA BOBSIN
Secretária de Educação

Publicado por:
Pedro Henrique Titoni Reis
Código Identificador:8C12D511

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 106/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Contratado: Torrescar Transportes e Turismo Ltda
CNPJ/CPF: 87.381.257/0001-19
Objeto: Compra de 40.000 (quarenta mil) vales transporte da empresa Torrescar, para atender os alunos da rede municipal e estadual de ensino, que excedem a possibilidade de transporte pelos veículos escolares do município.
Valor: R$ 248.400,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos reais).
Fundamento legal: Art.74, inciso I, Lei n° 14.133/2021.

JOSIELI OLIVEIRA DA SILVA BOBSIN
Secretária de Educação

Publicado por:
Pedro Henrique Titoni Reis
Código Identificador:4F9108E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

A Prefeitura de Terra de Areia, por meio do Prefeito Municipal, comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 043/2025, tendo como objeto Registro de preços para fornecimento, conforme demanda, de estruturas e decorações de natal a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura para realizar a decoração de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste

instrumento e seus anexos no município de Terra de Areia/RS. As propostas comerciais devem ser enviadas até as 11h30min do dia 09/10/2025, com início da sessão na mesma data às 13h30min. O certame será realizado na plataforma www.bllcompras.org.br. Maiores informações e o edital completo estão disponíveis nos sites oficiais.

OSVALDO DE MATTOS SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Espindula Reis
Código Identificador:8813E1C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº087/2025

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
DISPENSA N° 087/2025
PROCESSO Nº 42340/2025
JUAREZ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da Dispensa de Licitação Nº 087/2025, com critério de julgamento pelo menor preço global, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 5157/2023, para aquisição de traves de futsal e postes de vôlei destinados a atender a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Osório da Rosa, conforme Anexo I – Termo de Referência, disponível no site www.tramandai.rs.gov.br, opção "Licitações". É de interesse da Administração obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a mais vantajosa. **As propostas serão recebidas através do e-mail** dispensalicitacao@tramandai.rs.gov.br **com cópia para o e-mail** dispensalicitacaotramandai@gmail.com.
O prazo para recebimento das propostas será dos dias 24/09/2025 a 26/09/2025.
Data da abertura das propostas: 29 de setembro de 2025, às 08h.
Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
Contato para esclarecimentos: dispensalicitacaotramandai@gmail.com Telefone: (51) 99157 8092.
**Para esclarecimentos/dúvidas por e-mail, deverá o interessado fazer referência, no campo assunto, à Dispensa de que se trata, exemplo "Dúvidas Dispensa nº 087/2025".*
*Para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília (DF).

Publicado por:
Cindi Garcia Amaral
Código Identificador:7F13FA56

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

O Município de Travesseiro, vem através deste, tornar público processo de licitação a ser realizado pelo município, conforme especificações que seguem abaixo:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025: Objeto: ***CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM AMAMENTAÇÃO,*** de acordo com as especificações do Edital e anexos. **Período de credenciamento: a partir do dia 24/09/2025**, na sede da Prefeitura Municipal. Informações sobre o processo poderão ser obtidas no Setor de Licitações, fone (51) 3840-1123 ou e-mail: **licita@travesseiro.rs.gov.br**. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta/retirada em: **www.travesseiro.rs.gov.br**.

Travesseiro/RS, 23 de setembro de 2025.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrício Jungkenn
Código Identificador:DC37523A

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2022

TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2022
CREDENCIADA: BIANCHINI E CONRAD VETERINÁRIOS LTDA.
CNPJ Nº 47.843.963/0001-10.
CLÁUSULA PRIMEIRA - A contar da data de 02 de setembro de 2025, fica reajustado para **R$ 26,66 (vinte e seis reais e sessenta e seis centavos) por procedimento** o valor pago pelo **MUNICÍPIO** pela prestação dos serviços a que se refere o Termo de Credenciamento nº 025/2022, conforme art. 8° da Lei Municipal nº 1.983/2025.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 001/2021.

Travesseiro, 23 de setembro de 2025.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:6B6E488F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

TERMO ADITIVO Nº 05 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023
CREDENCIADA: VALEVET SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.
CNPJ Nº 33.106.356/0001-63.
CLÁUSULA PRIMEIRA - A contar da data de 02 de setembro de 2025, fica reajustado para **R$ 26,66 (vinte e seis reais e sessenta e seis centavos) por procedimento** o valor pago pelo **MUNICÍPIO** pela prestação dos serviços a que se refere o Termo de Credenciamento nº 001/2023, conforme art. 8° da Lei Municipal nº 1.983/2025.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 001/2021.

Travesseiro, 23 de setembro de 2025.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:6EEF6C91

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 07 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

TERMO ADITIVO Nº 07 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021
CREDENCIADA: RICARDO DELAVALD LTDA.
CNPJ Nº 07.230.863/0001-02.
CLÁUSULA PRIMEIRA - A contar da data de 02 de setembro de 2025, fica reajustado para **R$ 26,66 (vinte e seis reais e sessenta e seis centavos) por procedimento** o valor pago pelo **MUNICÍPIO** pela prestação dos serviços a que se refere o Termo de Credenciamento nº 001/2021, conforme art. 8° da Lei Municipal nº 1.983/2025.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 001/2021.

Travesseiro, 23 de setembro de 2025.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:5A8E7E45

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 300/2025

Dá posse e exercício ao cidadão LEONARDO MACIEL HUF, para exercer o Cargo Público de ENFERMEIRO, a partir desta data.

GILMAR LUIZ SOUTHIER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto nas Leis Municipais n° 1.269, de 07 de janeiro de 2015 e 1.271, de 30 de janeiro de 2015 e com base na Portaria de Nomeação nº 288/2025, de 11 de setembro de 2025, dá posse e exercício, a partir desta data, ao cidadão **LEONARDO MACIEL HUF,** no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO**, na forma como segue:

•QUADRO: Geral de Cargos de Provimento Efetivo;

•CATEGORIA FUNCIONAL: Enfermeiro;

•PADRÃO SALARIAL: "6";

•COEFICIENTE SALARIAL: 4,00;

•LOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Saúde;

•REGIME TRABALHO: Jurídico Único do Servidor Público Municipal;

•REGIME PREVIDENCIÁRIO: Geral de Previdência Social – RGPS;

•CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, em 23 de setembro de 2025.

Registre-se e
Publique-se
Data Supra

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

MAICON WILAND THEISEN
Secretário da Administração e Finanças

Publicado por:
Raquel Henz
Código Identificador:688F3DA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 135/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento Menor Preço por item.**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso I**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço por item**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **270/2025** - Requisição: **852/2025**
OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento de peças, para o veículo Fiat Palio Fire 2010/2010, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:6DAF7E50

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento menor Preço por item.**

ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso I
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 279/2025 - Requisição: 905/2025
OBJETO: Aquisição de peças para manutenção da globe Patrimônio 045448, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:46016A38

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento por item na forma Global (Menor Preço).**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço global**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 280/2025** - Requisição: **839/2025**
OBJETO: **Serviço de manutenção corretiva do elevador da Farmácia do Postão - SMS, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:F020610C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 138/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento por item na forma Global (Menor Preço).**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 281/2025** - Requisição: **811/2025**
OBJETO: **aquisição de cateter lubrificado e hidrofílico, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:EF578C31

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 139/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento menor preço por item.**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso I**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço por item**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **282/2025** - Requisição: **970/2025**
OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento de peças para o veículo de transporte escolar, chassi 93PB90S19MC064123 PAS/ÔNIBUS – M.Polo/Valore Access/Agrale, motor 162 cv, ano/modelo 2020/2021, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:9BF5BF7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 140/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento por item na forma Global (Menor Preço).**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETRIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS - FAPETRI - Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Efetivos de Triunfo**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço Global**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 283/2025** - Requisição: **873/2025**

OBJETO: **Aquisição de Projetor Datashow, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
s propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:088EDF69

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento por item na forma Global (Menor Preço).**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço Global**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº**: 284/2025** - Requisição: **952/2025**
OBJETO: **Aquisição de chapas de MDF para montagem de divisórias internas, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h.**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:8532EAC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 142/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de Licitação, nos termos do §3º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021,e demais legislações aplicáveis, com critério de **julgamento menor preço global.**

ORGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA**
LEGISLAÇÃO: **Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso I**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor preço global**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **285/2025** - Requisição: **857/2025**
OBJETO: **Aquisição de peças e mão de obra para manutenção do trator para trator John Deere, Chassis BM6100JJJA000992, Patrimônio 043658, Ano/Modelo 2018, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).**
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: 25 de setembro de 2025 ao dia 29 de setembro de 2025, até as 15h**
As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através dos e-mails comprastriunforgs@gmail.com e comprastriunfors@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Informações sobre a dispensa de licitação no site https://www.triunfo.rs.gov.br (Aba publicações), constante como anexo (Termo de referência – Coleta de Preços).

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Dos Santos
Código Identificador:EF85E4F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 090/2025 – PROC 278/2025 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E MANUTENÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO PAR ATENDER AS DEMANDAS DESTE MUNICÍPIO. O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 09 de outubro de 2025, às 09 horas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br a proposta e habilitação para o edital acima citado. Informações na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h36min ou no site www.triunfo.rs.gov.br.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, **EM 23 DE SETEMBRO DE 2025.**

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudio Roberto Ehlers
Código Identificador:A96826F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 5011 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4922, de 14 de abril de 2025, que institui o Programa Municipal de Melhoramento Genético Bovino de Tupanciretã/RS.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o artigo 6º da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**Art. 6º** A seleção dos fornecedores de reprodutores será realizada mediante credenciamento público, na forma do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada a participação de todos os interessados que atendam os requisitos técnicos e sanitários previstos nesta Lei e em regulamento.

§ 1º Caso a demanda anual supere os 100 reprodutores, será realizado sorteio entre os produtores aptos a participar do programa.

§ 2º O credenciamento terá caráter contínuo, permitindo a adesão de novos fornecedores a qualquer tempo, observados os critérios fixados em edital ou regulamento.

§ 3º A escolha do fornecedor caberá ao produtor beneficiário, dentre os credenciados habilitados, devendo a opção ser formalizada em formulário próprio e homologada pela Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio.

§ 4º Poderão ser credenciadas cabanhas (CNPJ) ou fornecedores pessoas físicas (CPF), desde que comprovem a regularidade fiscal e sanitária, bem como a propriedade e o registro genealógico dos reprodutores."

Art. 2º Fica incluído o Parágrafo único, no artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**Parágrafo único.** O número de reprodutores a serem adquiridos em cada exercício será definido por decreto regulamentar, observado o limite orçamentário consignado na Lei Orçamentária Anual e o valor médio de mercado por animal."

Art. 3º Fica alterado o artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**Art. 8º** Todos os exames sanitários e andrológicos exigidos deverão ter validade máxima de 60 (sessenta) dias até a data da entrega, podendo a Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio exigir revalidação sempre que necessário."

Art. 4º Fica incluído o Parágrafo único, no artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**Parágrafo único.** A Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio poderá instituir regime de regularização assistida, concedendo prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação das certidões negativas pelos pequenos produtores rurais."

Art. 5º Fica alterado o artigo 10 da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**Art. 10** Fica criado o Fundo Municipal do Programa de Melhoramento Bovino de Tupanciretã – F-PMBT, de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio.

§ 1º Constituem receitas do F-PMBT:

I - Os pagamentos efetuados pelos beneficiários do Programa;

II - As dotações orçamentárias consignadas na LOA;

III - Recursos provenientes de convênios e transferências;

IV - Doações de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º As receitas serão depositadas em conta bancária específica.

§ 3º A gestão do Fundo caberá a um Comitê Gestor do PMBT, instituído por esta Lei Complementar.

§ 4º O Comitê Gestor terá a seguinte composição mínima:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio, que o coordenará;

II - 1 (um) representante da Secretaria da Fazenda;

III - 1 (um) representante do Controle Interno;

IV - 1 (um) médico veterinário ou zootecnista designado pelo Executivo.

§ 5º Compete ao Comitê Gestor:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do PMBT e do F-PMBT;

II - Deliberar sobre o credenciamento e descredenciamento de fornecedores;

III - Analisar e aprovar os relatórios de execução e indicadores de resultados;
IV - Propor ajustes e melhorias ao Programa;

V - Zelar pela observância da legislação e do regulamento.

§ 6º O Poder Executivo regulamentará o funcionamento do Comitê Gestor, estabelecendo a periodicidade das reuniões, quórum de deliberação, forma de registro em ata e prazos para publicação de relatórios."

Art. 6º Fica incluído o § 1º, no artigo 11 da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**§ 1º** O tratamento de dados pessoais dos participantes observará a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo-se o uso das informações exclusivamente para a execução e fiscalização do PMBT."

Art. 7º Fica incluído o § 2º, no artigo 11 da Lei Complementar Municipal nº 4922 de 14 de maio de 2025, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**§ 2º** A Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio publicará anualmente relatório de execução do Programa, contendo indicadores de resultado, número de beneficiários atendidos e impacto socioeconômico, resguardados os dados pessoais."

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:3CE845FD

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 5014 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Altera a Lei Complementar Municipal nº 4559 de 13 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Tupanciretã/RS, regulamenta os Benefícios Eventuais, Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único, artigo 33 da Lei Complementar Municipal nº 4559 de 13 de fevereiro de 2023, que passa a vigorar a seguinte redação:

"**§ 1º** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social será exercido sem qualquer remuneração, constituindo-se, para todos os efeitos, em serviço de relevância para a comunidade, recebendo cada um deles, no final do mandato, um diploma de participação."

Art. 2º Fica incluído o § 2º, no artigo 33 da Lei Complementar Municipal nº 4559 de 13 de fevereiro de 2023, com a seguinte redação:

"**§ 2º** Fica autorizada a concessão de ressarcimento das despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem aos membros do Conselho que não sejam servidores públicos municipais, quando designados para representação oficial do colegiado em cursos, capacitações, congressos, seminários ou reuniões fora do Município, desde que devidamente comprovadas mediante apresentação de notas fiscais e previamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo."
Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:D4F09876

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5008 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Municipal de Prevenção ao Suicídio no Município de Tupanciretã/RS, autoriza a criação do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUPANCIRETÃ, no uso de suas atribuições legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Tupanciretã/RS, a Política Municipal de Prevenção ao Suicídio, com a finalidade de planejar, apoiar e executar ações voltadas à redução de casos de suicídio e tentativas, bem como à promoção da saúde mental e do bem-estar social.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por decreto, o Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio, de caráter consultivo e permanente, com as seguintes atribuições:

I - Promover estudos sobre a problemática do suicídio, identificando causas e fatores de risco;

II - Articular os diversos setores públicos e privados relacionados à saúde, educação, cultura, esporte e assistência social para ações integradas de prevenção;

III - Elaborar e propor o Plano Municipal de Prevenção ao Suicídio;

IV - Desenvolver campanhas informativas, educativas e interativas junto às escolas, praças, empresas e demais espaços públicos, visando à conscientização da comunidade;

V - Acompanhar e avaliar a execução das ações previstas no Plano Municipal.

Art. 3º O Comitê Municipal será composto por representantes da sociedade civil e do poder público, conforme regulamentação do Executivo, assegurada a participação mínima de:

I - Representantes da sociedade civil, indicados pelo Conselho Municipal de Saúde;

II - Representantes das Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social;
III - Representantes indicados pela Câmara Municipal de Vereadores, preferencialmente entre membros da comunidade com atuação nas áreas afins.

§ 1º O trabalho dos membros será considerado de caráter voluntário e não remunerado.

§ 2º A posse dos integrantes se dará em ato público a ser definido pelo Executivo.

Art. 4º O Comitê elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instalação, o qual será homologado por decreto do Poder Executivo.

Art. 5º Para o desempenho de suas funções, o Comitê poderá solicitar informações e apoio administrativo ao Poder Público Municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:AF9552B0

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5009 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Município de Tupanciretã/RS a efetuar o pagamento de indenização à empresa ECOLOG

SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, em razão de rescisão contratual, e dá outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município de Tupanciretã/RS, por intermédio do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar o pagamento de indenização à empresa ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.360.241/0001-16, em decorrência de rescisão do Contrato nº 204/2024.

Art. 2º O valor da indenização de que trata o artigo anterior corresponde ao montante de R$ 34.677,10 (trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos), apurado em relatório e planilha de valores apresentados, conforme segue:

I - Construção da área de transbordo: R$ 24.994,28;

II - Disponibilização das caçambas (permanência no local): R$ 9.682,82.

Art. 3º A despesa decorrente da presente Lei correrá por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, podendo ser suplementada, se necessário.

Art. 4º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:33323B6E

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5010 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Tupanciretã/RS a conceder, com encargos, o uso de espaço público localizado no Complexo Tupanciretã, e estabelece outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, com encargos, o uso de área pública localizada no Complexo Tupanciretã à Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, inscrita no CNPJ nº 92.802.784/0001-90, para fins de administração, gerenciamento, manutenção e utilização da estrutura física existente, das áreas destinas à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e seu acesso.

Art. 2º Constituem obrigações da concessionária:

I - Realizar a manutenção, conservação, limpeza e proteção da área e de suas estruturas físicas;

II - Arcar com todas as despesas decorrentes do uso, inclusive consumo de água, energia elétrica e demais encargos;

III - Zelar pela preservação do patrimônio público, respondendo por danos eventualmente causados;

IV - Observar a legislação municipal, estadual e federal aplicável às suas atividades, especialmente nas áreas tributária, de posturas e de segurança;

V - Atender às condições previstas no Termo de Cessão de Uso com Encargos, constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. A concessão de uso ora autorizada não implica em qualquer ônus ou responsabilidade ao Município de Tupanciretã por atividades desenvolvidas pela concessionária, tampouco por eventual impossibilidade de utilização da área em decorrência de atos administrativos e/ou judiciais.

Art. 3º A concessão de uso terá vigência de 20 (vinte) anos, contados da assinatura do Termo de Cessão de Uso com Encargos, podendo ser renovada, mediante nova autorização legislativa.

Art. 4º A descrição e a localização da área objeto desta Lei constam do Anexo II, parte integrante desta norma.

Art. 5º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

ANEXO - I

TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS

TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS que entre si celebram o Município de Tupanciretã/RS e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

CEDENTE: Município de Tupanciretã/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.227.764/0001-65, com sede na Rua Expedicionário João Moreira Alberto nº 181, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Gustavo Herter Terra;

CESSIONÁRIA: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, associação civil, inscrita no CNPJ sob nº 92.802.784/0001-90, com sede na Rua Caldas Júnior, nº 120 – 19º andar – CEP 90010-260 – Centro – Porto Alegre/RS, neste ato representada por seu Representante, Sr (a). _____, CPF nº _____;

têm justo e acordado o presente Termo de Cessão de Uso com Encargos, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo a cessão, com encargos, de área pública localizada no Complexo Tupanciretã, conforme descrição constante no Anexo II da Lei Municipal nº ____/2025, destinada à utilização, administração, manutenção e conservação pela CESSIONÁRIA, das áreas destinas à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e seu acesso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A presente cessão terá vigência de 20 (vinte) anos, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada mediante nova autorização legislativa e manifestação de interesse das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (CEDENTE)

Compete ao Município de Tupanciretã/RS:

I - Disponibilizar a área objeto deste Termo para a utilização da CESSIONÁRIA;

II - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e contratuais;

III - analisar e homologar os relatórios técnicos e de prestação de contas apresentados pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN:

I - Realizar a manutenção, conservação, limpeza e proteção da área e de toda sua estrutura física;

II - Arcar integralmente com despesas de consumo de água, energia elétrica e demais encargos decorrentes do uso;

III - Zelar pelo patrimônio público, respondendo por eventuais danos causados;

IV - Observar toda a legislação municipal, estadual e federal aplicável, inclusive de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de segurança;

V - Protocolar previamente junto ao Município qualquer projeto de reforma, obra ou adequação estrutural, para análise e aprovação;

VII - Manter sua regularidade fiscal, trabalhista e cadastral durante toda a vigência do Termo;

VIII - Permitir livre acesso do Município, do Controle Interno e de demais órgãos de fiscalização às instalações, documentos e informações relacionadas à execução deste instrumento;

IX - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes desta cessão;

X - Assumir integral responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes de suas atividades, sem qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária do Município;

XI - Não utilizar o nome do Município para obtenção de recursos, aquisição de bens ou contratação de serviços sem prévia e expressa autorização;

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

Em contrapartida à cessão de uso, a CESSIONÁRIA se compromete a:

I - Manter o espaço permanentemente limpo, conservado e em condições adequadas de uso;

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido, de pleno direito, nas seguintes hipóteses:

I - Por interesse público, devidamente justificado pelo Município, independentemente de indenização, inclusive por benfeitorias realizadas;

II - Pelo descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas;

III - Por denúncia de qualquer das partes, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tupanciretã/RS para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Os encargos sociais oriundos da contratação de pessoal, caso necessária, correrão por conta exclusiva da CESSIONÁRIA, não havendo vínculo empregatício com o Município;

II - A cessão não gera qualquer ônus ao Município, tampouco transfere a ele responsabilidades decorrentes da execução das atividades da CESSIONÁRIA;
III - Este Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado em órgão oficial para produção de efeitos.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Termo de Cessão de Uso com Encargos em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tupanciretã/RS, ___ de _____ de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito Municipal – Cedente

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN –
Cessionária

Testemunhas:

_____ – CPF nº _____

_____ – CPF nº _____

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:17F45EB1

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5012 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo de Tupanciretã/RS a realizar Concurso Público e estabelece outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar Concurso Público de provas, provas e títulos, para admissão de pessoal efetivo por regime estatutário para provimento e formação de cadastro de reserva de acordo com o que dispõe o art. 37. Inciso II da Constituição Federal.

Parágrafo único. A responsabilização pelas regras do presente concurso público será da empresa ou instituição de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, ou através de licitação ambas, com aplicação sob a égide da Lei 14.133/21 e demais normas vigentes, por deliberação e na forma definida pela Comissão Permanente de Concurso Público instituída no Município para este fim.

Art. 2º Deve a empresa contratada na forma do parágrafo único do art. 1º formular, na forma da Lei, o edital e o regulamento do referido certame público, de forma a garantir ampla publicidade e oportunidade a todos os capacitados às vagas oferecidas, devendo o mesmo ser publicado no diário oficial do Município, Site da Prefeitura Municipal de Tupanciretã/RS, Jornal de Grande Circulação, entre

outros meios que promovam ampla divulgação e circulação da informação.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, ao 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:73E3EA22

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5013 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber bens móveis oriundos de doação da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, em doação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por meio do Ato de Destinação de Mercadorias, os bens móveis relacionados:

Quantidade	Item
1	Capacete
3	Lanterna
1	Impressora Portátil
3	Lanterna
2	Lanterna
1	Lampião Ecopower EP-811
2	Tablet Xiaomi Redmi Pad SE 128GB 4GB
2	Rádio Comunicador Portátil Cardo Packtalk Edge
1	Impressora Label Maker Mini Impressora Térmica PT-260
1	Notebook Dell Inspiron 15-3520 – 512GB SSD / 8GB

Art. 2º Os bens recebidos em doação serão incorporados ao patrimônio público municipal.

Art. 3º Os bens descritos no Anexo I ficam destinados, preferencialmente, ao uso da Defesa Civil Municipal, para execução de suas atividades de prevenção, preparação e resposta a situações de emergência e calamidade pública.

Art. 4º Caberá à Defesa Civil Municipal gerir, zelar e manter os bens em condições de uso, observadas as normas de controle patrimonial do Município.

Art. 5º Os bens somente poderão ter outra destinação mediante autorização legislativa específica, devidamente justificada pela Administração.

Art. 6º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:74C72369

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 5015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a autorização para repasse de valores arrecadados no evento "Arrastão Solidário" aos Conselhos de Pais e Mestres (CPMs) das instituições de ensino da Rede Municipal de Tupanciretã/RS, e estabelece outras providências.

O **Prefeito de Tupanciretã**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais vigentes, e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e demais fontes do Estado Democrático de Direito,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Tupanciretã/RS autorizado a repassar aos Conselhos de Pais e Mestres (CPMs) das escolas da Rede de Ensino os valores arrecadados por meio do evento "Arrastão Solidário", promovido no município.

Art. 2º Os repasses serão estabelecidos conforme premiação e cronograma do Evento.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos deverá ser realizada pelos Conselhos de Pais e Mestres à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a aplicação integral dos recursos.

Art. 4º As despesas serão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 31 – Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
Unidade: 02 – Diretoria de Lazer
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0030 – Eventos Oficiais do Município
Atividade: 2.057 – Despesas com calendário de Eventos e Promoções Culturais

Natureza da Despesa:
3.3.90.31 – Premiações
Código da Despesa: 8.888 – Outras Premiações
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se necessário, por meio de Decreto.

Art. 6º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ/RS, aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1DOC)

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:16C82B21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N 32518/2025 - TORNA SEM EFEITO PORTARIA

Prefeito Municipal de Tupanciretã,no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº32.483 de 17 de setembro de 2025, que nomeou o senhor MARCOS ADRIANO BOROWIEC para

o cargo de Condutor Socorrista aprovado em 4° lugar, no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n° 003/2025 de 14.03.2025, em razão do candidato formalizar desistência da vaga formalizado no Protocolo n° 5.311/2025 1DOC .

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Detupanciretã
GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1Doc)

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:BDAA3170

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32492/2025 - DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo Especial para apurar os fatos constantes noMemorando 1Doc 8.315/2025.

A comissão designada pelos servidores estáveis: Maira Daniela de Mattos, Agente Administrativo, matrícula nº 1547-4, Alia Sayed Rodrigues, Professora, matrícula nº 2361-2, Ewerton Boer da Costa, Agente Administrativo, matrícula nº 1548-2, sob a presidência do primeiro, deverá apurar os fatos e encaminhar relatório conclusivo ao Prefeito Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias.

A não realização dos trabalhos de Processo Administrativo Especial caracterizará infração ao Art. 156, Inciso IV e Art. 157, Inciso IV, ambos da lei nº 3.320/12, acarretando em ação disciplinar contra os servidores designados para a realização de Processo Administrativo Especial.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:D6D8AEEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32493/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias da servidora ANA CAROLINE PIERINI, Fiscal Auditor de Receitas, matricula n° 1586-5, a partir do dia 22 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 04 (quatro) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:CA33AFBB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32507/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias da servidora RUBIA DE FATIMA ROUZADO ALVES, Técnico Contabilidade, matricula n° 1532-6, a partir do dia 18 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 13 (treze) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:BAEA3281

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32508/2025 - TORNA SEM EFEITO PORTARIA

Prefeito Municipal de Tupanciretã,no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 32.475 de 16 desetembro de 2025, que nomeou a senhora ANGELA LEALpara o cargo de Vigilante aprovada em 4° lugar, no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n° 001/2025 de 07.03.2025, em razão do candidato formalizar desistência da vaga formalizado no Protocolo n° 5.203/2025 1DOC .

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DETUPANCIRETÃ

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Digitalmente Via Sistema 1Doc)

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:3C86D0D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32509/2025 - NOMEIA SERVIDOR PARA PROVIMENTO DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEARa contar de 23 de setembro de 2025 para o cargo temporário de VIGILANTE o senhor ALANDERSON SILVEIRA PEREIRA, aprovado(a) em 7º lugar, noProcesso Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 07.03.2025, o qual será regido pelas Leis Municipais 3269/2011 e 3320/2012 e suas alterações posteriores, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias para apresentação dos documentos exigidos no Setor de Desenvolvimento Humano e Ocupacional, junto ao Centro Administrativo Miguel ChiapettaCardoso.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ,

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:FF0E7ED3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32.510/2025 - RETIFICAÇÃO DO ATO DE PORTARIA

GUSTAVO HERTER TERRA, Prefeito de PM DE TUPANCIRETÃ, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA o ato: PORTARIA nº 30.614/2024, e de conformidade com o que estabelece o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 11/04/2024, à servidora MARIA LUIZA GOUVEIA EHLERS, matrícula 2384-1, cargo de PROFESSOR, nível II, classe F, regime jurídico estatutário, 20 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 4.893,43 composto das seguintes vantagens: VENCIMENTO, N. 02, CLASSE "F" - Lei Municipal nº 3292 de 2011, art. 32; ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO 25% (05 quinquênios) - Lei Municipal nº 3320 de 2012, art. 107; GRATIFICAÇÃO ADICIONAL 10% - 15 ANOS - Lei Municipal nº 3320 de 2012, art. 108 a ser custeada por TUPANPREV - AUT. PREV. SERV. PÚBLICOS DO MUNIC. DE TUPANCIRETÃ e seu reajuste será efetivado pela paridade.

TUPANCIRETÃ, 22/09/2025.

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:AD9586A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32511/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias da servidora ALIA SAYED RODRIGUES, Professora, matricula n°2361-2, a partir do dia 22 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 08 (oito) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1 Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:54203E77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32513/2025 - CONCEDE ADICIONAL DE FÉRIAS A SERVIDOR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2432, de 17/04/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, pagamento de adicional de férias a(o) servidor(a) MARCIA CORO SCHWERZ, Professora de Educação Infantil, matrícula nº 1749-3, referente ao Exercício 2024/2025, gozados durante as férias coletivas no ano de 2025 e forte no Artigo 105 da Lei 3320/12.

Secretaria Municipal Deadministração.
GIOVANI DALMÁS
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:6547A35E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32514/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias do servidor PAULO CEZAR SMIDT NONNEMACHER, Vigilante, matricula n° 395-6, a partir do dia 22 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 09 (nove) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:C9A83440

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32515/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias do servidor JOSE ROQUE MATOS DA SILVA, Operário, matricula n°1078-2, a partir do dia 22 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 09 (nove) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:CD2F224B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32515/2025 - INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias da servidora JAQUELINE MARTINS SOARES, Professora e Professora de Educação Infantil, matriculas n° 368-9 e 2567-4, a partir do dia 22 de setembro de 2025, por motivo de extrema necessidade de serviço, forte no Artigo 111 da Lei 3320/2012, ficando o saldo de 17 (dezessete) dias para serem gozados oportunamente.

GABINETE DO PREFEITO DE TUPANCIRETÃ.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado Eletrônicamente Via Sistema 1Doc)

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:487640D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32516/2025 - EXONERAÇÃO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Tupanciretã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a contar de 30 de setembro de 2025, a Servidora Tielle Moraes de Almeida, Matrícula nº 3435-5 do cargo de Farmacêutica Contrato Temporário nomeada pela Portaria nº 32.054/2025 1DOC.

Gabinete do Prefeito de Tupanciretã
GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:088D4D3A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 32517/2025 - TORNA SEM EFEITO PORTARIA

Prefeito Municipal de Tupanciretã,no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 32.474 de 16 de setembro de 2025, que nomeou a senhora ROSEMARA DE SOUZA FERNANDES para o cargo de Vigilante aprovada em 3° lugar,, no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n° 001/2025 de 07.03.2025, em razão do candidato formalizar desistência da vaga formalizado no Protocolo n° 5.316/2025 1DOC .

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DETUPANCIRETÃ

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã
(Assinado digitalmente via sistema 1Doc)

Publicado por:
Rafael Rodrigues da Conceição
Código Identificador:8D1837BD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2024

A Câmara de Vereadores de Xangri-Lá torna pública a realização do 2º Termo Aditivo ao contrato com a empresa **M&D SEGURANÇA VISUAL**, para locação de 10 câmeras de segurança com gravação em nuvem.
Espécie: Dispensa de Licitação nº 30/2024
Vigência do contrato: 21/10/2025 à 20/10/2026.
Valor R$ 21.336,72
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara
3.3.90.39.12.00.00.00.00 – Locação de máquinas e equipamentos.

Xangri-Lá, 23 de setembro de 2025.

LUZIA BARBOSA NETTO
Presidente

Publicado por:
Juliete Magnus de Camargo
Código Identificador:8650301E

CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2024

A Câmara de Vereadores de Xangri-Lá, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COQUETEL VEREADOR MIRIM PARA 150 CONVIDADOS.** edital e demais documentos estão disponíveis na página: https://www.xangrila.rs.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos ou pelo e-mail: agentedecontratacao@xangrila.rs.leg.br. Os interessados podem apresentar **documentação e proposta de preço até o DIA 30/09/2024, às 14 h** via **e-mail** ou mediante **protocolo** na Direção-Geral ou Agente de Contratação, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Mais informações podem ser adquiridas também diretamente com a Agente de Contratação na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Xangri-Lá/RS.

Xangri-Lá, 23 de setembro de 2025

EVELISE DA SILVEIRA RIESGO
Agente de Contratação

Publicado por:
Evelise Britto da Silveira
Código Identificador:4ABAEFCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 2/2025 CMEX

Edital n° 02/CMEX/2025
Eleição de representantes para o Conselho Municipal de Educação de Xangri-Lá
O Município de Xangri-Lá, por meio do Conselho Municipal de Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada, no **dia 30 de setembro de 2025, das 8h às 18h**, a eleição de representantes para composição das vagas em aberto para o Conselho Municipal de Educação de Xangri-Lá (CMEX), conforme a Lei n° 1762, de 7 de maio de 2015, disposto nos Artigos 3º, 4º e 11º, que regulamentam a composição, a escolha dos membros do Conselho Municipal, bem como as atribuições dos conselheiros.

•
Das vagas

1.1 Representantes das Instituições de Educação Básica:
- 2 (dois) suplentes do segmento **Ensino Fundamental Municipal**;
- 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do segmento **Instituições de Educação Básica Particulares** do Município;

1. 2 Representantes dos demais segmentos:
- 1 (um) representante dos **pais de alunos** e 1 (um) suplente do segmento escolhido pelos Círculos de Pais e Mestres e/ou Conselhos Escolares;
- 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do segmento **Sociedade Civil Organizada**, preferencialmente ligados à Educação, Assistência Social, Trabalho, Indústria e Comércio.

2. Da Comissão Eleitoral
Será designada, por ato do Conselho Municipal de Educação, uma Comissão Eleitoral composta por, no mínimo, três membros do próprio Conselho, responsável pela organização, fiscalização, análise de recursos e condução de todo o processo eleitoral.

3. Das inscrições
Os interessados em compor o Conselho Municipal de Educação deverão se inscrever **exclusivamente online**, no período de **15 de setembro**, a partir das 8h, até **22 de setembro** de 2025, às 18h, por meio do link: https://forms.gle/A9k3K4iL1nBykr419
O candidato deverá preencher o formulário eletrônico com as seguintes informações: nome completo, CPF, escola, segmento ao

qual deseja representar e telefone de contato. Será permitida apenas uma inscrição por CPF.
No segmento **Sociedade Civil Organizada**, a representação deverá ser comprovada mediante apresentação de declaração emitida pela Sociedade ou Organização que o candidato representa.

4. Da divulgação dos inscritos

A relação dos candidatos inscritos será divulgada na data de **23 de setembro de 2025,** no site da Prefeitura Municipal de Xangri-Lá e em outros canais de comunicação, como o grupo pedagógico das Escolas da Rede Municipal no WhatsApp.

5. Da eleição

A votação ocorrerá no dia **30 de setembro de 2025,** das 8h30min às 18h, presencialmente na Sala dos Conselhos Municipais, situada na Rua Rio Apucaé, 1071, Centro, Xangri-Lá.
O eleitor poderá escolher 1 (um) representante do seu respectivo segmento.
A apuração será realizada logo após o encerramento da votação, com a presença dos Conselheiros Municipais de Educação e um representante da equipe da Secretaria Municipal de Educação.
Os candidatos mais votados em cada segmento serão considerados membros titulares; os suplentes serão definidos conforme a ordem de classificação. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato com mais tempo de serviço municipal **.** Persistindo o empate, será eleito o candidato de maior idade. Permanecendo o empate, haverá sorteio.

6. Dos eleitores aptos a votar

- Segmento Ensino Fundamental: Professores, orientadores e supervisores que atuam no Ensino Fundamental, efetivos das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental e/ou lotados na SME;
- Segmento Sociedade Civil Organizada: aqueles que comprovem representação do Segmento, por meio de carteirinhas ou documento emitido pela Sociedade ou à qual estejam filiados.

7. Da divulgação dos resultados

O resultado da eleição será divulgado após o encerramento da apuração, por meio de ata lavrada pelo CMEX, e publicado posteriormente no site da Prefeitura Municipal de Xangri-Lá e em outros meios de divulgação, como os grupos pedagógicos das Escolas da Rede Municipal no WhatsApp.

8. Dos recursos

Os recursos serão analisados pela **Comissão Eleitoral**, especialmente designada para esse fim, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado no site da Prefeitura e em outros meios de divulgação, como os grupos pedagógicos no WhatsApp.
A homologação do resultado final será publicada após o período para recursos, no site da Prefeitura Municipal de Xangri-Lá e em outros meios de divulgação.
O Conselho Municipal de Educação encaminhará o nome de todos os Conselheiros titulares e suplentes eleitos à Secretaria de Administração para elaboração de Portaria única e subsequente para o Gabinete do Prefeito, para que o mesmo autorize a nomeação dos Conselheiros.

9. Informações adicionais

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Conselho Municipal de Educação de Xangri-Lá.

10. Do cronograma

Etapa	Data/Período
Publicação do Edital	Dia 15 de setembro de 2025.
Período de inscrição conforme o item 3 pelo formulário de inscrição online.	De 15 a 22 de setembro de 2025.
Divulgação dos candidatos inscritos	Dia 23 de setembro de 2025.
Eleição	Dia 30 de setembro de 2025, das 8h30min às 18h.
Apuração	Após o encerramento da votação, dia 30 de setembro de 2025.
Divulgação preliminar dos resultados	Após a apuração, dia 30 de setembro de 2025.
Período de recursos	Dia 01 e 02 de outubro de 2025.
Resultado final	Dia 03 de outubro de 2025.

Xangri-Lá, 15 de Setembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal de Xangri-Lá

DANAISIS GADES BITENCOURT DA SILVA
Presidente CMEX
Portaria 15506/2025

Publicado por:
Fabio Matzenbacher
Código Identificador:5BFD7FC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2853, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que "Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao art. 61, IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do Art. 6º da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A Secretaria Municipal de Habitação, Agricultura e Desenvolvimento Social manterá os controles contábeis e financeiros da movimentação dos recursos do FMH nos termos da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e fará a tomada de contas dos recursos aplicados.

Art. 2° Fica alterado o inciso I do Art. 8° da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - 11 (onze) membros natos que são:

Art. 3ª Ficam alteradas as alíneas "a", "b", "c", "d" do inciso I do Art. 8° da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

a) um representante da Secretaria de Cidadania e Assistência Social;

b) um representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura;

c) um representante da Procuradoria Geral do Município;

d) um representante da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente;

Art. 4° Fica acrescida a alínea "k" ao inciso I do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, com a seguinte redação:

k) Secretaria Municipal de Habitação, Agricultura e Desenvolvimento Social.

Art. 5º Fica alterado o §1º do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Habitação, Agricultura e Desenvolvimento Social.

Art. 6º Fica alterado o §3º do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.453, de 30 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§3º Competirá à Secretaria Municipal de Habitação, Agricultura e Desenvolvimento Social proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

ERALDO VIEIRA BREHM
Secretário de Gestão e Administração

Publicado por:
Fabio Matzenbacher
Código Identificador:A84AD993

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2025

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 07 de outubro de 2025** às **13h30** ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA,** conforme Edital de nº **163/2025**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo por meio dos sítios www.xangrila.rs.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Xangri-Lá, 23 de setembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Reinehr
Código Identificador:9E5D2D63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº154/2025

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados a publicação de **RETIFICAÇÃO com alteração de data no edital referente à CONCORRÊNCIA Nº 149/2025 para CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO (PAVS).**, **reabrindo-se o prazo para 09/10/2025 às 13hs30min**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo por meio dos sítios www.xangrila.rs.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Xangri-Lá, 23 de setembro de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Reinehr
Código Identificador:B419597B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
CONTRATO Nº 171/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024

CONTRATO Nº 171/2025 - Pregão Eletrônico nº 026/2024

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Aquisição de computadores do tipo desktop e notebooks corporativos, visando à renovação e expansão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação existente na Prefeitura Municipal de Alvorada, conforme descrição detalhada dos itens constantes no anexo I do edital.

Item	Produto/Complemento	Un	Qtd	Marca Fabricante	Valor Unit.	Valor Total
1	**DESKTOP BÁSICO COM MONITOR** Especificações: Processador AMD Ryzen 3 Pro 5350G ou Intel Core i3-12100 /8GB de memória RAM/SSD de 256GB/ WIN11 PRO/ Monitor de 21,5 polegadas/ Teclado e mouse.	Un	114	Lenovo	R$5.797,27	R$ 660.888,78
2	**NOTEBOOK** Especificações: Processador AMD RYZEN 5 5600U ou Intel Core i5-1235u/8GB de memória RAM/SSD de 256GB/ Win11 PRO/ mochila ou bolsa	Un	61	Lenovo	R$5.382,00	R$ 328.302,00

Valor Total: R$ 989.190,78 (novecentos e oitenta e nove mil cento e noventa reais e setenta e oito centavos).

Contratada: Athenas Automação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.425.676/0003-51

Alvorada, 23 de setembro de 2025.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isoéte Oliveira de Senna Capiotti
Código Identificador:FD8213BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS COM REMUNERAÇÃO ATRAVÉS DE BOLSA AUXÍLIO.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2025
EDITAL Nº 003/2025 - DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital nº 01/2025, de 10 de setembro de 2025, do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 17/2025**, destinado à seleção de interessados com Nível Superior, todos em andamento, para Cadastro Reserva de Estagiários, objetivando o preenchimento de vagas que surgirem para a realização de ESTÁGIO Remunerado através de Bolsa Auxílio junto ao Serviço Público Municipal, TORNA PÚBLICO a Classificação Provisória, conforme listagem no Anexo I deste Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 23 de setembro de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS COM REMUNERAÇÃO ATRAVÉS DE BOLSA AUXÍLIO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2025.
EDITAL Nº 003/2025 - DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA – ANEXO I.

Secretaria de Educação e Cultura

Cursos Superior

Curso: Artes Visuais - Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
029	AMANDA PRISCILA HANICH	Artes Visuais / Centro Universitário UNINTER	12 pontos	1º	Não	CAMPO BOM

Curso: Ciências Biológicas - Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
022	JOSHUA TOMAZZOLLI KLAUCK	Ciências Biológicas / Universidade ULBRA	40 pontos	1º	Não	NOVO HAMBURGO
007	GUSTAVO AUGUSTO DORSCHEID	Ciências Biológicas / Universidade UNIASSELVI	17 pontos	2°	Não	SAPIRANGA

Curso: Educação Física - Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
030	MICAEL CLAUDIOMIRO FERREIRA GRUNUPP	Educação Física / Universidade UNIRITTER	27 pontos	1º	Não	NOVO HAMBURGO
023	GILSON ESPÍNDOLA DE SOUZA	Educação Física / Universidade UNIASSELVI	12 pontos	2º	Não	NOVO HAMBURGO

Curso: História - Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
028	NICOLAS FLORES STURMER	História / Instituição Federal IFSUL	12 pontos	1º	Não	SAPIRANGA

Curso: Letras Língua Portuguesa- Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
010	DANIELE PATRÍCIO RAMOS	Letras Língua Portuguesa / Centro Universitário UNINTER	12 pontos	1º	Não	SAPIRANGA

Curso: Pedagogia - Licenciatura

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
001	JANICE CORNELIUS DA SILVA NUNES	Pedagogia / Universidade UNIFAVENI	60 pontos	1°	Não	CAMPO BOM
013	KAROLINE MACHADO DA SILVA	Pedagogia / Universidade UNIASSELVI	38 pontos	2º	Não	CAMPO BOM
025	DÉBORA RAQUEL BAUM	Pedagogia / Universidade UNISINOS	30 pontos	3º	Não	NOVO HAMBURGO
014	NATHÁLIA NUNES DA SILVA	Pedagogia / Universidade FURG	20 pontos	4°	Não	CAMPO BOM
004	JOANA HOPPE DE OLIVEIRA	Pedagogia / Universidade UNIASSELVI	20 pontos	5°	Não	CAMPO BOM
027	EMILY OLSSON ROLLIN DIETRICH DE OLIVEIRA	Pedagogia / Universidade UNIFACVEST	20 pontos	6°	Não	NOVO HAMBURGO
018	ISABEL DO PRADO PERDONCINI	Pedagogia / Universidade UNILASSALE	12 pontos	7°	Não	CAMPO BOM

Curso: Psicologia - Bacharelado

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
020	PATRÍCIA MARIA FERREIRA RIEGEL	Psicologia / Universidade UNIFTEC	33 pontos	1º	Não	CAMPO BOM
021	JOÃO VÍTOR FRITZ SCHERER	Psicologia / Universidade FEEVALE	12 pontos	2º	Não	NOVO HAMBURGO

Secretaria de Administração

Cursos Superior

Curso: Administração

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
008	BRENO SILVEIRA VIEIRA	Administração/ Universidade FEEVALE	32 pontos	1º	Sim	CAMPO BOM
031	NICOLY GUEDES	Administração/ Universidade Anhanguera	12 pontos	2º	Não	CAMPO BOM
015	ALEX DANIEL LOPES	Administração/ Centro Universitário Estácio de Brasília	12 pontos	3º	Sim	NOVO HAMBURGO

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
003	RAFAEL BRIZOLA GEHLEN	Arquitetura e Urbanismo/ Universidade UNIASSELVI	40 pontos	1º	Não	CAMPO BOM
026	JÚLIA DE LIMA COUTO	Arquitetura e Urbanismo/ Universidade FEEVALE	27 pontos	2º	Não	CAMPO BOM
017	MANUELA LISBOA	Arquitetura e Urbanismo/ Universidade UNISINOS	20 pontos	3º	Não	CAMPO BOM
005	CAROLINE XAVIER EISSMANN	Arquitetura e Urbanismo/ Universidade FEEVALE	17 pontos	4º	Não	CAMPO BOM

Curso: Biologia – Bacharelado

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
002	ISADORA BRAGA CHAVES	Biologia/ Universidade UNISINOS	31 pontos	1º	Não	CAMPO BOM

Curso: Direito – Bacharelado

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
012	IGOR TAMIOSSO MACHADO	Direito/ Universidade UNISINOS	25 pontos	1º	Sim	CAMPO BOM
009	SAMUEL MARTINS TORRES	Direito/ Universidade FEEVALE	20 pontos	2º	Não	NOVO HAMBURGO
006	GRAZIELE SCHIRLEY DA LUZ ESCARCEL	Direito/ Universidade FEEVALE	17 pontos	3º	Não	NOVO HAMBURGO
019	DAVI GABRIEL SAGER GRESSLER	Direito/ Universidade FEEVALE	17 pontos	4º	Não	CAMPO BOM
024	STÉPHANIE FERNANDES	Direito/ Universidade UNISINOS	12 pontos	5º	Não	NOVO HAMBURGO

Curso: Economia

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Pontuação Final	Classificação	Pessoa com Deficiência	Cidade de residência
011	ELIAS LAZZARIS TIGRE	Ciências Econômicas/ Universidade FEEVALE	12 pontos	1º	Não	CAMPO BOM

Inscrições Não Homologadas

Nº Inscr.	Nome Candidato(a)	Curso/Instituição	Motivo
016	MARIA SILVANO BRITO LEMOS AMPESE	Tecnologia em Gestão de Negócios / UNIASSELVI	O curso não consta no Edital.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:79997E56

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2025

Objeto: Registro de preços para aquisição de telas de projeção para a SGIP, SAIS, SMADU, SMS, SME, SOF e Gab. Prefeito.
.

Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário
001	Tela de projeção elétrica reclinável para embutir no teto tubular interno, silencioso, com controle remoto ou botoeira para subida e descida. Variam entre 4:3, 16:9 e 16:10, dependendo da necessidade. Disponível em 220v - tela de projeção, elétrica, retrátil, para embutir tubular, com controle remoto ou botoeira para subida e descida, medidas mínimas 2.40 m x 1.80 m, para projeção mínima de 180 polegadas bivolt.	GRM	Unidade	034	R$1.055,66

Detentora: LICITAPRO COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.589.237/0001-41.
Validade: 1 ano.

Capão da Canoa, 23 de setembro de 2025

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:942EDBBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARRUA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RREO ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CHARRUA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2025 A AGOSTO/2025 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XIV (LRF, Art . 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	0,00
Previsão Atualizada	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Déficit Orçamentário	369.325,52
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	890.500,00
Dotação Atualizada	710.425,00
Despesas Empenhadas	378.480,78
Despesas Liquidadas	369.325,52
Despesas Pagas	361.916,45
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	378.480,78
Despesas Liquidadas	369.325,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	0,00
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	-369.966,45	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	194.203,13	0,00

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar Processados	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não-Processados	**8.050,00**	**0,00**	**8.050,00**	**0,00**
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	8.050,00	0,00	8.050,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**8.050,00**	**0,00**	**8.050,00**	**0,00**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite/RCL (%)	0,00		
Unidade Gestora: CAMARA VEREADORES DE CHARRUA			

MARLI GALAFASSI MACHADO	*SANDRO SACCON*
..3.4-90	***.***.740-15
Contador	
VALDINEI BERNART DALLAGNOL	
..100-25	
Secretário da Fazenda	

Publicado por:
Sandro Saccon
Código Identificador:5FE5C72C

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RREO ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CHARRUA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO/2025 A AGOSTO/2025 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO	
RREO - Anexo XIV (LRF, Art . 48)	R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.000.000,00
Previsão Atualizada	31.076.130,84
Receitas Realizadas	20.514.010,56
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais)	999.592,90
DESPESAS	
Dotação Inicial	28.109.500,00
Dotação Atualizada	31.563.509,76
Despesas Empenhadas	21.070.145,20
Despesas Liquidadas	17.553.277,31
Despesas Pagas	17.221.999,63
Superávit Orçamentário	2.960.733,25
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	21.070.145,20
Despesas Liquidadas	17.553.277,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	28.342.817,56
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.342.817,56
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	28.073.961,56
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)		Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00		121.354,06	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00		-117.074,30	0,00
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
Restos a Pagar Processados	**106.488,20**	**0,00**	**71.488,20**	**35.000,00**
Poder Executivo	106.488,20	0,00	71.488,20	35.000,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não-Processados	**3.570.043,79**	**90.455,95**	**1.649.586,00**	**1.830.001,84**
Poder Executivo	3.570.043,79	90.455,95	1.649.586,00	1.830.001,84
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**3.676.531,99**	**90.455,95**	**1.721.074,20**	**1.865.001,84**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.836.503,32	25,00	22,10
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.232.397,68	70,00	58,96
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.804.768,33	15,00	16,85

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite/RCL (%)	0,00
Unidade Gestora: MUNICIPIO DE CHARRUA	

VALDINEI BERNART DALLAGNOL	*SANDRO SACCON*	*GERSO JOSE RONCAGLIO*
..100-25	***.***.740-15	***.***.730-15
Secretário Da Fazenda	Contador	

Publicado por:
Sandro Saccon
Código Identificador:5D31C322

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JULHO - AGOSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2025/BIMESTRE Julho - Agosto				
LRF, Art. 48 – Anexo 14				R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				Até o Bimestre
RECEITAS				-
Previsão Inicial				31.555.096,0-0
Previsão Atualizada				31.555.096,0-0
Receitas Realizadas				23.150.796,6-0
Déficit Orçamentário				343.403,9-3
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				5.414.962,6-6
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS				Até o Bimestre
DESPESAS				-
Dotação Inicial				31.555.096,0-0
Créditos Adicionais				7.010.913,1-5
Dotação Atualizada				38.566.009,1-5
Despesas Empenhadas				26.842.229,3-0
Despesas Liquidadas				23.494.200,5-3
Despesas Pagas				22.696.736,5-4
Superávit Orçamentário				0,0-0
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				Até o Bimestre
Despesas Empenhadas				26.842.229,3-0
Despesas Liquidadas				23.494.200,5-3
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				33.550.035,4-9
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				33.250.035,4-9
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				32.942.771,4-9
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				-
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas				0,0-0
Resultado Previdenciário				0,0-0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				-
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas				0,0-0
Resultado Previdenciário				0,0-0
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)		Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	-557.005,51		-1.001.290,81	179,76
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00		-123.581,20	0,00
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	16.998,76	0,00	16.998,76	0,00
Poder Executivo	16.998,76	0,00	16.998,76	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.959.397,42	89.439,29	1.829.929,73	40.028,40
Poder Executivo	1.959.397,42	89.439,29	1.829.929,73	40.028,40
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.976.396,18	89.439,29	1.846.928,49	40.028,40
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.517.569,15	25,00		28,83
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.299.826,31	70,00		87,96
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00		0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00		0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre			Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00			0,00
Despesa de Capital Líquida	5.194.366,08			1.157.603,76
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre			Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	210.086,43			80.463,57
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	22.099,60			115.924,40
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.167.120,44	15,00		22,62
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Publicado por:
Mateus Andre Geroldini
Código Identificador:EE79DD6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

PROCURADORIA JURÍDICA
"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.266, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2022 A 2025 - PPA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI MUNICIPAL N° 6.107, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Altera a Lei Municipal nº 5.266, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 - PPA, a Lei Municipal nº 5.928, de 03 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 - LDO 2025 e Lei Municipal nº 5.957, de 17 de dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025, no que diz respeito às ações da Secretaria Municipal de Saúde".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, **JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica acrescentada à Lei Municipal nº 5.266, de 15 de setembro de 2021 - Plano Plurianual 2022 - 2025 a seguinte ação governamental:
Órgão: 06 – Secretaria da Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301
Programa de Governo: 0109 - Saúde é Vida
Ação: 1.304 - HOSPITAL/CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO
Tipo de Ação: Projeto
Descrição da Ação:
Produto: Hospital Construído
Unidade de Medida: m2

				Metas Financeiras				
				Fonte de Financiamento (Recursos)	Custo Previsto			
2022	2023	2024	2025		2022	2023	2024	2025
-	-	-	1	1.621 – Recursos Não Vinculados de impostos	-	-	-	R$ 1.646.600,00

Art. 2º Fica acrescentada à Lei Municipal nº 5.928, de 03 de outubro de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025 - a seguinte ação governamental:
Órgão: 06 – Secretaria da Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301
Programa de Governo: 0109 - Saúde é Vida
Ação: 1.304 - HOSPITAL/CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO
Tipo de Ação: Projeto
Descrição da Ação:
Produto: Hospital Construído
Unidade de Medida: m2

	Metas	Fonte de	Custo Previsto em R$						
2025	(Físicas) m²	Financiamento (Recursos)	TOTAL	Detalhamento por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa					
		1.621 – Recursos Não Vinculados de Impostos	R$ 1.646.600,00	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos R$ 1.646.600,00	Inversões Financ	Amortização da Dívida

Art. 3º Fica acrescido à Lei Municipal nº 5.957, de 17 de dezembro de 2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, crédito adicional especial no valor de R$ 1.646.600,00 (Um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, e seiscentos reais), como segue:
Órgão: 06 – Secretaria da Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301
Programa de Governo: 0109 - Saúde é Vida
Ação (Projeto): Ação: 1.304 - HOSPITAL/CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO
Rubrica: 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo
Recurso: 1.621 - Recursos Não Vinculados a Impostos Detalhamento: 4294
Valor: R$ 10.000,00
Rubrica: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recurso: 1.621 – Recursos Não Vinculados a Impostos Detalhamento:4294 Valor: R$ 10.000,00
Rubrica: 4.4.90.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Recurso: 1.621 - Recursos Não Vinculados a Impostos
Detalhamento: 4294
Valor: R$ 26.000,00
Rubrica: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações
Recurso: 1.621 - Recursos Não Vinculados a Impostos
Detalhamento: 4294
Valor: R$ 1.600.600,00

Art. 4º Servirá de recurso para a cobertura do crédito adicional especial acima, o excesso de arrecadação no referente ao Recurso: 1.621 - Recursos Não Vinculados a Impostos, detalhamento 4294, no valor de R$ 1.646.600,00 (Um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, e seiscentos reais).

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de setembro de 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:36F864C4

PROCURADORIA JURÍDICA
"ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 6.088, DE 12 DE AGOSTO DE 2025, QUE ALTEROU A LEI MUNICIPAL Nº 5.266, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021 – PPA 2022 A 2025, LEI MUNICIPAL Nº 5.928, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024 - LDO 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI MUNICIPAL N° 6.110, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.

"Altera a Lei Municipal n.º 6.088, de 12 de agosto de 2025, que Alterou a Lei Municipal nº 5.266, de 15 de setembro de 2021 – PPA 2022 a 2025, Lei Municipal nº 5.928, de 03 de outubro de 2024 - LDO 2025 e Lei Municipal nº 5.957, de 17 de dezembro de 2024 – LOA 2025, no que diz respeito às ações da Secretaria Municipal de Saúde".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, **JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO,** faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Lei Municipal n.º 6.088, de 12 de agosto de 2025, especificamente:
ONDE LÊ-SE:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação: 1.301 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA
Tipo de Ação: Projeto Descrição da Ação:
Produto: terreno desapropriado
Unidade de Medida: m2

Metas (Físicas)				Metas Financeiras				
				Fonte de Financiamento (Recursos)	Custo Previsto			
2022	2023	2024	2025		2022	2023	2024	2025
				1.654 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde	-	-	-	R$ 5.000.000,00

LEIA-SE:
Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação: 1.301 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA
Tipo de Ação: Projeto
Descrição da Ação:
Produto: terreno desapropriado
Unidade de Medida: m2

Metas (Físicas)				Metas Financeiras				
				Fonte de Financiamento (Recursos)	Custo Previsto			
2022	2023	2024	2025		2022	2023	2024	2025
				1.634 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde	-	-	-	R$ 4.978.156,24

Art. 2º Fica alterado o Art. 2º da Lei Municipal nº 6.088, de 12 de agosto de 2025, especificamente:
ONDE LÊ-SE:
Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação: 1.301

Tipo de Ação: Projeto
Descrição da Ação: DESAPROPRIAÇÃO DE AREA
Produto: terreno desapropriado
Unidade de Medida: m2

ANO 2025	Metas Físicas	Fonte de Financiamento (Recursos) 1.654 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde	Custo Previsto em R$						
			TOTAL	Detalhamento por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa					
				Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financ.	Amortização da Dívida
			R$ 5.000.000,00				R$ 5.000.000,00		

LEIA-SE:
Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação: 1.301
Tipo de Ação: Projeto
Descrição da Ação: DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA
Produto: terreno desapropriado
Unidade de Medida: m2

ANO 2025	Metas (Físicas)	Fonte de Financiamento (Recursos) 1.634 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde	Custo Previsto em R$						
			TOTAL	Detalhamento por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa					
				Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financ.	Amortização da Dívida
			R$ 4.978.156,24				R$ 4.978.156,24		

Art. 3º Fica alterado o Art.3º da Lei Municipal nº 6.088, de 12 de agosto de 2025, especificamente:

ONDE LÊ-SE:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação:1.301 (Projeto): DESAPROPRIAÇÃO DE AREA
Rubrica: 4.5.9.0.61.00.00.00 – Aquisição de Imóveis
Recurso: 1.654 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde
Valor: R$ 5.000.000,00

LEIA-SE:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde – FMS Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida Ação:1.301 (Projeto): DESAPROPRIAÇÃO DE AREA
Rubrica: 4.5.9.0.61.00.00.00 – Aquisição de Imóveis
Recurso: 1.634 – Operações de Crédito Vinculados à Saúde
Valor: R$ 4.978.156,24

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de setembro de 2025.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADELAR DE SENA RODRIGUES
Secretário da Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:3A803B90

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE DE 2025

MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º QUADRIMESTRE DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 7		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	562.596.329,09	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	562.146.329,09	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	557.873.441,09	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	244.557.083,59	43,84
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	301.251.658,19	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	286.189.075,28	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	271.126.492,37	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-89.069.578,46	-15,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	674.575.594,91	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	123.672.192,40	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	89.943.412,65	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	39.350.243,04	7,00
RESTOS A PAGAR RESTOS A PAGAR EMPENHADOS	**Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa**	
	E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Contabilidade do Município		
NOTA: O Relatório de Gestão Fiscal do 2°quadrimestre de 2025, encontra-se afixado no átrio da Prefeitura Municipal de Erechim-RS, Praça da Bandeira, 354, a partir do dia 26/09/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios da FAMURS, bem como disponibilizado no site: https://www.erechim.rs.gov.br:8181/sys523/publico/publicacoesTranspRGF.xhtml		

Erechim, 26 de setembro de 2025.

PAULO ALFREDO POLIS	***EDSON LUIS KAMMLER***	***ANA LÚCIA SILVEIRA DE OLIVEIRA***	***ODACIR RAIMONDI***
Prefeito Municipal	Contador – CRC-RS 198.110	Secretária Municipal da Fazenda	Responsável P/Controle Interno

Publicado por:
Edson Luís Kammler
Código Identificador:033EB55F

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SIMPLIFICADO - 4º BIMESTRE DE 2025

MUNICÍPIO DE ERECHIM	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2025/ BIMESTRE JULHO/AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	631.700.000,00
Previsão Atualizada	644.140.369,21
Receitas Realizadas	425.680.975,37
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	23.656.364,28
DESPESAS	
Dotação Inicial	589.200.000,00
Dotação Atualizada	625.296.733,49
Despesas Empenhadas	433.127.860,59
Despesas Liquidadas	348.798.727,51
Despesas Pagas	341.747.989,13
Superávit Orçamentário	76.882.247,86
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	433.127.860,59
Despesas Liquidadas	348.798.727,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	562.596.329,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	562.146.329,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	557.873.441,09
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	42.343.508,63
Despesas Previdenciárias Empenhadas	15.599.439,78
Despesas Previdenciárias Liquidadas	15.565.772,02
Despesas Previdenciárias Pagas	15.558.569,00

Resultado Previdenciário	26.777.736,61			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**	
Resultado Primário - Acima da Linha	-10.931.222,72	13.931.670,06	127,45	
Resultado Nominal - Acima da Linha	2.946.705,88	36.999.661,26	1.255,63	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.096.663,44	474,70	11.040.103,27	56.085,47
Poder Executivo	10.980.176,27	474,70	10.923.616,10	56.085,47
Poder Legislativo	116.487,17	0,00	116.487,17	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	33.134.659,96	2.490.125,25	26.462.537,57	4.181.997,14
Poder Executivo	32.952.810,96	2.459.925,51	26.310.888,31	4.181.997,14
Poder Legislativo	181.849,00	30.199,74	151.649,26	0,00
TOTAL	44.231.323,40	2.490.599,95	37.502.640,84	4.238.082,61
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	74.532.195,95	25%	25,26%	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	40.646.915,11	70%	89,20%	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	59.567.283,57	15%	20,45%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)				
FONTE: Contabilidade do Município				
NOTA: O Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 4º bimestre de 2025 (julho/agosto), encontra-se afixado no Átrio da Prefeitura Municipal de Erechim – RS, Praça da Bandeira, 354, a partir do dia 26/09/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios da FAMURS, bem como disponibilizado no site: https://www.erechim.rs.gov.br:8181/sys523/publico/publicacoesTranspRREO.xhtml				
Erechim, 26 de setembro de 2025.				
PAULO ALFREDO POLIS	***EDSON LUIS KAMMLER***	***ANA LÚCIA SILVEIRA DE OLIVEIRA***	***ODACIR RAIMONDI***	
Prefeito Municipal	Contador – CRC-RS 198.110	Secretária Municipal da Fazenda	Responsável P/Controle Interno	

Publicado por:
Edson Luís Kammler
Código Identificador:14B6ECEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 318/2025

DECRETO Nº 318/2025

Autoriza Transferência de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4643, art. 27, §2°, inciso III, de 08 de novembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
08 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA	005 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE	0004.0122.0538.8191	FUNC. E MANUT. FISCALIZAÇÃO	33390360000000000000	17523003	911	50.000,00

	URBANA]						
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
08 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA	005 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA]	0015.0452.0538.8199	SINALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA	34490510000000000000	17523003	935	50.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 24 de Setembro de 2025.

MARCELO MARANATA SOARES REINALDO
Prefeito(a) Municipal

RAFAEL DE AVILA TEIXEIRA
Secretário de Administração
CPF: 018.065.400-45

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:CD577310

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 321/2025

DECRETO Nº 321/2025

Autoriza Transferência de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 199.073,50 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL, SETENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4643, art. 27, §2°, inciso III, de 08 de novembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 3.199,00 (TRÊS MIL E CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0525.8018	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33390930000000000000	15000001	3159	3.199,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 3.199,00

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0525.8018	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33390320000000000000	15000001	604	3.199,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 3.199,00

Art. 3º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 20.550,00 (VINTE MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
11 - SEC MUNIC DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILID	003 - LICENCIAMENT AMBIENTAL	0018.0542.0536.8309	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33390320000000000000	15000001	1571	20.550,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 20.550,00

Art. 4º - O crédito aberto de acordo com o art 3º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de**	**Código**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				

					Recurso	Reduzido	
11 - SEC MUNIC DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILID	003 - LICENCIAMENT AMBIENTAL	0018.0542.0536.8309	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33390300000000000000	15000001	1570	20.550,00

TOTAL DOS CRÉDITOS	R$ 20.550,00

Art. 5º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 46.084,5 (QUARENTA E SEIS MIL, OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	002 - INCENTIVO AO DESENVOLVIME	0023.0695.0529.8116	CONSOLIDAR IDENTIDADE TRADICIONALISTA	33390390000000000000	15000001	2896	46.084,50
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 46.084,50

Art. 6º - O crédito aberto de acordo com o art 5º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	002 - INCENTIVO AO DESENVOLVIME	0023.0695.0529.8117	GUAÍBA PARA TODOS (NATAL, PÁSCOA)	33390390000000000000	15000001	2902	46.084,50
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 46.084,50

Art. 7º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 129.240,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS), para
créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.8046	MANUTENÇÃO CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NOTURNO PARA ADULTOS	33390320000000000000	15000001	1999	32.100,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.8052	MANUTENÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR	33390320000000000000	15000001	2068	97.140,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 129.240,00

Art. 8º - O crédito aberto de acordo com o art 7º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.7016	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DIA	33390370000000000000	15000001	1970	50.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.7016	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DIA	33390390000000000000	15000001	1971	10.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.7030	IMPLANTAÇÃO DO CRAS ZONA NORTE	33390370000000000000	15000001	1987	30.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0244.0527.8056	MANUTENÇÃO DO CREAS	33390370000000000000	15000001	2121	39.240,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 129.240,00

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 24 de Setembro de 2025.

MARCELO MARANATA SOARES REINALDO
Prefeito(a) Municipal

RAFAEL DE AVILA TEIXEIRA
Secretário de Administração
CPF: 018.065.400-45

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:70E1C0C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.437, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.437, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR REDUÇÃO DE CRÉDITOS NO MONTANTE DE R$ 908.871,82."

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Alíneas a, b, c do Inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.477, de 31 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 58.871,82 (cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), nos seguintes elementos de despesa:

SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS			
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED**	
2251		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
3.3.90.40.00.00.00.00	1500	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	R$ 22.360,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED			**R$ 22.360,00**
14		**SECRETARIA MUNIC.SEGURANÇA PÚBL. E TRÂNSITO - SEMUSP-T**	
2653		**MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO**	
3.3.90.36.00.00.00.00	1752	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 211,82
Total da SECRETARIA MUNIC.SEGURANÇA PÚBL. E TRÂNSITO -SEMUSP-T			**R$ 211,82**
19		**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT**	
2821		**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT**	
3.3.90.39.00.00.00.00	1500	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R$ 36.300,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT			**R$ 36.300,00**
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS			**R$ 58.871,82**

Art. 2º É aberto um Crédito Adicional Especial no montante de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), nos seguintes elementos de despesa:

ABERTURA CRÉDITOS ESPECIAIS			
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**	
1502		**AMPLIAÇÃO E INVESTIMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**	
4.4.90.61.00.00.00.00	1754	AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 850.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS			**R$ 850.000,00**
TOTAL ABERTURA CRÉDITOS ESPECIAIS			**R$ 850.000,00**

Art. 3º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no montante de R$ 908.871,82 (novecentos e oito mil oitocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), nos seguintes elementos de despesa:

REDUÇÃO DE CRÉDITOS			
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED**	
2265		**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR**	
3.3.90.30.00.00.00.00	1500	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 22.360,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED			**R$ 22.360,00**
13		**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT**	
1602		**AQUISIÇÃO DE VEÍC. MÁQUI. E EQUIP. P/ O EXEC. MUNICIPAL**	
4.4.90.52.00.00.00.00	1754	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 850.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT			**R$ 850.000,00**
14		**SECRETARIA MUNIC.SEGURANÇA PÚBL. E TRÂNSITO - SEMUSP-T**	
2653		**MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO**	
3.3.90.39.00.00.00.00	1752	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R$ 211,82
Total da SECRETARIA MUNIC.SEGURANÇA PÚBL. E TRÂNSITO - SEMUSP-T			**R$ 211,82**
19		**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT**	
2821		**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT**	
3.3.90.40.00.00.00.00	1500	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	R$ 36.300,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - SMCT			**R$ 36.300,00**
TOTAL REDUÇÃO DE CRÉDITOS			**R$ 908.871,82**

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 23 de setembro de 2025.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:37530175

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2805/2025, DE23 DE SETEMBRO DE 2025

Cria cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, estabelece atribuições, carga horária e vencimento, altera parágrafos 1º e 2º, do art. 25, da Lei Municipal nº 336/2001.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores de Novo Cabrais aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica criado, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo constante do art. 3º, da Lei Municipal nº 336/2001, de 28 de dezembro de 2001, o cargo abaixo especificado:

Nº Cargo	Descrição da Categoria Funcional	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Agente de Combate às Endemias	40	Piso Salarial

Art. 2º - Os parágrafos 1º e 2º, do art. 25, da Lei Municipal nº 336/2001, de 28 de dezembro de 2001 e alterações posteriores passam a ter a seguinte redação:
"Art. 25 - .....
§ 1º - *Não se aplica as disposições expressas nocaputdeste artigo, para os cargos de Agentes Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, os quais terão o piso salarial, fixado por Lei específica nos termos daEmenda Constitucional nº 120/2022.*
§ 2º - *Os Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias passam a ter a seguinte valoração salarial segundo as classes:"* ***(NR)***

	VALORES SEGUNDO A CLASSE					
PISO SALARIAL	***A***	***B***	***C***	***D***	***E***	***F***
	3.036,00	***3.187,80***	***3.338,80***	***3.489,80***	***3.640,80***	***3.737,54***

Art. 3º - As especificações da categoria funcional do cargo de Agente de Combate às Endemias, são as constantes do Anexo I, que é parte integrante desta Lei.
Art. 4º - O cargo criado por esta Lei será regido pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de que trata a Lei Municipal nº 335/2001, de 28 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores e vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.
Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei ocorrerão pelas dotações orçamentárias próprias.
Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Novo Cabrais, 23 de Setembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

ANEXO I
CARGO: Agente de Combate às Endemias - ACE
ATRIBUIÇÕES:
Sintética: Executar atividades de vigilância, prevenção e controle dedoenças e promoção da saúde, a serem desenvolvidas em conformidade com as diretrizesindicadas pelo SUS, bem como participar de ações educativas e coletivas, nos domicílios ena comunidade em geral, sob supervisão competente.
Descrição Analítica: Proceder visitas domiciliares para identificar a existência defocos de doenças contagiosas; executar atividades de educação para a saúde individual ecoletiva; registrar, para controle das ações de saúde, doenças e outros agravos à saúde;estimular a participação da comunidade nas políticas-públicas de saúde; fazer identificaçãoe tratamento de focos de vetores com manuseio de inseticidas e similares; coletar materiaispara exames laboratoriais; participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setorde saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida; orientar apopulação, objetivando a eliminação de fatores que propiciem o surgimento de possíveisdoenças; trabalhar no combate de doenças; desenvolver ações de educação e vigilância àsaúde; informar o setor de vigilância na hipótese de constatar resistência de colaboração porparte dos munícipes; manter atualizado o cadastro de informações e outros registros;desenvolver outras atividades pertinentes à função de Agente.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga horária de 40 horas semanais, inclusive em regime de plantão e trabalho em domingos e feriados.
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
Escolaridade: Haver concluído o Ensino Médio;
Idade mínima de 18 anos;
Outros: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.
Concluir com aproveitamento curso de qualificação básica para formação de Agente de Combate às Endemias, a ser disponibilizado pelo município.

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:BC8971D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE - RS		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: 2608,17404		
Poder: Consolidado		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	228.713.731,13	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	228.163.731,13	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	226.917.595,13	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	91.588.331,14	40,36
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	136.150.557,08	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	129.343.029,23	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	122.535.501,37	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	100.451.809,39	44,03
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	273.796.477,36	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	50.196.020,85	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	3.001.015,65	1,32
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	36.506.196,98	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	15.971.461,18	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE. Emissão: 22/09/2025, às 11:38:18.		
NOTA:		

Publicado por:
Daniela Tavares Schmitz
Código Identificador:1E3E1DD9

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE - RS	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Entidade: Consolidado	
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até 4º Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	280.000.000,00
Previsão Atualizada	289.443.520,69
Receitas Realizadas	195.087.917,39
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	13.904.640,53
DESPESAS	
Dotação Inicial	264.670.000,00
Créditos Adicionais	28.425.687,91
Dotação Atualizada	293.095.687,91
Despesas Empenhadas	210.346.311,65
Despesas Liquidadas	169.550.292,65
Despesas Pagas	161.963.920,87
Superávit Orçamentário	25.537.624,74
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até 4º Bimestre**
Despesas Empenhadas	210.346.311,65
Despesas Liquidadas	169.550.292,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até 4º Bimestre**
Receita Corrente Líquida	228.713.731,13
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	228.163.731,13
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	226.917.595,13

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Até 4º Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	12.702.331,42
Receitas Previdenciárias Realizadas	30.003.825,15
Despesas Previdenciárias Empenhadas	17.302.424,03
Despesas Previdenciárias Liquidadas	17.301.493,73
Despesas Previdenciárias Pagas	15.214.647,38
Resultado Previdenciário	12.702.331,42
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00

Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 4º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	18.539.000,00	15.962.068,67	86,10
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	11.997.000,00	(6.359.296,45)	(53,01)

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 4º Bimestre	Pag. Até 4º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.190.794,92	0,00	12.575.293,26	2.615.501,66
Poder Executivo	15.189.836,37	0,00	12.574.338,32	2.615.498,05
Poder Legislativo	958,55	0,00	954,94	3,61
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	255.722,05	2.039,63	217.353,64	36.328,78
Poder Executivo	254.945,05	2.039,63	216.576,64	36.328,78
Poder Legislativo	777,00	0,00	777,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.446.516,97	2.039,63	12.792.646,90	2.651.830,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 4º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	17.259.573,29	25,00	18,38
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	33.069.989,26	70,00	61,51
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	3.001.015,65	6.998.984,35
Despesa de Capital Líquida	31.912.863,62	12.143.120,89

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Alienação de Ativos	0,00	101.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	35.453,95	90.211,99

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 4º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	21.215.693,84	15,00	23,24

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE. Emissão: 22/09/2025, às 10:49:19.	
NOTA:	

Publicado por:
Daniela Tavares Schmitz
Código Identificador:62CED201

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 2.902/2025

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei n° 1.816/2024;

DECRETA:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar por redução no Orçamento em vigor no valor de R$ 205.056,26 (duzentos e cinco mil cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos) e abrir Crédito suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento em vigor no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição Categoria	Valor
02.01.04.122.3001.2.002	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 2.355,00
02.01.04.122.3001.2.002	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.311,53
02.02.04.121.3001.2.011	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 360,00
02.03.04.124.3001.2.010	3.1.91.13.00.00.00	1500	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 4.000,00
02.03.04.124.3001.2.010	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.409,00
02.05.14.243.1001.2.062	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 1.600,00
02.05.14.243.1001.2.062	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 420,14
03.01.04.122.3001.2.003	3.1.90.16.00.00.00	1500	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 520,00
03.02.04.123.3001.2.003	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 1.330,00
03.02.04.123.3001.2.003	3.1.90.16.00.00.00	1500	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.120,00
03.02.04.123.3001.2.003	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 430,00
03.02.04.123.3001.1.001	4.4.90.52.00.00.00	2500	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.382,60
03.02.04.128.3001.1.017	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 1.800,00
03.02.04.128.3001.1.017	3.3.90.33.00.00.00	1500	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 200,00
03.03.04.129.3001.2.012	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 711,00
03.04.28.846.4001.0.979	3.1.90.91.00.00.00	1500	SENTENÇAS JUDICIAIS	R$ 18.519,98
04.01.02.122.3001.2.004	3.1.90.11.00.00.00	1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00
04.01.02.122.3001.2.004	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 1.460,00
04.01.02.122.3001.2.004	3.1.90.16.00.00.00	1799	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.000,00
04.01.02.128.3001.1.017	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
04.01.02.128.3001.1.017	3.3.90.33.00.00.00	1500	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 350,00
04.02.04.122.3001.1.012	3.3.90.08.00.00.00	1500	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	R$ 38.000,00
04.02.04.128.3001.1.017	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
04.02.04.128.3001.1.017	3.3.90.33.00.00.00	1500	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 350,00
05.01.20.122.1006.2.007	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 983,00
05.01.20.122.1006.2.007	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 630,00
05.01.20.608.1006.2.114	3.1.91.13.00.00.00	1500	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 650,00
06.01.15.122.1012.2.006	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 790,00
06.01.15.122.1012.2.006	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 6.282,90
06.01.15.452.1012.2.095	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 320,00
07.01.12.122.1010.2.005	3.1.90.16.00.00.00	1500	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.200,00
07.01.12.122.1010.2.005	3.3.90.14.00.00.00	1500	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 315,00
07.01.12.122.1010.2.005	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.633,00
07.01.12.361.1010.2.076	3.1.90.04.00.00.00	1500	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 100,00
07.01.12.361.1010.2.076	3.1.90.16.00.00.00	1500	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.300,00
07.01.12.361.1010.2.076	3.1.90.16.00.00.00	1540	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.200,00
07.01.12.366.1010.2.077	3.1.90.11.00.00.00	1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.700,00
07.01.12.367.1010.2.097	3.1.90.11.00.00.00	1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.900,00
07.01.12.367.1010.2.097	3.1.91.13.00.00.00	1500	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 700,00
07.02.13.392.3001.1.007	3.3.90.39.00.00.00	1759	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 4.500,00
08.01.10.122.1003.2.024	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 800,00
08.01.10.301.1003.2.046	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 5.300,00
08.01.10.301.1003.2.046	3.1.90.16.00.00.00	1500	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.300,00
08.01.10.301.1003.2.132	3.1.90.11.00.00.00	1621	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 28.895,00
08.01.10.302.1003.2.039	3.3.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.118,11
08.01.10.303.1003.2.109	3.1.90.11.00.00.00	1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.600,00
08.01.10.305.1003.2.031	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 1.700,00
09.01.08.122.1004.2.008	3.1.90.11.00.00.00	1669	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00
09.01.08.122.1004.2.008	3.1.90.13.00.00.00	1669	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 1.600,00
09.01.08.122.1004.2.008	3.1.90.16.00.00.00	1669	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 260,00
09.01.08.122.1004.2.008	3.1.91.13.00.00.00	1669	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 1.600,00
09.01.08.245.1004.2.058	3.1.90.16.00.00.00	1669	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 200,00
09.01.08.245.1004.2.058	3.3.90.14.00.00.00	1669	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 60,00
11.01.04.122.3001.2.138	3.1.90.13.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 790,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo anterior, será custeado pela anulação total/parcial da (s) seguinte (s) dotação (ões) do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição Categoria	Valor
05.01.20.608.1006.1.173	3.3.90.39.00.00.00	2500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.382,60
05.03.18.541.1016.2.119	3.1.91.13.00.00.00	1759	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$ 2.194,39

07.01.12.361.1010.2.076	3.1.90.11.00.00.00	1500	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 92.665,09
07.01.12.361.1010.2.076	3.1.90.11.00.00.00	1540	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.200,00
07.03.27.812.1008.1.089	3.3.90.30.00.00.00	1500	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.400,00
07.03.27.812.1008.1.089	3.3.90.31.00.00.00	1500	PREMIAÇÕES CLT., ART., C., DESP. E OUTRAS	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.089	3.3.90.32.00.00.00	1500	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.089	3.3.90.36.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.089	3.3.90.47.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.090	3.3.90.30.00.00.00	1500	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.100,00
07.03.27.812.1008.1.090	3.3.90.32.00.00.00	1500	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 100,00
07.03.27.812.1008.1.090	3.3.90.36.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$ 100,00
07.03.27.812.1008.1.090	3.3.90.47.00.00.00	1500	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 20,00
07.03.27.812.1008.1.091	4.4.90.30.00.00.00	1500	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.091	4.4.90.39.00.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.1.344	4.4.90.52.00.00.00	1500	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 100,00
07.03.27.812.1008.2.073	3.1.90.04.00.00.00	1500	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 10,00
07.03.27.812.1008.2.073	3.3.90.33.00.00.00	1500	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 100,00
07.03.27.812.1008.2.073	3.3.90.37.00.00.00	1500	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R$ 2.500,00
08.01.10.301.1003.2.132	3.1.90.04.00.00.00	1621	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 28.895,00
09.01.08.245.1004.1.039	4.4.90.52.00.00.00	1669	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 100,00
09.01.08.245.1004.2.058	3.1.90.11.00.00.00	1669	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 60.000,00
09.01.08.245.1004.2.058	3.3.90.14.00.00.00	1669	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 915,00
09.01.08.245.1004.2.058	3.3.90.30.00.00.00	1669	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.119,82
09.01.08.245.1004.2.058	3.3.90.95.00.00.00	1669	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	R$ 150,00
09.01.08.245.1004.2.143	3.3.90.30.00.00.00	1669	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 535,00
09.01.08.245.1004.2.143	3.3.90.39.00.00.00	1669	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.299,36
09.01.08.245.1004.2.143	3.3.90.47.00.00.00	1669	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 100,00
09.01.08.245.1004.2.143	3.3.90.92.00.00.00	1669	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 10,00

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Gabinete da Prefeita,
Em 23 de setembro de 2025.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Hemelin Lucas Gomes Rodrigues
Código Identificador:40A63586

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I – TERMO DE FOMENTO N° 33/2025

Trata-se de anexo referente ao "TERMO DE FOMENTO 33/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ", conforme o Processo Administrativo nº 1435/2025.

LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ
Santana do Livramento/RS
Fone:(55) 93300.2589
CNPJ:89.422.653/0001–72
Utilidade Pública Municipal Le inº 2.612 de 12/01/1990

PLANO DE TRABALHO

PARTE 1: DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

I. DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC	
Nome da parceria: "ACONCHEGO 2025"	
Nome da OSC: LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ	
Endereço completo: Rua Moisés Viana nº 300, Bairro Hidráulica, Santana do Livramento/RS	
CNPJ: 89.422.653/0001-72	
Site,Rede Social, outros: @lardainfancia_danielalbornoz	
Telefone fixo:	Telefone celular:(55) 93300.2589
E-mail da OSC: lardainfanciadanielalbornoz@gmail.com	

II. DADOS DA CONTA BANCÁRIA DA OSC		
Titular da conta: LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ		
Banco: Banco do Brasil		
Agência: 0035-3		
Conta-Corrente: 62204-7		
III. REPRESENTANTE LEGAL DA PARCERIA		
Nome do(a) representante legal: ANGELA DE DAVID NUNES		
Cargo:Diretora Presidente		
RG: 8030129921	Órgão expedidor: SSP/RS	CPF: 602.382.320-34
Telefone fixo:	Telefone celular:(55) 99999.5004	
E-mail do(a) responsável: angeladedavid@hotmail.com		

IV.DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO:"ACONCHEGO 2025"	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:2 MESES APÓS LIBERAÇÃO DO RECURSO	
INÍCIO: NO RECEBIMENTO DO RECURSO	TÉRMINO:2 MESES APÓS O RECEBIMENTO DO RECURSO

JUSTIFICATIVA:
A vida de crianças institucionalizadas é marcada por rompimentos afetivos, sendo que além da ruptura com o núcleo familiar, outros lutos importantes ocorrem como o rompimento de relacionamento e convívio com outras crianças acolhidas, com as quais construíram um vínculo afetivo, e também com os cuidadores sociais, o que pode ocasionar ou agravar o sentimento de abandono e desproteção.
Devido a toda a complexidade e fragilidade emocional que se encontra a criança do acolhimento institucional, faz-se necessário mencionar a importância do papel da instituição no desenvolvimento dos protegidos, uma vez que ela passa, ainda que de forma passageira, períodos significativos de seu crescimento e infância na entidade.
É imprescindível que a instituição promova um ambiente acolhedor às crianças, que não reproduza as experiências de violência vivenciadas em casa, o que é indispensável para que o processo de reinserção social das mesmas se dê da forma mais saudável (CARVALHO et al 2015).
De acordo com Siqueira & Dell'Aglio (2006), as instituições assumem lugar central na vida das crianças e adolescentes acolhidos, e por este motivo, é necessário investir neste espaço de socialização. Torna-se determinante investir em relações mais estáveis e afetuosas neste ambiente. É necessário que a instituição faça parte da rede de apoio social e afetivo, que forneça recursos de enfrentamentos de situações negativas, além de modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Com tudo isso, o ambiente estará propício para fornecer às crianças e adolescentes acolhidos um pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo (ÁLVARES; LOBATO, 2013, p.154).
A realidade anteriormente vivida por algumas, se não a maioria das crianças, é de ter vivido em um ambiente físico e social bastante empobrecido e desordenado, e a instituição, nestes casos, pode atuar como uma recuperação e crescimento psicológico das crianças envolvidas nestas situações (Bronfenbrenner Apud ÁLVARES; LOBATO, 2013).
Diante do exposto, há de se considerar acerca do importante papel que a instituição de acolhimento desempenha neste momento tão delicado vivenciado pelos infantes, que é considerado um lugar de falta, dor e respectivas perdas. O Educador Social, que lida com a criança diariamente em período integral, desempenha importantíssimo papel para a saúde da criança, "não apenas no ato de alimentar, auxiliar com a higiene, espaço de lazer, mas em todas as necessidades básicas, como proteção, cuidado, carinho e estabelecimento de um vínculo estável" (CARVALHO et al 2015).
Entendendo que nos últimos dois anos a instituição esteve com sua capacidade máxima de vagas preenchidas e em alguns momentos chegou a extrapolar sua lotação sua infra-estrutura física e material foram utilizadas em sua plenitude, portanto é necessário para continuar garantindo um ambiente adequado com segurança conforto e cuidado que bens, móveis e utensílios sejam renovados.
É fundamental ressaltar que uma instituição de acolhimento deve operar ininterruptamente, 24 horas por dia, durante todos os 365 dias do ano. Para garantir a proteção e o bem-estar dos acolhidos, é imperativo que a instituição observe rigorosamente a legislação vigente, incluindo a Nota Técnica
da NOB-SUAS - Orientações Técnicas para o Acolhimento institucional do Sistema Único de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal e demais regulamentações aplicáveis.
Tal conformidade legal não apenas assegura os direitos dos acolhidos, mas também reflete o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES:	
Adquirir equipamentos e material de expediente, para garantir o bom funcionamentoda Instituição; Restaurar brinquedos da pracinha a fim de proporcionar mais segurança aos acolhidos; Apresentação de relatório de execução do objeto e de execução financeira, com descrição dos itens adquiridos,apresentação das notas dos produtos e ainda fotos dos ambientes onde estão os bens adquiridos.	
OBJETIVOS E METAS: Objetivo geral: Que as crianças e adolescentes possam usufruir de um ambiente acolhedor, protetivo e seguro. Adquirir equipamentos e material de expediente para garantir o bom funcionamenrto da instituição; Restaurar brinquedos da pracinha a fim de garantir maior segurança aos acolhidos.	
PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO: Crianças e adolescentes de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos incompletos.	
CONTRAPARTIDA: Contribuição dosAssociados; Contribuição de Voluntários; Convênios: Fundo Municipal de Assistência Social; Projetos: COMDICA; Eventos Sociais e atividades realizadas na instituição.	
VALOR GLOBAL DA PARCERIA: CONFORME ORÇAMENTO ANEXO	

V.MODALIDADE DE APOIO		
Tipo de apoio:	X	Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária nº 199 Vereador Luis Eduardo Reis do Amaral
		Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade:

VI. RECURSOS COMPLEMENTARES		
		Inexistência de recursos complementares
Existência ou ausência de recursos	X	Existência de recursos complementares
complementares:		-Contribuição dosAssociados;Contribuiçãode
		Voluntários;Convênios:FundoMunicipalde
		Assistência Social; Projetos: COMDICA;
		Eventos Sociais e atividades realizadas na
		Instituição

VII. ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)		
	X	1. Ofício do parlamentar (formulário anexo)
	X	2. Plano de Trabalho de Termo de Fomento
	X	3. Cópia do estatuto registrado e suas alterações
	X	4. Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de um ano.
	X	5. Comprovante de endereço de funcionamento da Organização

	X	6. Certidão geral de débitos federal ATUALIZADA
	X	7. Certidão geral de débitos estadual ATUALIZADA
	X	8. Certidão geral de débitos municipal ATUALIZADA
	X	9.Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ATUALIZADO
	X	10. Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre com o disposto no inc. XXXIII do art.7º da Constituição da República;
	X	11. Declaração, sob as penas da Lei, de que não incorre no previsto no art.39 da Lei Federal nº13.019, de 2014;
	X	12. Apresentação de conta bancária especifica para manter e movimentar os recursos
	X	13. A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge,companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na OSC e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
	X	14. A organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto
VIII. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE		
Declaro que:		

[X] A A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art.39 da Lei nº13.019/2014.

[X]A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança
lotado no LAR DA INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ, e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.

[X]A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessárias para realização do objeto.

[X]A Organização respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18anos, e a qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), em cumprimento com o disposto no inc. III, art.7º da Constituição Federal.
Data:28/03/2025

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARCERIA

APRESENTAÇÃO

A parceria consiste em executar o serviço de Acolhimento Institucional conforme normativa descrita na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de2009, SUAS, considerando a demanda e necessidade do municipio de Santana do Livramento. Com a capaciade de oferecer até 20 vagas.

JUSTIFICATIVA

A vida de crianças institucionalizadas é marcada por rompimentos afetivos, sendo que além da ruptura com o núcleo familiar, outros lutos importantes ocorrem como o rompimento de relacionamento e convívio com outras crianças acolhidas, com as quais construíram um vínculo afetivo, e também com os cuidadores sociais, o que pode ocasionar ou agravar o sentimento de abandono e desproteção.
Devido toda a complexidade e fragilidade emocional que se encontra a criança do acolhimento institucional, faz-se necessário mencionar a importância do papel da instituição no desenvolvimento dos protegidos, uma vez que ela passa, ainda que de forma passageira, períodos significativos de seu crescimento e infância na entidade.
É imprescindível que a instituição promova um ambiente acolhedor às crianças, que não reproduza as experiências de violência vivenciadas em casa, o que é indispensável para que o processo de reinserção social das mesmas se dê da forma mais saudável (CARVALHO et al 2015).
De acordo com Siqueira & Dell'Aglio (2006), as instituições assumem lugar central na vida das crianças e adolescentes acolhidos, e por este motivo, é necessário investir neste espaço de socialização. Torna-se

determinante investir em relações mais estáveis e afetuosas neste ambiente. É necessário que a instituição faça parte da rede de apoio social e afetivo, que forneça recursos de enfrentamentos de situações negativas, além de modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Com tudo isso, o ambiente estará propício para fornecer às crianças e adolescentes acolhidos um pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo (ÁLVARES; LOBATO, 2013, p.154).
A realidade anteriormente vivida por algumas, se não a maioria das crianças, é de ter vivido em um ambiente físico e social bastante empobrecido e desordenado, e a instituição, nestes casos, pode atuar como uma recuperação e crescimento psicológico das crianças envolvidas nestas situações (Bronfenbrenner Apud ÁLVARES; LOBATO, 2013).
Diante do exposto, há de se considerar acerca do importante papel que a instituição de acolhimento desempenha neste momento tão delicado vivenciado pelos infantes, que é considerado um lugar de falta, dor e respectivas perdas. O Educador Social, que lida com a criança diariamente em período integral, desempenha importantíssimo papel para a saúde da criança, "não apenas no ato de alimentar, auxiliar com a higiene, espaço de lazer, mas em todas as necessidades básicas, como proteção, cuidado, carinho e estabelecimento de um vínculo estável" (CARVALHO et al 2015).
Entendendo que nos últimos dois anos a instituição esteve com sua capacidade máxima de vagas preenchidas e em alguns momentos chegou a extrapolar sua lotação sua infra-estrutura física e material foram utilizadas em sua plenitude, portanto é necessário para continuar garantindo um ambiente adequado com segurança conforto e cuidado que bens, móveis e utensílios sejam renovados.
É fundamental ressaltar que uma instituição de acolhimento deve operar ininterruptamente, 24 horas por dia, durante todos os 365 dias do ano. Para garantir a proteção e o bem-estar dos acolhidos, é imperativo que a instituição observe rigorosamente a legislação vigente, incluindo a Nota Técnica da NOB-SUAS - Orientações Técnicas para o Acolhimento institucional do Sistema Único de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal e demais regulamentações aplicáveis. Tal conformidade legal não apenas assegura os direitos dos acolhidos, mas também reflete o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O projeto será executado através da aquisição de equipamentos, material de expediente para o bom funcionamento da Instituição e restauração dos brinquedos da pracinha para oferecer mais segurança aos acolhidos. Será realizada a compra no período de até 90 dias após o recebimento do valordoprojeto.
PÚBLICO ALVO: Crianças e Adolescentes de 0 à 18 anos incompletos.

CONTRAPARTIDA

A contrapartida será realizada em conformidade com o orçamento anexado, que inclui a contribuição dos associados, voluntários, convênios estabelecidos, além da captação de recursos por meio de eventos sociais e atividades realizadas na Instituição.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Atividades previstas

Adquirir equipamentos e material de expediente, para garantir o bom funcionamento da Instituição
Renovar equipamentos e brinquedos da pracinha com o objetivo de oferecer mais segurança aos acolhidos;

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Metas da Parceria:
Acolhimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo todos os direitos fundamentais.
Atendimento psicossocial e educativo para100% dos acolhidos.

Manutenção da estrutura física e humana da instituição para suporte adequado às 20 vagas disponíveis,com aquisição de móveis e utensílios proporcionando a melhoria contínua nas condições de acolhimento.

Parâmetros para aferição das metas
Meta 1: O número de crianças acolhidas deverá ser mantido, preenchendo até 20 vagas com acompanhamento contínuo.
Meta 2: Todos os acolhidos devem receber acompanhamento psicológico, médico e pedagógico, com relatórios trimestrais das equipes técnicas.
Indicadores:
Taxa deocupação das vagas: Percentual de ocupação das 20 vagas disponíveis.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O projeto será executado através da aquisição de equipamentos, material de expediente e restauração dos brinquedos da pracinha . Será realizada a compra e a restauração, no período de até 90 dias após o recebimento do valordoprojeto.
PÚBLICO ALVO: Crianças e Adolescentes de 0 à 18 anos incompletos.

CONTRAPARTIDA

A contrapartida será realizada em conformidade com o orçamento anexado, que inclui a contribuição dos associados, voluntários, convênios estabelecidos, além da captação de recursos por meio de eventos sociais e atividades realizadas na Instituição.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Atividades previstas

Adquirir equipamentos e material de expedientepara garantir o bom funcionamento da Instituição
Restaurar brinquedos da pracinha a fim de oferecer maior segurança aos acolhidos.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Metas da Parceria:
Acolhimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo todos os direitos fundamentais.
Atendimento psicossocial e educativo para100% dos acolhidos.
Manutenção da estrutura física e humana da instituição para suporte adequado às 20 vagas disponíveis,com aquisição de móveis e utensílios proporcionando a melhoria contínua nas condições de acolhimento.

Parâmetros para aferição das metas
Meta 1: O número de crianças acolhidas deverá ser mantido, preenchendo até 20 vagas com acompanhamento contínuo.
Meta 2: Todos os acolhidos devem receber acompanhamento psicológico, médico e pedagógico, com relatórios trimestrais das equipes técnicas.
Indicadores:
Taxa deocupação das vagas: Percentual de ocupação das 20 vagas disponíveis.
Número de atendimentos psicossociais realizados: Quantidade de atendimentos realizados por mês.
Indicador de qualidade do acolhimento: Avaliação da satisfação das crianças e adolescentes por meio de observações qualitativas e relatórios da equipe técnica.

QUADRO GERAL

Fase Atualização de orçamentos e aquisição dos equipamentos e material de expediente	**Meta** Aquisição de equipamentos, material de expediente e rastauração de brinquedos da pracinha	**Indicadores** Utilização conforme justificativas

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma a seguir descreve os períodos de realização das principais ações:

Etapa	Ação	Duração	Previsão de início	Previsão de término
Manutenção Operacional	aquisição de equipamentos, material de expediente e rastauração de brinquedos da pracinha	2 meses após o recebimento do recurso	No recebimento do recurso	2 meses após o recebimento do recurso

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantida de	Unidadede medida demedida	Valor unitário	Valor total
	Material Permanente				
01	Impressora Multifuncional Tanque de Tinta	01	Un	1.439,10	1.439,10
02	Caixa de som portátil	02	Un	309,90	619,80
03	Telefone celular	01	Un	1.828,00	1.828,00
04	Forno Elétrico	01	un	726,00	726,00
05	Fritadeira Elétrica	02	Un	539,10	1.078,20
06	Notebook	01	Un	1.799,10	1.799,10
07	TV 55”	01	Un	2.593,77	2.593,77
	Balança para cozinha				

08		02	Un	530,56	1.061,12
09	Datashow	01	Un	749,90	749,90
10	Aquecedor a óleo Mondial	03	Un	449,91	1.349,73
11	Calculadora com bobina	01	Un	485,00	485,00
12	Roçadeira gasolina	02	Un	547,19	1.094,38
	Total				**14.824,10**
**	**Frete**				**183,70**
	Material de expediente				
01	Fita adesiva transparente larga	10	Rolo	7,90	79,90
02	Fita adesiva transparente média	10	rolo	4,00	40,00
03	Suporte para fita adesiva	02	Un	29,90	59,80
04	Folha A4 pacote com 500 fl	30	Pacote	26,00	780,00
05	Folha 180 gr pacote com 50 fl	10	Pacote	14,85	148,50
06	Grampeador	03	un	24,75	74,25
07	Tesoura grande	06	Un	17,00	102,00
08	Fita para calculadora CASIO	02	Un	14,90	29,80
09	Pasta plástica transparente com elástico 2cm	20	Un	5,60	112,00
10	Pasta plástica transparente com elástico 4cm	20	Un	7,50	150,00
11	Envelope para correspondência - craft A4	100	Un	0,60	60,00
12	Envelope para correspondência - craft ofício	100	Un	0,65	65,00
13	Envelope para correspondência - craft meio ofício	100	un	0,40	40,00
14	Pasta suspensa	100	Un	4,50	450,00
15	Livro de ata 200 folhas	06	un	35,90	215,40
					2.406,65
01	Tinta para impressora	03	Conjunto	106,06	**318,18**
01	**Restauração de brinquedos pracinha**				**2.460,00**
	TOTAL				**20.192,63**
	VALOR EMENDA				**20.000,00**
	CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO				**192,63**

JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS ITENS, RENOVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA PRACINHA

Seguem, abaixo, as justificativas individualizadas

Impressora Multifuncional Situação: Aquisição Justificativa:
Será destinada exclusivamente ao uso da equipe técnica. Atualmente, o equipamento existente é compartilhado com o setor educacional (Escolinha Olga Albornoz) e com os setores de gestão, coordenação e projetos, o que prejudica a agilidade e a organização dos serviços. A multifuncional é essencial para a impressão de relatórios, documentos, Planos Individuais de Atendimento (PIAs), documentos destinados ao Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e órgãos de controle, garantindo eficiência e qualidade nos registros administrativos.

Caixa de Som Portátil Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Necessária para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, rodas de conversa, oficinas culturais e recreativas, momentos de integração, apresentações artísticas e outras atividades coletivas. O equipamento contribui para a promoção da convivência comunitária, expressão cultural e lazer, alinhando- se às metas de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos.

Telefone Celular Situação: Aquisição Justificativa:
O telefone atualmente em uso é destinado exclusivamente a contatos emergenciais, plantões e comunicação com órgãos da rede (Conselho Tutelar, CREAS, Judiciário, familiares, profissionais externos) e para o acompanhamento dos acolhidos em atendimentos externos. A aquisição do novo aparelho destina-se ao uso exclusivo dos acolhidos, permitindo-lhes realizar videochamadas, enviar mensagens via aplicativos ou redes sociais para suas famílias e amigos, sempre sob monitoramento da equipe técnica e educadoras sociais, garantindo segurança e preservação dos vínculos familiares e comunitários.

Forno Elétrico Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Será utilizado em oficinas de culinária e no curso “Saberes e Sabores”, que integra o programa de capacitação para a vida independente oferecido pela instituição. Também atenderá à preparação de pequenas refeições e lanches, sem necessidade do uso constante do fogão a gás, proporcionando maior segurança e praticidade no preparo dos alimentos. O equipamento está vinculado às metas de desenvolvimento de habilidades para autonomia dos adolescentes.

Fritadeira Elétrica (02 unidades) Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Destinada ao preparo de alimentos de forma mais saudável e segura, evitando frituras em óleo. As duas unidades atenderão, respectivamente, a cozinha central, o Curso “Saberes e Sabores” e as oficinas culinárias realizadas com os acolhidos, alinhando-se às ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis, oficinas pedagógicas e atividades voltadas à autonomia e à convivência familiar e comunitária.

Notebook Situação: Substituição Justificativa:

O equipamento atual está lento e inadequado para operar sistemas essenciais da instituição, como prontuários, relatórios, sistemas de prestação de contas, entre outros. A aquisição de um novo notebook permitirá maior agilidade na elaboração de documentos, relatórios e registros exigidos pelos órgãos de controle e parceiros, além de viabilizar o trabalho remoto, quando necessário.
Destino do equipamento antigo: Encaminhamento para descarte ou doação, caso esteja em condições de uso.

TV 55”
Situação: Aquisição Justificativa:
Destinada ao Setor de Educação – Escolinha Olga Albornoz, para promover momentos de lazer, sessões de cinema, transmissões de eventos culturais e educativos. A TV contribuirá para ações de recreação, integração grupal, oficinas temáticas e acompanhamento de conteúdos pedagógicos, fundamentais para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, alinhando-se às metas de promoção do direito ao lazer e à cultura.

Balança para Cozinha Situação: Aquisição inédita Justificativa:
Indispensável para precisão no preparo das refeições, controle de porções e elaboração de cardápios balanceados, aspectos cruciais no contexto do acolhimento institucional, que exige atenção às necessidades nutricionais específicas das crianças e adolescentes. Contribui para metas relacionadas à promoção da saúde e segurança alimentar.
Datashow Situação: Substituição Justificativa:
O equipamento atual encontra-se obsoleto, apresentando falhas que inviabilizam o uso e não possuem reparo viável. O datashow é essencial para formações internas, reuniões de equipe, capacitação dos colaboradores, além de atividades pedagógicas, educativas e apresentações destinadas aos acolhidos. Vincula-se às metas de qualificação do serviço e às ações pedagógicas do acolhimento.
Destino do equipamento antigo: Descarte ambientalmente adequado ou avaliação para possível doação.

Aquecedor a óleo
Situação: Aquisição inédita
Justificativa: Necessário para o aquecimento dos ambientes como salão de recreação, refeitório e banheiros, especialmente nos períodos de baixas temperaturas. O aquecedor a óleo proporciona calor de forma segura, sem emissão de fumaça ou cheiro, contribuindo para o conforto e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos, prevenindo problemas de saúde associados ao frio, como doenças respiratórias. Está vinculado à meta de garantir condições dignas de habitabilidade e bem-estar no acolhimento institucional.

Obs.: Foi acrescentado o aquecedor no lugar do ítem 10 – Fritadeira Elétrica, erroneamente duplicada na planilha orçamentária.

Calculadora com Bobina Situação: Aquisição Justificativa:
Necessária para registros e conferências financeiras, prestação de contas e cálculos volumosos relacionados à gestão administrativa da instituição. Sua aquisição está vinculada à meta de eficiência e transparência na administração financeira.
Roçadeira a Gasolina (2 unidades) Situação: Aquisição inédita Justificativa:
A instituição possui área externa extensa, exigindo manutenção periódica dos gramados para garantir segurança, higiene e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. A aquisição de duas unidades justifica- se pela grande área a ser atendida e para assegurar a continuidade dos serviços caso um dos equipamentos necessite de manutenção. Vincula-se às metas de cuidado com o ambiente institucional, prevenindo riscos de acidentes e a presença de animais peçonhentos. Anexo: fotos do terreno e planta com a metragem total da área da instituição.

**** Frete**
Situação: Aquisição vinculada às compras Justificativa:
Refere-se ao custo do transporte e entrega dos materiais adquiridos, fundamental para garantir que os itens cheguem em segurança à instituição. Está diretamente vinculado às aquisições descritas e é imprescindível para a execução das metas do Plano de Trabalho.

A restauração da pracinha, a ser realizada pela empresa JULIANA CAPILHEIRA RODRIGUES, CNPJ 39.249.1490/0001-10, é um medida muito impoortante. Com o CNPJ mencionado e a experiencia prévia na confecção dos brinquedos – adquiridos com os recursos da Nota Fiscal Gaúcha – será possivel transformar a pracinha em um espaço que não apenas oferece diversão, mas também reflete o cuidado e a atenção que as crianças e adolescentes realmente merecem.
Resssalta-se que não foram encontrados outros profissionais que oferecem o serviço. O CNPJ mencionado é a única empresa no município de Santana do Livramento que oferece manutenção, restauração e venda dos produtos.

PAGAMENTOS EM ESPÉCIE
Não serão feitos

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantida de	Unidadede medida demedida	Valor unitário	Valor total
	Material Permanente				
01	Impressora Multifuncional Tanque de Tinta	01	Un	1.439,10	1.439,10
02	Caixa de som portátil	02	Un	309,90	619,80
03	Telefone celular	01	Un	1.828,00	1.828,00
04	Forno Elétrico	01	un	726,00	726,00
05	Fritadeira Elétrica	02	Un	539,10	1.078,20
06	Notebook	01	Un	1.799,10	1.799,10
07	TV 55”	01	Un	2.593,77	2.593,77
08	Balança para cozinha	02	Un	530,56	1.061,12
09	Datashow	01	Un	749,90	749,90
10	Aquecedor a óleo Mondial	03	Un	449,91	1.349,73

11	Calculadora com bobina	01	Un	485,00	485,00
12	Roçadeira gasolina	02	Un	547,19	1.094,38
	TOTAL				**14.824,10**
**	**Frete**				**183,70**
	Material de expediente				
01	Fita adesiva transparente larga	10	Rolo	7,90	79,90
02	Fita adesiva transparente média	10	rolo	4,00	40,00
03	Suporte para fita adesiva	02	Un	29,90	59,80
04	Folha A4 pacote com 500 fl	30	Pacote	26,00	780,00
05	Folha 180 gr pacote com 50 fl	10	Pacote	14,85	148,50
06	Grampeador	03	un	24,75	74,25
07	Tesoura grande	06	Un	17,00	102,00
08	Fita para calculadora CASIO	02	Un	14,90	29,80
09	Pasta plástica transparente com elástico 2cm	20	Un	5,60	112,00
10	Pasta plástica transparente com elástico 4cm	20	Un	7,50	150,00
11	Envelope para correspondência - craft A4	100	Un	0,60	60,00
12	Envelope para correspondência - craft ofício	100	Un	0,65	65,00
13	Envelope para correspondência - craft meio ofício	100	un	0,40	40,00
14	Pasta suspensa	100	Un	4,50	450,00
15	Livro de ata 200 folhas	06	un	35,90	215,40
	TOTAL				**2.406,65**
01	Tinta para impressora	03	Conjunto	106,06	**318,18**
01	**Restauração de brinquedos pracinha**				**2.460,00**
	TOTAL				**20.192,63**
	VALOR EMENDA				**20.000,00**
	CONTRAPARTIDA INSTITUIÇÃO				**192,63**

II. EQUIPE DE TRABALHO

ANEXOS
[x] EQUIPE DE TRABALHO (OBRIGATÓRIO) ANEXO I
[ ]PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPLEMENTARES (SE HOUVER)
[ ] OUTROS (especificar):
Santana do Livramento, 11 de julho de 2025.

Presidente

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:76CFE1DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2025 - EDITAL N° 1/2025

A Sra. Ana Luiza Moura Tarouco, Prefeita Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, no uso das atribuições legais, torna público que estarão abertas, a contar da data de publicação do Edital de Abertura, as inscrições para realização de Concurso Público que será executado mediante a coordenação técnico-administrativa da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC e destinado ao provimento de cargo público e formação de Cadastro Reserva (CR), com ingresso pelo regime jurídico-administrativo estatutário, o qual reger-se-á pelas legislações: Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.260/1990 (Estatuto dos Servidores Municipais), a Lei Municipal nº 8.356/2025 (cria a Guarda Civil Municipal e dá outras providências) e demais normas vigentes pertinentes ao quadro de cargos referido neste Concurso, além do estatuído nesse Edital de Abertura.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O Concurso Público será composto por 6 (seis) fases eliminatórias, descritas a seguir:
Fase I – Prova Teórico-Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
Fase II - Teste de Aptidão Física, de caráter eliminatório e classificatório, para os candidatos classificados na Prova Teórico-Objetiva;
Fase III - Avaliação Psicológica e Mental, de caráter eliminatório, para os candidatos aprovados no Teste de Aptidão Física;
Fase IV – Sindicância de Vida Pregressa e Investigação Social, incluindo a apresentação do Exame Toxicológico, de caráter eliminatório, para os candidatos Indicados na Avaliação Psicológica e Mental;
Fase V – Avaliação Psicológica para Obtenção de Porte de Armas em Serviço, de caráter eliminatório, para os candidatos aptos na Sindicância de Vida Pregressa e Investigação Social;

Fase VI – Curso de Formação de Guarda Civil Municipal, de caráter eliminatório, para os candidatos aptos em todas as fases anteriores.
Este Concurso Público observará o disposto na legislação vigente quanto à reserva de vagas, assegurando a participação de **Pessoas com Deficiência**, de **Pessoas Negras** e **integrantes dos Povos Indígenas** e de **candidatas do Gênero Feminino**, nos termos das Leis Municipais nº 8.184 e nº 8.183/2023, da Lei Municipal nº 8.356/2025 e demais normativos aplicáveis.
Os candidatos que se autodeclararem para concorrer às vagas reservadas participarão do certame em igualdade de condições, sendo classificados tanto na lista da cota a que concorrem quanto na lista de Ampla Concorrência, conforme o desempenho obtido, respeitando-se os critérios de inclusão, equidade e isonomia.

DO QUADRO DEMONSTRATIVO

1.1.1. Quadro demonstrativo:

Cód.	Cargo	Escolaridade exigida e outros requisitos	Total de Vagas e/ou CR	Vagas Pessoas Negras - PN (20%)	Vagas Gênero Feminino - FEM (10%)	Vagas Pessoas com Deficiência - PcD (5%)	Vagas Pessoas Índigenas - PI (5%)
01	Guarda Civil Municipal	Ensino Médio Completo, CNH categoria mínima AB e idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e máxima de 35 (trinta e cinco) anos no ato da inscrição no concurso público	30+CR	06	03	02	02

1.1.2. Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais.
1.1.3. Vencimento Básico: R$ 2.855,92
1.1.4. Atribuições: A proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; patrulhamento preventivo; compromisso com a evolução social da comunidade; e uso progressivo da força.
1.1.5. Condições de Trabalho:
a) serviço de expediente/externo em formato de escala de serviço distribuída nos 07 (sete) dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, com possibilidade de regime de escala de serviço, a depender da demanda;
b) submeter-se a programa de treinamento e aperfeiçoamento para o adequado desempenho de suas atribuições; e
c) uso de uniforme padronizado e de equipamentos necessários ao adequado desempenho de suas atribuições, bem como sujeito a exercer atividades na intempérie e em horário noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, bem como se sujeitar a plantões. Contato permanente com o público.

1.2. DOS BENEFÍCIOS

1.2.1. Vale-Alimentação no valor de R$ 678,73.
1.2.2. Plano de Assistência Saúde através do SISPREM.
1.2.3. Plano de Previdência Social através do SISPREM.
1.2.4. Adicional de risco à vida, em percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do menor padrão de vencimento do quadro de servidores do Município (que, atualmente, corresponde ao valor de R$ 471,75), nos termos do Capítulo VIII da Lei Municipal nº 8.356/2025.
1.2.5. Durante a realização do Curso de Formação o candidato será designado na condição de "Aluno Guarda Civil Municipal" e receberá do Município, no período em que estiver frequentando regularmente o curso, exclusivamente, auxílio financeiro, a título de ajuda de custo, correspondente à 60% da remuneração prevista para o cargo, sem incidência de qualquer adicional, nos termos da Lei Municipal nº 8.356/2025.

2. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

2.1. DAS VAGAS E DA FORMAÇÃO DE CADASTRO

2.1.1. Os candidatos aprovados serão chamados para preenchimento das vagas anunciadas neste Edital, segundo as necessidades do Município de Sant'Ana do Livramento/RS. Os demais candidatos aprovados formarão um cadastro reserva cuja nomeação estará condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas no prazo de validade deste Concurso Público.
2.1.2. O preenchimento das vagas e a utilização do cadastro reserva obedecerão, rigorosamente, à ordem de classificação final publicada no Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso Público, respeitado o preenchimento das vagas por Ampla Concorrência, por cota de Pessoa com Deficiência, Pessoas Negras, Pessoas integrantes de Povos Indígenas e candidatas do Gênero Feminino.
2.1.3. Os candidatos optantes pelas vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

2.2. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

2.2.1. É assegurado às Pessoas com Deficiência 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das futuras que virem a surgir, a serem criadas dentro do prazo de validade do concurso, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do cargo pretendido e a deficiência que possuem, de acordo com o Decreto Federal n° 9.508/2018 e a Lei Municipal nº 8.184/2023.
2.2.1.1. Na hipótese de o quantitativo a que se refere o item 2.2.1, resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
2.2.1.2. O percentual mínimo de reserva será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro reserva.
2.2.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.
2.2.2.1. Considera-se, para os efeitos deste concurso, Pessoa com Deficiência, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas categorias definidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004 e demais atualizações, Lei Federal nº 12.764/12, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.368/14, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui.
2.2.3. Somente serão homologadas as inscrições dos candidatos que apresentem documentos caracterizadores da deficiência; e de deficiências adquiridas e/ou diagnosticadas antes da publicação deste editaldeabertura.
2.2.3.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, durante o no prazo determinado no Cronograma de Execução, o candidato deverá:
a) no ato da solicitação de inscrição, declarar-se Pessoa com Deficiência e informar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;
b) enviar, via upload, na forma do subitem 2.2.5 deste edital, a imagem legível de documentação caracterizadora da deficiência emitido por profissional habilitado, que atue na área da deficiência do candidato.
2.2.4. São documentos caracterizadores da deficiência:
a) atestados/ Laudos Médicos, com a descrição e número do CID de enquadramento da deficiência;
b) relatórios ou pareceres (laudos caracterizadores) emitidos por profissional de saúde devidamente habilitado, com a descrição e número do CID de enquadramento da deficiência;
2.2.4.1. O documento caracterizador da deficiência deverá conter, conforme o modelo do Anexo III:
a data de expedição;

a assinatura do profissional de saúde de nível superior e número de inscrição no conselho regional de fiscalização da profissão correspondente, devidamente habilitado;
O grau e nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.
A identificação do tipo da deficiência e a descrição detalhada das alterações físicas, sensoriais, intelectuais e mentais e as interferências funcionais delas decorrentes.
d.1) Quando se tratar de deficiência física, o documento caracterizador da deficiência deverá conter uma descrição detalhada dos impedimentos físicos, que descreva as alterações anatômicas e(ou) funcionais e especifique as limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como por exemplo, uso de próteses e(ou) órteses. A seu critério, poderão ser encaminhadas fotos, com o objetivo de esclarecer /clarificar as alterações físicas, que serão utilizadas apenas para a finalidade de análise para concorrer às cotas.
d.2) quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além o documento caracterizador da deficiência, exame audiométrico – audiometria (original ou cópia autenticada em cartório). Caso o candidato utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria, sem e com AASI.
d.3) quando se tratar de deficiência visual, o documento caracterizador da deficiência deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.
d.4) para candidatos com TEA é necessário que apresente relatório contendo o grau de suporte, a reciprocidade social; a qualidade das relações interpessoais; e a presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.
2.2.4.2. A documentação caracterizadora da deficiência deverá ter sido emitida nos últimos **36 (trinta e seis meses)** contados da data de publicação deste, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou das pessoas candidatas com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.
2.2.4.2.1. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente ou de pessoas com TEA, a validade por prazo indeterminado, não sendo considerada a data de emissão, desde que o documento seja legível e que contenha a caracterização da deficiência, a identificação do candidato e ateste a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações, conforme Lei Federal nº 13.146/2015.
2.2.4.3. A Pessoa com Deficiência que não declarar sua condição por ocasião da inscrição não poderá invocá-la futuramente em seu favor.
2.2.4.4. Não serão aceitos documentos comprobatórios emitidos pelo próprio candidato, quando este possuir a formação para tal finalidade.
2.2.5. Para o envio do documento caracterizador da deficiência, os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:
acessar o site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, onde estará disponível o link para entrega "Formulário Online - Documentos Comprobatórios de Candidatos às vagas PcD e Atendimentos Especiais para as provas", para upload dos documentos digitalizados para avaliação.
encaminhar documentos com tamanho máximo de 5 Megabytes e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
2.2.5.1. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados entre o primeiro dia de inscrição até às 17 (dezessete) horas do último dia, conforme previsto no Cronograma de Execução.
2.2.6. A inobservância do disposto no subitem 2.2.5 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição.
2.2.6.1. Não serão aceitos documentos comprobatórios que:
não forem enviados conforme estabelecido neste Edital;
estiverem em arquivos corrompidos;
forem emitidos fora do prazo determinado;
forem entregues intempestivamente;
forem apresentados ilegíveis e/ou com rasuras;
estiverem em desacordo com o Edital de Abertura.
2.2.6.2. No período de recursos, NÃO serão aceitos:
reenvio de arquivos corrompidos;
envio de documentos que não forem entregues pelo candidato no período determinado, conforme Cronograma de Execução, seja qual for o motivo alegado.
2.2.6.3. No período de homologação das inscrições, os documentos comprobatórios serão avaliados quanto as exigências estruturais, administrativas e de acordo com as deficiências constantes nas legislações especificadas no item 2.2.2, tendo em vista que os candidatos que se declararam como Pessoas com Deficiência, serão submetidos à Perícia Médica para avaliação, composta por equipe multiprofissional, de responsabilidade conforme estabelecido no item 2.2.12, que emitirá parecer conclusivo sobre o enquadramento ou não da sua deficiência à luz da legislação e sobre a compatibilidade das atribuições da área para o qual concorre.
2.2.6.3.1. O candidato deverá verificar previamente a compatibilidade das suas capacidades físicas com as atribuições do cargo pretendido a serem exercidas.
2.2.6.4. Os documentos comprobatórios terão valor somente para este Concurso Público, não sendo devolvidos aos candidatos.
2.2.7. As Pessoas com Deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais concorrentes, em todas as etapas previstas, no que se refere ao conteúdo, aos critérios de aprovação, a data, o horário e a duração das provas, inclusive no que se refere a realização do Teste de Aptidão Física (exceto nos casos que solicitem tempo adicional para as provas escritas, conforme disposto neste Edital).
2.2.7.1. Caso o candidato com deficiência necessite de atendimento especial para a realização das provas escritas, este deverá formalizar o pedido por meio da ficha online de inscrição, informando o atendimento necessário, e seguir o procedimento descrito no item 4 - DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA O DIA DE REALIZAÇÃO DA PROVA.
2.2.8. O grau de deficiência do candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.
2.2.8.1. É de responsabilidade do candidato com deficiência atentar para a necessidade de adaptações em todas as etapas do certame, bem como para o pleno atendimento das atribuições exigidas para o cargo. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, solicitações de dispensa das provas previstas neste edital em função de incompatibilidade com a deficiência que o candidato declarar possuir.
2.2.9. Os candidatos que tiverem suas inscrições homologadas como Pessoa com Deficiência e forem classificados, além de figurarem na lista geral de classificação, caso obtenham a pontuação e/ou classificação mínima exigida para aprovação, terão seus nomes publicados em relação à parte, constando em ambas as listas: Ampla Concorrência e Pessoas com Deficiência, ou na lista de outras cotas, se for o caso.
2.2.10. A observância do percentual de vagas reservadas às Pessoas com Deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público.
2.2.10.1. Após o preenchimento do total de vagas imediatas oferecidas neste Edital, por cargo, a reserva será preenchida na medida em que forem ampliadas as vagas, durante o prazo de validade.
2.2.11. Não ocorrendo aprovação de candidatos na condição de Pessoa com Deficiência em número suficiente ao preenchimento das vagas a eles disponibilizadas, estas serão revertidas para Ampla Concorrência, conservada a ordem geral de classificação.
2.2.12. DA PERÍCIA MÉDICA

2.2.12.1. Antes da Homologação do Resultado Final, em data a ser estabelecida no Cronograma de Execução, as Pessoas com Deficiência submeter-se-ão à Perícia Médica, que terá decisão a qualificação do candidato como Pessoa com Deficiência ou não, e a compatibilidade do grau da deficiência com relação às atribuições do cargo pleiteado, conforme prevê o artigo 18 do Decreto nº 44.300/2006, com a redação dada pelo Decreto n.º 46.656 2009, e a Lei Municipal nº 2.620/1990.
2.2.12.2. A avaliação do candidato para concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência será realizada com base na análise dos documentos comprobatórios apresentados no momento da inscrição, podendo, a critério da Comissão Especial, ser solicitada documentação complementar e/ou realizada análise presencial, exclusivamente para esclarecer dúvidas relacionadas às informações constantes nos pareceres já apresentados.
2.2.12.3. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagens e certidões, referentes à confirmação como Pessoas com Deficiência em procedimentos realizados em outros Processos Seletivos.
2.2.12.4. Ao término do processo de avaliação realizada pela Comissão Especial, será emitido um parecer conclusivo.
2.2.12.5. Caso a avaliação conclua pelo não enquadramento como Pessoa com Deficiência, o candidato passará a concorrer apenas pela ordem de classificação da lista por Ampla Concorrência e/ou de outras cotas se assim se inscrever e atender aos critérios estabelecidos.
2.2.12.6. Caso a avaliação da Comissão Especial conclua pela incompatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições essenciais do emprego, o candidato será eliminado do Concurso Público.
2.2.12.7. Essa avaliação terá como finalidade exclusiva verificar a adequação do parecer apresentado quanto ao tipo de deficiência declarada e seu enquadramento na legislação vigente, não incluindo eventuais recursos de acessibilidade e adaptação para exercício do cargo.
2.2.12.7.1. As adaptações e o fornecimento de tecnologias assistivas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida para o candidato aprovado, após a sua admissão/posse, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.
2.2.12.8. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.
2.2.12.9. Na hipótese de constatação, pelos órgãos competentes, de fraude ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, respeitados o contraditório e a ampla defesa:
I - caso o certame ainda esteja em andamento, a pessoa será eliminada; ou
II - caso a pessoa já tenha sido nomeada, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.3. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS (PN e PI)
2.3.1. Em conformidade com a Lei Municipal nº 8.183/2023, fica assegurada a Pessoa Negra o percentual de 20% (vinte por cento) e a Pessoa integrante dos Povos Indígenas o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste certame, bem como das que vierem a surgir no decorrer da validade deste Concurso Público.
2.3.1.1. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros e a indígenas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
2.3.1.2. As Pessoas Negras e Indígenas poderão concorrer, simultaneamente, às vagas reservadas a outros grupos, desde que atendam cumulativamente aos requisitos exigidos para cada modalidade de reserva, e às vagas destinadas à Ampla Concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
2.3.1.3. Conforme art. 2º da Lei Municipal nº 8.183/2023, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros e indígenas aqueles que se autodeclararem pretas, pardas ou indígenas no ato da inscrição no Concurso Público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
2.3.2. Para concorrer às vagas reservadas a Pessoas Negras e Indígenas, o candidato deverá se autodeclarar no momento da inscrição no Concurso Público, assinalando que deseja concorrer à reserva de vaga para este fim.
2.3.3. As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e ficarão nos registros cadastrais de ingresso.
2.3.3.1. Os candidatos que não declararem essa condição, por ocasião da inscrição, não poderão, posteriormente, interpor recurso em favor da sua situação.
2.3.4. A desistência de concorrer pelo sistema de reserva de vagas poderá ser solicitada pelo candidato, exclusivamente, durante o período de Recursos da Homologação Preliminar das Inscrições.
2.3.5. Os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito à data, ao horário, à duração, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção, aos critérios de aprovação e à avaliação das provas.
2.3.6. As Pessoas Negras e Indígenas aprovadas dentro do número de vagas oferecido para Ampla Concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
2.3.7. As Pessoas Negras e Indígenas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em Ampla Concorrência deverão figurar tanto na lista de classificados dentro das vagas reservadas, quanto na lista de classificados da Ampla Concorrência.
2.3.8. O disposto no item 2.3.7 somente se aplica à pessoa optante pela reserva de vagas que tiver obtido a pontuação mínima para aprovação em cada fase do certame, nos termos deste Edital.
2.3.9. Os candidatos inscritos e aprovados, com o resultado final homologado pela cota de Pessoa Negra e Indígena, além de figurarem na lista de Ampla Concorrência, se for o caso, terão seus nomes publicados em relação à parte, com ordenamento da classificação obtida pelas cotas de Pessoas Negras e Indígenas.
2.3.10. Os candidatos que figurarem na lista de classificação final homologada pela ampla concorrência e pelas cotas de Pessoa Negra e Indígena serão nomeados uma única vez, conforme a melhor classificação obtida.
2.3.11. A observância dos percentuais de vagas reservadas às Pessoas Negras e Indígenas dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público.
2.3.12. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, esta será ocupada pela Pessoa Negra ou Indígena aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
2.3.12.1. Na hipótese da não existência ou de término do cadastro de aprovados pelas cotas de Pessoas Negras e Indígenas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a respectiva ordem de classificação.
2.3.13. A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade, terá validade somente para este Concurso Público e será confirmada mediante procedimento de verificação das autodeclarações.
2.3.13.1. Nos casos de dúvida razoável quanto ao fenótipo declarado, prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração, conforme apurado pela Comissão de Verificação.
2.3.13.2 Serão convocados os candidatos que se autodeclararam como Pessoa Preta, Parda ou Indígena para realização da Verificação da Veracidade da Autodeclaração.
2.3.13.3. Não haverá convocação suplementar, caso ocorra o não enquadramento de algum candidato nas cotas.
2.3.14. Do Procedimento de Verificação das Autodeclarações de Pretos, Pardos ou Indígenas

I) CANDIDATOS QUE SE AUTODECLARARAM PESSOAS PRETAS E PARDAS:
I.1) Na Verificação das Autodeclarações serão observados os seguintes aspectos:
a) **Cadastro na Ficha de Inscrição:** informação prestada na ficha de inscrição quanto à condição de Pessoa Negra ou Indígena;
b) **Entrega Documental:** a autodeclaração assinada e entregue pelo candidato no momento do ato da convocação para confirmação da autodeclaração, ratificando sua condição de Pessoa Preta ou Parda, indicada na ficha de inscrição, conforme Anexo IV deste Edital;
c) **Procedimento Online:** análise do fenótipo, que será verificado por meio de entrevista on-line, exclusivamente para os candidatos que se autodeclararam negros.
I.2) Na etapa referente a **Entrega Documental** (anexação de documentos para a Verificação das Autodeclarações), o candidato que concorrer às vagas de negros deverá anexar:
a) autodeclaração assinada pelo candidato a próprio punho, ratificando sua condição de Pessoa Negra, indicada na ficha de inscrição, conforme Anexo IV deste Edital.
b) 03 (três) fotos diferentes e individuais recentes (com, no máximo, 5MB), conforme segue:
Foto 01 - frontal do rosto com semblante sério,
Foto 02 - frontal do rosto sorrindo,
Foto 03 - do rosto de perfil (de lado).
b.1) Em todas as fotos, o candidato deverá estar segurando o seu documento oficial, com a parte de identificação ao lado do rosto, de modo que possa ser visto as unhas do candidato, sem tampar qualquer parte do rosto;
b.2) As fotos devem estar com boa iluminação, fundo branco e sem filtro de edição;
b.3) Os candidatos devem estar sem maquiagem no rosto, com cabelos soltos, sem nenhum tipo de trança e as unhas das mãos não devem estar pintadas;
b.4) Nas fotos não é permitido ao candidato o uso de adereços, de óculos escuros, de chapéus, bonés e de maquiagem.
I.3) Para o envio do documento comprobatório os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:
a) Acessar o site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, onde estará disponível o link para entrega
"**Formulário Online – Documento para a Verificação das Autodeclarações**", para upload dos documentos escaneados para avaliação, na data que consta no Cronograma de Execução, Anexo II. Os arquivos deverão ser enviados em formato digital com tamanho máximo de 5 (cinco) Megabytes, nas extensões JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
b) Após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
I.4) Os documentos deverão ser postados até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo, conforme Cronograma de Execução.
I.5) Referente ao **Procedimento Online**, o candidato será convocado para avaliação online, conforme data informada no Cronograma de Execução, cujo procedimento será filmado
I.6) Considera-se Procedimento de Verificação a identificação, por terceiros, da condição autodeclarada.
I.7) A avaliação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato, quando autodeclarado como preto ou pardo.
I.8) Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do Procedimento de Verificação das Autodeclarações.
I.9). O conceito de fenótipo está relacionado com as características externas, morfológicas, fisiológicas dos indivíduos, ou seja, o fenótipo determina a aparência do indivíduo (em sua maioria, aspectos visíveis), resultante da interação do meio e de seu conjunto de genes (genótipo).
I.10) No caso da avaliação no Procedimento de Verificação das Autodeclarações, a Comissão Especial averiguará a presença de traços físicos negroides (como: cor de pele, características da face e textura do cabelo) que demonstrem a percepção social sobre o candidato preto ou pardo.
I.11) Não serão considerados, para os fins do procedimento de avaliação, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de verificação realizados em certames federais, estaduais, distritais e municipais ou em processos seletivos de qualquer natureza. Tampouco serão aceitos laudos dermatológicos referente à classificação de pele tipo Fitzpatrick.
I.12) Não serão considerados e analisados documentos que não pertencerem ao candidato.
I.13) Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade, em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos. Bem como, a constituição genética e o parentesco do candidato.
I.14) É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização do Procedimento de Verificação das Autodeclarações e o comparecimento na data e horário determinados.
I.15) O Procedimento de Verificação das Autodeclarações será registrado e filmado, e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos contra a decisão da Comissão.
2.3.14.1. Os candidatos que não encaminharem a documentação e/ou não comparecerem ao Procedimento de Verificação conforme exposto no edital, perderão o direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos Negros, passando a concorrer apenas às vagas de ampla concorrência.
2.3.14.2. O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de verificação concorrerá apenas pela ordem de classificação da lista de ampla concorrência.
II) CANDIDATOS QUE SE AUTODECLARARAM PESSOAS INTEGRANTES DOS POVOS INDÍGENAS:
a) A condição de indígena do candidato que assim se autodeclare deverá ser confirmada mediante apresentação, de ao menos um dos seguintes documentos:
a.1) Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, 03 (três) lideranças reconhecidas, conforme Anexo V;
a.2) Certidão emitida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI que ateste sua condição; ou
a.3) Documento civil ou certidão de nascimento contendo informações sobre sua etnia.
a.4) Serão aceitos outros documentos oficiais que confirmem o pertencimento étnico do candidato, devidamente assinados e/ou com a possibilidade de autenticação eletrônica, tais como:
- comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
- documentos expedidos por escolas indígenas;
- documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
- documentos expedidos por órgão de assistência social;
- documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
- documentos de natureza previdenciária.
b) Para o envio do documento, o candidato deverá acessar o site da Fundatec www.fundatec.org.br, onde estará disponível o link para entrega "Formulário Online – Documento Condição de Indígena - Pessoas integrantes dos povos indígenas", para upload dos documentos digitalizados para avaliação. Os arquivos deverão ser enviados em formato digital com tamanho máximo de 5 (cinco) Megabytes, nas extensões JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.

b.1) O documento deverá ser postado até as 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo informado no Anexo II - Cronograma de Execução.
c) Não serão aceitos documentos que não forem enviados conforme estabelecido neste Edital, que estiverem em arquivos corrompidos ou forem ilegíveis ou apresentarem rasuras.
d) A documentação comprobatória será analisada por Comissão de Verificação.
e) Os candidatos que não encaminharem a documentação ou não for confirmada, conforme exposto no edital, perderão o direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos Indígenas, passando a concorrer apenas às vagas de ampla concorrência.

2.3.15. Dos Resultados

2.3.15.1. O Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação das Autodeclarações será publicado conforme Cronograma de Execução.
2.3.15.2. Haverá prazo para interposição de recurso contra o Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação das Autodeclarações.
2.3.15.3. Quando for o caso, a Comissão Recursal opinará sobre os recursos administrativos interpostos, referentes a pareceres emitidos pela mesma.
2.3.15.4. O Resultado Definitivo do Procedimento de Verificação será publicado conforme Cronograma de Execução.
2.3.15.5. O resultado do Procedimento de Verificação das Autodeclarações terá validade apenas para este Concurso Público, não servindo para outras finalidades.
2.3.15.6. Os candidatos que não tenham confirmada sua autodeclaração e/ou não comparecerem ao procedimento concorrerão às vagas destinadas à Ampla Concorrência, **desde que possuam, em cada fase anterior do certame, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases**.
2.3.15.7. É dispensada a convocação suplementar, em caso de ausência ou o não enquadramento de candidatos no Procedimento de Verificação.
2.3.15.8. O candidato terá sua autodeclaração indeferida na condição de Pessoa Negra ou Indígena nas seguintes situações:
a) quando não atender aos requisitos/procedimentos elencados neste Edital;
b) quando a Comissão Especial desconsiderar a condição de Pessoa Negra ou Indígena do candidato.
2.3.15.9. O enquadramento ou não do candidato na condição de Pessoa Negra ou Indígena não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
2.3.15.10. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé na autodeclaração, poderá ser instaurado procedimento administrativo para averiguação dos fatos, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
2.3.15.11. Na hipótese de o procedimento administrativo de que trata o*caput*deste artigo concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, o candidato:
I - Será eliminado do concurso público ou do processo seletivo simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou
II - Terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

2.4. DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATAS DO GÊNERO FEMININO (FEM)

2.4.1. É assegurado às candidatas do gênero feminino 10% (dez por cento) das vagas existentes e das futuras que virem a surgir, a serem criadas dentro do prazo de validade do concurso, de acordo a Lei Municipal nº 8.356/2025.
2.4.1.1. O percentual mínimo de reserva será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro reserva.
2.4.2. Para concorrer a uma das vagas reservadas, a candidata deverá apresentar juntamente com o Atestado Médico exigido no item 12.3, a imagem legível da documentação comprobatória.
2.4.3. São documentos comprobatórios da cota feminina, observadas as disposições do item 3.1:
a) RG (com nome social, se aplicável); e
b) Certidão de nascimento (retificada ou protocolo de alteração de nome, se aplicável).
2.4.4. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
2.4.5. Não serão aceitos documentos comprobatórios que:
não forem enviados conforme estabelecido neste Edital;
estiverem em arquivos corrompidos;
forem emitidos fora do prazo determinado;
forem entregues intempestivamente;
forem apresentados ilegíveis e/ou com rasuras;
estiverem em desacordo com o Edital de Abertura.
2.4.6. As candidatas do Gênero Feminino concorrerão ao mesmo tempo às vagas reservadas e às destinadas à concorrência geral acordo com a sua classificação no concurso. Caso não haja candidatas aprovadas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, conforme a classificação.
2.4.7. As candidatas que tiverem suas inscrições homologadas como Pessoa do Gênero Feminino e forem classificadas, além de figurarem na lista geral de classificação, caso obtenham a pontuação e/ou classificação mínima exigida para aprovação, terão seus nomes publicados em relação à parte, constando em ambas as listas: Ampla Concorrência e Gênero Feminino, ou na lista de outras cotas, se for o caso.
2.4.8. A observância do percentual de vagas reservadas às candidatas do Gênero Feminino dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público.
2.4.8.1. Após o preenchimento do total de vagas imediatas oferecidas neste Edital, a reserva será preenchida na medida em que forem ampliadas as vagas, durante o prazo de validade.

3. DO PROCEDIMENTO DAS INSCRIÇÕES

3.1. DAS INSCRIÇÕES

3.1.1. As inscrições serão realizadas no período determinado no Cronograma de Execução, exclusivamente pela internet, no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br.
3.1.1.1. Ao se inscrever neste Concurso Público, o candidato declarará, sob as penas da lei, que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital, implicando, de sua parte, o conhecimento e a aceitação das presentes normas e instruções estabelecidas no inteiro teor deste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.
3.1.1.2. Ao realizar sua inscrição, o(a) candidato(a) deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste edital, e informar que aceita e autoriza a coleta e o uso de sua imagem bem como dos seus dados pessoais fornecidos, sensíveis ou não, para tratamento e processamentos inerentes a este certame, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública, de modo a garantir a lisura e prevenção à fraude, visando dar efetiva proteção aos dados coletados, e nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
3.1.2. O candidato poderá inscrever-se para o Concurso Público nº 1/2025 mediante a inscrição pela internet e o pagamento do valor correspondente.
3.1.3. Procedimentos para Inscrições: primeiramente, acessar o site da FUNDATEC. No site, o candidato encontrará o link para acesso às inscrições online. É de extrema importância a leitura, na íntegra, deste Edital de Abertura para conhecer as normas reguladoras deste Concurso Público.

3.1.3.1. A FUNDATEC disponibilizará, em sua sede, computadores para acesso à internet durante o período de inscrições, bem como durante todo o processo de execução, no seguinte endereço: Rua Professor Cristiano Fischer, nº 2012 – Bairro Partenon, em Porto Alegre/RS, no horário de atendimento ao público, das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.
3.1.3.2. A Prefeitura Municipal disponibilizará computadores para acesso à internet durante o período de inscrições, bem como durante todo o processo de execução, no seguinte endereço: Rua dos Andradas, nº 1.157 - Bairro Centro, Sant'Ana do Livramento/RS, no horário de atendimento ao público, das 8 (oito) horas às 13 (treze) horas.
3.1.4. As inscrições serão submetidas ao sistema até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo.
3.1.4.1.Considera-se inscrição efetivamente realizada, aquela que foi concluída no prazo determinado.
3.1.4.2. Durante o processo de inscrição, será emitido o boleto bancário/guia de arrecadação com a taxa de inscrição, sendo que o pagamento deverá ser feito até o dia do vencimento indicado no boleto/na guia de arrecadação. Após dois dias úteis bancários do pagamento, o candidato poderá consultar, no site da FUNDATEC (www.fundatec.org.br), a confirmação do pagamento de seu pedido de inscrição.
3.1.5. Não serão considerados os pedidos de inscrição via internet que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores ou outros fatores de ordem técnica.
3.1.6. Não serão aceitas inscrições por via postal, e-mail, ou outro meio não previsto neste Edital, nem em caráter condicional.
3.1.7. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
3.1.7.1. Após a realização do pagamento do boleto bancário/da guia de arrecadação, caso seja constatado que o candidato NÃO utilizou o seu próprio CPF, sua inscrição será cancelada e o candidato será eliminado do certame, a qualquer momento do Concurso Público, quando for detectado tal inconformidade.
3.1.7.2. A eliminação irá ocorrer, ainda que tenha sido provocado por equívoco do candidato e independente de alegação de boa-fé.
3.1.8. O candidato inscrito terá exclusiva responsabilidade sobre as informações cadastrais fornecidas, sob as penas da lei.
3.1.9. O candidato que desejar se inscrever e concorrer às vagas reservadas, conforme cotas mencionadas neste Edital (Pessoa com Deficiência, Negra ou Indígena), deverá, no ato do preenchimento da ficha de inscrição marcar a opção pretendida, bem como, deverá observar os procedimentos previstos para homologação de sua inscrição.
3.1.9.1. O não atendimento de todos os procedimentos determinados neste Edital e nos demais editais complementares para concorrer às cotas, acarretará a homologação da inscrição sem direito à reserva de vagas.
3.1.10. O candidato que desejar algum atendimento especial para o dia de prova deverá seguir o disposto no item 4 deste Edital.
3.1.11. A pessoa travesti, transexual ou transgênera será tratada de forma adequada à sua identidade gênero, com uso de pronomes adequados e com acesso seguro e adequado a todos os espaços destinados à realização do concurso, seguindo as orientações constantes na IN MGI/MDHC nº 54, de 29/08/2024.
3.1.11.1. Nome Social: A pessoa travesti, transexual ou trangênera, que desejar ser tratada pelo nome social durante o certame, deverá informar, na ficha de inscrição e deverá realizar o upload do documento, nos campos indicados pelo sistema, que conste seu Nome Social (frente e verso), com tamanho máximo de 5 Megabytes e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, PNG ou TIFF.
3.1.11.2. É vedada a inclusão de alcunhas ou apelidos no campo destinado ao nome social.
3.1.11.3. Para os candidatos que não tiveram documento oficial constando o Nome Social, poderá ser enviado uma declaração, feita a próprio punho, contendo o nome pela qual o candidato deseja ser tratado.
3.1.12. O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.
3.1.12.1. O candidato deverá preencher, na ficha de inscrição, o seu nome completo, conforme documento de identificação e seus dados de identificação, conforme documento que será apresentado no dia de prova. Para qualquer necessidade de alteração, o candidato deverá solicitar a correção por meio do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível em http://54.207.10.80/portal_pf/, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.
3.1.12.2. Para qualquer divergência detectada, o candidato terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas após a divulgação da Lista Definitiva de Inscrições Homologadas para realizar a solicitação de correção de seus dados pessoais.
3.1.13. Caso o candidato realize mais de uma inscrição, apenas a última inscrição realizada e devidamente paga será homologada, as demais serão bloqueadas no sistema.
3.1.14. O candidato deverá ficar atento ao dia de vencimento do boleto bancário/da guia de arrecadação. O sistema de inscrições permitirá ao candidato reimprimir seu boleto bancário/a guia de arrecadação, com nova data de vencimento, sendo que o pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o dia determinado no Cronograma de Execução.
3.1.15. Não serão aceitos pagamentos com taxas inferiores às estipuladas neste Edital.
3.1.15.1. Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado com valor menor ao estabelecido neste Edital, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.
3.1.15.2. Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior.
3.1.15.3. Serão canceladas as inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios. Não serão homologadas as inscrições cujos boletos não forem pagos da forma adequada.
3.1.15.4. Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), pagamentos via chave PIX, transferência ou depósito em conta corrente, DOC ou TED, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
3.1.15.5. Também não serão homologadas as inscrições cujos boletos forem pagos em data posterior ao último dia de pagamento previsto no Cronograma de Execução, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.
3.1.15.6. O pagamento processado após a última data prevista de pagamento determinada implicará no indeferimento da inscrição.
3.1.16. Não é de competência da FUNDATEC regulamentar ou informar horários limites de pagamentos dos boletos, sendo de responsabilidade unicamente dos órgãos que prestam serviços de recebimentos bancários essa determinação. Cabe ao candidato se informar sobre os horários de recebimento dos estabelecimentos, tais como: casas lotéricas, agências bancárias, entre outros, bem como verificar as regras de aplicativos, Internet Banking e acompanhar casos de greve, etc., bem como o conhecimento da data de processamento do pagamento realizado.
3.1.16.1. A FUNDATEC não se responsabiliza por fraudes em boletos ocasionados por programas/softwares maliciosos que porventura se instalem no computador utilizado pelo candidato. Antes de pagar qualquer boleto bancário, o candidato deve verificar os dados impressos, como número do banco, logo do banco, se o número do código de barras corresponde ao da parte de cima da fatura, CNPJ, data de vencimento do título e se o valor cobrado corresponde ao devido.
3.1.17. Em caso de feriado ou evento (nacional, estadual ou municipal) que acarrete o fechamento das agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o pagamento deverá ser antecipado ou realiza-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.
3.1.18. Não haverá devolução do valor da taxa paga, exceto nos casos de pagamentos em duplicidade (mesmo nº de boleto) e, nesse caso, somente serão devolvidos mediante a solicitação do candidato desde que seja realizada no prazo máximo de 30 dias a contar do último dia de pagamento das inscrições.

3.1.18.1. Os candidatos deverão entrar em contato com a FUNDATEC para a solicitação da análise de possível duplicidade, através dos canais de comunicação. Caso seja comprovado o pagamento em duplicidade, será providenciada a devolução do valor de uma das taxas, mediante o desconto de R$ 10,00, referente aos custos de tarifas bancárias, ficando o candidato ciente que dependerá dos prazos e trâmites processuais da instituição arrecadadora.
3.1.19. É vedada a transferência do valor pago e/ou da inscrição para terceiros, para outras seleções ou seu aproveitamento de qualquer outra forma.
3.1.20. A FUNDATEC poderá encaminhar, para o endereço eletrônico e número de celular, fornecidos na ficha de inscrição, mensagens via e-mail ou WhatsApp meramente informativas ao candidato, não o isentando de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da FUNDATEC www.fundatec.org.br será fonte permanente de comunicação de avisos e editais, além das publicações em Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul.
3.1.21. As inscrições de que tratam este Edital implicam o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e seu compromisso tácito em aceitar as condições da sua realização.

3.2. DA FOTO DIGITAL

3.2.1. No momento da inscrição, o candidato deverá enviar, via upload, uma foto digital atualizada de seu rosto, em que necessariamente apareça a sua face descoberta e os seus ombros. A imagem deve possuir boa qualidade; apresentar somente o rosto de frente e que permita a visualização dos olhos.
3.2.1.1. O candidato poderá seguir o modelo de foto contida em documentos de identificação oficiais, tais como RG, CNH, etc., não sendo permitida a utilização de qualquer tipo de adereço que impossibilite a identificação do rosto, como óculos de sol, chapéus, máscaras, etc.
3.2.2. O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição referente ao procedimento de envio da foto digital.
3.2.3. Somente serão aceitos arquivos com extensão .jpg, .jpeg, ou .png.
3.2.4. A foto deve permitir o reconhecimento do candidato no dia de prova.
3.2.5. O envio da foto digital é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.2.6. A FUNDATEC não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do arquivo ao seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação ou de outros fatores que impossibilitem o envio.
3.2.7. A foto digital encaminhada servirá para reconhecimento e comparação do candidato com o documento de identificação apresentado no dia da prova.
3.2.7.1. Caso o candidato tenha sua foto digital não aceita, ou seja, não esteja de acordo para fins de identificação no dia de prova, deverá regularizar a sua situação durante o período de recurso da Homologação Preliminar das Inscrições, por meio do Formulário Online de Regularização de Foto.
3.2.8. No dia de aplicação da prova, caso a foto digital enviada não permita o reconhecimento ou que permaneça com o status de não aceita, o candidato será encaminhado à Coordenação Local da FUNDATEC e submetido à identificação especial, desde que não infrinja o disposto no subitem 3.2.9.1.
3.2.8.1. O registro de foto no dia de aplicação de prova não acarreta tempo adicional, a título de compensação, para realização do procedimento.
3.2.8.2. A foto registrada no dia de aplicação da prova passará a ser a utilizada para fins de identificação do candidato nas próximas etapas.
3.2.9. O candidato, ao se inscrever, autoriza o uso da imagem para as finalidades do presente Concurso, estando ciente de que a foto será utilizada em materiais impressos, como lista de presença e Folhas Definitivas de Respostas. Além disso, a foto será encaminhada para fins de verificação no ato da admissão ou posse, com a finalidade de garantir a lisura do certame.
3.2.9.1. O candidato que submeter fotos que violem ou infrinjam os direitos de outra pessoa e/ou fotos que contenham conteúdo sexual explícito, nudez, conteúdo obsceno, violento ou outros conteúdos censuráveis ou inapropriados será eliminado, em qualquer momento deste Concurso Público.

4. DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA O DIA DE REALIZAÇÃO DA PROVA

4.1. Caso o candidato necessite de atendimento especial para a realização das provas, deverá formalizar o pedido por meio da ficha online de inscrição, selecionando a(s) opção(ões) desejada(s), e **encaminhar documentos comprobatórios que justifiquem a necessidade**. Os documentos deverão ser encaminhados durante o período previsto no Cronograma de Execução.
4.1.1. A solicitação de condições especiais não caracteriza o candidato como Pessoa com Deficiência e será condicionada à legislação específica e à viabilidade técnica e operacional examinada pela FUNDATEC, além de critérios de razoabilidade.
4.1.2. O candidato deverá manifestar, durante o período de inscrição, quais as adaptações serão necessárias para realização de todos as etapas do certame, casos as citadas neste Edital não sejam suficientes.
4.2. São procedimentos especiais atendidos para o dia de prova, desde que solicitados e justificados por documentos comprobatórios:

4.2.1. Necessidades Físicas:

Acesso Facilitado: será oferecida estrutura adaptada para acesso no local de realização da prova.
Apoio para perna: será concedido apoio para a perna ficar suspensa durante a realização da prova.
Auxílio preenchimento da Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva: será oferecido auxílio para preenchimento da Folha Definitiva de Resposta da Prova Teórico-Objetiva, cujo processo será executado por um Fiscal designado pela Coordenação Local da FUNDATEC, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência das marcações realizadas na Folha Definitiva.
Mesa para cadeirante: será oferecido mesa de tamanho maior para adequação de candidatos que utilizem cadeira de rodas.
Mesa e cadeira especial: se solicitado, será oferecido mesa e cadeira de tamanho maior ao tradicional para pessoas obesas ou outro motivo justificado.
Sala próxima ao banheiro: dentro do possível, será alocado o candidato em sala próxima ao banheiro, que por motivo de doença necessite fazer uso contínuo.
Profissional Especializado para troca de Sonda Vesical, Bolsa de Colostomia ou similar: será oferecido ao candidato que necessitar de atendimentos técnicos para a realização de procedimentos de saúde. Não será permitida a presença de companheiros e/ou familiares para realização deste procedimento, apenas de pessoas contratadas e autorizadas pela FUNDATEC.
Uso de Prótese, Implante ou dispositivo fixo no corpo (Bomba de Insulina, Marca-passo etc.): os candidatos com implante ou prótese de metal, como, por exemplo, placa de titânio, implante de aço inoxidável, hastes intramedulares, etc., ou bomba de insulina fixada ao corpo devem apresentar documento comprobatório confirmando a situação para realização de detecção de metal manual.
Uso de almofada: será permitido o uso de almofada durante a realização das provas escritas, ao candidato que comprove tal necessidade por motivos de saúde. O candidato deverá levar o acessório, que será inspecionado antes do início da prova.

4.2.2. Necessidades Visuais:

Auxílio preenchimento da Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva: será oferecido auxílio para preenchimento da Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva, cujo processo será executado por um Fiscal designado pela Coordenação Local da FUNDATEC, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência das marcações realizadas no seu formulário.
Caderno de Questões Ampliado (padrão A3 – fonte 18): será oferecido a impressão da prova em folha A3 com a fonte ampliada. De preferência, esse candidato deverá sentar nas últimas mesas da sala. Observação: considerando o processo de leitura das Folhas Definitivas de Respostas da Prova

Teórico-Objetiva para geração das notas, esses documentos não são oferecidos em tamanho ampliado. Sendo assim, se necessário, o candidato deverá solicitar auxílio preenchimento para a transcrição de suas respostas na Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva.

4.2.3. Necessidades Auditivas:

Prótese Auditiva: será permitido ao candidato permanecer com o aparelho auditivo durante a realização da prova se encaminhar documento comprobatório contendo a descrição da necessidade contínua da prótese.

Observação: No dia de prova, caso o candidato que utiliza prótese auditiva não tiver encaminhado o documento no período das inscrições, serão tomadas as seguintes providencias:

a) se o candidato apresentar para a Coordenação, durante o ato de identificação, documento comprobatório original ou autenticado em cartório, será autorizado a permanecer com a prótese durante a prova.

b) se o candidato se apresentar-se na Coordenação, durante o ato de identificação, sem documento comprobatório original ou autenticado em cartório, será concedido apenas o uso do aparelho no momento da leitura das instruções/orientações realizadas pelos fiscais antes do 2º toque sonoro, sendo que, durante a realização da prova deverá retirá-la e desligá-la, não podendo o candidato alegar qualquer prejuízo no seu desempenho.

c) se o candidato não se apresentar na Coordenação durante o ato de identificação e for detectado durante a realização da prova fazendo uso de prótese auditiva, este será eliminado do certame.

4.2.4. Necessidades Complementares:

Porte de arma de fogo: O candidato que, amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003 e suas alterações, necessitar realizar a prova armado deverá encaminhar o Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definido na referida lei, em período vigente. No dia de prova, o candidato deverá desmuniciar sua arma, e ficará de posse dessa durante todo o tempo em que permanecer no local. Recomendamos que não compareça no dia de prova com o artefato. Os candidatos que, por dever legal, estejam obrigados a portar arma de fogo no dia das provas, deverão dirigir-se diretamente à Coordenação do local de prova, com antecedência mínima de 01 (uma) hora para realização de desmuniciamento. O processo de desmuniciamento da arma é de total responsabilidade do candidato, não responsabilizando a FUNDATEC por qualquer acidente que possa ocorrer durante o procedimento. O candidato deverá observar as restrições para porte de armas estabelecidas pela Lei Federal nº 10.826/2003, a qual se encontra regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.847/2019

Uso de aparelhos de medição de glicemia: os usuários regulares de aparelhos de medição de glicemia deverão encaminhar documento médico que comprove a necessidade, cujo equipamento será avaliado pela Coordenação, antes do início das provas. Caso o aparelho emita som, é importante que o candidato comunique ao fiscal para tomar as medidas necessárias de controle e segurança.

III) Sala para Amamentação: A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá encaminhar o atestado de amamentação e a cópia da certidão de nascimento do bebê. No dia de realização da prova, a candidata deverá levar um acompanhante, responsável legal pela criança e/ou maior de 18 anos, o qual ficará em uma sala reservada para essa finalidade e que será o cuidador da criança durante a ausência da mãe. O acompanhante somente terá acesso ao local de prova até o horário estabelecido para fechamento dos portões e permanecerá em sala reservada até o término da prova da candidata. Caso a candidata não compareça com acompanhante, a criança não poderá permanecer no local de prova. A amamentação será concedida somente para bebês de no máximo 6 (seis) meses de idade no dia da prova. O acompanhante deverá: apresentar documento de identificação, comparecer juntamente com a candidata, no horário determinado em Edital, deverá guardar seus aparelhos eletrônicos, tais como celular, relógio e chave com controle eletrônico em embalagem indicada pela equipe de Coordenação Local da FUNDATEC, deverá assinar uma ata no dia de prova, e poderá ser inspecionado pelo detector de metais, bem como a bolsa com os pertences do bebê. O acompanhante não poderá se comunicar com a candidata durante o processo de amamentação. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por um fiscal do gênero feminino. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.

IV) Sala para Extração do Leite Materno: A candidata que necessitar fazer a extração do leite do peito deverá apresentar atestado de amamentação. O armazenamento e a conservação são de responsabilidade exclusiva da candidata. Não será concedido tempo extra para realização de tal procedimento.

4.2.5. Os atendimentos especiais descritos acima, se deferidos, serão concedidos em todas as fases de provas presenciais do Concurso Público, no que couber.

4.2.6. Os documentos comprobatórios deverão ter data de emissão posterior ao dia **24/03/2025** (6 (seis) meses retroativos à data da publicação do Edital), conter a assinatura do profissional de saúde de nível superior, número de inscrição no conselho regional de fiscalização da profissão correspondente e assinatura do profissional de saúde, à exceção dos documentos que atestam deficiências permanentes e o Transtorno do Espectro Autista – TEA.

4.2.7. Não serão aceitos documentos comprobatórios emitidos pelo próprio candidato, quando este possuir a formação para tal finalidade.

4.2.8. Para o envio de documento comprobatório, os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:

a) Acessar o site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, onde estará disponível o link para entrega do "Formulário Online - Documentos Comprobatórios de Candidatos às vagas PCD e Atendimentos Especiais para as provas", para upload dos documentos digitalizados para avaliação. Os arquivos deverão ser enviados em formato digital com tamanho máximo de 5 (cinco) Megabytes, nas extensões JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.

b) Após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.

4.2.9. Os documentos deverão ser postados até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo, conforme Cronograma de Execução.

4.2.10. Não serão aceitos documentos comprobatórios:

a) Do candidato que não os enviar conforme estabelecido por este Edital;

b) Em arquivos corrompidos;

c) Apresentados em documentos ilegíveis e/ou com rasuras;

d) Incompletos e/ou que não contenham informações suficientes para justificar a solicitação.

4.3. Os documentos comprobatórios terão valor somente para este Concurso Público, não sendo devolvidos aos candidatos.

4.4. A Comissão de Concursos da FUNDATEC examinará a fundamentação de todas as solicitações, sendo o parecer amplamente divulgado por meio do Edital de Homologação das Inscrições.

4.4.1. A FUNDATEC se reserva ao direito de não atender qualquer necessidade do candidato que não for solicitada na ficha de inscrição e, por conseguinte, que não apresentar a devida comprovação, por documento comprobatório, no período previsto no Cronograma de Execução.

4.4.2. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será concedida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.4.3. Cabe exclusivamente ao candidato verificar se o seu pedido de atendimento especial foi deferido para a realização das provas.

4.4.4 O candidato que não solicitar atendimento especial pelo sistema online de inscrição ou não especificar qual(is) o(s) atendimento(s) necessário(s) ou que não comprovar através de laudo/documento comprobatório terá seu pedido indeferido.

4.5. Os recursos em que utilizem o uso de computadores e softwares, se constatado durante a realização da prova, problemas técnicos e/ou operacionais, a Comissão de Concursos da FUNDATEC irá avaliar juntamente à Coordenação Local da FUNDATEC outras possibilidades que supram a necessidade do candidato, diante da viabilidade e razoabilidade do momento.

4.5.1. A troca dos recursos, no caso apresentado acima, não poderá ser alegada como motivo de baixo desempenho do candidato na prova.

4.6. Caso o local de prova possua cadeiras universitárias, o candidato que necessite de cadeira para canhoto deverá solicitar ao fiscal de sala para que seja providenciado.
4.7. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data determinada no Cronograma de Execução, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via e-mail para: atendimento.especial@fundatec.org.br, juntamente com cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.
4.7.1. Havendo ocorrências inesperadas no dia de prova, serão avaliadas pela Comissão de Concursos da FUNDATEC as possibilidades operacionais disponíveis, bem como a preservação da segurança, lisura e isonomia da aplicação da prova. Os procedimentos adotados serão informados ao candidato e registrados em ata, não cabendo qualquer reclamação posterior, principalmente se o candidato teve seu pedido de necessidade especial indeferido.
4.7.2. Nos casos de atendimentos especiais intempestivos, será solicitado ao candidato a apresentação de documento comprobatório, conforme critérios estabelecidos no item 4 deste edital, que justifique o pedido no dia de prova ou o encaminhamento até no prazo determinado no Cronograma de Execução, por meio do Formulário Online – Atendimento intempestivo e/ou Identificação Especial.
4.7.2.1. A não apresentação da documentação comprobatória acarretará na eliminação do candidato no certame, seja qual for o atendimento concedido.
4.8. No atendimento às condições especiais, não se inclui atendimento domiciliar, hospitalar e transporte.

5. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES

Valor da taxa de inscrição: R$ 105,00 (cento e cinco reais)
5.1. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
5.1.1. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição, conforme previsto nas Leis Municipais nº 5.264/2007, nº 6.698/2014 e nº 7.703/2021:
a) o candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, de que trata o Decreto Federal nº 11.016/2022.
b) o candidato doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde;
c) o candidato que, comprovadamente, seja doador voluntário de sangue;
d) o candidato convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, que prestem serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais;
e) o candidato que, comprovadamente, seja Pessoa com Deficiência.
5.1.2. A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, no período previsto no Cronograma de Execução.
5.1.2.1. PARA OS CANDIDATOS INSCRITOS NO CADÚNICO:
I) Para obter a isenção, o candidato deverá indicar o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; declarando que atende à condição estabelecida de membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.
II) A FUNDATEC consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
III) O candidato que requerer a isenção deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais rigorosamente em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico. O candidato deve atentar-se que, qualquer dado que tenha sido alterado/atualizado junto ao CadÚnico, nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, poderá causar divergência entre o dado informado (atualizado) e o ainda constante no sistema, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados em âmbito nacional.
IV) Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar ao candidato o indeferimento do seu pedido de isenção, por divergência dos dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico. Após a solicitação e julgamento do pedido de isenção, não será permitido a complementação ou alteração de dados para obtenção da isenção.
5.1.2.2. PARA OS CANDIDATOS DOADORES DE MEDULA ÓSSEA:
I) O benefício será concedido às pessoas que possuírem cadastro no REDOME, que apresentarem carteira do REDOME ou declaração confirmando seu cadastro no banco de dados como possível doador de medula óssea, emitida por entidade coletora até a data de publicação do Edital de Abertura, em órgãos oficiais ou entidades credenciadas pela União, Estado ou Município, Hemocentros e nos Bancos de Sangue de Hospitais.
II) Para obter a isenção, o candidato anexar cópia da carteira do REDOME ou declaração de doador de medula óssea, emitida por Entidade Coletora, contendo o nome completo do candidato, comprovando o enquadramento de seu pedido.
5.1.2.3. PARA OS CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE:
5.1.2.3.1. O benefício será concedido às pessoas que:
I) Tiverem doado sangue, no mínimo, **2 (duas) vezes para mulheres** e **3 (três) vezes para homens, no período de um ano**, contados anteriormente à data de publicação do Edital de Abertura do Concurso Público, para entidade coletora oficial ou credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município;
II) Não tiverem sido isentas do pagamento da taxa de inscrição em até 2 (dois) Concursos Públicos ou Processos Seletivos por ano, promovidos pelo município de Sant'Ana do Livramento/RS, tanto pela administração direta, de quaisquer de seus poderes, como pela indireta, autárquica ou fundacional;
III) Comprovarem a doação mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada.
5.1.2.4. PARA OS CANDIDATOS CONVOCADOS E NOMEADOS QUE PRESTAM SERVIÇOS À JUSTIÇA ELEITORAL:
5.1.2.4.1. O benefício será concedido às pessoas que comprovarem ter prestado serviço à Justiça Eleitoral por, no mínimo, 2 (duas) eleições oficiais, consecutivas ou não, sendo que:
a) considera-se como cidadão convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul no período de eleições, plebiscitos ou referendos, como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, coordenador de seção eleitoral, supervisor de local de votação e os designados para auxiliar o seu trabalho, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação;
b) entende-se como período eleitoral ou período de eleição a véspera e o dia do pleito, do plebiscito ou do referendo e considera-se cada turno como uma eleição;
c) entende-se como prestação de serviços no período eleitoral, a preparação, execução e a apuração de eleições oficiais.
5.1.2.5. PARA OS CANDIDATOS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD):
5.1.2.5.1. O benefício será concedido às pessoas com deficiência que enviarem:
I) Documento Comprobatório (em conformidade com o subitem 2.2.4 desse Edital) com data de emissão posterior ao dia **24/06/2025** (até 90 dias anteriores à publicação do Edital de Abertura, que comprove a deficiência) ou Carteira de Identidade Civil, desde que contenha a indicação de "Pessoa com "Deficiência" impressa ou o símbolo de deficiência da pessoa, de acordo com o estado de residência do candidato;
II) Cópia do Documento de Identificação.
5.1.3. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA ISENÇÃO:

5.1.3.1. Para o envio dos documentos da condição de isento os candidatos deverão realizar, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução, as etapas descritas abaixo:
a) O candidato deverá, primeiramente, realizar a inscrição no site da FUNDATEC para que, então, seu CPF tenha acesso ao **Formulário Online – Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**.
b) No **Formulário Online – Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, o candidato deverá preencher a os dados exigidos da condição de isenção que melhor se enquadra.
c) Nos casos que exigem documentação comprobatória, estará disponível no link **Formulário Online – Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, a possibilidade de upload dos documentos digitalizados para posterior avaliação. Os arquivos deverão ser enviados em formato digital com tamanho máximo de 5 (cinco) Megabytes, nas extensões JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
d) Após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
5.1.3.2. Os documentos deverão ser enviados pelo site da FUNDATEC até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo, conforme Cronograma de Execução.
5.1.3.3. A FUNDATEC não se responsabiliza por qualquer dificuldade de acesso ao site.
5.1.3.4. Ao preencher o Formulário Online – Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, o candidato declara que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que, se comprovada a omissão ou a inveracidade nas informações prestadas ou nos documentos apresentados, ficará sujeito às penalidades legais cabíveis,aplicando-se, ainda,o disposto no artigo 299 do Código Penal. A falta parcial ou total de informações ou documentos poderá ser motivo para indeferimento da solicitação, ou até mesmo, da sua eliminação.
5.1.3.5. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
b) fraudar e/ou falsificar documentação;
c) não observar os procedimentos estabelecidos neste Edital para solicitação da isenção da taxa;
d) informar o número de NIS inválido e/ou incorreto, no caso de Cadúnico;
e) apresentar documentos não esteja em nome do candidato;
f) apresentar documentos ilegíveis ou rasurados;
g) não protocolar seu pedido pelo Formulário Online.
5.1.3.6. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal ou via e-mail.
5.1.3.7. Somente serão analisados os pedidos que forem protocolados pelo Formulário Online. Não serão aceitas solicitações de isenção de pagamento de valor de inscrição encaminhadas via postal, via e-mail ou qualquer outra forma não estabelecida neste item.
5.1.3.8. Somente será validado o último protocolo registrado no sistema desde que a inscrição tenha sido realizada no período de solicitação de isenção, conforme Cronograma de Execução, e tenha sido solicitado para a respectiva numeração.
5.1.3.9. Não serão realizadas alterações após o deferimento da inscrição isenta.
5.1.3.10. A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada no dia previsto no Cronograma de Execução.
5.1.3.11. Haverá recurso contra o indeferimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, conforme período informado no Cronograma de Execução.
5.1.3.12. Para a comprovação da situação de isento, os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos, poderão encaminhar documentação complementar, por meio do Formulário Online – Recurso do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, durante o período informado no Cronograma de Execução.
5.1.3.13. Por ocasião dos recursos, somente serão aceitos documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados relativos aos documentos já entregues.
5.1.3.14. A documentação complementar deverá ter sido emitida até 90 (noventa) dias anteriores à data da publicação do Edital de Abertura.
5.1.3.15. Durante o período de recurso, não será aceito:
a) reenvio de documentos que estavam corrompidos;
b) alteração/troca de documentos entregues.
5.1.3.16. Os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, acessar o site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br e imprimir o boleto bancário/guia de arrecadação para pagamento até o último dia previsto no Cronograma de Execução, conforme procedimentos descritos neste Edital.
5.1.3.17. O interessado que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição estará automaticamente excluído do Concurso Público.
5.1.3.18. O fato do candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como o fato de ter obtido a isenção em outros certames, não garante, por si só, a isenção da taxa de inscrição neste certame.
5.1.3.19. A FUNDATEC, a qualquer tempo, poderá fazer diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido de isenção, ou ainda, eliminando o candidato do certame se detectada declaração falsa, aplicando-se as demais sanções penais cabíveis.
5.1.3.20. Caso o candidato receba a isenção da taxa de inscrição, porém tenha efetuado o pagamento do boleto bancário antes do período previsto para a divulgação do Resultado Preliminar dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, o valor referente à taxa paga não será devolvido.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. O resultado da homologação das inscrições será divulgado por meio de Edital, no qual também serão divulgados:
Parecer administrativo acerca os documentos comprobatórios dos candidatos que fizeram a opção por concorrer às vagas de Pessoas com Deficiência;
Parecer administrativo acerca os documentos comprobatórios dos candidatos que fizeram a opção por concorrer às vagas de integrantes dos Povos Indígenas;
Gênero dos Candidatos;
Pedidos para concorrer às vagas de Pessoas Negras e/ou Integrantes dos Povos Indígenas, que serão avaliados posteriormente por Comissão Especial;
Pedidos deferidos e indeferidos referentes às solicitações de atendimento especial para o dia de realização da Prova Teórico-Objetiva;
Inscrições bloqueadas, tendo em vista o disposto nos subitens 3.1.15.1 e 3.1.15.3 deste Edital;
Relação de candidatos cujas fotos não foram aceitas na ficha de inscrição;
Relação de candidatos que utilizarão como critério de desempate o exercício de jurado em Tribunal do Júri.
6.2. A homologação das inscrições não abrange aqueles itens que devem ser comprovados por ocasião da admissão ou posse, tais como escolaridade e outros previstos neste Edital.
6.3. Os eventuais erros de digitação verificados na Lista de Homologação – Consulta por CPF, quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos, primeiramente, por meio do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível em

http://54.207.10.80/portal_pf/, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, sob pena de ser impedido de realizar a prova. Além disso, o candidato deverá sinalizar a solicitação de alteração de dados cadastrais pelo Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições.
6.4. O candidato que não solicitar as correções de seus dados pessoais, deverá arcar com as consequências advindas de sua omissão e desatenção.
6.5. Da não homologação ou das divergências em relação à inscrição cabe recurso, conforme previsto no item 17.

7. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRESENCIAIS E DA IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1. O candidato deverá comparecer ao local designado definido em Edital, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de documento de identificação, caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta.
7.2. No dia da aplicação da prova, o candidato deverá observar as sinalizações e numerações fixadas pela FUNDATEC, identificando o respectivo andar e sala para os quais foi designado. Ou seja, nem sempre as numerações de sala seguirão a ordem e o padrão original das salas, andares e prédios utilizados no local de prova.
7.3. Não será permitida a entrada, do local de realização das provas, do candidato que se apresentar após tocar o sinal indicativo de fechamento dos portões, que ocorrerá conforme horário divulgado no Edital de Data, Hora e Local da Realização das Provas. O candidato somente poderá ingressar na sala de aplicação das provas, após o primeiro sinal sonoro, se estiver acompanhado por fiscal designado pela Coordenação Local da FUNDATEC.
7.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado por Edital.
7.5. Não será permitida a entrada de objetos e pertences pessoais dos candidatos após o fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado.
7.6. O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições de uso.
7.7. O ingresso na sala de aplicação das provas será permitido somente aos candidatos com inscrições homologadas e que apresentarem no ato algum dos seguintes documentos de identificação (físicos originais ou digitais conforme descrito no subitem abaixo): Cédula ou Carteira de Identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Civil e Polícia Federal; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça; Identidade fornecida por Ordens ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Funcional do Ministério Público.
7.7.1. Somente serão aceitos documentos de identificação inviolados, com foto e assinatura, que permita o reconhecimento do candidato, e que contenham o número de registro ou CPF, para fins de identificação.
7.7.1.2. Serão aceitos os seguintes documentos digitais: CNH, RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN e Carteira de Ordens ou Conselhos, desde que apresentados nos respectivos aplicativos oficiais, no ato da identificação.
7.7.1.2.1. A FUNDATEC não aceitará capturas de tela, fotos, arquivos em pdf ou impressões.
7.7.1.2.2. Não será aceito também documento exportado pelo próprio aplicativo.
7.7.2. Ressalta-se que, após a identificação, ao entrar na sala de prova, o uso do celular é proibido devendo estar desligado e lacrado.
7.7.3. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação do documento.
7.8. A critério da Coordenação, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de inspeção pelo detector de metais, a qualquer momento.
7.8.1. O candidato que, por motivo justificado, não puder ser inspecionado por meio de equipamento detector de metal deverá ser submetido a Revista Física. A revista deverá ser feita por um membro da equipe de Coordenação Local da FUNDATEC de mesmo gênero do candidato, com a presença de testemunha.
7.8.2. A Revista Física poderá ocorrer em qualquer candidato, mesmo após a passagem pelo detector de metais, como uma medida alternativa ou adicional de segurança, em casos que a Coordenação Local da FUNDATEC considere necessário, por ocasião de alguma suspeita.
7.9. Identificação especial: Em caso de impossibilidade de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, o candidato deverá:
a) evidenciar, no ato da identificação, o registro da ocorrência, contendo protocolo e o código de autenticação eletrônica em órgão policial, com data de expedição de, no máximo, 15 (quinze) dias antecedentes à data de realização das provas;
b) preencher formulário de identificação especial, que compreende coleta de dados, de impressão digital e de assinaturas;
b.1) apresentar outros documentos para verificação da identidade do candidato que venham ser solicitados pela Coordenação Local da FUNDATEC;
c) permitir ser fotografado pela Coordenação Local da FUNDATEC (a foto registrada passará a ser utilizada para fins de identificação nesse certame);
d) enviar, até o prazo determinado no Cronograma de Execução, cópia de documento de identificação oficial, autenticada em cartório, juntamente com uma cópia do boletim de ocorrência apresentado no dia da prova (caso não tenha entregue uma cópia física), por meio do Formulário Online – Atendimento intempestivo e/ou Identificação Especial.
7.9.1. O candidato que descumprir quaisquer dos procedimentos determinados acima não poderá realizar a prova e/ou não terá as suas Folhas Definitivas de Respostas corrigidas, sendo eliminado do certame.
7.9.2. A identificação especial também poderá ser exigida quando:
o documento de identificação estiver violado ou com sinais de violação, danificado, ilegível, com foto infantil ou que inviabilize a sua completa identificação, ou de sua assinatura;
o nome do candidato apresentar divergências entre o documento de identificação e as informações cadastradas na ficha de inscrição do Concurso/Processo Seletivo;
a foto for negada, ou seja, não atender aos critérios estabelecidos na ficha de inscrição e neste Edital, conforme divulgado nos Editais de Homologação das Inscrições;
a foto cadastrada na ficha de inscrição, ainda que aceita pelo sistema, apresente falta de nitidez e clareza em relação a fisionomia do candidato;
apresente-se somente e-título;
a Comissão de Concursos entenda como necessário para identificação do candidato, informando os motivos na Ata de Coordenação do Concurso.
7.9.3. A identificação especial será julgada pela Comissão de Concursos da FUNDATEC. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
7.10. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identificação original e/ou que a identificação especial não seja aprovada pela Comissão de Concursos da FUNDATEC será eliminado automaticamente do Concurso Público em qualquer etapa.
7.10.1. Não será permitida a realização da prova aos candidatos que não tenham suas inscrições homologadas.
7.10.2. No dia de realização da prova, não serão feitas avaliações de comprovantes de pagamentos de candidatos que não constem na Lista Definitiva de Inscritos.
7.11. Os candidatos com diagnóstico de doença infecciosa/contagiosa, no dia de realização das provas, deverão apresentar atestado de liberação do médico para a Coordenação Local da FUNDATEC responsável do seu local de prova, atestando que podem frequentar lugares públicos, juntamente com os cuidados a serem tomados durante a realização da Prova.
7.11.1. Para pessoas com sintomas gripais, recomenda-se o uso de máscara de proteção durante a realização das provas, quando possível.

7.11.2. A FUNDATEC disponibilizará embalagem específica para que o candidato guarde seus equipamentos eletrônicos, tais como celular, relógio, e chaves com controles eletrônicos. A embalagem será fornecida por um fiscal, sendo de total responsabilidade do candidato a guarda dos seus objetos.
7.11.2.1. A embalagem com os equipamentos eletrônicos deverá ser mantida fechada, do início até o término da aplicação da prova, e somente poderá ser aberta fora do ambiente de aplicação das provas, ou seja, fora do local de aplicação.
7.11.3. O candidato, ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter desligado qualquer aparelho eletrônico de sua propriedade, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.
7.11.3.1. Não será permitido armazenar/deixar/guardar/esconder equipamentos eletrônicos no local de prova. Se detectado e for identificado o candidato dono do equipamento, este será eliminado em qualquer momento do certame.
7.11.3.2. Pertences encontrados no lixo, caso identificados indícios de seu uso para o cometimento de irregularidades relacionadas à aplicação da prova, serão encaminhados para análise pela Coordenação Local, não ensejando, em qualquer caso, direito à posterior reivindicação pelo candidato que os tenha desprezado.
7.11.4. Após a entrada na sala de prova, todo e qualquer pertence pessoal proibido não poderá ficar de posse/uso do candidato. O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, sob pena de eliminação no certame.
7.11.4.1. Após a realização do 1º toque sonoro de fechamento dos portões e durante a realização das provas, o candidato será eliminado do Concurso caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta.
7.11.4.2. Nas salas de prova, após a realização do 1º toque sonoro de fechamento dos portões e durante a realização das provas, não será permitido ao candidato manter consigo qualquer tipo de pertence pessoal, tais como: carteira, protetor auricular, relógio (qualquer tipo), papel (qualquer tipo de impresso e anotações, incluindo cédula de dinheiro), embalagens não transparentes, cartão magnético ou de plástico de qualquer espécie, chave com controle eletrônico ou similar, isqueiro, cigarro, vaporizador eletrônico (vape), entre outros; aparelhos eletrônicos em geral, tais como telefone celular, tablets, notebook, máquina fotográfica, tags, calculadora, controles em geral, entre outros; aparelhos de comunicação, receptores ou transmissor de dados, fones de ouvido, gravadores ou similares; armas brancas. Todos os pertences devem estar embaixo da mesa. **O candidato que estiver em seu poder, ainda que embalados, qualquer desses objetos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público.**
7.11.4.3. É de responsabilidade do candidato a retirada de todos os materiais dos bolsos, bem como serem guardados embaixo da mesa ou em local informado pelo fiscal.
7.11.4.4. A FUNDATEC não poderá ficar responsável pela guarda de qualquer material do candidato.
7.11.5. A equipe de aplicação das provas da FUNDATEC não poderá ficar responsável por atendimentos telefônicos de candidatos, ainda que sejam relativos a casos de enfermidades ou de sobreavisos (plantão).
7.12. Não será permitido qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, sucos, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas, etc.) que não esteja embalado em material transparente. Somente será permitida garrafa transparente e sem rótulo, bem como alimentos em embalagem/pote transparente.
7.12.1. Os alimentos que não estiverem acondicionados em embalagens/materiais transparentes só poderão ser consumidos se o candidato retirá-los das embalagens originais e colocá-los sobre a mesa. Não será oferecido, pela FUNDATEC, qualquer material para armazenamento desses alimentos.
7.13. Candidatos com porte de arma devem dirigir-se diretamente à sala da Coordenação Local da FUNDATEC.
7.13.1. O candidato deverá observar as restrições para porte de armas estabelecidas pela Lei Federal nº 10.826/2003, a qual se encontra regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.847/2019.
7.14. É garantida a liberdade religiosa dos candidatos inscritos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajam vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão orientados a se dirigirem à sala da Coordenação Local da FUNDATEC para procedimento de vistoria, com a devida reserva e respeito à intimidade do candidato, a fim de garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
7.14.1. No caso de objetos religiosos tais como burca e quipá, o candidato será encaminhado à Coordenação Local da FUNDATEC para vistoria/inspeção. No caso de terços, esses devem ser guardados.
7.15. É responsabilidade do candidato informar ao Fiscal de Sala o uso da prótese auditiva. O candidato que estiver utilizando o aparelho durante a realização da prova, sem autorização da Coordenação Local da FUNDATEC, será eliminado.
7.16. Orientamos a todos os candidatos que retirem qualquer tipo de adorno, tais como: pulseiras, brincos, anéis, etc. Os candidatos que tiverem cabelos compridos deverão, preferencialmente, prendê-los para a realização da prova.
7.16.1. Não será permitido o uso óculos escuros e de qualquer acessório de chapelaria, tais como: boné, chapéu, gorro, capuz, que cubram a cabeça ou parte dela.
7.16.1.1. Excetua-se o procedimento acima, quando da realização de TAF, conforme regramento específico disposto na alínea A.7 do subitem 12.5.
7.16.2. Não será permitido o uso de cachecol, manta, ou qualquer outro acessório que cubram as orelhas ou parte delas. Em caso de necessitar utilizar esses acessórios, por questões climáticas, esses serão submetidos a inspeção, sendo que o candidato não poderá, em nenhum momento, cobrir as orelhas durante a prova.
7.16.3. Não será permitido o uso de luvas de qualquer natureza.
7.16.4. A Coordenação Local, a qualquer momento, poderá inspecionar objetos que julgar necessário para o bom andamento do certame, tais como pulseiras, brincos, anéis, etc., assim como vistoriar a região das orelhas e da nuca dos candidatos por ocasião de alguma suspeita.
7.17. O candidato que necessitar fazer uso de medicamentos durante a aplicação da prova deverá comunicar ao Fiscal no momento da guarda dos pertences, para que os remédios sejam inspecionados e colocados sob a mesa do Fiscal de Sala.
7.18. A quem necessitar utilizar absorvente ou similar durante a realização da prova, deverá comunicar ao Fiscal no momento da guarda dos pertences, para que o objeto seja inspecionado. Quanto ao procedimento de guarda do pertence, o fiscal orientará como fazê-lo.
7.19. Constatado que o candidato esteja portando consigo objetos não permitidos citados neste edital, não caberá à equipe de aplicação qualquer avaliação detalhada do objeto, sendo declarada sua imediata eliminação.
7.20. Caberá apenas a FUNDATEC e a Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS a determinação dos locais em que ocorrerão as provas, podendo ocorrer em instituições públicas ou privadas.
7.20.1. As condições estruturais dos locais de prova, bem como condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis na data de realização da prova, não servirão de motivos para tratamentos diferenciados, mudança de horário ou realização de nova prova. Tampouco, serão considerados como razão de recursos e alegação de motivo de baixo desempenho do candidato.
7.20.2. Alterações fisiológicas tais como: baixa pressão, excesso de suor, períodos menstruais, câimbras, etc.; e compromissos pessoais, também não serão considerados para alteração ou prorrogação dos horários de prova.
7.20.3. Todas as medidas de prevenção sanitárias recomendadas para a aplicação das Provas pelos órgãos de saúde serão adotadas pela FUNDATEC.
7.20.3.1. Será solicitado ao candidato o uso de máscara em caso de excesso de tosse ou coriza na sala de provas.
7.21. Para a segurança e a garantia da lisura do certame, a FUNDATEC poderá proceder com a coleta da impressão digital, bem como utilizar detector de metais nos candidatos, a qualquer momento que a equipe responsável pela aplicação achar necessário.

7.22. Na hipótese de se verificarem falhas de impressão, a Coordenação do Local da FUNDATEC diligenciará no sentido de substituir os cadernos de questões defeituosos.
7.22.1. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a FUNDATEC tem a prerrogativa de entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de Coordenação Local da FUNDATEC.
7.23. Em nenhum momento, durante a realização da prova, serão fornecidos documentos ou cópias de documentos referentes ao processo de aplicação de prova para o candidato.
7.24. Não será permitida a permanência de pessoas não inscritas no Concurso Público, mesmo que sejam acompanhantes do candidato, nas dependências do local onde for aplicada a prova, salvo em casos permitidos neste Edital.
7.24.1. A FUNDATEC não se responsabilizará por disponibilizar locais e estrutura para abrigar acompanhantes.
7.24.2. Constatado que, durante a realização das provas, há crianças (conforme estabelecido no art.2º do Estatuto da Criança e do Adolescente) desacompanhadas dentro do local de aplicação, bem como nos arredores, de responsabilidade de candidatos, a Coordenação Local fará contato com o Conselho Tutelar. E, em caso de retirada do candidato responsável pela criança da sala de prova, este será eliminado.
7.25. Os banheiros disponibilizados nos locais de prova somente poderão ser utilizados pelos candidatos em prova.
7.26. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que:
ausentar-se do local de realização de prova levando as Folhas Definitivas de Respostas ou outros materiais não permitidos;
apresentar-se após o horário de fechamento dos portões;
não apresentar documento de identificação conforme exigido neste Edital;
ausentar-se da sala/local de realização de provas sem o acompanhamento do Fiscal antes de ter concluído a prova e/ou ter entregue suas Folhas Definitivas de Respostas;
consultar qualquer tipo de material após a entrada na sala, que não for o permitido;
ausentar-se do local de realização de provas antes de decorrido o tempo permitido;
descumprir as instruções contidas nos Cadernos de Questões e nas Folhas Definitivas de Respostas;
fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o autorizado em qualquer momento durante as provas (ex: na palma das mãos);
for surpreendido com materiais não permitidos que contenham conteúdo das provas;
for surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, utilizando-se de consultas não permitidas, usando o celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;
for surpreendido, em ato flagrante, comunicando-se indevidamente com outro candidato sobre os conteúdos de prova;
estiver observando constantemente as provas de outros candidatos durante a prova, com o intuito de colar;
fumar no ambiente de realização das provas;
manter consigo, estar em seu poder e/ou usar os itens/acessórios não permitidos;
não devolver integralmente o material recebido;
não desligar o telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico e deixá-los tocar quando da realização das provas e avaliações presenciais, ainda que embalados;
for detectado que seus materiais/equipamentos (tais como: relógio, celular, etc.) emitam qualquer sinal sonoro ou vibração, ainda que embalados;
deixar qualquer tipo de material/equipamento eletrônico, de sua propriedade, em locais não autorizados;
não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de sua identidade e/ou de dados necessários para o processo;
não permitir ser submetido ao detector de metais ou revista física, se houver;
recusar-se a entregar, ou continuar a preencher, o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
não assinar sua(s) Folhas Definitivas de Respostas;
for constatado que as informações de seus dados pessoais se referem a terceiros, tais como nome, CPF, foto ou RG;
for surpreendido dando ou recebendo auxílio na realização da prova;
realizar qualquer registro fotográfico, seja por quaisquer meios, após sua identificação;
agir com descortesia com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
agir de forma racista, homofóbica, xenofóbica ou qualquer forma de preconceito com outros candidatos, fiscais/equipe de aplicação ou qualquer pessoa que esteja no ambiente de prova;
não apresentar os laudos complementares para tratamento diferenciado solicitados intempestivamente;
utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa da realização do certame;
estiver portando arma sem a devida autorização da Comissão de Concursos da FUNDATEC;
deixar crianças desacompanhadas aos arredores do local de prova;
a qualquer tempo da prova, for detectado que o procedimento de sua identificação foi realizado incorretamente;
apresentar-se nos locais para realização de provas e exames com sinais de embriaguez e outras substâncias entorpecentes.
7.26.1. O candidato eliminado durante as provas não terá suas Folhas Definitivas de Respostas corrigidas e consequentemente não constará na lista de divulgação de notas e resultados, contudo, os motivos de sua eliminação constarão em edital.
7.26.2. O Caderno de Questões e as Folhas Definitivas de Respostas do candidato eliminado serão recolhidos pela equipe de aplicação da FUNDATEC, tendo em vista que estes documentos passarão a ser anexados em Ata para conferência da Comissão de Concursos.
7.26.3. Não será permitido ao candidato eliminado tomar posse de qualquer documento oficial do Concurso, sendo cópia ou original.
7.26.4. Será de responsabilidade exclusiva do Coordenador do local de aplicação das Provas o preenchimento da Ata de Coordenação.
7.27. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas, salvo os casos previstos neste Edital.
7.27.1. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova não será de responsabilidade da FUNDATEC. Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico ou ao médico de sua confiança. A Equipe de Coordenação Local, responsável pela aplicação das provas, dará todo apoio que for necessário. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, fora das dependências do local de prova, o mesmo não poderá retornar a sua sala, sendo eliminado do Concurso Público.
7.28. A FUNDATEC e a Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS não se responsabilizam por perdas, extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos, ou danos que ocorrerem durante o processo de aplicação das provas, nem por danos neles causados.
7.28.1. Se identificado pela Coordenação Local da FUNDATEC que foram deixados materiais/equipamentos em lugares indevidos no local de prova, estes serão recolhidos e encaminhados à Comissão de Concursos, não sendo liberados no dia de prova.
7.28.2. Os pertences pessoais deixados pelos candidatos nos locais de prova, se encontrados pela Coordenação Local, serão guardados por até 30 (trinta) dias após a realização das provas. Findado o prazo, os documentos serão destruídos, e os pertences serão doados para alguma Instituição Beneficente a critério da FUNDATEC.

7.28.3. Documentos de identificação oficiais e demais pertences deixados pelos candidatos e encontrados pela Coordenação Local, à exceção de Porto Alegre/RS, serão deixados no próprio local de aplicação.
7.28.3.1. Os documentos de identificação, não recolhidos em até 30 (trinta) dias após a realização da prova, serão incinerados/triturados.
7.29. Para qualquer irregularidade detectada ou situação inconveniente durante a realização da prova, o candidato poderá solicitar que a Coordenação Local da FUNDATEC seja chamada para avaliação e resposta imediata, bem solicitar o registro em ata, documento oficial do concurso, quando necessário. Qualquer manifestação posterior à aplicação da prova não poderá ser considerada motivo para impugnação do processo ou pedido de ressarcimento de despesas.
7.30. O Atestado de Comparecimento será fornecido ao candidato que realizar a prova, mediante solicitação ao final de cada turno de aplicação, na sala da Coordenação Local da FUNDATEC, sendo confeccionado de acordo com o turno correspondente ao de realização da prova.
7.30.1. Caso o candidato não solicite o comprovante ao término da prova, o atestado de comparecimento estará disponível para emissão no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, a partir da data prevista para divulgação das Notas Preliminares da Prova, conforme Cronograma de Execução do Edital de Abertura.
7.30.1.1. Os atestados ficarão disponíveis para emissão até 30 (trinta) dias após a divulgação das Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva.
7.30.1.2. Somente serão atendidos os pedidos realizados pelo link disponibilizado no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.
7.31. O Cronograma de Execução aponta a data provável de execução das provas, que poderá ser alterada por imperiosa necessidade, decisão que cabe à Comissão de Concursos da FUNDATEC e ao Município.

8. DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

8.1. A Prova Teórico-Objetiva de cada cargo será eliminatória e classificatória, elaborada com base nos Programas (Anexo X) e no Quadro Demonstrativo de Provas (Anexo I).
8.1.1. As questões terão grau de dificuldade compatível com o nível de escolaridade mínimo exigido e com o conteúdo programático expresso neste edital.
8.1.2. As questões da Prova Teórico-Objetiva poderão avaliar habilidades relacionadas à aplicação do conhecimento, abrangendo compreensão, análise, síntese e avaliação, valorizando o raciocínio e envolvendo situações relacionadas às atribuições do cargo e ao conteúdo programático.
8.1.3. Cada questão poderá contemplar mais de uma habilidade e mais de um conhecimento relativo à respectiva área de conhecimento.
8.1.4. As legislações, suas respectivas atualizações, as jurisprudências dos tribunais superiores e as doutrinas pertinentes ao tema poderão ser objetos de avaliação, desde que os atos tenham sido publicados até a data de lançamento deste Edital, conforme disposto noAnexo X.
8.2. Tempos de Prova:
a) O candidato terá **4 (quatro) horas** para a resolução da prova e o preenchimento da Folha Definitiva de Respostas.
b) O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 1 (uma) hora após o início do certame.
c) O candidato só poderá se retirar da sala de aplicação da prova, portando o caderno de questões, após 2 (duas) horas do início do certame.
e) Haverá, em cada sala de aplicação de prova, cartaz/marcador de controle dos horários, para que os candidatos possam acompanhar o tempo de realização da prova.
8.3. A Prova Teórico-Objetiva, em princípio, será realizada em **SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS.** Excepcionalmente, não havendo disponibilidade de locais suficientes ou adequados nas localidades do Município as provas poderão ser aplicadas em outras cidades da região.
8.3.1. A divulgação de dia, horários e locais específicos de aplicação das provas será realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência à data provável de realização de sua realização, Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul e no site www.fundatec.org.br, no dia referido no Cronograma de Execução. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
8.3.2. A data de prova informada no Cronograma de Execução é somente provável, podendo ser alterada conforme necessidade, incluindo sábados e feriados.
8.4. Em cima da mesa, o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de ponta grossa, de tinta azul ou preta, de material transparente, e lanche, se houver, armazenado em embalagem transparente. As garrafas devem ficar posicionadas abaixo da mesa, preferencialmente, de modo a não danificar suas Folhas Definitivas de Respostas.
8.4.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha ou corretivo.
8.5. Em cada local de prova, serão convidados 3 (três) candidatos para testemunhar a inviolabilidade dos malotes que conterão os pacotes de provas de todas as salas daquele turno e estabelecimento, incluindo os pacotes de reservas técnicas que se façam necessárias, conforme item 8.6.1.1, evidenciando que todos os pacotes estão devidamente lacrados e que assim seguirão até a entrega na sala, para realização do procedimento determinado abaixo.
8.6. Em cada sala de prova, serão convidados 3 (três) candidatos para testemunhar a inviolabilidade dos pacotes de provas, momento em que será realizada a abertura dos envelopes devidamente lacrados.
8.6.1. Após a abertura dos pacotes de provas, os candidatos receberão os cadernos de questões com o número de questões e disciplinas de acordo com o determinado no Anexo I.
8.6.1.1. Para qualquer divergência detectada, seja referente ao cargo, tipo de prova, do número de questões ou falha de impressão, é responsabilidade do candidato comunicar ao fiscal e solicitar um novo caderno.
8.6.1.2. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de prova, em razão de falha na impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a FUNDATEC tem a prerrogativa de entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
8.7. As Folhas Definitivas de Respostas dos candidatos chegam ao local de prova armazenadas em malotes lacrados com a numeração registrada no Sistema de Informações de Concursos - SIC. Esses malotes somente serão abertos no local de aplicação das provas na presença de 03 (três) testemunhas que assinam a Ata de Coordenação a conformidade do(s) número(s) do(s) lacre(s).
8.7.1. Dentro desse malote, as Folhas Definitivas de Respostas dos candidatos de cada sala estarão em branco, em envelopes sem lacre, cuja inviolabilidade se comprova com o registro descrito acima.
8.7.2. Após o 2º toque sonoro, os envelopes contendo as Folhas Definitivas de Respostas serão entregues pela Coordenação aos fiscais de cada sala para sua distribuição.
8.7.3. As Folhas Definitivas de Respostas serão entregues aos candidatos, pelos Fiscais da Sala, após o início das provas.
8.7.4. É garantida aos candidatos a verificação das Folhas Definitivas de Respostas, antes da entrega a todos da sala, para confirmação de que estão todas em branco, se assim for solicitado.
8.8. Distribuídas as Folhas Definitivas de Respostas, é de responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de seu documento de identificação e o cargo de sua escolha, impressos nas Folhas Definitivas de Respostas.
8.8.1. Os eventuais erros de digitação verificados na Lista de Presença, ou erros observados nos documentos impressos, entregues ao candidato no dia da realização das provas, quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos por meio do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, em até 7 (sete) dias após a realização das provas.

8.8.2. Não serão realizadas correções de dados cadastrais dos candidatos no dia de prova.
8.8.3. O candidato que não solicitar as correções de seus dados pessoais, deverá arcar com as consequências advindas de sua omissão e desatenção.
8.9. Ao término da prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala a Folha Definitiva de Respostas devidamente preenchida e assinada, sendo este o único documento válido para a correção. A não entrega da Folha Definitiva de Respostas implicará na eliminação do candidato do certame.
8.9.1. O candidato deverá assinar a sua Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva, nos 03 (três) campos indicados. Caso seja constatado que não há nenhuma assinatura no documento, o respectivo candidato será eliminado do Concurso, ainda que tenha assinado a Lista de Presença da sua sala de prova.
8.9.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato realizar as assinaturas na Folha Definitiva de Respostas assim que recebida pelo Fiscal de Sala.
8.10. O candidato deverá assinalar suas respostas na Folha Definitiva de Respostas, preenchendo integralmente a elipse da alternativa escolhida, conforme orientações contidas no documento, com caneta esferográfica de ponta grossa com tinta azul ou preta.
8.10.1. O preenchimento da Folha Definitiva de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste Edital, tanto no caderno de questões quanto na Folha Definitiva de Respostas.
8.10.1.1. É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as Folhas Definitivas de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
8.10.2. A caneta com tinta preta possibilita uma melhor leitura das Folhas Definitivas de Respostas no processo eletrônico de correção. Por esse motivo, recomenda-se que o candidato realize a(s) marcação(ões) na Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva com caneta esferográfica de tinta preta.
8.10.3. O candidato que não utilizar caneta esferográfica de tinta preta não será impedido de preencher a sua Folha Definitiva de Respostas.
8.10.3.1. Trata-se apenas de uma orientação pelo preenchimento da Folha Definitiva de Respostas com caneta esferográfica de tinta preta, visando a leitura adequada das marcações.
8.10.4. Não haverá qualquer intervenção humana no processo de leitura digital das Folhas Definitivas de Respostas. A isonomia do processo também não será afetada nem mesmo na fase recursal. Sendo assim, não há a possibilidade de alteração das marcações realizadas pelo candidato que não preencherem corretamente as elipses.
8.10.4.1. A correção das Folhas Definitivas de Respostas será feita por meio eletrônico. Portanto, atribuir-se-á nota zero à questão de múltipla escolha:
a) com mais de uma opção assinalada;
b) sem opção assinalada;
c) com rasura ou ressalva;
d) assinalada por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital;
e) quando a alternativa assinalada for incorreta, segundo o Gabarito Definitivo das provas.
8.11. Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.
8.12. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha Definitiva de Respostas por erro ou desatenção do candidato.
8.12.1. Não serão computadas as questões não assinaladas na Folha Definitiva de Respostas, nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
8.12.2. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha Definitiva de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida na Folha Definitiva de Respostas ou na capa do caderno de questões.
8.12.3. É vedado ao candidato amassar, molhar, manchar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha Definitiva de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processo eletrônico de leitura.
8.13. A fim de garantir a lisura dos procedimentos de aplicação do Concurso Público, os 3 (três) últimos candidatos de cada sala deverão aguardar juntos o término das provas, e retirar-se simultaneamente do recinto de prova, salvo se o número de candidatos presentes, por sala, seja inferior a 3 (três). Dessa forma, permanecerá(ão) o(s) único(s) candidato(s) presente(s) até o término das provas da respectiva sala.
8.13.1. Os últimos candidatos, conforme especificado no subitem acima, deverão assinar a Ata de Prova, atestando a conferência de todos os materiais e a idoneidade da fiscalização. O processo de fechamento do pacote de Folhas Definitivas de Respostas da sala, etapa de responsabilidade da Coordenação Local da FUNDATEC, poderá ser acompanhado por esses candidatos.
8.13.2. O candidato que não desejar permanecer entre os últimos será considerado desistente, e consequentemente será eliminado do certame.
8.13.3. Os pacotes com as Folhas Definitivas de Respostas preenchidas pelos candidatos são lacrados em malotes, logo após o encerramento das provas, sendo abertos somente na sede da FUNDATEC para realização da leitura digital. O procedimento de abertura e leitura das Folhas Definitivas de Respostas é realizado com rígidos controles de segurança, tais como: registro em Ata de Abertura de Lacres, sistemas de monitoramento de filmagem e acesso biométrico à sala de guarda dos documentos.

9. DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

9.1. As correções das Provas serão realizadas pela leitura digital da Folha Definitiva de Respostas do candidato.
9.2. O candidato que não alcançar o número mínimo de acertos exigido estará automaticamente eliminado do Concurso Público.
9.3. Os tipos de prova, o número de questões, o valor unitário, a pontuação máxima e a pontuação mínima para a aprovação estão definidas no Quadro Demonstrativo de Provas – Anexo I deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente, os critérios determinados abaixo, aplicados de acordo com o conteúdo programático/matérias das provas previstas para o cargo, conforme Anexo I:
maior pontuação na Prova de Conhecimentos Específicos;
maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;
maior pontuação na Prova de Legislação;
maior pontuação na Prova de Matemática/Raciocínio Lógico;
participação efetiva como jurado em Tribunal do Júri;
maior idade.
10.2. Persistindo o empate, será realizado Sorteio Público (aberto aos interessados), divulgado com antecedência de 3 (três) dias úteis, e realizado nas dependências da FUNDATEC, sendo este procedimento filmado e registrado em ata.
10.3. Da participação efetiva como jurado em Tribunal do Júri
10.3.1. Para fins de comprovação como jurado em Tribunal do Júri, serão aceitas certidões, declarações e atestados emitidos pelos tribunais de justiça estaduais e regionais federais do país nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal.

10.3.1.1. O exercício efetivo da função de jurado, nos termos do Art. 439 da Lei Federal nº 11.689/2008, deverá ser compreendido no período entre a publicação da referida lei e a data de término das inscrições do presente Concurso Público.
10.3.2. Para a entrega dos documentos comprobatórios de participação efetiva como jurado em Tribunal do Júri, os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo, durante o período das inscrições:
a) Acessar o site da FUNDATEC, onde estará disponível o link Formulário Online "Entrega de documentos comprobatórios de participação efetiva como jurado em Tribunal do Júri", para upload dos documentos digitalizados para avaliação. Os arquivos deverão ser enviados em formato digital com tamanho máximo de 5 (cinco) Megabytes, nas extensões JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
b) Após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
10.3.3. É de responsabilidade do candidato a compreensão correta do processo de upload. A FUNDATEC não se responsabiliza por qualquer dificuldade de acesso ao site.
10.3.4. O preenchimento correto do Formulário Online de "Entrega de documentos comprobatórios de participação efetiva como jurado em Tribunal do Júri" é de inteira responsabilidade do candidato.
10.3.5. Os documentos deverão ser enviados pelo site até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo, conforme Cronograma de Execução. Após esse período, serão submetidos para análise da Comissão de Concursos da FUNDATEC.
10.3.6. A certidão apresentada terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvida.
10.3.7. Não será aplicado o critério de desempate de exercício da função de jurado em Tribunal do Júri para o candidato que não atender ao disposto neste Edital.

11. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

11.1. Será disponibilizado, no site da FUNDATEC, a divulgação da classificação na Prova Teórico-Objetiva, aplicando-se os critérios previstos nos itens 9 e 10, quando couber.
11.2. A classificação dos candidatos obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas na Prova Teórico-Objetiva.

12. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

12.1. O Teste de Aptidão Física (TAF) tem caráter classificatório e eliminatório.
12.2. Serão convocados para realizar o TAF os primeiros 150 (cento e cinquenta) candidatos classificados, considerando a ordem de classificação na Prova Teórico-objetiva.
12.2.1. Serão respeitados os percentuais de vagas destinadas às cotas, conforme tabela abaixo:

Total Convocados	AC - Ampla Concorrência	PN - Pessoas Negras	FEM - Gênero Feminino	PcD - Pessoas com Deficiência	PI - Pessoas integrantes dos Povos Indígenas
150	89	30	15	08	08

12.2.2. Para determinar os candidatos que realizarão essa etapa, serão aplicados os critérios de desempate estabelecidos no item 10.
12.2.2.1. O preenchimento da lista de candidatos convocados será realizado primeiramente seguindo a ordem do quadro de precedência determinado no item 22.2.
12.2.3. Os candidatos não convocados para essa fase ficam automaticamente eliminados do Concurso.
12.3. Da Entrega dos Documentos para Realização do TAF:
12.3.1. Do Atestado Médico (todos os candidatos):
12.3.1.1. Para realização do Teste de Aptidão Física, o candidato deverá apresentar **antecipadamente**, pelo Formulário Online, o Atestado Médico com todas as informações exigidas no modelo Anexo VI, assegurando que o candidato **está apto clinicamente** para realizar a prova sem riscos maiores de saúde, conforme período do cronograma de execução.
12.3.1.2. Somente serão aceitos **Atestados Médicos legíveis, em cópias autenticadas em cartório, com possibilidade de autenticação eletrônica ou assinado pelo médico de forma eletrônica através de plataformas digitais reconhecidas, tais como as assinaturas eletrônica do Gov.br ou outros certificados digitais de pessoa física.**
12.3.1.3. O Atestado Médico deverá conter:
a) conter o nome completo do candidato e o número do RG ou CPF;
b) ter sido fornecido nos últimos **30 (trinta) dias que antecedem a data de convocação para realização dos testes.**
c) **descrever claramente os nomes dos testes em que o candidato será avaliado**, diagnosticando plena capacidade física para os exercícios propostos no subitem 12.5 deste Edital,
d) conter assinatura do médico e nº registro no Conselho Regional de Medicina.
12.3.1.4. Não serão aceitos documentos comprobatórios emitidos pelo próprio candidato, quando este possuir a formação para tal finalidade.
12.3.1.5. Atestados que não apresentarem explicitamente a descrição dos testes que serão realizados, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Anexo VI, não serão aceitos.
12.3.1.6. Eventuais despesas decorrentes da obtenção dos atestados exigidos para a realização do TAF ocorrerão a expensas dos candidatos, não cabendo ressarcimento em nenhuma hipótese.
12.3.2. Do Termo de Responsabilidade e Autorização, ou Certidão de Emancipação (candidatos menores de 18 anos):
12.3.2.1. O candidato menor de 18 (dezoito) anos somente poderá realizar os exames de aptidão física mediante apresentação do Termo de Responsabilidade e Autorização assinado por seu responsável ou representante legal, devidamente identificado, conforme modelo disponibilizado no Anexo VII, apresentado juntamente com a cópia do documento de identificação oficial do responsável ou da certidão de nascimento ou da certidão de tutela, que deverão ser entregues por meio do Formulário Online, no período determinado no Cronograma de Execução.
12.3.2.2. O Termo de Responsabilidade e Autorização deve conter assinatura do responsável, reconhecida em cartório por autenticidade ou que seja assinada eletronicamente através de plataformas digitais reconhecidas, tais como as assinaturas eletrônica do Gov.br ou outros certificados digitais de pessoa física.
12.3.2.3. Não será aceita a apresentação do Termo de Responsabilidade e Autorização ou Certidão de Emancipação fora do prazo determinado, tampouco será aceito no local de realização dos exercícios.
12.3.2.4. A não apresentação do termo ou certidão supracitados ensejará sua eliminação do certame.
12.3.2.5. Poderá ser substituída a entrega do Termo de Responsabilidade e Autorização, caso o candidato apresente Certidão de Emancipação devidamente registrada em cartório e entregue no mesmo prazo determinado no subitem 12.3.2.1.
12.3.3. Do Envio da Documentação:
12.3.3.1. Para enviar a documentação solicitada nos subitens 12.3.1 e 12.3.2 os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:
acessar o site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br, onde estará disponível o link para entrega "Formulário Online – Entrega de Documentos para realização do TAF", para upload dos documentos digitalizados para avaliação.
encaminhar documentos com tamanho máximo de 5 Megabytes e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.

12.3.3.2. Os documentos deverão ser postados até às 17 (dezessete) horas do último dia, conforme previsto no Cronograma de Execução.
12.3.3.3. A inobservância do disposto nos subitens 12.3.1 e no 12.3.2 (se for o caso) acarretará a perda do direito de realizar o TAF.
12.3.3.4. NÃO SERÃO ACEITOS documentos que:
não forem encaminhados conforme estabelecido neste Edital;
estiverem corrompidos;
forem emitidos fora do período de emissão determinado;
forem entregues intempestivamente;
forem apresentados ilegíveis e/ou com rasuras;
não tiverem a descrição dos exercícios que serão realizados, conforme Anexo VII;
não tiverem autenticação;
não tiverem a identificação do médico;
não tiverem a identificação do candidato;
não estiverem de acordo com o Edital de Abertura.
12.3.3.5. Será publicada a lista dos candidatos autorizados para realização do TAF, em data prevista no cronograma de execução.
12.3.3.6. Será aberto período para manifestação da lista de candidatos autorizados, cujas reivindicações sejam somente para esclarecimentos de dados ilegíveis ou sobre a autenticação de documentos.
12.3.3.7. No período de manifestação, NÃO serão aceitos:
reenvio de arquivos corrompidos;
envio de novo atestado com a descrição dos exercícios faltantes no documento entregue anteriormente;
envio de documentos que não foram entregues pelo candidato no período determinado, conforme Cronograma de Execução, seja qual for o motivo alegado.
12.3.3.8. Não serão aceitos documentos no dia de realização dos testes.
12.3.3.9. Será considerado NÃO AUTORIZADO para a realização do TAF e, consequentemente, eliminado deste Concurso, o candidato que:
a) não tenha entregue o atestado conforme estabelecido no subitem 12.3.3.1
b) não entregue o Termo de Responsabilidade e Autorização ou Certidão de Emancipação, se menor de 18 anos;
c) se apresente em horário diverso ao determinado para comparecimento do candidato;
d) descumpra os demais critérios estabelecidos neste edital.

12.4. Da Realização do TAF:

12.4.1. As avaliações, bem como as outras atividades inerentes a essa etapa, serão realizadas no município de **Sant'Ana do Livramento/RS** e poderão ser realizadas em qualquer dia da semana.
12.4.2. É de responsabilidade do candidato a identificação correta do local e do horário de comparecimento para a realização da avaliação.
12.4.2.1. Não será permitida a realização do teste ao candidato que se apresentar após o horário estabelecido no Edital de Convocação.
12.4.2.2. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização do TAF como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao teste, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato no Concurso Público.
12.4.2.3. Não será aplicado Teste de Aptidão Física fora do dia designado por Edital de Convocação.
12.4.2.4. As provas acontecerão com quaisquer condições climáticas.
12.4.3. Todos os candidatos participarão em igualdade de condições, inclusive quanto aos critérios de aprovação (conforme o gênero) previstos neste Edital, independentemente da faixa etária, condição física e/ou psicológica.
12.4.3.1. Para as Pessoas Trans, os candidatos serão submetidos aos exercícios em conformidade com sua identidade oficialmente reconhecida.
12.4.3.2. O Teste de Aptidão Física será o mesmo para todos os candidatos, haja vista as atribuições específicas para o desempenho da função.
12.4.3.3. Não haverá exclusão ou alteração de nenhum dos testes determinados em razão das condições físicas do candidato no momento da prova, seja temporária ou permanente.
12.4.4. Os candidatos serão convocados para realização dos exercícios em ordem de classificação por gênero **(feminino e masculino).**
12.4.5. O candidato convocado deverá comparecer ao local de prova com **1 (uma) hora de antecedência** do horário marcado no Edital de Convocação, com documento de identificação oficial (conforme estabelecido no item 7), vestido com roupa adequada à prática de exercícios físicos.
12.4.5.1. O candidato deverá apresentar-se no local, data e horário estabelecidos trajando calção e/ou abrigo, camiseta e tênis ou vestimenta congênere, não sendo permitida a realização do Exame de Capacitação Física para aqueles candidatos que não se apresentarem vestidos desta forma.
12.4.5.2. Os candidatos que tiverem cabelos compridos deverão, obrigatoriamente, comparecer com eles presos para a realização da prova.
12.4.5.3. Não será permitido realizar os exercícios o candidato que não esteja calçando tênis e/ou vestindo camisetas ou similares.
12.4.5.4. No ato da identificação dos candidatos, será realizada a inspeção pelo detector de metais.
12.4.5.5. Durante a realização dos testes, não será permitido o uso de fones de ouvido, relógios de qualquer espécie, controladores de frequência cardíaca ou similares, gravador, pagers, notebook, telefones celulares ou qualquer aparelho similar. O candidato que se apresentar no local da avaliação com qualquer aparelho eletrônico deverá desligá-lo e guardá-lo.
12.4.5.5.1. Aplicam-se os procedimentos de eliminação previstos no subitem 7.26, no que couber.
12.4.5.5.2. A equipe de aplicação das provas da FUNDATEC não poderá ficar responsável por atendimentos telefônicos de candidatos, ainda que sejam relativos a casos de enfermidades ou de sobreaviso (plantão).
12.4.5.6. Não será permitido o uso de meios, peças, equipamentos ou artifícios que visem à melhoria do desempenho do candidato, tais como blocos de partida, ajuda de outras pessoas, inclusive outro candidato, acompanhando, por exemplo, durante a corrida ou de outra forma que caracterize ajuda externa.
12.4.5.7. O candidato poderá levar toalhas e demais produtos para higienização dos equipamentos/materiais que serão utilizados em comum.
12.4.5.8. O candidato deverá providenciar suas próprias garrafas com água e outros alimentos que considerar necessário. Não será fornecido lanche aos candidatos nem haverá lanchonete disponível no local de realização.
12.4.5.9. O candidato poderá levar pertences ao local de prova, devendo depositá-los no local indicado antes do início da execução dos testes, sendo facultado ao candidato, entre as execuções dos testes, apenas manipular alimentos e bebidas.
12.4.5.10. A FUNDATEC e a Prefeitura Municipal não se responsabilizam por perdas ou extravios de objetos e equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização dos testes.
12.4.6. O candidato deverá assinar a lista de presença, sob pena de ser considerado ausente.
12.4.7. No momento da identificação, o candidato receberá um número, que deverá ser afixado em sua camiseta e que não poderá ser retirado até o final do TAF. Após a realização dos exercícios, o candidato deve devolve-lo à Comissão Organizadora.
12.4.8. Os tempos oficiais dos exercícios serão controlados pelos cronômetros da Banca Avaliadora, que servirão de referência exclusiva para o início e o término dos testes.

12.4.9. As condições estruturais dos locais de comparecimento para orientações e espera para a prova, bem como as condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis na data de realização, ou ainda, atrasos decorrentes da própria organização das atividades não servirão de motivos para tratamentos diferenciados, mudança de horário ou de dia para a realização de nova prova.
12.4.10. Alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, câimbras, efeitos de medicamentos, contusões, luxações, etc.), doença que lhe diminua a capacidade físico-orgânica ou que impossibilite o candidato de submeter-se aos testes, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado, mudança de horário, nova prova ou alegação de motivo de baixo desempenho do candidato.
12.4.10.1. Cabe unicamente ao próprio candidato a decisão de realizar e prosseguir nos exercícios propostos por este Edital, bem como obedecer a ordem, a sequência e o tempo das atividades estabelecidas no dia de prova.
12.4.10.2. O candidato que vier a acidentar-se, sofrer mal súbito ou lesão muscular, em qualquer um dos exercícios do TAF, e não tiver condição de continuar as atividades, estará automaticamente eliminado no Concurso Público.
12.4.10.3. Não será permitido o auxílio mútuo entre os candidatos durante a realização das provas do teste físico, sendo considerados eliminados do Concurso aqueles que o fizerem.
12.4.10.4. A Coordenação Local, juntamente com as Bancas do TAF, poderá alterar a ordem dos candidatos na realização dos testes, em um determinado grupo, dependendo de situações que necessitem de cuidados ambulatoriais no dia da prova.
12.4.10.5. Não caberá à FUNDATEC ou ao Município de Sant'Ana do Livramento/RS qualquer responsabilidade com o que possa acontecer ao candidato durante a realização do TAF.
12.4.10.6. A seu critério, o candidato poderá informar o contato de emergência para eventualidades de saúde que necessite de acompanhante, conforme modelo Anexo VI.

12.5. Dos Exercícios:

12.5.1. O Teste de Aptidão Física será composto por teste de flexão de barra, teste de flexão do tronco (resistência abdominal), teste de flexão de braços sobre o solo (apoio) e teste de corrida.
12.5.2. **O Teste de Aptidão Física iniciará pelo teste de flexão de braços sobre o solo (apoio) e, na sequência, os candidatos realizarão os testes de flexão de tronco (resistência abdominal), teste de corrida, e, por fim, farão o teste de barra fixa.**
12.5.2.1. Haverá no local, uma demonstração prática, com exceção do teste de corrida.
12.5.2.1.1. A FUNDATEC não se responsabiliza por orientações disponibilizadas em meios não oficiais ou realizadas por profissionais que não sejam os contratados pela executora.
12.5.2.2. Dentro do período máximo de 01 (um) minuto, nos testes de flexão de braços sobre o solo (apoio), flexão de tronco (resistência abdominal) e barra fixa, o candidato deverá realizar a primeira tentativa do exercício, e se for o caso, será permitida uma segunda tentativa ao candidato que **não** conseguir executá-lo.
12.5.2.3. Não será concedido segunda tentativa para fins de obtenção em melhor desempenho.
12.5.2.4. O aquecimento e/ou alongamento muscular, antes de qualquer teste, será de inteira responsabilidade do candidato.
12.5.2.5. Será concedido um intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos entre cada uma das provas. Ultrapassando esse tempo, cabe unicamente ao candidato, manter-se hidratado e aquecido para realização dos testes.
12.5.2.6. Antes da posição inicial de cada exercício, o candidato poderá solicitar ao Fiscal a higienização dos equipamentos/materiais, caso esse procedimento não tenha sido feito. O candidato poderá utilizar suas toalhas, conforme exposto no subitem 12.4.5.7.

A) Do Teste de Corrida (candidatos dos gêneros masculino e feminino):

A.1) O teste de corrida consistirá em percorrer, em uma única oportunidade, a distância de **2.500 (dois mil e quinhentos) metros para os candidatos do** gênero **masculino e 2.100 (dois mil e cem) metros para os candidatos do** gênero **feminin**o.
A.2) O percurso poderá ocorrer em pistas atléticas, ruas asfaltadas ou similares, dependendo das disponibilidades locais.
A.3) O piso da pista de corrida de **12 minutos** poderá ser asfáltico, de concreto, sintético, de carvão, de cascalho, de saibro, dentre outros tipos de materiais existentes.
A.4) Quando o teste de corrida não for realizado em pistas atléticas, a distância a ser percorrida será determinada pela Banca Avaliadora através de instrumentos de medição adequados, sendo solicitado a um candidato do primeiro grupo de cada gênero que testemunhe a veracidade da distância.
A.5) Uma vez determinado o local pela Banca Avaliadora, não serão aceitos recursos referentes às condições estruturais da pista, aclives ou declives, tendo em vista que o candidato se depara com situações de aspectos urbanos no cotidiano do exercício da profissão.
A.6) A Banca Avaliadora informará aos candidatos, no dia do teste, o número de voltas a serem executadas para cumprir a metragem exigida.
A.7) Será permitido durante o teste de corrida, e exclusivamente a critério do candidato, o uso de óculos escuros e acessórios de chapelaria, tais como: boné e chapéu, sendo estes revistados antes da realização da prova.
A.8) Quando da necessidade de ultrapassagem, o candidato deve sempre realizá-la pela direita.
A.9) O candidato NÃO PODERÁ:
- ultrapassar de modo que interrompa o ritmo e/ou movimentos dos demais candidatos;
- encostar nos demais candidatos durante o percurso.

A.10) Tempo máximo do percurso: **12 (doze) minutos**.
A.11) Serão considerados INAPTOS os candidatos que não atingirem a distância mínima exigida no tempo determinado.

B) Do Teste de Flexão do Tronco (resistência abdominal – candidatos dos gêneros masculino e feminino:

B.1) Posição Inicial: Decúbito dorsal, com pernas completamente estendidas no prolongamento do corpo e as mãos tocando o solo acima da cabeça.
B.2) Execução do exercício: partindo da posição inicial (descrita acima), ao sinal do avaliador, o candidato iniciará o teste, flexionando o tronco e quadril, simultaneamente com a flexão dos joelhos, adotando a posição sentada, mantendo os cotovelos estendidos à frente do corpo e paralelos ao solo, de forma que se verifique o alinhamento dos cotovelos aos joelhos, retornando, na sequência, à posição inicial, onde as mãos tocam o solo acima da cabeça, estando os cotovelos flexionados ou não, momento em que será anotada uma execução.
B.3) Somente serão computadas as execuções corretas do exercício, conforme descrito acima;
B.4) A flexão e extensão de quadril, tronco e joelhos deverá ocorrer simultaneamente;
B.5) Não será permitida qualquer forma de auxílio durante o movimento (ex.: abraçar ou apoiar-se nos joelhos ou na parte posterior das pernas, ou apoiar cotovelos no solo);
B.6) Os pés devem tocar no solo no início, no meio e no fim do movimento, ou seja, na posição inicial, no momento da flexão de tronco e após a extensão.
B.7) Somente serão computadas as execuções corretas do exercício, conforme descrito acima. NÃO SERÁ CONTABILIZADA A REPETIÇÃO, quando o candidato:
- ao retornar a posição inicial, não estender os braços, posicionando as mãos acima da cabeça;
- não manter os membros superiores alinhados com os ombros, paralelos ao solo, impedindo que os cotovelos alcancem os joelhos;
- passar os braços por cima dos joelhos, ou entre as pernas, os dois braços passando entre os joelhos;
- deixar de flexionar os joelhos na fase da flexão de quadril/subida;
- não encostar os calcanhares no solo quando retomar a posição inicial;

- segurar-se, pegar impulso ou descansar, apoiando-se nos joelhos, puxando-se pelas pernas ou pelas roupas, durante a fase 2 (subida ou flexão de quadril) da execução;
- apoiar as mãos ao solo para auxiliar na subida.

B.8) No tempo máximo de **1 (um) minuto,** deverão ser executadas **25 (vinte e cinco) repetições para candidatos do gênero masculino e 15 (quinze) repetições para o gênero feminino.**

B.9) Os candidatos poderão descansar, se for necessário, somente na posição inicial.

B.10) Serão considerados INAPTOS os candidatos que não executarem o mínimo de repetições exigido no tempo determinado.

C) Do Teste de Flexão de Braços sobre o solo (apoio):

C.1) **Candidatos do Gênero Masculino:**

C.1.1) Posição inicial: Mãos espalmadas apoiadas no solo ou no colchonete, conforme necessidade, que será avaliada pelo responsável da aplicação da prova; tronco alinhado desde os ombros até o quadril e as pernas alinhadas ao tronco; braços estendidos na altura e na distância dos ombros; pés unidos e apoiados pela ponta dos dedos no solo.

C.1.2) Execução: O movimento se dá a partir da posição inicial, em seguida os braços flexionam até que o peito toque o solo, mantendo as costas, o quadril e as pernas alinhadas, o movimento seguinte deve ser o de retorno à posição inicial.

C.1.3) O exercício deverá ser realizado ininterruptamente. Não será permitida a parada para descanso em nenhum momento do teste. Caso isso ocorra, o candidato será desclassificado do teste.

C.1.4) Deverão ser executadas **25 (vinte e cinco) repetições**, no tempo máximo de **1 (um) minuto.**

C.1.5) Serão considerados INAPTOS os candidatos que não executarem o mínimo de repetições exigido no tempo determinado.

C.2) **Candidatos do Gênero Feminino:**

C.2.1) Posição inicial: Mãos espalmadas apoiadas no solo ou no colchonete, conforme necessidade, que será avaliada pelo responsável da aplicação da prova; tronco alinhado desde os ombros até o quadril e as coxas alinhadas ao tronco e quadril, os joelhos estarão em contato com o solo, formando um ângulo de 90º, entre as coxas e as panturrilhas.

C.2.2) Execução: O movimento se dá a partir da posição inicial, em seguida os braços flexionam até que o peito toque o solo, mantendo as costas e o quadril e as coxas alinhadas, o movimento subsequente é o de retorno à posição inicial.

C.1.3) O exercício deverá ser realizado ininterruptamente. Não será permitida a parada para descanso em nenhum momento do teste. Caso isso ocorra, a candidata será desclassificada do teste.

C.1.4) Deverão ser executadas **15 (quinze) repetições**, no tempo máximo de **1 (um) minuto.**

D) Do Teste de Barra Fixa (candidatos dos gêneros masculino e feminino):

D.1.) **Candidatos do gênero Masculino**: A metodologia para a preparação e a execução do teste dinâmico de barra para os candidatos do gênero masculino obedecerá aos seguintes critérios:

D.1.1) Posição inicial: ao comando "em posição", o candidato deverá ficar suspenso na barra horizontal, a largura da pegada deve ser aproximadamente a dos ombros, a pegada das mãos poderá ser em pronação (dorsos das mãos voltados para o corpo do executante) ou supinação (palmas das mãos voltadas para o corpo do executante), os cotovelos em extensão; não poderá haver nenhum contato dos pés com o solo;

D.1.2) Execução: ao comando "iniciar", o candidato deverá flexionar os cotovelos, elevando o seu corpo até que o queixo ultrapasse o nível da barra, sem tocar a barra com o queixo. Em seguida, deverá estender novamente os cotovelos, baixando o seu corpo até a posição inicial. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.

D.1.3) A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:
- a Banca Avaliadora irá contar em voz alta o número de repetições realizadas;
- quando o exercício não atender ao previsto no edital, a Banca Avaliadora repetirá o número do último realizado de maneira correta;
- a contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo Banca Avaliadora;
- o teste somente será iniciado com o candidato na posição correta e após o comando dado pelo auxiliar da Banca Avaliadora;
- excepcionalmente e para evitar que os candidatos mais altos toquem os pés no solo estando na posição inicial, será permitida, neste caso, a flexão dos joelhos;
- só será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;
- cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos – somente aí será contada como uma execução completa e correta. A não extensão total dos cotovelos, antes do início de uma nova execução, será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho do candidato;
- o movimento deve ser dinâmico, ou seja, o candidato não pode parar para "descansar";
- o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos.

D.1.4) Será proibido ao candidato:
- tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;
- após a tomada de posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

utilizar luvas ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;
- apoiar o queixo na barra;
- após ultrapassar o queixo em relação à barra, simplesmente soltar as mãos, em vez de completar o movimento com os cotovelos totalmente estendidos;
- utilizar um impulso de braços e tronco para frente e para cima, levando o peito para cima; - realizar a "pedalada";
- realizar o "chute";
- estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores;
- realizar qualquer movimento na articulação dos joelhos.

D.1.5) O teste será encerrado quando o candidato perder o contato das mãos com a barra, ou realizar um procedimento proibido previsto neste edital.

D.1.6) Será considerado INAPTO o candidato que não atingir, no **mínimo, 5 (cinco) repetições**.

D.2) **Candidatos do Gênero Feminino:** A metodologia para a preparação e a execução do teste estático de barra para as candidatas do gênero feminino será constituída de:

D.2.1) Posição inicial: a candidata deverá posicionar-se sob a barra, pisando sobre um ponto de apoio. Ao comando de "em posição", a candidata empunhará a barra em pronação (dorsos das mãos voltados para o corpo da executante) ou supinação (palmas das mãos voltadas para o corpo da executante) e queixo acima da parte superior da barra, mas sem tocar na barra com o queixo, mantendo os braços completamente flexionados, com o corpo na posição vertical, pernas estendidas e pés em contato com o ponto de apoio.

D.2.2) Execução: ao comando de iniciar, o ponto de apoio é retirado e será iniciada a cronometragem do tempo de permanência da candidata na posição, devendo a candidata permanecer sustentada apenas com o esforço de seus membros superiores, com os dois braços completamente flexionados e queixo acima da parte superior da barra, mas sem tocar a barra com o queixo, corpo na posição vertical, pernas estendidas;

D.2.4) A cronometragem será encerrada quando a candidata atingir o tempo mínimo exigido no edital, na posição correta, considerando que:
- o tempo de realização do exercício oficial será somente o computado pelo Banca Avaliadora;
- a largura da pegada deve ser aproximadamente a dos ombros;

- o teste somente será iniciado com a candidata na posição inicial correta e após o comando de iniciar.
D.2.5) A contagem do tempo encerará, estando a candidata INAPTA, quando:
- o exercício não atender ao previsto no edital;
- ceder à sustentação, deixando o queixo ficar abaixo da parte superior da barra, ou tocar a barra com o queixo.
D.2.6) Não será permitido à candidata:
- tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início da execução;
- após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
- utilizar luvas ou qualquer outro artifício para proteção das mãos;
- apoiar o queixo na barra;
- realizar a "pedalada";
- realizar o "chute";
- estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores.;
- assumir a posição como "cadeirinha" (flexão dos quadris e joelhos, com ou sem cruzamento de pernas) como forma de apoio ou sustentação.
D.2.7) Será eliminada a candidata que não atingir o **tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) segundos** na posição correta do exercício.

12.6. Da pontuação

12.6.1. O candidato que, em qualquer dos testes, não obtiver o índice mínimo (equivalente a 01 ponto em cada teste - índice mínimo habilitatório estabelecido na TABELA I e TABELA II), será eliminado, sendo impedido de realizar as provas subsequentes, se houver, independentemente das demais pontuações obtidas.
12.6.2. O Teste de Aptidão Física – TAF será avaliado na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, conforme o desempenho alcançado pelo candidato em cada teste.
12.6.3. Da pontuação por desempenho:

TABELA I – MASCULINO

Desempenho	T1 - Flexão de braços sobre o solo (Apoio)	Pontuação	T2 - Flexão de tronco (Resistência abdominal)	Pontuação	T3 - Corrida 12 (doze) minutos	Pontuação	T4 - Barra fixa (Tração e isometria)	Pontuação
Índice mínimo habilitatório	**25 a 27**	**01**	**25 a 27**	**01**	**2.500m a 2.599m**	**01**	**05 a 06**	**01**
Demais execuções	28 a 30	02	28 a 30	02	2.600m a 2.699m	02	07 a 08	02
	31 a 33	03	31 a 33	03	2.700m a 2.799m	03	09 a 10	03
	34 a 36	04	34 a 36	04	2.800m a 2.899m	04	11 a 12	04
	37 ou mais	05	37 ou mais	05	2.900m ou mais	05	13 ou mais	05

TABELA II – FEMININO

Desempenho	T1 - Flexão de braços sobre o solo (Apoio)	Pontuação	T2 - Flexão de tronco (Resistência abdominal)	Pontuação	T3 - Corrida 12 (doze) minutos	Pontuação	T4 - Barra fixa (Tempo de suspensão)	Pontuação
Índice mínimo habilitatório	**15 a 17**	**01**	**15 a 17**	**01**	**2.100m a 2.199m**	**01**	**25" a 29"99**	**01**
Demais execuções	18 a 20	02	18 a 20	02	2.200m a 2.299m	02	30" a 34"99	02
	21 a 23	03	21 a 23	03	2.300m a 2.399m	03	40" a 44"99	03
	24 a 26	04	24 a 26	04	2.400m a 2.499m	04	45" a 49"99	04
	27 ou mais	05	27 ou mais	05	2.500m ou mais	05	50" ou mais	05

12.6.3.1. Quando o desempenho do candidato, em cada teste, for entre as faixas acima determinada, será considerada a pontuação do menor desempenho realizado.
15.6.4. A nota do teste de aptidão física corresponderá à soma simples dos pontos obtidos nos quatro testes de aptidão física, aplicando-se a seguinte fórmula:
NA = (T1 + T2 + T3 + T4), onde:
NA = Nota Final do Teste de Aptidão Física;
T1= Pontos obtidos no teste de flexão de braços sobre o solo (apoio), na escala de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos;
T2= Pontos obtidos no teste de flexão de tronco (resistência abdominal), na escala de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos;
T3= Pontos obtidos no teste de corrida em 12 (doze) minutos, na escala de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos;
T4= Pontos obtidos no teste de flexo-extensão de cotovelos em suspensão na barra fixa (masculino) ou teste de flexo-extensão de isometria na barra fixa (feminino), na escala de 0 (zero) a 05 (cinco) pontos.

12.7. Da Aptidão:

12.7.1. Ao término da prova, o candidato deverá assinar, juntamente com o avaliador, a sua grade de avaliação e dirigir-se diretamente à saída do local de realização de prova.
12.7.2. O candidato que não conferir os dados pessoais na sua grade avaliação e não solicitar correções se necessário, deverá arcar com as consequências advindas de sua omissão e desatenção.
12.7.3. Será considerado APTO o candidato que obtiver nota final mínima de 01 (um) ponto em cada exercício, obedecidos os critérios relacionados neste Edital.
12.7.4. A nota final obtida no TAF será somada à nota da prova Teórico-objetiva, para fins de classificação.

12.7.5. Do Pedido de Revisão

12.7.5.1. A realização do Teste de Aptidão Física será gravada em vídeo por pessoa indicada pela Comissão do Concurso, para fins de subsidiar a decisão dos recursos nesta fase.
12.7.5.1.2. O candidato que se recusar a ter seu teste gravado em vídeo será eliminado do concurso.
12.7.5.1.3. O candidato, ao receber a informação de sua inaptidão em um dos exercícios realizados, fica impedido de prosseguir aos demais testes determinados e, não concordando com o resultado obtido, poderá solicitar a imediata revisão através da filmagem realizada no local, se solicitado em até 10 (dez) minutos após o comunicado no exercício que o eliminou.
12.7.5.1.4. A solicitação da revisão da filmagem deverá ser requerida à Coordenação Local até a conclusão do respectivo exercício do seu grupo de realização de prova.
12.7.5.1.5. O candidato apenas terá acesso a filmagem relativa ao candidato requerente, não sendo disponibilizadas imagens de outros candidatos.
12.7.5.1.6. A análise da filmagem realizada será no local e visualizada apenas pela Banca Avaliadora e a Coordenação Local, tendo o parecer definitivo sobre o resultado do candidato.

12.8. Da candidata Gestante ou em Período de Pós-gravidez

12.8.1. É assegurado a remarcação do Teste de Aptidão Física à pessoa gestante ou que tenha tido a gravidez interrompida ou concluída há menos de 60 (sessenta) dias da data dos testes, a qual deverá comprovar documentalmente por atestado médico a sua condição, conforme estabelecido neste edital.
12.8.2. Será concedida a remarcação do TAF independentemente da data de início da gravidez, das condições físicas e clínicas da pessoa gestante e do grau do esforço físico, desde que a candidata cumpra o disposto neste Edital.

12.8.3. A candidata deverá encaminhar à FUNDATEC, por Formulário Online, atestado médico, conforme modelo Anexo VIII, no período previsto no Cronograma de Execução.
12.8.3.1. Para a entrega do atestado médico, a candidata deverá realizar as etapas descritas abaixo:
a) Acessar o site da FUNDATEC, onde estará disponível o link Formulário Online "Entrega de Atestado Médico da pessoa gestante ou em período de pós-gravidez - TAF", para upload dos documentos escaneados para avaliação;
b) Encaminhar documentos com tamanho máximo de 5 Megabytes e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, TNG ou TIFF;
c) Após o preenchimento do Formulário Online, a candidata visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
12.8.3.2. Os documentos deverão ser enviados através do site até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto no período de entrega constante no Cronograma de Execução. Após, serão submetidos para análise da Comissão de Concursos.
12.8.3.3. O Atestado Médico deverá conter a assinatura, o carimbo e o número de registro no Conselho Regional de Medicina do Médico Ginecologista-obstetra, e ter sido expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do primeiro edital de Convocação para o TAF.
12.8.4. A candidata que não se manifestar no período determinado perderá o direito de remarcação do TAF, sendo convocada juntamente com os demais candidatos, ficando a seu critério a sua continuidade no certame.
12.8.5. Juntamente com o Edital de Convocação do TAF, será divulgado o Resultado dos Pedidos de Remarcação.
12.8.5.1. A candidata com pedido de remarcação deferido seguirá nas listas referentes às próximas fases, sob condicional, até que sejam realizados os testes e a subsequente aprovação.
12.8.6. Deferido o requerimento da remarcação do TAF, a candidata tem o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o nascimento do bebê ou da interrupção da gestação para entrar em contato formalmente com a FUNDATEC para fins de agendamento do TAF.
12.8.6.1. É de responsabilidade da candidata comunicar formalmente à FUNDATEC sobre o nascimento do bebê ou da interrupção da gestação.
12.8.6.2. Caso não ocorra a devida comunicação ou esta seja realizada após o prazo de a 45 (quarenta e cinco) dias, a candidata será considerada eliminada do Concurso Público.
12.8.6.3. Para agendamento, a candidata deverá encaminhar, através do endereço de e-mail agendamento.taf@fundatec.org.br, cópia da certidão de nascimento do bebê ou atestado médico, informando a interrupção da gestação, e solicitando confirmação de recebimento da FUNDATEC.
12.8.6.3.1. O Atestado Médico deverá conter a assinatura, o carimbo e o número de registro no Conselho Regional de Medicina do Médico Ginecologista-obstetra, e ter sido expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o parto ou interrupção da gestação.
12.8.6.4. Quando do recebimento da comunicação da candidata, a FUNDATEC procederá com o agendamento do TAF, não ocorrendo em prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias após o parto ou da interrupção da gestação.
12.8.6.5. A FUNDATEC irá agendar o TAF em qualquer período, de acordo com a disponibilidade dos recursos necessários para realização dos testes, podendo ser agendado para dias de semana, sábados, domingos ou feriados, sendo o ato convocatório publicado no site da FUNDATEC em até 8 dias antes da data do evento.
12.8.7. A nomeação e o início do exercício das atividades no cargo da candidata ficam condicionados à aprovação do TAF, tendo a sua vaga garantida, conforme sua ordem de classificação, até que seja concluída essa fase, se assim for aprovada nas etapas seguintes.
12.8.7.1. O agendamento será realizado de acordo com a necessidade da administração, considerado a classificação da candidata e a disponibilidade do preenchimento das vagas.
12.8.8. O disposto nesse item não se estende à mãe adotante.

12.9. Outras especificações:

12.9.1. Será eliminado o candidato que, deliberadamente, provoque prejuízo a outro candidato na realização dos testes, comprometendo os seus resultados.
12.9.2. No período de recurso, haverá a disponibilização do(s) registro(s) da(s) gravação(ões) do(s) exercício(s) em que o candidato foi reprovado, exceto do teste de corrida por se tratar de uma atividade de execução coletiva.
12.9.3. Não serão considerados para fins de recursos, filmagem realizadas por terceiros.
12.9.4. Outras informações referentes ao Teste de Aptidão Física - TAF, serão publicadas em Edital específico, quando da convocação para essa fase.

13. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

13.1. Os candidatos aprovados no Teste de Aptidão Física serão submetidos à Avaliação Psicológica, a qual será realizada mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos que avaliará as características pessoais do candidato, a fim de analisar a sua adequabilidade ao perfil definido para o cargo de Guarda Civil Municipal.
13.2. A etapa de Avaliação Psicológica compreende a aplicação coletiva de testes, métodos, técnicas e instrumentos capazes de aferir, de forma científica, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo. Os requisitos psicológicos referem-se a:
a) características psicológicas necessárias para a atividade do cargo; e
b) características psicológicas restritivas ou impeditivas para a atividade do cargo.
13.2.1. A etapa contará com Banca Avaliadora, Banca Examinadora e Banca Revisora.
13.2.1.1. A Banca Avaliadora realizará a aplicação e correção de métodos, técnicas e instrumentos utilizados na Avaliação Psicológica.
13.2.1.2. A Banca Examinadora da Avaliação Psicológica tem a prerrogativa de decidir quais métodos, técnicas e instrumentos psicológicos serão empregados no Exame Psicológico, e é responsável por indicar no resultado a aptidão ou a inaptidão do candidato para o desempenho das funções do cargo pretendido.
13.2.1.3. A Banca Revisora é responsável por responder aos recursos administrativos solicitados pelos candidatos e emitir resposta de deferimento ou indeferimento.
13.2.2. Os membros da Banca Examinadora e da Banca Avaliadora não participarão da Banca Revisora.
13.2.3. Os membros da Banca Examinadora poderão participar da Banca Avaliadora ou exercer funções da Banca Avaliadora.
13.2.4. Tanto a Banca Avaliadora quanto a Banca Examinadora e a Banca Revisora serão compostas por profissionais capacitados pessoal, teórica e tecnicamente para a atividade que irão realizar no concurso.
13.3. A Avaliação Psicológica seguirá as resoluções do Conselho Federal de Psicologia vigentes na data de publicação do edital.
13.4. A Avaliação Psicológica será realizada mediante o uso de métodos, técnicas e instrumentos psicológicos selecionado com base na profissiografia o do cargo, que possibilitam avaliar os requisitos psicológicos para o desempenho no cargo, a fim de analisar a sua adequabilidade ao perfil definido para o cargo, realizado por profissionais devidamente habilitados para avaliações dessa natureza.
13.5. A Avaliação Psicológica será realizada mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos que avaliará as características pessoais do candidato, a fim de analisar a sua adequabilidade ao perfil definido para o cargo.
13.6. A Avaliação Psicológica em concursos públicos e seleções de natureza pública consiste em uma seleção profissional com a finalidade de identificar requisitos psicológicos do candidato compatíveis com as atividades a serem desempenhadas em cargo pretendido.

13.7. O processo de avaliação dar-se-á por meio de instrumental competente, embasado em normas e procedimentos reconhecidos e validados em nível nacional e em conformidade com as normas do Conselho Federal de Psicologia, considerando as técnicas capazes de aferir, minimamente, os requisitos psicológicos específicos para o exercício do cargo/função.
13.8. As habilidades e aptidões descritas nos requisitos psicológicos referem-se à capacidade potencial do indivíduo para realizar tipos específicos de atividades relativas a cada cargo.
13.9. Poderão ser utilizados nos testes coletivos tabelas de referência conforme faixa etária mínima para exercício do cargo.
13.10. O Perfil Psicológico (Requisitos Psicológicos) dos cargos encontra-se no Anexo IX deste Edital
13.11. As avaliações serão realizadas no município de Sant'Ana do Livramento/RS, sendo os candidatos convocados a comparecer em qualquer dia da semana.
13.11.1. Para ingresso no local da avaliação, os candidatos deverão comparecer com antecedência ao horário determinado, munidos de documento de identificação, em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.
13.11.2. O não comparecimento na data, no horário e no local especificados na convocação para a Avaliação Psicológica incorrerá em eliminação automática do candidato do certame.
13.11.3. Não serão tolerados atrasos por quaisquer motivos alegados.
13.11.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização dessa fase como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste certame. Não será feito a Avaliação Psicológica fora do dia, horário e local designado por Edital.
13.11.5. Verificado que o candidato não possui condições físicas ou emocionais para a realização da Avaliação Psicológica, de forma a colocar em risco tanto equipamentos utilizados quanto a integridade física das pessoas envolvidas, a imediata interrupção da prova e até mesmo a eliminação do candidato do certame poderão ser determinadas.
13.11.6. Os demais itens a serem apresentados no dia de realização da Avaliação Psicológica constarão no Edital de Convocação desta etapa.
13.12. O resultado será formalizado em edital, com a conclusão de AUSENTE, APTO ou INAPTO para o desempenho do cargo.
13.12.1. O candidato será considerado APTO ao atender às condições adequadas ao cargo, conforme os critérios referidos neste Edital.
13.12.2. Ser considerado INAPTO na Avaliação Psicológica não significa que o candidato possua transtornos cognitivos e/ou comportamentais. O referido parecer indica apenas que o candidato não atendeu, à época da avaliação, aos requisitos psicológicos exigidos para o exercício da função a qual concorreu, referida neste Edital.
13.12.3. A divulgação dos resultados da Avaliação Psicológica será realizada no site da FUNDATEC, onde constarão os nomes dos candidatos considerados APTOS e somente o nº de inscrição dos candidatos considerados INAPTOS e AUSENTES.
13.12.4 O candidato considerado INAPTO receberá o Laudo de Resultado da Avaliação Psicológica através do e-mail cadastrado na ficha de inscrição.
13.12.4.1. Os Laudos Psicológicos encaminhados via e-mail estarão criptografados com senha, sendo essa encaminhada via SMS para o número do celular cadastrado na ficha de inscrição.
13.12.4.2. Caso o candidato considerado INAPTO não receba o Laudo de Resultado da Avaliação Psicológica através do e-mail no prazo estabelecido, este deverá manifestar-se em até 48 (quarenta e oito) horas após a data de envio determinada no Cronograma de Execução.
13.12.4.3. Não serão encaminhados laudos fora do prazo determinado no Cronograma de Execução, bem como não serão entregues laudos após a data determinada.
13.12.5. Não serão fornecidos documentos de qualquer outra forma não estabelecida por este Edital.
13.13. Da Entrevista Devolutiva
13.13.1. Após a divulgação do resultado da Avaliação Psicológica, o candidato considerado INAPTO, terá direito a Entrevista Devolutiva de resultados, de caráter informativo, momento em que terá acesso aos motivos de seu resultado.
13.13.2. A Entrevista Devolutiva será realizada pelo psicólogo da Banca Avaliadora ou Examinadora da Avaliação Psicológica aos candidatos considerados inaptos, para explicar os motivos de sua inaptidão.
13.13.3. A Entrevista Devolutiva é opcional e somente ocorrerá na presença do candidato.
13.13.4. Não será realizada Entrevista Devolutiva para representante legal indicado pelo candidato.
13.13.5. O candidato será informado da data da Entrevista Devolutiva através do edital de resultado dessa fase.
13.13.6. O candidato poderá, a seu critério e às suas expensas, contratar um psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia/CRP para acompanhá-lo na Entrevista Devolutiva, observadas as seguintes condições:
a) não possuir vínculo com a Prefeitura de Sant'Ana do Livramento/RS;
b) apresentar, no dia da devolutiva, a carteira do Conselho Regional de Psicologia/CRP válida, ou certidão de regularidade de inscrição do órgão regulador da profissão;
c) estar em dia com suas responsabilidades junto ao CRP;
d) não estar cumprindo penalidade disciplinar;
e) ser representante de apenas um candidato no mesmo turno a qual foi destinado para realização da entrevista devolutiva, a ser informado em edital específico.
13.13.7. O não atendimento a essas condições impedirá o acompanhamento.
13.13.8. Caso o candidato esteja acompanhado de psicólogo, este poderá ter acesso aos testes aplicados, devendo o candidato aguardar fora da sala durante a análise.
13.13.9. As informações técnicas relativas ao perfil psicológico somente poderão ser discutidas com o psicólogo contratado, conforme a legislação profissional vigente. O acesso ao material ocorrerá exclusivamente no local, data e horário agendados.
13.13.10. O candidato desacompanhado terá acesso apenas ao laudo, sem possibilidade de discussão técnica ou acesso aos instrumentos psicológicos aplicados.
13.13.11. O candidato e o psicólogo acompanhante, quando houver, poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais e deverão guardar seus pertences pessoais antes de ingressar na sala de entrevista.
13.13.12. É vedada a gravação, filmagem, fotografia ou reprodução de documentos durante a Entrevista Devolutiva.
13.13.13. O sigilo sobre as informações obtidas, bem como aquelas que serão fornecidas na Entrevista Devolutiva ao candidato, serão de inteira responsabilidade do psicólogo designado pelo candidato.
13.13.14. Não será admitida a remoção dos testes do candidato do local, salvo determinação judicial.
13.13.15. A Entrevista Devolutiva será exclusivamente de caráter informativo, não sendo considerada como recurso.
13.13.16. O não comparecimento será considerado desistência por parte do candidato em realizar a Entrevista Devolutiva, não sendo aceitas justificativas de desconhecimento ou atraso, nem permitido novo agendamento.
13.14. Do recurso administrativo em relação aos resultados da Avaliação Psicológica:
13.14.1. Encerrado o período de realização das Entrevistas Devolutivas, o candidato INAPTO poderá interpor recurso administrativo em relação ao resultado da Avaliação Psicológica, conforme disposto no item 17.

13.14.2. Os recursos deverão ser encaminhados por Formulário Próprio, que será disponibilizado no site www.fundatec.org.br e enviados a partir da 0 hora do primeiro dia previsto até às 17h do último dia previsto, considerando os critérios a seguir:
Os candidatos deverão fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistência e concisão, e construir o recurso, devidamente, apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação necessária daquilo em que se julgar prejudicado.
O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.
Caso os recursos sejam elaborados por psicólogo contratado, estes devem ser encaminhados com a assinatura e o carimbo do profissional. Para a elaboração do recurso administrativo, a psicóloga ou psicólogo contratado deve se basear na análise dos documentos psicológicos decorrentes da Avaliação Psicológica do concurso em questão.
Recursos com teor ofensivo não serão considerados.
Não serão aceitas contestações comparando resultados de avaliações psicológicas de terceiros ou de outros processos realizados pelo candidato, como para obtenção de CNH, outros concursos, etc.
Não serão consideradas como razões de recurso alegações de alteração física ou patológica como sendo a desencadeadora do rendimento apresentado durante a realização dos testes (doença, efeito de substância medicamentosa, luto, cansaço excessivo, tensão extrema, etc.).
Recursos e argumentações apresentados fora das especificações estabelecidas neste Edital não serão analisados.
13.14.3. Os candidatos receberão por e-mail cópia da resposta ao seu recurso.
13.15. O candidato considerado INAPTO na fase de recurso da Avaliação Psicológica será eliminado do Concurso Público.
13.16. Das Convocações:
13.16.1. No caso de ocorrer aplicação de Avaliação Psicológica por força judicial, a FUNDATEC poderá aplicar outros instrumentos equivalentes aos aplicados anteriormente que estejam vigentes conforme orientações do Conselho de Psicologia.

14. DA SINDICÂNCIA SOBRE A VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL E FUNCIONAL DO CANDIDATO

14.1. Os candidatos aprovados no Teste de Aptidão Física e considerados APTOS na Avaliação Psicológica e Mental serão submetidos à Sindicância sobre a Vida Pregressa e Investigação Social e Funcional do Candidato, de caráter eliminatório, de responsabilidade da FUNDATEC.
14.1.1. A Sindicância sobre a Vida Pregressa e Investigação Social e Funcional do Candidato será constituída pela análise e por diligências realizadas a partir de Formulário de Informações Confidenciais (FIC) preenchido e assinado pelo candidato, o qual será disponibilizado no site da FUNDATEC em data informada no Cronograma de Execução, com o objetivo de coletar de informações sobre a vida pregressa e atual, a conduta individual, social e profissional do candidato.
14.2. Quando da convocação para essa fase, os candidatos deverão apresentar cópias dos seguintes documentos:
a) **Formulário de Informações Confidenciais (FIC)**, preenchido em próprio punho;
b) **Carteira Nacional de Habilitação (CNH);**
c) **Certificado/Diploma da maior escolaridade** que possui;
d) **Comprovação de endereço atual**, por meio de cópia da conta de luz, água, telefone ou IPTU, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação. O documento deverá estar em nome do candidato ou deverá ser anexado declaração da pessoa nominada no comprovante, informando que o candidato reside no endereço indicado.
e) **Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS):** Relações Previdenciárias ou Extrato Previdenciário, emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
f) **Certidão, atestado, ou declaração, do órgão de recursos humanos, público ou privado, referente ao último cargo ou emprego** (ou seja, não do atual), em que conste se sofreu, ou não, punições ou sanções disciplinares, de qualquer natureza, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
f.1) Se atualmente, o candidato esteja ocupando cargo há mais de 10 (dez) anos no mesmo estabelecimento, será aceito certidão, atestado, ou declaração do emprego deste e não do anterior;
f.2) No caso de o candidato nunca ter trabalhado ou ser autônomo, apresentar cópia da CTPS atualizada ou documento que comprove sua situação.
f.3) Caso o candidato possua mais de um vínculo como servidor ou empregado, a documentação deve abranger todos os vínculos.
g) **Alvará de Folha Corrida**, retirado no fórum da Justiça Estadual da Comarca onde o candidato reside, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
h) **Certidões de antecedentes criminais** emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação, da Justiça:
h.1) Federal (www.justicafederal.jus.br),
h.2) Estadual ou do Distrito Federal,
h.3) Militar Federal (www.stm.jus.br);
h.4) Militar Estadual ou do Distrito Federal**,** quando aplicável.
i) **Certidão de antecedentes criminais da Vara de Execuções Penais**, da(s) comarca(s) que reside/residiu nos últimos 5 (cinco) anos, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação:
i.1) Vara Criminal Estadual;
i.2) Vara Criminal Federal.
j) **Certidão de Dívida Ativa** da União, Estado e Municípios em que residiu o candidato, nos últimos 05 (cinco) anos;
k) **Certidão de quitação eleitoral** emitida nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
l) **Folha de antecedentes da Polícia Federal** emitida nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
m) **Folha de antecedentes da Polícia Civil Estadual** de todos os estados que residiu/resida nos últimos 5 (cinco) anos emitida(s) nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação;
n) **Consulta de Pontuação da CNH** do Departamento de Trânsito do estado de residência atual, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias a contar da data de divulgação do Edital de Convocação
o) **CTPS (Carteira de Trabalho) referente aos trabalhos realizados** nos últimos 05 (cinco) anos, sendo
o.1) CTPS Física: folhas que identificam o candidato (frente e verso) da CTPS + folha(s) de registro do empregador da CTPS (com a data de início e fim, se for o caso), ou
o.2) CTPS Digital: página detalhada do aplicativo onde constem os contratos de trabalho (com a ocupação/cargo), os dados pessoais de identificação e as anotações do empregador. O arquivo deve estar em formato pdf e ter a assinatura digital, com data;
p) Certificado de Reservista e/ou Certificado de Dispensa do Serviço Militar (para candidatos do gênero masculino);
q) Exame toxicológico, com laudo, original ou em cópia autenticada ou com a possibilidade de autenticação eletrônica, para a detecção do uso de drogas ilícitas, a partir de amostras de materiais biológicos (cabelos, pelos ou, em casos de alopécia universal, raspas de unhas), doados pelos candidatos, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, abrangendo, pelo menos, os seguintes grupos de drogas: delta9-THC e metabólitos, cocaína e metabólitos, anfetaminas ilegais (MDMA, MDA, Metanfetamina etc.), opiáceos e opioides;
q.1) O exame deverá ter data de emissão limite de até 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do Edital de Convocação e Orientações para a Sindicância de Vida Pregressa.

q.2) O exame toxicológico deverá ser realizado em laboratório com certificação oficial, por metodologia validada para a testagem dos analitos descritos neste deste Edital.
r) Outros documentos que a Comissão de Concursos entender necessários, e divulgados até o dia de convocação dos candidatos aprovados para essa etapa.
14.3. O prazo de 05 (cinco) anos deve ser contado regressivamente a partir da data de publicação do edital de abertura do certame.
14.3.1. Serão aceitos documentos expedidos por meio de site oficial, desde que acompanhados de mecanismo de autenticação.
14.3.2. Serão desconsiderados os documentos rasurados, danificados ou contendo dados incorretos.
14.3.3. Serão aceitas certidões cuja base de dados de consulta para expedição das abrange todas as Comarcas do Estado.
14.3.4. A Banca Examinadora poderá solicitar, a qualquer tempo durante a investigação social, outros documentos ou declarações necessárias para comprovação de dados ou para o esclarecimento de fatos e situações envolvendo o candidato.
14.4. A não apresentação completa do documento de indicado no item 14.2, ou verificada qualquer omissão pelo candidato, implicará em eliminação sumária do certame.
14.5. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:
14.5.1. Para entrega dos documentos citados nas alíneas "a" até "p" os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:
a) Acessar o site da FUNDATEC, onde estará disponível o link para o preenchimento do Formulário Online – Entrega de Documentos para a Avaliação da Conduta Social, Reputação e Idoneidade e para upload dos documentos escaneados para avaliação.
b) Encaminhar documentos com tamanho máximo de 5 Megabytes e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP, PDF, PNG ou TIFF.
c) No Formulário Online o candidato deverá discriminar os documentos no item correto. A Banca Examinadora analisará os documentos no item devidamente identificado.
d) Os documentos que tenham informações frente e verso, o candidato deverá anexar as duas imagens para análise, sendo desconsiderado quando for enviado apenas um lado do documento.
e) Os documentos que tenham mais de uma página, ou que no mesmo item sejam comprovados por mais de um documento, o candidato deverá realizar o upload referente a esse item em um único arquivo.
f) O candidato deverá nomear os arquivos diferentemente.
g) Após o preenchimento do Formulário Online, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos.
h) É de responsabilidade do candidato a compreensão correta do processo de upload, para que possa ser realizada a consulta pela Banca Examinadora.
14.5.2. Para entrega do Exame Toxicológico, alínea "q", os candidatos deverão encaminhar o laudo original ou cópia autenticada para a sede da FUNDATEC – Rua Prof. Cristiano Fischer, 2012, CEP 91530-034, Porto Alegre – RS.
14.5.3. Os documentos deverão ser postados no período determinado no Cronograma de Execução.
14.5.4. Não será aceito a entrega de documentos em data diferente daquela determinada no Cronograma de Execução.
14.5.5. É de responsabilidade do candidato providenciar os documentos solicitados com antecedência, prevendo o prazo que necessita para emitir, de acordo com cada órgão competente.
14.6. DOS RESULTADOS
14.6.1. Na Sindicância da Vida Pregressa o candidato poderá obter um dos seguintes resultados:
a) **ELIMINADO POR FALTA OU INADEQUAÇÃO DE DOCUMENTO(S)**: candidato que não entregou a documentação exigida; ou que entregou intempestivamente a documentação; ou que entregou a documentação incompleta; ou quando a documentação entregue não atendeu aos requisitos do Edital.
b) **NÃO HABILITADO**: quando a conduta social do candidato revelou-se incompatível com a hipótese de investidura e exercício do cargo.
c**) HABILITADO**: quando a conduta social do candidato revelou-se compatível com a investidura e exercício do cargo.
14.6.2. No julgamento da sindicância deverão ser considerados os aspectos éticos e morais da conduta do candidato e a compatibilidade dessa conduta com o exercício da função.
14.6.3. O candidato será considerado NÃO HABILITADO ao cargo e, consequentemente, excluído do Concurso quando detectado um ou mais dos seguintes fatos:
Alcoólatra ou alcoolista;
Apoio, ainda que meramente moral, participação ou filiação como membro, sócio ou dirigente, em entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às disposições da Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito;
Autor de ato infracional;
Contumaz em cometer atos de indisciplina;
Contumaz em infringir o Código de Trânsito Brasileiro, bem como quem seja autuado ou visto cometendo infração que coloque em risco a integridade física ou a vida de outrem;
Envolvido com a prática ou exploração de atividade ligada a jogo de azar;
Envolvido com a prática ou exploração de atividade ligada à prostituição;
Envolvimento com a prática de contravenção penal;
Envolvimento com infração originada em posicionamento intransigente e divergente de indivíduo ou grupo em relação a outra pessoa ou grupo, e caracterizado por convicção ideológica, religiosa, racial, cultural, sexual,
Envolvimento com tráfico de entorpecentes ou drogas afins;
Estar sendo processado, ou condenado, por fato que o incompatibilize para o exercício do cargo;
Exibição em público com pessoas que possuem antecedentes criminais, ou integrantes de organizações ou associações criminosas ou terroristas;
Existência de outras sanções aplicadas ao candidato em função de práticas delituosas;
Fazer declaração falsa ou omitir registro(s) relevante(s) sobre sua vida pregressa;
Habitualidade em descumprir obrigações legítimas emanadas de lei ou ato normativo;
Habitualidade ou registro de prática comprovada de transgressão disciplinar administrativa;
Participação em grupo paramilitar ou organização criminosa;
Possuidor de antecedente criminal;
Possuidor de comportamento que atente contra a organização, hierarquia e a disciplina em estabelecimento de ensino;
Possuidor de registro policial na condição de averiguado, autor ou indiciado;
Prática habitual de jogo proibido;
Prostituição;
Que mantenha relação de amizade, convivência, conivência ou exibição em público com indivíduo envolvido em prática delituosa, sabidamente lançada à ambiência criminosa ou que possa induzir ao cometimento de crime;
Ser destinatário direta ou indiretamente de ação de execução pela Fazenda Pública Municipal, Estadual ou Federal;
Ter apresentado conduta inadequada no período em que prestou Serviço Público;
Ter praticado crime, nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e suas atualizações;

Ter sido demitido de cargo público e ou destituição de cargo em comissão, no exercício da função pública em órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;
Ter sido demitido do Serviço Público;
Ter sido demitido por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
Uso ou dependência de drogas ilícitas;
Veiculação de discurso de ódio, em qualquer nível ou espécie, por qualquer meio;
Violento ou agressivo;
Tiver resultado positivo no exame toxicológico (antidrogas) para um ou mais das seguintes substâncias entorpecentes (e seus metabólitos) que podem causar dependência química ou psíquica: maconha e metabólitos do delta-9 THC; (e seus metabólitos); anfetaminas (e seus metabólitos) e opiáceos (e seus metabólitos) e fenciclidina (PCP), realizado na fase da avaliação médica ou a qualquer tempo, durante a realização do concurso.
Outras condutas que revelem a falta de idoneidade moral ou social do candidato, ainda que não consideradas ilícitas, desde que incompatíveis com a natureza da função do cargo.
14.6.4. Verificada a existência de fato ou circunstância da vida pregressa do candidato que o desabone e, em tese, o incompatibilize para o exercício do cargo pretendido neste certame, que necessite de esclarecimentos, convocará o candidato, por intermédio da Comissão Especial para, no prazo de 03 (três) dias, apresentar defesa.
14.6.5. Será considerado INDICADO ao cargo o candidato que apresentar, segundo a análise das informações e documentos pesquisados, perfil social e funcional adequado ao exercício do cargo.
14.6.6. Será passível de eliminação imediata do concurso público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:
Deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste capítulo, nos prazos estabelecidos e o não atendimento às solicitações de esclarecimentos da Comissão Especial;
Apresentar documento ou certidão falsos;
Apresentar certidão com expedição superior a 60 (sessenta) dias anteriores ao prazo de entrega estipulado em edital ou com prazo de validade vencido;
Apresentar documentos rasurados ou contendo dados incorretos;
Tiver sua conduta enquadrada em quaisquer dos incisos previstos no art. 8º desta Instrução Normativa, após análise da sua defesa;
Houver omitido informações ou faltado com a verdade, quando do preenchimento da FIP ou de suas atualizações.
14.6.7. No período de recursos, NÃO serão aceitos:
a) reenvio de arquivos corrompidos;
b) apresentação de documentos ou informações que NÃO foram entregues nos termos e prazos previstos neste edital.
14.6.7.1. Por ocasião do período de recurso, referente ao resultado divulgado, somente serão aceitos documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados relativos aos documentos já entregues, não sendo aceitos novos documentos.
14.6.8. Ficará o candidato sujeito a eliminação deste certame, a qualquer momento, caso surja fato novo, informação não declarada, omitida ou declarada falsamente, inclusive no que diz respeito aos requisitos para inscrição; ou que seja reconhecida a existência de fato da vida pregressa do candidato que o desabone e que seja considerado incompatível com o exercício do cargo, mesmo que apurado posteriormente.
14.6.9. Os candidatos INDICADOS nesta etapa ficam cientes que, no caso de não serem convocados para as demais etapas determinadas neste edital ou que não sejam nomeados/admitidos no período de 6 (seis) meses a contar da data de divulgação dos resultados definitivos dessa fase, serão submetidos a nova entrega de documentos para realização de nova sindicância, considerando a necessidade de avaliar, na época, a compatibilidade para o desempenho do trabalho proposto ao cargo.

15. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA OBTENÇÃO DO PORTE DE ARMA

15.1. Os candidatos aprovados na Sindicância sobre a Vida Pregressa e Investigação Social e Funcional serão convocados para a Avaliação Psicológica específica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo, realizada por psicólogo credenciado pela Polícia Federal.
15.2. A convocação será publicada em Edital no site da FUNDATEC, com indicação do horário e do local específico da avaliação.
15.2.1 Candidatos menores de 18 (dezoito) anos, considerando a data de convocação para essa etapa, não poderão realizar essa etapa, sendo automaticamente eliminados do certame.
15.2.2. As avaliações serão realizadas no município de Sant'Ana do Livramento/RS e os candidatos poderão ser convocados a comparecer em qualquer dia da semana.
15.2.3. Para ingresso no local da avaliação, os candidatos deverão comparecer com 1 (uma) hora de antecedência a esse horário, munidos de documento de identificação, em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.
15.3. O processo de avaliação dar-se-á por meio de instrumental competente, embasado em normas e procedimentos reconhecidos e validados em nível nacional e em conformidade com as normas do Conselho Federal de Psicologia, Resolução CFP nº 08/2025 e capítulo I, da Instrução Normativa nº 78/2014 do Departamento de Polícia Federal.
15.3.1. Esta etapa destina-se exclusivamente em avaliar as condições psicológicas do candidato para o exercício do cargo considerando a obtenção ao porte de arma de fogo.
15.4. A Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo será realizada por profissional da área de psicologia, regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia; credenciado à Polícia Federal ou outros órgãos competentes para este credenciamento, conforme a Lei nº 10.826/2003; conhecedor e cumpridor das regras legais e normativas expedidas pelos órgãos competentes referentes ao porte de arma de fogo.
15.5. De caráter obrigatório e eliminatório, a avaliação poderá ser aplicada individualmente e/ou coletivamente, considerando as necessidades, exigências e peculiaridades do processo.
15.6. No dia da realização da avaliação o candidato deverá atentar-se cuidadosamente às instruções transmitidas pelos psicólogos responsáveis pela aplicação
15.7. Nenhum candidato poderá retirar-se do local de aplicação da avaliação psicológica sem a autorização expressa do responsável.
15.8. O candidato, ao terminar os testes, entregará ao aplicador todo o seu material de avaliação.
15.9. Verificado que o candidato não possui condições físicas ou emocionais para a realização da Avaliação Psicológica, que coloquem em risco os equipamentos utilizados ou a integridade das pessoas envolvidas, poderá ser determinada a imediata interrupção da prova e até mesmo a eliminação do candidato do certame.
15.10. Será eliminado do certame o candidato que:
Não comparecer na data e horário determinado;
Não apresentar documento de identificação no dia de realização da avaliação;
Comportar-se de forma descortês para com qualquer dos profissionais da área de psicologia, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes;
Utilizar-se de equipamentos não permitidos, surpreendido, em ato flagrante, durante a realização do Exame Psicológico;
Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, durante sua realização.
15.11. O resultado terá um parecer de "APTO" ou "INAPTO".

15.12. A divulgação do resultado da Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo será feita no site da FUNDATEC, sendo publicados os nomes dos candidatos APTOS e apenas o número de inscrição dos candidatos considerados INAPTOS e AUSENTES.
15.12.1. O candidato será considerado APTO ao atender às condições adequadas ao manuseio de arma de fogo.
APTO: significa que o candidato apresentou, na época da aplicação dos instrumentos e técnicas da avaliação psicológica, aos parâmetros exigidos para obtenção do porte de arma de fogo
INAPTO: significa que o candidato não apresentou, na época da aplicação dos instrumentos e técnicas da avaliação psicológica, o perfil psicológico para obtenção do porte de arma de fogo.
15.13. A realização dessa fase é única e terminativa, não sendo permitida nova avaliação.
15.14. Não serão consideradas as avaliações psicológicas realizadas em concursos anteriores ou em outras instituições, para fins de recurso ou substituição do resultado.
15.15. A presente avaliação psicológica não se confunde com a Avaliação Psicológica descrita no item 13.
15.16. Os construtos/dimensões psicológicas a serem avaliados, de acordo com a Instrução Normativa nº 78/2014 da Polícia Federal e de acordo com a Resolução nº 01/2022 do Conselho Federal de Psicologia, estão transcritos abaixo, reproduzidos fielmente em relação ao texto das normativas, respectivamente.
I) DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 78/2014 - POLÍCIA FEDERAL
I.1) INDICADORES PSICOLÓGICOS AO PORTADOR DE ARMA DE FOGO
Atenção necessária concentrada e difusa.
Memória necessária auditiva e visual.
Indicadores psicológicos necessários: adaptação, autocrítica, autoestima, autoimagem, controle, decisão, empatia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico.
Indicadores psicológicos restritivos: conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade.
II) RESOLUÇÃO Nº 01/2022 – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (art. 4º)
II.2) O psicólogo deve avaliar as seguintes características psicológicas do interessado ao registro e porte de arma de fogo:
a) Aspectos cognitivos: processos atencionais adequados; nível intelectual, em que se indiquem candidatos com habilidades que não estejam na zona limítrofe ou inferior nesse funcionamento; controle inibitório e planejamento (funções executivas).
b) Traços de personalidade: agressividade adequada, que não pode estar exacerbada ou muito diminuída; ansiedade adequada, que não pode estar exacerbada ou muito diminuída; indicador de quaisquer transtornos que impliquem prejuízos de autocontrole.
c) Juízo crítico e comportamento: respostas a situações hipotéticas que abordem ações, reações e decisões adequadas às situações-problema apresentadas que envolvam o uso de arma de fogo.
15.17. Da Entrevista Devolutiva
15.17.1. Após a divulgação do resultado da Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo, o candidato considerado INAPTO, terá direito a Entrevista Devolutiva de resultados, de caráter informativo, momento em que terá acesso aos motivos de seu resultado.
15.17.2. A Entrevista Devolutiva será realizada pelo psicólogo da Banca Avaliadora ou Examinadora da Avaliação Psicológica aos candidatos considerados inaptos, para explicar os motivos de sua inaptidão.
15.17.3. A Entrevista Devolutiva é opcional e somente ocorrerá na presença do candidato.
15.17.4. Não será realizada Entrevista Devolutiva para representante legal indicado pelo candidato.
15.17.5. O candidato será informado da data da Entrevista Devolutiva através do edital de resultado dessa fase.
15.17.6. O candidato poderá, a seu critério e às suas expensas, contratar um psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia/CRP para acompanhá-lo na Entrevista Devolutiva, observadas as seguintes condições:
a) não possuir vínculo com a Prefeitura de Sant'Ana do Livramento/RS;
b) apresentar, no dia da devolutiva, a carteira do Conselho Regional de Psicologia/CRP válida, ou certidão de regularidade de inscrição do órgão regulador da profissão;
c) estar em dia com suas responsabilidades junto ao CRP;
d) não estar cumprindo penalidade disciplinar;
e) ser representante de apenas um candidato no mesmo turno a qual foi destinado para realização da entrevista devolutiva, a ser informado em edital específico.
15.17.7. O não atendimento a essas condições impedirá o acompanhamento.
15.17.8. Caso o candidato esteja acompanhado de psicólogo, este poderá ter acesso aos testes aplicados, devendo o candidato aguardar fora da sala durante a análise.
15.17.9. As informações técnicas relativas ao perfil psicológico somente poderão ser discutidas com o psicólogo contratado, conforme a legislação profissional vigente. O acesso ao material ocorrerá exclusivamente no local, data e horário agendados.
15.17.10. O candidato desacompanhado terá acesso apenas ao laudo, sem possibilidade de discussão técnica ou acesso aos instrumentos psicológicos aplicados.
15.17.11. O candidato e o psicólogo acompanhante, quando houver, poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais e deverão guardar seus pertences pessoais antes de ingressar na sala de entrevista.
15.17.12. É vedada a gravação, filmagem, fotografia ou reprodução de documentos durante a Entrevista Devolutiva.
15.17.13. O sigilo sobre as informações obtidas, bem como aquelas que serão fornecidas na Entrevista Devolutiva ao candidato, serão de inteira responsabilidade do psicólogo designado pelo candidato.
15.17.14. Não será admitida a remoção dos testes do candidato do local, salvo determinação judicial.
15.17.15. A Entrevista Devolutiva será exclusivamente de caráter informativo, não sendo considerada como recurso.
15.17.16. O não comparecimento será considerado desistência por parte do candidato em realizar a Entrevista Devolutiva, não sendo aceitas justificativas de desconhecimento ou atraso, nem permitido novo agendamento.
15.18. Do recurso administrativo em relação aos resultados da Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo:
15.18.1. Encerrado o período de realização das Entrevistas Devolutivas, o candidato INAPTO poderá interpor recurso administrativo em relação ao resultado da Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo, conforme disposto no item 17.
15.18.2. Os recursos deverão ser encaminhados por Formulário Próprio, que será disponibilizado no site www.fundatec.org.br e enviados a partir da 0 hora do primeiro dia previsto até às 17h do último dia previsto, considerando os critérios a seguir:
Os candidatos deverão fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistência e concisão, e construir o recurso, devidamente, apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação necessária daquilo em que se julgar prejudicado.
O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.

Caso os recursos sejam elaborados por psicólogo contratado, estes devem ser encaminhados com a assinatura e o carimbo do profissional. Para a elaboração do recurso administrativo, a psicóloga ou psicólogo contratado deve se basear na análise dos documentos psicológicos decorrentes da Avaliação Psicológica do concurso em questão.
Recursos com teor ofensivo não serão considerados.
Não serão aceitas contestações comparando resultados de avaliações psicológicas de terceiros ou de outros processos realizados pelo candidato, como para obtenção de CNH, outros concursos, etc.
Não serão consideradas como razões de recurso alegações de alteração física ou patológica como sendo a desencadeadora do rendimento apresentado durante a realização dos testes (doença, efeito de substância medicamentosa, luto, cansaço excessivo, tensão extrema, etc.).
Recursos e argumentações apresentados fora das especificações estabelecidas neste Edital não serão analisados.
15.18.3. Os candidatos receberão por e-mail cópia da resposta ao seu recurso.
15.18.4. O candidato considerado INAPTO na fase de recurso da Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo será eliminado do Concurso Público.
15.19. Das Convocações:
15.19.1. Não havendo candidatos INDICADOS na Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo suficientes para o preenchimento das vagas descritas por este Edital ou que vierem a surgir, poderão ser realizadas novas convocações para realização desta etapa.
15.19.2. No caso de ocorrer aplicação de Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Arma de Fogo por força judicial, a FUNDATEC poderá aplicar outros instrumentos equivalentes aos aplicados anteriormente que estejam vigentes conforme orientações do Conselho de Psicologia.

16. DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

16.1 O candidato considerado aprovado nas etapas anteriores, deverá frequentar o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal.
16.2. Serão convocados para realizar o Curso de Formação candidatos tantos quantos forem necessários segundo as necessidades do Município, considerando a nota total obtida na Prova Teórico-Objetiva e demais etapas descritas neste edital, de acordo com a ordem de classificação provisória. Os demais candidatos formarão um cadastro reserva cuja convocação poderá ocorrer a qualquer tempo dentro do prazo de validade deste Concurso Público.
16.2.1. A convocação para o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal será mediante Edital.
16.3. O candidato que estiver frequentando o curso de formação receberá da municipalidade, durante a realização do curso, exclusivamente, uma bolsa auxílio equivalente a 60% (sessenta por cento) da remuneração estabelecida no padrão ocupado pela Guarda Civil Municipal, de natureza indenizatória, sem incidência de qualquer adicional, não se configurando nesse período qualquer vínculo empregatício para com esta municipalidade.
16.4. O município de Sant'Ana do Livramento/RS adotará, como base de formação, a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP - do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acrescida de outras disciplinas que atendam as especificidades locais.
16.5. Para qualificar os agentes da Guarda Civil Municipal para as atividades de trânsito serão observadas as recomendações do órgão executivo nacional de trânsito, no que se refere à sua formação.
16.6. A realização do curso de Formação de Guarda Civil Municipal poderá exigir dedicação exclusiva dos candidatos para participação em disciplinas e ou atividades desenvolvidas em turnos e dias distintos que constarão em Plano de Curso.
16.6.1. Poderá ainda ser necessário o deslocamento do candidato para outra localidade para efetiva participação no Curso de Formação de Guarda Civil Municipal.
16.7. Após a conclusão do Curso de Formação de Guarda Civil Municipal, será emitido um edital de divulgação preliminar dos resultados com a lista dos candidatos considerados APROVADOS para serem nomeados no cargo de Guarda Civil Municipal.
16.7.1. Os candidatos considerados REPROVADOS constarão em lista separada, relacionados apenas pelo número de inscrição.
16.8. O Curso de Formação de Guarda Civil Municipal terá caráter Eliminatório, e os candidatos que não atingirem os índices de aprovação estabelecidos, e alterações que venham a ocorrer, estarão automaticamente eliminados do Concurso Público.
16.9. Concluído curso de formação, de acordo com o regulamento do curso, o candidato estará apto a ingressar no serviço público municipal, no cargo de Guarda Civil Municipal conforme número de vagas estabelecidas neste edital ou que vierem a ser criadas.
16.10. A não aprovação ou o desligamento do curso de formação implicará na eliminação do candidato, sem direito a qualquer indenização.
16.11. É vedada a passagem do servidor do cargo de Guarda Civil Municipal, para outro qualquer sem a prévia prestação de novo Concurso Público ao cargo pretendido.

17. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE REVISÃO DO RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA, DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DO GABARITO PRELIMINAR E DAS NOTAS E DOS RESULTADOS PRELIMINARES DAS AVALIAÇÕES

17.1. Os pedidos de revisão do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, da homologação preliminar das inscrições, do gabarito preliminar, da leitura das marcações na Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva e das notas e dos resultados preliminares das avaliações terão prazos preestabelecidos no Cronograma de Execução.
17.2. Os recursos e pedidos de revisão deverão ser encaminhados e protocolados pelos Formulários Online, que serão disponibilizados no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br e enviados a partir da 0 (zero) hora do primeiro dia previsto no Cronograma de Execução até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo, conforme cronograma, obedecendo aos mesmos regramentos contidos neste Edital.
17.2.1. Não serão considerados os recursos que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.
17.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, não sendo aceitos recursos coletivos.
17.2.2.1. Somente serão avaliados os recursos enviados pelo último protocolo.
17.3. Os candidatos deverão fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistência e concisão, e construir o recurso, devidamente, com material bibliográfico apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação necessária daquilo em que se julgar prejudicado.
17.3.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.
17.3.2. Recursos com teor idêntico/assemelhado ou ofensivo não serão considerados.
17.4. O candidato não deve se identificar no corpo do recurso da manifestação do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva e dos resultados das Provas escritas, quando houver, sob pena de não ter seu recurso avaliado.
17.5. Todos os recursos serão analisados, e as justificativas da manutenção/alteração serão divulgadas no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br.
17.5.1. Referente às justificativas da manutenção/alteração dos gabaritos das Provas Teórico-Objetivas, não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
17.6. Se houver alteração do gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva, por força de impugnações ou correção, será considerado para fins de pontuação o gabarito definitivo.

17.6.1. Os pontos relativos à questão eventualmente anulada ou aqueles em caso de alteração de gabarito preliminar em virtude dos recursos interpostos, serão válidos para todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem ou não recorrido.
17.7. No caso de anulação de questões, em hipótese alguma haverá alteração do quantitativo de questões aplicadas.
17.7.1. A FUNDATEC se reserva o direito de anular questões ou de alterar gabarito, independentemente de recurso, considerando a possibilidade de equívoco na digitação dos gabaritos, na formulação de questões ou de suas respostas ou de suas justificativas.
17.7.2. Constatada, pela FUNDATEC, irregularidade que culmine em alteração de um gabarito de alguma questão da Prova Teórico-Objetiva após a publicação do Gabarito Definitivo, será publicado Gabarito Definitivo Retificativo e justificativa para tal alteração. No entanto, se o erro for constatado e divulgado após a publicação das notas preliminares, a questão irregular terá o seu gabarito anulado, independentemente de haver alternativa correta.
17.8. Será disponibilizada a consulta às Folhas Definitivas de Respostas e aos Formulários de Avaliação, quando houver, no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br, mediante acesso por e senha.
17.8.1. As imagens disponibilizadas virtualmente, tais como Grades de Avaliação e Folhas Definitivas de Respostas, deverão ser consultadas, preferencialmente, no dia em que forem disponibilizadas.
17.8.2. Para manifestação referente às notas preliminares da Prova Teórico-Objetiva, o candidato deverá consultar sua Folha Definitiva de Respostas da Prova Teórico-Objetiva verificando o Gabarito Definitivo publicado, bem como a possível irregularidade na leitura do formulário ocasionado pela falta de atenção às orientações determinadas por este Edital e demais materiais complementares.
17.8.3. Caso tenha dificuldade em acessar as imagens e haja necessidade delas para interpor recurso, o candidato deverá entrar em contato com a FUNDATEC pelos canais de comunicação disponíveis, até o dia anterior ao término do período de recurso, para verificação/regularização da situação.
17.8.4. Eventuais dificuldades de acesso/visualização das imagens não serão aceitas como motivo para o candidato não se manifestar durante o período de recurso.
17.8.4.1. As imagens ficarão disponíveis para acesso pelo prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação.
17.8.4.2. Encerrado o prazo determinado acima, não será concedida outra forma de acesso às imagens, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, salvo determinação judicial.
17.9. Constatada, pela FUNDATEC, independentemente de recurso, qualquer irregularidade que culmine em alteração da nota do candidato, seja para maior ou para menor da preliminarmente divulgada, será publicada justificativa para tal alteração.
17.10. O candidato terá até 24 (vinte e quatro) horas, após a divulgação das justificativas para manutenção/alteração dos resultados de **gabaritos e notas preliminares**, para manifestação ou questionamento acerca dos pareceres publicados. A manifestação deverá ser realizada por e-mail requerimento.adm@fundatec.org.br, considerando os seguintes critérios:
a) serão analisadas as contestações dos candidatos que recursaram no prazo determinado no Cronograma de Execução, à exceção dos casos de alteração de gabarito preliminar da Prova Teórico-Objetiva ou que se considerarem prejudicados por alguma alteração de nota.
b) manifestações de candidatos que não recursaram nos prazos determinados serão consideradas intempestivas, sendo assim, o candidato perde o direito de contestação dos resultados.
c) as manifestações referidas nesse item não serão respondidas individualmente.
d) caso as alegações sejam procedentes, haverá atualização das justificativas para manutenção/alteração dos resultados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
e) encerrado o prazo estabelecido na alínea anterior, subentende-se que permanecerá como resposta o disposto nas justificativas para manutenção/alteração dos resultados já publicados.
17.11. Recursos e argumentações apresentados fora das especificações estabelecidas neste Edital não serão analisados.

18. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

18.1. A classificação final deste Concurso Público resulta da aprovação em todas as etapas previstas para o cargo, conforme disposto no Anexo I deste Edital.
18.2. A classificação dos candidatos obedecerá a ordem decrescente da soma simples das notas obtidas na prova Teórico-Objetiva e Teste de Aptidão física, conforme cálculos determinados neste Edital.

19. DA HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS

19.1. A publicação da homologação dos resultados finais será por meio do Edital de Homologação do Resultado Final, que conterá 5 (cinco) listas, após a conclusão de todas as etapas prevista neste Edital, conforme segue:
Uma listagem de classificados na Ampla Concorrência;
Uma listagem de classificados especificamente para vagas reservadas às Pessoas com Deficiência;
Uma listagem de classificados especificamente para vagas reservadas às Pessoas Negras;
Uma listagem de classificados especificamente para vagas reservadas às Pessoas integrantes dos Povos Indígenas;
Uma listagem de classificados especificamente para vagas reservadas às Pessoas do Gênero Feminino.
19.2. A homologação do resultado final será divulgada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul e no site www.fundatec.org.br, devidamente autorizada pela Prefeita de Sant'Ana do Livramento/RS.

20. DO PROVIMENTO DOS CARGOS E DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

20.1. O concurso destina-se ao provimento de vagas previstas e/ou que vierem a surgir ou forem criadas dentro do prazo de validade estabelecido neste Edital, para o cargo definido no subitem 1.1, o qual passa a contar a partir da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.
20.2. A convocação dos aprovados e classificados no Concurso Público de que trata este Edital, que observará, obrigatória e rigorosamente, a ordem classificatória, somente poderá ocorrer dentro do respectivo prazo de validade. Encerrado esse prazo, o candidato perde o direito à convocação. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados cadastrais junto à Prefeitura Municipal, localizada na Rua Rivadávia Correa, n.º 858, Bairro Centro, Sant'Ana do Livramento/RS.
20.2.1. A convocação se dará por meio de correspondência eletrônica (e-mail) e pela publicação no site e no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul.
20.2.2. Para a convocação, será utilizado o endereço eletrônico fornecido no cadastro junto à FUNDATEC, atualizado até a publicação da Homologação do Resultado Final do Concurso.
20.2.3. O candidato aprovado obriga-se a manter seus dados cadastrais, inclusive seu endereço eletrônico (e-mail) atualizados junto à Prefeitura Municipal. As alterações deverão ser encaminhadas para dsp.lvto@santanadolivramento.rs.gov.br, observando o seguinte padrão:
a) O assunto da correspondência eletrônica (e-mail) deverá ser: **Alteração de dados cadastrais**, contendo também o cargo para o qual foi aprovado;

b) A redação da correspondência eletrônica (e-mail) deverá informar os dados que necessitam ser alterados.
20.3. Os candidatos aprovados e nomeados realizarão procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, de caráter unicamente eliminatório, em conformidade com a legislação vigente e de responsabilidade da Prefeitura Municipal.
20.3.1. O candidato nomeado por Decreto deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS para tomar posse no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, sendo contados da posse até 30 (trinta) dias para entrar em exercício, munido dos documentos a seguir relacionados, sob pena de revogação do Decreto de nomeação, com decorrente perda de todos os direitos e imediata nomeação do candidato subsequentemente classificado:
a) Carteira de Identidade Civil que contenha o nº do Registro Geral (RG) com a data da emissão inferior a dez anos;
b) Comprovante de Estado Civil (Certidão de Nascimento, Casamento, ou averbação de separação, divórcio ou óbito quando for o caso);
c) Certificado de Reservista ou outro documento de regularidade de situação militar, se do gênero masculino;
d) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
e) Título de Eleitor;
f) Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão Negativa de Crimes Eleitorais, que poderão ser acessadas por meio dos links abaixo:
http://www.tse.jus.br/eleitor//certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais
g) PIS/PASEP;
h) 1 (uma) foto 3x4cm recente e de frente;
i) Última declaração do Imposto de Renda;
j) Certidão de Nascimento de filhos dependentes;
k) Carteira de Vacinação de filhos menores de 4 anos de idade;
l) Declaração de inexistência de impedimento para assumir o cargo, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente inacumulável;
m) Declaração atualizada dos respectivos bens, com assinatura reconhecida em cartório;
n) Atestado Médico de aptidão para o exercício do cargo fornecido pelo Serviço Médico designado pelo Município de Sant'Ana do Livramento/RS;
o) Prova do status de brasileiro nato ou naturalizado;
p) Prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
q) Prova do atendimento das exigências da Lei Federal nº 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3.298/99;
r) Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos no item 1.1 deste Edital para o cargo pretendido;
s) Registro no respectivo Conselho Profissional, quando exigido;
t) Comprovante de consulta a qualificação cadastral com situação "REGULAR", realizada pelo site consultacadastral.inss.gov.br, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê Gestor do eSocial (Federal) nº 1/2015 e nº 4/2015;
Observação: o comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC – eSocial poderá ser obtido através do endereço eletrônico https://meu.inss.gov.br/#/extrato-previdenciario?tk-categoria=POR-HIGHLIGHT, opção Extrato de Contribuições (CNIS). Acessar com o gov.br para obtenção do documento.
u) Comprovante do endereço por meio de entrega de cópias de conta de luz, de água, de telefone ou de IPTU, em nome do candidato, ou declaração de que o candidato reside no endereço indicado, que deverá estar assinada pelo candidato aprovado com assinatura reconhecida em cartório.
v) Outros documentos que vierem a ser exigidos.
20.4. O candidato ao cargo de Guarda Civil Municipal não poderá tomar posse e, consequentemente, será excluído do Concurso quando ficar comprovado:
a) estar sendo processado, ou condenado, por fato que o incompatibilize para o exercício do cargo;
b) ter praticado crime, nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
c) estar envolvido em tráfico de entorpecentes ou drogas afins;
d) ter sido demitido do Serviço Público;
e) ser destinatário direta ou indiretamente de ação de execução pela Fazenda Pública Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, Estadual ou Federal;
f) ter apresentado conduta inadequada no período em que prestou Serviço Público;
g) possuir a CNH suspensa ou cassada.
20.5. A responsabilidade pelo provimento de recursos financeiros para a realização dos exames admissionais se dará pelo candidato aprovado no Concurso Público**.**
20.6. O candidato que não desejar ingressar de imediato no Quadro Funcional do Município poderá protocolar requerimento escrito neste sentido, ciente de que, neste caso, será reclassificado como o último colocado no Concurso.
20.6.1. A reincidência na recusa ao ingresso no Quadro Funcional Municipal implicará imediata eliminação do Quadro de Classificados no Concurso, com concomitante perda de todos os direitos a eles inerentes e dele decorrentes.
20.7. O exercício das atribuições do cargo da Guarda Civil Municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades, cujo período do Curso de Formação será divulgado em Edital posterior pela Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, estando ciente o candidato que deverá participar deste.
20.8. O candidato apresentar-se-á para admissão às suas expensas, sem compromisso da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS em relação à sua moradia, a qualquer tempo.

21. DA VALIDADE DO CONCURSO

21.1. O Concurso Público em pauta tem o prazo de validade de 2 (dois) anos, contados da data de emissão do Edital de Homologação dos Resultados Finais, publicado no site da FUNDATEC. O Concurso poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério e responsabilidade da Prefeita Municipal.
21.2. A prorrogação do prazo de validade deste certame é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, e será realizada no site e nos meios oficiais de divulgação do município, não cabendo à FUNDATEC qualquer divulgação sobre tal informação.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Este Edital é público, amplamente divulgado e sua leitura na íntegra é requisito imprescindível para inscrição no certame. Portanto, é responsabilidade exclusiva do candidato inscrito a sua leitura, não podendo alegar desconhecimento das informações nele constantes.
22.1.1. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumados a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstâncias estas que serão mencionadas em Editais Retificativos ou Aditivos.

22.1.2. Todas as alterações realizadas por meio de Editais Retificativos ou Adendos, poderão ser inseridas no Edital de Abertura, constante na página principal do certame, no site da FUNDATEC, em cor de destaque, para que seja possível o acompanhamento do Edital de Abertura alterado na íntegra, contudo, é de responsabilidade do candidato acompanhar os editais complementares à parte.

22.2. TABELA DE PRECEDÊNCIA

22.2.1. Abaixo, segue ordem de precedência de convocação para as etapas eliminatórias deste certame:

1	2	3	4	5
AC – Ampla Concorrência	PN – Pessoas Negras	FEM – Gênero Feminino	PcD – Pessoas com Deficiência	PI – Pessoas Integrantes dos Povos Indígenas

22.3. As disposições e instruções contidas na página da internet, nas capas dos cadernos de questões, nos Editais e avisos oficiais divulgados pela FUNDATEC no site www.fundatec.org.br, ou em qualquer outro veículo de comunicação, constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital.

22.4. As datas das provas dos Processos Seletivos/Concursos executados pela FUNDATEC são independentes e realizadas, para cada instituição, de acordo com os cronogramas divulgados em seus próprios Editais de Abertura. Sendo assim, não há possibilidade de alteração dos cronogramas em virtude de avaliações realizadas em datas concomitantes.

22.5. A(s) data(s), o(s) local(is) e o(s) horário(s) de realização das provas ou avaliações serão divulgados com no mínimo 8 (oito) dias antes de sua realização no site www.fundatec.org.br. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização de prova e o comparecimento na data e nos horários determinados.

22.6. Todos os horários determinados por este Edital e demais publicações posteriores seguirão conforme horário de Brasília/DF.

22.6.1. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comum a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

22.7. Todos os formulários online, disponibilizados no site da FUNDATEC, estarão disponíveis até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo.

22.8. Os documentos produzidos, enviados e utilizados pelos candidatos, em todas as etapas, são de uso exclusivo da FUNDATEC e da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS e, sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato, salvo em caso judicial.

22.8.1. Atestados, certificados, documentos comprobatórios, etc., encaminhados pelos candidatos durante esse certame, não serão disponibilizados posteriormente, ainda que entregue via original.

22.9. Será oportunizado aos candidatos interessados o acompanhamento, em ato público, da abertura dos malotes lacrados, contendo as Folhas Definitivas de Respostas das Provas Teórico-objetivas, com registro em documento formal, da hora, bem como a assinatura dos candidatos presentes que acompanharam a respectiva abertura.

22.9.1. O candidato que queira acompanhar o ato público de abertura dos lacres dos malotes contendo as Folhas Definitivas de Respostas da Prova Teórico-Objetiva, na sede da FUNDATEC, deverá se manifestar em até 2 (dois) dias após a realização da prova. Posteriormente, a equipe da FUNDATEC informará a data e horário, para conhecimento e agendamento do candidato, que deverá comparecer com documento de identificação. Somente poderão participar desse procedimento os candidatos inscritos e homologados nesse Concurso.

22.10. A Prefeitura Municipal e a FUNDATEC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público.

22.10.1. Os Editais e Avisos referentes a esse Concurso Público serão divulgados no site www.fundatec.org.br.

22.11. O candidato declara seu consentimento de que, por se tratar de um Concurso Público, os seus dados (nome, número de inscrição), bem como os resultados de todas as etapas serão publicizados nos sites da Prefeitura e da FUNDATEC, por meio de editais e listagens do referido certame.

22.11.1.A FUNDATEC e a Prefeitura se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais, de acordo com as disposições legais vigentes, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), envolvendo operações referentes à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

22.11.2.O candidato, sendo o titular dos dados pessoais, autoriza a FUNDATEC a realizar o tratamento dos dados para os fins de cumprimento de obrigações decorrentes da legislação e, ao se inscrever nesse certame, declara seu expresso consentimento para que seus dados sejam tratados e processados, sendo utilizados tão somente para os fins necessários da execução desse Concurso Público, durante as etapas determinadas neste Edital de Abertura.

22.11.2.1. Os dados referentes a publicações previstas no cronograma, aos formulários de presença, as avaliações e convocações que se façam necessárias em cada fase, serão de acesso da FUNDATEC e da Prefeitura Municipal, e poderão ser compartilhados para cumprimento de exigências legais, regulatórias ou fiscais de acordo com andamento do certame.

22.11.3.A FUNDATEC e a Prefeitura ficam autorizadas a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

22.12. A FUNDATEC encaminha e-mails meramente informativos ao candidato para o endereço eletrônico fornecido na ficha de inscrição, o que não isenta o candidato de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br, será fonte permanente de comunicação de avisos e editais.

22.13. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, nem de resultados, gabaritos, notas, classificação, convocações ou outras etapas relacionadas aos resultados preliminares ou finais das provas e do Concurso Público. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.

22.14. A Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS e a FUNDATEC não se responsabilizam por informações cadastradas de:

- endereço incorreto, incompleto, desatualizado ou de difícil acesso;
- endereço eletrônico (e-mail) incorreto, incompleto ou desatualizado;
- problemas do endereço eletrônico (e-mail) do candidato, tais como: caixa de correio cheia, filtros de AntiSpam, etc.

22.15. O candidato deverá manter seu endereço atualizado junto à FUNDATEC enquanto estiver participando do Concurso Público até a publicação da Homologação do Resultado Final. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

22.16. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos ocorrerão por sua própria conta, eximindo-se a FUNDATEC e o Município de Sant'Ana do Livramento/RS da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

22.17. A FUNDATEC não fornecerá aos candidatos aprovados nenhum tipo de atestado ou certificado de participação ou classificação no Concurso Público.

22.18. Os documentos referentes a este Concurso Público ficarão sob a guarda da FUNDATEC até a publicação do Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso Público, sendo posteriormente repassados à Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento /RS.

22.19. Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, ou quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sendo

considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
22.20. Qualquer ação judicial decorrente deste Concurso Público deverá ser ajuizada no Foro da Comarca de Porto Alegre/RS, excluindo-se qualquer outro Foro.
22.21. Será admitida a impugnação deste Edital de Abertura, que deverá ser encaminhada exclusivamente por meio de Formulário Online, devidamente fundamentada, no prazo estabelecido no Cronograma de Execução.
22.21.1. As respostas serão encaminhadas individualmente ao requerente e, caso a Comissão de Concursos da FUNDATEC e da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS verificarem a necessidade de alterações deste Edital, serão publicados no site da FUNDATEC, Editais retificativos e/ou complementares.
22.22. A FUNDATEC não compactua com ações, sejam elas explícitas ou veladas, que possam causar discriminação social, racial, por condição física/mental, religiosa ou de gênero, condenando qualquer comportamento contrário aos valores da instituição.
22.23. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concursos da FUNDATEC em conjunto com a Comissão de Concurso da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS.

23. ANEXOS

23.1. Integram este Edital, como se nele transcritos estivessem, os seguintes Anexos:
Anexo I – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROVAS;
Anexo II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO;
Anexo III – MODELO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU ATENDIMENTO ESPECIAL PARA O DIA DE PROVA;
Anexo IV – AUTODECLARAÇÃO – PESSOA NEGRA;
Anexo V – DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO;
Anexo VI – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA;
Anexo VII – TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA
ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE OU EM PERÍODO PÓS-GESTAÇÃO – SOLICITAÇÃO PARA REMARCAÇÃO DO TAF;
Anexo IX – PERFIL PSICOLÓGICO DO CARGO;
Anexo X – PROGRAMAS

Sant'Ana do Livramento/RS, 24 de setembro de 2025.

ANA LUIZA MOURA TAROUCO
Prefeita Municipal

ANEXO I – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROVAS

PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

Componentes das Provas/ Caráter	N° de Questões	Pontos/ Questão	N° Mínimo de Acertos p/ Componente	Nº mínimo de Pontos do total	Nº Pontos do total
Língua Portuguesa (E/C)*	20	1,00	01	50,00	100,00
Legislação (E/C)*	20	1,00	01		
Matemática/Raciocínio Lógico (E/C)*	10	1,00	01		
Conhecimentos Específicos (E/C)	20	2,50	01		

Caráter: (E/C) Eliminatório/Classificatório.
(*) Essas matérias compõem a Prova Base.
As questões da Prova Teórico-Objetiva serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

OUTRAS ETAPAS

Componentes das Provas/ Caráter (*)	Nº. mínimo de Pontos do total	Nº. Pontos do total
Teste de Aptidão Física (E/C)	04	20**
Avaliação Psicológica e Mental (E)	-	Apto ou Inapto
Sindicância sobre Vida Pregressa, Investigação Social e Funcional (E)	-	Habilitado ou Não Habilitado
Avaliação Psicológica para Obtenção do Porte de Armas (E)	-	Apto ou Inapto
Curso de Formação de Guarda Civil Municipal (E)***	A definir	A definir

(*) Caráter: (C) Classificatório (E/C) Eliminatório/Classificatório (E) Eliminatório.
(**) Os pontos do Teste de Aptidão Física serão somados aos pontos da Prova Teórico-Objetiva.
(***) Etapa sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS.

ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura	24/09/2025
Período de Inscrições pela internet, através do site www.fundatec.org.br	**24/09 a 24/10/2025**
Período para impugnação do Edital de Abertura	24/09 a 03/10/2025
Período para Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	25 a 29/09/2025
Edital de Divulgação dos Resultados dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	03/10/2025
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	06 a 08/10/2025
Edital de Divulgação do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	14/10/2025
Envio das respostas às impugnações do Edital de Abertura	14/10/2025
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário	27/10/2025
Último dia para entrega do Comprovante de participação como jurado em Tribunal do Júri	27/10/2025
Último dia para entrega do Comprovante de Cotas Raciais (PN e PI)	27/10/2025
Último dia para entrega do Comprovante de Cota Feminina (FEM)	27/10/2025
Último dia para entrega do Laudo Médico dos candidatos inscritos nas cotas das Pessoas com Deficiência (PcD)	27/10/2025
Último dia para entrega do Laudo Médico e Documentos Complementares dos candidatos que solicitaram atendimento especial para o dia de prova	27/10/2025
Último dia para alteração das fotos que não foram aceitas, ou seja, que não estão de acordo para fins de identificação no dia de prova	27/10/2025
Edital de Divulgação das Inscrições Homologadas – Lista Preliminar de Inscritos	04/11/2025
Período de Recursos Administrativos do Homologação Preliminar das Inscrições, Período de Solicitação de Correção de Dados Cadastrais e Formulário Online – Comprovação de Laudo Médico e/ou Atendimento Especial para recurso	05 a 07/11/2025
Edital de Divulgação das Inscrições Homologadas – Lista Definitiva de Inscritos após análise dos recursos	18/11/2025

Divulgação da Densidade de Inscritos por cargo	18/11/2025
Edital de Divulgação da Data, Hora e Local das Provas Teórico-Objetivas	25/11/2025
Consulta de Data, Hora e Local das Provas Teórico-Objetivas no site da FUNDATEC	25/11/2025
Aplicação das Provas Teórico-Objetivas – data provável.	**07/12/2025**
Disponibilização do Formulário Online para envio das documentações de Atendimentos Especiais intempestivos, Identificação Especial e correções de dados cadastrais.	08/12/2025
Edital de Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	08/12/2025
Publicação dos Modelos dos Cadernos de Questões das Provas Teórico-Objetivas aplicadas	08/12/2025
Período de Recebimento de Recursos Administrativos dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	09 a 11/12/2025
Último dia para envio das documentações de Atendimentos Especiais intempestivos, Identificação Especial e correções de dados cadastrais, através do Formulário Online	15/12/2025
Avaliação das documentações de Atendimentos Especiais intempestivos, Identificação Especial e correções de dados cadastrais, enviadas através do Formulário Online	22/12/2025
Edital de Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas	22/12/2025
Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	29/12/2025
Edital de Divulgação das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetivas (com anexo) e Disponibilização das Grades de Respostas das Provas Teórico-Objetivas no site da FUNDATEC	29/12/2025 a 29/01/2026
Período para emissão do Atestado de comparecimento na Prova Teórico-Objetiva	30/12/2025 a 02/01/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	09/01/2026
Edital de Divulgação Notas Definitivas das Provas Teórico-Objetivas e Justificativas para Manutenção/Alteração das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetiva	09/01/2026
Edital de Divulgação dos Candidatos com Notas Empatadas e Convocação para Sorteio Público de Desempate	13/01/2026
Realização do Sorteio Público de Desempate	13/01/2026
Resultado do Sorteio Público de Desempate	16/01/2026
PERÍCIA MÉDICA (PcD)	
Edital de divulgação dos candidatos aprovados na Prova Teórico-Objetiva que se autodeclararam PCD, para a Perícia Médica	16/01/2026
Resultado Preliminar da Perícia Médica – candidatos PCD	30/01/2026
Período para interposição de recursos administrativos do resultado da Perícia Médica – candidatos PCD	02 a 04/02/2026
Edital de divulgação do Resultado Definitivo da Perícia Médica – candidatos PCD	11/02/2026
VERIFICAÇÃO DAS AUTODECLARAÇÕES (PN e PI)	
Edital de convocação dos Candidatos Autodeclarados PN e PI para realização do Procedimento de Verificação das Autodeclarações, juntamente com a divulgação dos membros da Comissão Especial	16/01/2026
Período do Envio dos Documentos para Análise de Verificação	19 a 21/01/2026
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação	23 a 25/01/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos contra o Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação	30/01/2026
Edital de Divulgação do Resultado Definitivo do Procedimento de Verificação	02 a 04/02/2026
TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	
Divulgação da Classificação na Prova Teórica-Objetiva	13/02/2026
Formulário Online - Entrega do Termo de responsabilidade e autorização assinados por seu responsável ou representante legal, devidamente identificado, conforme modelo disponibilizado no Anexo VII do Edital de Abertura ou da Certidão de Emancipação para o Teste de Aptidão Física	16 a 18/02/2026
Período para envio do Atestado Médico para realização do TAF	16 a 18/02/2026
Formulário Online - Entrega do Laudo Médico para Candidata Gestante ou em período de Pós-gestação para o Teste de Aptidão Física	16 a 18/02/2026
Edital de Convocação para o Teste de Aptidão Física	20/02/2025
Realização do Teste de Aptidão Física	**28/02 e/ou 01/03/2025**
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física	06/03/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos Preliminar do Teste de Aptidão Física	09 a 11/03/2026
Edital de Divulgação Resultado do Definitivo do Teste de Aptidão Física, juntamente com o anexo de Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração do Resultado Definitivo do Teste de Aptidão Física	17/03/2026
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E MENTAL	
Edital de Convocação para realização da Avaliação Psicológica	20/03/2026
Realização da Avaliação Psicológica	**29/03/2026**
Edital de Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica	09/04/2026
Envio, por e-mail, das cópias dos Laudos de Resultados da Avaliação Psicológica.	09/04/2026
Realização das Entrevistas Devolutiva	**11/04/2026**
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Avaliação Psicológica para os candidatos considerados inaptos	13 a 15/04/2026
Edital de Divulgação dos Resultados da Avaliação Psicológica após recursos	24/04/2026
Envio, por e-mail, das respostas aos recursos	24/04/2026
SINDICÂNCIA SOBRE VIDA PREGRESSA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E FUNCIONAL	
Formulário de Avaliação da Investigação Social	17/03/2026
Edital de Convocação para Entrega da Documentação da Investigação Social	20/03/2026
Período de Entrega da Documentação da Investigação Social	**23 e 24/03/2026**
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar da Avaliação da Investigação Social	09/04/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado Preliminar da Avaliação da Investigação Social	13 a 15/04/2026
Edital de Divulgação do Resultado Definitivo da Avaliação da Investigação Social	24/04/2026
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA OBTENÇÃO DO PORTE DE ARMAS	
Edital de Convocação para realização da Avaliação Psicológica	24/04/2026
Realização da Avaliação Psicológica	**01 a 03/05/2026**
Edital de Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica	07/05/2026
Envio, por e-mail, das cópias dos Laudos de Resultados da Avaliação Psicológica.	**09/05/2026**
Realização da Entrevista Devolutiva	11 a 13/05/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Avaliação Psicológica para os candidatos considerados inaptos	19/05/2026
Edital de Divulgação dos Resultados da Avaliação Psicológica após recursos	19/05/2026
Envio, por e-mail, das respostas aos recursos	24/05/2026
CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL	
Edital de Convocação para realização do Curso de Formação	A definir
Período de realização do Curso de Formação	A definir
Edital de Divulgação do Resultado do Curso de Formação	A definir
Homologação Final do Concurso Público, após Curso de Formação	A definir

Obs1: Todas as publicações serão divulgadas até às 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos, da data estipulada neste Cronograma, no site www.fundatec.org.br.

Obs2: Todos os formulários online, disponibilizados no site da FUNDATEC, estarão disponíveis até às 17 (dezessete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo.

Obs3: O Cronograma de Execução do Concurso Público poderá ser alterado pela FUNDATEC a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou de reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso tal fato venha a ocorrer.

1.1. – DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

Data	**Turno**
Data Provável conforme Cronograma de Execução	Domingo – Manhã

ANEXO III – MODELO DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O(a) candidato(a) _____, CPF nº _____, apresenta funcionalidades, impedimentos nas funções e estruturas do corpo, incapacidades, limitações adaptativas no desempenho de atividades, necessidades de adaptações que amparam o reconhecimento da Pessoa com Deficiência, conforme especificações a seguir:

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10) DA PATOLOGIA: _____

Idade do diagnóstico da deficiência: _____ Idade Atual: _____

Grau ou nível da deficiência: _____

Origem da deficiência: ( ) Congênita

( ) Adquirida: ( ) Acidente ( ) Doença Comum ( ) Pós-Operatório

( ) Outra: _____

Necessita de adaptação para realização da(s) prova(s) e para atender as atribuições do cargo?

( ) Não ( ) Sim. Quais? _____

CARACTERÍSTICA DA DEFICIÊNCIA:

1. ( ) DEFICIÊNCIA FÍSICA:

( ) Amputação ou Ausência de Membro ( ) Fibromialgia ( ) Hemiplegia ( ) Hemiparesia

( ) Membros com deformidade ( ) Monoplegia ( ) Monoparesia ( ) Nanismo

( ) Paraplegia ( ) Paralisia Cerebral ( ) Paraparesia ( ) Ostomia ( ) Triplegia

( ) Triparesia ( ) Tetraplegia ( ) Tetraparesia ( ) Outra: _____

2. ( ) DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

( ) **Perda bilateral, parcial ou total**, de quarenta e um decibéis (41 dB) ou mais, aferida por audiograma, calculada pela média das frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Obrigatório apresentar audiometria (Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023).

( ) **Perda unilateral total**, de noventa e cinco decibéis (95 dB) ou mais, aferida por audiograma, em cada uma das frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Orientação Técnica SIT nº 02/2024).

3. ( ) DEFICIÊNCIA VISUAL - Obrigatório anexar o exame oftalmológico (acuidade visual com correção ou campo visual).

( ) Cegueira: a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

( ) Baixa visão: a acuidade visual: a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

( ) Campo visual: a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos é igual ou menor que 60 graus.

( ) Visão monocular.

4. ( ) DEFICIÊNCIA PSICOSSOCIAL – Comprometimento nas funções mentais, decorrentes de sequelas de transtornos ou doenças mentais e/ou lesões cerebrais, limitando a capacidade ou o desempenho, para atividades e participação em igualdade de acesso com as demais pessoas. Exclui transtornos psicóticos de curta duração, transtornos de humor e epilepsia controlada sem sequelas.

( ) Esquizofrenia.

( ) Síndromes epilépticas refratárias ou com sequelas.

( ) Transtorno do Espectro Autista - Lei nº 12.764/2012. Grau de suporte necessário:

( ) Nível 1 ( ) Nível 2 ( ) Nível 3

5. ( ) DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/ MENTAL - Funcionamento intelectual significativamente inferior à média associado a limitação no desenvolvimento de habilidades adaptativas.

6. Habilidades Adaptativas em consequência da deficiência apresentada:

( ) Comunicação ( ) Habilidades sociais ( ) Saúde e segurança ( ) Lazer ( ) Cuidado pessoal

( ) Utilização dos recursos da comunidade ( ) Habilidades acadêmicas ( ) Trabalho

Data da emissão deste documento: ____/___/_____.

_____

Nome do profissional de saúde de nível superior e nº de inscrição no respectivo conselho profissional

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE CONFIRMAÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO OU PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO – PESSOA NEGRA

AUTODECLARAÇÃO

Eu _____, de CPF nº _____, nascido em ____/___/_____, declaro para o fim específico de concorrer à reserva de vagas destinadas a Pessoas Negras, e conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que me considero:

( ) Preto(a) ( ) Pardo(a)

Declaro que sou pertencente a raça etnia negra e definidas como tais, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Declaro ainda, serem verdadeiras as informações prestadas, e estar ciente que a declaração inverídica, uma vez comprovada mediante procedimento institucional, implicará no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de má-fé, fraude ou falsidade nos documentos apresentados e/ou na declaração do candidato ao sistema de reserva de vagas, será reconhecida a nulidade da inscrição e de todos os atos administrativos subsequentes, sem prejuízo da cominação de outras penalidades legais e de responsabilização civil e criminal do candidato.

Ainda, comprovada a falsidade na declaração, caso já tenha ocorrido a nomeação do candidato, este ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço, após processo administrativo instaurado para apurar os fatos, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Autorizo, por fim, a Comissão de Verificação a me fotografar para fins de registro, sendo esta imagem utilizada apenas para essa etapa deste Concurso.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO

DECLARAMOS, na qualidade de líderes da Comunidade _____, situada no município de _____, Estado de _____, CEP: _____, nos termos do art. 2º Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que o(a) Sr.(a)_____, inscrito(a) do CPF nº _____, nascida(o) em _____/_____/_____ é integrante de nossa comunidade, com a qual mantém vínculos familiares, sociais, culturais e econômicos, sendo reconhecido(a) como Pessoa Indígena.

DECLARAMOS ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, cientes de que a prestação de informação e/ou apresentação de documento falso poderá ensejar as sanções penais previstas nos artigos 297, 298 e 299 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), bem como a invalidação deste documento, caso seja comprovada falsidade em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local: _____, ____ de _____ de 2025.

Liderança 1
Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)
Nome Completo: _____ CPF nº _____
Endereço Completo: _____

Liderança 2:
Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)
Nome Completo: _____ CPF nº _____
Endereço Completo: _____

Liderança 3:
Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)
Nome Completo: _____ CPF nº _____
Endereço Completo: _____

ANEXO VI – MODELO DE ATESTADO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

MODELO DE ATESTADO MÉDICO

Atesto que _____, possuidor do documento de identificação (RG) nº _____, está APTA(O) a ser submetida(o) aos testes de **flexão de braços sobre o solo (apoio), flexão do tronco (resistência abdominal), teste de corrida e flexão de barra fixa**, mencionados no Edital de Abertura do Concurso da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, para o cargo de Guarda Civil Municipal.

....., ... de .....de 20_____.

_____

Assinatura do Médico CRM Nº _____

Campo Opcional: Contato de Emergência
Nome completo:_____ Parentesco:_____
Telefone com DDD: _____

ANEXO VII – TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO
PARA PARTICIPAÇÃO DO EXAME E CAPACITAÇÃO FÍSICA
Eu, _____, CPF n° _____, responsável legal do candidato _____, CPF nº _____, inscrição nº _____, tendo o vínculo de _____ (informar o grau de parentesco) DECLARO, sob pena das sanções cabíveis, que autorizo o candidato a realizar os exercícios previstos no Teste de Aptidão Física, estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso Público nº 1/2025 do Município de Sant'Ana do Livramento/RS, cujas provas serão realizadas no mês de _____/2026.
Declaro ainda isentar irrestritamente a FUNDATEC e o Município de Sant'Ana do Livramento/RS de quaisquer responsabilidades por danos ou prejuízos materiais e corporais que por ventura o candidato venha a sofrer em decorrência de sua participação.
....., ... de .....de 20_____.

_____
Assinatura do Responsável,
com confirmação de autenticidade em cartório ou pelas plataformas eletrônicas (e-cpf)

ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE OU EM PERÍODO PÓS-GESTAÇÃO – SOLICITAÇÃO PARA REMARCAÇÃO DO TAF

MODELO DE ATESTADO MÉDICO

A candidata _____, documento de identificação (RG) nº: _____, CPF nº _____, foi submetida, nesta data, a exame clínico sendo constatada(o):
( ) Gravidez (período Gravídico), cuja idade gestacional é compatível com _____ semanas e _____ dias, com data provável do parto prevista para ____ de _____ de _____.
( ) Período de Puerpério, a contar da data do parto, que ocorreu em ____ de _____ de _____ .

....., ... de .....de 20_____.

_____
Assinatura do Médico Gineco-obstetra
CRM Nº _____

ANEXO IX – PERFIL PSICOLÓGICO DO CARGO

Os requisitos psicológicos foram identificados por meio da profissiografia do cargo, levando em conta as atividades a serem realizadas no cumprimento do cargo. Os requisitos psicológicos estão organizados em Áreas da Personalidade/Cognição e referem-se a:

a) características psicológicas necessárias para a atividade do cargo; e

b) características psicológicas restritivas ou impeditivas para a atividade do cargo.

Áreas da Personalidade/ Cognição	Características psicológicas necessárias	Características psicológicas necessárias - Parâmetros Mínimos	Indicadores de características psicológicas restritivas
Atenção	Capacidade de modular o foco da atenção de acordo com a necessidade da situação.	Médio Superior/Alto	- Resultado abaixo da média em um teste psicológico que avalie a capacidade de atenção, independentemente do tipo de atenção avaliada. - Caso o candidato apresente resultados abaixo da média em mais de um teste psicológico que avalie a capacidade de atenção, cada tipo de atenção avaliada será considerado como um indicador diferente, havendo somatório destes em relação critério de inaptidão por características psicológicas restritivas.
Memória	Capacidade para armazenar informações e evocá-las mentalmente, tornando-as disponíveis para lembrança imediata.	Médio Superior/Alto	-Resultado abaixo da média em um teste psicológico que avalie a capacidade de memória, independentemente do tipo de memória avaliada.
Capacidade Intelectual	Capacidade de utilizar habilidades cognitivas de raciocínio, percepção e/ou processamento para resolver problemas, verbais ou não verbais, complexos ou simples, de maneira rápida e eficiente.	Médio	-Resultado abaixo da média em um teste psicológico que avalie a capacidade de raciocínio verbal ou não verbal; -Resultado abaixo da média em um teste psicológico que avalie a capacidade habilidade perceptual ou habilidade espacial ou velocidade de processamento; - Resultado abaixo da média em teste psicológico que avalie a inteligência verbal ou não verbal.
Controle Emocional	Habilidade para reconhecer e modular as próprias emoções. Controle sobre a agressividade, ansiedade, impulsividade, depressão. Capacidade de tomar decisões sob pressão. Capacidade de lidar com estresse e eventos negativos.	Médio Superior/Alto	-Dificuldades em tomar decisões; -Dificuldade para controlar seus sentimentos negativos, além de apresentar baixa tolerância à frustração; -Dificuldade para reconhecer eventos negativos e avaliar os problemas; -Considerar-se incapaz de lidar com as dificuldades do cotidiano; -Agir sem considerar as consequências, antes de fazer algum planejamento e/ou ser impulsivo; -Pouca habilidade em controlar seus impulsos; -Lidar pobremente com o estresse; -Alto nível de Ansiedade; -Tendência a expressão da raiva e/ou agressividade; -Alto nível de depressão; -Falta de clareza mental e juízo crítico.
Empatia e Sociabilidade	Capacidade de perceber e reagir adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros. Capacidade para conviver em grupos de forma a proporcionar cooperação entre seus componentes.	Médio	-Baixa preocupação com opiniões alheias; -Usualmente tomar decisões sem levar em conta os demais; -Se constranger em situações de maior exposição; -Crença de que os demais o invejam e uma predisposição para falar; excessivamente sobre si ou sentimento de superioridade e arrogância; -Pouca disponibilidade para com os demais, sendo indiferente às necessidades alheias; -Facilidade em se constranger e ficar desconfortável ante outras pessoas; -Relutância em se envolver nos problemas alheios. - Baixa procura por interações sociais.
Produtividade	Capacidade de planejamento, organização no desenvolvimento das tarefas. Capacidade de diversificar seu comportamento, de modo adaptativo, atuando adequadamente, de acordo com as exigências de cada situação e/ou ideias em que estiver inserido. Capacidade de lidar com adversidades e mantendo produtividade. Capacidade de Iniciativa. Pró-atividade. Aptidão psíquica e somática do candidato para realizar tarefas com energia e vigor.	Médio	- Comportamento de procrastinação, tendo grande dificuldade para iniciar tarefas, mesmo que simples; - Produtividade baixa; - Demorar para colocar suas ideias em prática e tomar iniciativa; - Pouca disposição para atingir objetivos; - Pouco comprometimento com tarefas e compromissos; - Sentimento de insegurança ou despreparo sobre as próprias habilidades para realização de tarefas; - Incapacidade de organização e falta de método; - Distração, preguiça e satisfação mesmo com baixo nível de realização; - Autodisciplina baixa.
Ética e Conduta	Capacidade de demonstrar deferência respeitando e acatando normas de seus superiores. Senso de Dever, Justiça e Responsabilidade. Postura madura ao lidar com o trabalho.	Médio Superior/Alto	- Pouca preocupação em seguir leis e regras sociais; - Postura ingênua; - Menor escrupulosidade e exigência em aplicar princípios morais; - Baixo senso de dever; - Dificuldade de relacionar-se com figuras de autoridade; - Desrespeito e agressividade em se comunicar;
Comunicação	Facilidade para utilizar as construções linguísticas na expressão do pensamento, por meio de verbalização clara e eficiente, manifestando-se com desembaraço, sendo eficaz na comunicação; capacidade de transmitir e emitir mensagens e ideias.	Médio	- Não se comunicar de forma compreensível e clara; - Apresentar gagueira; - Comunicação confusa, superficial e desorganizada.
Motivação e interesse para o cargo	Identificar-se com a instituição e com a área de segurança pública. Identificar-se com o papel social que pretende exercer.	Médio Superior/Alto	- Não identificar-se com o papel que irá exercer em sua atuação profissional; - Sinais de fobias clinicamente significativos, que dificultem o exercício da função.

CRITÉRIO DE INAPTIDÃO POR CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS RESTRITIVAS

Será considerado INAPTO para o desempenho do cargo pelo exame psicológico, o candidato que apresentar UM indicador de características psicológicas restritivas em DUAS OU MAIS áreas da personalidade/cognição ou mais de UM indicador de características psicológicas restritivas dentro da mesma área da personalidade/ cognição.

ANEXO X – PROGRAMAS

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA: Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos, subentendidos e efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias, e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch. Linguagem e comunicação: situação comunicativa e variação linguística. Gêneros e tipos textuais, e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Ortografia: emprego de letras, hífen e acentuação gráfica pelo sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra. Fonologia: relações entre fonemas e grafias, e relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra. Morfologia: classes de palavras e suas flexões, significados e empregos, estrutura e formação de palavras, e vozes verbais e sua conversão nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla, sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra, e sintaxe de

concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos. Pontuação: regras e implicações de sentido nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, e Celso Cunha e Lindley Cintra.

LEGISLAÇÃO
PROGRAMA: Estatuto do Servidor do Município (Lei nº 2.620/1990). Lei Orgânica do Município. Estrutura Administrativa Municipal (Lei n° 7.469/2019). Lei Municipal nº 5.066/2006: Sistema de Previdência Municipal, alterada pelas Leis Municipais nº 7.620/2020 e 7.883/2020. Lei Municipal 8.356/2025: Cria a GCM.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO
PROGRAMA: Teoria dos conjuntos e conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações, múltiplos e divisores, números primos, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais, e divisão em partes direta e inversamente proporcionais. Regra de três simples e composta. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades e transformação de unidades). Sistema monetário brasileiro. Cálculo algébrico: monômios e polinômios. Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau e função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau. Equações de 1º e 2º graus. Sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas. Progressão Aritmética (PA) e Progressão Geométrica (PG). Análise combinatória. Funções trigonométricas, razões e relações trigonométricas no triângulo retângulo. Classificação dos triângulos quanto aos lados e ângulos internos. Condição de existência do triângulo. Teorema de Pitágoras e suas aplicações. Teorema de Tales. Geometria plana: semelhança de triângulos, cálculo de área e perímetro das figuras geométricas básicas (quadriláteros, triângulos e círculos), cálculo de área e perímetro de polígonos. Circunferência e círculo: comprimento da circunferência e área do círculo. Noções de geometria espacial: cálculo da área e do volume de paralelepípedos e pirâmides, e cálculo do volume de cones e cilindros circulares retos. Matemática financeira: porcentagem e juro simples. Estatística: cálculo de média aritmética simples e média aritmética ponderada. Aplicação dos conteúdos acima listados na resolução de problemas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de padrões e lógica de argumentação, e sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples e proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PROGRAMA: Direitos Humanos e Cidadania. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei Maria da Penha. Direito Penal: crime, contravenção penal, licitude e culpabilidade, espécies de crime: dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra o patrimônio, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a saúde pública, dos crimes contra a administração pública. Lei Federal nº 13.869/2019 Abuso de Autoridade. Sistema Nacional de Armas. Lei antidrogas. Direitos do consumidor. Lei federal nº 9.503/1994 Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Lei Federal nº 13.022/2014 Estatuto Geral das Guardas Municipais. Gestão integrada de fiscalização e segurança urbana. Vídeomonitoramento: função, atribuição, competência da guarda municipal.

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:8597EF59

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 148/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 054/2025 – Empresa: **West Parts Peças e Lubrificantes Ltda,** CNPJ n° 27.614.905/0001-08.

Item	Qtd.	Und.	Especificação	Marca	Custo Unitário R$
2	60	UN	DENTE RETRO RANDON 219000309	XHGET	47,49
3	10	UN	DENTE RETRO RANDON 219000310	XHGET	61,74
4	10	UN	DENTE RETRO RANDON 219000311	XHGET	61,74
5	60	UN	DENTE RETRO NEW HOLLAND 85811440	XHGET	59,36
6	10	UN	DENTE RETRO NEW HOLLAND 85801377	XHGET	94,99
7	10	UN	DENTE RETRO NEW HOLLAND 85801376	XHGET	94,99
8	15	UN	DENTE RETRO JCB 531/03205	XHGET	47,49
9	10	UN	DENTE RETRO JCB 531/03208	XHGET	94,99
10	10	UN	DENTE RETRO JCB 531/03209	XHGET	94,99
11	40	UN	DENTE RETRO JCB 531/032205	XHGET	42,74
14	400	UN	PARAFUSO 5/8 CURTO	NORTRACK	2,08
15	800	UN	PORCA 5/8	NORTRACK	1,04
16	120	UN	DENTE ESCARIFICADOR XCMG 8195	ECOPLAN	194,72
18	60	UN	PINO	NORTRACK	18,99
20	400	UN	PARAFUSO 5/8 COMPRIDO	NORTRACK	3,51
21	80	UN	DENTE PARA RETROESCAVADEIRA MANITOU	XHGET	210,02
22	80	UN	DENTE PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA	XHGET	104,48
23	60	UN	CAPA DO DENTE DA CONCHA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM DUREZA PARA ROCHA	XHGET	64,59
24	60	UN	CAPA DO DENTE DA CONCHA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	XHGET	66,01
Obs.: Valor unitário inclusos: frete CIF e demais impostos e taxas					

São Gabriel, 23 de setembro de 2025.

LUCAS GONÇALVES MENEZES,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carloci D'ávila Menezes Junior
Código Identificador:A28C35A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO - IPTU

A Prefeitura Municipal de São Leopoldo, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do artigo 142, 143 e 194-A - Inciso IV – § 6º - inciso IV, **NOTIFICA** os contribuintes abaixo relacionados acerca da alteração cadastral referente ao **tipo de pavimentação da via pública** em que se localizam os respectivos imóveis:

Inscrição	Endereço	Bairro	Situação Anterior	Situação Atual	Processo Nº
9539	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30953	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30954	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30956	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30957	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30958	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30959	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30960	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30965	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
30967	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
72345	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
76493	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
76573	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
80194	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
80201	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
91686	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
93152	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
93153	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
104152	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
104153	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
105760	Avenida Tharcillo Nunes	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
12004	Rua Livramento	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
70094	Rua Livramento	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
14111	Rua Edgar Emilio Scherer	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
19618	Rua Edgar Emilio Scherer	Campestre	Sem Calçamento	Inicial	2025/22800
19631	Rua Edgar Emilio Scherer	Campestre	Sem Calçamento	Inicial	2025/22800
82092	Rua Edgar Emilio Scherer	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19249	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19312	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19490	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19491	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19492	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28855	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28856	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28857	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28858	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28859	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28860	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28881	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28882	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28883	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28884	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28885	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28886	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28888	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28889	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28890	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28893	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28894	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28921	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28922	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28923	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28924	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28925	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28926	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28927	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28928	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28929	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28930	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28931	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
57254	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
69596	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
69597	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80153	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80154	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
81626	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
82215	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
82216	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
83429	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84468	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800

84469	Rua Rudolpho Germano Hannecke	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28350	Avenida Alta Tensão	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
30612	Avenida Alta Tensão	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
95713	Avenida Alta Tensão	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28353	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28381	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28382	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28383	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28388	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28389	Rua Guaporé	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28376	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28377	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28440	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28649	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28651	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28654	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28657	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
43236	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
51789	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
57302	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
79511	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
88720	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
99555	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
99556	Rua Encantado	Campestre	Sem Calçamento	Pedra Irregular	2025/22800
28439	Travessa S/Denominação	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28446	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28447	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28448	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28455	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28458	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
35771	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
74688	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
78016	Estrada do Quilombo	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28449	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28452	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28453	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28454	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28459	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28471	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28475	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28476	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
79107	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84480	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84481	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
105542	Travessa Costa do Marfim	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28456	Avenida Maria Emília de Paula	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
100054	Avenida Maria Emília de Paula	Campestre	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
28465	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28466	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28483	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28484	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
58067	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
63706	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
68729	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84456	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
102544	Rua João Paulo I	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28485	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28486	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28487	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28488	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28489	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28490	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28491	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28492	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28494	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28495	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28496	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28497	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28505	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28506	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28507	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28508	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28509	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28511	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28524	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104746	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104747	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104748	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104749	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104750	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
104751	Rua Paulo Ricardo Michel	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28512	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28513	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28514	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28515	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28516	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28517	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28518	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28529	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800

28530	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28532	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28533	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28534	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
58110	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
58111	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
92902	Rua Santos	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28535	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28536	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28537	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28538	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28559	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28560	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28561	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28562	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28565	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28592	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28593	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28594	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28595	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28605	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28606	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28607	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28612	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28613	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
28614	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80059	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80060	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80061	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80062	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80063	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80064	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80312	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
80313	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84680	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
84681	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
87151	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88601	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88605	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88611	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88612	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88613	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88615	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88616	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88617	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88618	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88620	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88622	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88623	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88624	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88625	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88626	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
88627	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
106866	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
106867	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
107911	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
108234	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
108235	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
108236	Rua Manuel Deodoro da Fonseca	Campestre	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
21671	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
21672	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
21673	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
21674	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
21680	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
22029	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
54940	Rua Jaguari	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
26170	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26171	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26172	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26173	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26175	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26203	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26207	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26210	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26213	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
26214	Rua Carlos Frederico Kemmer	Feitoria	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
24022	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
24023	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
24024	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
24025	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
41491	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
41493	Avenida Pelotas	Scharlau	Sem Calçamento	Asfalto	2025/22800
19743	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19746	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19747	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19748	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19751	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19752	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19753	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800

19754	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19755	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19756	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19757	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19785	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19786	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19787	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19788	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19789	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19790	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19791	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19969	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
19999	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20000	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20001	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20002	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20003	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20005	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20007	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20082	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20094	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20095	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20200	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20201	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20202	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20203	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20204	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20206	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20207	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20209	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20210	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20211	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20229	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20232	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20239	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20240	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20241	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20242	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20243	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20244	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20245	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20246	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20268	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20284	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20285	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20286	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20287	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20288	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20289	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
20291	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
21193	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
36357	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
36977	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
41119	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
44759	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
51999	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
52539	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
52540	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
58493	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
60968	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
60969	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
61317	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
61318	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
67610	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
67691	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
67900	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
98582	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800
98583	Rua Guaporé	Scharlau	Sem Calçamento	Bloquet	2025/22800

A revisão decorre de informações da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município, vistoria realizada pelos fiscais do Departamento de IPTU e imagens do Google Street View e produzirá efeitos no lançamento do **Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU** a partir de 2026.
Os contribuintes poderão apresentar impugnação administrativa no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data desta publicação nos termos do art. 172 – Inciso I, bem como Decreto Municipal nº 8536/2016. Decorrido o prazo sem que haja recolhimento do crédito tributário ou, ainda apresentação de defesa no prazo legal, implicará a constituição definitiva do crédito tributário, com encaminhamento para cobrança administrativa e/ou judicial.

Município de São Leopoldo, 09 de setembro de 2025.

VERNER RODRIGUES KOCH
Diretoria De Receita E Arrecadação Pública

CLAUDIO VAZ PINTO MONTEIRO
Fiscal Tributário

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:21E3AA98

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2025 - SEDETTEC - SELEÇÃO DE PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA PARA DOAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE ORIENTAÇÃO/SINALIZAÇÃO NO PARQUE DO TRABALHADOR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO E TECNOLÓGICO – SEDETTEC

O Município de São Leopoldo, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, torna público, a quem interessar, que fará, entre os dias 29 de setembro e 31 de outubro de 2025, procedimento de Chamamento Público para doação e instalação de placas de orientação/sinalização para o visitante ao longo da pista/circuito de caminhada existente no Parque de Recreação do Trabalhador, situado à Rua Vicentina Maria Fidélis, nº 350, bairro Vicentina, em São Leopoldo, visando firmar Contrato de Doação com a iniciativa privada, conforme condições estabelecidas neste edital, tendo como embasamento legal o art. 10º do Decreto nº 11.056/2025.

I - DO OBJETO
1.1 - CHAMAMENTO PÚBLICO para recebimento e seleção de propostas objetivando a formalização de parceria com a iniciativa privada, por meio de celebração de Contrato de Doação, para doação e instalação de placas de orientação/sinalização para o visitante na pista/circuito de caminhada existente no Parque de Recreação do Trabalhador, de acordo com as regras deste documento.
1.2 - Não haverá contrapartida financeira do Município para a execução do referido projeto. Em contrapartida, o Doador poderá divulgar sua marca nas placas, no respectivo espaço público durante a vigência do Contrato de Doação.

II - DA JUSTIFICATIVA
2.1 - A presente proposta tem como objetivo principal fornecer orientações claras e intuitivas nas placas aos visitantes na pista/circuito de caminhada, indicando o percurso percorrido, orientações, bem como quaisquer outras informações relevantes para facilitar a caminhada e a experiência dos usuários. O intuito é viabilizar melhorias no Parque de Recreação do Trabalhador, com o fortalecimento da solidariedade e da cooperação entre a comunidade e a administração pública. Assim, a proposta considera, ainda, a oportunidade de desoneração da Administração Municipal quanto às despesas financeiras incorridas para a implantação do referido projeto, mediante parceria com a iniciativa privada.

III - DO SERVIÇO OFERECIDO
3.1 - O serviço a ser oferecido pelo Doador é o fornecimento e instalação de placas de sinalização/orientação no circuito de caminhada existente no Parque de Recreação do Trabalhador, com possibilidade de contrapartidas em seu benefício.
3.2 - As ações previstas não implicam qualquer ônus financeiro para o Poder Público Municipal, sendo possível, em contrapartida à proposta selecionada mediante os termos estabelecidos, a inserção da marca do Doador nas placas de sinalização/orientação, de acordo com o estabelecido no presente instrumento.
3.3 - Ocorrendo qualquer hipótese excepcional em que o Poder Público Municipal tenha qualquer gasto relacionado ao projeto, que seja originalmente de responsabilidade do Doador, este deverá ressarcir os valores ao Município de São Leopoldo.

IV – DA QUANTIDADE E MODELO DAS PLACAS
4.1 - O Doador deverá fornecer 6 (seis) placas, de lona, no tamanho de 60cm de largura por 90cm de altura cada.
4.2 - Cada placa deverá conter a seguinte frase:
- Placa 1 (Início do Circuito) • Título: Circuito de Caminhada – 1,3 km • Informações: ponto de partida, mapa simplificado do trajeto, indicação do sentido da caminhada. • Extras: orientações rápidas de segurança (hidratar-se, respeitar seu ritmo, uso de tênis adequado).
- Placa 2 (Placa de Orientação) – 300 metros • Informações: "Você percorreu 300 m" • Dica: alongamento leve e postura correta ao caminhar.
- Placa 3 (Placa de Orientação) – 600 metros • Informações: "Você percorreu 600 m – Faltam 700 m" • Dica: manter ritmo constante e atenção à respiração.
- Placa 4 (Placa de Orientação) – 900 metros • Informações: "Você percorreu 900 m – Faltam 400 m" • Dica: hidratar-se, se necessário, e manter-se no lado direito da pista.
- Placa 5 (Placa de Orientação) – 1.200 metros • Informações: "Você percorreu 1,2 km – Faltam 100 m" • Dica: incentivo motivacional, exemplo: "Você está quase lá! Parabéns pelo esforço!".
- Placa 6 (Placa Final) – Conclusão do Circuito • Título: Parabéns, você completou o Circuito de 1,3 km! • Informações: tempo médio estimado para caminhada leve, moderada e corrida leve. • Extras: incentivo para repetir o percurso e manter a atividade física.

V - DA CONTRAPARTIDA – DA UTILIZAÇÃO DA MARCA
5.1 - Será permitido ao Doador inserir a logomarca de sua empresa nas placas de orientação/sinalização que deverão ser instaladas na localidade.
5.2 - O doador deverá fornecer sua logomarca (em alta resolução e em extensão .PDF) para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, para que a Superintendência de Comunicação do Município aprove a arte da placa de comunicação do referido projeto.
5.3 - As placas serão instaladas pelo Doador, no local definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC.

VI - LOCAL DE ENTREGA, PRAZO E INSTALAÇÃO
6.1 - As placas deverão ser entregues e instaladas no Parque de Recreação do Trabalhador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados após a assinatura do contrato de doação, no qual será estabelecido o dia e horário para recebimento dos materiais.
6.2 - Em caso de a fiscalização observar irregularidades e/ou quaisquer divergências entre o objeto licitado e o entregue, o material deverá ser recolhido, as expensas da empresa contratada, e reapresentado a este Município e aos fiscais do contrato em, no máximo, 20 (vinte) dias úteis, após a entrega das placas.
6.3 - Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por meio de solicitação, que deverá ser deferida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC.
6.4 - O Doador será responsável pela realização dos serviços descritos no Contrato de Doação, bem como por quaisquer danos causados à Administração Pública e a terceiros em decorrência disso.

VII - DA EXIGÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DA PARCERIA
7.1 - A pessoa jurídica deve estar formalmente registrada no Município de São Leopoldo há pelo menos 05 (cinco) anos.

VIII - DOS IMPEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA PARCERIA
8.1 - Não poderão participar deste Credenciamento as pessoas jurídicas que estejam em débito tributário com o Município de São Leopoldo/RS.

IX - DA ENTREGA DE PROPOSTAS, PRAZO E CRONOGRAMA
9.1 - As empresas interessadas deverão apresentar sua proposta devidamente assinada por representante legal da pessoa jurídica, juntamente com os documentos descritos na cláusula "XIII". A proposta deve detalhar as condições dos itens a serem fornecidos/patrocinados, relacionados na cláusula "IV", deste Edital.
9.2 - As propostas deverão ser protocoladas entre os dias 29 de setembro e 31 de outubro de 2025, das 9h à 14h, em envelopes fechados, no Departamento de Protocolos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, localizado no andar térreo do Centro Adminisrativo (Av. Dom João Becker, 754, centro de São Leopoldo), aos cuidados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC. Não serão aceitas propostas protocoladas após o prazo determinado.
9.3 - A inscrição do interessado implicará na ciência e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como de todos os termos do (s) seu (s) Anexo (s), em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
9.4 - O processo seletivo obedecerá ao seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	
25/09/2025	Publicação do edital
29/09/2025 a 31/10/2025	Recebimento dos documentos
04/11/2025	Abertura da sessão para análise dos documentos
11/11/2025	Divulgação da empresa habilitada
12/11/2025 a 18/11/2025	Análise de Interposição de Recursos, se houver.
19/11/2025	Publicação da(s) análise(s) de recurso(s) julgado(s)
24/11/2025 ou após a publicação da análise de recurso (s) julgado (s), se houver.	Homologação do resultado

9.5 - Os prazos acima poderão sofrer alteração, em especial, considerando o que traz os itens do presente edital.

X - DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS
10.1 - Este Edital e seu(s) Anexo(s) serão publicados no Diário Oficial do Município de São Leopoldo e no endereço eletrônico:
https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/conteudo/24/1?titulo=DESENVOLVIMENTO+ECONÔMICO

10.2 - Eventuais alterações sobre este instrumento convocatório serão divulgadas pela mesma forma dada ao texto original.
10.3 - Os eventuais questionamentos relativos ao presente Chamamento Público deverão ser formulados por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada à abertura da sessão, por meio de documento assinado pelo representante legal ou procurador com poderes para tal, com CNPJ, Razão Social, nome completo do subscritor, e informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail), dirigidos à Comissão de Avaliação e enviados em arquivo anexo ao e-mail sedettec@saolepoldo.rs.gov.br
10.4 - Caso não sejam formulados questionamentos e esclarecimentos sobre o Edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da seleção do interessado.

XI - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA SELEÇÃO PÚBLICA
11.1 - Os documentos da Proposta e Habilitação exigidos no presente Chamamento Público deverá ser apresentado em envelope fechado, lacrado e identificado, conforme modelo de etiqueta contido abaixo:

ENVELOPE – Habilitação e Proposta
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO E TECNOLÓGICO - SEDETTEC
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2025
RAZÃO SOCIAL _____

11.2 - No envelope deverá conter a proposta, que compreende os meios e recursos necessários para a execução das ações e serviços objeto deste edital, devendo atender as condições estabelecidas no mesmo.
11.3 - Todas as folhas devem ser rubricadas e numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.
11.4 - Os documentos que instruem os envelopes deverão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente autenticada e perfeitamente legível, sendo que a autenticação poderá ser dada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo final para protocolo das propostas.
11.5 - Não serão aceitas, posteriormente à entrega da proposta, os documentos de Habilitação ou complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações.
11.6 - Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, bem como, também não serão aceitos documentos em idioma estrangeiro.
11.7 - Somente serão considerados os projetos que abranjam a totalidade do objeto, nos exatos termos deste edital.
11.8 - Para a habilitação e também para a celebração da parceria as empresas interessadas deverão apresentar:
a) Certidão negativa Receita Federal;
b) Certidão negativa Receita Estadual;
c) Certidão negativa Municipal;
d) Certidão negativa INSS;
e) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;
f) Contrato social e alterações, se tiver;
g) Cartão do CNPJ;
h) Documento de identidade e CPF do representante legal;
i) Comprovante de endereço da sede da empresa;
j) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

XII - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - Será instituída Comissão de Avaliação, composta por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico.

12.2 - No dia 04 de novembro de 2025, às 9h, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, a Comissão de Avaliação instalará a sessão pública para abertura dos envelopes, realizando primeiramente a análise dos documentos para habilitação. Os proponentes considerados devidamente habilitados terão as propostas analisadas.

12.3 - A sessão poderá ser assistida por quaisquer pessoas, admitida, porém, a participação e a manifestação apenas dos representantes de cada empresa privada que participe do presente Edital.

12.4 - Será inabilitado o proponente interessado que não apresentar os documentos de Habilitação, e desclassificado o que não apresentar a proposta, ou apresentá-los em desconformidade com as regras dispostas neste Edital.

12.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e seu(s) Anexo(s), em decisão motivada da Comissão.

12.6 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos pelos presentes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não. Em seguida, deliberará sobre os documentos apresentados e, julgando-os satisfatórios, ou não, declarará os interessados habilitados e/ou inabilitados, fundamentando sua decisão.

12.7- A Comissão poderá, para analisar os documentos de habilitação, as propostas e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e informações adicionais do(s) Proponente(s) e de sua(s) proposta(s) para honrar as obrigações assumidas.

12.8 - Se presentes os representantes dos proponentes na sessão, a Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a classificação e desclassificação das propostas. Caso os representantes não queiram interpor recurso, esta intenção deverá ser consignada em ata por todos assinada, podendo a Comissão prosseguir com o procedimento mediante homologação, que será feita através do Diário Oficial do Município: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/conteudo/24/1?titulo=DESENVOLVIMENTO+ECONÔMICO

12.9 - Caso não estejam presentes os representantes dos proponentes, a intimação dos atos será feita através do Diário Oficial do Município, iniciando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega à Comissão de eventual recurso, no primeiro dia útil seguinte a publicação, nos termos deste edital.

12.10 - Os prazos e/ou proferida a decisão sobre os recursoso interpostos, a Comissão marcará a data e o horário em que dará prosseguimento ao procedimento do Chamamento Público, em nova sessão pública, cuja comunicação às proponentes será feita com antecedência mínima de 24 horas da data marcada, através de publicação no Diário Oficial do Município.

12.11 - Todos os documentos das empresas que permanecerem no processo ficarão sob a guarda da Comissão até a sua conclusão.

XIII - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

13.1 - Para fins de avaliação, serão considerados os documentos e o melhor projeto apresentado para as placas, de acordo com a avaliação da comissão.

XIV - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

14.1 - Após a escolha da proposta, será celebrado o Contrato de Doação e o DOADOR deverá realizar a entrega dos itens em atendimento ao disposto no item “VI” e conforme especificado na proposta.

XV - DA UTILIZAÇÃO DA MARCA E PRAZO DE PERMANÊNCIA

15.1 - Será permitido ao Doador explorar a sua marca nas placas instaladas na localidade, objeto deste edital, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do término da sua instalação.

15.2 – O doador garantirá a manutenção das placas pelo mesmo período de 5 (cinco) anos.

XVI - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

a) Disponibilizar o imóvel para a instalação das placas, objeto deste edital;

b) Acompanhar a operação da Contratada e verificar o cumprimento do objeto da parceria;

c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela parceria, relacionados à execução do objeto do presente Edital.

XVII - DA RESPONSABILIDADE DO DOADOR

a) Prestar serviços adequados, na forma prevista no Edital, observadas as disposições técnicas e legais aplicáveis;

b) Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado no Instrumento da parceria, objeto desta Chamada Pública;

c) Não realizar a exploração de atividades ou a veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político-partidário, ou que possam prejudicar o desenvolvimento operacional do serviço concedido;

d) Suportar todos os ônus e obrigações concernentes ao objeto deste Contrato, respondendo por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa, civil e comercial. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos acima estabelecidos, não transfere ao Município de São Leopoldo a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato;

e) Manter, por si e seus prepostos, durante a execução da totalidade deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições necessárias à continuidade da execução dos serviços;

f) A Contratada poderá contratar com terceiros a execução de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da Contratação;

g) A Contratada obriga-se a realizar a supervisão e a coordenação das atividades dos terceiros, por ela contratados, não excluindo, sob nenhuma hipótese, a sua responsabilidade, perante o Poder Concedente, quanto ao cumprimento de suas obrigações, objeto do Contrato;

h) Não contratar trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIIII, da Constituição Federal;

i) A Contratada reconhece, por este instrumento, ser a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causara à terceiros, por culpa ou dolo, na execução deste Contrato, correndo, às suas expensas, sem qualquer ônus para o Município de São Leopoldo, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

XVIII - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

18.1 - O Município de São Leopoldo não se responsabiliza por furto, roubo, vandalismo, ações da natureza ou quaisquer outros fatores externos capazes de gerar interrupção ou redução da prestação dos serviços.

18.2 - O Doador deverá nomear gerente da prestação de serviços, para fins de comunicação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico - SEDETTEC.

18.3 - Nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.056, de 17 de abril de 2025, a doação autoriza, após a entrega dos bens ou a finalização da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador e a menção nominal ao doador pelo donatário no sítio eletrônico do órgão ou da entidade da administração pública.
18.4 - Este Edital é válido pelo período indicado supracitado, podendo ser prorrogado a critério da administração, ou, havendo razões superiores que justifiquem, poderá revogar este Edital a qualquer momento, sem que tal fato permita alegação de prejuízo aos interessados, ou a terceiros, sob qualquer fundamento de direito

XIX - COMUNICAÇÕES ENTRE DOADOR E A ADMINISTRAÇÃO
19.1 - Todas as comunicações relativas ao objeto deste edital serão consideradas como regularmente feitas por telefone, whatsApp e correio eletrônico (e-mail), por integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, definido como membro da Comissão de Seleção.

XX - DISPOSIÇÕES FINAIS
20.1 - A celebração da parceria decorrente deste Edital poderá ser suspensa diante de eventuais irregularidades constatadas, até que sejam sanadas tais irregularidades. Na hipótese das irregularidades não serem sanadas, a parceria decorrente deste edital será rescindida e outra empresa classificada será convocada.

XXI - DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da comarca de São Leopoldo - RS para dirimir dúvidas oriundas da execução deste instrumento, quando não solucionadas na esfera administrativa das partes celebrantes.

São Leopoldo, 19 de setembro de 2025.

REGINA DUTRA OLIVEIRA CAETANO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC

ANEXO I

MINUTA CONTRATO DE DOAÇÃO

CONTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°

CONTRATO DE DOAÇÃO Nº _____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURÍSTICO E TECNOLÓGICO - SEDETTEC E _____ (pessoa jurídica doador)

O Município de São Leopoldo, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – SEDETTEC, com sede na com sede na Av. Dom João Becker, n. 754, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 89.814.693/0001-60, doravante denominada DONATÁRIA, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada DOADOR(A), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições do Decreto nº 11.056, de 17 de abril de 2025, resolvem celebrar o presente Contrato de Doação, mediante as cláusulas e as condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na doação de bens e serviços, sem encargos, pela DOADORA, de 6 placas de sinalização/orientação e sua instalação, conforme condições e quantidades especificadas neste Contrato de Doação.

1.2. A DOADORA declara, sob as penas da lei, ser proprietária dos bens mencionados no Anexo deste instrumento e deter condições e poderes para promover a doação de que cuida este termo, na conformidade do art. 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualquer fato que impeça a concretização do presente ajuste.

1.3. A DONATÁRIA, aceita os bens referidos, que passam a incorporar seu patrimônio, tendo sua titularidade, posse e uso transferidos de imediato.

1.4. A DOADORA se compromete a garantir a integridade dos bens doados até seu destino final, sua instalação, bem como a arcar com todas as despesas necessárias ao transporte dos bens ao local e no prazo indicados pelo DONATÁRIO, inclusive a arcar com os encargos fiscais e tributários que eventualmente incidam sobre os bens.

1.5. Os bens deverão ser entregues no local indicado pela DONATÁRIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do presente Termo de Doação.

1.6. O prazo fixado poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do(a) DOADOR(A) e aceita pela DONATÁRIA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÔNUS E/OU ENCARGO

2.1. Fica estabelecido o seguinte ônus/encargo: A permissão à DOADORA explorar a sua marca nas placas de orientação/sinalização que deverão ser instaladas na localidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Contrato de Doação, tem início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, até o encerramento do serviço.

3.2. O descumprimento das disposições deste Contrato de Doação acarretará a extinção da doação, devendo a DOADORA cessar a execução dos serviços doados, sem qualquer ônus financeiro sobre os serviços, no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pela DONATÁRIA.

3.3. O presente Contrato de Doação também poderá ser extinto, desde que haja manifestação expressa tanto pela DOADORA, quanto pela DONATÁRIA.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Caberá à DONATÁRIA:

Fornecer os dados, informações e apoio necessários ao recebimento do bem e a sua instalação ao desempenho dos serviços a serem executados;
Exercer o acompanhamento e controle sobre as obrigações;
Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da DOADORA nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DOADORA;
Comunicar a DOADORA qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto;
Promover os registros patrimoniais devidos decorrentes da doação, se couber.

4.2. Caberá à DOADORA:
Executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares da DONATÁRIOA;
Cumprir as normas regulamentadoras e demais regras de mercado relativas aos serviços objeto do presente ajuste;
Obedecer o prazo apresentado, com intuito de não gerar atrasos na entrega da doação;
Manter as condições de qualificação exigidas anteriormente à doação;
Acatar as orientações da DONATÁRIA, prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
Observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
Responsabilizar-se por quaisquer ônus, que envolvam o fornecimento do bem ou serviço ofertado na proposta, tais como: despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação de serviços, por todos os encargos sociais previstos na legislação vigente, e por quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregador;
Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da DONATÁRIA, ou de terceiros, advindos de negligência, imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

5.1. É vedada a utilização do presente Contrato de Doação para fins publicitários, nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.056, de 17 de abril de 2025, ressalvada, após a entrega dos bens ou o término da prestação dos serviços objeto da doação:
a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador;
a menção nominal ao doador pelo donatário no sítio eletrônico do órgão ou da entidade da administração pública direta, autárquica e fundacional.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

6.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer outra natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Contrato de Doação, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à DONATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do art. 21 do Decreto nº 11.056, de 17 de abril de 2025.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. Os bens e os serviços doados estão sendo ofertados pela DOADORA, sem coação ou vício de consentimento.

8.2. A DONATÁRIA declara que aceita a doação dos bens em todos os seus termos.

8.3. Os bens doados serão recebidos com o ateste do titular do órgão DONATÁRIO.

8.4. A DOADORA declara ser proprietário dos bens a serem doados e que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação a eles.

8.5. O presente contrato não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos da DOADORA.

8.6. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

8.7. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").

8.8. A inexecução ou a mora no cumprimento do encargo, pelo donatário, implicará a reversão da doação.

8.9. Fica eleito o foro da Comarca de São Leopoldo para dirimir os litígios que decorrerem direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas testemunhas.

....., ... de..... de 2025.

Donatário	Doador(A)

Testemunhas:

Nome: _____
RG/RF: _____
CPF: _____

Nome: _____
RG/RF: _____
CPF: _____

Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:B48D3D48



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I – TERMO DE FOMENTO N° 35/2025

Trata-se de anexo referente ao "TERMO DE FOMENTO 35/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", conforme o Processo Administrativo nº 6453/2025.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Santana do Livramento – RS

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC	
Nome da parceria: "Equipagem da Lavanderia e cozinha, gerando novas perspectivas de recursos"	
Nome da OSC: APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Endereço completo: Vasco Alves, 434	
CNPJ: 96041439/0001-31	
Site, Rede Social, outros:	
Telefone fixo: 3242-1071	Telefone celular: (55) 997201404
E-mail da OSC: santanadolivramento@apaers.org.br	

II. DADOS DA CONTA BANCÁRIA DA OSC
Titular da conta: APAE Santanense
Banco: 041
Agência: 0280
Conta-Corrente: 06.119681.0-1

REPRESENTANTE LEGAL DA PARCERIA		
Nome do (a) representante legal: Carlos Nilo Coelho Pintos		
Cargo: Presidente		
RG: 8036654211	Órgão expedidor: SSJ	CPF: 696.738.960-20
Telefone fixo: XXX	Telefone celular: (55) 984271002	
E-mail do (a) responsável: carlosnilocoelho@gmail.com		

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO: "Equipagem da Lavanderia e cozinha, gerando novas perspectivas de recursos"	
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 meses	
INÍCIO: A partir da liberação do recurso	TÉRMINO: 12 meses após a liberação do recurso

JUSTIFICATIVA:
A instituição APAE Santanense (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) desempenha um papel indispensável, essencial e fundamental na promoção do desenvolvimento integral de pessoas com deficiência física, contribuindo através de seu trabalho assegulhar-lhes o pleno exercício da cidadania; promover a prevenção proteção a situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social da pessoa com deficiência intelectual ou múltiplas bem como ações voltadas ao fortalecimento da relação familiar.
A APAE Santanense atua em três pilares: Assistência Social, Educação e Saúde, além do programa do Governo Estadual TEAcolhe; A instituição disponibiliza gratuitamente para seus assistidos atendimentos terapêuticos como: Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, psicopedagogia, oficinas (dança, culinária, expressão corporal, artes, educação física, música, capoeira, rotina de vida diária, arteterapia), alcançando um público superior a 350 pessoas.
A APAE é a maior rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual ou deficiências múltiplas. Parte essencial desse desenvolvimento Clinico, Terapêutico e Social está associado ao ambiente físico onde são realizados os atendimentos, em vista disso a APAE necessita equipar a Lavanderia com maquinas novas e otimizar o espaço com equipamentos de sublimação em camisetas e canecas salas utilizadas para atendimentos, O presente projeto, através de verba de emenda impositiva destinada pelo Vereador Elsio Leonel Silva Alvienes busca garantir que a sala seja totalmente equipada com os matérias pertinentes para uso na confecção de camisetas e canecas personalizadas além de manter a tradicional lavanderia da instituição. Tal iniciativa visa melhorar a qualidade de vida dos beneficiários, fortalecer seu desenvolvimento e garantir que a APAE possa continuar oferecendo suporte integral humanizado, pois irá gerar recurso livre para a instituição.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES:
A parceria visa gerar segurança e qualidade de vida, garantir saúde e bem estar para os assistidos, oportunizar o desenvolvimento pessoal, fortalecer a inclusão social, fomentar o engajamento dos profissionais, assistidos e familiares na comunidade, possibilitar o envolvimento da comunidade como forma de aumentar a conscientização sobre a causa e promover a participação de mais pessoas na vida da APAE, esses ações serão possíveis através da aquisição de equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantindo através dessas melhorias a qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade. Proporcionar ambiente seguro e espaços com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e prestação de serviços para a comunidade.
Garantindo ambiente acolhedor com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e comunidade além de gerar recursos próprios para a instituição gerando a manutenção dos serviços prestados para a comunidade.
Aquisição de equipamentos para sublimação: Serão adquiridas prensas térmicas para confecção de camisetas e canecas personalizadas.
Aquisição de insumos para produção de camisetas e canecas personalizas: Compra de materiais para manutenção do serviço.
Aquisição de eletrônicos: compra de Notebook e impressora para uso exclusivo nas atividades de sublimação e lavanderia.
Aquisição de equipamentos eletrônicos e utensílios para cozinha: para melhor atender as necessidades dos usuários
Aquisição de câmeras de monitoramento: compra de câmeras de monitoramento para obter maior segurança aos espaços físicos.

Monitoramento e Avaliação: O impacto do projeto será monitorado e acompanhado pela equipe responsável da Instituição, através de avaliações referentes ao uso e manuseio dos equipamentos. Relatórios periódicos serão elaborados para prestação de contas da utilização da verba destinada, garantindo transparência e eficiência na execução do projeto.
A seleção dos fornecedores será baseada em critérios de qualidade e economia (orçamentos), garantindo o melhor custo-benefício.

OBJETIVOS E METAS:
Gerar segurança e qualidade de vida, garantir saúde e bem estar para os assistidos, oportunizar o desenvolvimento pessoal, fortalecer a inclusão social, fomentar o engajamento dos profissionais, assistidos e familiares na comunidade, possibilitar o envolvimento da comunidade como forma de aumentar a conscientização sobre a causa e promover a participação de mais pessoas na vida da APAE, esses ações serão possíveis através da aquisição de equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantindo através dessas melhorias a qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade. Proporcionar ambiente seguro e espaços com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e prestação de serviços para a comunidade.
Garantir qualidade e melhorar os equipamentos da cozinha e da lavanderia, aquisição de equipamentos de sublimação e equipamentos eletrônicos para melhorar a qualidade dos serviços prestados além de gerar renda livre para manutenção dos ambientes comuns da Apae santanense, garantindo dessa forma maior qualidade de vida aos assistidos e comunidade.

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:
350 assistidos.

CONTRAPARTIDA:
Não se aplica

VALOR GLOBAL DA PARCERIA:
A importância da captação do recurso no valor de RS 70.000,00 (setenta mil reais) destinada pelo vereador Elso Leonel Silva Alvienes, em parceria com o Governo Municipal e a APAE Santanense a ser utilizado em custeio com a finalidade de adquirir equipamentos, móveis e eletrônicos para salas de atendimento da instituição.

MODALIDADE DE APOIO		
Tipo de apoio:	X	Emenda Impositiva do vereador Elso Leonel Silva Alvienes
		Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade:

RECURSOS COMPLEMENTARES		
Existência ou ausência de recursos complementares:	X	Inexistência de recursos complementares
		Existência de recursos complementares

ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)		
	X	Ofício do parlamentar: NECESSÁRIO NOS CASOS DE EMENDA.
	X	Plano de Trabalho de Termo de Fomento
	X	Cópia do estatuto registrado e suas alterações
	X	Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de um ano.
	X	Comprovante de endereço de funcionamento da Organização
	X	Certidão geral de débitos federal ATUALIZADA
	X	Certidão geral de débitos estadual ATUALIZADA
	X	Certidão geral de débitos municipal ATUALIZADA
	X	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ATUALIZADO
	X	Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre com o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição da República;
	X	Declaração, sob as penas da Lei, de que não incorre no previsto no art.39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
	X	Apresentação de conta bancária especifica para manter e movimentar os recursos.
	X	A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na OSC e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
	X	A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Declaro que:
[X] A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014.
[X] A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
[X] A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessárias para realização do objeto.
[X] A Organização respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e a qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos) em cumprimento com o disposto no inc. III, art. 7º da Constituição Federal.
Data: / /2025
Assinatura do (a) dirigente da OSC: _____

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARCERIA

APRESENTAÇÃO

A APAE Santanense é a única instituição no Município especializada para o atendimento de crianças (a partir de zero ano), adolescentes e adultos com deficiência mental e/ou múltipla e seus familiares. Tendo como meta a inclusão, melhoria da qualidade de vida, defesa dos direitos e cidadania dos beneficiários, A Apae Santanense atende diretamente quase 400 pessoas atuando em três pilares que são Assistência Social, Saúde e Educação além do programa TEAcolhe, nos turnos da manhã e da tarde, indiretamente os serviços prestados pela instituição alcançam mais de mil pessoas e toda comunidade santanense e regional.

A importância da captação do recurso destinado através de Emenda Impositiva do Vereador Elsio Leonel Silva Alvienes no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), será destinada em parceria com o Governo Municipal e a APAE Santanense, observado o disposto no art.29 da Lei n° 13.019/14, atendendo o compromisso com a Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social com nossa Instituição. O recurso destinado para a entidade será de uso específico na equipagem das salas de atendimento, visando garantir um ambiente acolhedor, seguro e dinâmico para atendimento dos assistidos.

JUSTIFICATIVA

A importância da captação do recurso correspondente a R$ 70.00,00 (setenta mil reais) da verba de Emenda Impositiva indicada pelo Vereador Elso Leonel Silva Alvienes, destinada à APAE Santanense, conforme projeto de lei 140/2024, para uso em custeio, atende o compromisso assumido pelo parlamentar junto a nossa Instituição.

O recurso será captado e destinado pela instituição para a aquisição equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantir através desses equipamentos qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade.

A execução deste projeto visa assegurar que objetivos e metas sejam alcançados, ao mesmo tempo em que prezando em ofertar um ambiente acolhedor onde os pacientes assistidos possam ter ambiente seguro para convívio social e a partir disso promover sua saúde mental e a inclusão social.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

A parceria visa gerar segurança e qualidade de vida, garantir saúde e bem estar para os assistidos, oportunizar o desenvolvimento pessoal, fortalecer a inclusão social, fomentar o engajamento dos profissionais, assistidos e familiares na comunidade, possibilitar o envolvimento da comunidade como forma de aumentar a conscientização sobre a causa e promover a participação de mais pessoas na vida da APAE, esses ações serão possíveis através da aquisição de equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantindo através dessas melhorias a qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade. Proporcionar ambiente seguro e espaços com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e prestação de serviços para a comunidade.

Garantindo ambiente acolhedor com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e comunidade além de gerar recursos próprios para a instituição gerando a manutenção dos serviços prestados para a comunidade.

CONTRAPARTIDA

Não se aplica.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

O recurso será captado e destinado pela instituição para a aquisição de equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantir através desses equipamentos qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade. A execução do projeto, terá o acompanhamento e monitoramento do custeio para obter as melhores condições para a o uso correto dos recursos.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Metas: Gerar segurança e qualidade de vida, garantir saúde e bem estar para os assistidos, oportunizar o desenvolvimento pessoal, fortalecer a inclusão social, fomentar o engajamento dos profissionais, assistidos e familiares na comunidade, possibilitar o envolvimento da comunidade como forma de aumentar a conscientização sobre a causa e promover a participação de mais pessoas na vida da APAE, esses ações serão possíveis através da aquisição de equipamentos e insumos para confecção e manutenção de artigos de sublimação em canecas e camisetas, aquisição de impressora e notebook para uso na sublimação e lavanderia, compra de câmeras de monitoramento, compra de eletrodomésticos utensílios para cozinha, garantindo através dessas melhorias a qualidade nos serviços prestados para os assistidos e comunidade. Proporcionar ambiente seguro e espaços com equipamentos de qualidade para um excelente atendimento ao paciente assistido e prestação de serviços para a comunidade.

Indicador – ambiente acolhedor e seguro, captação de recurso para proporcionar maior desenvolvimento fisico, mental e social ao assistido.

QUADRO GERAL

Etapa	**Meta**	**Indicador**
Manutenção e equipagem das salas de lavanderia, cozinha e segurança	Gerar maior segurança nos espaços, garantir saúde e bem estar para os assistidos, oportunizar o desenvolvimento pessoal, fortalecer a inclusão social, fomentar o engajamento dos profissionais, assistidos e familiares na comunidade.	Serviços de qualidade, ambiente seguro Desenvolvimento pessoal, social e comunitário

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Ação	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Recebimento do recurso	Compra dos equipamentos E manutenção do serviço		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Gestão financeira	Revisão dos orçamentos	Verificar melhXor condição de aquisição											Prestação de contas

IX. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Etapa	Duração	Previsão de início	Previsão de término
Aquisição dos equipamentos	12 meses	Após liberação do recurso	12 meses após liberação do recurso

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
Conjunto de Equipamentos para sublimação	aquisição	01	Unidade	R$20.000,00	R$20.000,00
Insumos para produção e manutenção do serviço de sublimação	aquisição	04	Unidade	R$5.600,00	R$22.400,00
Impressora e notebook	aquisição	01	Unidade	R$11.000,00	R$11.000,00
Câmeras de monitoramento	Aquisição	04	unidade	R$400,00	R$1.600,00
Cafeteira	Aquisição	01	unidade	R$5.500,00	R$5.500,00
Chaleira elétrica	Aquisição	02	unidade	R$ 150,00	R$300,00
Faca elétrica	Aquisição	01	unidade	R$ 221,00	R$ 221,00
multiprocessador de alimentos	Aquisição	01	Unidade	R$450,00	R$450,00
Lixeira de inox tamanho grande	aquisição	01	Unidade	RS380,00	R$380,00
Lixeira de inox tamanho médio	Aquisição	01	unidade	R$350,00	R$350,00
Conjunto de panelas de inox	Aquisição	01	unidade	R$ 1.600,00	R$1.600,00
Garrafa térmica	Aquisição	02	Unidade	R$ 54,50	R$ 109,00
Frigideira grande	Aquisição	02	unidade	R$300,00	R$600,00
Assadeira	Aquisição	04	Unidade	R$250,00	R$1.000,00
Leiteiras de alumínio	Aquisição	03	unidade	R$70,00	R$210,00
Kit 50 Canecas de alumínio 300 ml	Aquisição	01	unidade	R$ 400,00	R$400,00
Prato fundo plásticas	aquisição	40	unidade	R$ 18,00	R$720,00
Escumadeira	aquisição	03	unidade	R$40,00	R$120,00
Saleiro	aquisição	01	Unidade	R$ 40,00	R$40,00
Açucareiro com colher	Aquisição	04	unidade	R$ 75,00	R$300,00
Kit de ferramentas de ferramentas	Aquisição	01	Unidade	R$1.900,00	R$1.900,00
Coletor de lixo cm rodas 240 l	Aquisição	02	Unidade	R$400,00	R$800,00
TOTAL					**R$ 70.000,00**

OBS: Referente o valor unitário e valor total, serão realizados as pesquisas de mercado para que exista o custo e benefício em cada compra, não disperdiçando recursos.

PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

Os pagamentos efetuados serão realizados através de PIX ou transferência bancária.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
Período	Item	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
12 meses	Equipamentos para espaço da lavanderia e cozinha	aquisição	total	unidade	XXXX	R$70.000,00
TOTAL						**R$ 70.00,00**

Obs: Todos os equipamentos serão adquiridos no primeiro mês após liberação do recurso.

EQUIPE DE TRABALHO

Responsável	**Descrição do cargo**	**Atribuições**
Ney Costa dos Santos	Auxiliar Financeiro	Comprar os equipamentos, efetuar os pagamentos, da compra realizada e acompanhamento financeiro.
Vera Maria R. da Rosa	Merendeira	Manusear os equipamentos preservando sua qualidade e boa utilização.

Assinatura do representante da OSC:_____

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:5C672417

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de São Leopoldo - RS (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.096.932,04	1.053.494,46	1.048.952,81	1.269.068,90	1.204.390,71	1.524.246,98	1.285.283,69	1.107.860,83	910.074,06	909.539,22	1.242.617,61	1.441.073,37	14.093.534,68	0,00
Pessoal Ativo	1.096.932,04	1.053.494,46	1.048.952,81	1.269.068,90	1.204.390,71	1.524.246,98	1.285.283,69	1.107.860,83	910.074,06	909.539,22	1.242.617,61	1.441.073,37	14.093.534,68	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	937.747,67	895.092,60	892.252,09	1.083.385,54	1.023.736,36	1.342.744,73	1.095.972,81	940.684,82	777.066,87	776.776,69	1.114.835,95	1.173.633,44	12.053.929,57	0,00
Obrigações Patronais	159.184,37	158.401,86	156.700,72	185.683,36	180.654,35	181.502,25	189.310,88	167.176,01	133.007,19	132.762,53	127.781,66	267.439,93	2.039.605,11	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.501,00	31.521,03	22.280,35	48.403,28	20.974,59	38.851,83	33.023,90	17.607,80	13.132,62	38.739,48	402.596,66	0,00	678.632,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.501,00	31.521,03	22.280,35	48.403,28	20.974,59	38.851,83	33.023,90	17.607,80	13.132,62	38.739,48	402.596,66	0,00	678.632,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

§11)														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.085.431,04	1.021.973,43	1.026.672,46	1.220.665,62	1.183.416,12	1.485.395,15	1.252.259,79	1.090.253,03	896.941,44	870.799,74	840.020,95	1.441.073,37	13.414.902,14	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	**DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal**	
	Valor	**% sobre a RCL Ajustada**
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.286.812.094,87	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.286.812.094,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	13.414.902,14	1,04
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	77.208.725,69	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	73.348.289,41	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	69.487.853,12	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	**Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**								
	Exercício em que Excedeu o Limite			**Exercício do Primeiro Período Seguinte**			**Exercício do Segundo Período Seguinte**		
	No Quadrimestre/Semestre			**Primeiro Período Seguinte**			**Segundo Período Seguinte**		
	Limite Máximo (a)	**% DTP (b)**	**% Excedente (c) = (b-a)**	**Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)**	**Limite (e) = (b-d)**	**% DTP (f)**	**Redutor Residual (g) = (f-a)**	**Limite (h) = (a)**	**% DTP (i)**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by EVERTON ALMEIDA DEL RIO:42551560004 Date: 2025.09.19 14:09:45 GMT-03:00
Reason: Perfil: Contador Responsável
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de São Leopoldo - RS
Assinatura: 2

Digitally signed by FABIO PRASS:51108429068 Date: 2025.09.22 12:48:38 GMT-03:00
Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de São Leopoldo - RS
Assinatura: 3

Digitally signed by IARA TERESA CARDOSO:36549231000 Date: 2025.09.22 14:47:57 GMT-03:00
Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de São Leopoldo - RS
Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Thais Dias Gregis
Código Identificador:035A7CF9